

EXCELENTÍSSIMO SENHOR MINISTRO PRESIDENTE DO COLENDOSUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DOUTOR JOSÉ ANTONIO DIAS TOFFOLI.

EDUARDO NANTES BOLSONARO, brasileiro, Deputado Federal, portador da cédula de identidade nº 20.311.593-6 – DIC/RJ, inscrito no CPF/ME nº 106.553.657-70, residente e domiciliado na SQN 202, Bloco J, Apartamento 503, Asa Norte, CEP 70832-100, Brasília/DF, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada que esta subscreve, devidamente constituída conforme procuração anexa, com fundamentos no artigo 5º, LXIX da Constituição da República Federativa do Brasil e no artigo 1º da Lei nº 12.016 de 7 de agosto de 2009, apresentar o presente

**MANDADO DE SEGURANÇA
COM PEDIDO LIMINAR**

em face de atos praticados pelo **SR. ANGELO MARIO CORONEL DE AZEVEDO MARTINS**, brasileiro, casado, Senador da República, de documentação desconhecida, com domicílio profissional no Senado Federal, Praça dos Três Poderes, Palácio do Congresso, Anexo II, Ala Afonso Arinos, Gabinete 03, Brasília-DF, 70165-900, indicando, ainda, por força do artigo 6º da Lei 12.016 de 07 de agosto de 2009, a pessoa jurídica que integra o agente coator, qual o **SENADO FEDERAL**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o número 00.530.279/0001-15, com sede na Praça dos Três Poderes, Brasília, Distrito Federal, CEP 70165-900, pelos fundamentos de fato e direito a seguir expostos:

I – FATOS

Em 04 de setembro de 2019, mediante a aprovação do requerimento nº 11 de 2019, foi instaurada a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito com o objetivo de apurar, no período de 180 (cento e oitenta) dias “ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público”, nos termos do memorando 001/2019, assim denominada como CPMI - *Fake News*.

Neste ato, foram preenchidos os cargos da mesa desta Comissão, sendo distribuída a presidência ao Senador Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins (PSD), e a relatoria à Deputada Federal Lídice da Mata (PSB).

Em 17 de setembro de 2019 foi apresentado o plano de trabalho para a condução da referida Comissão, que delimitou os objetivos e desenhou o objeto das investigações em três eixos distintos, os quais: I - *fake news*, democracia e eleições; II - *Cyberbullying* e os ataques à dignidade humana e; III - proteção de dados pessoais.

Assim, o plano de trabalho apresentado pela relatoria da Comissão incluiu em seu objeto, também e de forma específica, “**a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018**”, em flagrante tentativa de trazer à Comissão argumentos que superam os fundamentos político-jurídicos, invocando ao processo legislativo verdadeira arena eleitoral.

Inclusive, o requerente da instauração desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, o Sr. Deputado Federal Alexandre Leite (DEM), se retirou da Comissão, por acreditar ter sido desvirtuada sua natureza e objeto, tal qual se depreende de trecho de matéria jornalística da Agência Senado:

O Deputado Alexandre Leite, autor do requerimento de criação da CPI, manifestou-se contrário à relatoria

de Lídice da Mata ao declarar que o propósito da CPMI poderia ser desvirtuado. Segundo ele, os partidos de oposição ao governo podem utilizar a comissão para fins políticos, pois investigar o papel das *fake news* nas eleições de 2018 seria uma forma de tentar reverter seus resultados. Ele se retirou da comissão¹.

Relevante, ainda, ressaltar que em julho de 2019 foi impetrado mandado de segurança pelo Deputado Federal Filipe Barros (PSL), contra atos do Presidente da mesa do Congresso Nacional, especificamente aquele que deferiu a instauração da Comissão referida, fundamentando seu pedido na ausência de objeto específico (MS 36.560).

Em decisão proferida em agosto daquele ano, o Ilustríssimo Ministro Ricardo Lewandowski denegou a segurança, fundamentando sua decisão no argumento de que, em sua avaliação e hermenêutica, a falta de um objeto único e objetivamente delimitado não obsta a instauração do procedimento de inquérito.

No decorrer das atividades dessa Comissão, assim, as reuniões e requerimentos passaram a ser formulados, e a partir daí, gradualmente, os objetos, que já possuíam natureza genérica, sucumbiram completamente à subjetividade, como será demonstrado.

Durante a 2ª reunião da Comissão, designada a deliberar e votar requerimentos relativos às convocações de representantes de empresas e demais personalidades para depoimento, o Deputado Federal Filipe Barros, membro do Partido Social Liberal, portanto, pertencente à base aliada ao

¹ Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>, acesso em 19 de abril de 2020.

Governo, apresentou dois requerimentos à mesa, aqui transcritos a partir das notas taquigráficas:

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós apresentamos, Sr. Presidente, **requerimentos de adiamento de votação relativos a todos os requerimentos ora em pauta, bem como requerimento solicitando a votação nominal individualizada de cada um dos requerimentos.**

Portanto, solicito a V. Exa. que seja observado o Regimento desta Casa e que seja feita a **votação individualizada de cada um desses pontos antes do mérito desses requerimentos**, votarmos também o requerimento de adiamento que nós já protocolamos à Secretaria desta Comissão. (negrito nosso).²

Portanto, os requerimentos realizados pelo Deputado Federal foram a) o adiamento de votação para a aprovação dos outros requerimentos formulados e; b) proceder à votação nominal, de forma individualizada.

Em sequência, por razão do requerimento por ele formulado, diversos parlamentares passaram a insinuar que a atuação do Partido da base do governo, por meio dos representantes naquela Comissão, estaria objetivando obstar seus trabalhos por serem eles beneficiados pelas notícias falsas objeto da Comissão.

² Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas>, acesso em 19 de abril de 2020.

A exemplo, algumas falas do Deputado Carlos Zarattini:

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É claro que existe uma tática de obstrução por parte do PSL.

(...)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, o PSL não quer investigar as fake news.

(...)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O PSL resolveu **aqui fazer uma prática de tentar impedir que esta CPI funcione.**

Eu não sei por que motivo o PSL está tão preocupado com a gente estar aqui ouvindo as empresas que tratam de comunicação, de redes sociais. Eu não estou entendendo essa preocupação.

Essa tática de obstrução é clara. O Deputado Filipe aqui está sendo óbvio, claro, evidente: **não quer a CPI funcionando; quer obstruir a CPI, porque nem sequer um plano de trabalho tão tranquilo e tão preocupado em fazer uma análise da situação da divulgação nas redes e como surgem fake news no Brasil eles querem aceitar.** Então, alguma coisa existe aí que o PSL não quer que apareça. É evidente isso. **O PSL quer esconder algo.** (negrito nosso).³

³ *Idem.*

Não bastassem as provocações infundadas do referido Deputado, mais insinuações foram feitas, aqui pela Deputada Federal Luizianne Lins:

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, **pois eu acho que o Brasil todo precisa ficar sabendo que nós começamos um trabalho extremamente importante para o Brasil** e, para dizer a verdade, extremamente importante para o mundo. Como eu já tinha falado na primeira reunião, eu sou da área e tenho estudado isso; eu tive agora, inclusive, um artigo científico aprovado na sexta jornada latino-americana de problemas do nosso Continente sobre exatamente o processo de fake news e a influência direta no processo democrático do Brasil e nos processos do cyberbullying, etc.

Eu estou muito impressionada. O Brasil precisa saber que **as pessoas que se opõem hoje ao processo de entender fake news e que estão tomando um rumo... Que todo mundo saiba: ou são praticantes de fake news de forma sistemática ou simplesmente não estão preocupadas com o futuro da democracia no Brasil.**

(...)

É grave demais! **Eu espero que a sociedade brasileira esteja vendo, entendendo e ouvindo.**

(...)

Eu quero dizer o seguinte: quem tem medo de fake news é quem pratica fake news. (negrito nosso).⁴

Ainda, durante a mesma reunião, o requerimento relativo ao adiamento por 48 (quarenta e oito) horas, anteriormente formulado e causador das afrontas citadas, foi lacônica e sumariamente ignorado pelo presidente da Comissão, Sr. Senador Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins, fundamentando-se na ausência do requerente, o Sr. Deputado Federal Filipe Barros, mesmo que este estivesse à sua frente e com ele trocando palavras, como se depreende:

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, Deputadas, Srs. Senadores, Senadoras, o requerimento fica prejudicado porque o autor não está presente, e, quando o autor não está presente, o requerimento perde a finalidade.

Então, está cancelada esta votação. O requerimento de prorrogação da votação por 48 horas está prejudicado, caiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação os requerimentos da Deputada Luizianne a respeito das convocações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi encerrada a votação da solicitação de adiamento

⁴ *Ibidem.*

da votação por 48 horas em virtude de o requerente estar ausente.⁵

Retirando, assim, a discussão acerca dos requerimentos convocatórios, o Sr. Presidente da Comissão aprovou a todos em bloco e a toque de caixa, deixando de garantir os direitos regimentais e negando aos Deputados da base aliada ao governo de situação seu direito ao contraditório.

Já na 3ª reunião, em 17 de setembro de 2019, após o Sr. Deputado Federal Filipe Barros solicitar a anulação do ato referido na reunião anterior, este foi respondido com mais provocações por parte do Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, desta vez este também insinuando tentativa de obstrução por parte do Partido Social Liberal:

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, fique tranquilo, porque quem me conhece há muitos anos sabe que eu sou bem *low profile*, eu não sou de comer reggae de ninguém, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de voz elevada, não tenho medo tampouco de gritaria. Vou conduzir esta Comissão com total serenidade. Até então eu me perguntei durante a semana toda: **não sei por que esse receio e obstrução a uma CPI em que estamos lutando para resolver um problema crucial da nossa sociedade**, que está com a sua privacidade sendo ferida, crimes acontecendo. (negrito nosso).⁶

Ainda na mesma reunião, após solicitação de leitura e aprovação da ata da reunião anterior, formulada pela Sra. Deputada Federal

⁵ *Ibidem.*

⁶ *Ibidem.*

Caroline de Toni, foi assim respondida pelo Sr. Senador Angelo Coronel, em flagrante desrespeito:

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora quer o que depois da ata?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Os trabalhos não foram abertos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois da ata, a senhora quer que eu faça o que para **postergar, para lhe ajudar?**

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não foram abertos corretamente os trabalhos, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que a senhora quer que eu faça para lhe atender, para postergar, **diga aí, para atender o seu ego de postergação?** (negrito nosso).⁷

Desde então, o procedimento se repetiu, fazendo-se aprovar requerimentos em bloco, como na 4ª reunião, ocorrida em 25 de setembro de 2019, que deu provimento a não menos do que 85 (oitenta e cinco) requerimentos.

A partir disto, o que se viu nas reuniões e na condução dos depoimentos foram verdadeiras tentativas de deslegitimar não apenas o processo eleitoral dos membros do Partido Social Liberal, incluindo-se o Sr.

⁷ *Ibidem.*

Presidente da República, mas também sua atuação em clara oposição ao pleito de 2018.

Foi em uma dessas reuniões, inclusive, onde tal desvirtuação de objeto se deu com maior contundência.

Durante o depoimento da Deputada Federal Joice Hasselmann, na 15ª reunião, ocorrida em 04 de dezembro de 2019, esta proferiu discurso de várias horas com o único intuito de enfraquecer a legitimidade política do aqui Impetrante e de demais membros de sua base política, acusando-os de terem relação íntima em um complexo esquema de disparos de *fake news*.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP)-

(...)

Então, nós temos ali o alvo da vez, o DiCaprio. Aí há os **perfis oficiais ligados ao Presidente, ao filho do Presidente e aos perfis de alguns Parlamentares em alguns sites**, como o Terça Livre, que tem o Allan dos Santos. Tem o Leandro, que é muito ativo nas redes sociais; tem o Olavo, que é muito ativo, **e alguns desses políticos que estão ali nominados, como o Eduardo, o Jair, o Abraham, a Deputada Carla, o Deputado Daniel Silveira e esses influenciadores**. E há, na sequência, os publicadores. Isso forma a teia para fazer a disseminação dentro de uma bolha. Há uma bolha criada e há, depois, o método de expansão para o mundo real. Essa é uma bolha. Estima-se, ali, que tenha, no total, **envolvendo das tias do WhatsApp àqueles que fazem as fake news, que tenha no**

total, no máximo, 8 milhões de pessoas e muitos robôs. Só que dentro dessas 8 milhões de pessoas há um grupo bem menor que é o grupo que dissemina as informações para destruir reputações. E vocês vão entender como isso é combinado na sequência, aqui, da minha apresentação.

(...)

Os publicadores são pautados e influenciados por políticos, e os influenciadores participam desse movimento de manada. E muitos perfis, sim, são fakes, são perfis falsos para dificultar a responsabilização desses conteúdos, porque, de novo, é crime, está lá no Código Penal. Então, para que não haja a imputação de crime, ou o acionamento da Justiça, ou o pedido de indenização, muitos perfis são falsos.

Vocês estão vendo um corte ali entre o que é a bolha e o que é a vida real. Então, quem faz essa conexão são essas figuras todas liderados, nesse caso, pelos assessores e pelo próprio Deputado Eduardo Bolsonaro. E essa expansão para a vida real que nós chamamos é feita por robôs.

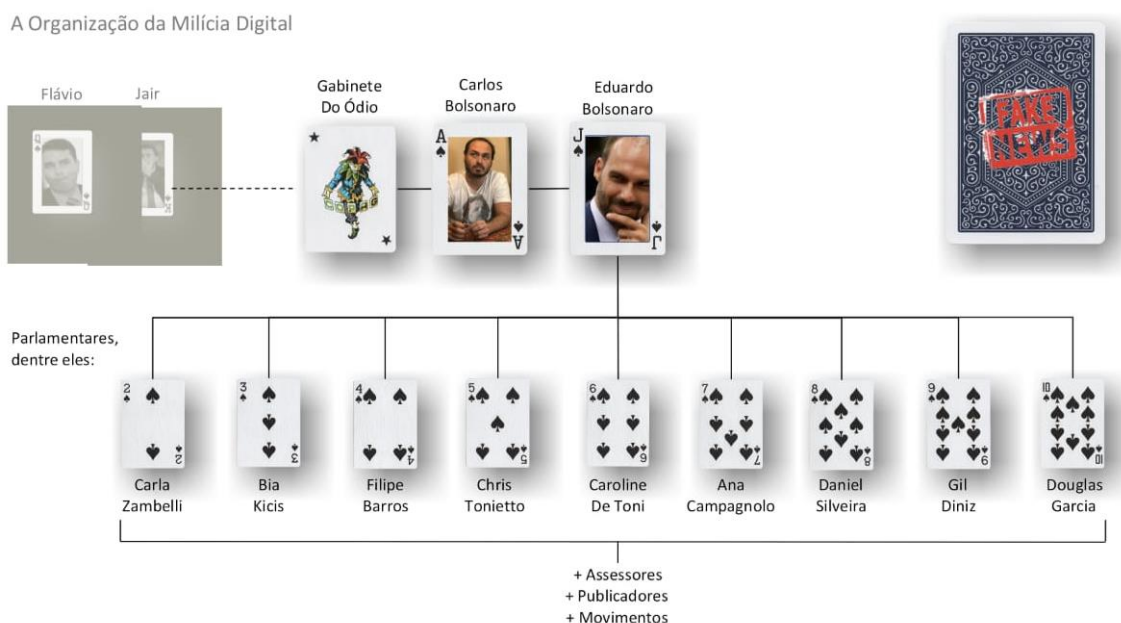
(...)

Ali é a análise que foi feita por esse software, e dos 5,4 milhões de seguidores, no caso do Presidente da República, 1,4 milhão são robôs. **No caso do Eduardo, 468.775 são robôs.** Também está tudo

disponível para os senhores, com laudos e tudo o que os senhores quiserem. (negrito nosso).⁸

Ainda, como se não bastassem suas falas, apresentou arquivo em *PowerPoint* com mais de 70 *slides*, onde endossou suas hostilidades, como nos exemplos:

A Organização da Milícia Digital



⁸ *Ibidem.*

Estrutura de Robôs



O Mecanismo



Pertinente ressaltar, ainda, que o Impetrado é desafeto político da referida deputada federal, bem como diversas outras pessoas que prestaram

depoimentos ou tiveram alguma relevância na condução dos trabalhos desta Comissão.

Os mesmos elementos criados pela referida deputada federal foram encaminhados ao Inquérito nº 4781 que tramita em segredo nessa E. Corte, buscando tão-somente criar falsas narrativas contra o Impetrante, base aliada do governo e integrantes do governo federal.

A CPMI está sendo usada de forma tão orquestrada e dissimulada que, no último dia 20, a jornalista Vera Magalhães, incomodada com a divulgação por um deputado estadual de seus rendimentos na TV Cultura, pediu, por meio de sua conta na plataforma *twitter*, para ser intimada a depor, o que foi compartilhado pela Deputada Federal Joice Hasselmann.



A mesma deputada e seu partido, ainda, apresentaram representações na comissão ética da Câmara dos Deputados, questionando a conduta do deputado federal impetrante quanto a críticas pontuais sobre a deputada, o que foi arquivado, mostrando perseguição e desarrazoado uso da máquina pública.

Se não bastasse, no dia 10 de março, a parlamentar, hoje líder do PSL na Câmara, substituiu os deputados federais que compunham a referida comissão e que pertenciam à base aliada do governo por parlamentares sabidamente da oposição, inimigos declarados, visando manter e intensificar a perseguição.

Na ocasião, retirou o deputado federal Filipe Barros (PSL-PR), a deputada federal Caroline de Toni (PSL-SC), bem como seus suplentes, a deputada federal Carla Zambelli (PSL-SP) e o deputado federal Carlos Jordy (PSL-RJ), fato que tornou-se notório através de matéria veiculada pelo jornal "O Globo"⁹:

Nova líder do PSL, a deputada Joice Hasselmann (SP) decidiu trocar, nesta terça-feira, os integrantes do partido na CPI das Fake News. A ex-líder do governo Jair Bolsonaro no Congresso substituiu aliados do presidente por deputados alinhados a ela. Agora ex-integrantes da comissão, Caroline de Toni (SC) e Filipe Barros (PR) eram considerados os maiores defensores de Bolsonaro no colegiado.

A deputada trocou também os dois suplentes de Barros e Caroline. Carla Zambelli (SP) e Carlos Jordy (RJ) deixaram o colegiado. No racha do partido entre

⁹ Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/joyce-hasselmann-tira-aliados-de-bolsonaro-da-cpi-das-fake-news-24296571>, acesso em 19 de abril de 2020.

apoiadores de Bolsonaro e do presidente da sigla, Luciano Bivar (PE), os dois também estão do lado do presidente da República.

Os referidos deputados eram membros da comissão e, em última análise, os únicos defensores dos interesses políticos da base aliada ao governo, ou seja, a única voz que representava a atuação política do Sr. Presidente da República e do Impetrante.

E assim, por ato da referida deputada federal Joice Hasselmann, tais vozes foram caladas, sendo sumariamente substituídas por mais um grupo acusador, convertendo de uma só vez e completamente a Comissão em um tribunal de exceção, digno das mais obscuras páginas da história das inquisições.

Na 16ª reunião, ocorrida em 10 de dezembro de 2019, mais falas demonstraram a tendência imparcial das inquirições, como no exemplo a seguir, onde o Sr. Deputado Federal Paulo Ramos (PDT) já assumira como verdade absoluta as acusações direcionadas ao Partido Social Liberal e ao aqui Impetrante, *verbis*:

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Também concordo plenamente com isso.

Só reitero... Durante a campanha, porque já está... Vou usar a expressão... **Já existe a comprovação de que a campanha se utilizou maciçamente de fake, até para alcançar reputações.** (negrito nosso).¹⁰

¹⁰ Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/notas-taquigraficas>, acesso em 19 de abril de 2020.

E este é, Excelência, apenas um exemplo das inquirições tendenciosas realizadas por Deputados e Senadores, em clara desvirtuação do objeto desta CPMI e do interesse público.

E ainda revela, sem dúvidas, o mote recorrente das reuniões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ou seja, acusar e atacar parlamentares próximos ao Sr. Presidente da República na tentativa de enfraquecer a legitimidade e, assim, obstar a atuação legislativa de Deputados e Senadores, em especial do Impetrante.

O que houve, em seguida, foram as declarações de Deputados e membros da referida Comissão no sentido de prorrogar os trabalhos pelo período de mais seis meses, conforme notícia veiculada no Correio Braziliense:

Parlamentares se articulam para prolongar, por mais seis meses, os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News. O requerimento para a prorrogação já tem as 30 assinaturas necessárias de Senadores. Falta, agora, completar as 90 de Deputados. O clima é favorável¹¹.

Prolongando e ameaçando ainda mais os direitos políticos do Impetrante, utilizando-se do processo legislativo para enfraquecer sua legitimidade.

Importante observar que essa Comissão Parlamentar Mista de Inquérito tem como objetivo central manter vivo os argumentos fracos e desprovidos de provas das AIJES 0601782-57.2018.6.00.0000, 0601771-

¹¹ Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2020/03/06/interna_politica,832397/parlamentares-pretendem-prorrogar-cpmi-das-fake-news-por-seis-meses.shtml, acesso em 19 de abril de 2020.

28.2018.6.00.0000 e 0601779-05.2018.6.00.0000, que buscam cassar o Exmo. Sr. Presidente Jair Messias Bolsonaro e anular as eleições.

Como observaram que tais demandas não prosperariam, já que as ações foram manejadas simplesmente com uma matéria jornalística, sem qualquer indício de provas, o que se confirmou na instrução dessas demandas e pela decisão interlocutória proferida em 21 de outubro de 2019, a saída política da oposição foi a de instaurar um procedimento no Congresso Federal para que, com recursos públicos, fossem elevadas as narrativas politiqueiras e falsas para alimentar a imprensa com a convocação e oitiva de pessoas parciais.

Se não bastasse, todas as convocações aprovadas eram de pessoas sabidamente opositoras ao atual governo e ao Impetrante, havendo a negativa de convocações por parte de parlamentares da base aliada, como o requerimento 85/2019, convidando a jornalista Patrícia Campos Mello, 88/2019, convidando o cantor Caetano Veloso, 96/2019, convidando o deputado federal Alexandre Frota, 162/2019, convidando a deputada federal Gleisi Hoffman, e 12/2019, convidando o *youtuber* Felipe Neto.

Até mesmo o depoimento do Sr. Hans River do Nascimento, na 19ª reunião realizada em 11 de fevereiro de 2020, foi com a clara ideia de que ele apontaria a existência de contratação de disparos irregulares de *WhatsApp* na campanha do Exmo. Sr. Presidente da República, vindo a ser surpreendidos com a afirmação de que ele nunca havia atuado em campanhas eventualmente promovidas pelo Partido Social Liberal, mas sim, para partidos como o Partido dos Trabalhadores (PT), por exemplo, na campanha do candidato Fernando Haddad, o que foi corroborado pela empresa Yacows, na figura de seu proprietário, o Sr. Lindolfo Antônio Alves Neto.

“(trecho do depoimento)” O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, o partido

que, curiosamente... Curiosamente, porque até depois eu fui ver direito que essa jornalista também é do PT, quem me chamou para vir para cá é do PT – entendeu? –, e todo mundo vem me fazer a pergunta mais incômoda: você fez a campanha política do Doria e do Bolsonaro? E eu não peguei a campanha dos dois, tanto que eu sentava...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas a M4, o senhor trabalhava com a M4?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não... Agora deixa eu responder. Tanto que eu até chegava e conversava com todo mundo, com o pessoal que trabalhava comigo, o pessoal do bar, porque eu parava no bar para comer e para beber, e falava: "Pô, mas caramba, né? A gente tá fazendo campanha de todo mundo. Bolsonaro não rolou aqui para a gente...".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Era o único que não fazia, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A gente estava achando estranho que o cara não estava fazendo... Não, você me desculpe aqui, mas a gente estava achando estranho que ele não estava fazendo campanha e o Doria também não estava fazendo campanha, mas tinha gente do partido dele que estava fazendo campanha, entendeu? Eu não vou ficar falando o nome, mas tinha gente...¹²

¹² Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/09/04/cpmi-das-fake-news-e-instalada-no-congresso>, acesso em 19 de abril de 2020.

Ainda, como meio de comprovação do caráter tendencioso e parcial de atos da referida CPMI, em 31 de março de 2020 a ministra Rosa Weber proferiu decisão em que concedeu a medida liminar pleiteada no mandado de segurança número 37.017, no sentido de suspender a validade de atos atentatórios a direitos líquidos e certos de deputados federais:

Defiro parcialmente, e em menor extensão, a liminar pleiteada, para: (i) suspender os efeitos da resposta concedida ao Requerimento nº 292/2019 no que tange à esfera jurídica do impetrante; e (ii) suspender a análise ou os efeitos, se já aprovados, (ii.i) dos Requerimentos nº 362, 366, 375, 381 e 382, (ii.ii) do Requerimento nº 379, à exceção das informações relativas à conta dudu112n@gmail.com, (ii.iii) dos Requerimentos nº 385 e 386, no que se referem à esfera jurídica do impetrante. Notifique-se a autoridade apontada como coatora para que preste informações, em dez dias (arts. 7º, I, da Lei 12.016/09 e 203 do RISTF). Cientifique-se a AGU para que, querendo, ingresse no feito (art. 7º, II, da Lei 12.016/09).¹³

Relevante destacar que tais requerimentos possuem a exata e idêntica natureza que os atos aqui impugnados.

Assim, a indigitada CPMI visa apenas interesses político-pessoais, não possuindo a natureza pública relevante para a sua manutenção.

¹³ Mandado de segurança nº 37017, relatoria da ministra Rosa Weber, decisão monocrática proferida em 31 de março de 2020;

II – DIREITO

II.I – MEDIDA LIMINAR

Encontram-se, no presente mandado, os elementos constitutivos para a concessão da medida liminar.

O artigo 7º da Lei 12.016 de 2009 ainda preleciona:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

III - que se suspenda o ato que deu motivo ao pedido, quando houver fundamento relevante e do ato impugnado puder resultar a ineficácia da medida, caso seja finalmente deferida, sendo facultado exigir do impetrante caução, fiança ou depósito, com o objetivo de assegurar o ressarcimento à pessoa jurídica.

O *fumus boni iuris* está demonstrado na clara violação à Constituição Federal, como se demonstrará na fundamentação jurídica.

Ademais, o *periculum in mora* é evidente, uma vez em que o ato que irá prorrogar o evento futuro impugnado está na iminência de ocorrer, cujas consequências, tanto aos direitos políticos do Impetrante quanto sua imagem perante todo o país, serão irreversíveis.

Assim, necessária a medida liminar uma vez ameaçados os direitos políticos do Impetrante, cujos danos, se concretizados, poderão ser irreversíveis, às custas da manutenção dos direitos fundamentais do Impetrante, bem como daqueles que ele representa.

II.II – TEMPESTIVIDADE

Reza, o artigo 23 da Lei 12.016 de 2009, que o prazo para requerer o mandado de segurança é de 120 (cento e vinte) dias, contados a partir do ato impugnado:

Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extinguir-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado.

Sabe-se que o ato que instalou a Comissão Parlamentar de Inquérito aqui referida foi realizado em 04 de setembro de 2019, ou seja, mais de 120 (cento e vinte) dias do ajuizamento do presente.

Contudo, em primeiro lugar, tal instauração se trata de ato cujos efeitos são produzidos de forma contínua, e que em sua origem não seria possível prever o desvio do objeto de forma tão abrupta como ocorreu.

Em segundo lugar, o que se pretende no presente não é anular todos os atos ou mesmo a Comissão, mas sim, tão somente aqueles que agiram de forma contrária ao seu objeto e que, cumulativamente, feriram seus direitos políticos.

A 15ª reunião ocorreu em 04 de dezembro de 2019, e 16ª ocorreu em 10 de dezembro de 2019, ambas, portanto, ocorridas antes de 120 (cento e vinte) dias.

Ademais, a prorrogação se trata de ato futuro e iminente, do qual não incide qualquer prazo legal.

Dadas estas considerações, vislumbra-se a tempestividade do presente mandado de segurança.

II.III – COMPETÊNCIA

Ora, é na inteligência do artigo 102, I, d da CRFB/88 que tomamos a ordem constitucional para a designação da competência do presente:

Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe:

I - processar e julgar, originariamente:

(...)

d) o *habeas corpus*, sendo paciente qualquer das pessoas referidas nas alíneas anteriores; o mandado de segurança e o *habeas data* contra atos do Presidente da República, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, do Tribunal de Contas da União, do Procurador-Geral da República e do próprio Supremo Tribunal Federal;

Aqui, o elemento que determina a competência é a natureza do polo passivo, ou a fonte do ato impugnado.

No caso em tela, os atos impugnados tiveram sua origem em mesa do Congresso Nacional, o que torna essa Corte Suprema a competente para dirimir a segurança.

II.IV – LEGITIMIDADE

Assim preleciona o artigo 5º, LXIX da Constituição Federal:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

(...)

LXIX - conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do Poder Público;

Bem como o artigo 1º da Lei 12.016 de 2009:

Art. 1º Conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

A legitimidade ativa se dá quando o ato impugnado fere direito líquido e certo do Impetrante, neste caso seus direitos políticos, cuja descrição Constitucional se encontra no artigo 14:

Art. 14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

Outrossim, a legitimidade passiva se encontra fundamentada do fato de que o Senador elencado é o presidente da mesa da Comissão, e responsável último pela aprovação dos requerimentos e demais atos que atentaram contra os direitos líquidos e certos do Impetrado.

II.V – CABIMENTO

Ora, o que se busca com o presente mandado de segurança é garantir os direitos políticos desrespeitados por ocasião da desvirtuação do objeto da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, e sua atual busca no sentido de prejudicar mandato eletivo legitimado por milhões de brasileiros.

Assim, o direito aqui pleiteado não se refere apenas àqueles relativos aos direitos políticos passivos do Impetrante, mas também aos direitos políticos ativos de parcela significativa de cidadãos que nele depositaram seus votos.

Portanto, ao questionar tais atos, o Impetrante vem, respeitosamente, a este Egrégio Tribunal no propósito de fazer garantir seu direito líquido e certo, ameaçado assim pelo desvirtuamento do objeto da Comissão citada, bem como da tentativa de prolonga-la, o que torna claramente cabível o presente instrumento, uma vez de acordo com o descrito no artigo 5º, LXIX da Constituição Federal e no artigo 1º da Lei 12.016 de 2009.

II.VI – FUNDAMENTOS JURÍDICOS

Ora, como demonstrado na síntese fática da presente ação, sabe-se que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *fake news* teve seu objeto modificado e desvirtuado ao longo da condução de seus trabalhos, padecendo de verdadeira parcialidade.

Seu intento inicial era o de investigar mensagens disseminadas pelo meio digital **em todos os âmbitos da vida cotidiana dos cidadãos**, tendo por objetivo primeiro sua proteção contra indução e estímulo ao suicídio, bem como o de impedir atos criminosos na rede.

Neste caso, a análise eleitoral das assim chamadas *fake news* era completamente acessória, revelando-se como uma das várias facetas de tal fenômeno da internet.

Contudo, o que se mostrou foi a utilização exclusiva dos questionamentos da utilização de notícias falsas no processo eleitoral com o objetivo precípua de prejudicar a atuação política de membros do Poder Legislativo que se colocaram como aliados ao atual governo de situação.

Aliás, o próprio Presidente da República foi constantemente alvo de tais atos.

Desde a aprovação de requerimentos a toque de caixa e a desconsideração de diversos requerimentos e questões de ordem de Deputados e Senadores da base aliada do governo, até os depoimentos tendenciosos de legisladores que têm na pessoa do Impetrante um desafeto.

Ora, o artigo 14 da Constituição Federal, acima citado, confere tanto ao ordenamento jurídico quanto à própria organização política da República o sufrágio universal, que de acordo com Paulo Bonavides, é “o poder

que se reconhece a certo número de pessoas (o corpo de cidadãos) de participar direta ou indiretamente na soberania, isto é, na gerência da vida pública”¹⁴.

Assim, cabe ressaltar que o sufrágio não se resume ao voto.

Por um lado, o sufrágio universal se revela como um direito, e por outro, o voto se vê enquanto exercício deste direito.

Logo, o sufrágio é conceito muito mais amplo, resumindo em si o conjunto de direitos políticos que garantem, em todos os meios, a participação política dos cidadãos na condução da governança, garantindo-se assim a soberania popular, princípio fundador da República a qual se erigiu.

Portanto, o exercício direto do Impetrante em suas atividades legislativas é, também, o exercício indireto dos cidadãos que os elegeram na condução da política, de forma a garantir-lhes a participação.

No momento em que suas atividades políticas são ameaçadas, portanto, não se coloca em risco apenas o direito político passivo do Impetrante, mas também a participação política de cidadãos brasileiros.

Nesse sentido, ainda, ergue-se o artigo 1^a da Constituição Federal:

Art. 1º A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios e do Distrito Federal, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos:

I - a soberania;

II - a cidadania;

¹⁴ BONAVIDES, Paulo. Ciência Política. 17.ed. São Paulo: Moderna, 2010 p. 550;

Aqui, a Carta Constitutiva de nossa República invoca a democracia enquanto princípio a ser observado na condução de sua administração, incluindo em seu conceito fundamentos, dentre os quais se destacam a soberania e a cidadania.

A soberania, como se viu anteriormente, necessita do sufrágio universal para sua existência.

A cidadania, por outro lado, é elemento ainda mais direto ao que aqui se aduz, como se depreende do conceito nos fornecido por Dalmo de Abreu Dallari:

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social¹⁵.

Assim, o pleno exercício dos direitos políticos é o elemento único do conceito de cidadania, portanto, não apenas essencial para a manutenção da estrutura política do Estado, mas também precípua para a constituição da própria democracia.

Ora, em meio aos atos e reuniões tendenciosas da Comissão referida, foi até mesmo citada a possibilidade de *impeachment*, ou, ainda, de anulação do processo eleitoral de 2018.

Desta forma, quando um ato de Comissão do Congresso Nacional prejudica o exercício da função legislativa do Impetrante, ou ameaça

¹⁵ DALLARI, Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 1998. p. 14;

até mesmo sua existência, este age em arrematado desacordo com os princípios que fundaram esta República.

III - PEDIDOS

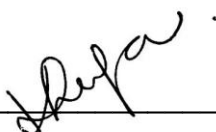
Diante de todo o exposto, requer-se, respeitosamente, que:

- a) Seja concedida a medida liminar preventiva, no sentido de manter a duração da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *fake news* naquela inicialmente determinada, uma vez desvirtuado seu objeto, suspendendo, assim, sua prorrogação, nos termos do artigo 7º, III da Lei 12.016 de 2009;
- b) Seja concedida a medida liminar a fim de suspender a validade das reuniões da Comissão referida, nos termos do artigo 7º, III da Lei 12.016 de 2009, quais sejam:
 - I – 15º reunião, ocorrida em 04 de dezembro de 2019 e;
 - II – 16ª reunião, ocorrida em 10 de dezembro de 2019.
- c) Sejam citadas as autoridades coatoras para que prestem informações em 10 (dez) dias, nos termos do artigo 7º, I da Lei 12.016 de 2009, bem como do digno representante do Ministério Público para parecer;
- d) A ciência deste feito ao Congresso Nacional para que, querendo, se manifeste, nos termos do artigo 7º, II da Lei 12.016 de 2009;
- e) Ao final, após exame de mérito, conceder a segurança a fim de impedir a prorrogação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito das *fake news* e;
- f) Conceder a segurança a fim de excluir a validade das reuniões e depoimentos acima elencados.

Atribui-se à causa o valor de R\$ 1000,00 (mil reais), apenas para efeitos fiscais.

Nos termos aqui apresentados, pede, portanto, o deferimento.

Brasília, 19 de abril de 2020.



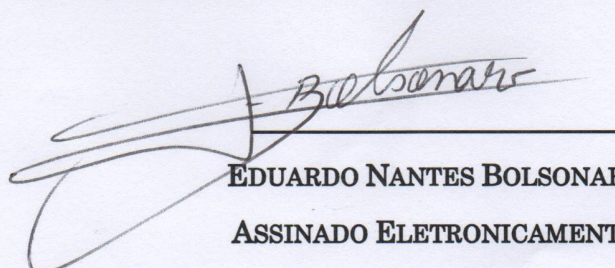
KARINA DE PAULA KUFA
OAB/SP 245.404
OAB/DF 64.272



PROCURAÇÃO AD IUDICIA ET EXTRA

Pelo presente instrumento de mandato, **EDUARDO NANTES BOLSONARO**, brasileiro, Deputado Federal, portador da cédula de identidade nº 20.311.593-6 – DIC/RJ, inscrito no CPF/ME nº 106.553.657-70, residente e domiciliado na SQN 202, Bloco J, Apartamento 503, Asa Norte, CEP 70832-100, Brasília/DF, nomeia e constitui como sua bastante **procuradora** a advogada **KARINA DE PAULA KUFA**, inscrita nos quadros da Ordem dos Advogados do Brasil, seccional SP, sob o nº 245.404 e seccional DF, sob o nº 64.272, com endereço profissional na Avenida Brigadeiro Luís Antônio, 3813, Jardim Paulista, São Paulo/SP, 01401-001 e SHIS QI 11 – Conjunto 09 Casa 07, Lago Sul, Brasília/DF, 71625-290, a qual **confere os poderes da cláusula *ad iudicia et extra***, para o foro em geral, em qualquer Juízo, Instância, ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo umas e outras, até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, conferindo-lhe, ainda, poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar, compromissos ou acordos, receber e dar quitação, efetuar levantamento de valores depositados em conta judicial, inclusive valor de fiança, requerer liberação e retirar veículos apreendidos e seus documentos, requerer certidões e documentos em qualquer Delegacia de Polícia, Distrito Policial, Cartório, Órgão Municipal, Estadual e Federal, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda, substabelecer esta a outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso e **concedendo, ainda, poderes específicos para ingresso de Mandado de Segurança perante o Supremo Tribunal Federal em face de Angelo Mario Coronel de Azevedo Martins, Câmara dos Deputados e Senado Federal**

BRASÍLIA, DISTRITO FEDERAL, 27 DE MARÇO DE 2020.


EDUARDO NANTES BOLSONARO
ASSINADO ELETRONICAMENTE

Deputado(a) Federal Eduardo B

https://www.camara.leg.br/deputados/92346

ACESSIBILIDADE

FALE CONOSCO

ACESSO À INFORMAÇÃO

ENTRAR

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Institucional • Deputados • Atividade Legislativa • Comunicação | TEMAS

O que você busca ?

Início / Deputados / Eduardo Bolsonaro / Esta página

Eduardo Bolsonaro

Titular em exercício 2019 - 2023

f



PSL - SP

Nome Civil: EDUARDO NANTES BOLSONARO

E-mail: dep.eduardobolsonaro@camara.leg.br

Telefone: (61) 3215-5350

Endereço: Gabinete 350 - Anexo IV - Câmara dos Deputados

Data de Nascimento: 10/07/1984

Naturalidade: Rio de Janeiro - RJ



CONGRESSO NACIONAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
56ª LEGISLATURA

Em 10 de setembro de 2019

(terça-feira)

às 14h30

RESULTADO

2ª Reunião

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE
NEWS - CPMI - FAKE NEWS

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel

RELATOR: Deputada Lídice da Mata

	Deliberativa
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19

Retificações:

1. Alteração no resultado do Requerimento nº 8 (10/09/2019 18:38)

PAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO Nº 1, de 2019

Requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 2

REQUERIMENTO Nº 2, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 3

REQUERIMENTO Nº 3, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 4

REQUERIMENTO Nº 4, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos You Tube para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 5

REQUERIMENTO Nº 5, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 6

REQUERIMENTO Nº 6, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook. para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 7

REQUERIMENTO Nº 7, de 2019

Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

ITEM 8

REQUERIMENTO Nº 8, de 2019

Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI. Aprovado como "convocação".

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado alterando a condição de convite para convocação

ITEM 9

REQUERIMENTO Nº 9, de 2019

Requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram.

Assunto: Depoimento

Autoria: Deputada Luizianne Lins

Resultado: Aprovado

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO Nº 23, de 2019

Requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão.

Assunto: Servidores

Autoria: Senador Angelo Coronel

Resultado: Aprovado



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

10/09/2019 - 2ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retomando, boa tarde a todos!

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Antes de iniciar os trabalhos, coloco em votação a Ata da 1ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Leitura da ata, Sr. Presidente, por gentileza. Gostaria que houvesse a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a nobre Deputada...

Eu gostaria que a Secretaria da Mesa nos orientasse aqui a respeito, como se trata praticamente da primeira reunião e há Deputados que eu não conheço, para agilizarmos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, PSL, Santa Catarina.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar até, por favor, a todos que forem falar que citem o nome, porque fica mais fácil interagirmos.

Então, gostaria de ver a ata para que a gente pudesse ler, a pedido da nobre Parlamentar Caroline. (*Pausa.*)

Em virtude de eu ter feito uma cirurgia no dente ontem, vou pedir à nossa querida Relatora, Deputada Lídice da Mata, para fazer a leitura da ata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) –

ATA DA 1ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 4 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às onze horas e trinta e cinco minutos do dia quatro de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Parlamentares Angelo Coronel e Rui Falcão, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News, com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Veneziano Vital do Rêgo, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Juíza Selma, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Jean Paul Prates, Chico Rodrigues, Zequinha Marinho, Eduardo Girão, Ricardo Barros, Luizianne Lins, Natália Bonavides, [...] Gadêlha, Bacelar, Dr. Leonardo, Dr. Jaziel, João Roma, Telmário Mota, Dário Berger, Marcos do Val, Jorge Kajuru, Fernando Bezerra Coelho, Luis Carlos Heinze, Izalci Lucas, Paulo Paim, Pedro Lupion, [...] Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Nelsinho Trad, Hiran Gonçalves, Delegado Éder

Mauro, Alessandro Molon e Celso Russomanno. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação e Eleição. Resultado: Eleito Presidente o Senador Angelo Coronel e designada relatora a Deputada Lídice da Mata. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

[Presidente] Senador Angelo Coronel [...].

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação a presente ata, conforme lida pela Deputada Lídice da Mata.

Os Srs. Senadores e Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovada.

A presente reunião destina-se à apreciação dos Requerimento de nº 1 a 9.

Antes, porém, eu quero colocar em votação do Plenário que esta Presidência deseja solicitar apoio técnico-jurídico ao Presidente do Senado e ao Presidente da Câmara, bem como um delegado e um agente de Polícia Federal para participar de todas as sessões desta CPI.

Em votação.

Os Srs. Parlamentares que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... antes da apreciação dos requerimentos já constantes da pauta, eu gostaria de solicitar a apreciação de dois requerimentos extrapauta. Em um, apresentamos uma ideia inicial do plano de trabalho imediato da Comissão e, no outro, esta proposta de primeira audiência pública para debate e discussão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Também gostaria de acrescentar dois requerimentos extrapauta. Em um deles, requeiro da Consultoria Legislativa da Câmara e do Senado um estudo técnico a respeito da legislação comparada sobre *fake news* em outros países e, no segundo requerimento, que o Tribunal Superior Eleitoral possa nos encaminhar o relatório completo do grupo de trabalho criado pela Presidência do TSE para investigar divulgação de *fake news* durante o processo eleitoral de 2018.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação...

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Pela ordem.) – Também coloco à apreciação de V. Exa. um requerimento, com sugestões aqui para convidados à audiência pública, o Requerimento nº 10.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador, eu vou ler os requerimentos, depois a gente começa a discutir essa matéria.

Antes, porém, eu queria informar aos senhores e às senhoras que eu estive há pouco com a Ministra Rosa Weber, Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, e ela já me entregou um resumo de todos os trabalhos do TSE até então.

Requerimento nº 1, de 2019. Requer a convocação do representante legal da empresa WhatsApp no Brasil para prestar depoimento. Autoria: Deputada Luizianne Lins.

Em votação.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, só para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para discutir, Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Para discutir.) – Queria que a autora explicasse o fato concreto e objetivo de estar convocando qualquer pessoa do WhatsApp. Ela pode defender o requerimento?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Uma questão de ordem também, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte: eu vou ler os requerimentos, que são todos da própria Deputada Luizianne, porque aí, na hora dela, ela faz um resumo do motivo da escolha, do motivo dessa convocação.

Requerimento nº 2. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google.

Requerimento nº 3. Requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter.

Requerimento nº 4. Requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube.

Requerimento nº 5. Requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram.

Requerimento nº 6. Requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook.

Requerimento nº 7. Requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento.

Requerimento nº 8. Convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento a esta CPMI.

Requerimento nº 9. Requer a convocação do representante legal de serviço de mensagens instantâneas Telegram.

Consulto o Plenário acerca da possibilidade de realizarmos a votação em globo dos requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, antes, porém, eu queria também colocar em votação, porque houve aqui um pedido e convocação de todos, somente quanto ao The Intercept, que houve um convite. Eu acho que teremos que ter tratamento igualitário.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos colocar em também em votação em vez de convite, convocação.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Ou o contrário, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para questão de ordem, Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deputado Filipe Barros, PSL, Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... Filipe Barros, PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para questão de ordem.) – Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras, nós apresentamos, Sr. Presidente, requerimentos de adiamento de votação relativos a todos os requerimentos ora em pauta, bem como requerimento solicitando a votação nominal individualizada de cada um dos requerimentos.

Portanto, solicito a V. Exa. que seja observado o Regimento desta Casa e que seja feita a votação individualizada de cada um desses pontos antes do mérito desses requerimentos, votarmos também o requerimento de adiamento que nós já protocolamos à Secretaria desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, eu aprendi, ao longo dos meus 30 anos de vida pública, que o Plenário é soberano. Eu acato sua questão de ordem, mas vou colocar em Plenário se devemos votar em separado ou em conjunto, já que se trata do mesmo tema; só muda aqui, na verdade, a empresa que será convocada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como todos esses requerimentos partiram de minha autoria, eu gostaria de justificar o seguinte... O objeto de constituição desta CPMI é exatamente a suposta – ninguém está dizendo que houve, mas a gente está fazendo uma suposição de um processo de... Aliás, existe hoje um processo de *fake news* em todas as redes sociais. Como é que a gente começa a fazer uma investigação, se a gente não chama...?

É assim: a internet é um instrumento, só que as redes sociais todas e as mídias sociais, para quem não sabe e usa muito bem, são um processo objetivo de utilização dessa ferramenta que é a internet. Então, é impossível a gente começar a procurar ou a investigar qualquer coisa, sem nenhuma antecipação de nada, se a gente não ouvir as próprias empresas que hoje são responsáveis pela constituição desses compartilhamentos, digamos assim, do ponto de vista do que a sociologia diz ser chamado fala pública. O que está hoje no Telegram, no Instagram, no Whatsapp, no YouTube, no Facebook e no Google são coisas ditas falas públicas, ou seja, compartilhadas como a televisão na década de 50.

Portanto, eu não consigo entender o questionamento que está sendo feito aqui sobre ouvir os próprios detentores ou as pessoas que são responsáveis por essas empresas no Brasil. Para mim, já há aqui, de fato, uma coisa meio de confissão de culpa de quem questiona isso. Como é que nós vamos investigar uma coisa sem ouvir as próprias empresas que operam isso?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu queria dizer isso na minha defesa.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Art. 412 do Regimento do Senado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputada Caroline de Toni, do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Caroline.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Nós só poderíamos votar em bloco se houvesse um acordo por unanimidade. Peço aqui licença para ler o art. 412 do Regimento Interno do Senado. É por uma questão de princípio.

Art. 412. A legitimidade na elaboração de norma legal é assegurada pela observância rigorosa das disposições regimentais, mediante os seguintes princípios básicos:

.....
III - impossibilidade de prevalência sobre norma regimental de acordo de lideranças ou decisão de Plenário, exceto quando tomada por unanimidade mediante voto nominal, resguardado o quórum mínimo de três quintos dos votos dos membros da Casa;

Como não há unanimidade aqui – no mínimo, vejo cinco Parlamentares contra –, não há como fazer votação em bloco. Essa é a questão de ordem: art. 412, inciso III.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, até para esclarecer mais, eu já recebi da nossa Secretaria que todas essas plataformas citadas já estão aguardando o agendamento, já se predispueram a vir sem precisar nem de convocação, nem tampouco de convite.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havendo acordo, não há como fazer assim, Presidente, com toda a licença para dizer...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – E outra coisa, Presidente: Whatsapp e Telegram são...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do mesmo...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... redes sociais privadas, não são públicas. As pessoas conversam, entre Whatsapp e Telegram, coisas privadas. (*Fora do microfone.*)

Há de se diferenciar as redes sociais.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Pela ordem, Presidente, também. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Flávio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – É só para esclarecer a razão do meu questionamento.

É uma questão muito óbvia. E acaba de haver, sim, uma confissão de culpa de quem protocolou esses requerimentos. Eu perguntei qual o fato determinado. Não existe. Na verdade, o que está claramente visto aqui por qualquer um é que vão

trazer aqueles que instrumentalizam as redes sociais ou os meios de conversa privados para começar a buscar um fato determinado, se é que ele existe, pois ele não está configurado aqui. Então, não existe uma razão específica para isso: o Whatsapp promoveu *fake news* em situação "a", "b" e "c"...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Já, já, pode-se dizer.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Então, Presidente, temos que tomar muito cuidado com os procedimentos que vamos tomar nesta Comissão para que não estejamos aqui perdendo o nosso tempo e já havendo um direcionamento muito claro para os embates aqui, inclusive, Presidente, já com alvos predeterminados sem haver também absolutamente nada contra os alvos. Por exemplo, o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu vi em um veículo de comunicação, em uma entrevista que seria de V. Exa., inclusive, Presidente desta CPI, ameaçando de prisão o Vereador Carlos Bolsonaro. Eu quero saber se é *fake news* ou não é, porque, se se iniciam os trabalhos de uma CPI, que é importante... Ninguém é a favor da divulgação de notícias falsas. Agora, eu vou estar aqui presente para garantir o direito de expressão, a liberdade de as pessoas defenderem os seus pontos de vista. Não é por que alguém é agredido em uma rede social que está cometendo uma *fake news*. Ainda mais nós, que somos pessoas públicas, somos frequentemente alvos de ataques: alguns fundados, outros infundados, mas que isso não se confunda com *fake news*.

Então, Presidente, quero fazer essa observação aqui. É importante a gente combinar os procedimentos que vão conduzir os trabalhos desta CPI, sob pena, repito, de estarmos aqui desperdiçando nosso tempo, desperdiçando dinheiro público e criando um palco para algum *show*, que eu espero não seja lamentável.

Então, são essas as considerações que eu quero fazer, Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, o requerimento aprovado para a constituição desta CPMI é bem claro, para investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia. Então, o fato determinado já veio criado na Constituição da CPMI.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Totalmente amplo, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não podemos entrar aqui, agora, atrás de fato determinado, porque isso era para ser discutido na criação da CPMI; não agora. Agora, nós temos que tocar o trabalho e discutir a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi discutido, Presidente, com todo o respeito. Tanto foi discutido que se entrou com mandato de segurança no Supremo Tribunal Federal, inclusive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quanto à questão do caso Bolsonaro que V. Exa citou, é para você ver como a gente tem que realmente coibir esses atos. Para o senhor ter uma ideia, quando eu dei uma entrevista na TV Câmara, em Salvador, me perguntaram qual era o poder de um Presidente de CPI. Eu falei: se você convocar uma testemunha e ela mentir, eu posso dar voz de prisão. Isso não é lei minha, não. Isso está no Regimento Interno do Senado e no Código Penal.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas, desculpe, quando V. Exa. cita especificamente uma pessoa, eu posso entender que é uma ameaça à pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, eu fui perguntado. É a mesma coisa de eu perguntar ao senhor. O senhor responde se quiser. Ela me perguntou e eu disse: se for como testemunha, não for convocado político...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu não sei se foi V. Exa. ou se foi o Relator da CPI que teria dado essa manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, para o senhor ter uma ideia do que é *fake news*, o que é desinformação, no próprio blogue que está correndo, no próprio grupo, que está lá com o BP, BF, eu não sei bem, está dizendo, a manchete é: "Coronel prende Carlos Bolsonaro". Eu não prendi ninguém, pelo menos ainda não prendi ninguém, e espero que não haja essa necessidade. Agora, já atribuir para se criar um fato, para se criar já esse dogma, para se criar já essa separação, isso não existe.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Eu estou perguntando a V. Exa., para que não haja dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É por isso que é importante a divulgação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, eu pediria a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, na verdade, existem duas questões que tem que ser avaliadas aqui. Nós não vamos, em cada requerimento, em cada convite, em cada documento que se pede, ter que ter um fato determinado. Não, o fato determinado a CPI já definiu. Então, não tem que se fazer essa discussão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No nosso entendimento, não há fato...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Por favor, respeitem a minha palavra. Eu quero falar aqui. Por favor, respeitem. Então, quando nós formos discutir as *fake news* de que andam por aí dizendo para os pais não vacinarem os filhos, por onde elas circulam? É por essas empresas. Nós temos que saber como é que isso funciona, se aquilo é uma coisa que tem um grupo determinado para fazer, se não é. Do mesmo jeito, os fascistas que atacaram o Supremo Tribunal Federal, o Presidente do Senado Federal, o Presidente da Câmara Federal...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Congresso Nacional.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Congresso Nacional. Usaram o que para fazer chegarem essas *fake news*? Então, Presidente, eu peço a V. Exa. que não abra mais esse debate de ficar, agora convidou fulano de tal... Qual é o fato determinado? O fato determinado de convocar o Google, WhatsApp, Instagram, todos eles é porque as *fake news* circulam por intermédio deles. É por intermédio deles. Provavelmente eles sabem de onde parte, quem faz. Então, há que vir para cá, a não ser que não estejam querendo que a CPI funcione.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A não ser que seja essa a questão que está colocada em jogo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, só para contribuir com a fala do Senador Humberto, rapidamente, uma frase só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É porque há precedência na inscrição, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É que o Senador Humberto citou os fascistas que pregam o fim do STF.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas depois V. Exa. peça uma questão de ordem aí.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou com uma frase aqui que eu acho que vale a pena a gente investigar, Senador, abre aspas: "Nós temos que redesenhar o papel do Judiciário e o papel do STF. Tem de fechar o STF". Essa é uma frase absurda. Quem disse essa frase foi o Wadhi Damous, ex-Deputado do PT.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Outra coisa, para vocês terem uma ideia, após ter sido eleito por V. Exas. para presidir esta CPMI, eu já tenho praticamente, aqui hoje chegaram quatro novos *e-mails* e ameaça de morte também na internet. Eu quero avisar a esses paladinos da justiça e da morte, os lampiões, porque no Nordeste são os lampiões, os coriscos, que meu corpo é fechado, e estou à disposição para qualquer embate em qualquer arena.

Agora, espero que aqueles que me ameaçam coloquem a cara e o endereço. Não fiquem se utilizando de uma marca pessoal, de uma caricatura para se esconder. Inclusive, um desses, já descobri. Já a polícia, numa altura desta, deve estar já o inquirindo, e a ideia é tentar colocá-lo realmente, indiciá-lo. E espero que a Justiça o coloque na cadeia e pena máxima, oito anos, que eu ainda acho pouca para esse povo que se utiliza de perfil falso, que são frouxos, não têm coragem para poder falar de alguém. Quem quer falar de alguém, é a democracia, não é obrigado nós concordarmos com quem está no poder ou fora do poder; mas mostre a cara na tela, não pode se esconder. Aí é frouxidão, é falta de caráter.

E esta CPMI visa isso. É que a gente bote um marco nessa internet brasileira, para que não sejamos alvos todo dia de um ataque. Não só os políticos...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... mas é Judiciário, é família, é tudo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, eu requeiro...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Inscrição, Carla Zambelli, por favor, Presidente. Me inscreve, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Eduardo Gomes.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu quero cumprimentar...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Presidente, o senhor me inscreve, por favor?

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – ... os Deputados, Deputadas e Senadores e quero, Sr. Presidente, tentar dar uma contribuição de encaminhamento aos trabalhos desta CPI, entendendo que V. Exa. legitimamente foi eleito. Participei da sua eleição.

Quero dizer que nós temos uma grande oportunidade de começar os ordenamentos do funcionamento desta CPI, fazendo exatamente o contrário do que criticamos na prática de *fake news* recentemente em todos os partidos, em todas as situações. Não há um político brasileiro, na esfera municipal, estadual, federal, que não tenha sido vítima de *fake news*. Não há exceção, não há exceção.

Só que eu queria, Sr. Presidente, a título de contribuição e com a compreensão de todos os Parlamentares, Deputados, Deputadas, Senadoras e Senadores, propor que nós tenhamos um senso prático nesta CPI para entender que são quatro fatos determinados e que, por uma questão de ansiedade da sociedade sobre esta Comissão Parlamentar de Inquérito e uma necessidade de tratamento igualitário, de razão nos debates desta CPMI, que nós tenhamos de restabelecer a ordem do que é o funcionamento da CPI, a partir da análise do plano de trabalho da Sra. Relatora, da Deputada Lídice da Mata. Então, o que eu queria propor era a suspensão da Ordem do Dia, clara e evidente, de todos os requerimentos, para que a Sra. Relatora possa fazer uma reunião com os membros da CPI ou com os Líderes de partido para que, por uma questão de bom senso, nós tenhamos as condições de trabalho necessárias para o funcionamento da CPI. Senão, Sr. Presidente, o que vai acontecer é a contaminação desses trabalhos para qualquer razão de resultado.

Eu brincava ontem... Eu tive oportunidade, pelo Senado, de presidir a medida provisória da proteção de dados. Nós propusemos aqui a inclusão da proteção de dados na Constituição. Esse é um assunto novo, é um assunto que palpita no mundo inteiro. Nós não estamos discutindo aqui nada diferente do que se discute na Europa, nos Estados Unidos ou em qualquer lugar. Agora, nós precisamos de razão. São Parlamentares que precisam se entender. E, previamente, para que isso aconteça na sua ordem natural, eu acho que nós deveríamos suspender a Ordem do Dia e promover uma reunião de Líderes, analisando o plano de trabalho da Relatora. E, assim, Sr. Presidente, deixar de contaminar os trabalhos da CPI com aquilo que a gente chama de "midialite", porque a coisa mais fácil que há para quem opera Whatsapp no País, de qualquer partido, é contaminar a CPMI.

Então, Sr. Presidente, eu queria propor aos Líderes de todos os partidos para que a gente consiga, nesta primeira reunião, reordenar os trabalhos, a partir da proposta de plano de trabalho da Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, nós temos até o dia 23 de dezembro para encerrar os trabalhos desta CPMI. Nós temos de ser céleres. Se formos, para tudo que parar aqui, fazer uma reunião, nós não vamos chegar a lugar algum. Eu acho que esta CPMI não visa, ela não tem alvo. Da minha parte, como Presidente, garanto aos senhores que não existe alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A não ser que alguém queira já se tornar alvo. Aí é diferente. Aqui não há alvo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Claro. Eu acredito nisso também. Mas, para contribuir, Sr. Presidente, andar direito torna a CPMI célere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E a nossa Relatora já está com o seu plano de trabalho... Quando ela tiver oportunidade, porque, evidentemente, com essa chuva de questões de ordem, ela não pôde ainda nem ler o seu plano de trabalho para, assim, colocá-lo à apreciação de V. Exas.

Mas eu ouvir aqui o Deputado Rui Falcão; depois, a Deputada Carla Zambelli; e o Senador Alessandro. Em seguida, vamos passar a palavra à Senadora para ela ler o seu plano de trabalho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu acho que é muito importante a gente não contaminar a CPI. Tem razão o Senador. E, na semana passada, o Senador Alessandro Vieira fez uma ponderação muito importante aqui. Trata-se de um processo de investigação, e investigação não tem dono. Permita-me citá-lo: "Se tem dono, é perseguição". Nós não queremos perseguir ninguém aqui.

Quando se convocam essas empresas, essas plataformas, é justamente para não ter preconceito. Nós queremos conceituar o que é *fake news*. Como é que essas plataformas funcionam? Esse é um problema mundial. Nós não estamos preocupados com o processo eleitoral de 2018, que é um dos focos. Há outras questões: a prostituição infantil, a exploração de crianças,

o estímulo ao suicídio, a *deep web*. Então, essas plataformas vêm aqui para explicar como funcionam, quais são os seus regulamentos. Por exemplo, o Twitter bloqueia tudo o que diz respeito à exploração sexual de crianças, bloqueia tudo o que diz respeito à apologia da tortura. Então, cada plataforma dessa tem seus regulamentos. Nós queremos conhecê-las e para isso é fundamental que sejam ouvidas previamente, sem nenhum preconceito.

Então, não se trata de, a cada convocação dessas empresas, que eu acho que virão espontaneamente, porque estão sob vigilância no mundo todo. Inclusive, na Europa, hoje estão instituindo tributação sobre essas empresas. Há os monopólios chamados Gafa, que é o Google, a Amazon, o Facebook... Então, é um trabalho de reconhecimento prévio até para que a gente possa saber em que campo estamos trabalhando.

Mas eu concordo com o Senador que, se há tanta preocupação com a própria CPMI, que se ouça primeiro o plano de trabalho. Eu acho que há quatro focos que podem ser explorados previamente. Nós estamos mais preocupados antes com a conceituação, com o entendimento do que propriamente com o trabalho direto de investigação.

Note que o meu requerimento extrapauta é justamente para que a gente possa ter uma consultoria aqui, conhecendo a legislação internacional, fazer uma legislação comparada, e que a gente possa ao final produzir algo que sirva para a sociedade. Então, é nesse sentido que eu acho que as ponderações do Senador são judiciosas e que nós deveríamos levá-las em conta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu tenho a convicção de que direitos humanos são das pessoas. A privacidade tem que ser preservada a qualquer custo. A partir do momento em que a nossa privacidade é quebrada, vamos chegar aonde neste País?

Então, é importante a gente tentar coibir essas ações dessas plataformas sociais. Eles ganham pelo tráfico de dados. Então, eles podem nos ajudar, como já estão ajudando nos Estados Unidos. Então, a gente precisa também colocar o Brasil nesse mapa de conter esses excessos nas redes sociais.

Com a palavra a Deputada Carla Zambelli.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Boa tarde a todos.

Presidente, muito me preocupa quando o senhor diz que levanta um caso específico do senhor e coloca isso como se fosse um palanque pessoal. Marco civil da internet já foi discutido, o art. 18 e 19 tratam bastante disso, do marco civil. E querer mudar o marco civil da internet é tornar àquele discurso de censura. Nós não podemos censurar.

Eu acho que não tem que ser objetivo desta CPMI a censura à internet. E tomar cuidado para que cada um não faça disso um palanque pessoal, até porque, se se for tratar de um palanque pessoal e falar de ameaças, de uma forma aberta, a gente tem ameaças, e eu sou ameaçada todos os dias, todos os dias eu recebo ameaça de morte e nem por isso eu vou tratar do meu caso específico aqui nesta CPMI... Se é para tratar de um caso específico, que seja um caso específico que tenha gerado algo concreto, como, por exemplo, a facada do Jair Bolsonaro. Tentaram matar o nosso Presidente há um ano atrás. Até hoje não sabemos quem mandou matar Jair Bolsonaro e foram as *fake news*, que fazem o tempo todo do nosso Presidente, que levaram pessoas malucas a pensar que ele era misógino, homofóbico, racista etc. Então, se existe algo em concreto que foi feito de *fake news* nas redes sociais contra uma pessoa é contra o nosso Presidente Jair Bolsonaro, que quase morreu por causa das *fake news* que espalham nas redes sociais, isso em última análise. Em uma primeira análise...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor acha que a facada foi *fake news*?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – *Faca news*?

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu disse que *fake news* a respeito do nosso Presidente o levaram à morte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores, vamos manter a calma.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Respeito é bom e... O senhor me garanta a palavra Presidente, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a calma gente, vamos manter a calma.

Com a palavra a Deputada Zambelli, para concluir.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso em última análise, porque, em primeira análise, obviamente, existe um mandante do assassinato do Jair Bolsonaro. E a gente vai descobrir quem é. Faz um ano que isso aconteceu. Nós não esquecemos. Isso, sim, é um fato concreto, um fato concreto que levou quase à morte o nosso Presidente, que está hoje no hospital...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou lhe dar um conselho: requer uma CPI para isso.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu só quero dizer o seguinte, Presidente: não façamos desta CPMI um palanque para a esquerda, porque a direita tem muito assunto para discutir também. E, se for para fazer palanque, então, a gente monta um palanque completo. Agora, se é para a CPMI virar fla-flu... Eu estou dizendo isso porque o senhor me levou a falar isso. O senhor pegou uma ameaça sua, levantou e disse que essa pessoa tem que ir para a cadeia. Ora, se cada um de nós aqui que for ameaçado trouxer e disse fazer um palanque pessoal, não vamos terminar nunca esta CPMI. Então, que seja algo concreto – o Senador Eduardo tem uma proposta concreta –, que ela seja analisada. Agora, não façamos disso um palanque pessoal porque, senão, nós, o PSL, vamos transformar isso num palanque também para tentar entender algo concreto. Tentaram matar o nosso Presidente. E estão tentando fazer *fake news* até hoje em relação ao nosso Presidente. Nós estaremos aqui para defendê-lo até o final da CPMI, se for preciso, mas não façamos disso um palanque de fla-flu, Presidente, porque, senão, eu tenho certeza absoluta de que o nosso lado vai ganhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já é ganhadora, não é, Deputada? A senhora tem toda a razão. Cada um torce pelo seu time. Isso é normal. Eu quero dizer também que não tenho time.

Com a palavra o Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE. Pela ordem.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom, apenas para fazer alguns pequenos registros. E me somo à questão do aguardo do plano de trabalho. Evidentemente, só pode ter funcionamento uma CPI dentro de um plano de trabalho, mas já antecipo uma opinião, uma opinião baseada em quem tem convivência com essas empresas num trabalho de investigação. Eu já fiz muita investigação na vida, tendo que interagir com Facebook, essa turma toda. E não é simples.

A ponderação já é clara no sentido da necessidade, sim, de convocação e não de convite, porque é assim que se portou o Parlamento em qualquer lugar soberano do mundo. Então, não é possível, ainda mais quem enche a boca para falar de soberania, abrir mão porque não se quer convocar os representantes das corporações que controlam o fluxo de informação no mundo. E controlam mesmo. A gente precisa ter conhecimento de como funcionam os algoritmos, como você faz a distribuição de dados, quem paga por isso, quem ganha com isso, onde ficam armazenados os dados de tantos e tantos diálogos, porque todas essas empresas vivem não de prestar o serviço de comunicação, mas da venda do conteúdo extraído das comunicações. Isso é evidente.

Então, acredito que os requerimentos de convocação são importantíssimos. E, como o senhor bem falou, temos um prazo, um prazo bastante estreito, para a investigação, algo complexo. É importante aprovar logo as convocações para que se possa fazer uma agenda sólida, sóbria, com questionamentos técnicos. Já adianto a V. Exa. e à Relatora a sugestão para que façam a convocação ou o convite de equipe técnica para a assessoria, porque não é uma coisa simples. É uma coisa totalmente fora da rotina do Parlamento, enfim, tradicional.

Mas, com relação à questão do fla-flu político, é claro que é um fla-flu. Eu queria que houvesse até mais times no jogo, mas, enfim, é claro que é um fla-flu. A gente não precisa fazer aqui um cavalo de batalha disso. São Casas políticas. Esta é um Comissão Parlamentar Mista, onde vamos ter Parlamentares de cada partido tentando ter um proveito político das coisas. É fato. Então, a gente não precisa perder tempo com isso.

E, em termos de encaminhamento, apenas uma sugestão de encaminhamento, tão logo superada a etapa da apresentação do plano de trabalho da Exma. Relatora, que se faça logo a votação dos requerimentos – se for nominal, nominal; se for por consenso, consenso – para que possamos avançar na pauta, porque há muita coisa para trabalhar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata para falar sobre o seu plano de trabalho.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Questão de ordem, Presidente. Não pode ser lida a apresentação do plano de trabalho, primeiramente, porque não está na pauta. E faço essa questão de ordem com base no art. 47, parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e art. 108 do Regimento Interno do Senado, que peço permissão para ler porque se trata aqui do respeito às normas que regem os trabalhos desta Casa, em especial, desta CPMI.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Primeiro, Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com licença. Não, por gentileza, nós temos que cumprir a lei e o Regimento Interno, até porque...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora não sabe o que eu vou falar, por favor.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Até porque, Presidente, é questão de ordem e quero que respeitem a minha palavra. Até quero dizer que o PT muito fala que defende as mulheres e acabei de ter um ato de total desrespeito aqui do Senador do PT. Inclusive quero que me seja assegurada a palavra porque não dá para ler o plano de trabalho se não está sequer no sequencial. Então, eu vou ler aqui, até para que a gente saiba que leis a gente está respeitando aqui nesta CPMI. Começo pelo Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Art. 47. O Presidente da Comissão Permanente organizará a Ordem do Dia de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com os critérios fixados no Capítulo IX do Título V.

Parágrafo único. Finda a hora dos trabalhos, o Presidente anunciará a Ordem do Dia da reunião seguinte, dando-se ciência da pauta respectiva às Lideranças e distribuindo-se os avulsos com antecedência de pelo menos vinte e quatro horas.

Esse é o Regimento Interno da Câmara dos Deputados.

Como nós estamos em uma CPMI mista e não tem lei específica, nós temos que fazer uma interpretação sistêmica. Então, o nosso Regimento Interno da Câmara dos Deputados fala aqui que seriam 24 horas de antecedência e isso não foi cumprido porque podem olhar ali no sequencial do sistema – e cada Deputado tem nos computadores – só tem os requerimentos. No mínimo, deveria estar aqui para nosso acesso. Que plano secreto é esse que a gente não poder ter acesso com antecedência?

Agora, parto aqui para o Regimento Interno do Senado.

Art. 108. As reuniões das comissões serão iniciadas com a presença de, no mínimo, um quinto de sua composição, salvo o disposto no § 3º do art. 93.

§ 1º A pauta dos trabalhos das comissões [que é o caso], salvo em caso de urgência [que não é o caso], será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis.

Verificando aqui a nossa tela – peço a todos os Deputados e Senadores que verifiquem –, não está presente. Então, só se for uma apresentação informal do plano de trabalho porque nós teremos que deliberar acerca desse plano de trabalho, até porque, Presidente, com o devido respeito, na primeira oportunidade de instalação desta CPMI, nós, Deputados aqui presentes, ficamos atônitos e espantados com a manifestação do Deputado autor do requerimento, Deputado Alexandre Leite, do DEM, que foi quem colheu as assinaturas, quem formulou, quem teve a intenção do que seria o objeto determinado, que de tão indeterminado foi objeto de mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal, que por acordos antirrepublicanos – não sei por que cargas d'água – não foi deferido porque está flagrante a falta de um fato determinado nesta CPMI e nós temos esse direito regimental de impugnar a existência desta CPMI. Se nós entendemos que não há fato determinado, como não há, é nosso direito.

Então, só voltando aqui para a questão de ordem...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, que delimitem o meu tempo se querem, senão vamos seguir para termos um regimento, uma ordem, uma lei aqui para seguir.

Eu tenho cinco minutos, Presidente. Então, eu peço que marque cinco minutos, por gentileza, já que não foi marcado até agora o meu tempo, pelo art. 131 do Regimento Comum.

Então, Presidente, quando nós vimos o Deputado autor do requerimento, o Deputado Alexandre Leite, pedir a renúncia desta Comissão porque ela havia sido desvirtuada por um acordo realizado e vimos os Deputados da oposição tomar a palavra e falar abertamente da campanha do Presidente Bolsonaro e daí, com todo respeito à Relatora, até porque não tenho nenhuma relação pessoal, mas falo aqui como Parlamentar da situação, saiu para uma coletiva de imprensa e afirmou também.

Então, está muito claro o objetivo disso aqui. Isso aqui é um tribunal de exceção para julgar o nosso Presidente, para julgar a sua campanha, para propagar *fake news*. Tem gente que diz que ele nem recebeu facada, Senador. *(Risos.)*

Tem gente que acredita que isso é *fake news*. Em que mundo a gente vive? Para a esquerda, o mundo subjetivo é maior do que a realidade dos fatos.

Então, com todo o respeito, nós não podemos infringir as regras que regem o Regimento Comum, o Regimento Interno da Câmara e do Senado. E aqui é claro. Então, numa interpretação sistêmica do art. 47 do Regimento Interno da Câmara, parágrafo único, numa visão sistêmica, e o art. 108 do Senado, no mínimo dois dias úteis ou 24 horas, e não está no sistema. Então, pode haver a leitura informal, dando-se conhecimento antecipado para nós, com inserção no sistema, para que depois façamos objeto de deliberação.

Então, peço que enfrentemos os requerimentos de adiamento de votação e os requerimentos que, esses sim, são objeto da pauta. O que é objeto da pauta hoje e que a gente pode deliberar? Requerimentos, os requerimentos que estão aqui. No mais, nada mais pode ser feito sob pena de violação das normas que regem a Casa.

Muito obrigada.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, Presidente, o art. 89 do Regimento do Senado é claro:

Art. 89. Ao Presidente de comissão compete:

I - ordenar e dirigir os trabalhos da comissão;

II - dar-lhe conhecimento de toda a matéria recebida;

III - designar, na comissão, relatores para as matérias;

IV - designar dentre os componentes da comissão, os membros das subcomissões e fixar a sua composição;

V - resolver as questões de ordem;

VI - ser o elemento de comunicação da comissão com a Mesa, com as outras comissões e suas respectivas subcomissões e com os líderes;

VII - convocar as suas reuniões extraordinárias, de ofício ou a requerimento de qualquer de seus membros, aprovado pela comissão;

VIII - promover a publicação de atos;

IX - solicitar, em virtude de deliberação da comissão, os serviços de funcionários técnicos;

X - convidar, para o mesmo fim e na forma do inciso IX, técnicos ou especialistas;

XI - desempatar as votações quando ostensivas;

XII - distribuir matérias às subcomissões;

XIII - assinar o expediente da comissão.

E no artigo, Deputada, 108: "A pauta dos trabalhos das comissões, salvo em caso de urgência, será disponibilizada em meio eletrônico no portal do Senado Federal, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é o caso de urgência, Presidente, com todo o respeito.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está aqui no Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois dias úteis, Presidente, parte final do art. 108.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas eu estou decretando que é uma urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Onde é que está a urgência?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Presidente, pela ordem, para contribuir.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui, dois dias úteis, antecedência mínima.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, eu já tive a oportunidade de participar de várias CPIs. Realmente, o que nós temos que deliberar e votar são requerimentos. O plano de trabalho é uma apresentação que o Relator ou a Relatora fazem de como pretende conduzir. Ele não é votado, ele não é votado. Ele não é requerimento. O que a Relatora deve apresentar é qual a sua metodologia de investigação da CPI, que ela vai orientar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não precisa nem ser apreciado em Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – ... acatando ou não sugestões do Plenário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precisa ser deliberado, sim, pelo Plenário.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, não tem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A relatoria não, o relatório dela não.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não é... O plano de trabalho é uma orientação da Relatora. E o que consubstancia esse plano de trabalho, as convocações ou convites ...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No mínimo, tem que pautar com antecedência.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra.

O que consubstancia, o que dá corpo a esse plano de trabalho são os requerimentos de convocação ou de convite. Portanto, é necessário que ela apresente a estrutura do que ela pretende fazer, e os requerimentos de convocação vão ser aquilo que é o esqueleto da CPI.

Então, eu acho que a gente deve ouvir a proposta de encaminhamento da Deputada Lídice da Mata e depois deliberar os requerimentos, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, ela á próxima inscrita.

Com a palavra a Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não foi resolvida a minha questão de ordem. Qual será o próximo passo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora quer cercear a palavra da sua colega?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu quero saber se...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora falou já quatro vezes, ela não falou nem uma vez!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A solução... A resposta para a minha questão de ordem. Eu tenho direito a uma resposta, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela quer falar primeiro! Eu estou dando a questão de ordem. Ela quer falar. A senhora pode deixar que ela fale?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Entendi agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se não puder, me diga, que a gente dá um jeito de tirar o microfone dela.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, só pela ordem...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Como Relatora, Sr. Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... antes da Senadora...

Presidente!

Presidente, seria importante...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado! Deputado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Seria importante que a gente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está concedida à Deputada Lídice da Mata.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que quando tem alguém falando tem vários interrompendo; que quem está com a palavra, que possa se expressar sem interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, primeiro eu quero saudar a presença de todos os Senadores e Senadoras, membros desta Comissão, que desejam contribuir para que nós possamos aqui dar um exemplo ao Brasil da importância que esse tema tem em nosso País. Todos têm absoluta certeza de que esse fenômeno que acontece nas redes sociais não é um fenômeno nacional, mas sim um fenômeno internacional, e todos os países se debruçam sobre ele para, exatamente, analisarem as repercussões negativas sobre a vida da sociedade.

É nesse sentido que eu quero dizer que os Deputados e Senadores que estiverem contra esta CPI infelizmente vão ter que aguardar o resultado do julgamento no Supremo, como entraram, porque, por enquanto, o máximo que é possível ser feito é justamente fazer um pouco, eu diria, de obstrução, como V. Exas. estão tentando fazer – mas cabendo sempre o recurso ao Presidente de colocar em votação aquilo que estiver em debate, para que as coisas possam acontecer, senão nós vamos ficar dando um espetáculo muito negativo à Nação, de que não é possível discutir nenhum assunto com seriedade nesta Casa.

De minha parte, já disse isso na primeira sessão e vou repetir: vocês vão ter uma Relatora que está aqui para ouvir e contribuir para investigar, é este o papel. E a investigação está dada, os seus pontos, no requerimento para instalação da CPI, que, pelo Regimento da Casa, teve número suficiente para se instalar. E é assim que acontece na Casa: é o número que dá condição de instalação de uma CPI. Essa Comissão determina o seguinte: "Investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público"; segundo ponto: "a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018". Não sou que estou introduzindo esse assunto; é o requerimento do Relator que introduz esse objetivo. "A prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças" – crianças! E eu fui aqui nesta Casa coordenadora da Frente Parlamentar da Infância durante os oito anos de mandato que tive como Senadora – "para o cometimento de crimes de ódio e suicídio", com a seguinte justificção... E aí segue uma justificção imensa, que é feita por aquele Deputado que é o autor do requerimento, e recebeu mais de 300 assinaturas de apoio entre Deputados e Senadores, portanto, alcançou aquele que é, digamos, o condicionante para que essa CPI se instale.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele renunciou, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O nosso plano de trabalho...

A renúncia é individual, é ato individual em qualquer circunstância da vida, Deputada, renúncia é ato individual. Isso não exclui, não impõe a esta Casa, ao Congresso Nacional, a retirada do requerimento.

Mas o que pretendia dizer era justamente o método de trabalho que nós devemos ter aqui.

Eu não acho que seja necessário que a gente faça uma reunião com os Líderes todos da Casa, Câmara e Senado, para definir uma prática de trabalho entre nós, somos todos adultos e recebemos o voto do povo, imagino, todos com condições, portanto, para deliberar sobre esses assuntos.

Proponho que as atividades possam ser realizadas através:

- a) De audiências públicas com especialistas e autoridades;
- b) Com estudos e pareceres técnicos;
- c) Em missões externas;
- d) Em sessões de debates;
- e) Em reuniões técnicas e administrativas, que são indispensáveis em qualquer CPMI ou CPI da Casa, pois nós vamos ter algumas sessões que serão meramente administrativas;
- f) Interação com a sociedade utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Esta é a formatação do trabalho que nós queremos desenvolver.

Eu queria dizer que só com o anúncio da nossa relatoria e, certamente, também da Presidência desta Casa já temos um número imenso de entidades colocando-se à disposição, querendo ser ouvidas sobre essa temática, assim como especialistas das universidades que assim se colocam.

Esses requerimentos sobre as pessoas que virão serão feitos a partir da proposição dos senhores todos, Deputados e Senadores, e postos em votação. Portanto, é o conjunto quem decide quem é que vai ser convidado.

Nas temáticas iniciais, claro, compreendendo até a preocupação do Senador Flávio, o primeiro ponto que proponho é justamente a conceituação e delimitação do que são *fake news* e seus impactos na sociedade.

Estrategicamente concordando com a Deputada também e com o Senador que falou, o papel das empresas digitais *versus* o fenômeno de *fake news* – ou e o fenômeno de *fake news*.

Como é que isso ocorre? Como é que se desenvolve? Qual o marco legal que cada uma dessas empresas comporta? Para que ela possa passar por um debate mais atualizado.

Segundo, esse debate é atualizado a cada momento porque esse é um fenômeno novo na sociedade mundial. Com o que acontece hoje, a legislação já fica velha porque novas são as técnicas e ferramentas que se colocam, e as velhas ferramentas são usadas de novas maneiras, impactando de maneira também absolutamente nova sobre a vida da sociedade. E aqui falo da vida da sociedade em geral, sem entrar ainda na política, que é indispensável.

Esta Casa é política e qualquer fato que analise o analisa de maneira política com consequência política para gerar leis ou não.

O papel do Poder Judiciário e o fenômeno da *fake news* no Brasil. Já temos até um início de relatório, mas o CNJ analisa o fenômeno da *fake news*, o Supremo analisa o fenômeno da *fake news*, o TSE analisa o fenômeno da *fake news* em diversos processos.

Portanto, nós precisamos ter aqui a presença desses Poderes e, num momento, eventualmente, se não puderem, que esta Comissão possa constituir uma comissão ou ir até esses Poderes para ouvir o que eles têm a dizer a respeito.

O debate, o estudo sobre a Lei de Privacidade de Dados, como aqui foi ressaltado pelo Senador também. A Lei de Privacidade de Dados se relaciona de forma muito objetiva com toda essa discussão que nós estamos tratando. Essas redes não podem funcionar se não tiverem ao seu dispor um conjunto de dados que eles ou comprem ou adquirem de alguma outra maneira para poderem se posicionar ou fazerem as suas mensagens chegarem até cada uma das pessoas.

Consequências da produção e disseminação da desinformação, abasileirando, ou da *fake news*, que atentam contra a democracia e o processo eleitoral no Brasil; o *cyberbullying* e aliciamento de orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio e, efetivamente, a discussão a respeito da investigação da prática de *fake news* nas eleições de 2018, que é objeto do requerimento do senhor autor ou dos senhores autores, porque, na verdade, uma CPI só é possível se houver um número de assinaturas que tira ou retira a autoria individual, assim como uma PEC.

A nossa proposta é também de que a gente possa estabelecer pelo menos mais duas sub-relatorias, Presidente, eu queria sugerir. Em função de quê? Em função de que, apesar de todos os temas estarem interligados, nós temos duas questões que eu acho que necessitam de uma observação e um estudo maior.

Uma: o crime envolvendo a criança e o adolescente, o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio. Essa é uma questão que exigiria uma investigação própria e nós podemos ter uma sub-relatoria sobre isso, que depois se juntará, se agregará ao meu relatório final. Uma outra, *fake news* e o *cyberbullying*, que não está restrito à criança, mas ao conjunto da sociedade, pode ter uma sub-relatoria específica. E uma terceira, que é o *fake news* e a privacidade de dados, que é outro importante elemento.

Nós poderíamos ter, portanto, essas três sub-relatorias trabalhando, buscando dados e oferecendo e até trazendo a esta comissão geral duas ou três audiências públicas sobre esses temas específicos, para que depois pudéssemos incorporá-los todos ao nosso relatório geral, que tem o objetivo principal, porque são dois temas sobre isso e porque, claro, pela sua magnitude, eles se sobrepõem aos demais, que é, primeiro, a *fake news* e a ameaça à democracia do Brasil. A democracia é um valor e um valor que está colocado na Constituição brasileira. Foi uma opção do povo brasileiro na Constituição de 1988 optar pela democracia. E, na medida em que esse foi um objetivo do povo brasileiro, é um objetivo consagrado na Constituição brasileira, ele passa a ter uma prioridade em relação a todas as outras questões. Portanto, *fake news* e democracia, como atinge, como se coloca numa ameaça à democracia brasileira. E digo isso à democracia brasileira como quem poderia dizer à democracia de qualquer outro país, porque a maioria dos países no mundo ocidental desenvolvido têm investigado *fake news* para garantir a soberania da decisão popular.

Então, nós ficaríamos aqui, a comissão geral, tratando dessa questão e também aprofundando aquilo que foi colocado como objeto desta Comissão, que é a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018. Então, essa é a minha proposta geral. Para isso, Sr. Presidente, eu apresentei aqui apenas o método de trabalho, a ideia geral, como diria, o vazo de cada um ou o viés, como alguns querem, de cada uma dessas questões.

Aí, nós entraríamos e de que forma fazer isso? A Deputada adiantou uma série de requerimentos que eu colocaria, e considero indispensável a convocação dessas empresas para suprir essa necessidade. E nós incorporariamos isso, claro, a um plano de trabalho. Como V. Exa. propôs nove empresas, certamente nós não vamos poder ouvir todas de uma só vez. Eu proponho que seja dividida exatamente em duas audiências públicas.

E a primeira audiência pública, eu trouxe o requerimento para que nós pudéssemos aprová-lo extrapauta, o que o Regimento permite. O Regimento desta Casa, pode não estar escrito, mas eu fui aqui Senadora e em todas as Comissões da

Casa nós aprovamos, ordinárias e também nas CPIs. E, no caso da Câmara, é explícito no Regimento, se não há consenso, há voto para que esse requerimento extrapauta possa ser aprovado.

E o nosso requerimento extrapauta requer a realização da audiência pública para debater o fenômeno social das notícias falsas e conceituar o que é *fake news*, o que é o instrumento da desinformação no Brasil. Para tanto, nós recebemos aqui, eu tive a ousadia de, pelos contatos que já foram feitos, apresentar alguns especialistas, e fica aberto, é claro, a que sejam apresentados outros nomes. E quero aqui ler apenas.

Wilson Gomes, doutor em Filosofia, Professor Titular da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal da Bahia – me perdoe, Presidente, mas ao ser humano a sua aldeia o torna universal, e eu não posso deixar, portanto, de, ao tratar de um tema desse, não colocar alguém da minha terra –; Emmanuel Publio Dias, publicitário e Professor da Escola Superior de Propaganda e Marketing; Mariana de Siqueira, Professora Adjunta de Direito Público da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro; um representante da Agência Lupa, para pegarmos a experiência de entidades; André Miceli, especialista em sociedade digital e coordenador da Fundação Getúlio Vargas. Portanto, entidades públicas e privadas, universidades públicas e privadas que aqui, com suas diversas especialidades, pudessem opinar a respeito do que é esse fenômeno. Para mim, seria essa a primeira audiência, uma audiência para que nós pudéssemos uniformizar o conhecimento de todos aqueles que participam dessa Comissão, a respeito dessa questão. É claro que pode haver outras pessoas que tenham muito mais especialidade do que eu nesse assunto. Para mim, humildemente, acho que uma primeira conceituação me satisfaria muito, para que nós pudéssemos dar seguimento, aprovar os requerimentos da Deputada para a reunião seguinte. E, como uma terceira, ou, porque a sua levaria duas sessões, uma quarta audiência, eu já proporia que nós nos debruçássemos sobre a Lei de Proteção de Dados do Brasil, para que nós pudéssemos, ao cabo dessas quatro audiências públicas, entrar diretamente em assuntos mais específicos.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Rapidamente, é só para perguntar a V. Exa. se esse resultado desse trabalho que foi feito pelo TSE, que o senhor recebeu das mãos da Ministra Rosa Weber, vai ser disponibilizado para os Parlamentares aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, eu recebi hoje. Eu vou tentar colocá-lo no meio eletrônico, porque ela só tinha esse exemplar. Até pedi vários, mas ela disse que não tinha condições no momento. Vou tentar fazer a todos os membros da CPMI.

Para complementar, o Senador Eduardo.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu queria fazer aqui uma reflexão, lógico que atestando a tranquilidade, a forma serena como a Deputada Lídice da Mata leu o plano de trabalho, que é completamente diferente do clima que se propõe nesta CPI, Sr. Presidente.

Para fazer isso, eu queria fazer uma observação prática sobre as últimas 30 CPIs na Câmara dos Deputados, onde eu fiquei por 12 anos, no Senado Federal e no Congresso Nacional. Pouca coisa se retira de uma CPI onde há sempre prioridade para as *performances*, para as piruetas, para uma série de coisas, nos temas tradicionais, conhecidos, relativos à vida, ao dia a dia da população brasileira, quanto mais para um tema desse, em que está se descobrindo, primeiro, formatação de legislação; em paralelo, a discussão sobre proteção de dados é uma discussão mundial. Aí eu faço um apelo aos Parlamentares de que esta CPI aproveite a oportunidade para ser propositiva. Eu acho de uma inocência absurda entender que nós vamos resolver eleições passadas ou futuras discutindo, como disse a Deputada Zambelli, a questão do fla-flu aqui nesta CPI, e vejo uma oportunidade muito grande para que a gente procure entender as novas regras e tenha senso prático.

Sr. Presidente, quando eu disse ao Senador Alessandro, e falei com alguns Senadores aqui, sobre a possibilidade de transformação de todas as convocações em convite, é porque há uma evidência de que, se nós colocarmos aqui todos os representantes do Brasil, dessas empresas, para discutir de maneira propositiva aquilo que esta CPI quer, que é um ambiente democrático, transparente, de vida nas redes sociais, é a única chance que nós temos de sair com um resultado positivo desta CPMI. Se não, nós vamos ficar o tempo inteiro esperando a opinião de especialistas em depois de amanhã, porque ninguém sabe exatamente o que está sendo discutindo aqui. E há os processos eleitorais, os processos de origem pessoal, de processo parte a parte, que existem no Brasil inteiro sobre as eleições de 2018, e até das eleições que ninguém comentou aqui, das eleições de 2016 e 2014. Com um só requerimento, nós transformariamos esta CPI, que é do futuro, em uma CPMI do passado. Eu acho que, se a gente não entrar nesse clima, Sr. Presidente, de realmente propor o convite às

instituições, dar essa primeira chance nessa primeira etapa, Sr. Presidente, de transformarmos esta CPMI em uma CPMI propositiva, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Então, quero parabenizar a Relatora e entender que nós temos como buscar um acordo entre as lideranças por um procedimento democrático, propositivo, que é o que todo mundo espera. A vida de todo mundo está mudando. Eu brincava ontem no Plenário que, dez anos atrás, facilmente você identificava quem era o fofoqueiro da família. Hoje, com o Whatsapp, todo mundo é fofoqueiro.

Então, Sr. Presidente, eu queria dizer que, a partir da dica da nossa Relatora, a gente pode partir para um clima diferente nesta CPMI, porque eu sei que a intenção de V. Exa. é uma intenção republicana, porque eu conheço V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador. O importante é que a gente faça a coisa aqui com muita serenidade. Aqui eu discordo desse negócio de fla-flu, de ba-vi. Não tem nada a ver. Acho que cada um aqui tem o seu ponto de vista a externar, tem o que requerer. É normal, esta é uma Casa pública, é para isso, é a Casa do povo. Então, não vamos tornar esta CPI um campo de batalha, porque eu acho que esta CPI é para que a gente possa preservar os nossos direitos, a nossa privacidade. É isso que eu espero que a gente, no final, tenha de ganho com esta CPI, inclusive definindo o que nós vamos poder legislar, o que é que nós vamos propor de lei sobre isso. Isso que é importante.

O segundo item que está aqui é acerca dos requerimentos feitos pela Deputada Luzianne. Eu consulto o Plenário se podemos realizar votações em bloco ou individuais.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individuais, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco levante a mão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem é a favor de bloco... Como existe requerimento para votação individual, vou submeter à apreciação do Plenário.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, eu queria que fosse apreciada a possibilidade de transformar a convocação em convite, já que um dos requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos colocar em votação depois.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Pois é, eu gostaria que fosse feito dessa forma.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Primeiro, vamos apurar a votação aqui, Deputada, para poder...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Sr. Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É porque vai tratar sobre o tema a votação, não?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, aqui a votação é se a gente vota os requerimentos em bloco, os nove. Se o Plenário aprovar, votaremos em bloco; se o Plenário não aprovar, votaremos individualmente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Individual, Presidente. Não há acordo para votar em bloco. O Regimento é muito claro. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos ao voto, Deputado. Se no Plenário a maioria decidir...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É porque não há acordo, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Há requerimentos que não fazem o menor sentido aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Voto "não", Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Aqui só tem rede social.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Para alguns há acordo, mas... E se a gente quiser chamar o Intercept aqui? E se a gente chamar a Dolores Aronovich?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, não há acordo para votação em bloco. Vamos votar individualmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou fazer o seguinte. Como eu tenho essa prerrogativa, eu vou tirar, já que o problema está sendo em cima do Intercept neste momento, não é isso?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Não, não, eu só dei dois exemplos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento,

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui só estão as redes sociais. Qual é o outro exemplo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Requerimento a requerimento, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O Requerimento 7 não é rede social, o 8 não é rede social...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, não há previsão para votar em bloco, só se houvesse acordo. Não há acordo, então vamos enfrentar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos costurar o acordo, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não há acordo. Já falamos que não há acordo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há acordo. Não há acordo, Presidente. Queremos votação requerimento a requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está bem. Já que não há acordo, em votação o Requerimento nº....
(Pausa.)

Em votação o Requerimento nº 1, Deputada Luizianne.

Convocação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E o requerimento de adiamento por 48 horas, Presidente? Nós apresentamos requerimento de votação nominal e requerimento de adiamento por 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu já li um dos artigos do nosso Regimento aqui no Senado: o Presidente pode achar que é de urgência e colocar para votar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, espere aí! Questão de ordem, Excelência! O Regimento é claro com relação às matérias de urgência.

Questão de ordem, Excelência, sobre urgência: nós temos um rol taxativo no Regimento Interno do Senado que arbitra a urgência das matérias.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Presidente, tanto não tem urgência... O que muda se votar hoje ou daqui a dois dias? Não tem urgência.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente... Presidente, é questão de ordem, art. 336 do Regimento Interno do Senado:

Art. 336. A urgência poderá ser requerida:

I - quando se trate de matéria que envolva perigo para a segurança nacional ou de providência para atender a calamidade pública [...]

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou olhar aqui com o Secretário da Mesa quais são os requerimentos que já têm as 48 horas. Por favor, calma. Fique tranquila.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém aqui vai atropelar Regimento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada a urgência porque isso fere o Regimento, porque não há aqui no rol taxativo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Todos têm as 48 horas. Foram apresentados na primeira reunião, Sra. Deputada – na primeira reunião! Todos têm 48 horas. Desculpe aí. Foram feitos na semana passada, a senhora é que não leu...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... aí a ata da reunião, nem a proposta de pauta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Que falta de respeito, Deputada!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, não é falta de respeito, não. Eu estou dizendo uma coisa objetiva: não leu.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – O que se está discutindo não é o requerimento, é a urgência. É a urgência que está sendo discutida.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não pode ser dada urgência para essas matérias, porque não se enquadram no rol taxativo do art. 336.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Se tivesse lido, não estava dizendo isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos pisar no Regimento Interno do Senado agora?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Não, senhor. Você que é sínico.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olhem, eu estou consultando aqui a assessoria da Casa: os requerimentos serão votados individualmente. São requerimentos que já estão aqui desde o dia da criação da CPMI. Logo na primeira sessão, a Deputada protocolou. Estão aqui todos numerados, protocolados. Então, nós vamos colocá-los individualmente, já que não houve acordo para votação em bloco.

Quanto à questão da convocação ou convite, eu também vou colocar para aprovação do Plenário se vamos transformar em convite ou manter a convocação, conforme o requerimento da Deputada Luizianne.

Então, vamos colocar em votação a transformação da convocação em convite.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos requerimentos precedentes a esse.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos requerimentos sobre a mesa, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo respeito, Presidente, temos que enfrentar os nossos requerimentos. É nosso direito regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei que há requerimento aqui, Deputada, mas acontece que tem precedência a matéria aqui, então eu vou querer colocar em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Precedência com base em qual artigo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O requerimento é antes da matéria, Presidente. Nós temos que enfrentar as questões formais. A urgência só pode ser dada se se respeitar o rol taxativo do art. 336 do Regimento Interno, Presidente. Não podemos atropelar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, para evitar de acharem que, no primeiro dia, está havendo atropelamento, eu vou colocar em votação o requerimento do nobre Deputado – assinatura aqui ilegível –: adiamento da votação por 48 horas ou não.

Os Srs. Senadores e Deputados...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que aprovam a prorrogação...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, votação nominal dele.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento de votação nominal.

Votação nominal também conjunta. Há dois requerimentos conjuntos, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Deixe-me esclarecer para V. Exa., porque está havendo uma... Sr. Presidente, eu vou explicar para V. Exa. o que está acontecendo.

Há os requerimentos constantes da pauta. Em relação aos requerimentos constantes da pauta, nós apresentamos – em relação a cada um deles – requerimentos de adiamento de votação, requerimentos de votação nominal destes requerimentos

de adiamento e requerimentos para votação nominal do mérito de cada requerimento. O que nós estamos querendo é que seja respeitada essa ordem regimental.

Primeiro, nós temos que enfrentar o adiamento do requerimento através de uma votação nominal. Se for rejeitado esse requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há dois requerimentos só aqui na Mesa: um de adiamento da votação da proposição por 48 horas...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o outro: a votação ser nominal em vez de ser em bloco.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Exato.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só há esses dois requerimentos.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É isso que eu estou explicando para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existem quatro requerimentos aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas eu não falei que existiam quatro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu entendi que você falou que havia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cada requerimento tem essa dupla de requerimentos, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Olhe, isso é *fake news*, Presidente. Eu não falei isso.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – É claro que existe uma tática de obstrução por parte do PSL.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nosso direito regimental, não é?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O PSL resolveu aqui fazer uma prática de tentar impedir que esta CPMI funcione.

Eu não sei por que motivo o PSL está tão preocupado com a gente estar aqui ouvindo as empresas que tratam de comunicação, de redes sociais. Eu não estou entendendo essa preocupação.

Essa tática de obstrução é clara. O Deputado Filipe aqui está sendo óbvio, claro, evidente: não quer a CPMI funcionando; quer obstruir a CPMI, porque nem sequer um plano de trabalho tão tranquilo e tão preocupado em fazer uma análise da situação da divulgação nas redes e como surgem *fake news* no Brasil eles querem aceitar. Então, alguma coisa existe aí que o PSL não quer que apareça. É evidente isso. O PSL quer esconder algo.

Então, Sr. Presidente, eu proponho que o senhor coloque em votação nominal se se adia ou se não se adia essa votação, porque, para mim, está evidente. Não há problema, nós vamos ter uma próxima reunião aqui. E, se adiar, nós vamos ter uma próxima reunião e vamos votar de novo. E nós vamos votar aqui até o dia que o senhor falou aí que se encerra a CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No dia 23 de dezembro.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Véspera de Natal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antevéspera de Natal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Nós vamos ficar aqui até a véspera do Natal.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, quero direito de resposta pela fala do Deputado Zarattini, que citou meu nome.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pode dar o direito de resposta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não foi mencionado o seu nome, não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Citou.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, sim.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Foi mencionado, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Foi mencionado, e o próprio Zarattini concorda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência vai abrir para V. Exa. falar então, contestar a fala do Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Tem que explicar por que o PSL não quer a CPMI, por que o PSL não quer ouvir ninguém.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Posso falar agora, Zarattini?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Claro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado.

Sr. Presidente, nobres colegas Deputadas e Deputados, o Deputado Zarattini, do PT de São Paulo, fez uma fala neste momento muito efusiva, quase teatral, quase épica. Mas, fora do microfone, quando a Deputada Carla Zambelli discursava, o Deputado Zarattini disse que a facada do Bolsonaro era "faca news", dizendo que a facada era uma mentira. Então, Deputado Zarattini...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Falou. E todos que estavam em volta ouviram o que você falou: "Faca news".

Então, V. Exa., que se diz muito macho para falar essas coisas que você fala no microfone, diga no microfone agora que a facada do Bolsonaro foi *fake news*. Porque fora do microfone V. Exa. tem coragem de falar. E no microfone? todos que estavam aqui em volta ouviram V. Exa. falar que era "faca news".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Colegas Parlamentares, vamos ter calma, manter a serenidade, porque aqui não é nenhum campo de batalha. Vamos levar a coisa na calma.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sr. Presidente... Vamos abrir a votação, Sr. Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O que eu falo fora do microfone eu tenho coragem de falar no microfone.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Encaminhe a votação, Sr. Presidente, por favor. Encaminhe, proceda à votação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Vamos atender o pedido de adiamento de votação, Presidente. Vamos colocar em votação, porque aí a gente pode trabalhar. Coloque o requerimento solicitado de adiamento de votação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou perguntar ao Plenário se há acordo...

Srs. Deputados, Senadores e Senadoras, eu vou aqui ratificar se há acordo, conforme os requerimentos assinados aqui por membros do PSL. Eles pedem para que a votação seja nominal em vez de ser em bloco.

Vamos por partes. Não se está decidido nada. V. Exas. concordam com isto: individual em vez de bloco?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, primeiro o senhor faz a votação simbólica. Se houver um pedido de votação nominal, a gente faz a votação nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Já temos requerimento de votação nominal. Presidente, nós temos um requerimento de votação nominal.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Calma.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, é que não pode ser simbólica.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Eu estou com a palavra. Tenha calma.

Eu acho que o senhor, primeiro, coloca em votação o requerimento da Deputada, Sr. Presidente, que solicita que seja votação nominal. Vamos colocar esse requerimento em votação simbólica. Se alguém pedir nominal, a gente faz nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas há um adiamento aqui na frente, Deputado.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – O que vocês querem que vote, que seja nominal ou adiamento?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos um requerimento.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Tem que primeiro votar o que é nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para esclarecer, Presidente. Só para esclarecer, então.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – A ordem é primeiro votar se vai ser nominal.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, a primeira coisa que vota é se vai ser nominal ou não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Em seguida, vota o requerimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A nominal do requerimento. Nós temos um... Nós temos um requerimento de votação nominal do requerimento...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas a primeira votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... de adiamento da votação por 48 horas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Deputada, é óbvio que o primeiro que tem que votar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que fazer o encaminhamento, Presidente, inclusive.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Não, primeiro tem que votar se é nominal ou não.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Mas se você está pedindo que seja nominal, eu preciso saber se vai ser nominal ou não para depois eu votar o adiamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que nós temos dois requerimentos de votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria de saber se a assinatura desse requerimento de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Do Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. é Líder?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Vice-Líder do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque requerimento só pode assinar Líder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ou Vice-Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ou Vice-Líder.

Então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós temos o requerimento de votação nominal do requerimento de adiamento por 48 horas. Nós temos que fazer o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por precedência, nós temos que aqui...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Temos que fazer o encaminhamento dos requerimentos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... colocar em votação o requerimento de prorrogação, de adiamento por 48 horas...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, Presidente, há um requerimento de nominal do adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... já que está assinado por Líder.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem nominal do adiamento. Nós temos um requerimento de votação nominal do adiamento para depois votar o adiamento. E nós queremos fazer o encaminhamento regimentalmente previsto. V. Exa. pode dar de ofício.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, está em votação se o requerimento de adiamento...

(Intervenção fora do microfone.)

Se a votação de adiamento dos requerimentos...

ORADORA NÃO IDENTIFICADA – Também quero encaminhar, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, art. 41, encaminhamento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exas. acatam ou não acatam?

Em votação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos que encaminhar, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Nós temos que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tem discussão em encaminhamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que encaminhar por cinco minutos, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. não vai dar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não vamos atropelar o Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não existe, Deputado. Não existe, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Há encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está em votação...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o adiamento da votação das proposições que estão aqui numeradas na mesa, de nº 1 a 9...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é possível, Presidente, que o senhor não enfrente a questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... por 48 horas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, não é possível! Questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" é pelo adiamento. Quem vota "não"...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estamos atropelando o Regimento, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem vota "sim" ao adiamento permanece como se encontra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente, art. 41!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente tem direito de encaminhar o voto. É regimental.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não cabe, em requerimento, encaminhamento de voto, Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 41 do Regimento Comum, Presidente! Onde que... Qual o artigo que fala que não cabe encaminhamento, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Rejeitado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente. Verificação. Pede aí, Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – O Governo apoia, Sr. Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Pede aí, Filipe. O Presidente está violando aqui o Regimento Interno, o Regimento Comum. Isso aqui é uma palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi deliberado e caiu o requerimento de adiamento...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... da votação da nobre Deputada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Verificação, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada, Sr. Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – A verificação foi solicitada, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Verificação apoiada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mais de dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes aqui pedindo, Presidente.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Vice-Liderança do Governo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Deputadas, eu não sei qual é a intenção com esse adiamento. Vamos dar celeridade! Vamos dar celeridade a isso!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É nosso direito regimental obstruir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A CPMI não tem foco, não tem alvo, não. Vocês estão querendo arranjar um alvo para a CPMI.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, o PSL não quer investigar as *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Querem arranjar um alvo para a CPMI, não estou entendendo isso.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Sr. Presidente, o Deputado Zarattini...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem requereu a CPMI foi um Deputado da bancada de vocês, do Democratas. Não sei por que esse adiamento. Não sei por que esse...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Direito regimental, Presidente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – A obstrução é um direito regimental.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar celeridade. A sociedade brasileira quer que se esclareça o que está acontecendo nesse mundo da internet. Nós estamos sendo aviltados pela internet. Não tem nada a ver com eleição, não. É geral. Vamos dar celeridade a isso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

A questão não é de dar celeridade ou não dar celeridade. Não vamos criar já na primeira audiência um precedente de rasgar o Regimento. Vice-Líder tem direito de pedir verificação, independentemente da motivação. Se é um Vice-Líder que pediu...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas foi deliberado.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Mas ele pediu a verificação. Tem que promover a votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas após a deliberação...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – No futuro, se acontecer diferente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sim, mas ela pediu a verificação após a votação.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas é após mesmo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, eu sou Vice-Líder, eu posso pedir verificação sozinha, Presidente.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (PSL - RJ) – Só garanta o direito regimental da Deputada.

O SR. EDUARDO GOMES (MDB - TO) – Proceda à verificação, Sr. Presidente. Há apoio. Proceda à verificação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu sou Vice-Líder. Eu posso pedir verificação. Que falta de respeito, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já que estou vendo que a maioria do Plenário... Está concedida a verificação para atender aos jovens que estão ali ansiosos para que esta CPI ande com muita celeridade.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E, acima de tudo, que se cumpra o Regimento, não é Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Abram o painel, senhores operadores.

(Procede-se à votação.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.? Presidente, enquanto está no processo de votação, posso pedir um esclarecimento a V. Exa.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É só para deixar claro e registrado que o que nós estamos votando neste momento é...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A prorrogação, que foi votada. Agora nós vamos fazer a verificação de quórum.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Do adiamento da votação dos requerimentos.

Repetindo: quem não quer adiar por 48 horas vota "não"; quem quer adiar vota "sim".

Quem quer adiar vota "sim", senhores e senhoras.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, eu vou aproveitar que está no processo de votação para pedir alguns esclarecimentos para V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Veja só: nós apresentamos um requerimento de votação nominal do adiamento de votação por 48 horas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... que é o que nós estamos votando agora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estamos votando o adiamento. Quem vota por adiar vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para evitar confusão: quem vota pelo adiamento é "sim"; quem vota contra adiar por 48 horas vota "não".

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tá!

Para os próximos requerimentos, nós queremos que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas vamos caso a caso, Deputado? Vamos caso a caso...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim, mas é que nós queremos que, nos próximos requerimentos, o art. 41 do Regimento Comum seja cumprido. Ele diz o seguinte:

Art. 41. O requerimento apresentado em sessão conjunta não admitirá discussão, podendo ter sua votação encaminhada por 2 (dois) membros de cada Casa, de preferência um favorável e um contrário, pelo prazo máximo de 5 (cinco) minutos cada um.

Então, nós queremos, nos próximos requerimentos de que somos autores, ter o nosso direito regimental garantido de encaminhar a votação por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se estiver no Regimento, tenha certeza de que esta Presidência vai cumprir.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Art. 41 do Regimento Comum. *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu queria fazer um registro aqui, pois eu acho que o Brasil todo precisa ficar sabendo que nós começamos um trabalho extremamente importante para o Brasil e, para dizer a verdade, extremamente importante para o mundo. Como eu já tinha falado na primeira reunião, eu sou da área e tenho estudado isso; eu tive agora, inclusive, um artigo científico aprovado na sexta jornada latino-americana de problemas do nosso Continente sobre exatamente o processo de *fake news* e a influência direta no processo democrático do Brasil e nos processos do *cyberbullying*, etc.

Eu estou muito impressionada. O Brasil precisa saber que as pessoas que se opõem hoje ao processo de entender *fake news* e que estão tomando um rumo... Que todo mundo saiba: ou são praticantes de *fake news* de forma sistemática ou simplesmente não estão preocupadas com o futuro da democracia no Brasil. Vejam bem, eu tenho um filho, e o que mais me preocupa hoje é saber o que meu filho está vendo e ouvindo e qual é a veracidade das informações que ele tem, porque essa geração – todo mundo fique sabendo disso e todo mundo saiba a responsabilidade que está carregando nas costas – não assiste mais à televisão, muito raramente você vê um jovem acima de 15 anos ou de 19 anos para baixo que assista à TV. Eles estão se informando hoje pelas redes sociais. Se a gente, nesta Comissão, não tiver coragem – o que falta aqui é coragem – de convocar as empresas que são responsáveis hoje por funcionar como meio de transmissão dessas informações falsas... É grave demais! Eu espero que a sociedade brasileira esteja vendo, entendendo e ouvindo.

Eu finalizo dizendo o seguinte: do mesmo jeito que a TV ocupou espaço fundamental a partir da década de 50, nós temos hoje pessoas que se acovardam para poder enfrentar as mentiras que são disseminadas. Achar que mentira tem que ser pública e disseminada é grave, é muito grave, porque, ou faz parte delas, ou simplesmente não está nem aí para a população brasileira, que sofre o processo delas.

Eu estou vasculhando as redes sociais de muitos que estão nesse processo e já vi que, de fato, é difícil você achar que essas pessoas irão combater *fake news*, porque são os próprios autores delas. E é triste, é muito triste você imaginar que as pessoas têm medo de saber o que é *fake news* e poder convocar pessoas que podem simplesmente explicar que não têm nada contra ninguém. Isso aqui é uma contribuição à democracia brasileira, é importante que se diga para as futuras gerações.

Se a carapuça está caindo, problema das pessoas. Nossa Relatora fez uma brilhante exposição sobre o que ela está pretendendo, como ela vai conduzir o processo. Se as pessoas não entenderam, gente, é porque têm culpa no cartório.

Desculpem-me, mas é lamentável. Eu espero que o Brasil todo esteja assistindo a isso e que comecem as máscaras a cair. Muita gente chegou aqui a este Parlamento, seja na Câmara, seja no Senado, através de *fake news*, mas quem foi vítima, se foi partido de esquerda ou de direita, quer apuração; quem foi vítima, de que partido for – isso não é uma questão partidária, isso é uma questão de verdade, de mentira, de justiça ou de injustiça...

E há outra coisa – finalizo com isto –: a Deputada Bruna, que é do PSDB, uma jovem que eu não conhecia, conheci quando cheguei aqui, uma vez eu a vi dando depoimento: "Se vocês quiserem entregar a política para os 'youtubers', que entreguem, tirem dos políticos, mas enfrentem essa discussão". Então, eu faço este apelo aqui usando a Deputada, porque eu achei brilhante a fala dela: simples, porém didática.

Eu quero dizer o seguinte: quem tem medo de *fake news* é quem pratica *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados, Deputadas, Srs. Senadores, Senadoras, o requerimento fica prejudicado porque o autor não está presente, e, quando o autor não está presente, o requerimento perde a finalidade.

Então, está cancelada esta votação. O requerimento de prorrogação da votação por 48 horas está prejudicado, caiu.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em votação os requerimentos da Deputada Luizianne a respeito das convocações.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já foi encerrada a votação da solicitação de adiamento da votação por 48 horas em virtude de o requerente estar ausente.

É uma pena, porque eu gostaria até de que ele estivesse presente, para dar sequência.

Em votação o Requerimento nº 01/2019, da Deputada Luizianne Lins, convocando várias plataformas. Requerimento nº 1, nº 2, nº 3, nº 4, nº 5, nº 6, nº 7, nº 8 e nº 9.

Em votação simbólica, já que nós temos quórum da abertura da sessão para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados e Senadores que os aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, a gente combinou que seriam individuais os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. não está presente, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou falando como, se eu não estou presente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas você não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você fez o requerimento e não votou, não deu presença.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas V. Exa. não tinha encerrado a reunião, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá.

Nesse tipo de postergação, eu acho que a estratégia não deu certo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ah, Presidente, isso é uma falta de respeito com o Colegiado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, em votação em bloco os requerimentos da nobre Deputada Luizianne.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Os Srs. Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras que concordam com...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para discutir, então. Para discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a convocação via requerimento da Deputada Luizianne permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, eu quero discutir os requerimentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aprovados os requerimentos da Deputada Luizianne Lins.

Como não há mais nada a tratar no dia de hoje, declaro encerrada a presente sessão.

Até a próxima terça-feira, às 15h.

(Iniciada às 15 horas e 1 minuto, a reunião é encerrada às 16 horas e 37 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

17/09/2019 - 3ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Eu queria informar às Sras. e aos Srs. Senadores e Deputados que nós temos uma pauta nesta reunião e um dos itens da pauta é a apresentação do plano de trabalho pela nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata. Antes, porém, eu gostaria de informar...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente... Deputado Filipe Barros.

Eu tenho uma questão de ordem para fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser após eu concluir aqui?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, consultando também a nossa assessoria e tomando conselhos dos *experts* desta Casa, nós vamos também criar duas sub-relatorias, a serem designadas... Aliás, três sub-relatorias, a serem designadas durante o dia de hoje ou até amanhã para que, na próxima reunião, esses sub-relatores já estejam também imbuídos nesse trabalho.

Existem também vários requerimentos extrapauta, mas antes eu vou solicitar à nobre Relatora que faça a leitura do seu plano de trabalho para que seja apreciado por todos os membros da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem. Deputado Filipe.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos várias questões de ordem.

Não foi nem começada aqui a ordem dos trabalhos... Inclusive, o nosso assessor está tentando protocolar vários requerimentos aqui, e a assessoria da Comissão não está recebendo. Eu gostaria de saber por quê, se é regimental. Nosso assessor Gustavo está ali para protocolar, não foi falado sobre ata, para a gente ler a ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, registrada a sua queixa. Solicito que a Mesa Diretora consiga protocolizar todos os documentos de hoje.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Antes de a gente começar os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputada, eu gostaria que V. Exa., já que está usando o microfone, desse presença para que o seu ponto fosse contabilizado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Darei presença quando a gente começar com a ordem... A ordem... A ordem inicial.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho, deixe-me terminar de falar.

Vamos começar pelo início, então, dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós estamos no início, Deputada.

Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente... Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu já bati presença.

Eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras membros desta Comissão, uma questão de ordem em relação à reunião passada desta Comissão. Portanto, passo a ler a nossa questão de ordem.

Sr. Presidente, é uma questão de ordem com base nos arts. 40 do Regimento Comum; 315 e 412, inciso III, do Regimento do Senado Federal; e 47 da Constituição Federal.

No dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre *fake news*, o Presidente da Comissão, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Durante a reunião da Comissão a que nos referimos, após ser concedido pedido de verificação da votação para um dos requerimentos procedimentais apresentados, a Presidência decidiu, já com o painel eletrônico aberto, pela prejudicialidade da solicitação sob a alegação de que o autor da verificação – eu, este Deputado que vos fala – havia se ausentado do plenário naquele momento, sendo que estava na frente de V. Exa. e me manifestei naquele momento.

Ora, a justificativa do Presidente estava em total descompasso com a realidade, uma vez que o Parlamentar autor do pedido de verificação, Vice-Líder do PSL, eu, Deputado Filipe Barros, não apenas estava presente, como fez uso do microfone de forma imediata, contrapondo a arguição de ausência, sendo esse fato solenemente ignorado pela Mesa Diretora.

Veja, o art. 40 do Regimento Comum, Sr. Presidente, nobre Relatora, prevê a possibilidade de os membros da Comissão apresentarem o adiamento da votação das matérias pautadas por até 48 horas, o que ocorreu no caso em análise, em que foram apresentados requerimentos de adiamento de votação para todos os itens da pauta. Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática, ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal sem que os requerimentos procedimentais sejam definitivamente votados. Em razão dessas atuações antidemocráticas por parte da Mesa Diretora desta Comissão, nós solicitamos a declaração de nulidade das votações realizadas, Sr. Presidente.

E aqui eu quero deixar o meu registro nesta Comissão de que nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação autoritária de V. Exa. na última reunião, porque nós temos o direito regimental de fazer obstrução; nós temos o direito regimental de apresentarmos requerimentos procedimentais, seja de adiamento votação, seja de solicitação de nominal; nós temos o direito regimental de cumprirmos o nosso papel partidário aqui dentro e, portanto, de nos manifestarmos.

Nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação de V. Exa., porque V. Exa., no começo da reunião, questionou este Plenário se haveria acordo para votação em globo dos requerimentos. Não houve. V. Exa., então, iria votar conforme o Regimento Comum, o Regimento da Câmara e do Senado, manda, individualmente cada um dos requerimentos. Cada um dos requerimentos tinha os requerimentos procedimentais que nós, no nosso direito regimental de obstrução, fizemos. V. Exa., então, ignorou que eu estava presente, disse que eu estava ausente da reunião; simplesmente prejudicou o nosso requerimento que estava sendo votado naquele momento; descumpriu aquilo que V. Exa. mesmo tinha dito que iria fazer, que seria a votação individual de cada requerimento; e atropelou, e votou em globo todos os requerimentos, mesmo sendo completamente antirregimental a atitude de V. Exa. e, quem dirá, autoritária e antidemocrática a atitude de V. Exa. como Presidente desta CPI.

Por isso é que nós estamos solicitando... E não adianta falar: "Ah, você não votou". É verdade, não votei, porque V. Exa. não havia dito que iria encerrar votação. E eu estava presente no plenário. Não há até o presente momento... "Olha, vamos deixar a votação nominal aberta por 15 minutos, por 20 minutos." V. Exa. foi autoritário, porque simplesmente encerrou a votação, votou tudo em globo, tratorou todos nós.

E não é porque nós somos mais jovens que o senhor e boa parte dos integrantes desta Comissão que V. Exa. vai nos desrespeitar desse jeito. Nós queremos ter o nosso direito regimental respeitado por essa Presidência desta Comissão. Não é justo, não é correto, é ilegal, é antidemocrático o desrespeito de V. Exa., como Presidente desta CPI, com os Parlamentares que fazem parte desta CPMI. Nós não nos importamos de perder, mas nós temos que perder dentro do Regimento Interno; nós temos que perder, se formos perder, sendo cumprida a lei, o Regimento Interno e a Constituição Federal. E faltou, da parte de V. Exa., como Presidente e, portanto, responsável por dirigir os trabalhos desta Comissão, respeito aos Parlamentares, sejam eles do PSL ou de outros partidos, que estavam junto conosco na sessão passada.

Nós exigimos que V. Exa. respeite nosso direito regimental, nosso direito constitucional, nosso direito de nos posicionar. Nós exigimos, é uma questão legal, regimental. Por isso é que nós estamos solicitando que V. Exa. anule a vergonhosa sessão passada presidida por V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa. Antes, porém, Senador e Deputado...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, me permita contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. É porque não entendi o "perder e ganhar". Está havendo alguma peleja aqui? Não entendi ainda.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero entrar no argumento pelo qual essa questão de ordem não deve ser aceita. Em verdade, o nosso Regimento Interno, na Subseção III, trata da "votação ostensiva" por intermédio do art. 293, que diz o seguinte.

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

.....
X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

Foi o que V. Exa. fez da forma mais correta na sua determinação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu peço a V. Exa., Presidente, que permita que eu use a palavra. Não pensem os que aqui estão que vão conseguir provocar todos aqui para atender a sua estratégia. Eu já participei de várias CPIs aqui, Presidente, várias – Petrobras, participei daquela do cara lá de Goiás, de várias mais –, mas é a primeira vez que eu vejo alguém impedir que os procedimentos mais elementares de uma CPI aconteçam, fazer obstrução. Por que fazer obstrução na CPI? É porque, na verdade, não querem que a gente chegue em investigações, em uma série de coisas aqui que vão mostrar o submundo desse chamado processo de propagação de ódio e de *fake news*.

Então, primeiro, quero elogiar V. Exa.: V. Exa. agiu bem. Quero também sugerir a V. Exa. que não aceite essas provocações, não aceite, não fique nervoso, não fique querendo responder cada coisa que é dita aqui, porque o objetivo disso é exatamente nos tirar do sério e impedir o mais importante, que o povo brasileiro quer saber: o que é que está por trás disso aí, e por que é que há uma posição política aqui de impedir que isso se aprofunde.

Então, eu contesto dizendo que V. Exa. cumpriu adequadamente o Regimento e desconsiderou a proposição apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, fique tranquilo, porque quem me conhece há muitos anos sabe que eu sou bem *low profile*, eu não sou de comer *reggae* de ninguém, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de voz elevada, não tenho medo tampouco de gritaria. Vou conduzir esta Comissão com total serenidade. Até então eu me perguntei durante a semana toda: não sei por que esse receio e obstrução a uma CPI em que estamos lutando para resolver um problema crucial da nossa sociedade, que está com a sua privacidade sendo ferida, crimes acontecendo.

Eu achava, inclusive, que esta Comissão fosse unanimidade, fosse bem célere, para que a gente chegasse a descortinar esse mundo oculto que é a internet.

Mas, infelizmente, vamos tocar o barco para a frente, para ver onde vai dar isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Tem que enfrentar a questão de ordem, Presidente. Com todo respeito, enfrente, então, a questão de ordem e responda ao meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou responder, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora está com pressa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque estamos com tanta tranquilidade hoje aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, também estou com todo o tempo do mundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fique tranquila que a senhora ouvirá a resposta com tranquilidade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, ótimo. Vamos em frente então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Resposta à questão de ordem sobre a última reunião.

Esta Presidência presta os devidos esclarecimentos quanto à questão de ordem formulada a respeito da 2ª Reunião desta CPMI.

A questão de ordem diz respeito, em síntese, a duas decisões tomadas por esta Presidência em relação a requerimentos de adiamento da votação de todos os itens da pauta, Requerimentos 1 a 9, apresentados pelo ilustre Deputado Filipe Barros: uma decisão que indeferiu encaminhamento de tais requerimentos, outra que declarou prejudicada a verificação de votação desses requerimentos.

Em primeiro lugar, o Regimento Comum estabelece, no seu art. 40, que pode ser "adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional".

Por sua vez, o art. 41, parágrafo único, delimita que: "O requerimento sobre proposição constante da Ordem do Dia deverá ser apresentado logo após ser anunciada a matéria a que se referir".

Coloque-se que os requerimentos do Deputado Filipe Barros foram apresentados antes mesmo do anúncio das matérias de que tratavam, ou seja, a rigor, violaram o art. 40 do Regimento Comum e 41, parágrafo único, do Regimento do Senado, o que foi contemporizado por esta Presidência.

Ainda, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 315: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão [...]. [Sendo que tal] [...] requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria".

Embora o Regimento Comum não disponha de matéria explícita sobre a possibilidade ou não de encaminhamento em requerimentos de adiamento de votação, a melhor interpretação regimental é a de que tais encaminhamentos são regimentalmente vedados. Trata-se de aplicar o art. 50 do Regimento Comum, que versa expressamente sobre requerimentos de preferência e de destaque, mas é certamente extensível, por analogia, à hipótese dos requerimentos de adiamento de votação, por se tratar de matéria com a mesma temporariedade e pertinência. Esse dispositivo é claro e incisivo ao anunciar que tais requerimentos "não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação". E é dever desta Presidência aplicar tais normas, a bem da eficiência e celeridade processual que devem nortear os trabalhos das CPLs.

Esta interpretação está, aliás, plenamente alinhada com o Princípio Geral do Processo Legislativo de que trata o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, ao estabelecer as decisões dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito.

Para além disso, ainda que fosse regimentalmente possível o encaminhamento de votação em tais casos, o que somente se admite com exercício argumentativo, uma vez que a melhor interpretação caminha no sentido da proibição de encaminhamentos, é certo que, nas circunstâncias concretas, a ausência de encaminhamento não resultou em qualquer prejuízo a esta Comissão ou a seus membros, porquanto se tratava de matéria simples, até trivial, de se decidir se determinados requerimentos deveriam ou não ter votação adiada. É de se aplicar, pois, nessa hipótese, reitera-se, admitido apenas como exercício argumentativo, o princípio jurídico segundo o qual não há nulidade sem prejuízo.

Logo, diante dos argumentos mencionados, indefere-se a questão de ordem no que consta ao não encaminhamento dos requerimentos de adiamento de votação.

Prossegue-se: os referidos requerimentos foram submetidos a votação simbólica, e, em seguida, o Deputado Filipe Barros, na condição de Vice-Líder do PSL, pediu a verificação de votação. Esta Presidência acatou a referida solicitação, com base no art. 45, inciso II, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Contudo, após a votação estar aberta por 15 minutos, esta Presidência foi surpreendida com a retirada do Plenário da Bancada do PSL, exceto do autor da solicitação

de verificação de votação, o qual, porém, não havia votado, conforme pode ser consultado no sistema eletrônico. Desta forma, atendendo ao art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê que, se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido, esta Presidência declarou prejudicada a referida solicitação de verificação naquele momento. Em seguida, durante a votação em bloco dos itens da pauta, o Deputado Filipe Barros, do PSL, pediu a palavra para discutir os requerimentos. Entretanto, o art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional não admite discussões de requerimentos em reuniões mistas, mas apenas encaminhamento de votação. Percebe-se ainda das notas taquigráficas que não foi realizada qualquer solicitação para encaminhamento de votação dos itens de pauta.

Deste modo, há de se concluir que a aplicação do art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal foi correta e que a condução dos trabalhos esteve plenamente amparada nas normas regimentais. Não houve nenhum "tratoramento". Portanto, indefiro, na totalidade, a questão de ordem ora apresentada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só deixar registrado que nós vamos recorrer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por fim, Deputado, na forma regimental, as questões de ordem devem ser formuladas sobre assunto que esteja sendo tratado no momento, ou seja, deve referir-se a casos concretos relacionados com a matéria tratada na ocasião. A questão de ordem formulada diz respeito a assunto tratado na última reunião desta Comissão, ou seja, a matéria é, evidentemente, preclusa, esgotada, porque não é objeto desta 3ª Reunião. Os requerimentos já foram votados e aprovados pelo Plenário desta Comissão. E, naquele momento, nenhuma questão foi suscitada.

Portanto, esta Presidência não conhece da questão de ordem apresentada, embora já tenha prestado todos os esclarecimentos sobre a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Para uma questão de ordem, Presidente.

Eu devo discordar de V. Exa., porque fiz várias questões de ordem, e tenho outra aqui, que não foram enfrentadas na comissão passada.

Então, com o devido respeito a V. Exa., em vários momentos aqui, eu falei, e V. Exa. me ignorava, ignorava a minha fala e ignorava as questões de ordem que eu levantava.

Como hoje estamos com os ânimos mais tranquilos, quero formular uma questão de ordem que não pude fazer na comissão passada pelo desrespeito a mim feito, inclusive na posição de mulher, porque acho muito engraçado que muitos aqui, inclusive da oposição, também me ofenderam. Exijo respeito, por ser membro desta Comissão, e quero formular, sim, uma questão de ordem que não foi enfrentada.

A nossa obstrução na comissão passada foi realizada como um direito regimental que, inclusive, a oposição utiliza muito em várias comissões da Casa, do Senado e da Câmara. E é nosso direito. Então, se é direito, deve ser respeitado.

Inclusive, V. Exa. não enfrentou nessa última resposta à questão de ordem os mais de vinte requerimentos de obstrução que nós fizemos! Onde estão? Eles evaporaram? Porque estavam ali sobre a mesa. E agora não queriam receber o nosso *kit* obstrução. Eu não sei o que está acontecendo nesta Comissão! Nós temos que cumprir os Regimentos da Casa.

Então, a minha questão de ordem, Presidente, é feita com base no art. 40 do Regimento Comum, art. 315, e 312, inciso III, do Regimento do Senado, e art. 47 da Constituição Federal.

No último dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a nossa reunião desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito – *Fake News*, o Presidente, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Explico: V. Exa., Presidente, anunciou a votação em globo da totalidade dos itens da pauta, e, a despeito dos protestos dos Parlamentares presentes, proferiu imediatamente a aprovação de todos os itens pautados, ignorando os requerimentos procedimentais já apresentados à Mesa.

Inclusive, quero que consultem as filmagens, porque está nítido, e não foi enfrentado. O meu colega tentou dizer: "Não, estou presente", e tal, e simplesmente foi solenemente ignorado.

Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal, sem que os requerimentos procedimentais sejam devidamente votados. Essa foi outra flagrante afronta realizada constantemente por V. Exa. na reunião passada.

Além disso, ainda que não houvesse requerimentos procedimentais sobre a mesa, que foram solenemente ignorados, a Presidência não poderia impedir a discussão e o encaminhamento. Isso está nos Regimentos. Nunca vi a gente na Casa do povo, democrática aqui, não poder encaminhar e justificar os motivos dos nossos requerimentos de procedimento. O encaminhamento tem a ver com o direito do contraditório, tem a ver com o direito de explicitação dos fundamentos de

por que a gente está fazendo determinada coisa. Até respondendo a V. Exa. na fala anterior, é rasgar o Regimento dizer que não pode haver encaminhamento.

Então, devendo a proposta de votação em globo ser formalizada por meio de acordo de lideranças legitimado por uma deliberação do Plenário da Comissão em voto nominal com resultado unânime, conforme a inteligência do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado.

Ao contrário disso, a situação em análise, ao consultar o Plenário da Comissão sobre a posição de votação em globo dos itens da pauta, V. Exa., Presidente, assentou que a votação dos itens seria realizada uma a uma, trinta minutos antes de proferir a decisão ilegal, determinando que fosse descumprida posteriormente.

Resta evidente, assim, que a decisão de V. Exa., Presidente, de proceder à votação de toda a pauta de uma só vez, ignorando os requerimentos apresentados, não possui amparo regimental e se contrapõe ao estatuído no art. 47 da Constituição Federal, o qual vou ler – que é a Carta Magna: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Inclusive, agora a gente não pode fazer a deliberação, porque não estamos ainda com a maioria absoluta dos membros.

Ante o exposto, pela evidente antirregimentalidade e inconstitucionalidade dos procedimentos adotados pela Mesa da Comissão, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia 10 de setembro, requiro a nulidade das deliberações dos requerimentos dos itens 1 a 9 e 23, todos de 2019, analisados na última oportunidade.

Então, Presidente, resumindo: requeremos a anulação, porque não houve acordo, não houve decisão unânime para votação em bloco, e nós queremos, então, a nulidade da decisão. Teremos que voltar um passo antes, para o fim de retomar a institucionalidade e a democracia nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, esclareço que os arts. 132 e 133 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que "é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Como não há norma constitucional envolvida na questão de ordem, não há como acolher, infelizmente, o pedido do recurso formulado.

Eu passo para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Eu não estou questionando a sua decisão, mas a votação em globo, Presidente. Não foi solicitada uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Essa é matéria preclusa, vencida, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é preclusa, porque V. Exa. não me deu o direito de fazer essa questão de ordem. V. Exa. Ignorou solenemente a minha fala na vez passada. E agora está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso é matéria da reunião anterior, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. ignorava!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Não foi solucionada a questão de ordem, Presidente. São nulas as decisões, Presidente.

Vai ignorar de novo? Nós vamos começar assim? Nós vamos começar assim?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora está querendo fazer renascer uma reunião passada?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu quero dizer que não se preclui uma questão que não foi analisada, Presidente. Se a questão da colega Parlamentar, membro da Comissão, não conseguiu sequer ser posta, porque ela foi ignorada, essa questão não foi decidida. Ela foi simplesmente ignorada e, portanto, não pode ser preclusa.

Então, como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu peço a V. Exa. que reconsidere a sua decisão, porque, Excelência, dá a impressão de que V. Exa. sequer está ouvindo e já tem uma resposta pronta, ignorando aqui o pedido da colega e a argumentação.

Não há preclusão sobre matéria que não foi anteriormente analisada e julgada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, infelizmente, eu não tenho o poder ainda de adivinhação. Eu não sabia qual era a sua pergunta, para já ter uma resposta pronta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, que V. Exa. se ativesse ao tempo determinado pelo Regimento para apresentação de questões de ordem. Aqui têm sido feitas questões de ordem de dez, 15 minutos, e nós sabemos que o tempo é de cinco minutos. Então, eu queria pedir a V. Exa. que determinasse que esse tempo fosse regularmente cumprido.

E, segundo, havendo já decisão de V. Exa., cabe a quem não concorda recorrer, e não abrir um novo debate sobre um tema que já foi resolvido por V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar para os nobres colegas que o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, que está falando exatamente da apresentação das proposições, incluindo requerimento, é muito claro: pode ser feita, item 5, votação em globo ou parcelada. Isso daí não é uma questão de acordo. Isso está previsto regimentalmente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Em qual Regimento, Deputada, que eu não estou achando?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Do Senado.

Portanto, eu gostaria de contraditar, explicando aqui para os nobres colegas que a gente quer trabalhar e eles estão atrapalhando o trabalho... A gente quer encontrar todas as questões que estão envolvidas nesse processo de *fake news*, e não está podendo, porque as pessoas não querem discutir.

Eu fico muito impressionada – para concluir, Sr. Presidente – em como as pessoas querem ser indicadas para uma CPI, e não querem investigar. É um processo anti... Não estou conseguindo entender essa lógica de você obstruir uma CPI, uma CPMI que foi deliberada pela Câmara e pelo Senado, ou seja, com Deputados e Senadores de acordo, que está totalmente dentro da legalidade. E as pessoas estão obstruindo para que não seja investigado... Então, não deveriam estar na CPI.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... na CPMI. Eu estou falando, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Com licença.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Então, eu gostaria apenas de colocar essa estranheza, porque eu acho que, se as pessoas não estão querendo realmente fazer o papel que a CPI tem para fazer, deveriam pedir para trocar, pedir ao partido para trocar os nomes. Porque vir para cá para ficar só obstruindo... A gente sai do Estado mais cedo para chegar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor me respeite, porque eu estou falando. Eu não sei se isso que o senhor tem no ouvido é um ponto, para ficar alguém repassando alguma coisa, ou se o senhor não quer ouvir as pessoas, porque o senhor só fala. Está com um ponto ainda no ouvido. Estou dizendo: não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É. Exatamente. Porque quem está com alguma coisa no ouvido não quer ouvir o que as outras pessoas falam. Se não for um ponto, está com alguma coisa, sem querer ouvir. Já que não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor espere eu terminar de falar. Exatamente.

Portanto, gente, só para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que já citei aqui o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5 – qualquer coisa empresto para o pessoal ler –, mas eu gostaria de contraditar o que foi apresentado aqui pela nobre colega.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Esse artigo, Deputada, com todo o respeito, fala do tipo de proposição, dos tipos de proposições e dos tipos de votações.

Agora, com relação à unanimidade, está prevista no art. 412, inciso III. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria, eu queria...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Gente, aqui não é um debate informal. Tem regra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... informar mais uma vez que esse assunto está resolvido e quem se achar prejudicado pode recorrer a outras instâncias. Fiquem à vontade.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Para questão de ordem.) – Presidente, esta é a primeira reunião a que venho da Comissão. O titular da Comissão, que eu indiquei, Deputado Arthur Maia, está viajando e me pediu que o substituísse hoje. Fiquei absolutamente preocupado com o clima que está instalado na Comissão, de disputa. Eu acho que investigar um tema como esse é de interesse de todos.

Inclusive, na reunião de Líderes que originou a instalação desta Comissão, o que me sensibilizou foi a presença da Ministra Damares, que sugeriu, e nós acatamos imediatamente, eu fui um dos signatários da CPI... Entrei com requerimento extrapauta e peço que V. Exa. considere, com a aquiescência das Sras. e dos Srs. Senadores e Deputados, para convidar a Ministra, que se dispõe a vir, para falar sobre o uso da internet para disseminação de ódio, ensinando inclusive crianças a se enforçar e a se automutilar. É impressionante o que ela nos relatou na...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Baleia Azul.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Baleia Azul é uma das modalidades. Mas é impressionante o que ela nos relatou e preocupante a quantidade disso que existe.

Nós não podemos ignorar que a internet e as redes sociais estão sendo utilizadas para esse tipo de crime, que envolve também tráfico de pessoas, envolve pedofilia, e eu acho que esta Comissão pode prestar um serviço absolutamente relevante para o País. As redes precisam ter controle.

Portanto, eu queria pedir, com a aquiescência de todos, é claro, que fosse submetido este nosso requerimento a votação e dizer que não estou entendendo qual é o ambiente de disputa que existe aqui. Eu sempre assinei CPI, seja ela qual for. Eu não sou seletivo, para meus amigos a gente proteger e de inimigo a gente ir para cima. Se alguém fez alguma coisa errada, que seja punido pelo que fez de errado. Eu acho que, acima de todos, devemos colocar os superiores interesses da população brasileira. E é inadmissível que a gente continue a assistir, sem nenhum tipo de controle, ao que as redes sociais, ao que a internet está fazendo, sobretudo contra a nossa juventude, contra as pessoas que estão numa situação mais necessitada.

Portanto, a minha questão de ordem é no sentido de pedir a V. Exa., com a aquiescência de todos, que submeta a votação e à nossa Relatora que inclua esse requerimento, que eu acho que deve ser prioritário, no plano trabalho, até para que a sociedade brasileira entenda para o que é que vai servir esta CPI da *Fake News*, por que ela deve existir e por que é tão necessária.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma resposta ao prezado Deputado Elmar, Líder do DEM, e até quem sabe responder à sua pergunta de por que esse clima...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não é debate, Presidente!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é debate, mas eu estou contraditando aqui, Presidente, porque ele fez uma pergunta e eu acho que tenho essa resposta. Então, acho que nada mais justo do que responder ao Deputado Elmar.

Na verdade, o primeiro autor, o primeiro requerente desta CPI era do partido dele, que é o Deputado Alexandre Leite, do DEM, de São Paulo. E ele se retirou da Comissão, Deputado, dizendo que foi totalmente desvirtuado o objeto, a finalidade

desta Comissão. E eu quero dizer aqui, como Vice-Líder do Governo, que me espanta que sempre que é formada uma Comissão, seja de CPI, seja para trabalho de medidas provisórias, é feito um amplo debate e um acordo para a formação da Mesa, e neste caso a formação da Mesa foi feita de forma que o Governo não pudesse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Deputado. Eu tenho participado como Vice-Líder e feito vários acordos e atendido os Deputados.

O que eu quero dizer, Deputado, é que o Governo foi aliado dessa decisão, e o Deputado autor, que é do partido de V. Exa., declarou que se afastava porque percebeu que houve um acordo para tirar os aspectos técnicos desta Comissão e para que se politizasse esta Comissão, de forma que se ataque a situação e o Governo. E nós não podemos concordar com isso. Então, há muitos vícios na origem, Deputado. Eu concordo com V. Exa., todos queremos jogar luz no tema, mas você não pode jogar luz quando tudo começa de forma sombria e obscura. Daí por que a nossa insatisfação, a nossa indignação e o nosso trabalho, sim, de obstrução: para protegermos exatamente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu queria informar V. Exa. que, dos 18 votantes no dia da escolha do nosso nome, suprapartidariamente, só houve um voto em branco, incluindo os votos da bancada do seu partido e da Bancada da Base do Governo. Então, eu não sei para que um debate melhor numa eleição que praticamente foi à unanimidade. Se escolheram a pessoa errada naquele momento, paciência. Agora, só em outra CPMI, porque nesta eu tenho que esperar os meus seis meses para cumprir o meu papel.

Eu queria louvar também a intervenção do Deputado Elmar Nascimento, como sempre, abalizada, porque esta CPI, eu não estou entendendo, repito inúmeras vezes, como eu falo pela imprensa, eu não sei qual é o problema desta CPI para poder a gente esclarecer os crimes cibernéticos, os perfis falsos que acontecem neste Brasil afora, crimes, dilapidando as famílias, dilapidando empresas, dilapidando negócios, induzindo crianças a ódio e crime. Eu não sei, isso aqui era para ser uma sala unânime, era para todo o Congresso Nacional estar imbuído em esclarecer e em, quem sabe, ampliar o marco legal da internet; tentar fazer com que as redes sociais não fiquem donas das nossas vidas. Eu não estou entendendo. Está parecendo aqui uma peleja partidária, até parece que é uma ressurreição de uma eleição.

Então, eu quero voltar a afirmar que nós queremos conduzir, esperamos conduzir com tranquilidade e que não haja essa beligerância, não há necessidade disso.

Mas eu vou passar para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a Deputada Lídice da Mata, para que possa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 111, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ler o seu relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não. Antes, tem que ler a ata, Presidente.

"Art. 111. Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente."

Vamos ler a ata, Presidente. Não houve requerimento para inversão da ordem dos trabalhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, nós não vamos deliberar. Ela vai ler um relatório do trabalho dela. Não temos deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, nós temos que seguir o Regimento, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não temos deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É, é isso, Presidente, é isso que a gente está vendo que acontece nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Entendeu? Não é deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Regimento não é respeitado, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem que ler a ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos ser respeitados nos nossos requerimentos nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas V. Exa. está pedindo para ler a ata?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, não foi pedida a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está pedindo agora para ler a ata? Isso não tem razão.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas não houve pedido de inversão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. não está conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora quer o que depois da ata?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Os trabalhos não foram abertos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois da ata, a senhora quer que eu faça o que para postergar, para lhe ajudar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não foram abertos corretamente os trabalhos, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que a senhora quer que eu faça para lhe atender, para postergar, diga aí, para atender o seu ego de postergação?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Diga, depois da ata, vou ler algo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, isso é um desrespeito, Presidente. É isso que nos assusta, Deputado Elmar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado Elmar, é isso que nos assusta na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado Elmar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é o objeto em si. Que segurança? Que segurança?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós sabemos por que o Alexandre Leite deixou esta Comissão; nós sabemos, Presidente. Eu sei o acordo que foi feito, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Que segurança nós podemos ter com esse nível de Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não me provoque, Presidente, senão o povo brasileiro vai saber também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, está evidente que só tem um objetivo essa falação toda: evitar que a gente faça o mínimo aqui de discussão sobre o objeto da CPI. Eu não sei o que assusta tanto os Deputados do PSL e o próprio Governo – está aqui a Deputada Bia Kicis, que é Vice-Líder do Governo – em avançar nessa discussão. Será que existe algum temor de que haja alguém do Governo envolvido em algum processo de *fake news*? Será que é essa a preocupação?

Porque eu não sei, o Deputado Elmar colocou aqui uma pauta importantíssima, há crianças sofrendo com esse processo de *fake news* que é feito através de inúmeros sites clandestinos. Isso não pode ser investigado? Não pode ser investigada aqui a internet profunda, que está levando, inclusive, a casos como o de Suzano, em que alguns meninos foram lá e metralharam outros. Se isso nós não podemos saber, então, o que esse pessoal quer? Esses Deputados e Deputadas pretendem não fazer absolutamente nada, se omitir perante uma situação dramática, como a que nós estamos vivendo hoje, permitir que as *fake news* transitem livremente pela internet, sem ter nenhum processo de controle, de punição?

Ora, eu acho que nós temos que avançar aqui na CPI.

Portanto, Sr. Presidente, sugiro que o senhor coloque o feito à ordem e siga com os procedimentos normais aí na Mesa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Agora, há pouco, o senhor proferiu uma frase que me ofendeu, mas não foi dirigida à minha pessoa, foi dirigida à Deputada Caroline de Toni, do PSL. O senhor disse – abro aspas – "Deputada, o que eu tenho que fazer para agradar o seu ego?" – fecho aspas. Eu queria pedir para o senhor retirar essa sua frase, porque nós não estamos aqui para atender ego de Deputados e, muito menos, de Senadores. Esta Casa é séria, o senhor exerce um mandato, e eu o respeito muito, da mesma forma que todos nós fomos eleitos. Ninguém aqui vai atender ego de ninguém. Nós temos que atender o interesse da sociedade. No momento em que o senhor proferiu isso... (*Palmas.*)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, para não polemizar, eu retiro o "ego".

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Isso! Então, está retirado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Satisfeito?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Se o Deputado Elmar me permite, eu gostaria de subscrever o seu requerimento também, porque acho importante que a Ministra Damares, que é do Governo, portanto, que não é da oposição, venha aqui prestar o seu depoimento sobre esses fatos gravíssimos que constam e que, inclusive, são objeto desta CPMI. Então, Deputado Elmar, se o senhor me permite, eu gostaria também de me associar ao seu requerimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Presidente, permita-me dar uma sugestão.

Eu acho que está todo mundo aqui de espírito armado. Eu queria sugerir a V. Exa. que reunisse antes, estabelecesse um Parlamentar para representar cada bloco, para discutir os requerimentos um dia antes, o que vai ser votado, porque eu acho que ninguém aqui está mal-intencionado. Acho que essa pauta que eu sugeri é uma pauta que atende a todos e poderia entrar logo no início.

Eu quero dizer que a Ministra Damares se oferece e quer vir aqui. É um tema importante para o Ministério dela. Ela viria, e, enquanto isso, a gente estabeleceria aqui os procedimentos.

A Relatora é uma pessoa da melhor qualidade, eu a conheço há muito tempo. A nossa querida ex-Senadora Lídice da Mata apresenta o plano de trabalho dela. Se houver alguma divergência, faz-se uma reunião fora do ambiente aqui de discussão, do Plenário. Não vai haver obstrução nenhuma. Faz-se uma reunião interna com um Senador ou um Deputado por bloco, para se discutir. Acho que está todo mundo de espírito armado antes de ver o que vai acontecer. E aí o que for por acordo... Há tanta coisa para ser trabalhada nesta CPI! O que for feito por acordo, a gente vai colocando na frente. O que não for acordado vai por voto; no dia certo, na hora certa, é deliberado. A maioria vai ter que vencer no voto, no dia certo, no horário certo. É só estabelecer esse procedimento para a gente poder avançar, porque há muita coisa importante.

Eu fiquei impressionado. A gente nem imagina a quantidade de crimes que estão acontecendo via redes, crimes que envolvem criança, pedofilia, suicídio, mutilação, esse tipo de coisa. Acho que esse é um tema... Não é possível que haja alguém que seja contra!

A Ministra é absolutamente a favor, isso é importante para ela, foi ela que sugeriu a instalação da CPI. Se está tentando desvirtuar ou não, a gente discute lá na frente, com calma.

A gente poderia estabelecer um procedimento para todo mundo baixar a guarda aqui. Haveria um procedimento de uma semana para outra, logo depois da reunião, como V. Exa. achar melhor. Nós nos reuniríamos aqui, cada um sugeriria uma pessoa para fazer um colegiado de coordenação da Comissão. E decidiríamos por acordo. Eu tenho conversado com outros Líderes, e acho que não é possível que a gente não tenha condições de criar um ambiente para fazer uma CPI importante como esta avançar.

Era essa a sugestão, Presidente, que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sugestão está acatada, nobre Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

Logo após designarmos os outros Sub-Relatores, eu acho que é um papel para as relatorias, coordenadas pela ex-Senadora Lídice da Mata, proporcionar essas reuniões.

Não há quórum para deliberarmos, e é por isso que estou pedindo que a nossa Deputada leia o seu Plano de Trabalho. Não vamos deliberar nada se não houver o quórum regimental para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É uma questão de a gente dar celeridade ao processo e matar uma etapa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só um esclarecimento, Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra para a nossa Relatora Lídice da Mata.

Eu gostaria de parabenizar a fala do Líder Elmar e dizer que nós estamos dispostos a conversar desde que nosso direito regimental seja garantido e desde que sejam anuladas as decisões da reunião passada, que, no nosso entendimento, feriram o Regimento.

Mas pedi a palavra neste momento apenas para obter um esclarecimento de V. Exa. Nós queremos entender em qual parte da reunião nós estamos, porque V. Exa. iniciou a reunião, nós apresentamos uma série de questões de ordem, V. Exa. respondeu a essas questões de ordem, nós dissemos que iríamos recorrer, e não houve, até o presente momento, nenhuma deliberação. O que nós estamos sugerindo é que cumpramos o Regimento Interno, que diz que nós devemos, em primeiro lugar, analisar a ata, fazer a leitura da ata, e aí, sim, podemos dar seguimento ao item 1, que é o Plano de Trabalho, ao item 2, que é o Requerimento nº 22, e aos requerimentos extrapauta, que serão analisados também.

Mas nós achamos indispensável a leitura da ata da reunião passada, vez que discordamos do procedimento adotado na reunião passada. Então, nós não abrimos mão da leitura da ata da reunião passada por parte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A parte que nós estamos agora, nobre Deputado, é a leitura do plano. A gente voltar aqui à sessão anterior... Já foi decidido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cadê a ata?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, e a ata da reunião anterior?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E a ata da reunião anterior?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós podemos ler a ata da reunião...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui, também, que não é possível que, quando nós solicitamos que sejam cumpridos o Regimento e a ordem, a sequência regimental dos trabalhos, isso seja considerado por alguns Deputados como tentativa de não querer esclarecer *fake news*, medo de que algo apareça para o Governo. Não se trata disso. Nós queremos simplesmente seguir e, como diz o meu colega, entender o que está acontecendo, para que seja seguido o trabalho.

Deputado Elmar, quero dizer que a CPI tem que ter um objeto específico. Se o objeto desta CPI for *deep web*, se for para analisar esse tipo de coisa, como quer a Ministra Damares, estamos de pleno acordo. O problema é que, veja, um Deputado do seu Partido, requerente, retirou-se porque disse que verificou que não é disso que se trata. O que está sendo feito aqui é uma politização indevida da CPI. Nós não estamos seguros com a condução dos trabalhos, nem ao menos de que os nossos votos, as nossas colocações serão respeitadas. E esta CPI poderá, sim, conduzir a um desfecho muito lamentável para a sociedade brasileira.

Então, Deputado, conte comigo, conte com o Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... para que esse tipo de questão seja, sim, analisado. A Ministra Damares será muito bem-vinda, mas é preciso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... definir o objeto desta CPI.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero falar, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o objeto da CPI já está definido no documento que foi assinado por Senadores e Deputados, e não há necessidade de ficarmos discutindo isso o tempo inteiro.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, atendendo à exigência regimental, Sr. Presidente, fizesse a leitura da ata para que nós pudéssemos, então, ouvir o Plano de Trabalho da Senadora Lídice. Estamos perdendo tempo. É mais rápido a gente ler a ata, ouvir, para, depois, a Senadora poder apresentar o seu Plano de Trabalho, porque este parece ser o objetivo de alguns aqui: impedir que esse plano seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exato, Senador.

Não foi lida antes porque não tínhamos quórum para poder votar. Agora completou o quórum mínimo de 17.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minuto do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nominal da ata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu posso ler, Deputada?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Posso continuar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Continue.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, de 2019, que "requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 4, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 5, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 6, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Facebook para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 7, de 2019, que "requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Agüero para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 8, de 2019, que "convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI".

Aprovado como "convocação". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado, alterando a condição de convite para convocação. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 – REQUERIMENTO Nº 23, de 2019, que "requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão". Autoria: Senador Angelo Coronel. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Assina a ata o Senador Angelo Coronel, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Fake News. A reunião está disponível em áudio e vídeo no [link](http://www12.senado.leg.br/multimedia) <http://www12.senado.leg.br/multimedia>.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente... Sou o Deputado Filipe Barros. Para a retificação da ata, com base no art. 30, §2º, do Regimento Comum... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia repetir, por favor, qual é a base legal, para que a nossa assessoria possa ver se está embasado, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O art. 30, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional nos dá o direito... Os arts. 30 e 31 nos dão o direito de fazer solicitações para a retificação da ata, que serão analisadas por V. Exa. como Presidente desta Comissão.

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres colegas, que constassem, nas atas, as seguintes solicitações. Ponto um: que nós protocolamos inúmeros requerimentos procedimentais e que seja claro, na ata, todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos no início da reunião e o que foi feito com eles, onde foram parar. Ponto dois: V. Exa. leu, item por item, os requerimentos que foram aprovados. Nós gostaríamos que constasse na ata quem os aprovou, quais Deputados e Senadores votaram favoravelmente e quais votaram contra, se a votação foi nominal, se a votação foi em bloco, se a votação foi individual, se a votação... Enfim, que constasse na ata como foi, como se deu o processo de votação e quem votou favoravelmente ou contra esses requerimentos.

Eu gostaria aqui também de não retificar, mas de deixar registrado, neste presente momento, que V. Exa. leu que eu estava presente no início da reunião e que, mesmo assim, ignorou nossos requerimentos.

São dois pontos que nós gostaríamos de retificar na ata. Retomando, ponto um: todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos e o que foi feito com eles, uma vez que simplesmente deixaram de ser deliberados. Ponto dois: como se deu o processo de votação de cada um dos requerimentos, se foram aprovados, por quem foram aprovados, se foi nominal, se foi em bloco, se foi individual. Gostaria que constassem na ata esses dois pontos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Filipe Barros, seguindo o Regimento Comum do Congresso Nacional, no seu art. 30, inciso II, as questões de ordem e pedidos de retificação sobre a ata serão decididos pelo Presidente. Neste momento, indefiro sua questão de ordem para alterar a presente ata.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento, Presidente, com questão de ordem. Nós temos um requerimento de votação nominal da ata.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Há apoioamento, Sr. Presidente?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sou Vice-Líder, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há apoioamento do Líder Filipe Barros.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas eu sou Vice-Líder tanto quanto o Deputado Filipe Barros, só para registrar. Esse machismo nesta Comissão me espanta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí é uma questão de vocês dois decidirem quem vai ficar na Liderança.

Então, vamos proceder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Queremos encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leio o requerimento: "Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno do Congresso Nacional, que a ata da reunião anterior seja votada pelo processo nominal". Assinam o Deputado Filipe Barros, Líder do PSL, e também a nobre Deputada Caroline de Toni, que está também... É para evitar o machismo, o que é importante.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para encaminhar, Presidente... Podemos encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o autor está encaminhando?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir essa exceção a V. Exa., porque hoje está com vontade de falar, e eu gosto de ouvi-lo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado, Presidente.

Quanto tempo eu tenho, Presidente, só para esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem cinco minutos, pelo art. 131.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Então, encaminhando a votação nominal da ata, nós, Presidente, como já foi dito anteriormente, fizemos questão de solicitar a V. Exa. a retificação da ata. V. Exa., obviamente, já negou a retificação da ata. Mas eu gostaria de, neste momento que tenho para encaminhar o voto, deixar registrado mais uma vez o nosso profundo pesar ao constatarmos os rumos que esta CPI está tomando: rumos antidemocráticos, rumos autoritários por parte de V. Exa., por parte de outros Parlamentares desta Comissão, que não reconhecem o direito regimental que nós temos de obstruir – é um direito que nós temos. Aliás, a oposição sabe obstruir muito bem. Aprendemos a obstruir com V. Exas. do Partido dos Trabalhadores, aprendemos muito bem com vocês. Então, V. Exas. podem fazer obstrução, e nós não? É assim?

Nós temos o direito regimental de nos posicionarmos e de, inclusive, sermos contra o objeto indefinido desta Comissão. Por mais que falem que o objeto está definido no requerimento, nós entendemos que os fatos ali elencados no requerimento não guardam relação entre si. Não à toa, o Deputado Alexandre Leite, que foi quem coletou as assinaturas na primeira reunião de instalação desta CPI, no microfone – está registrado nos *Anais* desta Casa –, disse que estava se retirando desta CPI porque não concordava com os rumos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estava tomando. Está registrado aqui nesta ata, registrado.

Na reunião passada, Presidente, nós ouvimos, aqui no plenário desta Comissão, uma *fake news* absurda dita por um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que eu não vou citar o nome, senão vai pedir direito de resposta depois, mas uma *fake news* em que ele disse, fora dos microfones, Sr. Presidente, que a facada do Bolsonaro era *fake*, disse que era "facada *news*", disse isso aqui fora dos microfones desta Comissão. Então, como nós podemos admitir, Sr. Presidente, numa Comissão que tem como escopo a investigação de *fake news*, que Parlamentares membros desta Comissão propaguem *fake news* fora dos microfones?

Eles falam, falam, falam que o PSL tem medo de que seja investigado, que o Bolsonaro isso, que o PSL aquilo, mas vamos aos fatos: quem foi condenado pelo TSE por divulgação de notícias mentirosas foi o candidato Haddad, foi o candidato Haddad, não foi o Bolsonaro.

Então, Sr. Presidente, nós estamos vendo que esta CPI está sendo instrumentalizada, lamentavelmente. Depois nós vamos deixar aqui registrados vários pontos e vários questionamentos à nossa Relatora sobre o Plano de Trabalho que foi apresentado. Não vamos antecipar, vamos apenas questioná-la, porque o Plano de Trabalho é um plano de trabalho da Comissão. Não queremos, de qualquer forma, Presidente, atrapalhar. O que nós queremos é ter o nosso direito regimental garantido. Nós queremos nos posicionar. Nós queremos garantir o direito à liberdade de expressão. Nós queremos garantir a liberdade de imprensa. Enfim, nós queremos e estamos aqui para defender esses direitos constitucionais, que nós estamos vendo que, pelo rumo que esta Comissão está tomando, serão alijados.

Eu estou vendo aqui parte das assessorias fazendo cara feia e já adianto que cara feia para mim é fome!

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não adianta assessoria de Senador e Deputado ficar olhando para mim e fazendo cara feia, a não ser que o assessor se candidate e venha aqui debater conosco. Enquanto isso, continuarei falando!

Então, Sr. Presidente, nós queremos e encaminhamos neste momento a votação "não" em relação à nominal da ata, uma vez que nós fizemos um pedido de retificação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O voto é "sim" à verificação nominal, melhor dizendo, é "sim", porque nós discordamos do posicionamento de V. Exa., que não quis retificar a ata a nosso pedido.

Então, o PSL encaminha o voto "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, quero contraditar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para contraditar, para seguir a linha do colega, depois entram vocês dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ou quer contraditar, fazer o pingue-pongue?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como V. Exa. preferir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pronto! Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero encaminhar depois, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, de uma vez por todas, tem que acabar aqui o debate sobre o objeto desta CPI, que está escrito no requerimento que foi subscrito por Senadores e Deputados. Houve, inclusive, partidos e representantes de partidos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal, questionando esta CPI e também o seu objeto, e foram derrotados pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, essa questão já é uma questão resolvida, definida. Se não quiserem que seja por aí, que promovam outra CPI ou façam outro caminho, mas não têm o direito de querer questionar mais uma vez o processo.

Segundo, esse tema de leitura de ata aqui foi aproveitado para se fazer, utilizando o Regimento do Senado Federal, porque, na Câmara, já há resolução dizendo, inclusive, que leitura de ata não é obrigatória nas diversas Comissões existentes naquela Casa. V. Exa. permitiu a leitura, e agora novamente vem o processo de tentar obstruir a continuidade do nosso trabalho. Eu já vi obstruir votação de projeto para que uma lei não entre em vigor, de medida constitucional, de processo de *impeachment*, mas para impedir que uma CPI possa desenvolver o seu trabalho? Para mim só há uma justificativa: é medo, medo, medo de que, quando nós investigarmos isto aqui, nós comecemos a identificar os tentáculos, quem está por trás desse tipo de coisa. Quem, por exemplo, obrigou agora o youtuber Felipe Neto mandar sua mãe para o exterior e mudar sua agenda, porque está ameaçado de morte? Para isso, utilizaram-se de *fake news*!

O Presidente da Comissão é ameaçado de morte! O cantor Caetano Veloso foi chamado de pedófilo! São essas coisas que parecem que não querem...

No Brasil, parte do crescimento dos casos de sarampo tem a ver com *fake news*.

Por que essas pessoas não querem discutir? Que receio tão grande é esse? Estão com receio de que bata em quem?

Vamos fazer um acordo: quando houver algum requerimento, alguma coisa que possa atingir Governo ou partido de Governo e tal, então vocês trazem à discussão e votem contra, mas não impeçam que a gente saia daqui não somente com uma investigação, mas com medidas para que não aconteça de novo!

Discutir o problema de *fake news* na eleição não vai fazer a eleição ser anulada. Isso depende do TSE, e, pelo andar da carruagem, esse TSE que está aí não vai investigar isso a fundo de forma alguma, mas pode impedir que, agora, em 2020, façam de novo, pode impedir que, em 2022, façam de novo.

Os que não querem que se investigue não é só para saber o que aconteceu no passado, é porque eles querem continuar utilizando essa arma para tentar preservar a hegemonia política na sociedade.

Se, numa eleição nacional, centralizada, conseguiram fazer isso e não se teve controle sobre essa questão, imaginem o que vai acontecer nas cidades do interior, o que vai acontecer...

(Soa a campanha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ...nas capitais, nas médias cidades em termos de *fake news*!

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui me associar ao apelo que foi feito pelo integrante do DEM aqui. Vamos parar com isso! Quando chegar a hora de chamar alguém que vocês não querem que chamem, votem contra, coloquem a maioria aqui. Agora, impedir, por isso, que a gente possa dar seguimento a uma matéria tão relevante como essa me parece que é um sentimento antidemocrático, anti-interesse do nosso País.

Podem fazer a obstrução, mas a obstrução tem de ter um mínimo de bom senso. Obstruam todos os temas que disserem respeito ao Governo, aos que já foram acusados, ao velhinho da Havan! Tudo bem! Agora, impedir que a gente possa investigar tudo, isso é inaceitável.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar, Presidente! São dois a favor e dois contra, pelo art. 41 do Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pelo art. 41, nobre Deputada, V. Exa. não pode encaminhar. Deve ser um da outra Casa, já que é do mesmo bloco. O nosso Deputado Filipe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não consta isso aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leia o art. 41.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos ler, então. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um Senador e um Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Seria um a favor; outro, contra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Um Deputado e um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, falará a Deputada Luizianne Lins para complementar o Deputado, já que o Senador Humberto falou.

Vocês teriam de colocar um Deputado do bloco contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero encaminhar a favor do requerimento, Presidente. Não há nenhuma vedação no Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de novo... Acho que agora a gente tem que apelar para o debate que a sociedade brasileira vai fazer a partir desta CPMI, porque está muito claro, vai ficar cada vez mais claro para a sociedade brasileira que nós estamos querendo hoje tocar um processo investigativo que tem quatro eixos fundamentais, que estão completamente sintonizados com o que está acontecendo no mundo inteiro. O mundo inteiro hoje é vítima de *cyberbullying*, de *fake news*, de uma série de processos que estão acontecendo na *deep web*, no subterrâneo, no submundo disso aí. Há pessoas morrendo, há pessoas sendo ameaçadas.

Nós temos que deixar muito claro que os nobres colegas do PSL estão fazendo tudo para que esta CPMI não aconteça, estão fazendo tudo para que esta CPMI não ande. Então, é bom que o povo brasileiro comece a se perguntar por que os Deputados e as Deputadas do PSL não querem a investigação do processo hoje dos algoritmos, do processo hoje das mentiras que são disseminadas. É muito estranho um partido político não querer saber, não querer cuidar da sociedade brasileira no que diz respeito hoje aos crimes praticados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... contra a sociedade brasileira. É muito esquisito! Ao mesmo tempo em que diz que não quer obstruir, obstrui; ao mesmo tempo em que diz que quer que ande a CPMI, fica pedindo a ata, depois a pós-ata, a pós-pós-pós-ata. Enfim, é uma tentativa clara... Eu espero que o povo brasileiro esteja consciente disso. É bom que todo mundo vá, inclusive, às redes sociais desses nobres colegas que estão obstaculizando, para saber qual é o medo de saber, de fato, objetivamente, o que é que está acontecendo na sociedade brasileira hoje e por que é que essas pessoas estão, de forma tão virulenta, contra o andamento desta CPMI.

Inclusive, eu já até solicito que a gente convide o Deputado Alexandre Frota, que foi eleito pelo PSL, que disse que sabia muito bem onde estava a fábrica de CPMI, onde ela estava localizada. Ele disse que poderia dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... onde estava a fábrica de *fake news*. Assim, esta CPMI pode, de fato, se debruçar sobre isso. E, já que ele sabe disso, se a gente vai investigar tudinho para chegar lá, pode ser que seja um atalho mais fácil a gente convidá-lo, porque, inclusive, ele foi eleito pelo PSL.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que o povo brasileiro tem que estar muito atento, porque eu acho que agora é a hora da verdade ou pelo menos da busca da verdade aqui nesta CPMI. Quem não quer buscar a verdade, quem não quer buscar de fato isso não está preocupado com a juventude, não deve estar preocupado com as crianças, com os jovens, com as futuras gerações, que estão todas impactadas pelos algoritmos, todas impactadas pelo crime praticado hoje pelos algoritmos. Isso se dá no mundo inteiro! Quando houve o escândalo da Cambridge Analytica, o jovem que foi denunciar foi imediatamente... O Parlamento britânico constituiu uma CPI, de forma muito séria, e o povo britânico todo se envolveu para saber o que tinha acontecido naquele episódio. Então, é muito impressionante que no Brasil tenhamos Parlamentares... E lá se juntaram direita, esquerda, conservadores etc. e tal para poderem conseguir desvendar aquilo. Aqui, surpreendentemente, na contramão da história, um partido político que chega a esta Casa praticamente com a maioria – não é mais maioria, mas aqui chegou assim – agora está querendo que não se investigue.

É uma coisa muito impressionante, e eu quero que o povo brasileiro comece a perceber por que os nobres colegas não querem que esta CPMI ande, não querem que esta CPMI aconteça. Vamos ficar agora atentos, inclusive, às redes sociais...

(Soa a campanha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... de todos que estão obstaculizando esta CPMI para ver o porquê de eles não quererem que esse instrumento, que são as redes sociais, possa ser investigado de forma adequada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós temos de ler o Regimento de forma sistêmica e sistemática, de acordo com os princípios constitucionais. Nós temos de tratar da isonomia. Quando o Regimento diz que são dois de cada Casa, é para que se dê oportunidade para que dois Deputados e dois Senadores falem. Acontece que, no momento, não existe um Senador presente para falar e encaminhar de acordo. Então, criou-se uma situação de desequilíbrio, onde houve duas pessoas encaminhando contra e apenas uma a favor. E, quando se tem uma situação de desequilíbrio, de falta de isonomia, há que se aplicar o princípio constitucional da isonomia e se mitigar a questão de que não se trata de um Senador, mas de uma outra Deputada.

O certo é que há de haver dois encaminhamentos contra e dois a favor, para se evitar o desequilíbrio. V. Exa. pode assim conduzir os trabalhos para minimizar exatamente essas questões que estão sendo tão ventiladas aqui.

E, com relação à acusação de que o PSL não quer elucidar *fake news*, que está com medo, lembro que quem foi, como disse o meu colega, acusado, julgado e condenado por *fake news* foi o Haddad, do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não foi ninguém do PSL. Nós não temos medo da verdade.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nós temos medo é de que a condução dos trabalhos acabe por desfavorecer exatamente o equilíbrio na condução, que pedimos a V. Exa. agora, em nome da isonomia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, siga o Regimento. Siga o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu não sei, entre aqueles que estão à minha frente, quem é contra e quem é a favor. Nós temos aqui, na Casa, o Senador Alessandro, que pode querer fazer uso da palavra, para que fique na paridade de dois a dois, e o Senador Randolfe Rodrigues. Pelo que me informaram – não me informaram nada também, nem eles, nem ninguém –, eu não sei quem é que eles defendem. Então, pode ser que o Senador Randolfe ou o Senador Alessandro possam suprir essa lacuna na falta de Senadores do PSL.

Então, está franqueada a palavra a um dos dois.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Sr. Presidente. Se isso for feito, eu me dou por satisfeita. Se isso for feito...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É para encaminhar a favor do requerimento. Eles só podem falar se for a favor do requerimento nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, se os dois não quiserem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... eu me darei por satisfeita.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A favor do requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, chame os Senadores.

Por que vocês não chamam os Senadores do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não sei qual o rótulo, qual o viés partidário dos dois Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não precisa. A minha interpretação é de que está para encaminhar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Cadê os Senadores do PSL, gente?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu fiz a questão de ordem e digo a V. Exa. que me darei por satisfeita se um deles encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Regimento vale num caso e não vale em outro? Eu estou agindo dentro da justiça, dentro do Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tragam os Senadores do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos Senadores no plenário.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, não sei qual o viés político dos Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – De acordo, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Senador Alessandro Vieira...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Se for para encaminhar a favor, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para suprir e manter a paridade.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não tem nada de encaminhar a favor, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Por favor! Por favor!

É bastante simples isso aqui. É só uma briga formal para se gastar mais cinco minutos. Está encaminhado favoravelmente, mas alertando que eu voto contra. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto!

Esta Presidência coloca em votação o requerimento de votação nominal da ata.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Rejeitado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Votação nominal. Verificação, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Tem apoioamento?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sou Vice-Líder. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O requerimento está consubstanciado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Então, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos abrir o painel de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não".

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para orientar a bancada.) – PSL, obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O Governo orienta obstrução, Presidente. *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só para constar que eu estou presente e que votei, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora eu afiro sua presença.

Pena que eu não estou vendo a presença do Deputado Filipe, mas há tempo ainda.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente, só não votei, Presidente – até porque o PSL encaminhou obstrução. *(Pausa.)*

null

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, acho que já dá para encerrar. Está chegando a hora do almoço e há várias Comissões agora pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, eu mando pegar um lanche para V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Então está bem. Eu aceito. *(Pausa.)*

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... se eu puder, quero aproveitar dois minutos deste momento só para corrigir uma informação que foi dada aqui pela Bancada do PSL.

No Congresso há várias bancadas temáticas, não é? E parece que a gente tem agora também a bancada da *fake news*. Tem gente que não só foi beneficiada por *fake news* na campanha como continua produzindo *fake news* aqui, fazendo o uso do microfone, como Parlamentar. E a Bancada do PSL falou que Haddad foi condenado por impulsionar notícias falsas. Isto é uma mentira sem vergonha. Houve impulsionamento de notícia desfavorável, e é mentira que Haddad ou sua campanha tenha sido condenada por impulsionar notícias falsas. E eu queria registrar aqui meu lamento por ver que práticas que foram utilizadas na eleição passada são utilizadas agora por Parlamentares no pleno exercício do mandato que vêm aqui mentir no microfone de uma CPI sobre *fake news*, Presidente. Fica o registro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para o contraditório, Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu tanto... Só peço que toque a sinetinha para o pessoal se acalmar aqui e fazer silêncio, para a gente não precisar ficar gritando aqui.

Silêncio no plenário, por gentileza!

Presidente, o nosso compromisso é com a verdade. O grande problema – e aí quero até dar resposta a Deputados da oposição que me antecederam... Nós queremos, sim, a verdade. Só que a gente se preocupa com quando o julgador, quando quem está acusando é o mesmo julgador. Está um circo armado para se montar um tribunal de exceção aqui contra o nosso Presidente. Eu estou aqui com a notícia da Globo que fala da multa que o Haddad ganhou por impulsionar notícias falsas contra Bolsonaro na internet.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Cadê a decisão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Ministro Fachin...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – É notícia desfavorável.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Convoque-me! Convoque-me para dar explicação!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Mentira! Já fiz meu registro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Convoque-me!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "O Ministro Fachin negou punir Google por um impulsionamento irregular. Ele entendeu que o PT pagou para destacar conteúdo negativo."

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. *Fora do microfone.*) – Negativo, Deputada. Mentira...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, nós vamos investigar isso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... no decorrer da CPI. Não vamos antecipar os fatos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A grande questão, Presidente, é a seguinte: por que a gente está fazendo essa obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pau que dá em Chico dá em Francisco. Vamos deixar a coisa rolar. Para quê a antecipação dos fatos?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Agora nós vamos falar então. Já que vocês querem que a gente fale, a gente vai falar.

Presidente, a grande questão é a seguinte: o Deputado Elmar Nascimento esteve aqui e disse que pediu para o Deputado Alexandre Leite se retirar desta Comissão. Nós ficamos sabendo, nos bastidores, que houve, sim, inclusive, um desentendimento entre os dois Presidentes da Casa com relação à instauração desta CPMI, por um desacordo em relação à constituição da Mesa, da Presidência, etc. Por quê? Porque um tinha uma intenção e outro tinha outra. Se o próprio autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só para poder abrigar mais o conteúdo do seu discurso, a senhora está falando que houve uma armação de Rodrigo Maia com Davi para montar esta Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve um desentendimento entre eles na instauração desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, um desentendimento. Porque eu fui eleito aqui e não estou sabendo de nada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fui pego de surpresa e me colocaram Presidente. Eu não participei de nada desse pseudo conluio que V. Exa. está aí praticamente relatando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é conluio. Eu estou dizendo que houve até um desentendimento entre os Presidentes das Casas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. *Fora do microfone.*) – E o senhor foi eleito com voto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve até um desentendimento, tamanho é o objeto vago.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, eu acho que tive até o seu voto, se não me engano, porque só houve um voto contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tive, não? Então, houve dois contrários.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes do Governo no Senado votaram para instaurar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós não demos quórum aqui nessa votação.

O que eu quero dizer é o seguinte, Presidente: o que nos preocupa aqui é essa tentativa da oposição de sempre inventar fake news. Eles, sim, inventam. E eles querem ser o nosso órgão julgador do Presidente Bolsonaro, querem fazer um

terceiro turno! A gente sabe que está tudo armado para isso; a gente sabe! Então, a gente não pode concordar com isso, que seja desvirtuado do que é certo. A nossa preocupação é justamente essa. É a mesma coisa que pegar aqui alguém do PSL para querer julgar o Haddad. Vai ser um juiz justo, um juiz isento? É a mesma coisa com o Presidente Bolsonaro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – É o caso do Moro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, é isso que a gente não aceita, Presidente.

Presidente, considerando que não há quórum, dá para encerrar a reunião e a gente continuar a semana que vem, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – Não vai encerrar a reunião, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente, eu havia proposto ao Deputado Filipe Barros, à Deputada Caroline e à Deputada Bia Kicis que tivéssemos uma reunião com V. Exa. e com a nossa Relatora Lídice da Mata para nós entendermos exatamente o que o PSL, a sua representação, aqui, na CPI da Fake News, pretende.

Nós sabemos do trabalho da Ministra Damares, que alertou para o fato de que nas redes sociais há orientação para menores sobre suicídio e sobre automutilação, o que é uma vertente importante em que esta CPI deve atuar e que deve procurar conter da maneira possível.

Para a questão eleitoral, não temos tempo. Quando nós concluirmos a CPI, já terá passado o prazo de um ano antes das eleições, e, portanto, não poderemos legislar para a próxima eleição em função do trabalho desta Comissão.

Temos também a necessidade de verificar o uso das redes sociais para difamação, para concorrência desleal, para desconstrução de produtos. Um concorrente solta uma *fake news* contra o seu concorrente na rede social, depreciando o produto, e tudo isso tem reflexo. Hoje, nós temos um problema muito sério com informação e desinformação.

Então, Presidente Senador Angelo Coronel, eu sugiro que, se estiverem de acordo o Deputado Filipe Barros e a Deputada Caroline – a Bia acabou de sair –, nós pudéssemos, enquanto um companheiro nosso preside a reunião aguardando o quórum, fazer um diálogo.

Eu não entendi ainda exatamente o que o PSL pretende aqui na CPI, a não ser obstruir os trabalhos, mas certamente eles deverão ter algum interesse no sentido de contribuir para que *fake news* não interfiram na vida da nossa sociedade.

Então, é esta a sugestão que eu gostaria de fazer: que nós possamos aproveitar o tempo, enquanto aguardamos o quórum, para fazer uma reunião aqui na sala da administração do plenário e, se for possível, um entendimento de procedimentos, porque todos nós queremos avançar, sabemos da necessidade, da atualidade e da utilidade desta Comissão. E eu espero que nós possamos sair daqui com um resultado. Ninguém aqui tem tempo a perder, Senador. Então, nós queremos sair daqui produzindo algo de melhor para nossa sociedade, e é com esse espírito que eu estou participando da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pertinente o seu pronunciamento, nobre Deputado Ricardo Barros.

Eu vou fazer o seguinte: vou encerrar a votação, já que não houve quórum para deliberar sobre a ata, será numa nova reunião; enquanto isso, eu vou solicitar a nossa Relatora que leia o seu relatório, porque para essa reunião futura, com os Líderes, é importante ver o plano de trabalho dela...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para saber o que ela apresenta para discutirmos depois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente, para isso. Não há previsão regimental para isso.

Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sem quórum a reunião tem que ser encerrada, Presidente. Não há previsão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Pela ordem.*) – Presidente, art. 304 do Regimento do Senado: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão", que é o plano de trabalho.

O art. 304 é bem claro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós estamos em processo de votação, Presidente. Não há quórum. Não há como prosseguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrei o processo de votação, para que a gente volte quando houver o restabelecimento do quórum. Enquanto isso, para que à reunião se dê continuidade, a nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não há como continuar se não forem enfrentados os requerimentos de obstrução, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No próximo *time*.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há nem quórum, Presidente, para prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos quórum para prosseguir a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não temos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não temos para votação, mas temos para a reunião ser mantida. Então, eu vou passar para a nossa nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente. Isso é antirregimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, eu quero designar o primeiro Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, ninguém quer aqui tentar ganhar no grito. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o Senador Alessandro Vieira para fazer parte aqui da Mesa, porque ele vai ser o Relator da parte de *cyberbullying*...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só pode discutir a ata, Presidente. Não há como, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, com a palavra a nobre Deputada Lídice da Mata para ler o seu...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente! Questão de ordem: art. 304. Vamos ler. Vamos ler juntos, então, para ver a interpretação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, o senhor está...

Com todo o respeito, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo o respeito... Desculpe-me interrompê-la.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Art. 304, nobre Deputada: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão". Está na pauta a leitura do plano de trabalho da Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "[...] à matéria em discussão", que é o requerimento de nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está na pauta o relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas a gente tem que superar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga, Presidente! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o nosso pedido de obstrução primeiro. Pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Lídice, siga a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não está na ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga a leitura! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... então não há como seguir, não há!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Corte o microfone e siga a leitura!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O plano de trabalho, Sr. Presidente, é de conhecimento público, porque ele já foi publicado. Nós fizemos um esforço de, antes desta reunião, dar conhecimento a todos os Deputados e Senadores do nosso projeto de plano de trabalho.

Nesse plano de trabalho, como foi apresentado no fim de semana dentro do prazo, eu fiz algumas correções, porque ele estava muito extenso; algumas correções apenas na introdução, no objeto da CPMI, no roteiro de trabalho. E hoje...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... eu vou ler apenas o que diz respeito ao trabalho propriamente dito, das reuniões e audiências públicas.

O tema abordado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possui alto nível de complexidade e interesse público. Dessa forma, se buscará reunir múltiplas visões sobre o assunto, incluindo especialistas, acadêmicos, membros do Governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais e outros que se mostrem necessários.

Para tanto, as atividades poderão ser realizadas das seguintes formas: audiências públicas com especialistas e autoridades; estudos e pareceres técnicos; missões externas; sessões de debates; reuniões técnicas e administrativas; interação com a sociedade, utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Temáticas iniciais.

Conceituação e delimitação de *fake news* e seus impactos na sociedade; *cyberbullying* e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; marcos legais que regem a controle de *fake news*; consequências econômicas da produção e disseminação de *fake news* que atentam contra a democracia no mundo; consequências da produção e disseminação de *fake news* em processos eleitorais internacionais; falsas comunicações de crimes, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade do Congresso Nacional; falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade dos membros do Poder Judiciário; o papel das empresas digitais e o fenômeno de *fake news*; a proteção de dados no contexto de *fake news*; o esquema de financiamento, produção e disseminação de *fake news* com o intuito de lesar os processos eleitorais, inclusive o de 2018.

Com a determinação dos fatos, busca-se otimizar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tornando-a um espaço de efetiva realização da função fiscalizadora do Congresso Nacional.

Sub-relatorias: a) *cyberbullying* e crimes de ódio; b) proteção de dados no contexto de *fake news*; c) aliciamento de crianças vulneráveis por meio de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar à nobre Deputada Lídice só um instantinho, porque vou convidar o decano Rui Falcão para sentar em meu lugar, porque vou, a pedido do nosso Líder Ricardo Barros, ver se alguns partidos que estão aqui presentes, seus Líderes, querem fazer alguma reunião prévia. Estou aqui aberto para qualquer coisa, se deliberarem sobre isso.

Então, Rui Falcão.

Lídice, continue.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim, fica evidente o papel desta Casa no sentido de investigar essa série de atos criminosos, cometidos ou propiciados em meio virtual, com foco no aprimoramento do arcabouço legal das relações cibernéticas, indicando providências que visem coibir atentados contra a vida e a dignidade da população brasileira, bem como respeitar a democracia e as suas instituições.

Como se trata de um fato internacional, é claro que esse é um procedimento que está acontecendo hoje em diversos países do mundo.

Nosso cronograma inicial.

Eu chamo a atenção de ser um cronograma inicial porque, obviamente, ele poderá ser modificado – e será modificado até por incorporação das contribuições dos Deputados e Senadores, pois já temos requerimentos do Senador Eduardo Gomes, do Deputado Túlio Gadêlha, do Deputado Rui Falcão, da Deputada Relatora Lídice da Mata, da Deputada Luizianne Lins, do Deputado Bacelar, da Deputada Natália Bonavides, do Deputado Elmar Nascimento.

No nosso plano inicial de trabalho, há as datas: 17 de setembro, hoje, apresentação do plano de trabalho e requerimentos; 24 de setembro, conceituar o fenômeno de *fake news* na sociedade, com especialistas que nós tiraríamos dos requerimentos; 1º de outubro, *cyberbullying*, *fake news* e crimes de ódio e suicídio; 8 de outubro – aliás, é aniversário do meu filho –, conceitos jurídicos e marcos legais sobre *fake news*; 15 de outubro, os impactos de *fake news* na política, na economia

e na sociedade, a experiência da Europa e dos Estados Unidos; 22 de outubro, os impactos de *fake news* na política, na economia e na sociedade, a experiência da América Latina; 29 de outubro, *fake news* e seus impactos no Supremo Tribunal Federal e nos demais órgãos do Poder Judiciário; 5 de novembro, *fake news* e seus impactos no Congresso Nacional; 12 de novembro, *fake news* e processo eleitoral brasileiro; 19 de novembro, *fake news* e processo eleitoral.

Eu acrescentaria que, na medida em que nós possamos constituir sub-relatorias, nós poderíamos ter mais um dia de trabalho. Esse seria o dia de trabalho da Comissão Geral, em que apreciaríamos os temas gerais, e os sub-relatores poderiam organizar reuniões para, em outra data, realizar algum tipo de trabalho técnico em relação às investigações dos subtemas.

Conclusão.

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca do esclarecimento dos fatos que resultaram nesta CPMI. Busca-se uma CPMI técnica, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importantes do Congresso Nacional, que é a fiscalizadora.

Eu quero chamar atenção para o fato de que é claro que, pelo conteúdo político inerente à discussão de *fake news*, ou seja, da falsidade das informações e, portanto, da desinformação – a expressão que se tem usado no português é desinformação –, todos os Srs. Deputados e Deputadas apresentam dentro deste plano de trabalho diversos convidados que irão falar, mas também poderão, sem dúvida nenhuma – já há requerimento nesta direção –, convocar pessoas para aqui fazerem os seus depoimentos a respeito dos temas investigados.

Apesar do clima criado nas duas últimas reuniões de torcidas, quase de torcidas futebolísticas, a nossa CPMI pode e deve prosseguir com um conceito de investigação que sirva ao Brasil. Esse tipo de investigação está acontecendo em muitos países do mundo. Nós poderíamos citar aqui: o Reino Unido; a Alemanha, que constituiu uma comissão investigatória da desinformação pelo próprio Governo; a OEA, que analisa a prática de *fake news* na América Latina – e um dos nossos relatórios a esta Comissão é justamente o Relator da OEA apresentar o seu relatório aqui, na nossa Comissão. Diversos outros países hoje já têm iniciativas, inclusive nos Estados Unidos, de investigação da desinformação como prática nas redes sociais, servindo a interesses econômicos, servindo a interesses eleitorais e desservindo à sociedade com a prática de informações falsas a respeito da saúde, principalmente atingindo populações vulneráveis. Eu aqui falei do crime cibernético do aliciamento de crianças e acrescentei outros vulneráveis, porque os idosos hoje – e eu sou Presidente da Comissão do Idoso – são vítimas permanentes de *fake news*, de desinformação, levando a uma situação de assédio moral e de assédio econômico na vida dos idosos.

É essa a pauta que foi apresentada no primeiro requerimento e que nós estamos dando praticidade ao apresentarmos o plano de trabalho. Era, portanto, essa a nossa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Concede-me um aparte, Relatora? É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só quero esclarecer à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estou com a decisão judicial aqui da condenação do Haddad por *fake news*, Deputada do PT, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu quero fazer uma questão de ordem...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada, a senhora não está com a palavra!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulos esses atos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra, Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Todos esses atos são nulos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou conduzindo os trabalhos e não lhe concedi a palavra.

Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, que estava inscrita.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, eu estou com a palavra.

Eu queria parabenizar a Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem tem preferência!

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É tudo nulo! Isso tudo é nulo!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu queria ter a palavra garantida!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso tudo rasgou o Regimento já, gente!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP. *Fazendo soar a campainha.*) – Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não poderia ter sido lido o plano de trabalho, porque não foram enfrentados os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havia quórum na...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI.

Eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu queria pedir para que a minha palavra fosse garantida, mas, infelizmente, a Deputada aqui não...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Retomando, eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata, para parabenizar por esse material produzido. A gente vê que essa CPMI tem uma função, tem uma missão, que é enfrentar esse tema, que é de repercussão mundial. A gente discutiu muito aqui na primeira reunião, na reunião de instalação, como notícias falsas não são novidades, mas a dimensão que as novas tecnologias deram a ela, isso sim, muda de patamar o debate que se fez até hoje sobre a interferência desse tipo de conduta na política.

Eu acho que o relatório da senhora faz exatamente isso, encara essa missão ao abordar, primeiro, dessa forma global, sabendo que não é um tema que pode ser tratado localmente, tomando-se em conta somente o que aconteceu no Brasil no ano passado, mas trata de forma internacional, como deve ser tratado. Não é um tema simples. Não é à toa que acadêmicos, juristas, Parlamentares, jornalistas no mundo inteiro estão descobrindo como lidar com isso, com as novas tecnologias e seu impacto nos processos democráticos.

E, em segundo lugar, porque também de forma global tratou o tema, sabendo que a questão de *fake news* vai além da interferência no processo democrático, nos processos eleitorais. Eu, como uma Deputada jovem, que tenho uma ampla convivência com a juventude, sei bem como esse ponto do *cyberbullying*, dos crimes de ódio, têm tido impacto até mesmo na saúde mental da nossa juventude brasileira, e é um tema sobre o qual nós não poderíamos nos omitir. Então, queria realmente parabenizar o material que foi produzido. Eu acho que é um plano de trabalho que deixa esta CPMI à altura dos desafios que nós temos com essa missão.

Aproveito para registrar que, como uma forma de contribuir, de colaborar com os debates, protocolei também alguns requerimentos de convocação e de convite para pessoas que tenham relação com a temática, pessoas inclusive que sejam

partes em inquéritos que investigam temas relativos, temas correlatos ao objeto da nossa CPMI, e também convites – não só convocações, mas também convites – para pessoas que tenham uma contribuição significativa sobre esse tema, inclusive de produção acadêmica, de produção de doutrina com relação a isso, para que eles possam se somar aos nossos debates aqui na Comissão.

Deputada Relatora, parabéns pelo seu plano de trabalho. Eu acredito que, se a gente conseguir cumprir o que a senhora previu aqui neste documento, nós teremos sido uma CPMI bastante produtiva e que encarou os desafios que esta época nos traz.

Obrigada, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, por gentileza, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. *Fora do microfone.*) – Qual artigo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O art. 293, inciso VIII e XIX do Regimento Interno do Senado:

Art. 293.....

VIII - Verificada a falta de quórum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campanhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se a nova votação.

IX – Confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário.

Presidente, com todo o respeito, se a gente começar a descumprir, como tem sido descumprido, desde a instalação aqui, as normas do Regimento, quando a gente vai ter um parâmetro seguro para dizer que isto aqui é uma coisa séria que respeita a legalidade? Nós temos, sim, a fundada suspeita de que esta é a CPI da censura, de que é um terceiro turno para pegar o nosso Presidente Bolsonaro, e que a oposição está imbuída desse intuito, sim.

Eu estou aqui com a decisão na qual o Haddad foi multado, Deputada Paula. Estou aqui com a decisão, se você quiser consultar. Deputada Natália, perdão. Perdão. R\$176 mil ele foi condenado a pagar, de multa, por impulsionar conteúdos falsos contra o Bolsonaro na internet. Está aqui a decisão, para a senhora consultar. Eu sou tão a favor de combater o que se comete de ilegalidade dentro da internet, que eu mesmo sou Relatora, na CCJ, do PL nº 8.833, que é para criminalizar quem induz crianças à automutilação e ao suicídio. Inclusive estou colhendo pareceres até de Deputados do PT, que vêm contribuir com esse diálogo. Ou seja, eu sou a favor da democracia, sim. Agora, quando o acusador é julgador e quer fazer um terceiro turno da eleição, eu não posso permitir.

É por isso, Presidente, com todo o respeito, que a minha questão de ordem é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para concluir. Uma vez que a gente pediu verificação e não estava presente o quórum, o Regimento é claro, a regra é clara: deve ser suspensa a sessão. Nada mais pode ser deliberado, nada mais pode ser feito. Então tudo, a partir daí, é nulo. Então, nós temos que encerrar esta reunião. Nós temos que enfrentar os nossos requerimentos e não seguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos respeitar as normas, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não houve nenhuma deliberação aqui dos assuntos que V. Exa. está citando. V. Exa. está equivocada. Não houve deliberação. A nobre Deputada leia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve o prosseguimento da reunião. Não pode ter o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prosseguimento não é deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não pode ter o prosseguimento antes... São as etapas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já tinha falado antes, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que após a leitura do plano de trabalho, eu iria encerrar a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E votaremos em uma próxima reunião, na terça-feira, às 10h10, na mesma sala.

Agora eu queria, nobre Deputada... A senhora é uma jovem, estudiosa, já vi que é uma regimentalista, junto com o Líder Barros. Eu não estou entendendo porque vocês estão trazendo para esta CPI tão cedo a peleja política do passado. Ninguém tocou neste assunto até então. Nós estamos aqui para defender, primeiro, a sociedade brasileira dos crimes que estão ocorrendo via internet, de *fake news*, pessoas utilizando perfis falsos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para poder dilapidar as pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso! O plano de trabalho já é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos chegar a uma terceira guerra mundial via tecnologia. Então, nós temos que cuidar da sociedade, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos deixar a querela política para o momento certo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para contraditar!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, por favor respeite o regimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. já traz até as placas já, de censura. Nem começamos nada aqui ainda.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Censura é o que a oposição quer fazer ao nosso Presidente!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente para contraditar! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a presente reunião do dia de hoje. Convocação firmada para às 10h10 da próxima terça-feira.

Fiquem com Deus, que é o nosso guia.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO - FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às treze horas e quarenta e três minutos do dia vinte e cinco de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Renan Calheiros, Luiz do Carmo, Mecias de Jesus, Esperidião Amin, Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues, Kátia Abreu, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Eliziane Gama, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olímpio, Nelsinho Trad, Humberto Costa, Rogério Carvalho, Telmário Mota, Ricardo Barros, Walter Alves, Juarez Costa, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Filipe Barros, Caroline de Toni, Marcelo Ramos, Lídice da Mata, Arthur Oliveira Maia, Bacelar, Dr. Leonardo, Eduardo Braide, Arolde de Oliveira, Sérgio Petecão, Reginaldo Lopes, Alexandre Serfiotis, Dário Berger, João Roma, Marcos do Val, Wellington Fagundes, Rodrigo Cunha, Beto Pereira, Izalci Lucas, Paulo Paim e Acir Gurgacz. Deixam de comparecer os Parlamentares Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Ciro Nogueira, Roberto Rocha, Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Hiran Gonçalves, Delegado Éder Mauro, Celso Russomanno, Shéridan e Túlio Gadêlha. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Foram aprovados em globo os requerimentos de número: **10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97 e o Plano de Trabalho.** Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Angelo Coronel



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

<http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2019/09/25>

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento nº 11, de 2019, do Congresso Nacional, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Eu queria informar às Sras. e aos Srs. Senadores e Deputados que nós temos uma pauta nesta reunião e um dos itens da pauta é a apresentação do plano de trabalho pela nossa Relatora, a Deputada Lídice da Mata. Antes, porém, eu gostaria de informar...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente... Deputado Filipe Barros.

Eu tenho uma questão de ordem para fazer a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser após eu concluir aqui?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, consultando também a nossa assessoria e tomando conselhos dos experts desta Casa, nós vamos também criar duas sub-relatorias, a serem designadas... Aliás, três sub-relatorias, a serem designadas durante o dia de hoje ou até amanhã para que, na próxima reunião, esses sub-relatores já estejam também imbuídos nesse trabalho.

Existem também vários requerimentos extrapauta, mas antes eu vou solicitar à nobre Relatora que faça a leitura do seu plano de trabalho para que seja apreciado por todos os membros da Casa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem. Deputado Filipe.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós temos várias questões de ordem.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não foi nem começada aqui a ordem dos trabalhos... Inclusive, o nosso assessor está tentando protocolar vários requerimentos aqui, e a assessoria da Comissão não está recebendo. Eu gostaria de saber por quê, se é regimental. Nosso assessor Gustavo está ali para protocolar, não foi falado sobre ata, para a gente ler a ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, registrada a sua queixa. Solicito que a Mesa Diretora consiga protocolizar todos os documentos de hoje.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Antes de a gente começar os trabalhos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputada, eu gostaria que V. Exa., já que está usando o microfone, desse presença para que o seu ponto fosse contabilizado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Darei presença quando a gente começar com a ordem... A ordem... A ordem inicial.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só um minutinho, deixe-me terminar de falar.

Vamos começar pelo início, então, dos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós estamos no início, Deputada.

Deputado...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente... Deputado Filipe Barros.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Filipe Barros.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu já bati presença.

Eu gostaria de apresentar, Sr. Presidente, nobres colegas Deputados, Deputadas, Senadores e Senadoras membros desta Comissão, uma questão de ordem em relação à reunião passada desta Comissão. Portanto, passo a ler a nossa questão de ordem.

Sr. Presidente, é uma questão de ordem com base nos arts. 40 do Regimento Comum; 315 e 412, inciso III, do Regimento do Senado Federal; e 47 da Constituição Federal.

No dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre fake news, o Presidente da Comissão, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Durante a reunião da Comissão a que nos referimos, após ser concedido pedido de verificação da votação para um dos requerimentos procedimentais apresentados, a Presidência decidiu, já com o painel eletrônico aberto, pela prejudicialidade da solicitação sob a alegação de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que o autor da verificação – eu, este Deputado que vos fala – havia se ausentado do plenário naquele momento, sendo que estava na frente de V. Exa. e me manifestei naquele momento.

Ora, a justificativa do Presidente estava em total descompasso com a realidade, uma vez que o Parlamentar autor do pedido de verificação, Vice-Líder do PSL, eu, Deputado Filipe Barros, não apenas estava presente, como fez uso do microfone de forma imediata, contrapondo a arguição de ausência, sendo esse fato solenemente ignorado pela Mesa Diretora.

Veja, o art. 40 do Regimento Comum, Sr. Presidente, nobre Relatora, prevê a possibilidade de os membros da Comissão apresentarem o adiamento da votação das matérias pautadas por até 48 horas, o que ocorreu no caso em análise, em que foram apresentados requerimentos de adiamento de votação para todos os itens da pauta. Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática, ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal sem que os requerimentos procedimentais sejam definitivamente votados. Em razão dessas atuações antidemocráticas por parte da Mesa Diretora desta Comissão, nós solicitamos a declaração de nulidade das votações realizadas, Sr. Presidente.

E aqui eu quero deixar o meu registro nesta Comissão de que nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação autoritária de V. Exa. na última reunião, porque nós temos o direito regimental de fazer obstrução; nós temos o direito regimental de apresentarmos requerimentos procedimentais, seja de adiamento de votação, seja de solicitação de nominal; nós temos o direito regimental de cumprirmos o nosso papel partidário aqui dentro e, portanto, de nos manifestarmos.

Nós nos sentimos completamente desrespeitados pela atuação de V. Exa., porque V. Exa., no começo da reunião, questionou este Plenário se haveria acordo para votação em globo dos requerimentos. Não houve. V. Exa., então, iria votar conforme o Regimento Comum, o Regimento da Câmara e do Senado, manda, individualmente cada um dos requerimentos. Cada um dos requerimentos tinha os requerimentos procedimentais que nós, no nosso direito regimental de obstrução, fizemos. V. Exa., então, ignorou que eu estava presente, disse que eu estava ausente da reunião; simplesmente prejudicou o nosso requerimento que estava sendo votado naquele momento; descumpriu aquilo que V. Exa. mesmo tinha dito que iria fazer, que seria a votação individual de cada requerimento; e atropelou, e votou em globo todos os requerimentos, mesmo sendo completamente antirregimental a atitude de V. Exa. e, quem dirá, autoritária e antidemocrática a atitude de V. Exa. como Presidente desta CPI.

Por isso é que nós estamos solicitando... E não adianta falar: "Ah, você não votou". É verdade, não votei, porque V. Exa. não havia dito que iria encerrar votação. E eu estava presente no plenário. Não há até o presente momento... "Olha, vamos deixar a votação nominal aberta por 15 minutos, por 20 minutos." V. Exa. foi autoritário, porque simplesmente encerrou a votação, votou tudo em globo, tratorou todos nós.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E não é porque nós somos mais jovens que o senhor e boa parte dos integrantes desta Comissão que V. Exa. vai nos desrespeitar desse jeito. Nós queremos ter o nosso direito regimental respeitado por essa Presidência desta Comissão. Não é justo, não é correto, é ilegal, é antidemocrático o desrespeito de V. Exa., como Presidente desta CPI, com os Parlamentares que fazem parte desta CPMI. Nós não nos importamos de perder, mas nós temos que perder dentro do Regimento Interno; nós temos que perder, se formos perder, sendo cumprida a lei, o Regimento Interno e a Constituição Federal. E faltou, da parte de V. Exa., como Presidente e, portanto, responsável por dirigir os trabalhos desta Comissão, respeito aos Parlamentares, sejam eles do PSL ou de outros partidos, que estavam junto conosco na sessão passada.

Nós exigimos que V. Exa. respeite nosso direito regimental, nosso direito constitucional, nosso direito de nos posicionar. Nós exigimos, é uma questão legal, regimental. Por isso é que nós estamos solicitando que V. Exa. anule a vergonhosa sessão passada presidida por V. Exa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Para contraditar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Senador Humberto Costa. Antes, porém, Senador e Deputado...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, me permita contraditar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. É porque não entendi o "perder e ganhar". Está havendo alguma peleja aqui? Não entendi ainda.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, antes de mais nada, eu quero entrar no argumento pelo qual essa questão de ordem não deve ser aceita. Em verdade, o nosso Regimento Interno, na Subseção III, trata da "votação ostensiva" por intermédio do art. 293, que diz o seguinte.

Art. 293. No processo simbólico observar-se-ão as seguintes normas:

.....
.....

X - se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido.

Foi o que V. Exa. fez da forma mais correta na sua determinação.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu peço a V. Exa., Presidente, que permita que eu use a palavra. Não pensem os que aqui estão que vão conseguir provocar todos aqui para atender a sua estratégia. Eu já participei de várias CPIs aqui, Presidente, várias –



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Petrobras, participei daquela do cara lá de Goiás, de várias mais —, mas é a primeira vez que eu vejo alguém impedir que os procedimentos mais elementares de uma CPI aconteçam, fazer obstrução. Por que fazer obstrução na CPI? É porque, na verdade, não querem que a gente chegue em investigações, em uma série de coisas aqui que vão mostrar o submundo desse chamado processo de propagação de ódio e de fake news.

Então, primeiro, quero elogiar V. Exa.: V. Exa. agiu bem. Quero também sugerir a V. Exa. que não aceite essas provocações, não aceite, não fique nervoso, não fique querendo responder cada coisa que é dita aqui, porque o objetivo disso é exatamente nos tirar do sério e impedir o mais importante, que o povo brasileiro quer saber: o que é que está por trás disso aí, e por que é que há uma posição política aqui de impedir que isso se aprofunde.

Então, eu contesto dizendo que V. Exa. cumpriu adequadamente o Regimento e desconsiderou a proposição apresentada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, fique tranquilo, porque quem me conhece há muitos anos sabe que eu sou bem low profile, eu não sou de comer reggae de ninguém, não tenho medo de cara feia, não tenho medo de voz elevada, não tenho medo tampouco de gritaria. Vou conduzir esta Comissão com total serenidade. Até então eu me perguntei durante a semana toda: não sei por que esse receio e obstrução a uma CPI em que estamos lutando para resolver um problema crucial da nossa sociedade, que está com a sua privacidade sendo ferida, crimes acontecendo.

Eu achava, inclusive, que esta Comissão fosse unanimidade, fosse bem célere, para que a gente chegasse a descortinar esse mundo oculto que é a internet.

Mas, infelizmente, vamos tocar o barco para a frente, para ver onde vai dar isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Tem que enfrentar a questão de ordem, Presidente. Com todo respeito, enfrente, então, a questão de ordem e responda ao meu colega.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vou responder, nobre Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora está com pressa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque estamos com tanta tranquilidade hoje aí.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, também estou com todo o tempo do mundo.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fique tranquila que a senhora ouvirá a resposta com tranquilidade.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ótimo, ótimo. Vamos em frente então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Resposta à questão de ordem sobre a última reunião.

Esta Presidência presta os devidos esclarecimentos quanto à questão de ordem formulada a respeito da 2ª Reunião desta CPMI.

A questão de ordem diz respeito, em síntese, a duas decisões tomadas por esta Presidência em relação a requerimentos de adiamento da votação de todos os itens da pauta, Requerimentos 1 a 9, apresentados pelo ilustre Deputado Filipe Barros: uma decisão que indeferiu encaminhamento de tais requerimentos, outra que declarou prejudicada a verificação de votação desses requerimentos.

Em primeiro lugar, o Regimento Comum estabelece, no seu art. 40, que pode ser "adiada a votação, no máximo por 48 (quarenta e oito) horas, a requerimento de Líder, desde que não seja prejudicada a apreciação da matéria no prazo constitucional".

Por sua vez, o art. 41, parágrafo único, delimita que: "O requerimento sobre proposição constante da Ordem do Dia deverá ser apresentado logo após ser anunciada a matéria a que se referir".

Coloque-se que os requerimentos do Deputado Filipe Barros foram apresentados antes mesmo do anúncio das matérias de que tratavam, ou seja, a rigor, violaram o art. 40 do Regimento Comum e 41, parágrafo único, do Regimento do Senado, o que foi contemporizado por esta Presidência.

Ainda, segundo o Regimento Interno do Senado Federal, nos termos do art. 315: "O adiamento da votação obedecerá aos mesmos princípios estabelecidos para o adiamento da discussão [...]. [Sendo que tal] [...] requerimento deverá ser apresentado e votado como preliminar ao ser anunciada a matéria".

Embora o Regimento Comum não disponha de matéria explícita sobre a possibilidade ou não de encaminhamento em requerimentos de adiamento de votação, a melhor interpretação regimental é a de que tais encaminhamentos são regimentalmente vedados. Trata-se de aplicar o art. 50 do Regimento Comum, que versa expressamente sobre requerimentos de preferência e de destaque, mas é certamente extensível, por analogia, à hipótese dos requerimentos de adiamento de votação, por se tratar de matéria com a mesma temporariedade e pertinência. Esse dispositivo é claro e incisivo ao anunciar que tais requerimentos "não serão discutidos e não terão encaminhada sua votação". E é dever desta Presidência aplicar tais normas, a bem da eficiência e celeridade processual que devem nortear os trabalhos das CPIs.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta interpretação está, aliás, plenamente alinhada com o Princípio Geral do Processo Legislativo de que trata o art. 412, inciso VI, do Regimento Interno do Senado Federal, ao estabelecer as decisões dos casos omissos de acordo com a analogia e os princípios gerais de Direito.

Para além disso, ainda que fosse regimentalmente possível o encaminhamento de votação em tais casos, o que somente se admite com exercício argumentativo, uma vez que a melhor interpretação caminha no sentido da proibição de encaminhamentos, é certo que, nas circunstâncias concretas, a ausência de encaminhamento não resultou em qualquer prejuízo a esta Comissão ou a seus membros, porquanto se tratava de matéria simples, até trivial, de se decidir se determinados requerimentos deveriam ou não ter votação adiada. É de se aplicar, pois, nessa hipótese, reiterar-se, admitido apenas como exercício argumentativo, o princípio jurídico segundo o qual não há nulidade sem prejuízo.

Logo, diante dos argumentos mencionados, indefere-se a questão de ordem no que consta ao não encaminhamento dos requerimentos de adiamento de votação.

Prossegue-se: os referidos requerimentos foram submetidos a votação simbólica, e, em seguida, o Deputado Filipe Barros, na condição de Vice-Líder do PSL, pediu a verificação de votação. Esta Presidência acatou a referida solicitação, com base no art. 45, inciso II, do Regimento Comum do Congresso Nacional. Contudo, após a votação estar aberta por 15 minutos, esta Presidência foi surpreendida com a retirada do Plenário da Bancada do PSL, exceto do autor da solicitação de verificação de votação, o qual, porém, não havia votado, conforme pode ser consultado no sistema eletrônico. Desta forma, atendendo ao art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal, o qual prevê que, se, ao processar-se a verificação, os requerentes não estiverem presentes ou deixarem de votar, considerar-se-á como tendo dela desistido, esta Presidência declarou prejudicada a referida solicitação de verificação naquele momento. Em seguida, durante a votação em bloco dos itens da pauta, o Deputado Filipe Barros, do PSL, pediu a palavra para discutir os requerimentos. Entretanto, o art. 40 do Regimento Comum do Congresso Nacional não admite discussões de requerimentos em reuniões mistas, mas apenas encaminhamento de votação. Percebe-se ainda das notas taquigráficas que não foi realizada qualquer solicitação para encaminhamento de votação dos itens de pauta.

Deste modo, há de se concluir que a aplicação do art. 293, inciso X, do Regimento Interno do Senado Federal foi correta e que a condução dos trabalhos esteve plenamente amparada nas normas regimentais. Não houve nenhum "tratoramento".

Portanto, indefiro, na totalidade, a questão de ordem ora apresentada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só deixar registrado que nós vamos recorrer, Presidente.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por fim, Deputado, na forma regimental, as questões de ordem devem ser formuladas sobre assunto que esteja sendo tratado no momento, ou seja, deve referir-se a casos concretos relacionados com a matéria tratada na ocasião. A questão de ordem formulada diz respeito a assunto tratado na última reunião desta Comissão, ou seja, a matéria é, evidentemente, preclusa, esgotada, porque não é objeto desta 3ª Reunião. Os requerimentos já foram votados e aprovados pelo Plenário desta Comissão. E, naquele momento, nenhuma questão foi suscitada.

Portanto, esta Presidência não conhece da questão de ordem apresentada, embora já tenha prestado todos os esclarecimentos sobre a matéria.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Para uma questão de ordem, Presidente.

Eu devo discordar de V. Exa., porque fiz várias questões de ordem, e tenho outra aqui, que não foram enfrentadas na comissão passada.

Então, com o devido respeito a V. Exa., em vários momentos aqui, eu falei, e V. Exa. me ignorava, ignorava a minha fala e ignorava as questões de ordem que eu levantava.

Como hoje estamos com os ânimos mais tranquilos, quero formular uma questão de ordem que não pude fazer na comissão passada pelo desrespeito a mim feito, inclusive na posição de mulher, porque acho muito engraçado que muitos aqui, inclusive da oposição, também me ofenderam. Exijo respeito, por ser membro desta Comissão, e quero formular, sim, uma questão de ordem que não foi enfrentada.

A nossa obstrução na comissão passada foi realizada como um direito regimental que, inclusive, a oposição utiliza muito em várias comissões da Casa, do Senado e da Câmara. E é nosso direito. Então, se é direito, deve ser respeitado.

Inclusive, V. Exa. não enfrentou nessa última resposta à questão de ordem os mais de vinte requerimentos de obstrução que nós fizemos! Onde estão? Eles evaporaram? Porque estavam ali sobre a mesa. E agora não queriam receber o nosso kit obstrução. Eu não sei o que está acontecendo nesta Comissão! Nós temos que cumprir os Regimentos da Casa.

Então, a minha questão de ordem, Presidente, é feita com base no art. 40 do Regimento Comum, art. 315, e 312, inciso III, do Regimento do Senado, e art. 47 da Constituição Federal.

No último dia 10 de setembro de 2019, terça-feira, durante a nossa reunião desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito – Fake News, o Presidente, Senador Angelo Coronel, conduziu os trabalhos em flagrante desrespeito às normas regimentais e constitucionais vigentes. Explico: V. Exa., Presidente, anunciou a votação em globo da totalidade dos itens da pauta, e, a despeito dos protestos dos Parlamentares presentes, proferiu imediatamente a aprovação de todos os itens pautados, ignorando os requerimentos procedimentais já apresentados à Mesa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Inclusive, quero que consultem as filmagens, porque está nítido, e não foi enfrentado. O meu colega tentou dizer: "Não, estou presente", e tal, e simplesmente foi solenemente ignorado.

Nesse sentido, a leitura do §1º do art. 315 do Regimento do Senado é didática ao determinar que a apreciação do adiamento é preliminar à votação da matéria a que se refere, impedindo a deliberação da matéria principal, sem que os requerimentos procedimentais sejam devidamente votados. Essa foi outra flagrante afronta realizada constantemente por V. Exa. na reunião passada.

Além disso, ainda que não houvesse requerimentos procedimentais sobre a mesa, que foram solenemente ignorados, a Presidência não poderia impedir a discussão e o encaminhamento. Isso está nos Regimentos. Nunca vi a gente na Casa do povo, democrática aqui, não poder encaminhar e justificar os motivos dos nossos requerimentos de procedimento. O encaminhamento tem a ver com o direito do contraditório, tem a ver com o direito de explicitação dos fundamentos de por que a gente está fazendo determinada coisa. Até respondendo a V. Exa. na fala anterior, é rasgar o Regimento dizer que não pode haver encaminhamento.

Então, devendo a proposta de votação em globo ser formalizada por meio de acordo de lideranças legitimado por uma deliberação do Plenário da Comissão em voto nominal com resultado unânime, conforme a inteligência do art. 412, inciso III, do Regimento do Senado.

Ao contrário disso, a situação em análise, ao consultar o Plenário da Comissão sobre a posição de votação em globo dos itens da pauta, V. Exa., Presidente, assentou que a votação dos itens seria realizada uma a uma, trinta minutos antes de proferir a decisão ilegal, determinando que fosse descumprida posteriormente.

Resta evidente, assim, que a decisão de V. Exa., Presidente, de proceder à votação de toda a pauta de uma só vez, ignorando os requerimentos apresentados, não possui amparo regimental e se contrapõe ao estatuído no art. 47 da Constituição Federal, o qual vou ler – que é a Carta Magna: "Salvo disposição constitucional em contrário, as deliberações de cada Casa e suas comissões serão tomadas por maioria dos votos, presente a maioria absoluta de seus membros". Inclusive, agora a gente não pode fazer a deliberação, porque não estamos ainda com a maioria absoluta dos membros.

Ante o exposto, pela evidente antirregimentalidade e inconstitucionalidade dos procedimentos adotados pela Mesa da Comissão, desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, no dia 10 de setembro, requeiro a nulidade das deliberações dos requerimentos dos itens 1 a 9 e 23, todos de 2019, analisados na última oportunidade.

Então, Presidente, resumindo: requeremos a anulação, porque não houve acordo, não houve decisão unânime para votação em bloco, e nós queremos, então, a nulidade da decisão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Teremos que voltar um passo antes, para o fim de retomar a institucionalidade e a democracia nesta Casa.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, esclareço que os arts. 132 e 133 do Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece que "é irrecorrível a decisão da Presidência em questão de ordem, salvo se estiver relacionada com dispositivo constitucional". Como não há norma constitucional envolvida na questão de ordem, não há como acolher, infelizmente, o pedido do recurso formulado.

Eu passo para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Eu não estou questionando a sua decisão, mas a votação em globo, Presidente. Não foi solicitada uma questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Essa é matéria preclusa, vencida, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é preclusa, porque V. Exa. não me deu o direito de fazer essa questão de ordem. V. Exa. Ignorou solenemente a minha fala na vez passada. E agora está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Isso é matéria da reunião anterior, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. ignorava!

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Não foi solucionada a questão de ordem, Presidente. São nulas as decisões, Presidente.

Vai ignorar de novo? Nós vamos começar assim? Nós vamos começar assim?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora está querendo fazer renascer uma reunião passada?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem.

Como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu quero dizer que não se preclui uma questão que não foi analisada, Presidente. Se a questão da colega Parlamentar, membro da Comissão, não conseguiu sequer ser posta, porque ela foi ignorada, essa questão não foi decidida. Ela foi simplesmente ignorada e, portanto, não pode ser preclusa.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, como Vice-Líder do Governo no Congresso, eu peço a V. Exa. que reconsidere a sua decisão, porque, Excelência, dá a impressão de que V. Exa. sequer está ouvindo e já tem uma resposta pronta, ignorando aqui o pedido da colega e a argumentação.

Não há preclusão sobre matéria que não foi anteriormente analisada e julgada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, infelizmente, eu não tenho o poder ainda de adivinhação. Eu não sabia qual era a sua pergunta, para já ter uma resposta pronta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Eu queria, Sr. Presidente, que V. Exa. se ativesse ao tempo determinado pelo Regimento para apresentação de questões de ordem. Aqui têm sido feitas questões de ordem de dez, 15 minutos, e nós sabemos que o tempo é de cinco minutos. Então, eu queria pedir a V. Exa. que determinasse que esse tempo fosse regularmente cumprido.

E, segundo, havendo já decisão de V. Exa., cabe a quem não concorda recorrer, e não abrir um novo debate sobre um tema que já foi resolvido por V. Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria apenas de colocar para os nobres colegas que o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5, que está falando exatamente da apresentação das proposições, incluindo requerimento, é muito claro: pode ser feita, item 5, votação em globo ou parcelada. Isso daí não é uma questão de acordo. Isso está previsto regimentalmente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Em qual Regimento, Deputada, que eu não estou achando?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Do Senado.

Portanto, eu gostaria de contraditar, explicando aqui para os nobres colegas que a gente quer trabalhar e eles estão atrapalhando o trabalho... A gente quer encontrar todas as questões que estão envolvidas nesse processo de fake news, e não está podendo, porque as pessoas não querem discutir.

Eu fico muito impressionada – para concluir, Sr. Presidente – em como as pessoas querem ser indicadas para uma CPI, e não querem investigar. É um processo anti... Não estou conseguindo entender essa lógica de você obstruir uma CPI, uma CPMI que foi deliberada pela



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Câmara e pelo Senado, ou seja, com Deputados e Senadores de acordo, que está totalmente dentro da legalidade. E as pessoas estão obstruindo para que não seja investigado... Então, não deveriam estar na CPI.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... na CPMI. Eu estou falando, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Com licença.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Então, eu gostaria apenas de colocar essa estranheza, porque eu acho que, se as pessoas não estão querendo realmente fazer o papel que a CPI tem para fazer, deveriam pedir para trocar, pedir ao partido para trocar os nomes. Porque vir para cá para ficar só obstruindo... A gente sai do Estado mais cedo para chegar aqui...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor me respeite, porque eu estou falando. Eu não sei se isso que o senhor tem no ouvido é um ponto, para ficar alguém repassando alguma coisa, ou se o senhor não quer ouvir as pessoas, porque o senhor só fala. Está com um ponto ainda no ouvido. Estou dizendo: não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É. Exatamente. Porque quem está com alguma coisa no ouvido não quer ouvir o que as outras pessoas falam. Se não for um ponto, está com alguma coisa, sem querer ouvir. Já que não quer ouvir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor espere eu terminar de falar. Exatamente.

Portanto, gente, só para finalizar, eu gostaria apenas de dizer que já citei aqui o art. 235, inciso III, alínea "d", item 5 – qualquer coisa empresto para o pessoal ler –, mas eu gostaria de contraditar o que foi apresentado aqui pela nobre colega.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Esse artigo, Deputada, com todo o respeito, fala do tipo de proposição, dos tipos de proposições e dos tipos de votações.

Agora, com relação à unanimidade, está prevista no art. 412, inciso III. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria, eu queria...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Gente, aqui não é um debate informal. Tem regra...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... informar mais uma vez que esse assunto está resolvido e quem se achar prejudicado pode recorrer a outras instâncias. Fiquem à vontade.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA. Para questão de ordem.) – Presidente, esta é a primeira reunião a que venho da Comissão. O titular da Comissão, que eu indiquei, Deputado Arthur Maia, está viajando e me pediu que o substituísse hoje. Fiquei absolutamente preocupado com o clima que está instalado na Comissão, de disputa. Eu acho que investigar um tema como esse é de interesse de todos.

Inclusive, na reunião de Líderes que originou a instalação desta Comissão, o que me sensibilizou foi a presença da Ministra Damares, que sugeriu, e nós acatamos imediatamente, eu fui um dos signatários da CPI... Entrei com requerimento extrapauta e peço que V. Exa. considere, com a aquiescência das Sras. e dos Srs. Senadores e Deputados, para convidar a Ministra, que se dispõe a vir, para falar sobre o uso da internet para disseminação de ódio, ensinando inclusive crianças a se enforcar e a se automutilar. É impressionante o que ela nos relatou na...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Baleia Azul.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Baleia Azul é uma das modalidades. Mas é impressionante o que ela nos relatou e preocupante a quantidade disso que existe.

Nós não podemos ignorar que a internet e as redes sociais estão sendo utilizadas para esse tipo de crime, que envolve também tráfico de pessoas, envolve pedofilia, e eu acho que esta Comissão pode prestar um serviço absolutamente relevante para o País. As redes precisam ter controle.

Portanto, eu queria pedir, com a aquiescência de todos, é claro, que fosse submetido este nosso requerimento a votação e dizer que não estou entendendo qual é o ambiente de disputa que existe aqui. Eu sempre assinei CPI, seja ela qual for. Eu não sou seletivo, para meus amigos a gente proteger e de inimigo a gente ir para cima. Se alguém fez alguma coisa errada, que seja punido pelo que fez de errado. Eu acho que, acima de todos, devemos colocar os superiores interesses da população brasileira. E é inadmissível que a gente continue a assistir, sem nenhum tipo de controle, ao que as redes sociais, ao que a internet está fazendo, sobretudo contra a nossa juventude, contra as pessoas que estão numa situação mais necessitada.

Portanto, a minha questão de ordem é no sentido de pedir a V. Exa., com a aquiescência de todos, que submeta a votação e à nossa Relatora que inclua esse requerimento, que eu acho



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve ser prioritário, no plano trabalho, até para que a sociedade brasileira entenda para o que é que vai servir esta CPI da Fake News, por que ela deve existir e por que é tão necessária.

Muito obrigado, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Questão de ordem, Presidente.

Eu gostaria de fazer uma resposta ao prezado Deputado Elmar, Líder do DEM, e até quem sabe responder à sua pergunta de por que esse clima...

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – Não é debate, Presidente!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é debate, mas eu estou contraditando aqui, Presidente, porque ele fez uma pergunta e eu acho que tenho essa resposta. Então, acho que nada mais justo do que responder ao Deputado Elmar.

Na verdade, o primeiro autor, o primeiro requerente desta CPI era do partido dele, que é o Deputado Alexandre Leite, do DEM, de São Paulo. E ele se retirou da Comissão, Deputado, dizendo que foi totalmente desvirtuado o objeto, a finalidade desta Comissão. E eu quero dizer aqui, como Vice-Líder do Governo, que me espanta que sempre que é formada uma Comissão, seja de CPI, seja para trabalho de medidas provisórias, é feito um amplo debate e um acordo para a formação da Mesa, e neste caso a formação da Mesa foi feita de forma que o Governo não pudesse...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Deputado. Eu tenho participado como Vice-Líder e feito vários acordos e atendido os Deputados.

O que eu quero dizer, Deputado, é que o Governo foi aliado dessa decisão, e o Deputado autor, que é do partido de V. Exa., declarou que se afastava porque percebeu que houve um acordo para tirar os aspectos técnicos desta Comissão e para que se politizasse esta Comissão, de forma que se ataque a situação e o Governo. E nós não podemos concordar com isso. Então, há muitos vícios na origem, Deputado. Eu concordo com V. Exa., todos queremos jogar luz no tema, mas você não pode jogar luz quando tudo começa de forma sombria e obscura. Daí por que a nossa insatisfação, a nossa indignação e o nosso trabalho, sim, de obstrução: para protegermos exatamente a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu queria informar V. Exa. que, dos 18 votantes no dia da escolha do nosso nome, suprapartidariamente, só houve um voto em branco, incluindo os votos da bancada do seu partido e da Bancada da Base do Governo. Então, eu não sei para que um debate melhor numa eleição que praticamente foi à unanimidade. Se escolheram a pessoa errada naquele momento, paciência. Agora, só em outra CPMI, porque nesta eu tenho que esperar os meus seis meses para cumprir o meu papel.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria louvar também a intervenção do Deputado Elmar Nascimento, como sempre, abalizada, porque esta CPI, eu não estou entendendo, repito inúmeras vezes, como eu falo pela imprensa, eu não sei qual é o problema desta CPI para poder a gente esclarecer os crimes cibernéticos, os perfis falsos que acontecem neste Brasil afora, crimes, dilapidando as famílias, dilapidando empresas, dilapidando negócios, induzindo crianças a ódio e crime. Eu não sei, isso aqui era para ser uma sala unânime, era para todo o Congresso Nacional estar imbuído em esclarecer e em, quem sabe, ampliar o marco legal da internet; tentar fazer com que as redes sociais não fiquem donas das nossas vidas. Eu não estou entendendo. Está parecendo aqui uma pejeia partidária, até parece que é uma ressurreição de uma eleição.

Então, eu quero voltar a afirmar que nós queremos conduzir, esperamos conduzir com tranquilidade e que não haja essa beligerância, não há necessidade disso.

Mas eu vou passar para a nossa Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a Deputada Lídice da Mata, para que possa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Art. 111, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ler o seu relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não. Antes, tem que ler a ata, Presidente.

"Art. 111. Os trabalhos das Comissões iniciar-se-ão, salvo deliberação em contrário, pela leitura e discussão da ata da reunião anterior que, se aprovada, será assinada pelo Presidente."

Vamos ler a ata, Presidente. Não houve requerimento para inversão da ordem dos trabalhos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, nós não vamos deliberar. Ela vai ler um relatório do trabalho dela. Não temos deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, nós temos que seguir o Regimento, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não temos deliberação?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É, é isso, Presidente, é isso que a gente está vendo que acontece nesta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Entendeu? Não é deliberação?



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Regimento não é respeitado, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem que ler a ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos a leitura da ata, nós queremos ser respeitados nos nossos requerimentos nesta reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas V. Exa. está pedindo para ler a ata?

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, não foi pedida a leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está pedindo agora para ler a ata? Isso não tem razão.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas não houve pedido de inversão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas V. Exa. não está conduzindo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora quer o que depois da ata?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Os trabalhos não foram abertos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois da ata, a senhora quer que eu faça o que para postergar, para lhe ajudar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não foram abertos corretamente os trabalhos, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que a senhora quer que eu faça para lhe atender, para postergar, diga aí, para atender o seu ego de postergação?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Diga, depois da ata, vou ler algo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, isso é um desrespeito, Presidente. É isso que nos assusta, Deputado Elmar.

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado Elmar, é isso que nos assusta na condução dos trabalhos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Deputado Elmar...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é o objeto em si. Que segurança? Que segurança?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós sabemos por que o Alexandre Leite deixou esta Comissão; nós sabemos, Presidente. Eu sei o acordo que foi feito, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Que segurança nós podemos ter com esse nível de Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não me provoque, Presidente, senão o povo brasileiro vai saber também.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, está evidente que só tem um objetivo essa falação toda: evitar que a gente faça o mínimo aqui de discussão sobre o objeto da CPI. Eu não sei o que assusta tanto os Deputados do PSL e o próprio Governo – está aqui a Deputada Bia Kicis, que é Vice-Líder do Governo – em avançar nessa discussão. Será que existe algum temor de que haja alguém do Governo envolvido em algum processo de fake news? Será que é essa a preocupação?

Porque eu não sei, o Deputado Elmar colocou aqui uma pauta importantíssima, há crianças sofrendo com esse processo de fake news que é feito através de inúmeros sites clandestinos. Isso não pode ser investigado? Não pode ser investigada aqui a internet profunda, que está levando, inclusive, a casos como o de Suzano, em que alguns meninos foram lá e metralharam outros. Se isso nós não podemos saber, então, o que esse pessoal quer? Esses Deputados e Deputadas pretendem não fazer absolutamente nada, se omitir perante uma situação dramática, como a que nós estamos vivendo hoje, permitir que as fake news transitem livremente pela internet, sem ter nenhum processo de controle, de punição?

Ora, eu acho que nós temos que avançar aqui na CPI.

Portanto, Sr. Presidente, sugiro que o senhor coloque o feito à ordem e siga com os procedimentos normais aí na Mesa.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Agora, há pouco, o senhor proferiu uma frase que me ofendeu, mas não foi dirigida à minha pessoa, foi dirigida à Deputada Caroline de Toni, do PSL. O senhor disse – abro aspas – "Deputada, o que eu tenho que fazer para agradar o seu ego?" – fecho aspas. Eu queria pedir para o senhor retirar essa sua frase, porque nós não estamos aqui para atender ego de Deputados e, muito menos, de Senadores. Esta Casa é séria, o senhor exerce um mandato, e eu o respeito muito, da mesma forma que todos nós fomos eleitos. Ninguém aqui vai atender ego de ninguém. Nós temos que atender o interesse da sociedade. No momento em que o senhor proferiu isso... (Palmas.)

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, para não polemizar, eu retiro o "ego".

O SR. CORONEL TADEU (PSL - SP) – Isso! Então, está retirado, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Satisfeito?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Peço a palavra pela ordem, Presidente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Se o Deputado Elmar me permite, eu gostaria de subscrever o seu requerimento também, porque acho importante que a Ministra Damares, que é do Governo, portanto, que não é da oposição, venha aqui prestar o seu depoimento sobre esses fatos gravíssimos que constam e que, inclusive, são objeto desta CPMI.

Então, Deputado Elmar, se o senhor me permite, eu gostaria também de me associar ao seu requerimento.

O SR. ELMAR NASCIMENTO (DEM - BA) – Presidente, permita-me dar uma sugestão.

Eu acho que está todo mundo aqui de espírito armado. Eu queria sugerir a V. Exa. que reunisse antes, estabelecesse um Parlamentar para representar cada bloco, para discutir os requerimentos um dia antes, o que vai ser votado, porque eu acho que ninguém aqui está mal-intencionado. Acho que essa pauta que eu sugeri é uma pauta que atende a todos e poderia entrar logo no início.

Eu quero dizer que a Ministra Damares se oferece e quer vir aqui. É um tema importante para o Ministério dela. Ela viria, e, enquanto isso, a gente estabeleceria aqui os procedimentos.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Relatora é uma pessoa da melhor qualidade, eu a conheço há muito tempo. A nossa querida ex-Senadora Lídice da Mata apresenta o plano de trabalho dela. Se houver alguma divergência, faz-se uma reunião fora do ambiente aqui de discussão, do Plenário. Não vai haver obstrução nenhuma. Faz-se uma reunião interna com um Senador ou um Deputado por bloco, para se discutir. Acho que está todo mundo de espírito armado antes de ver o que vai acontecer. E aí o que for por acordo... Há tanta coisa para ser trabalhada nesta CPI! O que for feito por acordo, a gente vai colocando na frente. O que não for acordado vai por voto; no dia certo, na hora certa, é deliberado. A maioria vai ter que vencer no voto, no dia certo, no horário certo. É só estabelecer esse procedimento para a gente poder avançar, porque há muita coisa importante.

Eu fiquei impressionado. A gente nem imagina a quantidade de crimes que estão acontecendo via redes, crimes que envolvem criança, pedofilia, suicídio, mutilação, esse tipo de coisa. Acho que esse é um tema... Não é possível que haja alguém que seja contra!

A Ministra é absolutamente a favor, isso é importante para ela, foi ela que sugeriu a instalação da CPI. Se está tentando desvirtuar ou não, a gente discute lá na frente, com calma.

A gente poderia estabelecer um procedimento para todo mundo baixar a guarda aqui. Haveria um procedimento de uma semana para outra, logo depois da reunião, como V. Exa. achar melhor. Nós nos reuniríamos aqui, cada um sugeriria uma pessoa para fazer um colegiado de coordenação da Comissão. E decidiríamos por acordo. Eu tenho conversado com outros Líderes, e acho que não é possível que a gente não tenha condições de criar um ambiente para fazer uma CPI importante como esta avançar.

Era essa a sugestão, Presidente, que eu tinha para fazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A sugestão está acatada, nobre Deputado Líder do Democratas, Elmar Nascimento.

Logo após designarmos os outros Sub-Relatores, eu acho que é um papel para as relatorias, coordenadas pela ex-Senadora Lídice da Mata, proporcionar essas reuniões.

Não há quórum para deliberarmos, e é por isso que estou pedindo que a nossa Deputada leia o seu Plano de Trabalho. Não vamos deliberar nada se não houver o quórum regimental para votar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É uma questão de a gente dar celeridade ao processo e matar uma etapa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Quero só um esclarecimento, Sr. Presidente, antes de V. Exa. passar a palavra para a nossa Relatora Lídice da Mata.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de parabenizar a fala do Líder Elmar e dizer que nós estamos dispostos a conversar desde que nosso direito regimental seja garantido e desde que sejam anuladas as decisões da reunião passada, que, no nosso entendimento, feriram o Regimento.

Mas pedi a palavra neste momento apenas para obter um esclarecimento de V. Exa. Nós queremos entender em qual parte da reunião nós estamos, porque V. Exa. iniciou a reunião, nós apresentamos uma série de questões de ordem, V. Exa. respondeu a essas questões de ordem, nós dissemos que iríamos recorrer, e não houve, até o presente momento, nenhuma deliberação. O que nós estamos sugerindo é que cumpramos o Regimento Interno, que diz que nós devemos, em primeiro lugar, analisar a ata, fazer a leitura da ata, e aí, sim, podemos dar seguimento ao item 1, que é o Plano de Trabalho, ao item 2, que é o Requerimento nº 22, e aos requerimentos extrapauta, que serão analisados também.

Mas nós achamos indispensável a leitura da ata da reunião passada, vez que discordamos do procedimento adotado na reunião passada. Então, nós não abrimos mão da leitura da ata da reunião passada por parte de V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A parte que nós estamos agora, nobre Deputado, é a leitura do plano. A gente voltar aqui à sessão anterior... Já foi decidido.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Cadê a ata?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, e a ata da reunião anterior?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – E a ata da reunião anterior?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós podemos ler a ata da reunião...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, não é possível...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero registrar aqui, também, que não é possível que, quando nós solicitamos que sejam cumpridos o Regimento e a ordem, a sequência regimental dos trabalhos, isso seja considerado por alguns Deputados como tentativa de não querer esclarecer fake news, medo de que algo apareça para o Governo. Não se trata disso. Nós queremos simplesmente seguir e, como diz o meu colega, entender o que está acontecendo, para que seja seguido o trabalho.

Deputado Elmar, quero dizer que a CPI tem que ter um objeto específico. Se o objeto desta CPI for deep web, se for para analisar esse tipo de coisa, como quer a Ministra Damares, estamos de pleno acordo. O problema é que, veja, um Deputado do seu Partido, requerente, retirou-se porque disse que verificou que não é disso que se trata. O que está sendo feito aqui é uma politização indevida da CPI. Nós não estamos seguros com a condução dos trabalhos, nem ao



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

menos de que os nossos votos, as nossas colocações serão respeitadas. E esta CPI poderá, sim, conduzir a um desfecho muito lamentável para a sociedade brasileira.

Então, Deputado, conte comigo, conte com o Governo...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Pela ordem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... para que esse tipo de questão seja, sim, analisado. A Ministra Damares será muito bem-vinda, mas é preciso...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, pela ordem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... definir o objeto desta CPI.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero falar, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, o objeto da CPI já está definido no documento que foi assinado por Senadores e Deputados, e não há necessidade de ficarmos discutindo isso o tempo inteiro.

Eu gostaria de pedir a V. Exa. que, atendendo à exigência regimental, Sr. Presidente, fizesse a leitura da ata para que nós pudéssemos, então, ouvir o Plano de Trabalho da Senadora Lídice. Estamos perdendo tempo. É mais rápido a gente ler a ata, ouvir, para, depois, a Senadora poder apresentar o seu Plano de Trabalho, porque este parece ser o objetivo de alguns aqui: impedir que esse plano seja apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Exato, Senador.

Não foi lida antes porque não tínhamos quórum para poder votar. Agora completou o quórum mínimo de 17.

ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO – FAKE NEWS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE SETEMBRO DE 2019, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e zero minuto do dia dez de setembro de dois mil e dezenove, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob a Presidência do Senador Angelo Coronel, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito – Fake News com a presença dos Parlamentares Eduardo Braga, Eduardo Gomes, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Veneziano Vital do Rêgo, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Roberto Rocha, Juíza Selma, Flávio Bolsonaro, Major Olimpio, Nelsinho Trad, Otto Alencar, Humberto Costa, Jean Paul Prates, Telmário Mota,



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Chico Rodrigues, Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Hiran Gonçalves, Luizianne Lins, Rui Falcão, Natália Bonavides, Carlos Zarattini, Filipe Barros, Caroline de Toni, Carla Zambelli, Lídice da Mata, Celso Russomanno, Túlio Gadêlha, Dr. Leonardo, Zenaide Maia, Marcos do Val, Fernando Bezerra Coelho, Izalci Lucas, Eduardo Costa, Acir Gurgacz, Arolde de Oliveira, Luciano Ducci, Dr. Zacharias Calil e Confúcio Moura. Deixam de comparecer os Parlamentares Ciro Nogueira, Randolfe Rodrigues, Weverton, Rogério Carvalho, Ricardo Barros, Delegado Éder Mauro, Bruna Furlan, Arthur Oliveira Maia e Bacelar. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nominal da ata...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu posso ler, Deputada?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perdão!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Posso continuar?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Continue.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado.

ITEM 1 – REQUERIMENTO Nº 1, de 2019, que "requer a convocação do representante legal da empresa do Whatsapp no Brasil para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 2 – REQUERIMENTO Nº 2, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa Google para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 3 – REQUERIMENTO Nº 3, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do Twitter para prestar depoimento." Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 4 – REQUERIMENTO Nº 4, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da plataforma de compartilhamento de vídeos YouTube para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 5 – REQUERIMENTO Nº 5, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da rede social Instagram para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 6 – REQUERIMENTO Nº 6, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil da empresa



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Facebook para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 7 – REQUERIMENTO Nº 7, de 2019, que "requer a convocação da Sra. Dolores Aronovich Aguerro para prestar depoimento". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM 8 – REQUERIMENTO Nº 8, de 2019, que "convida o representante legal do The Intercept Brasil a prestar depoimento à CPMI". Aprovado como "convocação". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado, alterando a condição de convite para convocação. ITEM 9 – REQUERIMENTO Nº 9, de 2019, que "requer a convocação do representante legal no Brasil do serviço de mensagens instantâneas Telegram". Autoria: Deputada Luizianne Lins. Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 10 – REQUERIMENTO Nº 23, de 2019, que "requer apoio técnico e jurídico para a CPMI, bem como a requisição de um delegado da Polícia Federal e um agente da Polícia Federal para auxiliarem nos trabalhos da Comissão". Autoria: Senador Angelo Coronel. Resultado: Aprovado. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e sete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Assina a ata o Senador Angelo Coronel, Presidente da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito Fake News. A reunião está disponível em áudio e vídeo no link <http://www12.senado.leg.br/multimidia>.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para a retificação da ata, Presidente... Sou o Deputado Filipe Barros. Para a retificação da ata, com base no art. 30, §2º, do Regimento Comum... Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia repetir, por favor, qual é a base legal, para que a nossa assessoria possa ver se está embasado, nobre Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O art. 30, §2º, do Regimento Comum do Congresso Nacional nos dá o direito... Os arts. 30 e 31 nos dão o direito de fazer solicitações para a retificação da ata, que serão analisadas por V. Exa. como Presidente desta Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós gostaríamos, Sr. Presidente, nobres colegas, que constassem, nas atas, as seguintes solicitações. Ponto um: que nós protocolamos inúmeros requerimentos procedimentais e que seja claro, na ata, todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos no início da reunião e o que foi feito com eles, onde foram parar. Ponto dois: V. Exa. leu, item por item, os requerimentos que foram aprovados. Nós gostaríamos que constasse na ata quem os aprovou, quais Deputados e Senadores votaram favoravelmente e quais votaram contra, se a votação foi nominal, se a votação foi em bloco, se a votação foi individual, se a votação... Enfim, que constasse na ata como foi, como se deu o processo de votação e quem votou favoravelmente ou contra esses requerimentos.

Eu gostaria aqui também de não retificar, mas de deixar registrado, neste presente momento, que V. Exa. leu que eu estava presente no início da reunião e que, mesmo assim, ignorou nossos requerimentos.

São dois pontos que nós gostaríamos de retificar na ata. Retomando, ponto um: todos os requerimentos procedimentais que nós protocolamos e o que foi feito com eles, uma vez que simplesmente deixaram de ser deliberados. Ponto dois: como se deu o processo de votação de cada um dos requerimentos, se foram aprovados, por quem foram aprovados, se foi nominal, se foi em bloco, se foi individual. Gostaria que constassem na ata esses dois pontos.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputado Filipe Barros, seguindo o Regimento Comum do Congresso Nacional, no seu art. 30, inciso II, as questões de ordem e pedidos de retificação sobre a ata serão decididos pelo Presidente. Neste momento, indefiro sua questão de ordem para alterar a presente ata.

Coloco em votação a Ata da 2ª Reunião.

Os Srs. Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas que a aprovam permaneçam como se encontram.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Há um requerimento, Presidente, com questão de ordem. Nós temos um requerimento de votação nominal da ata.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Há apoio, Sr. Presidente?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sou Vice-Líder, nobre Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Há apoio do Líder Filipe Barros.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas eu sou Vice-Líder tanto quanto o Deputado Filipe Barros, só para registrar. Esse machismo nesta Comissão me espanta.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí é uma questão de vocês dois decidirem quem vai ficar na Liderança.

Então, vamos proceder...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Queremos encaminhar, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leio o requerimento: "Sr. Presidente, requeiro a V. Exa., nos termos do art. 44, parágrafo único, do Regimento Interno do Congresso Nacional, que a ata da reunião anterior seja votada pelo processo nominal". Assinam o Deputado Filipe Barros, Líder do PSL, e também a nobre Deputada Caroline de Toni, que está também... É para evitar o machismo, o que é importante.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Para encaminhar, Presidente... Podemos encaminhar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas o autor está encaminhando?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir essa exceção a V. Exa., porque hoje está com vontade de falar, e eu gosto de ouvi-lo.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Obrigado, Presidente.

Quanto tempo eu tenho, Presidente, só para esclarecimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem cinco minutos, pelo art. 131.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para encaminhar.) – Obrigado, Presidente.

Então, encaminhando a votação nominal da ata, nós, Presidente, como já foi dito anteriormente, fizemos questão de solicitar a V. Exa. a retificação da ata. V. Exa., obviamente, já negou a retificação da ata. Mas eu gostaria de, neste momento que tenho para encaminhar o voto, deixar registrado mais uma vez o nosso profundo pesar ao constataremos os rumos que esta CPI está tomando: rumos antidemocráticos, rumos autoritários por parte de V. Exa., por parte de outros Parlamentares desta Comissão, que não reconhecem o direito regimental que nós temos de obstruir – é um direito que nós temos. Aliás, a oposição sabe obstruir muito bem. Aprendemos a obstruir com V. Exas. do Partido dos Trabalhadores, aprendemos muito bem com vocês. Então, V. Exas. podem fazer obstrução, e nós não? É assim?

Nós temos o direito regimental de nos posicionarmos e de, inclusive, sermos contra o objeto indefinido desta Comissão. Por mais que falem que o objeto está definido no requerimento, nós entendemos que os fatos ali elencados no requerimento não guardam relação entre si. Não à toa, o Deputado Alexandre Leite, que foi quem coletou as assinaturas na primeira reunião de



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instalação desta CPI, no microfone – está registrado nos Anais desta Casa –, disse que estava se retirando desta CPI porque não concordava com os rumos que a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito estava tomando. Está registrado aqui nesta ata, registrado.

Na reunião passada, Presidente, nós ouvimos, aqui no plenário desta Comissão, uma fake news absurda dita por um Deputado do Partido dos Trabalhadores, que eu não vou citar o nome, senão vai pedir direito de resposta depois, mas uma fake news em que ele disse, fora dos microfones, Sr. Presidente, que a facada do Bolsonaro era fake, disse que era "facada news", disse isso aqui fora dos microfones desta Comissão. Então, como nós podemos admitir, Sr. Presidente, numa Comissão que tem como escopo a investigação de fake news, que Parlamentares membros desta Comissão propaguem fake news fora dos microfones?

Eles falam, falam, falam que o PSL tem medo de que seja investigado, que o Bolsonaro isso, que o PSL aquilo, mas vamos aos fatos: quem foi condenado pelo TSE por divulgação de notícias mentirosas foi o candidato Haddad, foi o candidato Haddad, não foi o Bolsonaro.

Então, Sr. Presidente, nós estamos vendo que esta CPI está sendo instrumentalizada, lamentavelmente. Depois nós vamos deixar aqui registrados vários pontos e vários questionamentos à nossa Relatora sobre o Plano de Trabalho que foi apresentado. Não vamos antecipar, vamos apenas questioná-la, porque o Plano de Trabalho é um plano de trabalho da Comissão. Não queremos, de qualquer forma, Presidente, atrapalhar. O que nós queremos é ter o nosso direito regimental garantido. Nós queremos nos posicionar. Nós queremos garantir o direito à liberdade de expressão. Nós queremos garantir a liberdade de imprensa. Enfim, nós queremos e estamos aqui para defender esses direitos constitucionais, que nós estamos vendo que, pelo rumo que esta Comissão está tomando, serão alijados.

Eu estou vendo aqui parte das assessorias fazendo cara feia e já adianto que cara feia para mim é fome!

(Soa a campainha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não adianta assessoria de Senador e Deputado ficar olhando para mim e fazendo cara feia, a não ser que o assessor se candidate e venha aqui debater conosco. Enquanto isso, continuarei falando!

Então, Sr. Presidente, nós queremos e encaminhamos neste momento a votação "não" em relação à nominal da ata, uma vez que nós fizemos um pedido de retificação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O voto é "sim" à verificação nominal, melhor dizendo, é "sim", porque nós discordamos do posicionamento de V. Exa., que não quis retificar a ata a nosso pedido.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, o PSL encaminha o voto "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, quero contraditar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para contraditar, para seguir a linha do colega, depois entram vocês dois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ou quer contraditar, fazer o pingue-pongue?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como V. Exa. preferir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pronto! Com a palavra o Senador Humberto Costa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Também quero encaminhar depois, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para contraditar.) – Sr. Presidente, de uma vez por todas, tem que acabar aqui o debate sobre o objeto desta CPI, que está escrito no requerimento que foi subscrito por Senadores e Deputados. Houve, inclusive, partidos e representantes de partidos que ingressaram no Supremo Tribunal Federal, questionando esta CPI e também o seu objeto, e foram derrotados pelo Supremo Tribunal Federal. Portanto, essa questão já é uma questão resolvida, definida. Se não quiserem que seja por aí, que promovam outra CPI ou façam outro caminho, mas não têm o direito de querer questionar mais uma vez o processo.

Segundo, esse tema de leitura de ata aqui foi aproveitado para se fazer, utilizando o Regimento do Senado Federal, porque, na Câmara, já há resolução dizendo, inclusive, que leitura de ata não é obrigatória nas diversas Comissões existentes naquela Casa. V. Exa. permitiu a leitura, e agora novamente vem o processo de tentar obstruir a continuidade do nosso trabalho. Eu já vi obstruir votação de projeto para que uma lei não entre em vigor, de medida constitucional, de processo de impeachment, mas para impedir que uma CPI possa desenvolver o seu trabalho? Para mim só há uma justificativa: é medo, medo, medo de que, quando nós investigarmos isto aqui, nós comecemos a identificar os tentáculos, quem está por trás desse tipo de coisa. Quem, por exemplo, obrigou agora o youtuber Felipe Neto mandar sua mãe para o exterior e mudar sua agenda, porque está ameaçado de morte? Para isso, utilizaram-se de fake news!



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Presidente da Comissão é ameaçado de morte! O cantor Caetano Veloso foi chamado de pedófilo! São essas coisas que parecem que não querem...

No Brasil, parte do crescimento dos casos de sarampo tem a ver com fake news.

Por que essas pessoas não querem discutir? Que receio tão grande é esse? Estão com receio de que bata em quem?

Vamos fazer um acordo: quando houver algum requerimento, alguma coisa que possa atingir Governo ou partido de Governo e tal, então vocês trazem à discussão e votem contra, mas não impeçam que a gente saia daqui não somente com uma investigação, mas com medidas para que não aconteça de novo!

Discutir o problema de fake news na eleição não vai fazer a eleição ser anulada. Isso depende do TSE, e, pelo andar da carruagem, esse TSE que está aí não vai investigar isso a fundo de forma alguma, mas pode impedir que, agora, em 2020, façam de novo, pode impedir que, em 2022, façam de novo.

Os que não querem que se investigue não é só para saber o que aconteceu no passado, é porque eles querem continuar utilizando essa arma para tentar preservar a hegemonia política na sociedade.

Se, numa eleição nacional, centralizada, conseguiram fazer isso e não se teve controle sobre essa questão, imaginem o que vai acontecer nas cidades do interior, o que vai acontecer...

(Soa a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ...nas capitais, nas médias cidades em termos de fake news!

Então, Sr. Presidente, eu quero aqui me associar ao apelo que foi feito pelo integrante do DEM aqui. Vamos parar com isso!

Quando chegar a hora de chamar alguém que vocês não querem que chamem, votem contra, coloquem a maioria aqui. Agora, impedir, por isso, que a gente possa dar seguimento a uma matéria tão relevante como essa me parece que é um sentimento antidemocrático, anti-interesse do nosso País.

Podem fazer a obstrução, mas a obstrução tem de ter um mínimo de bom senso. Obstruam todos os temas que disserem respeito ao Governo, aos que já foram acusados, ao velhinho da Havan! Tudo bem! Agora, impedir que a gente possa investigar tudo, isso é inaceitável.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para encaminhar, Presidente! São dois a favor e dois contra, pelo art. 41 do Regimento Comum.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pelo art. 41, nobre Deputada, V. Exa. não pode encaminhar. Deve ser um da outra Casa, já que é do mesmo bloco. O nosso Deputado Filipe...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não consta isso aqui, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Leia o art. 41.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos ler, então. Quer que eu leia?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É um Senador e um Deputado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Seria um a favor; outro, contra.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Um Deputado e um Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, falará a Deputada Luizianne Lins para complementar o Deputado, já que o Senador Humberto falou.

Vocês teriam de colocar um Deputado do bloco contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Quero encaminhar a favor do requerimento, Presidente. Não há nenhuma vedação no Regimento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para encaminhar.) – Sr. Presidente, eu gostaria de novo... Acho que agora a gente tem que apelar para o debate que a sociedade brasileira vai fazer a partir desta CPMI, porque está muito claro, vai ficar cada vez mais claro para a sociedade brasileira que nós estamos querendo hoje tocar um processo investigativo que tem quatro eixos fundamentais, que estão completamente sintonizados com o que está acontecendo no mundo inteiro. O mundo inteiro hoje é vítima de cyberbullying, de fake news, de uma série de processos que estão acontecendo na deep web, no subterrâneo, no submundo disso aí. Há pessoas morrendo, há pessoas sendo ameaçadas.

Nós temos que deixar muito claro que os nobres colegas do PSL estão fazendo tudo para que esta CPMI não aconteça, estão fazendo tudo para que esta CPMI não ande. Então, é bom que o povo brasileiro comece a se perguntar por que os Deputados e as Deputadas do PSL não querem a investigação do processo hoje dos algoritmos, do processo hoje das mentiras que são disseminadas. É muito estranho um partido político não querer saber, não querer cuidar da sociedade brasileira no que diz respeito hoje aos crimes praticados...

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... contra a sociedade brasileira. É muito esquisito! Ao mesmo tempo em que diz que não quer obstruir, obstrui; ao mesmo tempo em que diz que quer que ande a CPMI, fica pedindo a ata, depois a pós-ata, a pós-pós-pós-ata. Enfim, é uma tentativa clara... Eu espero que o povo brasileiro esteja consciente disso. É bom que todo mundo vá, inclusive, às redes sociais desses nobres colegas que estão obstaculizando, para saber qual é o medo de saber, de fato, objetivamente, o que é que está acontecendo na sociedade brasileira hoje e por que é que essas pessoas estão, de forma tão virulenta, contra o andamento desta CPMI.

Inclusive, eu já até solicito que a gente convide o Deputado Alexandre Frota, que foi eleito pelo PSL, que disse que sabia muito bem onde estava a fábrica de CPMI, onde ela estava localizada. Ele disse que poderia dizer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... onde estava a fábrica de fake news. Assim, esta CPMI pode, de fato, se debruçar sobre isso. E, já que ele sabe disso, se a gente vai investigar tudinho para chegar lá, pode ser que seja um atalho mais fácil a gente convidá-lo, porque, inclusive, ele foi eleito pelo PSL.

Portanto, Sr. Presidente, eu acho que o povo brasileiro tem que estar muito atento, porque eu acho que agora é a hora da verdade ou pelo menos da busca da verdade aqui nesta CPMI. Quem não quer buscar a verdade, quem não quer buscar de fato isso não está preocupado com a juventude, não deve estar preocupado com as crianças, com os jovens, com as futuras gerações, que estão todas impactadas pelos algoritmos, todas impactadas pelo crime praticado hoje pelos algoritmos. Isso se dá no mundo inteiro! Quando houve o escândalo da Cambridge Analytica, o jovem que foi denunciar foi imediatamente... O Parlamento britânico constituiu uma CPI, de forma muito séria, e o povo britânico todo se envolveu para saber o que tinha acontecido naquele episódio. Então, é muito impressionante que no Brasil tenhamos Parlamentares... E lá se juntaram direita, esquerda, conservadores etc. e tal para poderem conseguir desvendar aquilo. Aqui, surpreendentemente, na contramão da história, um partido político que chega a esta Casa praticamente com a maioria – não é mais maioria, mas aqui chegou assim – agora está querendo que não se investigue.

É uma coisa muito impressionante, e eu quero que o povo brasileiro comece a perceber por que os nobres colegas não querem que esta CPMI ande, não querem que esta CPMI aconteça. Vamos ficar agora atentos, inclusive, às redes sociais...

(Soa a campainha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – ... de todos que estão obstaculizando esta CPMI para ver o porquê de eles não quererem que esse instrumento, que são as redes sociais, possa ser investigado de forma adequada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Nós temos de ler o Regimento de forma sistêmica e sistemática, de acordo com os princípios constitucionais. Nós temos de tratar da isonomia. Quando o Regimento diz que são dois de cada Casa, é para que se dê oportunidade para que dois Deputados e dois Senadores falem. Acontece que, no momento, não existe um Senador presente para falar e encaminhar de acordo. Então, criou-se uma situação de desequilíbrio, onde houve duas pessoas encaminhando contra e apenas uma a favor. E, quando se tem uma situação de desequilíbrio, de falta de isonomia, há que se aplicar o princípio constitucional da isonomia e se mitigar a questão de que não se trata de um Senador, mas de uma outra Deputada.

O certo é que há de haver dois encaminhamentos contra e dois a favor, para se evitar o desequilíbrio. V. Exa. pode assim conduzir os trabalhos para minimizar exatamente essas questões que estão sendo tão ventiladas aqui.

E, com relação à acusação de que o PSL não quer elucidar fake news, que está com medo, lembro que quem foi, como disse o meu colega, acusado, julgado e condenado por fake news foi o Haddad, do PT.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não foi ninguém do PSL. Nós não temos medo da verdade.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nós temos medo é de que a condução dos trabalhos acabe por desfavorecer exatamente o equilíbrio na condução, que pedimos a V. Exa. agora, em nome da isonomia.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP) – Sr. Presidente, siga o Regimento. Siga o Regimento, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, eu não sei, entre aqueles que estão à minha frente, quem é contra e quem é a favor. Nós temos aqui, na Casa, o Senador Alessandro, que pode querer fazer uso da palavra, para que fique na paridade de dois a dois, e o Senador Randolfe Rodrigues. Pelo que me informaram – não me informaram nada também, nem eles, nem ninguém –, eu não sei quem é que eles defendem. Então, pode ser que o Senador Randolfe ou o Senador Alessandro possam suprir essa lacuna na falta de Senadores do PSL.

Então, está franqueada a palavra a um dos dois.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Sr. Presidente. Se isso for feito, eu me dou por satisfeita. Se isso for feito...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É para encaminhar a favor do requerimento. Eles só podem falar se for a favor do requerimento nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, se os dois não quiserem...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... eu me darei por satisfeita.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A favor do requerimento.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, chame os Senadores.

Por que vocês não chamam os Senadores do PSL?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não sei qual o rótulo, qual o viés partidário dos dois Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não precisa. A minha interpretação é de que está para encaminhar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Cadê os Senadores do PSL, gente?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sr. Presidente, eu fiz a questão de ordem e digo a V. Exa. que me darei por satisfeita se um deles encaminhar favoravelmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Regimento vale num caso e não vale em outro? Eu estou agindo dentro da justiça, dentro do Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tragam os Senadores do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos Senadores no plenário.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora, não sei qual o viés político dos Senadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – De acordo, Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Sr. Presidente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É para encaminhar a favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, Senador Alessandro Vieira...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Se for para encaminhar a favor, o.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para suprir e manter a paridade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Não tem nada de encaminhar a favor, não.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (CIDADANIA - SE) – Por favor! Por favor!

É bastante simples isso aqui. É só uma briga formal para se gastar mais cinco minutos. Está encaminhado favoravelmente, mas alertando que eu voto contra. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto!

Esta Presidência coloca em votação o requerimento de votação nominal da ata.

Os Parlamentares que concordam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Rejeitado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Votação nominal. Verificação, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Tem apoio?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Sou Vice-Líder. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O requerimento está consubstanciado.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE) – Então, vamos votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos abrir o painel de votação.

(Procede-se à votação.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Para orientar a bancada.) – O PT vota "não".

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para orientar a bancada.) – PSL, obstrução.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para orientar a bancada.) – A Rede vota "não", Sr. Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O Governo orienta obstrução, Presidente. (Pausa.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só para constar que eu estou presente e que votei, o.k.?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora eu afiro sua presença.

Pena que eu não estou vendo a presença do Deputado Filipe, mas há tempo ainda.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu estou presente, só não votei, Presidente – até porque o PSL encaminhou obstrução. (Pausa.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, acho que já dá para encerrar. Está chegando a hora do almoço e há várias Comissões agora pela tarde.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser, eu mando pegar um lanche para V. Exa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Então está bem. Eu aceito. (Pausa.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... se eu puder, quero aproveitar dois minutos deste momento só para corrigir uma informação que foi dada aqui pela Bancada do PSL.

No Congresso há várias bancadas temáticas, não é? E parece que a gente tem agora também a bancada da fake news. Tem gente que não só foi beneficiada por fake news na campanha como continua produzindo fake news aqui, fazendo o uso do microfone, como Parlamentar. E a Bancada do PSL falou que Haddad foi condenado por impulsionar notícias falsas. Isto é uma mentira sem vergonha. Houve impulsionamento de notícia desfavorável, e é mentira que Haddad ou sua campanha tenha sido condenada por impulsionar notícias falsas. E eu queria registrar aqui meu lamento por ver que práticas que foram utilizadas na eleição passada são utilizadas agora por Parlamentares no pleno exercício do mandato que vêm aqui mentir no microfone de uma CPI sobre fake news, Presidente. Fica o registro.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para o contraditório, Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu tanto... Só peço que toque a sinetinha para o pessoal se acalmar aqui e fazer silêncio, para a gente não precisar ficar gritando aqui.

Silêncio no plenário, por gentileza!

Presidente, o nosso compromisso é com a verdade. O grande problema – e aí quero até dar resposta a Deputados da oposição que me antecederam... Nós queremos, sim, a verdade. Só que a gente se preocupa com quando o julgador, quando quem está acusando é o mesmo julgador. Está um circo armado para se montar um tribunal de exceção aqui contra o nosso Presidente. Eu estou aqui com a notícia da Globo que fala da multa que o Haddad ganhou por impulsionar notícias falsas contra Bolsonaro na internet.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Cadê a decisão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O Ministro Fachin...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – É notícia desfavorável.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Convoque-me! Convoque-me para dar explicação!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Mentira! Já fiz meu registro.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Fora do microfone.) – Convoque-me!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "O Ministro Fachin negou punir Google por um impulsionamento irregular. Ele entendeu que o PT pagou para destacar conteúdo negativo."

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Fora do microfone.) – Negativo, Deputada. Mentira...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, nós vamos investigar isso...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está aqui na Rede Globo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... no decorrer da CPI. Não vamos antecipar os fatos.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – A grande questão, Presidente, é a seguinte: por que a gente está fazendo essa obstrução?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pau que dá em Chico dá em Francisco. Vamos deixar a coisa rolar. Para quê a antecipação dos fatos?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Agora nós vamos falar então. Já que vocês querem que a gente fale, a gente vai falar.

Presidente, a grande questão é a seguinte: o Deputado Elmar Nascimento esteve aqui e disse que pediu para o Deputado Alexandre Leite se retirar desta Comissão. Nós ficamos sabendo, nos bastidores, que houve, sim, inclusive, um desentendimento entre os dois



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Presidentes da Casa com relação à instauração desta CPMI, por um desacordo em relação à constituição da Mesa, da Presidência, etc. Por quê? Porque um tinha uma intenção e outro tinha outra. Se o próprio autor do requerimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só para poder abrilhantar mais o conteúdo do seu discurso, a senhora está falando que houve uma armação de Rodrigo Maia com Davi para montar esta Comissão?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve um desentendimento entre eles na instauração desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, um desentendimento. Porque eu fui eleito aqui e não estou sabendo de nada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fui pego de surpresa e me colocaram Presidente. Eu não participei de nada desse pseudo conluio que V. Exa. está aí praticamente relatando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não é conluio. Eu estou dizendo que houve até um desentendimento entre os Presidentes das Casas.

O SR. CARLOS ZARATTINI (PT - SP. Fora do microfone.) – E o senhor foi eleito com voto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve até um desentendimento, tamanho é o objeto vago.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, eu acho que tive até o seu voto, se não me engano, porque só houve um voto contrário.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tive, não? Então, houve dois contrários.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Dois Vice-Líderes do Governo no Senado votaram para instaurar.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós não demos quórum aqui nessa votação.

O que eu quero dizer é o seguinte, Presidente: o que nos preocupa aqui é essa tentativa da oposição de sempre inventar fake news. Eles, sim, inventam. E eles querem ser o nosso órgão



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

juulgador do Presidente Bolsonaro, querem fazer um terceiro turno! A gente sabe que está tudo armado para isso; a gente sabe! Então, a gente não pode concordar com isso, que seja desvirtuado do que é certo. A nossa preocupação é justamente essa. É a mesma coisa que pegar aqui alguém do PSL para querer julgar o Haddad. Vai ser um juiz justo, um juiz isento? É a mesma coisa com o Presidente Bolsonaro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – É o caso do Moro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Então, é isso que a gente não aceita, Presidente.

Presidente, considerando que não há quórum, dá para encerrar a reunião e a gente continuar a semana que vem, Presidente.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Fora do microfone.) – Não vai encerrar a reunião, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ricardo Barros.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente, eu havia proposto ao Deputado Filipe Barros, à Deputada Caroline e à Deputada Bia Kicis que tivéssemos uma reunião com V. Exa. e com a nossa Relatora Lídice da Mata para nós entendermos exatamente o que o PSL, a sua representação, aqui, na CPI da Fake News, pretende.

Nós sabemos do trabalho da Ministra Damares, que alertou para o fato de que nas redes sociais há orientação para menores sobre suicídio e sobre automutilação, o que é uma vertente importante em que esta CPI deve atuar e que deve procurar conter da maneira possível.

Para a questão eleitoral, não temos tempo. Quando nós concluirmos a CPI, já terá passado o prazo de um ano antes das eleições, e, portanto, não poderemos legislar para a próxima eleição em função do trabalho desta Comissão.

Temos também a necessidade de verificar o uso das redes sociais para difamação, para concorrência desleal, para desconstrução de produtos. Um concorrente solta uma fake news contra o seu concorrente na rede social, depreciando o produto, e tudo isso tem reflexo. Hoje, nós temos um problema muito sério com informação e desinformação.

Então, Presidente Senador Angelo Coronel, eu sugiro que, se estiverem de acordo o Deputado Filipe Barros e a Deputada Caroline – a Bia acabou de sair –, nós pudéssemos, enquanto um companheiro nosso preside a reunião aguardando o quórum, fazer um diálogo.

Eu não entendi ainda exatamente o que o PSL pretende aqui na CPI, a não ser obstruir os trabalhos, mas certamente eles deverão ter algum interesse no sentido de contribuir para que fake news não interfiram na vida da nossa sociedade.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, é esta a sugestão que eu gostaria de fazer: que nós possamos aproveitar o tempo, enquanto aguardamos o quórum, para fazer uma reunião aqui na sala da administração do plenário e, se for possível, um entendimento de procedimentos, porque todos nós queremos avançar, sabemos da necessidade, da atualidade e da utilidade desta Comissão. E eu espero que nós possamos sair daqui com um resultado. Ninguém aqui tem tempo a perder, Senador. Então, nós queremos sair daqui produzindo algo de melhor para nossa sociedade, e é com esse espírito que eu estou participando da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pertinente o seu pronunciamento, nobre Deputado Ricardo Barros.

Eu vou fazer o seguinte: vou encerrar a votação, já que não houve quórum para deliberar sobre a ata, será numa nova reunião; enquanto isso, eu vou solicitar a nossa Relatora que leia o seu relatório, porque para essa reunião futura, com os Líderes, é importante ver o plano de trabalho dela...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para saber o que ela apresenta para discutirmos depois.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há previsão regimental, Presidente, para isso. Não há previsão regimental para isso.

Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Fora do microfone.) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sem quórum a reunião tem que ser encerrada, Presidente. Não há previsão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, art. 304 do Regimento do Senado: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão", que é o plano de trabalho.

O art. 304 é bem claro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nós estamos em processo de votação, Presidente. Não há quórum. Não há como prosseguir.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrei o processo de votação, para que a gente volte quando houver o restabelecimento do quórum. Enquanto isso, para que à reunião se dê continuidade, a nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não há como continuar se não forem enfrentados os requerimentos de obstrução, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No próximo time.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há nem quórum, Presidente, para prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nós temos quórum para prosseguir a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não temos, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não temos para votação, mas temos para a reunião ser mantida.

Então, eu vou passar para a nossa nobre Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente. Isso é antirregimental, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, eu quero designar o primeiro Relator...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente, ninguém quer aqui tentar ganhar no grito. Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o Senador Alessandro Vieira para fazer parte aqui da Mesa, porque ele vai ser o Relator da parte de cyberbullying...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só pode discutir a ata, Presidente. Não há como, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, com a palavra a nobre Deputada Lídice da Mata para ler o seu...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não há como, Presidente! Questão de ordem: art. 304. Vamos ler. Vamos ler juntos, então, para ver a interpretação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sras. e Srs. Senadores, Sras. e Srs. Deputados...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, o senhor está...

Com todo o respeito, Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Com todo o respeito... Desculpe-me interrompê-la.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Art. 304, nobre Deputada: "Ocorrendo falta de número para as deliberações, passar-se-á à matéria em discussão". Está na pauta a leitura do plano de trabalho da Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – "[...] à matéria em discussão", que é o requerimento de nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está na pauta o relatório.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas a gente tem que superar...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga, Presidente! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o nosso pedido de obstrução primeiro. Pela ordem!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Lídice, siga a leitura!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não está na ordem...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Siga a leitura! Siga a leitura!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... então não há como seguir, não há!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Corte o microfone e siga a leitura!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O plano de trabalho, Sr. Presidente, é de conhecimento público, porque ele já foi publicado. Nós fizemos um esforço de, antes desta reunião, dar conhecimento a todos os Deputados e Senadores do nosso projeto de plano de trabalho.

Nesse plano de trabalho, como foi apresentado no fim de semana dentro do prazo, eu fiz algumas correções, porque ele estava muito extenso; algumas correções apenas na introdução, no objeto da CPMI, no roteiro de trabalho. E hoje...

(Intervenções fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... eu vou ler apenas o que diz respeito ao trabalho propriamente dito, das reuniões e audiências públicas.

O tema abordado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possui alto nível de complexidade e interesse público. Dessa forma, se buscará reunir múltiplas visões sobre o assunto, incluindo especialistas, acadêmicos, membros do Governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais e outros que se mostrem necessários.

Para tanto, as atividades poderão ser realizadas das seguintes formas: audiências públicas com especialistas e autoridades; estudos e pareceres técnicos; missões externas; sessões de debates; reuniões técnicas e administrativas; interação com a sociedade, utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

Temáticas iniciais.

Conceituação e delimitação de fake news e seus impactos na sociedade; cyberbullying e aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio; marcos legais que regem o controle de fake news; consequências econômicas da produção e disseminação de fake news que atentam contra a democracia no mundo; consequências da produção e disseminação de fake news em processos eleitorais internacionais; falsas comunicações de crimes, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade do Congresso Nacional; falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade dos membros do Poder Judiciário; o papel das empresas digitais e o fenômeno de fake news; a proteção de dados no contexto de fake news; o esquema de financiamento, produção e disseminação de fake news com o intuito de lesar os processos eleitorais, inclusive o de 2018.

Com a determinação dos fatos, busca-se otimizar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tornando-a um espaço de efetiva realização da função fiscalizadora do Congresso Nacional.

Sub-relatorias: a) cyberbullying e crimes de ódio; b) proteção de dados no contexto de fake news; c) aliciamento de crianças vulneráveis por meio de fake news.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou solicitar à nobre Deputada Lídice só um instantinho, porque vou convidar o decano Rui Falcão para sentar em meu lugar, porque vou, a pedido do nosso Líder Ricardo Barros, ver se alguns partidos que estão aqui presentes, seus Líderes, querem fazer alguma reunião prévia. Estou aqui aberto para qualquer coisa, se deliberarem sobre isso.

Então, Rui Falcão.

Lídice, continue.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim, fica evidente o papel desta Casa no sentido de investigar essa série de atos criminosos, cometidos ou propiciados em meio virtual, com foco no aprimoramento do arcabouço legal das relações cibernéticas, indicando providências que visem coibir atentados contra a vida e a dignidade da população brasileira, bem como respeitar a democracia e as suas instituições.

Como se trata de um fato internacional, é claro que esse é um procedimento que está acontecendo hoje em diversos países do mundo.

Nosso cronograma inicial.

Eu chamo a atenção de ser um cronograma inicial porque, obviamente, ele poderá ser modificado – e será modificado até por incorporação das contribuições dos Deputados e Senadores, pois já temos requerimentos do Senador Eduardo Gomes, do Deputado Túlio Gadêlha, do Deputado Rui Falcão, da Deputada Relatora Lídice da Mata, da Deputada Luizianne Lins, do Deputado Bacelar, da Deputada Natália Bonavides, do Deputado Elmar Nascimento.

No nosso plano inicial de trabalho, há as datas: 17 de setembro, hoje, apresentação do plano de trabalho e requerimentos; 24 de setembro, conceituar o fenômeno de fake news na sociedade, com especialistas que nós tiraríamos dos requerimentos; 1º de outubro, cyberbullying, fake news e crimes de ódio e suicídio; 8 de outubro – aliás, é aniversário do meu filho –, conceitos jurídicos e marcos legais sobre fake news; 15 de outubro, os impactos de fake news na política, na economia e na sociedade, a experiência da Europa e dos Estados Unidos; 22 de outubro, os impactos de fake news na política, na economia e na sociedade, a experiência da América Latina; 29 de outubro, fake news e seus impactos no Supremo Tribunal Federal e nos demais órgãos do Poder Judiciário; 5 de novembro, fake news e seus impactos no Congresso Nacional; 12 de novembro, fake news e processo eleitoral brasileiro; 19 de novembro, fake news e processo eleitoral.

Eu acrescentaria que, na medida em que nós possamos constituir sub-relatorias, nós poderíamos ter mais um dia de trabalho. Esse seria o dia de trabalho da Comissão Geral, em que apreciaríamos os temas gerais, e os sub-relatores poderiam organizar reuniões para, em outra data, realizar algum tipo de trabalho técnico em relação às investigações dos subtemas.

Conclusão.

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca do esclarecimento dos fatos que resultaram nesta CPMI. Busca-se uma CPMI técnica, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importantes do Congresso Nacional, que é a fiscalizadora.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero chamar atenção para o fato de que é claro que, pelo conteúdo político inerente à discussão de fake news, ou seja, da falsidade das informações e, portanto, da desinformação – a expressão que se tem usado no português é desinformação –, todos os Srs. Deputados e Deputadas apresentam dentro deste plano de trabalho diversos convidados que irão falar, mas também poderão, sem dúvida nenhuma – já há requerimento nesta direção –, convocar pessoas para aqui fazerem os seus depoimentos a respeito dos temas investigados.

Apesar do clima criado nas duas últimas reuniões de torcidas, quase de torcidas futebolísticas, a nossa CPMI pode e deve prosseguir com um conceito de investigação que sirva ao Brasil. Esse tipo de investigação está acontecendo em muitos países do mundo. Nós poderíamos citar aqui: o Reino Unido; a Alemanha, que constituiu uma comissão investigatória da desinformação pelo próprio Governo; a OEA, que analisa a prática de fake news na América Latina – e um dos nossos relatórios a esta Comissão é justamente o Relator da OEA apresentar o seu relatório aqui, na nossa Comissão. Diversos outros países hoje já têm iniciativas, inclusive nos Estados Unidos, de investigação da desinformação como prática nas redes sociais, servindo a interesses econômicos, servindo a interesses eleitorais e desservindo à sociedade com a prática de informações falsas a respeito da saúde, principalmente atingindo populações vulneráveis. Eu aqui falei do crime cibernético do aliciamento de crianças e acrescentei outros vulneráveis, porque os idosos hoje – e eu sou Presidente da Comissão do Idoso – são vítimas permanentes de fake news, de desinformação, levando a uma situação de assédio moral e de assédio econômico na vida dos idosos.

É essa a pauta que foi apresentada no primeiro requerimento e que nós estamos dando praticidade ao apresentarmos o plano de trabalho. Era, portanto, essa a nossa...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Concede-me um aparte, Relatora? É o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só quero esclarecer à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estou com a decisão judicial aqui da condenação do Haddad por fake news, Deputada do PT, aqui...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Um momento, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É só para esclarecer...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – E eu quero fazer uma questão de ordem...



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada, a senhora não está com a palavra!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São nulos esses atos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra, Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Todos esses atos são nulos!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – A senhora não está com a palavra!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Eu estou conduzindo os trabalhos e não lhe concedi a palavra.

Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, que estava inscrita.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, eu estou com a palavra.

Eu queria parabenizar a Relatora...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem tem preferência!

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É tudo nulo! Isso tudo é nulo!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu queria ter a palavra garantida!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Isso tudo rasgou o Regimento já, gente!

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP. Fazendo soar a campainha.) – Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não poderia ter sido lido o plano de trabalho, porque não foram enfrentados os requerimentos...

O SR. PRESIDENTE (Rui Falcão. PT - SP) – Deputada!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não havia quórum na...

(Interrupção do som.)

(Intervenção fora do microfone.)



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Deputado Rui, que, neste momento, preside a CPMI.

Eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu queria pedir para que a minha palavra fosse garantida, mas, infelizmente, a Deputada aqui não...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Retomando, eu queria me dirigir à Relatora, Deputada Lídice da Mata, para parabenizar por esse material produzido. A gente vê que essa CPMI tem uma função, tem uma missão, que é enfrentar esse tema, que é de repercussão mundial. A gente discutiu muito aqui na primeira reunião, na reunião de instalação, como notícias falsas não são novidades, mas a dimensão que as novas tecnologias deram a ela, isso sim, muda de patamar o debate que se fez até hoje sobre a interferência desse tipo de conduta na política.

Eu acho que o relatório da senhora faz exatamente isso, encara essa missão ao abordar, primeiro, dessa forma global, sabendo que não é um tema que pode ser tratado localmente, tomando-se em conta somente o que aconteceu no Brasil no ano passado, mas trata de forma internacional, como deve ser tratado. Não é um tema simples. Não é à toa que acadêmicos, juristas, Parlamentares, jornalistas no mundo inteiro estão descobrindo como lidar com isso, com as novas tecnologias e seu impacto nos processos democráticos.

E, em segundo lugar, porque também de forma global tratou o tema, sabendo que a questão de fake news vai além da interferência no processo democrático, nos processos eleitorais. Eu, como uma Deputada jovem, que tenho uma ampla convivência com a juventude, sei bem como esse ponto do cyberbullying, dos crimes de ódio, têm tido impacto até mesmo na saúde mental da nossa juventude brasileira, e é um tema sobre o qual nós não poderíamos nos omitir. Então, queria realmente parabenizar o material que foi produzido. Eu acho que é um plano de trabalho que deixa esta CPMI à altura dos desafios que nós temos com essa missão.

Aproveito para registrar que, como uma forma de contribuir, de colaborar com os debates, protocolei também alguns requerimentos de convocação e de convite para pessoas que tenham relação com a temática, pessoas inclusive que sejam partes em inquéritos que investigam temas relativos, temas correlatos ao objeto da nossa CPMI, e também convites – não só convocações, mas também convites – para pessoas que tenham uma contribuição significativa sobre esse tema, inclusive de produção acadêmica, de produção de doutrina com relação a isso, para que eles possam se somar aos nossos debates aqui na Comissão.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Deputada Relatora, parabéns pelo seu plano de trabalho. Eu acredito que, se a gente conseguir cumprir o que a senhora previu aqui neste documento, nós teremos sido uma CPMI bastante produtiva e que encarou os desafios que esta época nos traz.

Obrigada, Presidente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questão de ordem, Presidente. Questão de ordem, por gentileza, Presidente.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Fora do microfone.) – Qual artigo?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O art. 293, inciso VIII e XIX do Regimento Interno do Senado:

Art. 293.....

VIII - Verificada a falta de quórum, o Presidente suspenderá a sessão, fazendo acionar as campainhas durante dez minutos, após o que esta será reaberta, procedendo-se a nova votação.

IX – Confirmada a falta de número, ficará adiada a votação, que será reiniciada ao voltar a matéria à deliberação do Plenário.

Presidente, com todo o respeito, se a gente começar a descumprir, como tem sido descumprido, desde a instalação aqui, as normas do Regimento, quando a gente vai ter um parâmetro seguro para dizer que isto aqui é uma coisa séria que respeita a legalidade? Nós temos, sim, a fundada suspeita de que esta é a CPI da censura, de que é um terceiro turno para pegar o nosso Presidente Bolsonaro, e que a oposição está imbuída desse intuito, sim.

Eu estou aqui com a decisão na qual o Haddad foi multado, Deputada Paula. Estou aqui com a decisão, se você quiser consultar. Deputada Natália, perdão. Perdão. R\$176 mil ele foi condenado a pagar, de multa, por impulsionar conteúdos falsos contra o Bolsonaro na internet. Está aqui a decisão, para a senhora consultar. Eu sou tão a favor de combater o que se comete de ilegalidade dentro da internet, que eu mesmo sou Relatora, na CCJ, do PL nº 8.833, que é para criminalizar quem induz crianças à automutilação e ao suicídio. Inclusive estou colhendo pareceres até de Deputados do PT, que vêm contribuir com esse diálogo. Ou seja, eu sou a favor da democracia, sim. Agora, quando o acusador é julgador e quer fazer um terceiro turno da eleição, eu não posso permitir.

É por isso, Presidente, com todo o respeito, que a minha questão de ordem é a seguinte.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Para concluir. Uma vez que a gente pediu verificação e não estava presente o quórum, o Regimento é claro, a regra é clara: deve ser suspensão a sessão. Nada mais pode ser deliberado, nada mais pode ser feito. Então tudo, a



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

partir daí, é nulo. Então, nós temos que encerrar esta reunião. Nós temos que enfrentar os nossos requerimentos e não seguir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada Caroline de Toni...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos respeitar as normas, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não houve nenhuma deliberação aqui dos assuntos que V. Exa. está citando. V. Exa. está equivocada. Não houve deliberação. A nobre Deputada leia...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Houve o prosseguimento da reunião. Não pode ter o prosseguimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prosseguimento não é deliberação.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas não pode ter o prosseguimento antes... São as etapas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já tinha falado antes, Deputada...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que após a leitura do plano de trabalho, eu iria encerrar a reunião.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – São etapas a serem vencidas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E votaremos em uma próxima reunião, na terça-feira, às 10h10, na mesma sala.

Agora eu queria, nobre Deputada... A senhora é uma jovem, estudiosa, já vi que é uma regimentalista, junto com o Líder Barros. Eu não estou entendendo porque vocês estão trazendo para esta CPI tão cedo a peleja política do passado. Ninguém tocou neste assunto até então. Nós estamos aqui para defender, primeiro, a sociedade brasileira dos crimes que estão ocorrendo via internet, de fake news, pessoas utilizando perfis falsos...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... para poder dilapidar as pessoas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho já é tendencioso! O plano de trabalho já é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Podemos chegar a uma terceira guerra mundial via tecnologia. Então, nós temos que cuidar da sociedade, nobre Deputada.



SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O plano de trabalho é tendencioso!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos deixar a querela política para o momento certo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, para contraditar!

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Sr. Presidente, por favor respeite o regimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. já traz até as placas já, de censura. Nem começamos nada aqui ainda.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Censura é o que a oposição quer fazer ao nosso Presidente!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente para contraditar! Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a presente reunião do dia de hoje. Convocação firmada para às 10h10 da próxima terça-feira.

Fiquem com Deus, que é o nosso guia.

(Iniciada às 10 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 32 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

11/02/2020 - 19ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, declaro aberta a 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva do Sr. Hans River do Rio Nascimento, decorrente do Requerimento nº 212, de 2019, da CPMI – Fake News, de autoria do Deputado paulista Rui Falcão, do PT.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É Deputado de São Paulo, porque sou mineiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tudo bem, Deputado. Está retificado. Deputado mineiro de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso.

Tenho um requerimento com V. Exa. para que, dada a relevância da testemunha que vamos ouvir, esta sessão possa ser fechada, só com a presença dos Parlamentares e dos assessores cadastrados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Após a leitura do expediente, vou colocar para o Plenário decidir.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está bom.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inicialmente, cabe esclarecer que o requerimento de convocação não especificou se o depoente compareceria na qualidade de testemunha ou de investigado. Entretanto, é possível depreender, pela justificativa constante do requerimento, que o Sr. Hans River foi convocado para esclarecer fatos dos quais teve conhecimento ao trabalhar na empresa Yacows, de modo que sugiro ao Plenário que o depoimento seja tomado considerando o depoente como testemunha.

Havendo anuência do Plenário, informo ao Sr. Hans River e ao seu advogado que, nos termos do art. 203 do Código de Processo Penal, o depoente deve assumir o compromisso de dizer a verdade do que souber e lhe for perguntado, preservado o seu direito de permanecer em silêncio, caso considere que alguma resposta possa incriminá-lo.

Vou colocar para que o Plenário possa deliberar se a reunião fica aberta à imprensa, ao público em geral, ou se a reunião passa a ser fechada, só com a presença dos Parlamentares.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Concordando com o encaminhamento que V. Exa. está dando, queria, no entanto, dar uma boa notícia à nossa Comissão. Pedi a palavra a V. Exa. porque não tivemos tempo de tratar... Recebi há pouco essa notícia, e nós vamos ter que tratar do seu encaminhamento. É a confirmação do convite feito por nós, Presidente, combinamos antes, para o Parlamentar britânico Damian Collins vir depor aqui nesta Comissão, numa audiência pública, comunicando toda a experiência de ter sido coordenador da investigação sobre *fake news* no Reino Unido. Ele confirmou para uma data em março. Nós vamos ter que nós sentar, fazer uma reunião administrativa para tomar todas as providências que garantam sua presença.

Eu acho que isto vai ser muito importante para a nossa CPMI, conhecer com mais detalhes uma experiência internacional que foi a primeira mais importante experiência internacional de investigação a respeito do fenômeno de *fake news*, com a denúncia, e, a partir de então, o esclarecimento da Cambridge Analytica naquele processo.

Então, eu queria comunicar à Casa e a V. Exa., em particular, o que acho que é uma coisa muito positiva para a nossa CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em conversa aqui, com o nosso depoente, o mesmo solicita que a reunião seja aberta ao público, à imprensa – e não uma reunião fechada. Ele acha que, em uma reunião fechada... Ele não tem nada a esconder; por isso, ele prefere que a reunião fique aberta ao povo brasileiro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu, particularmente, já vou antecipar o meu voto para que a reunião seja aberta, para que o povo brasileiro tenha acesso. Caberá ao Plenário decidir, já que o Plenário é soberano.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, aberta também. O Governo e a Liderança do PSL votam que seja aberta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Gente, desculpa falar. Se a reunião não for aberta, não tem cabimento eu estar aqui, presente, entendeu? Então, a situação se encontra da seguinte forma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Não é ele que escolhe.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei, o Plenário vai decidir. Eu já conversei com ele que o Plenário é soberano.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Ricardo.

O SR. RICARDO BARROS (PP - PR. Pela ordem.) – Eu voto com a Relatora, porque ela é que está produzindo o resultado do nosso trabalho. Então, vou acompanhar a opinião da nossa Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a Relatora já externou o seu voto? Você vai votar com a Relatora?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, olha o Regimento. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para questão de ordem.) – "Art. 144. Quanto ao documento de natureza sigilosa [...]". Nós tivemos acesso a um documento sigiloso, que é justamente os depoimentos dele para a Justiça do Trabalho, e eles foram entregues à CPI na íntegra, como documento sigiloso.

[No caso de] [...] documentos sigilosos, observar-se-ão, no trabalho das Comissões as seguintes normas:

I - não será lícito transcrevê-lo, no todo ou em parte, nos pareceres e expediente [...];

II - se houver sido encaminhado ao Senado [...];

III - se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta.

É art. 144, inciso III: "Se a matéria interessar à comissão, ser-lhe-á dada a conhecer em reunião secreta".

Então, por questão de ordem, eu peço a V. Exa. que cumpra o Regimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo o respeito ao Deputado da oposição, nós entendemos que, por mais que a ação trabalhista dele tenha tramitado em sigilo e a ela tenha sido dado conhecimento, a esse documento foi dado acesso aqui, aos Parlamentares, mas isso não o inibe, até porque ele está acompanhado do advogado dele, de

falar e de responder aos questionamentos. Uma coisa é a tramitação em outro Poder independente, que foi o processo trabalhista dele, sobre o qual ele fez acordo, e o outra coisa é a declaração dele, que ele vai prestar aqui, nesta CPI.

Nós não temos nada a esconder do povo brasileiro, e o próprio depoente é favorável. Se ele tivesse interesse de que fosse sigiloso, ele mesmo, na pessoa do advogado, teria feito um requerimento nesse sentido, ou teria entrado na Justiça para pedir para não depor, o que não aconteceu.

Então, nós não devemos nada ao povo brasileiro e estamos aqui para investigar, de modo que, não tendo a oposição dele nesse sentido, devemos fazer aqui aberta. Qualquer coisa, podemos pedir uma votação aqui, caso seja necessário, do Plenário, nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, veja bem, não é... Eu creio que essa não é uma questão que apenas nós desejamos. Há um Regimento. O Regimento indica uma direção. A verdade é que nós, quando recebemos os documentos, ficamos proibidos de divulgá-los.

Eventualmente, não poderemos fazer referências ao texto do documento, porque se trata de um documento que corre em segredo de Justiça, ou seja, em sessão...

E o Regimento é muito explícito. Então eu não tenho nada contra que a gente fale abertamente, entendeu Hans? Não tem nenhum problema.

Pois não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O detalhe é o seguinte: esse processo não tramitou em segredo nenhum. Tanto não tramitou em segredo que acabou atrapalhando minha profissão e acabou atrapalhando minha vida pessoal também.

Então, assim, o acesso desse processo foi dado à jornalista, entendeu? Então foi totalmente aberto. Agora, vir com esse assunto de falar: "Ah, eu prefiro que seja tramitado de uma maneira sigilosa..." Se continuar assim, eu levanto e vou embora porque eu tenho mais o que fazer, entendeu? Porque isso realmente é uma mentira. É simples.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. Fala da Presidência.) – Pela ordem, Deputada Bonavides, do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Boa tarde, Presidente.

Eu gostaria de me somar a esse debate. Eu acho que todos e todas nós que estamos aqui adorávamos que a sessão fosse pública. Acho que ninguém tem mais interesse do que nós que compomos a Comissão de que seja dada publicidade às discussões que se efetuam aqui, mas existe uma questão muito objetiva. Por mais que jornalistas tenham tido acesso, enfim, não importa, o Judiciário decretou o sigilo sobre esse processo. E, tornar a sessão pública, seria limitar a nós parlamentares fazermos perguntas que tenham referência a informações que estavam nesse processo. É uma questão de responsabilização nossa, posterior, por estarmos dando publicidade a documentos cujo segredo foi compartilhado com esta CPMI.

Então defender que a sessão seja pública, infelizmente, descredibilizaria o trabalho da CPMI e, além disso, faria com que outros Poderes, posteriormente, passassem a se negar a compartilhar o sigilo de outros documentos e outros processos conosco. Afinal, nós recebemos, nós tivemos o compartilhamento do sigilo de um processo, e estamos tratando dele aqui como se isso não tivesse importância.

Então, por mais que eu gostaria que essa sessão fosse pública, porque eu acho que é muito relevante que a sociedade saiba dos trabalhos desta CPMI, me parece que existe uma inviabilidade técnica por causa da responsabilidade que nós temos com o sigilo que foi compartilhado com esta Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem para contraditar aqui?

O art. 143, indicado aqui, não se aplica ao caso; o 144, 143, tanto um quanto o outro não se aplicam ao caso, porque a gente não está aqui para discutir algo que em tese seria sigiloso. E eu estou aqui com a decisão judicial que indeferiu o sigilo à reclamada. Ela requereu que fosse colocado em segredo de justiça, e aqui eu estou com uma decisão da Juíza do Trabalho, Valéria Sanchez, que indeferiu esse requerimento. De toda sorte, mesmo tenha sido dado sigilo ao processo, Sr. Presidente, a gente não está aqui para debater o processo trabalhista. O processo trabalhista tramitou na seara do Poder Judiciário. Nós estamos aqui para falar acerca de fatos que ocorreram ou não ocorreram, independentemente da relação trabalhista dele. Nós não estamos aqui para discutir uma relação trabalhista. Se a gente tivesse aqui para discutir a relação

trabalhista, fosse a CPI da relação trabalhista do Sr. Hans River, até caberia esse pedido, mas a gente não está aqui para discutir os documentos da ação trabalhista. Nós estamos aqui para discutir fatos, se ocorreram ou não, sobre os quais não tem nenhuma hipótese de se decretar sigilo. Então é incabível esse pedido. E vamos dar prosseguimento à nossa ao depoimento dele, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Solicito então que V. Exa. levante o sigilo do Documento 26, que aí a gente dispensa esse...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria da Mesa poderia, por favor...

A Secretaria informa que foi enviado "secreto" pela Justiça do Trabalho, nós não temos essa prerrogativa de levantar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem. *Fora do microfone.*) – Então, se o documento é secreto, nós não podemos mencioná-lo aqui? O documento tem fatos importantes para apuração do disparo em massa de mensagens, como é que nós vamos fazer menção a ele?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela ordem.) – Mas menciona os fatos. Ele está aqui para falar sobre os fatos, questiona os fatos, com todo respeito, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso faz parte, não é só relação trabalhista. São fatos que a testemunha mencionou e que nós queremos apurar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questiona ele sobre os fatos, Deputado, com todo o respeito.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas como é que nós vamos fazer?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Questiona ele sobre os fatos, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas isso aqui são os fatos, só que estão...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Deputada, é nosso direito... As informações constantes no processo. Tem coisa que ele falou sob juramento na Justiça, e nós temos o direito de perguntar sobre isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O advogado dele está aí, pergunta sobre os documentos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Olha, vamos agir aqui democraticamente. Eu tenho que ser aqui imparcial. Vamos ao voto. Não vejo outra situação, porque está a banda A e a banda B discutindo se é aberta ou secreta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Questão ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Senador Rogério.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Pela ordem.) – Há questões que são prerrogativa do Presidente da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nesse caso não é prerrogativa do Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Me parece... Deixe-me concluir, Presidente, por favor, com todo o respeito que tenho por V. Exa. Me parece que a solicitação feita por V. Exa. e a entrega da documentação foram feitas em caráter sigiloso. Portanto, V. Exa. tem que conduzir conforme a solicitação que foi feita. A questão de ordem que eu estou levantando é que não cabe nem votação para esta questão.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Boa tarde, boa tarde a todos.

Olha só, todas as nossas reuniões, desde o início desta CPI, foram reuniões públicas. O objetivo desta CPI... Aliás, apesar de nós discordarmos do objeto amplo, todas as audiências aqui foram públicas. Então, é importante deixar registrado que, por qualquer motivo que seja, o Partido dos Trabalhadores quer que esta audiência da tarde de hoje seja sigilosa, na contramão de todas as outras reuniões que nós fizemos nesta CPI. O argumento do Deputado Rui Falcão não pode prosperar, porque o processo trabalhista é sigiloso, mas ninguém aqui vai debater o processo trabalhista, se ele tinha ou se ele não tinha direito trabalhista, se ele tinha ou não tinha direito a horas extras, porque o processo trabalhista é outra coisa. Nós vamos aqui debater outros assuntos.

Então, Sr. Presidente, peço a V. Exa. que a reunião seja como foram as outras, reuniões públicas.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Vamos votar, Presidente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Presidente, se V. Exa. for colocar em votação, eu acredito que seria importante orientar sobre como vai ser quando nós Parlamentares quisermos mencionar qualquer declaração ou documentos constantes tanto no processo trabalhista quanto no inquérito que tramitou na Polícia Federal, porque os dois chegaram até esta CPMI através do compartilhamento de sigilo. Nós não vamos nos furtar de fazer perguntas relativas ao conteúdo desses processos. Esses processos chegaram aqui por requerimento desta Comissão, foram requerimentos aprovados nesta Comissão, portanto, têm pertinência com assuntos que nós debatemos aqui. E hoje nós temos a presença, a qual inclusive agradeço, de uma pessoa que foi parte nesse processo e que poderá nos responder sobre informações que estão nesse inquérito e nessa reclamação, e nós não nos furtaremos de perguntar sobre elas.

Então, caso o senhor coloque em votação, precisamos de orientação sobre como proceder quando quisermos nos referir aos documentos que estão aqui em caráter de sigilo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só uma pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que eu queria era costurar um acordo entre os colegas Parlamentares, porque o próprio depoente está optando por falar publicamente, não quer se esconder.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a responsabilização é nossa, de ferir o sigilo, não é dele. Nós agradecemos a disposição dele, e gostaríamos muito que fosse pública...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Acho que o povo brasileiro teria vontade também de assistir ao depoimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... mas a responsabilização será sobre quem violar o sigilo do que foi compartilhado.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpem-me falar, gente. Eu concordo com a senhora, mas o que está rolando aqui nessa situação, o que está acontecendo nessa situação é que, quando eu fui cumprimentado pelo Gabeira, que está sentado aqui, ele me chamou de favelado, entendeu.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É mentira.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você me chamou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – É mentira.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu tenho cara de quê? Só porque eu sou negro?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Você mentiu.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu menti? Espere aí, eu menti?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO (*Fora do microfone.*) – Você falou periférico.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou mentindo? Me chamou de periférico.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Essa é a esquerda.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora o negócio é o seguinte.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Você mentiu duas vezes.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E outra coisa, outra coisa, isso não é abuso não. Porque eu falei no pé do ouvido dele, porque eu fiz a campanha política dele, e ele está atacado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou levar a votação para o Plenário para decidir se nós vamos colher o depoimento em sessão secreta ou pública.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente, rapidamente aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Presidente, eu estou aqui na minha mão com a decisão do Habeas Corpus nº 100341, Ministro Relator Joaquim Barbosa, em que a ementa é a seguinte: "Utilização, por CPI, de documentos

oriundos de inquérito sigiloso. Possibilidade." Ou seja, nós podemos utilizar e podemos debater tudo isso nesta Comissão, isso já foi decidido e superado pelo próprio STF.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, é uma atribuição de V. Exa. tomar essa decisão, V. Exa., sequer, precisaria submeter a voto aqui do Plenário.

O que está em discussão aqui, e está claro, não é que os documentos sigilosos, se forem publicados aqui, vão gerar qualquer prejuízo para o depoente, mas é nossa responsabilidade guardar, na condição de sigilosos, aqueles documentos que chegam aqui como tal. É isso que nós temos que fazer. Nós não vamos aqui abordar o documento. E como é que vai ser isso?

Então, eu peço a V. Exa., primeiro, que cumpra o Regimento no sentido de que a pessoa que está convocada, a testemunha, fale no momento em que V. Exa. lhe der a palavra. E, segundo, que tenha V. Exa. uma decisão sobre a questão, para que nós possamos começar o depoimento, já estamos perdendo muito tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, eu estou tentando costurar um consenso, porque V. Exas. foi que levantaram se seria transformada a Comissão em secreta.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Que consenso, Presidente? V. Exa. é o Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui no art. 110 está muito claro também: "As reuniões serão públicas, salvo nos casos expressos neste Regimento ou quando o deliberar a Comissão.". Eu não quero ser senhor da razão nem dono do Regimento, eu estou seguindo o que está no Regimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O Regimento é explícito aí.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É o meu papel de magistrado.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, nós ali entregamos para o senhor vários precedentes jurisprudenciais que permitem a utilização de documentos sigilosos em uma CPI, até porque, eu repito, se ele...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, eu vou seguir o que está no Regimento, no art. 110. Infelizmente está no Regimento, vamos evitar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Perfeito, se está decidido, Presidente, vamos prosseguir a reunião.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou abrir a votação. Quem vota a favor vota da sessão aberta, com a participação da imprensa, vota "sim". Quem é contrário, vota "não". Simples.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Nominal ou simbólica? Simbólica, então.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém pediu verificação de quórum, fica simbólica.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ninguém pediu verificação de quórum, fica simbólica.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

Quem é a favor do depoimento aberto levante o braço; quem é contra fique como se encontra. *(Pausa.)*

Então, venceu a oitiva secreta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Verificação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, verificação de quórum da Deputada Caroline.

Agora, estou achando, Deputada, extemporânea.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo respeito, o senhor tem como deliberar a respeito, decidir a respeito disso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas está no art. 110, Deputada. Não há como.

Vamos abrir o painel de votação para colher os votos.

Quem vota para a reunião sem a presença da imprensa vota "sim".

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vão querer que retirem também os assessores?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Dos assessores, só os credenciados têm acesso.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

Vamos abrir o painel aí para começar a votação enquanto as questões de ordem começam.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora. *Fora do microfone.*) – Tem que dizer o que é "sim" e o que é "não".

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem quer reunião pública vai votar "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Público é "sim"?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Público, "sim".

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – É que aqui está: votação nominal, reunião secreta. Ela induz...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Calma, pessoal! Vamos manter a calma. Não há motivo, logo no início da semana, para os ânimos ficarem exacerbados. Vamos manter a calma.

Quem for votar a favor da sessão aberta ao público vai votar "sim". Eu estou repetindo de novo a pergunta. Quem vai votar a favor da sessão pública vai votar "sim". Olhem bem: quem for votar a favor da sessão pública, com a presença, repito, de assessores e da imprensa, vota "sim". Quem quer sessão secreta vota "não".

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Agora, Presidente, enquanto estamos na votação nominal, poderia utilizar a palavra rapidamente?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Sr. Presidente, posso utilizar da palavra enquanto temos a votação nominal?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode, após o Senador Humberto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT - PE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, na última reunião pedi a V. Exa. que encaminhasse a marcação da data na qual o Sr. Wajngarten, da Secom, deveria comparecer a esta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – ... pudesse comparecer a esta Comissão, já que ele foi formalmente convocado.

Eu pergunto a V. Exa. qual o dia em que o Sr. Wajngarten irá comparecer a esta Comissão para que ele possa ser inquirido.

As razões para que essa vinda seja o mais rapidamente possível já estão dadas. Agora mesmo, recentemente, como eu disse naquele dia, partiu da própria Secom o *start* de uma campanha violentíssima contra a diretora brasileira do filme Democracia em Vertigem, Petra Costa, além de uma série de outras denúncias que o colocam no centro de um processo em que a produção de notícias falsas é algo diuturno. Portanto, eu gostaria de saber de V. Exa. qual o dia em que esse cidadão virá aqui para prestar o seu depoimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado, informarei a V. Exa. dentro da agenda que estamos montando com aproximadamente 50 requerimentos já aprovados.

Nós pedimos à assessoria para ver a cronologia dos depoimentos, das aprovações, para não ficar atropelando. Inclusive, eu quero até solicitar que os Líderes de todos os partidos possam até se reunir, em outro momento, para definirmos, num acordo, a deliberação de vários e vários requerimentos que estão também represados. O tempo está passando, estamos praticamente a dois meses para o encerramento da CPMI e seria importante que os partidos aqui representados nesta CPMI chegassem a um acordo para que não precisássemos chamar todas essas pessoas. Há pessoas, inclusive, que não têm nada a ver com a CPMI, mas eu gosto de respeitar o requerimento feito pelo colega Senador ou Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado Filipe.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Pela ordem.) – Enquanto estamos ainda na votação nominal, enquanto não se atingiu o quórum, aproveito o ensejo também, Sr. Presidente, para que possamos marcar a oitiva da ex-Senadora, hoje Deputada Federal Gleisi Hoffmann, uma vez que a convocação dela já foi aprovada no ano passado e todos nós temos interesse em que ela venha a esta Comissão explicar inúmeros casos, como, por exemplo, o caso do mensalinho do Twitter, que aconteceu na época do Partido dos Trabalhadores, aqueles casos de compra de influenciadores da internet, que foram amplamente noticiados na época da Dilma Rousseff, inclusive com aquele perfil chamado Dilma Bolada, etc. O fato é que nós convocamos a Deputada Gleisi Hoffmann e queremos, então, a oitiva dela o mais rápido possível por esta Comissão. Além disso, Sr. Presidente, nós tivemos... É fato que nós não começamos ainda a oitiva do nosso depoente de hoje, o Sr. Hans River, mas nós tivemos, nesse pouco tempo em que a Comissão está aberta, uma denúncia gravíssima de um Parlamentar praticando um ato de *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.)* contra o nosso depoente. Talvez, Sr. Hans, pela sua cor da pele, talvez pelo seu cabelo, perguntaram, questionaram se V. Exa. era favelado. Um *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.)* na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mentira. Mentira. É mentira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Filipe.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Cala a boca!

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Cala a boca, você, porque você já tem...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Filipe Barros. A palavra está com o Deputado... Por favor, depoente, vamos desligar o telefone aí, porque não pode.

Prossiga, Deputado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Senador Angelo Coronel...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui, a palavra está com o orador.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu não permito, Presidente, que me acusem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já chamei a atenção dele.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – No momento V. Exa. fala, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já falei com o depoente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, houve uma acusação gravíssima do nosso depoente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, depois V. Exa. faz o contraponto...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o depoente.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É inadmissível...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – É inadmissível, Sr. Presidente – peço que garanta a minha palavra –, que na tarde de hoje... Nós estamos aqui para ouvir o que o nosso depoente tem a dizer, o que ele tem a contribuir com esta Comissão, e o fato de ele ter cor de pele diferente da minha não o torna diferente de mim, o fato de ele ter um cabelo diferente do meu não o torna diferente de mim. Só porque é negro...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu, sinceramente...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... questionaram se ele vinha da favela. Isso é um absurdo! É um *(Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.)* praticado dentro desta Comissão!

Então, eu peço, Sr. Presidente, que depois disso seja encaminhado para a Comissão de Direitos Humanos desta Casa, para o Ministério Público Federal, para que se procedam às devidas diligências necessárias para esclarecer esse caso gravíssimo que aconteceu nesta Comissão, um ato de (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) praticado contra o Sr. Hans River, que veio a esta Comissão contribuir com os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Eduardo.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Além do mais, se for para discutir cabelo, eu tenho que ser consultado! (*Risos.*)

Se cabelo discriminar, eu tenho que ser consultado!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É verdade, Senador!

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra, pela ordem, o Deputado Eduardo Bolsonaro.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, queria deixar registrado aqui... Pelo que estou vendo, provavelmente nós vamos perder esta votação nominal. Eu acredito que V. Exa. poderia ter optado... Mas V. Exa. falou que o Regimento não lhe dá poderes para que decida se esta sessão será sigilosa ou pública. Mas eu queria só deixar registrado aqui que quem está pedindo para que a sessão seja sigilosa é exatamente o PT, o pessoal da esquerda. Olhem só, hein: eu, Bolsonaro, estou pedindo para que, por favor, a *Folha de S. Paulo*, *O Globo*, o Estadão, a Record e todos os meios de comunicação cubram esta sessão.

Para se ter noção, a gente está aqui numa CPMI, todo mundo sabe do que a gente está tratando aqui. Eu confesso, com todo respeito, Sr. Hans River do Rio Nascimento: não conheço V. Sa., eu nem sei se o seu depoimento vai ser a favor de A ou B, ou prejudicial a A ou B, mas eu acho que a gente tem aqui, como Parlamentares na Casa do povo, que tratar as coisas publicamente.

Convido o povo à reflexão: imagine se esse pessoal tivesse conseguido, nas palavras de Lula, aprovar um projeto para controlar a imprensa e os meios de comunicação como não seria democrático esse tipo de controle!

Olhem só, vamos analisar aqui em tese. O Sr. Hans, pelo que entendi, foi contratado por uma empresa que fez a campanha do Jair Bolsonaro. É isso, Sr. Hans? É só para saber se é sim ou não, para saber se eu não estou...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Espere aí, espere aí...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Espere aí. Aí vai virar inquirição.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Tudo bem. Então deixe...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, questão de ordem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Deixe eu ir adiante, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vá adiante, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, não...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, estou no meio da minha fala, deixe eu terminar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputado Eduardo, vamos estabelecer as regras de funcionamento...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Ele já abriu mão da pergunta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está bem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Já está resolvido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Eu queria deixar registrado isso e complementar dizendo que ontem eu fiz uma... Não foi uma acusação, mas eu levantei fatos sobre a Deputada Joice Hasselmann, que veio aqui depor sob a minha ausência. Eu fui um dos alvos do depoimento da Deputada Joice Hasselmann. Ela se aproveitou porque ela sabia que eu era presidente da CREDN e estava em viagem ao Oriente Médio e, aí, veio aqui dar o showzinho dela.

E ontem à noite eu mostrei por A mais B a evolução da rede social dela. Em uma semana, a rede social dela quase quintuplicou e, no final de dezembro, a rede social dela mais do que dobrou. A pergunta que eu faço a ela é: ela sabia que esses robôs estavam entrando na rede social dela? Ela comprou esses robôs? Porque, se ela comprou, um dos períodos foi durante o período eleitoral e isso daí dá margem a caixa 2, isso é crime eleitoral e enseja perda de mandato. Infelizmente, a Deputada foi mulher suficiente para estar aqui na minha ausência, mas hoje não é mulher suficiente para estar aqui na minha presença. Então, eu queria deixar isso registrado.

Muito obrigado pela paciência, Deputada Lídice e Senador Angelo Coronel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é porque está ficando, de fato, insustentável haver um aspecto teatral aqui onde vêm acusar... Quem conhece a história do Rui... Primeiro, que não começou hoje. O Rui jamais... O Rui teve mais de 150 mil votos para Deputado Federal em São Paulo, o que não é uma coisa simples. Rui já lidou e lutou a vida dele toda contra o racismo, contra os preconceitos de uma forma geral. O que está acontecendo é que essa máfia que está no poder tem mania de, como *modus operandi*, fazer o inverso, ou seja, faz questão de jogar para a plateia para confundir as pessoas. É por isso que nós estamos aqui nessa CPMI. É por isso que vem o depoente que era para depor e, na verdade, vem fazer uma acusação contra o ex-Presidente do PT, Deputado Federal, que teve a votação que teve e que nunca foi registrado... Nunca foi registrado, até porque o nosso Partido defende o direito, sim, dos negros, das lésbicas, dos gays, e vocês ficam fazendo aqui firula, todos metidos a santinhos conservadores para esconder a pauta que está matando os brasileiros de fome, a pauta econômica e ficam aqui: "Me chamou de favelado." Jamais o Rui faria isso! Meu querido, eu não lhe conheço, mas eu o conheço. Jamais ele faria isso, sabe por quê? Porque nós estamos na mesma trincheira.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – "Meu querido", não, que o depoente tem nome.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu estou falando.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – O depoente tem nome; não é "meu querido".

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu estou falando. Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Está nervosa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Por favor, uma questão de ordem, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Luizianne.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, assumo o seu papel.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Luizianne.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O príncipe fala e ninguém pode interromper. Eu estou falando, o príncipe vem se meter. Eu estou falando. A palavra é minha.

Eu queria dizer o seguinte: que aqui se está criando um hábito feio. Isso é feio! Todo mundo sabe que tem esquema, sim, tem esquema de disparo em massa. Vai-se chegar lá, não adianta esconder. Tem os filhos; infelizmente, os filhos do Presidente. Armaram esquema desde 2014. Cada vez mais a gente está sabendo. Nós não estamos aqui, nós não estamos aqui...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, uma questão de ordem.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, eu estou com a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Está com a Deputada a palavra.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Pois é, mas os Deputados não conseguem ouvir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Meu amigo, eu não tenho o poder de botar um ecler, um zíper na boca de nenhum Deputado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas o meu microfone fecha. Fecha ali também. Deixa eles gritarem porque, se eles pensam que vão ganhar no grito... Se tem uma coisa de que eu não tenho medo é de grito. Podem ter certeza. Podem gritar.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Mas está gritando muito.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pode é gritar. Eu estou gritando, mas medo do seu grito eu não tenho. Eu queria dizer... Querido, eu grito. Enquanto não me ouvirem, eu vou gritar porque a palavra está comigo. Acabou. A questão é minha, a boca é minha, a altura da voz é minha, e você só vai escutar, porque a palavra está comigo.

Então, eu queria dizer que estar-se criando um hábito feio de fazer um teatro: "Ah, porque aqui, no âmbito desta Comissão, uma pessoa foi chamada da favelada por causa da cor da pele!". Vocês estão invertendo! A gente sabe quem é que é racista aqui. A gente sabe quem é contra negro, quem é contra os *gays*. A gente sabe porque a gente avisou para o povo brasileiro isso.

E infelizmente eu estou nervosa, sabe por quê, Deputado? Porque eu não estou aqui fazendo teatro. Eu não sou profissional da política como essa leva que chegou aí se achando que sabe alguma coisa. Não! Eu me indigno de verdade. E ouvir o Deputado Rui Falcão ser chamado aqui, dizer que chamou alguém de favelado... Jamais ele teria esse tipo de postura. Jamais, até porque certamente faz parte da luta dele a vida toda lutar por democracia e lutar contra o preconceito. Então, esse negócio de ficar fazendo o *modus operandi* de ficar exatamente o contrário: "Ah vocês que botam *fake news*. Não, são vocês. Não, chamou de não sei o quê. Não, é você!" Por favor, gente! A gente aqui tem inteligência. A gente já tem aqui muito tempo de praia.

Então, finalizo aqui dizendo que eu acho um absurdo o que aconteceu aqui de o Deputado Rui Falcão ter sido, estar caluniado, ter sido aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Há uma armação. E eu concluo dizendo que nós não vamos aceitar esse tipo de provocação e nem esse tipo de teatro, porque aqui a gente não está para brincar. A gente não está na política para brincar. Se vocês querem brincar na política, chegaram em levadas e levadas aqui na Câmara, acho que não estão entendendo. Aqui não é um lugar de brincadeira e nem é um lugar de palhaçada. Isso aqui é um lugar de coisa séria e de gente séria.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Rogério Carvalho, do Estado de Sergipe.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – O PT não está aqui para brincar. Está aqui para roubar.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Uma questão de ordem, Sr. Presidente. Eu queria pedir a V. Exa. que o depoente, que o depoente falasse... *(Fora do microfone.)*

... quando fosse questionado. Ele não está aqui na condição de convidado. Ele está aqui na condição de convocado. E, por favor, respeite os Parlamentares e esta Casa. O senhor não tem direito de falar agora.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO *(Fora do microfone.)* – Então, vocês me respeitem.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Você não tem o direito de falar agora. Você não tem o direito de falar agora. Você respeite o Parlamento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Estão intimidando o depoente. Presidente, estão intimidando o depoente. Que absurdo!

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É verdade. O PT está com muito medo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – Sr. Presidente, se não houver respeito, eu vou pedir que o senhor decrete a prisão dele imediatamente, imediatamente.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada a votação.

Questão de ordem, Deputado Eduardo Bolsonaro.

Encerrada a votação.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente, não concluí a questão de ordem. A questão de ordem é a seguinte: que o depoente se restrinja a responder os questionamentos feitos pelos Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza. Correto.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Que não se dirija de forma desrespeitosa a nenhum Parlamentar que aqui está...

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – A recíproca é verdadeira.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE) – ... no cumprimento do seu dever constitucional. Por favor, Sr. Presidente.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não atingido o quórum, vai ser aberta, não é, Presidente?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Presidente, um minuto. Fui citado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minuto, questão de ordem do Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Na verdade, você vê que o ódio que eles falam sobre os filhos do Bolsonaro talvez seja porque eu não seja igual aos filhos do Lula, primeiro ponto...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só lembrando...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Aí, ficou falando, falando, falando...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com o Deputado Eduardo.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, o convidado não falou nada. Já estão caindo em cima dele. Há Senador valentão querendo dizer que vai sair daqui preso. Vai sair nada. Para ser preso no Brasil é difícil demais. E o senhor tem esse peito todo para falar com a pessoa que está aqui na frente. Se fosse um bandido, um narcotraficante, um Beira-Mar, duvido que tivesse colhão para falar isso. Como é o Sr. Hans, que está tentando colocar o cara aqui acuado, aí é valentão, bate na mesa e dá o seu showzinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não é possível a continuidade...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – E depois vem querer dizer que somos nós que estamos fazendo teatro? Pelo amor de Deus, Sr. Presidente! Vamos respeitar o convidado também...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – ...porque Deputado e Senador é igual a todo mundo.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para questão de ordem.) – Presidente, questão de ordem. O art. 110 fala que a regra geral é que as reuniões serão públicas, que só, salvo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou definir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só para lembrar o art. 110, Presidente, que eles têm que ter maioria para poder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu agradeço a V. Exa. essa curiosidade de olhar o Regimento. Não houve quórum para deliberar.

Invocando o art. 148, §1º, que diz: "No dia previamente designado, se não houver número para deliberar, a comissão parlamentar de inquérito poderá tomar depoimento das testemunhas ou autoridades convocadas, desde que estejam presentes o Presidente e o relator."

Como o Presidente está presente e a Relatora está presente, defino que a reunião passa a ser aberta, com a presença de assessores, da imprensa e do povo em geral. (*Palmas.*)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Nós estamos aqui na presença, além do depoente, do Dr. Fernando Barbosa Guarda, que é o advogado. O senhor poderia declinar o seu currículo por favor? Para quem o senhor presta serviço?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor presta serviço para a Tim?

O SR. FERNANDO BARBOSA GUARDA – Não, trabalho sozinho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não presta serviço para a Tim?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – O depoente é o Hans; não o advogado, não é, Presidente?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Aqui é a banana comendo o macaco. Que negócio é esse?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Gadêlha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Pela ordem.) – Apenas para saber do depoente, porque nas notas taquigráficas contam talvez que ele tenha citado o meu nome, em algum momento. Ele citou? Eu queria perguntar-lhe isso. *(Pausa.)*

Não?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É que ele chamou o Deputado Rui Falcão de Gabeira.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, houve aí uma troca de nomes, não foi?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – É, demonstrando que ele conhece bem as coisas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então vamos começar a oitiva?

Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos começar a ouvir o depoente?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, eu peço que retire das notas taquigráficas a calúnia assacada contra este Deputado, me chamando de racista.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está autorizado.

Concedo a palavra por 15 minutos ao Sr. Hans River do Rio Nascimento, para a sua exposição inicial, se assim desejar. Caso não deseje, partiremos para a pergunta dos nobres Parlamentares.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, pode... Pode pedir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele declina de fazer a sua exposição inicial, então passo a palavra ao primeiro orador inscrito. A Secretaria da Mesa podia me fazer o favor... Aliás, não: vamos ouvir primeiro a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, do PSB da Bahia, pelo tempo que assim desejar, porque ela hoje veio e estava com vontade de falar muito, que eu estou notando.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Relatora...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Fazer uma consulta: o nosso convidado é testemunha? Ele prestou o compromisso de dizer a verdade? Em que situação ele está aqui? Fez o juramento?

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – Não...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria, Sr. Presidente, solicitar a V. Exa...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, ele está como testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... que ele fizesse o juramento de dizer a verdade.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO *(Fora do microfone.)* – Está como testemunha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está como testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Como testemunha. Então, tem juramento de dizer a verdade. Então, como testemunha, tem a obrigação de fazer o juramento, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. PP - SC) – Mas quem tem obrigação é a Mesa, de cobrar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... de cobrar. De cobrar o depoimento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – A obrigação é da Mesa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tem que usar a mesma regra, não é, Presidente? Em todas as outras...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tudo bem...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... o depoente faz se quiser. Se não quiser, não faz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, vamos... Eu vou passar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero informar então aos senhores que o Sr. Hans River está na condição de testemunha e ele tem obrigação constitucional de falar somente a verdade ou ficar calado.

V. Sa. se compromete a falar somente a verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, eu me comprometo e...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se se compromete, está resolvido, já respondeu.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É isso que está doendo em muita gente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois é, então...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, só fazer uma ressalva.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O depoente se compromete a falar somente a verdade.

Quero informar a V. Sa. que V. Sa. não pode faltar à verdade, sob as penas da lei.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente! Sr. Presidente! Para esclarecer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria bom que o advogado com a testemunha prestassem atenção: numa comissão Parlamentar de inquérito comete crime quem também omite a verdade. Não é só dizer a verdade. Está na lei: omitir a verdade também representa uma prática delituosa. Então, estou esclarecendo isso ao depoente, à testemunha, esclarecendo ao advogado, que isso está na lei. Numa comissão Parlamentar de inquérito, também não se pode omitir a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É importante esclarecer ao nobre Sr. Hans River que ele se por um acaso for questionado e faltar com a verdade estará cometendo crime. V. Sa. pode ficar até calado, se assim o desejar. Mas o que V. Sa. for aqui falar o senhor se comprometeu a ser somente a verdade.

Está consciente?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Consciente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é preciso esclarecer. Se não depuser, se não responder e *a posteriori* ficar comprovado que ele sabia, também será responsabilizado por ter omitido a verdade.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (PP - SC) – Matéria vencida. Vamos adiante, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos, aos Srs Parlamentares que compõem esta CPMI, ao Sr. Hans River do Rio Nascimento, que aqui depõe como testemunha, e a todos que nos acompanham.

Sr. Hans River, com quem o senhor trabalhava quando ingressou com a ação trabalhista?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu entrei para trabalhar com *marketing* numa empresa chamada Yacows, que era ali na Nove de Julho com o Barbacoa, ali naquele trecho. E quando eu entrei para fazer o trabalho de *marketing* foi passado que a gente tinha que fazer as campanhas políticas e junto com as campanhas políticas campanhas de mercado, outras situações de *marketing* de toda a localidade do País.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – A sua função dentro da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A minha função era operador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Operador. O senhor não trabalha mais nela?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não, não!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Como o senhor foi contratado? Foi indicado por alguém? Foi selecionado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, eu moro na Vila Leopoldina, um bairro burguês da zona oeste de São Paulo, e quando eu estava transitando pela Avenida Imperatriz Leopoldina tinha uma placa que estava contratando, a empresa Yacows. E eu entrei no escritório, que era um escritório de advocacia, e me passaram para fazer uma entrevista com a Flávia. Estavam o Lindolfo e a Flávia fazendo a entrevista e mais um outro representante da empresa. E quando foi feita a entrevista me perguntaram se tinha problema de eu fazer *marketing* político e marketing de outras situações. Conversando com a própria Flávia, porque a entrevista foi com a própria Flávia na época, com isso, a gente acabou tendo uma situação de ela me contratar naquele momento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Qual o período em que o senhor trabalhou?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Exatamente eu não vou saber te responder, não, viu? Exatamente, data, período exato, exato, exato, eu não vou saber te responder.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe dizer pelo menos o ano em que trabalhou? Quanto tempo o senhor passou na empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando Lula entrou preso, eu já estava trabalhando nessa empresa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero saber a data.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha uma semana, duas semanas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu preciso que o senhor diga o ano de forma objetiva. O senhor está depondo como testemunha. Então, se o senhor puder responder de maneira objetiva... O senhor não está sabendo dizer sequer...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Relatora, e a Relatora tem que fazer o seu questionamento. Eu gostaria que os nobres Parlamentares dessem esse crédito para que a Relatora não fosse interrompida. E cabe ao depoente lembrar o ano, pelo menos, em que ele começou a trabalhar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – O depoente não pode, antes de responder, consultar o advogado. Ele não pode.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, acho que tem alguém querendo substituí-lo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, tem alguém querendo substituí-lo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Sr. Hans.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se eu puder responder...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, um minuto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O advogado sabe do que eu estou falando. Como advogado, ele sabe que não pode prestar o depoimento pelo depoente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel, PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu peço a V. Exa. que garanta que nós possamos fazer a inquirição sem interrupção e sem interrupção dos Srs. Parlamentares sobre aquilo que eu vou perguntar, até porque eu cumpro o Regimento da Casa e o Código de Processo Penal, que indica como fazer essa inquirição.

Eu pergunto de forma objetiva. Se o depoente, se a testemunha não sabe responder, ele diz "não sei responder". Basta isso. Eu não estou obrigando ninguém. Apenas lhe perguntei se ele saberia dizer em que ano foi contratado para trabalhar e em que ano saiu do trabalho. Acho que é uma pergunta muito simples.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A resposta está aqui, porque eu trouxe até o processo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ótimo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi em 2018.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Em 2018.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Em 2018. Porque o período em que eu fiquei na empresa não foi um período muito longo, e eu saí da empresa por não pagamento do que foi combinado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Entendeu?

Tanto que eu até entrei com recurso na Justiça para reaver as horas extras que haviam sido combinadas, o que não aconteceu, entendeu? Então...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor dá um depoimento, em jornal, de que havia um cadastro no seu trabalho. Eram feitos cadastros, houve disparos excessivos e que esses cadastros, que eram usados nesses cadastros CPFs de pessoas idosas para os disparos em massa. Como o senhor ficou sabendo dessa informação de que aqueles CPFs usados eram CPFs de pessoas idosas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Na realidade, esse caso é um caso muito complicado, porque... O que era trabalhado ali na empresa? A empresa... Você tinha o seu computador, e junto com o computador você colocava quatro ou cinco celulares emparelhados. Então, você abria o WhatsApp, você colocava o WhatsApp, fazia o cadastro do WhatsApp, você pegava um *chip* da TIM, da Vivo, da Claro ou da Oi ou números internacionais e você cadastrava no CPF que eles passavam, que a própria empresa passava.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por que números internacionais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando não se tinha *chip* funcionando, entendeu? Ou quando tinha muita demanda de propaganda, porque era uma época intensa de propaganda política, de algumas pessoas principalmente que estão aqui, então tinha muito disparo para se fazer naquele *mailing* e, no caso, "ah, o *chip* não está funcionando, não subiu", "ah, então vamos pegar número internacional". Aí pegava número internacional de uns *sites* e eu até trouxe também alguns conteúdos aqui que comprovam isso que eu estou dizendo. Antes de eu sair da empresa eu até tirei uma foto a respeito disso aí.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Exatamente. A foto que o senhor tirou e que apresentou na sua ação trabalhista não pode ser apresentada aqui por se tratar de um documento que está sob sigilo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor. *Fora do microfone.*) – Porém...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Espere aí, um segundo.

Por isso, eu não vou lhe pedir que mostre esse documento, mas, se for necessário, posteriormente, o Presidente vê que medida tomar. Nós temos tempo para que o Presidente reflita sobre isso.

Eu quero lhe perguntar mais algumas coisas. Em que local funcionava a empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa funcionava ali na Nove de Julho com a Renato Paes de Barros, bem de esquina. O prédio ficava...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe dizer se mudou de endereço?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Antes de eu sair da empresa, ela mudou para Santana, ali perto do... Você sai da estação de Santana, a primeira travessa da Voluntários da Pátria. Eu não vou lembrar agora o nome da rua. E, depois disso, eu não sei, porque eu já não estava mais lá.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sabe dizer como foram contratados e produzidos disparos em massa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, a quantidade de funcionários que havia na empresa em si e a quantidade de celular em que cada um ficava trabalhando... Assim, a quantidade era muito grande, era grande mesmo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem ideia se eram 200, 300, 500?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não, não. Eu estou falando de muito, eu não estou falando de pouco. Era muito celular.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, eu estou perguntado de funcionário.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Funcionário, havia em três períodos. Eu era contratado... Eu fui contratado para o período da madrugada, das 10h às 6h da manhã. Havia o horário das 6h da manhã até as 2h e o horário da tarde. Então, pelo menos no meu horário, dava umas 500 pessoas. Eu acho que até um pouco mais. Nos outros horários, eu acho que dava por volta disso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O seu horário o senhor ultrapassou diversas vezes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nossa, porque eles combinavam com todos os funcionários: "Ah, você vem fazer hora extra e a gente paga o dobro para você". Então, o que era o dobro? Era 2 mil, 3 mil. Então, era conveniente para todo mundo. Todo mundo dormia na empresa e morava na empresa. Tanto que você vê que há fotos que eu tirei a respeito disso que mostram como era a área da cozinha, a área do banheiro; e havia gente até deitado no chão quando eu tirei as fotos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Nesse processo, há referência de alguns telefones no texto do processo. Eu queria ler esses números – são poucos – para que o senhor verificasse se o senhor se lembra a quem pertence esses telefones. São todos telefones de São Paulo; portanto, o DDD é 011. O primeiro número é 98915-5543; o outro é 98532-0336 e o outro é 98608-8432. O senhor lembra se...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esses números aí, você está falando de Flávia, Lindolfo e tinha um que era diretor. Qual era o nome dele? Menino do céu... Era um cara...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, esses números, segundo o senhor, pertencem aos proprietários da empresa, a Sra. Flávia e a Lindolfo Alves?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Havia um grupo de WhatsApp que era da diretoria. Então, quando eu saí da operação e subi para a chipeira, que era nada mais, nada menos que você ter um acessório em que você colocava o *chip*, eram aqueles *modems* antigos que havia antes... Você colocava os *chips* enfileirados e via se eles tinham sinal. Quando eu subi para a chipeira, eles precisavam conversar comigo para falar: "Mas tem que fazer uma campanha, está atrasado isso daqui, está atrasado aquilo ali". E fizeram esse grupo. Todo mundo que está nesse grupo... Eram dois grupos em que havia o pessoal da diretoria e os donos e havia aquele grupo que era a massa todinha, a massa do horário da madrugada e tudo mais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor ficava na massa da madrugada ou o senhor estava entre um grupo mais seletivo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava nos dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor estava nos dois?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nos dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, quando o senhor fala: "Filipe e Yacows, chipeira se refere a quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esse Filipe que era o que tinha um cargo maior do que o meu. É desse que eu estou falando para você. Esse é o Filipe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Peço ao Deputado para contribuir com o depoimento.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tanto que foi ele que me rebaixou de cargo quando eu estava lá, quando houve a situação de não haver nenhum *chip* funcionando para fazer os disparos de algumas campanhas políticas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava sentado no 10º andar, andando para cá, andando para lá, sem saber como ia resolver, eu falei: "E agora?". Com esses trâmites aí, eu coloquei duas pessoas em cada janela do prédio – ficou um desse lado e o outro do outro lado –, conseguiram sinal e fizeram toda a campanha política daquela data e daquela semana. Eu comentei nesse grupo aí e já me mandaram para o 7º andar. Falaram assim...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

A *Folha de S. Paulo*, naquela matéria em que o senhor deu entrevista, afirma que o senhor teria encaminhado a eles uma lista de 10 mil nomes dessas pessoas, além de fotos com caixas, com *chips* e salas cheias de computadores ligados a diversos celulares e chipeiras, equipamentos que usam *chips* de celulares para imitar WhatsApp e fazer disparo. O senhor poderia encaminhar esses documentos para a CPMI?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só um detalhe: eu não encaminhei nada para a *Folha*. Eu entrei com ação trabalhista e, de alguma maneira, a *Folha de S. Paulo* conseguiu o processo inteiro.

A jornalista – eu trouxe até o livro que ela me deu e autografou – entrou em contato comigo. Eu sou músico, faço faculdade de licenciatura de música e tinha comentado para alguns colegas: "Estou lançando um livro aí, esse livro vai ser bacana". De repente, essa jornalista entrou em contato comigo falando a respeito do meu livro. Eu fiquei até assim... Eu falei: "Bacana, não é? Vai me entrevistar, vai querer saber sobre o meu conteúdo". Ela veio até mim. Quando chegou à minha residência, ela me convidou para ir a uma padaria ao lado. Sentamos para conversar. A todo momento, ela falou desse livro que até está aqui na mão e autografou o livro. E, ao mesmo tempo em que estava falando do livro, ela estava perguntando a todo momento: "Mas e aí você trabalhou na Yacows?". Eu falei: "Não, mas espere aí, você chegou aqui se anunciando a respeito do interesse do conteúdo do meu livro". Na saída dessa padaria, ela queria entrar na minha residência para ver o meu *notebook*. "Ah, mas eu quero ver o seu *notebook* e tudo mais." Ela falou: "Eu estou com todo o seu processo na minha mão". Eu falei: "Mas como assim você está com todo o meu processo na sua mão e como você conseguiu meu telefone?". Ela não informou. Até hoje eu não sei como ela pegou o meu telefone e como ela teve acesso a todo o processo.

O mais estranho é falar que eu cheguei na *Folha de S. Paulo* e entreguei um conteúdo que eu entreguei para o fórum trabalhista, entendeu? Tanto que, quando bateu o dia seguinte, eu estava em casa e falei: eu vou à *Folha de S. Paulo* para saber se ela realmente é jornalista e se ela trabalha lá.

Quando eu cheguei na *Folha de S. Paulo*, fui tratado de maneira, assim... "De boa, mas ninguém te chamou aqui e tal". Eu falei: "Não, mas eu estou procurando essa moça aqui". Aí ela desceu, me recebeu e me levou para a redação. Houve uma discussão na redação. Eu virei as costas, fui embora e dia seguinte ela publicou tudo isso daí, falando que eu cheguei na *Folha de S. Paulo* e entreguei a notícia para ela – e eu não entreguei nada para ela, entendeu?

Outro detalhe que até incomodou quando ela estava fazendo a pergunta, porque a todo momento ela estava falando deste livro aqui que está na minha mão – se vocês quiserem passá-lo para vocês verem também, é até importante –, é que ela estava perguntando se eu tinha feito a campanha política do Bolsonaro e do Doria. E eu ainda falei para ela: "Olha, você me desculpa, mas é uma questão de trabalho. Eu trabalhei numa empresa e tudo mais, mas só que o propósito da sua vinda aqui foi a respeito do meu livro, não foi a respeito de onde eu trabalhei ou deixei de trabalhar", entendeu? Então, ela intercalava com essas perguntas.

Seguinte: eu não fiz campanha para os dois.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois não.

Gostaria de continuar as perguntas: mas o senhor, em algum momento, segundo a matéria... Ela afirmou que o senhor disse que pensou melhor. "Estou pedindo para você retirar tudo que falei até agora, não contém mais comigo".

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Menina, se eu te falar realmente o que eu falei para ela, eu acho que será cancelado aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por favor, eu tenho muito respeito pelo senhor.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Vamos manter as coisas do jeito que estão. Não vamos sair do tom que estamos na investigação, por favor, com todo respeito.

O senhor trabalhou na Yacows e Kiplix. Qual é a relação dessas duas empresas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, eu fui contratado pela Yacows. Quando houve o processo trabalhista, o advogado que estava representando o processo trabalhista na época falou assim: Olha, chegou o momento em que a gente vai por fora e tal. E a empresa Malte Serviços está te convocando para fazer uma tratativa". Eu falei...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Empresa o quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Malte Serviços.

Eu pensei: "Mas eu não fui contratado pela Malte Serviços, eu fui contratado pela Yacows". Quando a gente sentou na frente do juiz para conversar e acertar o que tinha que acertar, havia três ou quatro advogados sentados. Um era de uma empresa cujo nome eu não vou lembrar agora.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não era.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deep Marketing?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – AM4... Da Yacows não tinha ninguém, mas era tudo o mesmo grupo, pelo jeito. Depois eu fui saber que era o mesmo grupo, mas não tinha ninguém dizendo assim: "Eu sou da Yacows e vim representar a Yacows". Era a Malte Serviços, essa AM4 e uma outra, mas eu mesmo não tive nenhum vínculo com eles.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor se referiu a uma espécie de grupo mais seletivo que coordenava os trabalhos. O senhor sabe o nome desses coordenadores e operadores e o que eles faziam na empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Havia uma hierarquia ali. Você tinha os operadores que ficavam praticamente como todo mundo que está aqui. Você tinha os supervisores. Acima dos supervisores você tinha... Como se fosse o diretor, que era esse Filipe, que era de um determinado período. E tinha um outro também...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O Filipe era diretor? Sabe dizer o nome completo dele?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior é que não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Porque aqui você só diz "Filipe Yacows Chipeira".

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É porque ficou marcado no celular.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque mandavam mensagem cobrando ou falando "precisa fazer tal campanha", e não se sabia quem era. Então, teve que colocar o nome de cada pessoa para pelo menos ter um norte ali.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas você não tem o nome do supervisor dessa turma, dos supervisores?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Inteiro, eu não sei o nome de ninguém, porque ali...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não sabe o nome, metade, o prenome?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Nome assim... Na verdade, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, né? Não lembra, não é?

Lembra quem é Sabrina?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Sabrina era uma moça...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Na troca de mensagens do senhor tem Sabrina.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, a Sabrina, teoricamente, foi o motivo da minha saída – a Sabrina e um outro menino do RH. Os dois eu fui procurar, a respeito das minhas horas extras, que passavam de mais de R\$7 mil, de tanto que eu estava morando na empresa, e um ficou jogando para o outro: "não vai dar para resolver...".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Você sabe o sobrenome da Sabrina?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior que o sobrenome dela eu não...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Era uma pessoa do RH da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era do RH.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe quem é Richard Papadimitriou?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Richard, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Também estava nessas mensagens?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor não identifica quem seja?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Provavelmente devia ser uma pessoa a quem eu não tinha acesso, não era do...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor sabe se os irmãos Lindolfo Alves Neto e Flávia Alves são responsáveis pelas empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, sobre a Yacows, ambos falavam de boca cheia que eram os donos da empresa e faziam todos os trâmites como donos. Agora, das demais empresas eu não tenho uma ideia para poder te falar, porque até mesmo eu fui conhecer essas empresas, os nomes dessas empresas, quando eu entrei com a ação, porque até então...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo. Mas o senhor não identificava que havia mais de uma empresa? Achava que era apenas uma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nada! Porque quando você chegava lá, o ambiente era um ambiente de alto nível. Então, você tinha já na esquina o Barbacoa, que é um baita de um restaurante. Na 9 de Julho, você já estava bem localizado. Então, nada transparecia que tinha coisa errada ali. Nada! Até a tratativa deles com cada funcionário era totalmente diferente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E a atividade empresarial da Yacows, que o senhor reconhece como a empresa que o contratou? O senhor identifica como a atividade empresarial dessa empresa? O que essa empresa fazia? Ela fazia apenas esses disparos em massa? O senhor notava que ela fazia qualquer outra coisa? Ela tinha qualquer outra participação em campanhas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, aí é que está o negócio. Essa empresa se apresentou para mim como uma empresa de *marketing* para fazer *marketing* de mercado, campanha política, tudo que fosse questão de *marketing*. Porém, na campanha política, houve muitos fatos que não foram corriqueiros, principalmente a situação do Lula. O Lula entrou preso. A empresa Yacows recebeu um valor...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Me desculpe, mas eu quero que o senhor se concentre naquilo que eu lhe perguntei.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou tentando te responder isso agora. Eu não estou falando mal de ninguém, eu não estou falando nada...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não estou dizendo que o senhor está falando mal de ninguém.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou contando o que realmente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu lhe perguntei exatamente qual a função...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, Deputada, a senhora é que tem que me deixar falar. A senhora é que tem que me deixar falar, Deputada. Me desculpe. Me desculpe, não é ditadura não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a paz.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – É democracia. Porque democracia tem regra, Deputado. Se o senhor não a conhece, passe a ler o Regimento. Passe a ler o Regimento da Casa, por favor, para contribuir. Para contribuir!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Relatora, por favor. Vamos apaziguar. A palavra está com a Relatora.

Deputada, terá sua vez.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Há duas coisas que eu quero ressaltar. Eu tenho o direito de interromper...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É prerrogativa dela, é prerrogativa da Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que eu apenas reconheço é que o depoente tem um advogado de defesa. Não sabia que tinha outros.

O que eu estou colocando é: primeiro, queria me dirigir especialmente ao Deputado para dizer que toda vez que uma mulher fala e que um homem se dirige a ela perguntando se está nervosa, há um componente muito grave nessa afirmação. Eu quero que o senhor se refira a outros homens perguntando se está nervoso, e não apenas às mulheres. É a segunda vez que o senhor, nesta Comissão, se dirige a uma mulher perguntando se está nervosa. Eu peço ao senhor que me trate com o mesmo respeito que eu lhe trato em todas as audiências públicas aqui, enormes audiências e sessões que fizemos aqui. Nunca o acusei de nervoso e, portanto, não quero ser acusada dessa condição, porque faço meu trabalho com muita seriedade, ou pelo menos tento fazê-lo. Respeito o trabalho de todos. É a primeira questão.

A segunda é que eu estou atuando como Relatora nesta Comissão. Se os Deputados, Parlamentares, Senadores, tiverem alguma dúvida de qual é o meu comportamento, consultem, por favor, o Regimento Interno da Casa, porque eu estou me atendo justamente e somente a isso. Como Relatora, eu tenho a possibilidade, a atribuição de lhe perguntar de maneira objetiva, de o senhor me responder e, se eventualmente o senhor sair daquele assunto de que eu estou tratando, lhe pedir que o senhor mantenha na linha daquela pergunta que eu lhe fiz.

O senhor disse, por exemplo, que não falou com essa moça, a jornalista, que nós teremos, inclusive, a possibilidade de trazer aqui, se necessário. Ela disse que falou com o senhor diversas vezes, como autor da ação. Ela disse que o senhor disse a ela que pensou melhor e que pediu que não tratasse mais do assunto. E na matéria ela diz que o senhor afirmou que existiam números nessas empresas, usavam nomes e CPFs e datas de nascimento de pessoas na faixa de 65 a 85 anos de idade, nascidos, portanto, entre 1932 a 1953, e que essas pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chips* de celulares para promover o envio em massa de mensagens pelo WhatsApp. O senhor confirma essa informação?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não confirmo, porque não foi bem assim. Eu não falei nada para ela sobre isso.

Eu tinha falado para os advogados que eu tinha contratado na época, que eram da família Lazarini, que... Assim, de uma certa maneira, eu comentei com eles e não foi colocado no processo. Algumas das fotos que eu trouxe também não estavam no processo, então eu fiz uma limpa no meu computador para poder trazer para cá algumas coisas inéditas, que não estão anexadas ao processo trabalhista.

E essa jornalista falando que eu cheguei nela e falei para ela tais situações...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor não confirma, então, que havia esses disparos feitos com *chips* cadastrados por pessoas idosas, nascidas, portanto, entre 1932 e 1956, e que os dados dessas pessoas foram usados para os disparos em massa? O senhor não confirma isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só ratificando: eu não confirmo que eu cheguei na jornalista e dei a notícia.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não, mas eu não estou lhe perguntando isso, eu estou lhe perguntando...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – No início, a senhora falou que eu falei para a jornalista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Preste atenção. Veja bem: o senhor afirmou que as empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix usavam nomes, CPFs e datas de nascimento de pessoas na faixa de 65 a 85 anos – estou refazendo a pergunta –, nascidas, portanto, entre 1932 e 1953, e que estas pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chips* de celulares para promover o envio em massa de mensagem pelo WhatsApp. Nós estamos investigando esta ação dessas empresas.

O senhor confirma esses dados?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, agora, a senhora ratificando, dá até para confirmar, porque eu não falei nada para jornalista nenhuma.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nesse caso...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o senhor confirma isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nesse caso, eu até trouxe a lista. Eu trouxe a lista aqui para apresentar para todos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Que lista?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa lista foi passada pelo WhatsApp – era o grupo que tinha Lindolfo, Flávia, Filipe e todo mundo – e essa lista foi passada quando já estava no auge da campanha política e havia uma grande necessidade de disparar as campanhas políticas. Aí, eles mandaram, via WhatsApp: "Você vai chegar, vai olhar, vai abrir aqui no computador...".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Esses CPFs?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. O que havia na lista? O nome da pessoa, a data de nascimento e o CPF. Então, cada um pegava listas no computador, abria e, com cada CPF, você conseguia, no da TIM, cadastrar de quatro a cinco *chips*; no da Claro, se eu não me engano, eram três, quatro, alguma coisa assim; no da Oi, eram três; e no da Vivo eram três, quatro. Então, você tinha essa possibilidade.

Foi dividido da seguinte maneira: cada um pegava a lista, como era muito nome, era muito nome... Eu não lembro quem foi o ser humano que correu a lista toda; eu bati o olho e eu falei: "Minha nossa, pessoa de mil novecentos e trinta e tantos aqui", entendeu?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mil novecentos e trinta e dois, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Nossa, havia de 1932, 1938, 1926, 1928. Se você olhar bem a lista...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor disse que nascidas entre 1932 e 1953, portanto pessoas entre 65 e 85 anos de idade, 86, que são caracterizadas no nosso País como pessoas idosas.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se duvidar, nem vivas estão, se duvidar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pois é, o que é mais grave ainda. CPFs falsos; se elas estiverem mortas, os CPFs são de pessoas que já morreram.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E essas empresas, então, que forneceram esses CPFs para o senhor e seus colegas trabalharem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não posso dizer essas empresas, porque eu trabalhava para a Yacows e, até então, não tinham sido apresentadas a mim outras empresas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim, então a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows apresentou conteúdo – Flávia, Lindolfo, Filipe – pela necessidade de que eles estavam enforcados com a campanha política de um partido, determinado partido, e esse partido estava pressionando, porque queria que corresse a campanha política.

Eles chegaram com esse conteúdo dos cem nomes e colocaram.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, essa afirmação é uma afirmação gravíssima do procedimento ilegal dessa empresa, que nós ouviremos amanhã. Estou apenas ressaltando aqui a gravidade da informação que é fornecida neste momento e que o senhor confirma, portanto, que é verdadeira. Eu lhe fiz a pergunta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu trouxe o conteúdo para todo mundo olhar aqui.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo, muito bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Trouxe o conteúdo e o conteúdo...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor, então, explicou como é que isso funcionava. Os senhores recebiam o CPF.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Como Relator.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA.) – Todos estavam com pessoas entre 1932 e 1953, mais ou menos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, os CPFs vinham de gente que tinha nascido por volta dessa época até os dias atuais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pronto.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, pode ser que houvesse CPF de gente que está aqui, até o meu mesmo. Não há como você ver toda a lista. É nome para caramba.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu não estou lhe perguntando esse tipo de detalhe.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou explicando para a senhora que vem de 1926, 1928 até dois mil e...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas o importante é que esses CPFs não eram de pessoas que tinham autorizado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ah, com certeza.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor disse aqui que esses dados... As pessoas ignoravam o uso de seus dados para cadastrar *chip* de celulares. Eu imagino que sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque era uma ordem que a gente recebia que fosse executada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Muito obrigada.

O senhor sabe dizer quem é Daniel Hugo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Daniel Hugo... Eu não vou lembrar exatamente qual era a função desse Daniel não. Eu sei quem é, mas não vou lembrar qual era a função que ele fazia não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor se referiu lá atrás ao uso de números internacionais. Disse que, quando não tinha *chip*, usava outros *chips* de números internacionais. O senhor pode explicar por que se usa, como tecnicamente se justifica o uso de código de países diferentes entre os operadores?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa explicação ficaria mais confortável no conteúdo que eu trouxe para ser apresentado, porque, colocando na tela, você entenderia o que eu teria para apresentar. Entendeu? Porque é um conteúdo um pouco mais específico, até mesmo porque, quando foi me apresentado esse conteúdo, eu demorei muito tempo para entender e muito tempo para poder trabalhar com esse conteúdo. É um conteúdo um pouco complexo, é um pouquinho complexo, mas, ao mesmo tempo, não é um conteúdo tão...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O que o senhor quer dizer com conteúdo complexo? Explica aí um pouquinho.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque esses *sites* de telefone são *sites* pagos, entendeu? Então, era pago de alguma maneira – não sei se era dólar, euro, sei lá de que maneira era pago –, para que você tivesse acesso a um número x, o número que você quisesse de qualquer país do mundo. Então, os países que eram mais atuados, em que se trabalhava bastante eram Canadá, a região europeia toda, entendeu? A Turquia principalmente era onde havia bastante sinal e dava para utilizar o número.

Então, assim, esse *site*... A complexidade de você entrar nele já não é fácil, porque os supervisores mandavam para o seu computador para você conseguir abrir e ter acesso. Porque você sentando no computador e colocando assim: "Ah, eu vou colocar, vou entrar e pegar o número", você não conseguia extrair. O próprio supervisor tinha que mandar para o seu computador com a licença de você poder utilizar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor trouxe uma exposição desse processo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Trouxe, porque fica até mais fácil o entendimento.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Assim que eu terminar aqui, eu peço que o senhor possa apresentar aqui para todo mundo conhecer. Eu já estou terminando.

Dentro dessa explicação que o senhor vai dar, o senhor vai também explicar o que é plataforma de *chip*?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim. A plataforma de *chip*... O que é a plataforma de *chip*? A plataforma de *chip*... Você está vendo aqui esse *notebook*... Todos aqui lembram como funcionava o *modem*, que era um negocinho que você colocava do lado do computador para você ter internet. Justamente nesse *modem*, você... No *modem*, você colocava um *chip* na lateral do *modem* para você ter a conexão da internet. Então, você colocava... Independente da operadora que você queria, que você tinha contratado, você colocava um *chip* e conectava no aparelho que você queria usar. É que, neste caso, eu não posso levantar até aí, pegar e mostrar para vocês um pouco melhor, mas imaginem mais de cento e alguma coisa, enfileirados... Cada fileirinha, vocês tinham esses *modens* para você colocar e fazer o teste do *chip*, para que o *chip*...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Muito obrigado.

Era colocado da seguinte maneira... É que este daqui eu não sei... Este daqui não... Este daqui tem coisa de *chip*?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Para vocês entenderem, o *chip* era colocado nesta parte de trás do produto. Você colocava o *chip*, conectava o *chip* na chipeira, a chipeira já ficava ligada ao computador. Então, você colocava uma série de cento e alguma coisa ou duzentos *chips* assim dessa maneira. E, no computador, você conseguia ver se ele tinha funcionalidade, se ele trabalhava, se ele estava tendo sinal, se estava tendo tráfego de dados. Então, a margem de erro disso era muito pouca. Então, era bem viável para os donos comprarem a quantidade de *chips*, que foi até apresentada numa das fotos que eu coloquei, e colocarem alguém para poder fazer o teste do *chip*. Então, nesse teste de *chip*, você via se o *chip* funcionava. Funcionou? Você colocava num potinho, separava o que era bom e separava o que não estava dando sinal. No próprio computador, você conseguia mandar para o 7º andar, para o 3º andar, para os supervisores, informando: "Tem tanto aqui, podem vir buscar". Ou eu mesmo levava. Ou eles: "Ah, eu estou precisando de *chip*, a gente está sem *chip*". Era assim que corria essa situação da chipeira. A chipeira, nada mais nada menos, era uma situação disto daqui...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim. Concentrava todos os *chips*.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, ela lia...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Ela lia os *chips*.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ela lia em série todos os chips, porque uma das fotos que foi apresentada aí, a que vocês conseguem ter acesso... A chipeira tinha uma fileira de quatro, e nessa fileira de quatro eu não vou lembrar exatamente quantos cabiam. Davam em torno de uns 154, mais ou menos, de *chip* que você colocava em série. E essa chipeira dava choque também em seu funcionamento. Ela era de um material de ferro, um material de metal, então, quando você a ligava, ao mesmo tempo em que ela vinha lendo, se você bobeava com a mão, você levava choque; até o produto tinha metal.

Respondendo à pergunta da senhora, seria isso.

Muito obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor falou, só voltando a uma coisa, que Flávia Alves... O senhor falou que a empresa funcionava – deu o endereço aqui do seu funcionamento –, em 2018, quando o senhor foi contratado, ela funcionava depois? Passou alguma vez, depois que o senhor saiu de lá, e ela funcionava?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa, na realidade, foi expulsa da Renato Paes de Barros, porque foi uma coisa muito estranha. Eu não lembro exatamente quantos andares que tinha na Renato Paes de Barros, eu estava no 10º, numa bela madrugada, eu estava sentado no 10º, fumando meu cigarro, de repente eu escutei um burburinho atrás de mim, a sirene da polícia. Eu falei: "Pronto, o que aconteceu aqui?". Desci para ver, quando eu fui entrar no elevador, a polícia estava invadindo o prédio todo, e eles tentaram abafar o caso falando: "Ah, tinha um bingo aqui no andar de cima e a polícia veio estourar o bingo". Na realidade, não foi nada disso. Depois parando para pensar: todos os funcionários que queriam fumar, ou fumavam lá no térreo do prédio ou nas escadas escondido, davam um jeitinho para fumar. Com isso, o Lindolfo e a Flávia começaram a ter problemas com o restante do prédio, porque a batida da polícia naquela noite, naquela madrugada, só não levou algumas pessoas mortas, eu não sei te explicar como, porque tinha gente fumando na escada... Eu estava fumando no 10º andar. Quando você virou assim, a polícia na sua cara. Então, ficou aquela coisa. E depois todo mundo começou a ser proibido de ficar transitando, porque você entrava para trabalhar das 10h às 18h, mas você tinha o seu horário de janta, e eu não sei se algumas pessoas que falaram que me conheciam sabem, mas eu sou diabético e hipertenso, e eu não posso ficar determinado tempo sem me alimentar.

Há gente caçoando, tirando onda, zombando, não sei para que isso.

Não é você, não, é quem está aqui na ponta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Por favor...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí o que aconteceu? Começou a ser proibida a saída dos funcionários para poder almoçar, jantar nos restaurantes que tinha mais para o fundo, e começou a ter uma resistência de todo mundo. Entendeu? Até mesmo porque eu sou diabético, eu tinha que sair para comer. Eu não podia ficar lá parado sem comer nada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Mas a partir daí não se encerrou naquele dia a empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. Não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu estou perguntando isso, porque há outras declarações dela sobre a empresa. O que o senhor disse era checado com...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa em si foi expulsa dali de uma maneira bem... Minha nossa! O Lindolfo e a Flávia, eu não sei te explicar como, foram pressionados a se retirarem do local.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque ficou aquela coisa: todo mundo quer sair para comer e não pode sair para comer, fica em cárcere privado lá dentro. Fica preso lá dentro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor falou desses CPFs e falou do processo de *chip*. Sabe quantas linhas funcionavam? Havia mais de uma linha por CPF?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, cada CPF... É como eu havia falado e vou repetir: em cada operadora – TIM, Claro, Vivo, Oi –, você consegue cadastrar com o seu CPF uma determinada quantidade de *chips*. Então, em cada operadora, você conseguia uma quantidade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim, vamos dizer que, com aquele CPF, você conseguia dois com a TIM, três com a Vivo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Na TIM, se eu não me engano, eram quatro. Mas você vê que você conseguia fazer o cadastro e, com o mesmo CPF, você conseguia colocar quatro, cinco aparelhos aqui emparelhados, trabalhando e fazendo disparos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está certo.

Para quem prestou serviços eleitorais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então... Como eu estava dizendo naquele momento para a senhora e a senhora...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Era a empresa M4 que contratou a Yacows...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Essas empresas... Eu vou tornar a dizer: para ninguém que trabalhou na Yacows... Se você colocar todo mundo aqui nesta sala, ninguém vai falar para você a respeito

dessas empresas, porque ninguém sabia, muito menos eu sabia. Isso porque foi vendida uma imagem para a gente, foi vendida uma ideia de trabalho para a gente, uma ideia de situação que eu só fui descobrir depois, quando eu entrei com a ação trabalhista.

Então, assim, era tudo apresentado e era tudo cobrado pela própria Yacows.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Pela própria Yacows.

Não havia ou não aparecia nenhuma empresa por trás da Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Apareciam outras situações. Entendeu? Apareciam outras situações. Então, essas outras situações...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem cópias ou alguma cópia das mensagens enviadas naquele período?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Quando eles começaram com a negativa do meu pagamento... Eu até trouxe também a minha conta bancária daquele período, porque eu fui ao banco, ao banco Itaú... Eu cheguei no banco Itaú e não havia salário. Eu tirei até foto. Eu falei: "Como assim? Cadê o meu salário? Cadê a minha hora extra e tudo mais?".

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eles começaram com essa negativa em resolver essa situação e ficar jogando, zombando da minha cara, eu disse: "Não, eu vou apresentar um processo trabalhista porque está difícil isso aqui, está infundado".

Eu tirei fotos, recolhi todo o conteúdo que eu precisava...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – São aquelas fotos que estão no processo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, mas eu não conseguir tirar aqui, no momento da campanha, porque havia muito problema com isso.

Você pode estar com o seu celular? Pode estar com o seu celular, mas até um determinado ponto.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sei.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Todo mundo ficava aqui assim, com o celularzinho aqui embaixo, e o supervisor aqui atrás, o supervisor na mesa lá... Até a Flávia, no canto dela, porque ela ficava sempre à direita no 7º andar. Então, não sabia... Cada um tinha o seu celular e ficava mexendo no seu celular, mas você não podia levantar ele para cima.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Você não podia fotografar nada daquilo que estava fazendo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era muito burocrático, tanto que as fotografias que eu consegui tirar foi uma coisa assim: estou passando, tirei e já estou saindo andando com o celular no bolso, ninguém viu, ninguém vê. Entendeu?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Está certo. E que são aquelas que estão no processo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Certo.

Vou finalizar, Sr. Presidente, só perguntando uma última coisa: o senhor não sabia – obviamente já falou mais de uma vez – de outras empresas que estivessem por trás da Yacows. Não saberia dizer também quem pagava, quem contratava e quem financiava esse tipo de coisa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, agora vai entrar uma discussão imensa aqui, porque, assim... Aí parando para se analisar – eu até peço desculpas para um ou outro aí que não tem nada a ver e tudo o mais – a Yacows tinha uma forte ligação com o PT e o PT fazia um baita pagamento para a Yacows...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não estou falando para fazer demagogia, não estou falando isso para falar bem do filho do Bolsonaro, não estou falando isso por conta disso não, nem pela discussão que a gente teve;

eu estou falando isso porque eu vim aqui, saí da minha residência para poder vir para cá... Só um detalhe: repare que o cara está toda hora zombando da minha cara ali. Entendeu? Então, assim..

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É você mesmo, fazendo careta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Oxente! O que é isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, como eu estava dizendo, naquele momento, quando o Lula entrou na prisão, a Yacows recebeu um determinado valor, e eu estava no 10º andar fazendo o trabalho da chipeira e apertando para que fossem mandadas as coisas para baixo, eu escutei um burburinho, desci para encher o saco do pessoal e saber o que estava acontecendo e viraram para mim e falaram: "Você não viu o que vocês mandaram para a gente?". Eu falei: "Como assim?". E me mostraram a campanha política do Lula.

Passaram-se uns dias, a Rede Globo lançou, no Fantástico, uma informativa falando que o Lula acabara de ser preso, estava acontecendo a campanha política dele, e o cara estava brigando ali para ser eleito, sendo que estava na situação meio adversa. O que o Lindolfo e a Flávia fizeram? Eles pegaram, abafaram o caso, mandaram tirar todos os *mailings* que tinham disponíveis no computador dos supervisores e tudo mais, e ficaram com a grana. Não tive aumento de salário, não tive nada. Ficaram com a grana e abafaram o caso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor tem consciência que essas pessoas que o senhor está citando também vão depor aqui?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – E que, portanto, confrontarão essas informações, ou confirmando o que o senhor falou ou negando o que o senhor falou. O senhor tem consciência disso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você quer pegar direito?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se a senhora quer...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O senhor me responda só. Só me responda: o senhor tem consciência ou não tem consciência disso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu tenho consciência disso.

Agora, tem um detalhe bem importante; se a senhora pedir a quebra do sigilo telefônico de cada um daquele período, vocês vão ver que eu não estou mentindo no que eu estou dizendo aqui. Se quiser pedir até o meu, fica até melhor ainda.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – O seu não tem problema: o senhor já deixa aqui a autorização para que isso seja feito.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Entendeu? Porque se você pegar de cada um, você vai sentar com o Lindolfo, você vai sentar com a Flávia, você vai colocar...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Esses telefones que o senhor deu aqui são os telefones deles três?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – São de Lindolfo, Flávia e o Filipe.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Então, já incluiremos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não sei se continuam com os mesmos telefones.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – ... na quebra de sigilo que encaminharemos à Comissão.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você vai sentar com cada um deles, eles vão falar a versão deles.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Hans, o senhor autoriza, então, quebrar o seu sigilo telefônico?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim, o duro é que eu estou sem telefone.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Então, a Secretaria vai providenciar o encaminhamento.

Prossiga, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Presidente, era o que eu tinha a perguntar. Creio que os outros Deputados têm muito mais a perguntar.

Todas essas informações que foram dadas aqui, e contestada a matéria da *Folha de S. Paulo*, é claro que nós teremos a oportunidade de contracenar com as pessoas que fizeram a matéria também aqui, nesta CPMI. Espero que, em breve, a gente possa confrontar todas essas informações.

E, portanto, Sr. Presidente, para mim está encerrada essa primeira fase da minha inquirição.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Pela ordem.) – Presidente... O senhor não pode proceder da maneira como está procedendo, consultando, pedindo informações para que ele possa alterar ou afirmar o que disse. Ele não pode ter essa interlocução com o advogado. Isso não pode. Só isso. O advogado só intervém se qualquer direito da testemunha for inobservado. O advogado sabe disso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, autor do requerimento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Presidente, só mais uma pergunta, se possível – apenas para saber o tempo de cada Parlamentar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito à Secretaria da Mesa que marque no cronômetro o tempo já estipulado por esta Comissão nas sessões anteriores para cada Parlamentar titular e suplente.

Com a palavra o Deputado Rui Falcão, PT, do Estado de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Primeiro, Presidente e Sra. Relatora, eu quero desmentir cabalmente que o PT tenha contratado, ou a campanha do Lula tenha contratado a Yacows nesse período inclusive que o depoente mencionou. Quero desmentir cabalmente, e que ele diga quem contratou, quando contratou, porque é fato inverídico.

Segundo, eu queria saber... O depoente disse que ocorriam fatos que não eram corriqueiros no local de trabalho, declarou também que nada transparecia que tinha coisa errada. Ele disse que era um prédio de alto nível, algo semelhante, na esquina da Nove de Julho com a Renato Paes de Barros, perto da churrascaria Barbacoa, uma baita churrascaria, como ele disse, e que nada transparecia, portanto, nesse prédio, que havia coisa errada. A que o depoente se referia com "acontecia coisa errada"?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Foi o depoente que mencionou isso na sua resposta à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O Deputado Rui Falcão está já inquirindo o depoente?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Já fez uma pergunta direcionada a ele?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Ele disse à Relatora que trabalhava num prédio – estou repetindo – na esquina da Nove de Julho com Renato Paes de Barros, um prédio de alto estilo, perto da churrascaria Barbacoa, e que, portanto, nada transparecia que lá havia coisa errada. Eu estou perguntando se ele pode detalhar o que é isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o depoente para responder à pergunta do Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O que era essa coisa errada que não transparecia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Bom, assim, eu trouxe aqui, está até aqui na minha mão... Quando foi feita a ação trabalhista surgiram essas empresas que estão sendo citadas a todo momento.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Escuta. Você falou e eu escutei. Então, assim, o que aconteceu? O acordo que eles correram, de uma maneira absurda, para que eu fechasse negócio com eles e calasse a minha boca, começou a ficar estranho, e, na mesma semana, em questão de dias...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Eles queriam calar a sua boca por quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí que eu queria entender, não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar. *Fora do microfone.*) – Quer dizer, tinha algum segredo que eles queriam que o senhor não revelasse.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O que eu consegui entender mais ou menos é que essa empresa Maut Serviços, porque foi a Maut Serviços que se apresentou, está até aqui no processo, quem quiser ver...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor não trabalhava para a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, não é? Aí, o que acontece: eles correram para poder fechar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eles quem? A Maut ou a Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Kiplix e Maut Desenvolvimento de Software Ltda. – essas empresas se apresentaram para fazer um acordo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Essas, qual? A Maut e... Mencione. Essas empresas, quais são?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vou até repetir novamente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, o senhor disse "essas empresas...". Estou só perguntando quais são.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou citar o nome de cada uma novamente aqui, porque acho que está difícil o entendimento. As duas empresas que se apresentaram para fechar esse acordo aqui comigo, Kiplix...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Qual foi o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... e Maut Desenvolvimento. O interesse deles era que fosse encerrado o processo, houvesse o acordo, esse acordo de um valor simbólico, e eu não comentasse mais nada sobre toda essa situação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sobre o trabalho que o senhor fazia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sobre tudo. Teoricamente, o que eles não queriam é que eu estivesse aqui, como eu estou agora. Entendeu?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – Havia coisa errada – é isso a que o senhor se refere?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, em seguida, mas foi em seguida, assim, questão... Foi acontecendo um num dia e outro no outro, a jornalista apareceu e aconteceu tudo isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor tem noção – provavelmente não – de que fazer disparos com nomes de pessoas, CPFs de pessoas, inclusive de pessoas que já teriam morrido, como o senhor mencionou, que essa era uma atividade ilegal?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, na realidade, naquele momento, em determinada situação em que todo mundo ali se encontrava, todo mundo estava iludido com aquele desejo de ter um salário alto, de trabalhar que nem louco para conseguir ter um salário alto e conseguir comprar seu arroz. Então, o que acontecia: toda situação que era proporcionada no recinto, nada te dava a entender que tinha alguma...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Coisa errada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... coisa errada.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Tinha uma dificuldade de você ter uma relação produtiva, ter uma relação boa com a Flávia? Tinha. Isso era fato. O Lindolfo chegava, cumprimentava, brincava, tirava uma onda, mas só que a situação inteira do local...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor mencionou que estava submetido a cárcere privado na sua fala?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, sim. Isso ocorreu quando aconteceu essa situação que eu...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Inclusive colocando em risco a sua saúde, porque o senhor tem diabetes, precisa se alimentar, e eles não deixavam sair para comer. É isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim. Isso realmente aconteceu, como eu estava falando, que foi no período que teve a batida da polícia lá, que foi uma batida gigantesca.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor estava submetido, portanto, a um trabalho análogo à escravidão?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, você entrava às 10 da noite e ficava até 6 da manhã sem poder sair.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Presidente, eu acho que essas empresas, com o depoimento do Sr. Hans River, precisam, de alguma maneira, ser ouvidas aqui na CPMI, porque são fatos gravíssimos; quer dizer, como o Sr. Hans River, havia centenas de pessoas trabalhando nessa condição. Então, nós não podemos permitir, tomando conhecimento disso, que as coisas persistam.

Mas, Sr. Hans, o senhor disse também que o pessoal estava meio enforcado, estava meio pressionado, o pessoal estava, no final da campanha, meio enforcado, pressionado, e, por isso, precisavam ampliar os disparos em massa, e o senhor disse também que quatro chipeiras podem disparar, se não me engano, 154 mensagens simultaneamente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Então, me explique.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu fui claro na explicação: a funcionalidade da chipeira, nada mais, nada menos é do que você pegar o *chip*, nu e cru, vindo da operadora, ou um *chip* até mesmo usado, e ver se ele tem tráfego de dados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, quando você pega o seu celular e manda uma mensagem ou faz uma ligação, a outra pessoa, na outra parte, onde ela estiver, vai receber a mensagem por conta do tráfego de dados.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Agora, quantas chipeiras, aproximadamente, tinha nessa empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha uma de um lado... Dava acho que umas quatro. E tinha uma que não funcionava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quatro chipeiras?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – De onde vieram os celulares que o senhor operava? Ficavam com o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, a empresa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quem deu os celulares?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A empresa, em si...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – A Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows tinha uma quantidade absurda de celulares.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quantos, aproximadamente?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não dá para ter uma contagem muito boa não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mais de mil? Mais de mil, por exemplo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim: se você fizer as contas, cada pessoa ficava com de quatro a cinco aparelhos. Então, imagina...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quinhentas pessoas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, e fora os que tinham guardados, caso tivesse algum problema com aqueles aparelhos.

Os aparelhos, esse que o Sr. Presidente tem aqui, na mão, este tipo de aparelho aqui não trabalhava direito. Se você vir nas fotos, no aparelho preto chinês – eu não lembro a marca daquele aparelho –, você colocava o *chip*, você conseguia com mais facilidade saber se ele estava com o *chip* funcionando e fazer os envios.

Então, esses tipos de aparelhos aqui não serviam. Então, não adiantava ser um Motorola, um LG; tinha uma certa dificuldade. E, às vezes, o *chip* que não funcionava neste aqui, funcionava no outro, entendeu?

Então, era muito celular.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – De onde vinha o conteúdo que o senhor difundia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O conteúdo de propaganda ou o conteúdo... Do quê?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu sei de propaganda. O que mais que... Além da propaganda, o que mais?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque o que rolava, o que acontecia ali, era propaganda política e propaganda, como eu já falei várias vezes, mercado... Eu peguei propaganda de mercado de Tocantins, de uma área que ninguém nem imaginava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O conteúdo da propaganda política eleitoral, quem é que entregava para o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O Lindolfo e a Flávia passavam para os supervisores; os supervisores despachavam para cada um fazer.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – O senhor só repetia.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você sentava no seu computador, na sua mesa. Então, ele mandava para você, como se fosse um *mailing* do que você ia fazer, a propaganda que você ia disparar, e, com isso, você só sincronizava o celular e colocava naquele QR Code. O QR Code... A única coisa que a gente fazia era sincronizar, colocar no QR Code e colocar um pontinho, que já, automaticamente, vinha toda a propaganda.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Havia uma pauta do dia sobre esse conteúdo quando o senhor entrava no trabalho?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não tinha, não tinha essa coisa não, porque você sentava na sua mesa, no seu computador, e, na grande maioria das vezes, ficava um intervalo de tempo ocioso até mandar ou até ter *chip* para poder fazer, o número para poder fazer. Quando chegava assim, "hoje vai ter campanha de fulano de tal; hoje vai ter campanha de beltrano", aí você colocava o celular emparelhado e fazia a campanha política.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – O senhor falou que o partido estava pressionando na reta final da campanha. Que partido era esse? O senhor identificou ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu identifiquei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Qual era?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu identifiquei, falei e direcionei principalmente para o senhor.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Para mim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, tipo...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Estava fazendo para mim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, o partido que, curiosamente... Curiosamente, porque até depois eu fui ver direito que essa jornalista também é do PT, quem me chamou para vir para cá é do PT – entendeu? –, e todo mundo vem me fazer a pergunta mais incômoda: você fez a campanha política do Doria e do Bolsonaro? E eu não peguei a campanha dos dois, tanto que eu sentava...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas a M4, o senhor trabalhava com a M4?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não... Agora deixa eu responder. Tanto que eu até chegava e conversava com todo mundo, com o pessoal que trabalhava comigo, o pessoal do bar, porque eu parava no bar para comer e para beber, e falava: "Pô, mas caramba, né? A gente tá fazendo campanha de todo mundo. Bolsonaro não rolou aqui para a gente...".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Era o único que não fazia, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A gente estava achando estranho que o cara não estava fazendo... Não, você me desculpe aqui, mas a gente estava achando estranho que ele não estava fazendo campanha e o Doria também não estava fazendo campanha, mas tinha gente do partido dele que estava fazendo campanha, entendeu? Eu não vou ficar falando o nome, mas tinha gente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – O senhor sabe que nesta CPMI, a Polícia Federal e o Ministério Público também investigam os disparos ilegais que foram feitos na campanha de 2018. Esses celulares, o senhor disse que eram usados para fazer esses disparos.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É, não era celular novo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não eram celulares?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não era celular novo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para depor.) – Não, não era o celular que era usado para fazer disparo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era celular, via WhatsApp mesmo, entendeu? Mas, assim, de uma certa maneira, o senhor me interrompeu o que eu estava dizendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, mas eu estou...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estava fazendo uma colocação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu estou fazendo uma outra pergunta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas eu não terminei de responder.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Eu é que digo o ritmo. Ainda conforme...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É, sim. Ele...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Exatamente. Quem é testemunha aqui é o senhor, não sou eu. Conforme os *prints* da tela do computador que o senhor apresentou, é possível constatar que houve uso de 1,6 mil *chips*. Quem é que fornecia os *chips*?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí é que está uma coisa que o senhor está dizendo, porque em momento algum eu falei a quantidade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, eu estou dizendo aqui.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você está dizendo, mas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor, o senhor.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O senhor está dizendo, mas o senhor não estava lá. Eu estava lá, eu trabalhei lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Quantos *chips* tinha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E até mesmo eu não soube contar a quantidade, porque era uma quantidade gigantesca de *chip*. Não eram 100 mil *chips*. Cem mil *chips* não chegam nem na metade do que tinha ali.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É mais, então.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Milhões?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Faz as contas: TIM, Vivo, Claro, Oi, Nextel.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Melhor, o senhor está então aumentando. Obrigado pela informação. É mais do que 1,6 mil. São milhões.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, eu vou ser claro, porque eu acho que eu não estou conseguindo ser claro.

De uma certa maneira, se você...

(Soa a campainha.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... olhar tudo que foi dito, tudo que foi apresentado, tudo que saiu da minha boca, em momento algum eu falei a quantidade, porque é impossível você contar a quantidade. Faz as contas: tinha o 7º andar, o 3º andar, o 6º andar e o 10º, como que você vai calcular a quantidade de *chip*? E tem a foto que eu trouxe. Até agora, até o presente momento eu não vi ninguém apresentar o conteúdo que eu trouxe. No conteúdo que eu trouxe, está bem claro. Eu tirei a foto claramente: como chegou, como que era, como que estava sendo apresentado. Dali já responde a sua pergunta. Dali você já consegue ter uma ideia mais precisa. Entendeu?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – No início da audiência, foi franqueado ao senhor apresentar. O senhor não quis. Mas pode apresentar posteriormente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, "eu não quis", não; estou citando isso continuamente. Estou falando aqui a toda hora.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Sim, mas no começo, o senhor abdicou de falar. Pode depois mostrar. Pergunta final, Presidente, para concluir.

Sr. Hans River, diante de todo esse quadro de que o senhor tratou, das condições de trabalho na empresa a que o senhor prestou serviço por um período, o senhor se arrepende de ter feito esse trabalho?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, a respeito de toda essa situação em que eu me encontro hoje, neste conteúdo que eu trouxe aqui agora, esse conteúdo também tem a minha receita médica...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Mas, então, o senhor se arrepende?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, se eu puder responder, eu acho que eu vou ficar feliz.

Então, assim...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – É só se se arrepende ou não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, porque está difícil a conversação aqui, porque o que está acontecendo? Me perguntam e não deixam eu responder. Se for assim, não tem por que ficar falando.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Não, a pergunta é clara: se o senhor se arrepende ou não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, o prejuízo que toda essa história me deu... Nenhuma empresa está me contratando. Toda empresa que eu bato, eles não me contratam. Eles colocam no Google, porque a jornalista colocou o meu nome no Google e acabou com o meu nome no Google, eu não consigo um serviço registrado, eu não consigo pagar a minha própria insulina. A minha insulina é o quê? É R\$200, R\$300, e eu não tenho dinheiro para pagar a minha própria insulina.

A questão não era você ou o Senado pagar a passagem para que eu viesse para cá. Se me chamassem da maneira que chamassem, se eu tivesse dinheiro, eu vinha com o maior gosto. O problema é que eu não tinha condições. Por quê? Porque a própria jornalista acabou com o meu nome inteiro! Colocou no jornal falando coisa que eu não tinha nem falado. Falando que eu estava fazendo campanha do Bolsonaro, e eu não tinha feito; do Doria, que eu não tinha feito.

O prejuízo que essa jornalista e a *Folha de S.Paulo* me deram, junto com o Partido Trabalhista Brasileiro, é um prejuízo – meu! – absurdo, porque eu faço entrevista em algum lugar, o proprietário do lugar vira para mim e fala assim: "Legal, o seu currículo é bom". Eu trabalho o primeiro dia; no segundo dia, quando pedem os meus documentos, eles consultam o documento e eu sou mandado embora. Agora, você me explica por que eu sou mandado embora. Você acha que eu estou feliz? Você acha que eu não estou arrependido de ter entrado nessa empresa para trabalhar? Essa empresa acabou com a minha carreira, cara!

E ó, para você ter uma ideia, agora, em época de Carnaval, eu sou cavaquinista, eu sou músico. Eu estou tendo que fechar valor de cachê abaixo, para garantir o arroz, cara, e a minha insulina. Quando vocês mandaram *e-mail* para mim – eu não sei quem foi, o Marcelo, eu acho que foi ele que mandou para mim –, eu fui categórico e até mandei para o meu advogado. Eu falei: ó, eu estou passando mal. Além de estar passando mal, estava parando na UTI a todo momento, quase morrendo a todo momento, porque eu não tenho a insulina que eu deveria tomar. Eu não tenho condições de comprar. Por quê? Não é porque eu não gosto de trabalhar, não é porque eu não estou correndo atrás de serviço; é porque toda situação desse caso todo que está sendo dito aqui proporcionou para mim, entendeu? Então, você acha que eu vou estar alegre, dando risadinha? Não, não estou satisfeito, não estou realmente satisfeito.

E assim, mais ainda não estou satisfeito, que eu não me preocupo de falar o que realmente eu vivi e o que realmente eu passei ali, entendeu? O que não vivi eu não quero nem saber; o que o povo comentou também não quero nem saber. O que me interessa é que parem com essa coisa de eu não ter a mesma possibilidade que muitos têm de arrumar um trabalho, de trabalhar, ficar de boa e conseguir pagar as suas próprias contas. Eu não consigo pagar a minha insulina. Eu tive que fazer... O quê? Não é? Não tem condições.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Eu vou autorizar o nobre depoente a passar o que ele trouxe de material na nossa TV ali, para que até substancie mais as inquirições. *(Pausa.)*

Autorizo aqui o depoente a falar próximo aí para a sua explanação.

O próximo orador inscrito é o Deputado Paulo Ramos, após a apresentação.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Posso falar? Som, som.

Bom, aqui, o que foi printado? Foi printada nesta tela aqui a situação que foi a pergunta que a senhora me fez naquele momento. Aqui era o grupo geral, como está claro, Yacows geral. Você tem Sérgio Vinícius, você tem Vitão, você tem todo mundo que trabalhava ali. Era o grupo geral. Se eu não me engano, no processo trabalhista está o grupo da diretoria. E aqui você vê: já entra aquela parte que eu estava falando da situação do pagamento. Foi prometida determinada situação: você vem, trabalha, você mora na empresa, você vai ter um alto ganho. E chegou o momento em que não aconteceu isso. No presente momento, não aconteceu isso.

E eles começaram a fazer negativa quando o pessoal procurava. Essa Sabrina apresentada e um outro menino de que não vou lembrar o nome agora também faziam negativas quando você chegava à mesa deles. Chegava à mesa deles e falava: "Meu, o meu pagamento não caiu, como que fica?". "Ah, mas não vai dar para resolver". Chegaram até a um determinado ponto em que eles mandaram esse tipo de mensagem, fora as outras que mandaram. As outras eram para acabar mesmo com o funcionário, para deixar o funcionário se sentindo humilhado, como se fosse uma coisa que não era do direito dele, entendeu? Então, aqui é a respeito da situação do pagamento.

Pode mudar, Fernando.

Aqui entra essa parte do *chip*, entra a parte da contagem que eu estava falando para o senhor. Como você vai me contar isso daqui? Você consegue contar? Jesus consegue contar? Porque nem eu consigo. Então, assim, você vê aqui que foi separado. Se você vir direito aqui, você vê que tem *chip* da Claro... Aqui são os *chips* da Claro, *chip* da Claro. Normalmente, o que vinha desse jeito era um *chip* misturado, que já tinha circulado pela operação, andava pela operação e, depois, subia para o 10º andar. E, nesse 10º andar, o que acontecia? O operador de chipeira, chegava um momento, separava, colocava na chipeira e via, colocava em série na chipeira e olhava no computador para ver se estava tendo sinal, se estava tendo tráfego de dados. O *chip* novo era o *chip* que vinha na caixa. Chegavam as caixas. Ninguém via chegar. Você tirava, destacava, tirava aquele "plastiquinho" da operadora, se era TIM, Vivo, Claro, Oi, Nextel, você tirava daquele "plastiquinho" e você colocava aqui. O *chip*, atualmente, vem com três separações: o nano, o micro e não sei o quê. E, se você reparar bem, há muitos aqui que estão sem. O *chip* está... O *chip* normal e o *chip* inteiro, não é? O *chip* com as bordinhas e sem as bordinhas. E, a partir daí, quando você conseguia detectar quais *chips* estavam funcionando, que você conseguia falar com propriedade, falar "você pode usar", chegava na operadora e falava assim: "Está aqui o conteúdo, dá para você trabalhar?". Era dado num potinho pequenininho. Isso era repartido no 7º, no 6º e no 3º andar.

Quando a empresa mudou lá para Santana, foi repartido nos andares que havia ali na empresa. Eram corredores grandes, eram repartições grandes, em que você conseguia trabalhar. Ficava até mais fácil, porque era praticamente dessa maneira que vocês estão sentados aqui. Então, chegava a ser mais fácil para fazer a distribuição desses *chips*.

Se quiser mudar...

Aqui: quando eu estava falando para ter um maior entendimento do que eu estava dizendo aqui... O computador ficava aqui. Não sei se dá para contar: um, dois, três, quatro, cinco, seis, sete. Nessa noite aqui – eu lembro como se fosse ontem –, o pessoal estava sentado na mesa, estava ocioso e conseguiu fazer com que houvesse campanha. Foi liberada a campanha

e, nessa liberação de campanha, havia *chip* para poder fazer o disparo da campanha – já estava em um momento apertado da época política. Você só podia ter quatro ou cinco aparelhos na sua mesa – só quatro ou cinco. E aí um ou outro – eu, principalmente – falou: "Então, vamos colocar um monte aqui e já vamos disparar em uma tacada só e a gente já se manda".

Para você sincronizar cada um desses *chips* aqui, cada um desses aparelhos, você não podia colocar dois *chips* no aparelho, você colocava um *chip*. Você tinha que subir as campanhas com esse único *chip* que você colocava. Como que você ia subir as campanhas com ele? Você colocava o *chip* e mandava mensagem para sua mãe.

A própria empresa, o pessoal da diretoria, falava: "Entra num grupo aí de qualquer coisa" – eu não vou nem falar realmente a real aqui. E o pessoal ia procurando trâmites para conseguir segurar o *chip*, porque senão você não conseguiria segurar o *chip*.

Segurar o *chip* que eu estou falando é você receber a campanha aqui, pegar o celular aqui, conectar no QR Code e conseguir disparar para um *mailing* de sabe-se lá quantas pessoas. Havia *mailing* com 200, 300 contatos de pessoas, mas havia *mailing* que eram muitas pessoas, mais de 2 mil, 3 mil pessoas, que você conectava e desconectava.

Para você fazer isso acontecer, você tinha que estar com o *chip* subido. Se você não estava com o *chip* subido, você não conseguia fazer com que na em hora que você colocasse... Você pegava o celular...

No celular de vocês, vocês vão ver que há a situação de você colocar no modo avião e de colocar no modo do sinal da internet do local em que você está e de tráfego de dados. Você colocava no modo avião, colocava o *chip*, via se ele tinha sinal... "Tem sinal? Está beleza? Está maravilha? Então, está certo". Você colocava emparelhado, colocava na campanha e tirava o sinal. Você deixava no modo avião. No modo avião, você já ia conectando todos aqueles contatos.

Vamos supor que eu quisesse pegar todos vocês que estão aqui nesta sala e mandar uma campanha política para cada um de vocês. Eu pegaria o contato de cada um de vocês aqui e colocaria no celular. Só mudaria do modo avião para o modo de dados. E era assim que era feita a campanha política e a campanha de mercado, campanha de determinadas outras situações.

Se quiser mudar, pode mudar.

Complementando o que o senhor tinha dito – eu não me esqueci do senhor –, aqui você vê: esse andar era o 10º andar. Você consegue contar quantos *chips* tem aqui? Consegue? Consegue contar? Porque eu também não consigo. Tudo isso daqui são caixas. Os *chips* chegavam assim, desse jeito que você está vendo aqui, está certo? Desse jeito que você está vendo aqui.

Quando você para em alguma banca de jornal ou em qualquer lugar para comprar um *chip* para colocar no celular de vocês, o *chip* vem em um pacotinho. Imagina essa caixa cheia desses pacotinhos. Essa noite foi a noite do *chip* da Claro, quando compraram, não sei de que maneira, não sei como trouxeram...

De certa maneira, fica difícil explicar onde conseguiram essa quantidade absurda de *chips* para poder fazer a campanha política, porque estava havendo uma pressão. Essa pressão... "Está chegando a época de fazer os votos. Você já fez a minha propaganda?".

Não sei se eu estou sendo claro.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Sr. Hans.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vocês me desculpem, mas, querendo ou não, eu estou aproveitando este momento para ser o mais claro possível, para não haver pergunta complicada nessa situação.

Então, a chipeira aqui... Essa era a chipeira. A parte metálica da chipeira está aqui. Embaixo você tinha a CPU, mas aqui não tem nenhuma. Acho que deve ter uma ali embaixo. Ali ficava a CPU. O computador ficava aqui nesta ponta. Então, a chipeira era feita desta maneira: duas aqui e duas do outro lado. E era assim que você conseguia... Aqui você consegue ver nitidamente que é um *modem* igual ao que a moça me apresentou agora há pouco. Imagina você testar tudo isso daqui de *chip*. Quantos CPFs você está usando? Quantos *chips* você está usando?

Então, aí fica muito complicado, porque, quando chega a época de campanha política, a pessoa que está se elegendo quer ganhar, ela não quer saber de onde está vindo a situação. Ela quer saber do voto dela garantido; ela não quer saber de que jeito você mandou a campanha – e era assim que eles chegavam lá. Ninguém quer saber... Ninguém perguntava para você: "Você mandou daquele jeito que eu te pedi?". Não! Eu não sei se eu estou sendo claro no que eu estou dizendo aqui. Então, é isso.

Se quiser mudar, Fernando...

Mais outra situação: o celular preto de que eu estava falando para vocês. Essa marca de celular... Eu estou tentando lembrar o nome dessa marca de celular, que é uma marca chinesa, se eu não me engano.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Xiaomi?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. É difícil de a gente ver essa marca, a gente só consegue ver na 25 de Março. Inacreditavelmente... *(Risos.)*

A gente está rindo aqui, está sendo até inacreditável... Eu ia até usar um termo, mas vou segurar esse termo que eu ia usar. Inacreditavelmente essa marca desbanca todos os celulares que vocês têm aí, que são caros. Em qualidade de tráfego de dados e subida de *chip* não tem para ninguém. Tanto que eles investiram tanto nesses aparelhos.

E aqui em cima você via, ficava marcado o número do aparelho e a mesa de que ele era. Cada mesa tinha sua quantidade aparelhos. E o que eles começaram a fazer? Na grande maioria das vezes, ficavam quatro ou cinco desse tipo de aparelho e esse para subir o *chip*, entendeu?

Quando foram colocados esses aqui em série é porque não tinha supervisor olhando, porque não se podia colocar todos esses em série.

Vamos supor: eu coloquei todos esses em série, porque fui eu mesmo que fiz. Coloquei todos esses aqui em série. Como o fulano que está atrás vai subir *chip*? É por isso que o supervisor não deixava.

Fernando...

Aqui entra aquele outro detalhe que eu estava explicando para vocês. Aqui são todas as campanhas que a gente tinha com o *mailing*. Eu até tentei nesta madrugada preparar para vocês uma aula a respeito disso. Até entendo vocês me questionarem, por não terem ciência, conhecimento a respeito disso. Ninguém é obrigado a saber de uma coisa que não viveu. Então, assim, aqui é tudo campanha política de fulano e beltrano. No meio você vai encontrar um ou outro mercadinho de Tocantins, da Bahia; um ou outro mercadinho – mercadinho pequeno, não é mercado grande, não é um Extra da vida, é mercado pequeno. Então, façam o cálculo de quantos aqui estavam... Façam o cálculo. Tem gente cuja campanha política foi feita e está aqui.

Aí você vê... Eu vou até pedir que se volte lá. Vou até pedir que se volte.

Aqui, nessa parte... Essa parte aqui é onde você colocava o momento em que você cadastrou o *chip*, você anotava o número do celular...

Gente, eu acho que eu vou pedir que parem de interromper para que eu possa explicar, para depois não me perguntarem coisas que... Não dá!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Falta muito, Sr. Hans?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Falta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos acelerar, porque há muita gente.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Se fosse alguma coisa para acusar o Presidente da República, o senhor ficaria 40 minutos assistindo. Então, vamos ter coerência.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Senador Humberto, como ele não fez a sua exposição inicial... Ele deixou para o final porque ele queria mostrar esse vídeo. Por isso é que eu estou sendo condescendente com o depoente. Só por causa disso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu posso continuar a explicar?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Claro, claro, tem que respeitar o Parlamento.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Bom, aqui o que você vê? Nesse primeiro momento, o celular não está com *chip*. Aqui o *chip* já foi colocado, já foi cadastrado, você já tem o número do celular. Então, você colocava o número do celular aqui.

E aqui é quando você já estava na etapa de colocá-lo para funcionar com um WhatsApp.

Aqui é uma campanha que estava sendo feita. Não vou lembrar agora qual era. Era uma campanha de alguma coisa feminina, alguma coisa assim. Então, aqui você via o nome da campanha. Se fosse campanha política, estaria o nome do político aqui e a foto do político aqui. Se fosse uma campanha de mercado, o nome do mercado estaria aqui, e a foto do mercado, aqui.

(*Soa a campanha.*)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Vou até pedir mais uns minutinhos, porque tem muita coisa aqui.

Aí, era trabalhado dessa maneira. Era assim que começavam os envios.

Se a senhora puder enviar a segunda foto...

Aqui são os *chips*. Eu não lembro se esses daqui são os que não funcionavam... Quando era pouca quantidade assim, você já sabia que não estavam funcionando ou que você tinha que rever na "chipeira" ou no celular para ver se estavam funcionando ou não.

Aqui você vê que ele é da Oi, se eu não me engano. Da Oi, da Claro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, da Claro era vermelhinho.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. Hans, prossiga com o *modus operandi*. Não precisa falar a marca do *chip* não.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Aqui é a parte do décimo andar. Nessa parte do décimo andar, o que você tinha? Você tinha as mesas com os computadores.

Nessa área aqui toda era feito esse procedimento da "chipeira". Onde vocês viram a foto de todas as caixas de *chip*... Ela ficava por aqui, e aqui ficava todo mundo fazendo essa função de "chipeiro". Quando você passava no sétimo ou no terceiro andar e falava "meu, eu preciso de você para você subir e ajudar a fazer o trâmite de subir *chip* para ver se está tendo sinal ou não", era feito dessa maneira que vocês estão vendo aqui. Entendeu?

Essa, realmente, eu tirei a foto na cara larga, porque não tinha como não tirar.

Se puder mudar...

Aqui está até assinado com o meu nome. Por que está assinado com o meu nome? Duzentos e cinquenta e quatro *chips*... "*Chips* sem sinal. Domingo, 26 de agosto", e está meu nome. Foram *chips* que foram testados e não tinham sinal algum.

A grande maioria desses *chips* que foram testados e não tinham sinal algum...

Esse prédio da Nove de Julho tinha janela desse lado e tinha janela daquele lado. Quando eu comecei a ser cobrado e questionado no sentido de que a empresa precisava andar e não podia ficar parada, que eu coloquei um desse lado e coloquei outro do outro lado, eu falei "coloca na janela e sobe com o celular aqui do lado de fora para ver se vai funcionar", foi resolvido e diminuída essa quantidade – e perdi o cargo da "chipeira" por ter descoberto e colocado a empresa para andar!

Então, se puder mudar...

Aqui entra aquela parte, que é esse *site* aqui: você colocava – já é a resposta da senhora –, você colocava nesse *site*... Esse *site* é um dos *sites* que, de uma forma paga, você consegue ter... Você consegue ter números internacionais de qualquer parte do País, e do mundo, na realidade. E do País também você conseguia números de outras localidades. Ressalvo aquele detalhe de que Canadá e região europeia eram os locais que tinham mais tráfego.

Se a senhora puder mudar...

Aqui, como era feito? Você colocava um *chip* nas costas do celular. O celular sempre ficava carregando, entendeu? Se ele ficava carregando, você colocava o *chip* e já trocava rapidinho e colocava para subir e fazer os disparos, para fazer a campanha, independente da campanha que fosse.

Se a senhora puder mudar...

Aqui, mais nitidamente, dá para você ver que cada um desses aqui era só um *chip*. Você não colocava dois para subir. Não tinha possibilidade de você colocar dois para subir. Era só um *chip* por cada vez que você fosse fazer os disparos. Então, já tinha uma certa demora ali.

Pode mudar.

Aqui, mais destacada, a operadora.

Se a senhora quiser mudar...

Aqui o momento da campanha. Olha o momento da campanha aqui olhando para a gente! Está bem claro aqui. Toda essa quantidade de pessoas que você está vendo aqui... É aquela explicativa que eu estava dando. Coloquei no modo avião... Não sei se dá para vocês verem. Tem alguns aparelhos aqui que estão no modo avião. Coloquei no modo avião, sincronizei, subi o *chip*... Vou mandar a campanha: eu tiro do modo avião e começo a descer todo mundo que estava lá no contato. Se vocês quiserem fazer um teste, juntem um grupo de pessoas para as quais vocês querem mandar uma mensagem no WhatsApp e mandem um pontinho, escrevam qualquer coisa. É isso que vai acontecer, que foi da mesma maneira que aconteceu aqui. Simples.

E aqui há uma situação onde você tinha o cadastro de um determinado tipo de pessoa para você mandar a propaganda.

Aqui, continuando essa situação, dá para você ver. Você vê que tem coisa de sexo aqui, tá? Grupos de sexo, porque era uma coisa que rolava muito. "Ah, eu não tenho para quem mandar". "Ah, meu, entra aí na internet, procura um grupo e você manda, mas segura o *chip*". Então, toda... No horário da madrugada, só tinha homem; no horário da manhã, tinha uma mulher; no horário da tarde, também só tinha uma mulher. O que eu sei, que eu acompanhei, porque eu passei 24 horas na empresa, só tinha duas mulheres, o restante era tudo homem. Então, o que mais acontecia era isso que você está vendo aqui. Está entendendo? Tudo isso aqui é propaganda. As propagandas foram enviadas. E, no meio dessas propagandas, era conversa aqui. Eu mesmo conversava com a minha mãe também por aí, com outras pessoas também por aí, para segurar *chip*. E era dessa maneira.

Se a senhora puder mudar...

Aqui você conseguia ver pelo computador também, porque, no momento em que você sincronizava, ele já aparecia no computador. É como a gente faz em casa: a gente pega ali, sincroniza o celular no computador e ele aparece para a gente. E a campanha corria aqui para a gente. Campanha de fulana de tal, ia rodando aqui para a gente. E era esse conteúdo que você está vendo. Está até a bolacha que eu estava comendo um dia.

O local que a gente trabalhava. Tinha gente que dormia aqui, tinha gente que dormia aqui. Você encontrava, em determinados locais do prédio, de tantas horas trabalhadas para fazer campanha política de gente – há até gente que hoje vem me ofender e tudo mais –, gente que descansava, levava até travesseiro de casa, coberta de casa, porque estava crente que o Lindolfo e a Flávia iam pagar aquela promessa que eles prometeram para todo mundo: "Você faz hora extra, deixa de morar na sua casa, você vem morar aqui, faz a campanha política, que você vai receber um salário muito bonito". Todo mundo ficava assim nessas situações. Isso daqui é uma sala que o pessoal usava para dormir, para descansar – não usava para trabalhar.

Se puder mudar..

Aqui, *bulk services*. Esse negócio de *bulk services* era a situação na qual você tinha uma situação de *mailing* que chegava para você. Era só o supervisor que tinha acesso. Então, o supervisor mandava para você, eu mesmo saí de lá sem saber muito bem, sem entender como se trabalha nessa situação. A partir daqui, você tinha a sua campanha, você está entendendo? A partir daqui você tinha a sua campanha.

E os números aqui atrás? Alguém consegue ver esses números aqui atrás? Estão vendo Egito aqui? Sul da América? Dá para enxergar aqui? Filipinas. Aqui já é a continuidade daquele *site* de números.

Se a senhora puder mudar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Acabou?

Então, é isso, gente. Alguma pergunta? Alguma dúvida? Fui claro?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Daqui a pouco os Deputados vão lhe perguntar. Pode voltar ao seu local.

Com a palavra o Deputado Paulo Ramos, do Rio de Janeiro, do PDT.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Presidente, cumprimento a todos.

Quero dizer ao Sr. Hans River que ele não está sendo investigado: o senhor aqui é testemunha, o senhor não é investigado. Então, quero deixar isso claro, porque fica, às vezes, a impressão, no debate, de que o senhor é alvo da investigação e o senhor não é. O senhor aqui é testemunha – o senhor é testemunha.

Eu quero fazer um registro, Presidente. O advogado não pode se comunicar com a testemunha. O advogado... Eu estou fazendo a pergunta, o advogado não pode se comunicar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Claro que pode.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu defendo as prerrogativas do advogado, porque eu sou também advogado.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. *Fora do microfone.*) – Eu também sou.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Presidente, eu posso tomar a palavra agora neste momento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, com todo respeito, eu queria saber onde é que está previsto na lei que o advogado não pode se comunicar com a testemunha. Porque eu também sou advogada e estou achando que esse Deputado – com todo o respeito que eu sempre tive pelo senhor, Deputado – está intimidando a testemunha.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu tenho a impressão...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor está intimidando a testemunha o tempo todo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, eu tenho a impressão de que o Dr. Fernando conhece quais são as atribuições do advogado, qual é o papel do advogado quando uma testemunha está prestando depoimento. Ele sabe. Ele sabe que a testemunha é que tem que prestar o depoimento, o advogado não pode responder nem orientar a testemunha sobre o que ela tem que dizer. O advogado ouve. Se as prerrogativas da testemunha... Se a testemunha for desrespeitada, o advogado intervém. Não é o caso.

Então, eu peço ao Dr. Fernando que aguarde com paciência as perguntas e as respostas. Estou registrando aqui que o Sr. Hans não é investigado, para deixar claro isso; o Sr. Hans aqui é testemunha, e eu quero concluir. Então, quero fazer as perguntas, somente isso, somente isso.

Eu quero perguntar... Se eu perguntar e V. Exa., Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu quero que oriente, que advirta o advogado que ele tem que aguardar a testemunha responder as perguntas, sem a intervenção dele. Somente isso.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas em nenhum momento isso aconteceu, Deputado. Eu não sei a que o senhor está se referindo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre advogado não pode responder pelo depoente, mas, regimentalmente...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ele não respondeu até agora, Presidente, eu não sei do que o Deputado está falando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... o nobre depoente pode conversar com o seu advogado durante o depoimento.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Eu não estou me manifestando tendo essa ou aquela posição não. Eu não estou me manifestando aqui. Eu quero fazer as perguntas. Eu só registro que o advogado... Somente isso.

Veja só, há um preconceito, porque eu ainda nem perguntei o que eu quero perguntar ao Sr. Hans.

Nessa questão do trabalho escravo e na ação trabalhista, dos demais trabalhadores, quero saber se ele foi o único que ingressou com ação contra a empresa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso falar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só um detalhe, para deixar claro: eu vivi, não foi meu advogado que viveu. Eu pergunto para ele sobre a maneira pela qual vou me dirigir a você e ao Presidente, que está aqui ao meu lado, porque eu fiquei irritado com uma situação que ocorreu antes da senhora de vermelho chegar.

Agora, assim, o que acontece? Não houve trabalho escravo. Trabalho escravo é quando você não recebe pelo trabalho.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não. Eu estou dizendo... As condições de trabalho nós já conhecemos. Eu estou perguntando se o senhor foi o único que ingressou com ação trabalhista contra a empresa. Só isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quando eu saí da empresa, eu perguntei para vários funcionários que naquele período diziam ser amigos: "Meu, você vai depor lá a meu favor? Você viveu, você estava aqui, você viu tudo". Quando eu entrei com a ação trabalhista, apareceu alguém?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, foi o único.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não apareceu ninguém. Quando ficaram sabendo que a *Folha de S.Paulo* tinha acabado com o meu nome e ficaram sabendo da quantia simbólica que a empresa tinha fechado comigo em acordo, uns atrevidos chegaram a entrar em contato querendo que eu os ajudasse a fazer uma ação trabalhista. O que eu fiz? Como no momento em que eu pedi para que fossem testemunhas ninguém me atendeu, eu bloqueei todo mundo. Nada mais justo! Da mesma maneira... Você também faria a mesma coisa. Na hora em que eu precisei, não me ajudou. Por que, eu vou ajudar os outros? Entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor revelou para nós aqui que, da parte da empresa, ou de algumas empresas associadas à empresa que contratou o senhor, houve pressão para que o senhor não tomasse determinadas iniciativas, para que o senhor silenciasse. E aí eu queria saber: isso foi antes ou depois do seu relacionamento com a jornalista que fez a matéria?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, eu vou deixar mais claro, mas muito mais claro, porque eu acho que eu não fui muito direto nessa situação da jornalista: ela queria sair comigo, eu não dei interesse para ela. Ela parou na porta da minha casa e se insinuou para entrar na minha casa, com o propósito de pegar a matéria, está certo? Ela se ensinou para entrar. Ainda falei que não podia entrar na minha casa. Ela queria ver o meu computador, que inclusive eu trouxe para cá – não está aqui, eu trouxe para o *flat* em que a gente está. Quando eu cheguei à *Folha de S.Paulo*, quando ela escutou a negativa, o distrato que eu dei e deixei claro que não fazia parte do meu interesse a pessoa querer um determinado tipo de matéria a troco de sexo, que não era a minha intenção... A minha intenção era ser ouvido a respeito do meu livro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Tudo bem. Deixe-me fazer um registro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, estou respondendo à sua pergunta e deixando claro, porque acho que não ficou claro isso, porque tem muita coisa que está sendo dita de uma maneira distorcida.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu só perguntei, só perguntei... A pergunta que eu fiz ainda envolvia o seu relacionamento, ou seja, lá o que for, profissional...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não tive relacionamento nenhum com ela.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu só perguntei se, quando as empresas... O senhor falou aqui que as empresas solicitaram ao senhor para encerrar, para não tomar nenhuma iniciativa. Quero saber se foi antes ou depois do contato que o senhor teve com a jornalista. Eu só perguntei isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas eu já tinha respondido e vou responder de novo: a jornalista apareceu exatamente... Tudo isso que eu que estou citando aqui... Vamos colocar a semana: aconteceu a negociação do processo na segunda; terça-feira me apareceu a jornalista. Então, foi feita a negociação num dia e, no dia seguinte, ela estava aparecendo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está bem. Isso não... Eu ainda não cheguei ao... Eu vou explicar por quê.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Muita coisa que o senhor está depondo aqui, muita coisa, está na sua ação trabalhista, e o senhor não pode contradizer aquilo que o senhor mesmo sustentou para alcançar os seus direitos em relação à empresa, somente isso.

E mais – é preciso isso –, eu, no início do depoimento, fiz questão de registrar, muito mais como um alerta, que a ninguém se obriga conhecer a norma. Disse que a testemunha tem a obrigação de dizer a verdade, mas, numa CPI, também comete ilícito quem omite a verdade. Não é só dizer a verdade. Se houver alguma pergunta feita sobre algo de que o senhor tenha ciência, que já conste em algum lugar, e o senhor aqui omitir, isso também representa transgressão à norma.

Mas tudo bem, é só para alerta.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Permita-me só a resposta...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sabe por quê? Deixe eu lhe dizer: jornalistas muitas vezes gravam. É possível que a jornalista tenha gravado as conversas que teve com o senhor. É possível, eu não estou afirmando que ela gravou.

Se houver uma discrepância muito grande em relação àquilo que o senhor aqui diz e a matéria, eu vou sugerir depois uma acareação com a jornalista.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Espera aí...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Somente isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora eu posso falar?

Agora, ela acabar com o meu nome e depois você insinuar que tem gravação...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu preciso dizer uma coisa: eu lamento muito...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Deixa eu dizer. Eu lamento muito as suas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós temos exemplos, exemplos os mais diversos, de pessoas como o senhor que foram vítimas. Eu não tenho dúvida de que o senhor é vítima, nenhuma dúvida de que o senhor é vítima, de que tudo isso inviabiliza a sua vida profissional. Eu não tenho dúvida quanto a isso. E eu não estou aqui numa posição contrária ao senhor. Ao contrário, eu tenho certeza absoluta... Eu imagino o preço que o senhor está pagando. Aliás, inclusive em relação a preocupações com a sua segurança pessoal. Nenhuma dúvida há quanto a isso. E eu não estou aqui contra a sua pessoa. Não estou aqui a fim de jogar uma casca de banana para que o senhor fique numa situação difícil. Claro que não! O que eu preciso é fazer a pergunta em função daquilo...

O que nós estamos investigando? Nós estamos investigando o disparo em massa de mensagens mentirosas comprometendo a reputação das pessoas. É isso só. Esse é o alvo da investigação.

Então, a pergunta que eu faço é: o senhor, quando trabalhava, sabia o conteúdo daquilo que estava sendo transmitido?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, é como eu já cansei de falar aqui... Mas tem duas coisas que o senhor falou no discurso do senhor... Uma é que a jornalista tem alguma gravação...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não sei se tem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso falar agora? Eu escutei o senhor falar.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Assim, uma é que a jornalista tem alguma gravação e outra é de eu correr risco de ameaça à minha integridade...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, meu irmão!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – física no meio da rua.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou dizendo...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já são duas coisas diferentes aí.

Agora, outra coisa: no momento em que a gente trabalhava nessa empresa, para nós, naquele momento, não era uma coisa que foi apresentada de uma maneira errada.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Foi apresentado um trabalho que, para a gente, era um trabalho, entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Claro! Nenhuma dúvida quanto a isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não foi apresentado assim: "Ó, você vai chegar, você vai fazer isso, isso e isso, e isso aqui é ilegal, tá?" Não foi apresentado assim.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas é claro que não! Eu não estou interpretando assim não. Eu estou perguntando: o senhor tinha conhecimento do conteúdo das mensagens que eram disparadas? Ou o senhor recebia tudo pronto e disparava? É isso que eu estou perguntando.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim. Quando eu mostrei ali o funcionamento do aparelho, do celular, e a questão do WhatsApp... Quando você emparelhava os celulares e colocava no QR Code e começava a descer o que você estava fazendo de propaganda, você via o que você estava fazendo de propaganda. Então, você via que era campanha política, você via que era santinho – como aqueles santinhos de antigamente que eram jogados pelo Território nacional – e você via logo de mercado – "Olha, promoção hoje de frango", promoção de não sei o quê.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, tudo bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E era isso que a gente via.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor tinha... Nós estamos tratando aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós não estamos tratando daquilo que é lícito; nós estamos investigando aquilo que é ilícito. O que é lícito, inclusive em campanha eleitoral, não é objeto da nossa investigação. Nós estamos investigando disparos de *fakes* em massa para alcançar determinados objetivos, alcançando a honra das pessoas. É isso que nós estamos...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nós não estamos responsabilizando o senhor. O senhor estava lá trabalhando. O senhor arrumou um emprego...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu entendi.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... e tinha suas tarefas. A pergunta que eu faço: é possível identificar as campanhas eleitorais que foram feitas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É possível, porque, se você pegar o histórico de todo mundo, você vê. Assim, quando eu cheguei ao Ministério Público, quando eu fui chamado ao Ministério Público, falaram que o pai do moço que está sentado ali, cuja campanha eu tinha ajudado a fazer, denegrindo a imagem do pai dele e denegrindo o PT e tudo mais... Eu falei: "Mas, gente, não rolou isso daí". O que aconteceu? Era campanha política, não tinha... Na minha presença, enquanto eu estava na empresa, no período todo em que eu estive na empresa, não houve disparo denegrindo imagem de ninguém, e muito menos disparo a respeito do pai do moço que está aqui, cujo nome eu não sei, mas...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então o senhor conhecia o conteúdo das mensagens que eram disparadas?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Sim. E a pergunta que o senhor me fez era se havia alguma coisa ofensiva, e não havia. Pelo menos no período em que eu estive lá presente, não havia.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, o senhor não tomou conhecimento, não constatou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... nas mensagens disparadas, nada que, na sua avaliação, representasse *fake news*?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olhe, eu sou consciente da minha faculdade mental, eu sei distinguir o que é uma coisa ou outra. Então, nessa situação, naquele período, nada mais nada menos, quando era campanha política, apareciam o número do candidato, o nome do candidato, o zoneamento em que ele estava se elegendo. Então, não tinha nada fora disso; pelo menos no momento em que eu estive trabalhando na empresa, o que passou, pelo menos na minha mão, não tinha nada além disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Em relação às mensagens, em relação a quem estava tendo as mensagens difundidas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... é possível saber quantidades? Tal mensagem, x; tal mensagem, y. Em termos de quantidade, é possível saber isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Era produto grande, não era coisinha pequena não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É porque eram várias mensagens diferentes e, naturalmente, imagino, para públicos diferentes. O *chip*...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Teoricamente, vamos dizer assim. Por quê? Vamos supor que, aqui, essa primeira fileira seja o Estado de São Paulo e que a fileira do senhor seja o Estado do Rio de Janeiro. Havia números de telefone com os quais eu não podia mandar mensagens para o Rio de Janeiro que cabiam para São Paulo. Eu não sei se você está entendendo... Que cabia para São Paulo...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Tinha determinada campanha que eu não podia mandar para São Paulo ou para Rio de Janeiro porque cabia para o Pará! Não sei se você está entendendo isso que eu estou falando. Campanha política presidencial não tinha problema. Por que não tinha problema? Presidente é do Território nacional...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Por último: paralelamente às tarefas que o senhor...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, há vários oradores inscritos...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Presidente, eu também vou querer na minha vez.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está cumprindo o papel dele. Tenha paciência comigo...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – É o Regimento Interno, não é paciência. O Regimento Interno fala em 15 minutos. Senão, vai virar um monólogo aqui...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou vendo razão...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Daqui a pouco começa a sessão do Congresso, e a gente vai ter que...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou vendo razão para nenhum sofrimento de nenhuma parte...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é sofrimento. Os outros Parlamentares querem também fazer suas perguntas.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou concluindo...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Só em respeito aos Parlamentares...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É que o pessoal interrompe. É um *frisson*! Há uma agitação!

O senhor, paralelamente ao trabalho que desenvolveu, trabalhando para a empresa, cumprindo as tarefas inerentes ao seu trabalho, participou de alguma campanha eleitoral? Ressalto: paralelamente. Distribuiu panfleto? Esteve na rua? Organizou reuniões? É isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Por acaso você investigou minha vida particular?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, estou perguntando! Estou perguntando isso!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Engraçado...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Engraçado, porque é assim...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou perguntando...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Você jogou duas situações...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Estou perguntando se o senhor...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E além, fora...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiz a campanha política do Police Neto, que é vizinho meu – já mostra que eu não sou favelado, eu sou burguês. Aí você vê: fiz campanha política do Carlos, ou alguma coisa assim, que morava próximo da minha casa...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está bem. É isso...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim: "Eu preciso que faça boca a boca, eu preciso que você entregue ali, faça propaganda dos outros". Tanto que, se você olhar nas minhas redes sociais, como o senhor investigou muito bem investigado pelo jeito...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... fez o seu trabalho...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não sabia nem que o senhor vinha prestar depoimento hoje.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas investigou bem!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, concluindo...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Só para concluir, é o seguinte. Às vezes o depoente fica na defensiva. Não precisa! Está na defensiva...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu perguntei só! Eu só perguntei!

Para concluir, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se ele tem ciência...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Presidente, pelo tempo de Liderança do PSL.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se ele tem ciência...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Pelo tempo de Liderança do PSL, porque eu conheço o Deputado Paulo Ramos. Ele não vai parar, ele vai abusar da boa vontade de V. Exa.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. É a última pergunta!

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Ele vai abusar da boa vontade de V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É a última conclusão, não é, Deputado?

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Já é a terceira conclusão! Não tem como! Toda hora...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quero saber se ele tem ciência de quem contratou a empresa em casos de partidos políticos de modo geral; se ele teve acesso, se ele teve conhecimento de quem contratou, de quais os partidos que contrataram a empresa para...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas eu já falei isso várias vezes aqui...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O próprio PT! O próprio PT é que me colocou na situação em que eu me encontro hoje, cara!

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Todos os partidos políticos contrataram a Yacows para fazer a situação de propaganda, mas o engraçado é que o PT cismou com o pai dele e cismou comigo. E, assim, cismou de uma maneira que eu não tenho nada a ver.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto, já respondeu.

Com a palavra o Deputado Túlio Gadêlha, do PDT de Pernambuco.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, o tempo de Liderança: antes, o Deputado Eduardo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP. Pela Liderança.) – O tempo de Liderança regimental aqui não segue a vontade de um ou de outro, segue o Regimento.

Durante a fala do Sr. Hans River do Rio Nascimento, eu fiz algumas anotações.

A Sra. Patrícia Campos Mello, Sr. Hans, enquanto o senhor está pensando para comprar arroz e pedindo preço mais baixo para se apresentar como músico porque não consegue ter emprego devido ao...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, no tempo do Líder, não pode fazer pergunta.

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, não. Não é pergunta, não. São só comentários pertinentes à reunião. Mais adiante, depois, se quiser, ele responde, porque vai ser a pergunta de outros Deputados.

É só para lembrar que ela hoje é correspondente internacional da *Folha*. Ela está muito bem, obrigado. Você veja até onde vai o escrúpulo do ser humano! Por quê? Ela fez uma matéria falaciosa. A gente está vendo aqui hoje uma declaração cabal – cabal! – de uma pessoa que foi convocada pelo Rui Falcão, do PT, para tentar comprovar que o Jair Bolsonaro fez disparos em massa de WhatsApp para ganhar a campanha de 2018, lembrando que o PT saqueou o Brasil, roubou! Vários aqui que botam o dedo na cara do senhor estão acusados na Lava Jato, e a moral não se paga... Dormir tranquilo com a cabeça no travesseiro é o que a gente tem de melhor! Então, não se preocupe, Sr. Hans. Em que pese eles quererem acuar o senhor aqui, isso é impagável! Eles vão sofrer ainda.

Então, é só para destacar esse ponto. Eu fiquei aqui perplexo de ver, mas eu não duvido que a Sra. Patrícia Campos Mello, jornalista da *Folha*, possa ter se insinuado sexualmente, como disse o Sr. Hans, em troca de informações para tentar prejudicar a campanha do Presidente Jair Bolsonaro, ou seja, é o que a Dilma Rousseff falava: fazer o diabo pelo poder!

Eu também fiquei perplexo aqui ao saber que, quando o Deputado Rui Falcão perguntou se o Sr. Hans é da periferia ou favelado, enfim, como quer que seja, se é que isso aí é pertinente, se é que isso aí é pertinente para o que a gente está tratando aqui... E eu gostei da resposta do Sr. Hans: "Eu fiz a sua campanha, Deputado Rui Falcão". Quem sabe o Deputado Rui Falcão achasse que, por você ter feito a campanha dele, você teria outra conduta nesta Casa. Parabéns por manter a verdade, porque a verdade nos liberta – está escrito em João (8:32).

Como deu para perceber aqui, o Sr. Hans não tem nada armado comigo, sequer sabe o meu primeiro nome. E ninguém é obrigado a saber isso, Sr. Hans. Sem problema nenhum, em que pese alguns colegas aqui terem dado risada quando o senhor falou que não sabia... Falou que eu era filho do Bolsonaro...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não sei porque eu não fiz a sua campanha...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Não, sem problema. Sem problema algum. Eu não me senti desrespeitado, não!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu não fiz a sua, eu não fiz a do seu irmão, nem a do seu pai. Eu não fiz a campanha de vocês. Então...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Ninguém tem a obrigação de saber o nosso nome não...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O nome, eu não ligo, mas...

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – Sr. Hans, siga as anotações que eu fiz. Olhe que impressionante... E isso acontece muito no Brasil, não é? Ninguém tem acesso a um processo sigiloso – o senhor entregou a sua reclamação na Justiça do Trabalho –, mas uma jornalista da *Folha* tinha. Será que não seria o caso de a gente chamá-la aqui, nesta Comissão, de convocá-la para prestar esclarecimentos? É claro que a profissional tem direito de resguardar o sigilo da fonte dela. Não é isso que eu estou querendo saber, nem acabar com a liberdade de imprensa não, mas é assim: por vezes, ninguém sabe de nada, só uns jornalistas sabem. Que curioso, não é? Fica aí a reflexão no ar.

Além disso, o Sr. Hans aqui corroborou que uma das pessoas a que ele prestou serviço foi o PT. Então, se ocorreram disparos em massa, está aqui o Sr. Rui para explicar, um dos beneficiados. E nem assim conseguiram ganhar a eleição! Mas eles não vão se ater a esses fatos. Esses fatos serão abafados. Quem está aqui nesta sala está sabendo. Uma ou outra imprensa deve publicar. E eles vão seguir na tentativa de fazer o terceiro turno, porque é o que o Marcelo Freixo, do PSOL, falou recentemente, nos 40 anos do PT...

Lembro, quanto aos 40 anos do PT... Sabem quem fundou o PT, quem reconheceu a fundação do PT? General Presidente Figueiredo, que vocês dizem que era ditador! Ele reconheceu o PT. Mas, nos 40 anos do PT, ele falou que tinha que fazer

tudo para destruir o Governo Bolsonaro, e isso passa por aqui, Sr. Hans. É por isso que eles não estão nem aí se você é negro, se é pardo, se é branco; eles vão é arrebentar com você! Ninguém está com pena porque você não consegue emprego não; é que, para eles, vale tudo pelo poder. E vão sair ali para fora depois dizendo que são os defensores do negro, como a Deputada ficou esbravejando aqui, defensores...

(Soa a campanha.)

O SR. EDUARDO BOLSONARO (PSL - SP) – ... dos homossexuais, defensores das mulheres, e tudo mais que eles conseguirem para repartir a sociedade. É para depois ter um Parlamentar do PT se apresentando como defensor de vocês, é isso que eles querem!

É por isso que, 15 anos, 20 anos atrás, ninguém tinha problema em fazer piada. Hoje em dia, um contador de piadas ou um humorista, quando ele faz uma piada em relação a qualquer minoria, toma um processo, que é para calá-lo e para depois o Deputado falar: "Olhe, estou protegendo você. Eu não deixei aquele humorista fazer brincadeira com nordestino, com cearense, com negro, com branco, com italiano!"

Enfim, fica aqui essa reflexão, agradecendo, mais uma vez, Presidente, por esta reunião aqui ser aberta, porque o sigilo – pelo que deu para perceber aqui, o PT lutou para que a reunião fosse sigilosa – só interessaria a eles.

Muito obrigado pelos esclarecimentos, Sr. Hans.

Aguardamos aqui os desdobramentos, porque os meus colegas farão as perguntas sobre Patrícia Campos Mello.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha. Logo após, Senador Humberto Costa e, em seguida, Senador Rogério Carvalho.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interpelar.) – Sr. Hans, primeiramente, boa tarde.

Assim que cheguei a esta sala, tive o prazer de cumprimentá-lo e dizer da importância de tê-lo aqui, nesta audiência conosco, porque, na verdade, V. Exa. vem aqui para nos trazer informações que podem corroborar aquilo que a gente imagina que aconteceu no período de campanha e que não acontece só no Brasil, tem acontecido no mundo todo. Por isso, venho aqui primeiramente parabenizá-lo por estar aqui conosco debatendo este tema de tanta importância.

Eu queria dizer ao Sr. Hans que eu, de fato, estou preocupado com a sua integridade física, estou preocupado de verdade...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não deboche, por favor, porque...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Vão tentar me matar no meio do caminho da padaria para comprar o pão?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, não é isso! Não é isso! É justamente disto que estou falando: pessoas que colaboram com grupos de extermínio foram executadas. V. Exa., o amigo, não cometeu nenhum crime, não cometeu, mas pode estar cometendo se estiver mentindo aqui nesta CPI.

O Sr. Hans mesmo nos colocou aqui que não trabalhou em campanha do Presidente Bolsonaro e que a Patrícia, a jornalista Patrícia, tentou retirar algumas informações. O senhor colocou que ela deu em cima do senhor. Mas, veja só, a Patrícia acabou de tuitar aqui, escrevendo para todos nós: "Caro Deputado, aguarde nossa matéria com os áudios que tivemos com o Sr. River falando, as fotos e a planilha do Excel que ele nos deu, além do processo. É só clicar e ver com os próprios olhos. Mentir na CPMI é crime." E com relação a isso ela está certa.

O que o Paulo, o Deputado Paulo, que me antecedeu, colocou aqui... E aí vem a minha preocupação novamente: caso ela tenha lhe gravado... Pelo que ela coloca aqui nessa publicação, ela de fato gravou. Eu não sou do PT. Também não sou desse partido, o PSL. Não sou de nenhum desses dois partidos, mas eu sou uma pessoa que está preocupada com o senhor enquanto pessoa.

Veja bem, tenho algumas perguntas aqui a fazer e gostaria que o senhor respondesse sinceramente, porque o senhor pode estar sendo induzido. Sr. Hans, a mentir aqui. Não sei se recebeu algum benefício, mas alguns indícios me fazem questionar, por exemplo, o seguinte. O senhor não teve recursos para pagar a insulina, mas está com um excelente advogado a seu lado. Quem pagou o advogado que está com o senhor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Posso dar a resposta?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Claro! Eu estou fazendo a pergunta para isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Para você ter uma ideia, eu estou com um débito ainda, nem terminei de pagar. Para o senhor ter uma ideia...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pode me chamar de você. Para mim, não há problema.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu estou achando até estranho, porque o senhor me cumprimentou numa boa, de uma forma interessante. Mas em algumas colocações eu não concordo com o senhor. E há algumas colocações até importantes, até interessantes em que a jornalista chega apresentando determinadas coisas, porque...

Teve um determinado momento em que teve uma situação de eu não ter mexido no meu *e-mail*, e teve algumas situações estranhas em que eu mudei a senha. O próprio Google está aí para comprovar. Então, é até importante que ela traga isso que ela está dizendo, porque tenho testemunha de que ela esteve presente e o que ela conversou. Se ela gravou alguma coisa, garanto para você que não tem nada a ver com isso que a gente está discutindo aqui. Se ela gravou alguma coisa, ela gravou a respeito do livro. Ela veio me falar assim: olha, eu escrevi esse livro, o seu livro, não sei o quê... Se ela tiver alguma gravação, a gravação será essa.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

E quanto ao advogado?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – E outra coisa: eu vou até procurar entrar com algum recurso a respeito disso, porque eu já estou me sentindo muito incomodado. Não é a primeira vez que chega essa informativa de a jornalista querer tentar me impressionar falando assim: "Ah, eu tenho uma gravação." Gravação do quê? Eu falando como é que era o meu livro?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, a verdade virá. A minha pergunta é com relação ao advogado.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora, a respeito do meu advogado Fernando: eu ainda estou em débito com ele a respeito da defesa no Ministério Público, porque ele foi chamado para ir. Estou para vender a minha moto, que era o meu ganha-pão até o presente momento, para continuar a pagá-lo para ele continuar a me defender. Eu não tenho nem condições... Tanto que, antes de vir para cá, ele mandou mensagem para mim falando: Hans, você vai vir tal horário aqui na minha casa. Eu falei: "Fernando, eu não tenho nem o dinheiro da passagem para ir para a sua casa."

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Sr. Hans...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – De prova: eu não tinha o dinheiro da passagem e estou aqui na aba dele.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Está em débito. Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim, o Senado falou que iria mandar um dinheiro na minha conta para custear a minha presença aqui, mas isso não ocorreu.

Então, assim, eu estou... Se eu quiser comer, é na custa dele; se eu quiser fumar, é na custa dele; se eu quiser tomar um copo d'água, é na custa dele.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, já respondeu a minha pergunta. Eu lhe agradeço por isso.

Continuando: o senhor disse que entrou na empresa duas semanas antes de o ex-Presidente Lula ser preso. O Lula foi preso em abril de 2018. No processo, o senhor disse que havia trabalhado por dois meses em campanha.

Que partido lhe pressionou na reta final da campanha? Deixe eu lhe fazer uma pergunta: o senhor disse que o partido estava lhe pressionando na reta final da campanha e é por isso eu não consigo compreender muito bem em que período o senhor trabalhou nessa empresa. Eu queria saber: qual foi o período?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – No período em que eu trabalhava na Yacows, eu fiz a campanha paralelamente do Police Neto. Se você quiser intimá-lo, ele vai falar para você que quem fez realmente a campanha dele fui eu e mais outras pessoas ainda também. Do Carlos – eu não vou lembrar o sobrenome –, que perdeu por pouca coisa, também. E, nesse período, a intimação que estava tendo a respeito da quantidade de disparos de propaganda era perante a empresa. A empresa estava sofrendo a questão de: "A gente precisa que seja feita a propaganda." E todo mundo vinha pressionando quem estava na "chipeira". Quem estava na "chipeira"?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Porque o senhor fala, na ação trabalhista, que trabalhou do início de agosto ao final de setembro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiquei um período na empresa, e eu não vou saber te informar exatamente a data específica, até porque a empresa não criou nenhum registro.

Quando você entra numa empresa, você tem o livro negro, onde ficam os dados do funcionário, fica a data de entrada e a data de saída, férias e tudo mais e, nesse período, a gente não teve. Havia a esperança de ter o registro, mas não houve o registro. Então, eu não vou saber te responder exatamente o período.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, mas o Lula foi preso em abril e você fala que, nesse período, já trabalhava na empresa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então o senhor não trabalhou apenas dois meses.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Nesse período... A situação ocorreu da seguinte forma: no período em que eu entrei na empresa o Lula tinha acabado de ir preso. Então, nesse período que eu entrei, que a gente começou a fazer as propagandas e começou a cair o entendimento... Porque, para mim, tudo isso que eu apresentei para vocês aqui...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Era propaganda política então.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Era propaganda política e propaganda de outras situações.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então, fora do período de campanha, o senhor fez propaganda política?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, eu fiz propaganda...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – No período de abril, maio e junho.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu fiz propaganda política e, nesse período, eu fiz campanha política de outras pessoas e, justamente nesse mesmo período, a própria Yacows fazia propaganda de outros fins.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, não importa para quem o senhor fez campanha, o que importa é o período em que o senhor fez campanha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O período...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Em que período o senhor fez campanha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É como eu já disse em outros momentos...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Em abril já fazia? Em maio já fazia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Já, já. A do Police Neto eu já estava fazendo antes, antes de entrar lá, na realidade. A do Police Neto a gente já estava divulgando...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então isso configura campanha antecipada, não é isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, eu não vou dizer campanha antecipada, porque, assim, teve um diretório para saber quem ia trabalhar, para juntar o pessoal, conversar com o assessor e toda aquela coisa, mas ninguém tinha ido para a rua, estava aquela conversação: a gente vai fazer de tal jeito, vamos pegar tal bairro, tal situação, vamos entregar assim...

Então...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não teve essa...

Quando chegou próximo da campanha política ali, de ter a questão do voto, que você vai lá no colégio eleitoral para votar... Quando chegou próximo desse período foi um tremendo sufoco. Foi um tremendo sufoco, porque você tinha que correr com a campanha do pessoal que mora na Leopoldina e, ao mesmo tempo, tinha que correr com a Yacows.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Deixe eu lhe fazer uma outra pergunta. O senhor trabalhava com o disparo de mensagens e o senhor mesmo falou que essas mensagens eram relacionadas ao PT. Assim que o senhor questionou o Deputado Rui, quando chegou aqui nesta sala, o

senhor disse que inclusive fez a campanha dele. Só que o senhor chamou o Deputado Rui de Deputado Gabeira. Eu até me confundi – um minuto só – achando que o senhor estava se referindo a minha pessoa, porque o meu sobrenome é Gadêlha.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Até peço desculpas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem problema.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mas é porque fiquei nervoso pelo que ele falou aqui.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – A minha pergunta é a seguinte. O senhor, que trabalhou fazendo propaganda do Deputado Rui – trabalhou diariamente, muitas horas, como o senhor fala, por muitos dias –, não sabe o nome do Deputado Rui, a ponto de chamá-lo de Gabeira?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Primeiro momento: eu não sou amigo íntimo do cara. O cara...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, mas o senhor trabalhou difundindo o nome dele, não é verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Segunda situação: o que ele me falou aqui...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ele quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O que está aqui na frente falou aqui para mim... Eu só não fui embora...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O senhor não sabe o nome...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu só não fui embora... Eu só não fui embora daqui...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Mentira minha?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – A consciência é do senhor, não é a minha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sr. Hans, por favor, se puder me responder...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, assim, diante da situação e de todo o tempo em que não estou trabalhando com isso, e até com isso eu não estou conseguindo nem serviço... Eu não sou obrigado a saber o nome do próprio cara, que não é amigo meu.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo.

Sr. Hans, eu só queria concluir essas perguntas indagando se o senhor recebeu algum tipo de vantagem ou favor de algum Parlamentar, de algum partido, ou mesmo se foi orientado, chegou a conversar com algum Parlamentar ou assessor de Parlamentar. E lembro, Sr. Hans, que qualquer ato de mentira numa CPMI configura crime. Esta é a oportunidade de o senhor falar a verdade.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, se eu tivesse recebido qualquer situação de favorecimento, eu não teria quase morrido nesses dias, até antes de vir para cá, por falta de cuidados adequados à minha diabetes. E outra coisa: tem muito político para quem eu fiz campanha, mas, passou a campanha política, o cara ganhou, ele não lembra de você, ele não quer saber de você. Você acha que o Police Neto, apesar de morar perto da minha casa... Você acha que ele vai na minha casa para perguntar se eu estou bem?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem dúvida, eu acredito que não.

Deixa eu lhe perguntar uma última coisa...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eles não querem nem saber de você quando acaba a campanha política.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem dúvida. Deixe só eu lhe perguntar uma coisa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não sabem se você tem arroz ou não tem arroz.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – A última pergunta para a gente...

(Soa a campanha.)

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Inclusive, até vai ser motivo de outras audiências desta CPMI.

As caixas com os *chips*, o senhor sabe quem as trazia? Tem o nome de alguém que era responsável por trazer essas caixas? Sabe se a empresa diretamente fornecia essas caixas? É que receberemos futuramente – na próxima audiência se não me engano – representantes das empresas de telefonia. O que o senhor sabe sobre isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É uma coisa que me intrigava, porque, na realidade, pela quantidade de *chips*... Assim... Porque era muito trabalho para que eu fizesse ali naquele momento, e havia momentos em que eu ficava sozinho no andar.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Quem era o responsável, Sr. Hans, pelas caixas? Quem trazia as caixas para a empresa? O senhor sabe o nome da pessoa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Aí entra o que eu estou falando para o senhor: eu saía de lá, voltava no dia seguinte, e... Tudo aquilo de caixa! Eu ficava até curioso para saber de que maneira eles conseguiam uma quantidade tão absurda de *chips* da Claro, da Tim, da Vivo. Vocês viram ali nas fotos que não é pouca coisa. Entendeu?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, mas o senhor não respondeu.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu respondi claramente que até eu estou curioso para saber.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deixe eu lhe perguntar: o senhor conhece o responsável, a pessoa responsável ou que pode dar mais informações sobre isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quem vai poder te dar mais informações, e até eu estou curioso para saber também sobre isso daí, é Lindolfo e Flávia.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Lindolfo e Flávia.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – São os dois que vão conseguir esclarecer essa dúvida sua e minha.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – De onde vieram esses *chips*, não é?

Fico muito grato com suas respostas, viu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Eu peço desculpas por ter me confundido aqui no momento em que eu fiquei um pouco nervoso com toda essa situação que ocorreu. Peço desculpas.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Sem problema, Sr. Hans. Muito obrigado pela participação aqui na CPMI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT de Pernambuco.

A próxima oradora inscrita é a Deputada Caroline de Toni e, em seguida, a Deputada Natália Bonavides.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Parlamentares e Sras. Parlamentares, eu acho que o depoimento que está sendo dado por S. S^a. o Sr. Hans River, sem dúvida, é um dos mais importantes que nós já tivemos aqui. Sem dúvida! Ele descreveu todo um processo sobre o qual até então nós não tínhamos uma testemunha ocular. Ele descreveu aqui vários crimes que foram cometidos, em particular pela Sra. Flávia Alves, pelo Sr. Lindolfo Alves e por outras pessoas que participavam desse esquema: falsidade ideológica, utilização de CPFs falsos para a aquisição de *chips*, aquisição de *chips* internacionais por esse mesmo meio fraudulento, condições precárias de trabalho para essas pessoas. Enfim, eu não tenho dúvida de que V. Exa. vai pedir o indiciamento pelo menos desses dois dessa empresa.

Ele também confessou aqui e mostrou... Confessou, não, porque ele era apenas um trabalhador. Ele mostrou como todo o processo é feito, a utilização dessa tal de "chipeira", a utilização de outros mecanismos. São mais de 500 celulares e mais de 500 funcionários nessas empresas! Portanto, ele entregou tudo.

A única coisa que ele não disse, pelo menos essa é a minha leitura... Ele chegou aqui e disse: "Olha, o processo é esse. Tem disparo em massa. Tem compra com CPF falso. Tem compra com dólar e outras moedas." Enfim, ele entregou tudo. Agora, na hora de dizer qual era o conteúdo dessas coisas, ele veio com uma conversa que, realmente, pelo menos a mim, não convence.

A primeira contradição – eu estou aqui com o processo trabalhista que ele apresentou – é que ele diz claramente que começou a trabalhar no dia 09 de agosto de 2018 e que foi injustamente despedido no dia 29 de setembro de 2018. Na verdade, ele trabalhou um mês e meio nessa empresa, durante o Carnaval. Inclusive, ele não poderia estar no fim da campanha, porque ele saiu... Não, até poderia, porque o primeiro turno foi no começo de outubro, não é? Porém, no período em que o Presidente Lula foi injustamente preso, ele não estava nem lá. Como é que ele sabe que chegou alguém

do PT para entregar uma mala de dinheiro lá – ele nem usou o termo "mala de dinheiro" –, que alguém do PT foi lá levar dinheiro para entregar? Como ele poderia saber, se ele não estava nessa empresa?

As coisas que foram ditas aqui, todas elas, vão poder ser checadas. Nós aqui não estamos discutindo a questão meramente do disparo em massa, mas o conteúdo – o conteúdo! Nós vamos poder saber quem mandou disparar, o que mandou disparar. E eu, desde já, digo ao Presidente que, depois de nós ouvirmos as empresas e ouvirmos a jornalista, talvez caiba o retorno da testemunha para nós podermos aqui confrontá-lo com essas outras informações, enfim, coisas que foram colocadas.

Outra coisa, ele disse que vinha no meio da rua e viu uma placa: Yacows. Chegou lá e foi contratado pela Yacows. No dia em que ele foi para a primeira audiência na Justiça Eleitoral, havia quatro empresas, inclusive a AM4, que é a empresa de publicidade da campanha do Sr. Jair Bolsonaro. E ele entrou com uma ação nem com o nome da Yacows nem com o nome da AM4. Ele entrou com o nome de Kiplix, Kiplix. Foi com essa que o advogado dele, juntamente com ele, com todo respeito, entrou.

Então, essas são contradições que não estão respondidas até agora, neste momento, nas questões que foram colocadas.

Eu quero, então, iniciar as minhas perguntas.

Primeiro... E eu gostaria, se fosse possível, que V. Sa., como eu queria utilizar o meu tempo de forma adequada, respondesse "sim" ou "não". V. Sa. recebeu algum treinamento para realizar as funções designadas ao senhor? Quem ministrou esse treinamento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Antes de responder "sim" ou "não", quanto a muitas das coisas que o senhor disse agora, eu teria o direito a uma réplica...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não. Aqui isso não existe não, cidadão!

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não pode?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O senhor responda a minha pergunta. Se não quiser, não responda.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não é debate.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Então, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele perguntou, ele tem que responder ou ficar calado.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É, porque, inclusive, houve coisas que foram ditas aí que... Mas, enfim, não houve treinamento nenhum, até mesmo porque, quando eu entrei na empresa para prestar serviço para ela, para trabalhar para a empresa, eu tive uma grande dificuldade para aprender. Quanto a tudo isso que eu passei para vocês aqui, eu tive uma dificuldade tão grande que eu era zoadado por outros que trabalhavam na operação. Eles falavam: "Nossa! A idade que você tem e você não sabe mexer com isso?" Muitas pessoas falavam isso para mim e tiravam onda.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Perfeito.

De onde vinha o conteúdo disparado? Quem dizia para colocar a mensagem de um jeito ou de outro? Quem dizia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – É como eu já cansei de falar aqui já: o sistema de disparo do *mailing* – eu vou dizer *mailing*, mas tinha outro nome – era passado do supervisor para cada um dos operadores. Era assim tratado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O senhor lia as mensagens?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Quando a gente jogava a campanha, a gente conseguia ver o que estava sendo mandado.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Em alguma dessas mensagens que o senhor recebeu, havia referência a alguns termos tipo "kit gay", "mamadeira de piroca", essas coisas? O senhor viu alguma vez isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Não, não. É como eu tinha falado aqui: eram santinhos, aqueles santinhos que a gente encontrava no meio da rua com a foto do político aqui...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Então era todo santinho mesmo o negócio, não é?

Eu pergunto ao senhor: havia alguma pauta do dia sobre os conteúdos? Mas o mais importante que eu quero saber é o seguinte: para quem os senhores mandavam? Como se escolhia esse público-alvo? Como era isso aí? Quem dizia: "Olha, hoje está aqui uma relação de endereços eletrônicos, está aqui o Facebook, está aqui o WhatsApp de um bocado de gente"? Quem dizia? Quem definia? Para quem vocês mandavam?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha, o senhor me desculpe, mas me desculpe mesmo, porque acho que não estou conseguindo entender... Porque, assim, acho que você nunca viu aqui, neste Plenário, alguém que tomasse a atitude que eu tomei para poder explicar detalhadamente determinada situação. E o que mais está me espantando são perguntas que não estão batendo. E não estão batendo porque estou vendo a situação de alguns aqui que estão nervosos comigo e, pelo jeito, estão tentando fazer com que eu perca a minha paciência. Eu não vou perder minha paciência. Eu explico quantas vezes for preciso. Isso é fato.

Agora o negócio é o seguinte: quando tinha essa situação de você ter um *mailing*, a quantidade de pessoas para quem ia ser mandada, para qual Estado ia ser mandado... Eu não sei de quem vinha a ordem, eu não sei quem mandava isso acontecer. O supervisor passava para cada computador, e você só ia fazendo a campanha.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E aí o senhor mandava... Você não sabe para quem ia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Você colocava o QR Code junto com o celular ali, você batia o QR Code, você colocava toda a propaganda e ia o *mailing*. Então, é uma coisa a que eu não tinha acesso, não cabia na minha função.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – A campanha do cidadão a quem o senhor se referiu, Police Neto, foi em 2018?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Foi... Fiz a campanha do Police Neto anterior, essa... A última em que ele se elegeu também. Eu acho que foram umas duas ou três campanhas com ele, acho que por aí. Acho que duas ou três.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nos documentos que o senhor encaminhou no seu processo trabalhista, um deles revela a existência de um *software* chamado Maestro. O Maestro é o software que conecta com a "chipeira"? Descreva o funcionamento desse Maestro.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – O Maestro é aquilo que eu estava falando para vocês naquele momento em que eu estava dando a explicação a respeito do funcionamento da "chipeira". Para que você conseguisse ver se você tinha sinal nos *chips* e para que você também conseguisse mandar para o sétimo andar, terceiro andar, sexto andar, você tinha essa situação do Maestro. O Maestro fazia toda essa função. É isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Sr. Presidente, eu estou satisfeito, mas queria fazer um breve comentário.

Primeiro: nós precisamos, de alguma forma, o mais rapidamente possível... E a jornalista disse que vai sair a matéria com a planilha, com gravações. Enfim, nós vamos poder ter a oportunidade de saber se o depoente, se S. Sa., faltou ou não com a verdade. Em tendo faltado, naturalmente terá que responder em relação à legislação vigente.

Segundo: nós temos que trazer essas empresas. Inclusive, de imediato, nós temos que cobrar todos os serviços que foram feitos por essa empresa no ano de 2018. Inclusive, nós do PT fazemos questão que isso se faça. Se o PT fez algum serviço, qual foi o conteúdo, quanto pagou, cadê a nota? E queremos saber também em relação aos demais partidos.

É tão engraçado... O Tribunal Superior Eleitoral abriu um processo por demanda de partidos políticos, e esse processo está andando, em que se pede para investigar o disparo de notícias mentirosas, de pautas de ódio e de agressões que foram feitas durante a campanha eleitoral, tendo como ré a campanha do Presidente Jair Bolsonaro. Hoje nós temos alguém que desvende todo o processo. Para mim foi muito instrutivo, muito instrutivo – a gente sabe agora como a coisa acontece –, mas, no final, vem e diz o seguinte: "Não, mas é o contrário". Só faltou ele dizer que foi o PT que espalhou todas essas *fake news*!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Foi isso mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Como é que é? Como é que é?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Foi isso mesmo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Meu Deus do céu, que inteligência! Ô, neném, pelo amor de Deus!

Pois, então, o que acontece é o seguinte: descobrimos todo o malfeito, mas agora eu não consigo entender o depoente vir dizer que tem a ver com o PT.

Agora, eu quero somente concluir a minha fala dizendo o seguinte. Não tenha dúvidas: se, de fato, a jornalista tem esse contato, tem essa gravação, isso chegará aqui, isso chegará à população, e nós vamos saber se a verdade foi dita ou não.

Eu quero, de todo jeito, agradecer a V. Sa. Sei que V. Sa. não tem nenhuma responsabilidade sobre as coisas que aconteceram, mas tem responsabilidade sobre as coisas que disse aqui.

Eu estou satisfeito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos fazer um intervalo, porque o advogado solicitou que o depoente precisa tomar um medicamento. Então, um intervalozinho para ele poder fazer uso do produto para a sua saúde. Está suspensa a reunião por cinco minutos.

(Suspensa às 16 horas e 36 minutos, a reunião é reaberta às 16 horas e 41 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Declaro reaberta a nossa reunião da CPMI mista.

Concedo a palavra ao nobre Senador do Estado de Sergipe, do PT, Rogério Carvalho, e, em seguida, à Deputada de Santa Catarina, Caroline de Toni.

Depois da Caroline, temos Natália Bonavides, depois o Deputado Filipe Barros, depois o Deputado Márcio Labre.

Até agora chegaram essas pessoas. Devem estar chegando.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – As minhas perguntas, a maioria delas, já foram feitas ao depoente.

Eu queria saber uma questão que me parece importante: as pessoas que tinham seus CPFs utilizados para os disparos de WhatsApp tinham conhecimento de que esses CPFs estavam sendo utilizados? Sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu aposto que não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

A segunda questão é que a Patrícia Campos Mello, que, segundo o senhor, não entregou material nenhum a ela, e que, segundo o senhor, ela mentiu, está dizendo em uma rede social que tem as fotos e a planilha de Excel que o senhor entregou para ela e disse que mentir em CPMI é crime. O senhor está preparado para responder pelo crime de não falar a verdade aqui na CPI em relação a todas as questões que foram feitas ao senhor e o senhor afirmou de uma maneira que não é exatamente a verdade? Sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para expor.) – Será que ela está preparada, ela...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – A pergunta é objetiva: sim ou não? Sim ou não?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Está intimidando a testemunha, Presidente.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu não estou intimidando. Eu estou perguntando.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Você está acusando ele já, Senador!

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por favor, vamos amenizar os ânimos.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Eu estou com o ânimo absolutamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se o Senador Rogério perguntou, ele quer uma resposta "sim" ou "não". É um direito dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sim ou não.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É uma pergunta tendenciosa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Isso é um problema que vocês... Na hora de fazerem as perguntas de vocês, eu respeitarei. Eu estou fazendo a minha pergunta e peço que, por uma questão de respeito, V. Exas. não se intrometam no meu questionamento.

Então, a pergunta é: sim ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou responder a sua pergunta.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Muito bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sabe por que eu não vou responder sua pergunta?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, não quero saber. Você não vai responder. Não respondeu, pronto. Não tem que dizer mais nada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desculpa até falar, gente, é porque tem coisas que eu não concordo e realmente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Quem é Daniel Hugo? Para que fins os números internacionais que ele conseguiu foram usados?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, essa parte do senhor falar que ele conseguiu já não é comigo, porque eu não sei. Então, assim... Eu sei quem é, trabalhei com a pessoa, agora, quem conseguiu os números...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Qual era a função dele?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu nem lembro qual era a função dele.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Você sabe? Não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não sei.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O.k.

Como e de que maneira foram utilizados os números internacionais para envio de mensagens em massa?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. *Fora do microfone.*) – Você pode responder que já respondeu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Presidente, eu queria pedir a V. Exa. que garantisse o meu direito de fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está garantido, Senador.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Por favor, que os demais Parlamentares se restrinjam ao tempo que lhes couber.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Solicito aos demais Parlamentares que atendam à solicitação do Senador Rogério para que ele possa externar, possa falar, possa ficar à vontade nas suas perguntas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu vou repetir a pergunta: como e de que maneira foram utilizados os números internacionais para o envio de mensagens em massa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Concluindo até o que ele está falando aqui, não estou debandando para lado de ninguém, nem conheço o cara aqui, mas a realidade é que eu já tinha respondido e vou até explicar novamente. Os números internacionais serviam no presente momento em que você não tinha nenhum *chip* com tráfico de dados para poder fazer a transição do informativo, da propaganda. Então, você tinha os números internacionais que você entrava pelo computador. O próprio supervisor disponibilizava para você poder acessar. Você acessava, você colocava o número, o DDD do país, da mesma maneira que você cadastra seu WhatsApp no seu celular, e você disparava. Ressalvo que tinha algumas localidades que ficava um pouco estranho. Ficava estranho e tinha gente até que respondia, conseguia fazer uma reclamação: "Ah, mas quem é que está me mandando mensagem?", pela numeração, pelo DDD. Então, é isso.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Tinha *chips* da Índia e de Israel?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, em momento algum eu falei *chip* em espécie que não seja do País.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, mas a pergunta que eu fiz... Porque eram utilizados números internacionais. O senhor disse que eram utilizados, porque os *chips* eram... Agora estou perguntando se tinha *chips* da Índia ou de Israel.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, mas eu acho que o senhor não prestou atenção direito, principalmente na videoaula, porque não tinha *chip* de outro País. *Chip* era *chip* nacional.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas o senhor acabou de afirmar que havia *chips* internacionais, números.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eu coloquei ali e expliquei que aquele *site*... Estava dando resposta ao que a senhora havia me perguntado aqui, eu respondi claramente como se pegavam os números internacionais. Se quiser, até peço para que coloque novamente, e eu continuo dando a videoaula.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Entre esses números, havia da Índia e de Israel?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – De países todos. O mundo todo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Você está dizendo que sim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O mundo todo.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O. k.

Você tinha relação com Flávia Alves e Lindolfo Alves?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Que tipo de relação o senhor está querendo saber? Não, porque eu não era amigo de boteco e não saía com nenhum dos dois...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Do tipo que você quiser.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Assim, a Flávia nunca foi uma pessoa educada de falar. A Flávia, quando ela se referia aos outros, ela não se referia de uma maneira...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Ela tinha uma relação de hierarquia sobre você?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sobre mim... Todo mundo que está aqui presente, todo mundo está vendo a maneira como eu converso com todos que estão aqui presentes e com quem conversa comigo...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, mas profissional? Profissional?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, assim, me tratou bem, eu vou tratar bem. Simples.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas não é disso que estou... A pergunta que estou fazendo é a seguinte: ela tinha relação de chefia com V. Sa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tinha. Era a dona da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Lindolfo Alves tinha relação de hierarquia sobre V. Sa.?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ambos eram donos da empresa.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eles eram os donos da empresa. Então, você já respondeu. Qual o perfil dos clientes da empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Em que parâmetro?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Perfil. Para quais empresas a empresa Yacows prestava serviços? Que tipo de empresa recebia os serviços da Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou pedir um papel e uma caneta e vou começar a marcar tudo o que falar e quantas vezes e vou repetir, porque assim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Essas são as minhas perguntas. O senhor responde se quiser.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Eu entendo. Eu vou explicar novamente. Houve momento de eu ver campanha de mercadinho de Tocantins – mercadinho. Eu não estou falando de mercado Extra, de Carrefour. Não estou falando desses mercados, mas de mercado que você nunca viu na vida sendo anunciado ali. Campanha de determinadas situações... Você via campanha lá que acho que o próprio cliente não teria condições de pagar para que fossem feitas aquelas campanhas. E eram campanhas pequenas. Não eram campanhas muito grandes como campanha política ou campanhas de outras coisas. Então, havia o cliente do alto padrão e havia o cliente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – A agência AM4 o senhor classifica como cliente de alto, médio ou baixo padrão?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, eu vou ser bem claro... Eu vou ser claro e vou ser detalhista porque você me fez uma pergunta que ninguém me fez até agora. E eu acho até conveniente. Eu estou aqui fazendo o depoimento e não sei nem que empresa é essa daí. Essa empresa foi anunciada quando foi feita a situação da... Chegaram lá e tudo o mais. Mas eu não sei em que eles trabalham. Não sei o que eles fazem. Eu, teoricamente...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – No começo da reunião... No começo...

Presidente, o senhor poderia pedir à Deputada Caroline de Toni...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas eu faço questão de te responder para deixar claro para ninguém me fazer pergunta assim, tipo... Eu não sei o que a empresa faz, eu não sei qual é o público alvo da empresa. Eu não sei há quantos anos ela está no mercado. Eu não sei nada dessa empresa. Eu só fui apresentado à advogada da empresa. Nada mais do que isso. Então, tipo, hoje estão me perguntando AM4, AM4, AM4... Para mim...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Em que circunstância...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – ... indiferente. Eu não conheço.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Em que circunstância o senhor foi apresentado à advogada da empresa AM4? Em que circunstâncias?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A circunstância de quando houve o processo trabalhista e quando houve a situação do acordo. E, nessas circunstâncias, a gente teve a situação de "ah, eu sou a fulana de tal, de tal empresa"; "eu sou a fulana de tal, de tal empresa".

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Quem era a "fulana de tal"?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Ah, eu não vou lembrar nome de mulher, não é?, principalmente de uma advogada que estava no lado contrário. Não era amiga minha.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Depois, a gente vai conferir a ata.

Então, quer dizer que o senhor foi... A pergunta, só para confirmar aqui a resposta, para eu entender a resposta: o senhor recebeu auxílio de uma advogada da AM4? É isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como é que é?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O senhor recebeu auxílio ou ela foi oponente no processo que o senhor moveu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora o senhor me assustou, heim? Acho que não estou entendendo o que está acontecendo aqui. Eu recebi auxílio do quê?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, ela foi sua advogada de defesa ou da parte contrária?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como assim? Não estou entendendo isso. Assim, o senhor leu totalmente a situação por que eu estou aqui presente?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, eu não estou sendo o depoente. Sou eu quem estou perguntando a V. Sa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas a pergunta não está encaixando. Como ela poderia ser minha advogada se eu acabei de falar que eu não a conheço? Eu não sei nem que empresa é essa daí.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Mas o senhor disse no começo que a AM4 teve um advogado que esteve no processo contra o senhor. Não foi isso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou até repetir novamente. Eu acho que...

Quando houve a situação do processo, a própria empresa Yacows entrou em contato com os Lazzarinis, que eram os advogados...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Com quem?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Com os Lazzarinis, com a família Lazzarini, que estava advogando para mim na época, e solicitou um acordo, mas que esse acordo fosse lavrado na mesa do juiz no dia da audiência, que estava próximo. Quando eu cheguei, adentrei ao local e me foi apresentada fulana de tal...

(Soa a campanha.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... e foi lavrado assim. O contato que eu tive com esse pessoal não foi o contato de sentar e tomar uma cerveja e comer um arroz e feijão. Foi um contato de "ó, a gente está fechando esse contato com você", e tanto o documento que eu tenho aqui dizendo para que ficasse calado a respeito de tudo isso o que está sendo conversado aqui. Foi só esse momento. Eu não conheço essas pessoas.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu queria fazer uma última pergunta a V. Sa.

O senhor falou que alguém entregou dinheiro. Quem entregou dinheiro e em que circunstância foi entregue dinheiro nessa empresa?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Acho melhor você pegar, sentar com o Rodolfo, com o Lindolfo, conversar com ele mais, de uma forma legal, assim, da maneira como está sendo conversado comigo, que chega até a irritar, porque eu acho que ele vai te contar bem melhor.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Então, o senhor está dizendo que foi o Lindolfo que recebeu o dinheiro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Deixa que ele conta para você.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Não, eu estou fazendo uma pergunta ao senhor. O senhor sabe dizer se foi o Lindolfo, ou não, que recebeu? O senhor está dizendo que eu tenho de conversar com o Lindolfo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Fui eu quem recebeu o dinheiro?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Eu estou perguntando ao senhor quem recebeu o dinheiro. O senhor está dizendo que eu pergunte ao Lindolfo. A pergunta que eu faço é: foi o Sr. Lindolfo que recebeu o dinheiro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu prefiro não responder a sua pergunta, não.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – O. k.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, só uma coisa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Caroline de Toni.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Só uma coisa, Presidente. Está acontecendo votação nominal no Plenário. Dê cinco minutinhos para a gente ir lá votar e, daí, retomamos, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu passo para quem quiser ficar e, na volta a senhora fala...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É que a maioria dos Deputados... Agora é outra Deputada também, a Natália. Então, assim...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, a Deputada Luizianne já foi e votou, não é?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas votou na nominal? Então, tem que ir na nominal. Dê cinco minutinhos, Presidente, a gente vai e volta. Eu vou lá e volto. Eu vou mais rápido e volto porque eu sou a próxima.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Quem quiser queimar já seu tempo enquanto elas votam...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

Com a palavra a Deputada Luizianne.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu acho que eu era...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se a Deputada Bonavides quiser, ela está na sua frente, Deputada Luizianne.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vou permanecer ainda.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, a Deputada Bonavides.

Eu gostaria que o Plenário, se possível, permanecesse em silêncio para que a Deputada Bonavides pudesse elaborar suas perguntas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde, Sr. Hans. Boa tarde.

Eu queria agradecer sua presença aqui nesta Comissão. É sempre muito importante cada pessoa que vem aqui para que a gente possa, enfim, compreender melhor toda essa questão que tem acontecido no nosso País.

Eu queria, de pronto, olhando nos olhos do senhor, dizer que nosso mandato está à disposição caso você tenha vontade ou queira relatar qualquer denúncia, qualquer coação, qualquer ameaça. Isso não é favor nenhum. Nós somos Parlamentares e temos a obrigação de, recebendo uma informação assim, tomar procedimentos adequados. E existem. Existem procedimentos adequados para tratar situações do tipo.

Eu queria saber do senhor de onde vinha a lista de contatos que vocês recebiam para passar as mensagens. Você mencionou um supervisor. Você sabe de onde a Yacows recebia essas listas de contatos?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, pior que não. O pior é que, quando essa lista apareceu, essa lista de cem mil nomes... Quando essa lista apareceu, ela apareceu no grupo do WhatsApp da diretoria e depois, em seguida, para o grupo do WhatsApp geral, que era a empresa toda.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A lista de cem mil nomes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

Eu não vou saber te responder quem foi que colocou essa lista naquele grupo e disse que era para ser usada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor ainda está nesse grupo de WhatsApp?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou sem celular.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Está sem celular.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O número que eu tinha na época eu perdi. E o meu celular eu perdi recentemente por conta de uma hipoglicemia no meio da rua. A um quarteirão de casa, eu passei mal vindo da Lapa para a Leopoldina. Perdi celular, perdi sandália e tudo mais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sinto muito.

O senhor está sem celular no momento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Estou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou usando o número de telefone da minha mãe caso alguém queira falar comigo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

O senhor lembra qual era a proporção mais ou menos de texto, mensagem, vídeo, áudio que vocês encaminhavam?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Olha...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Era mais o quê? Era um pouquinho de cada?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É uma coisa assim muito difícil de falar para você porque, quando era campanha política, era só aquela foto, o número e acabou. "Fulano de tal se elegendo na sua região, blá-blá-blá." Só isso. Quando era uma campanha de alguma situação, tinha um videozinho, tinha... O áudio, eu não me lembro de ter pego propaganda de áudio, não, mas de vídeo eu cheguei a ver. Era vídeo... Esses que passam nos comerciais da televisão. Entendeu?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era coisa assim nesse segmento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Entendi. Obrigada.

Nós temos a informação de que essa empresa que, enfim, tem surgido aqui tanto na nossa reunião, a AM4, contratou a Yacows para os serviços da Yacows que eram prestados através da plataforma Bulk Services. O senhor conhece essa plataforma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu mostrei para vocês ali.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Essa? Aquela era a plataforma Bulk Services?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. Eu mostrei para vocês ali aquela plataforma. Eu falei até para o moço, para o senhor que estava ali me perguntando, que eu não sei te responder, eu não sei responder para todo mundo que está aqui presente qual era a relação dessa empresa... Eu não sei nem o nome da empresa de que está todo mundo falando: "Ah, mas ela teve uma ligação com a Yacows e tudo mais". Eu não sei te responder como ela entrou na conversa, eu não sei responder a relação porque, quando a gente trabalhava na Yacows – eu não estou falando só por mim, eu estou falando por todos que trabalharam por lá –, a gente não tinha acesso a essas coisas, não. Eu estou tendo acesso... Eu acho que de todos os funcionários...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Acesso a que coisas, desculpe?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A esse nome dessa empresa, serviços...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas a plataforma era a chamada Bulk Services, não é?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Era.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A que o senhor operava, inclusive?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A que eu mostrei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A que o senhor mostrou aqui e a que o senhor operava?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu apanhei tanto para aprender a mexer naquilo ali, menina do céu!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Entendi.

A AM4, por sinal, foi a que o senhor mencionou que tinha uma representante jurídica, uma advogada, enfim, na reunião em que vocês conversaram sobre o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

O senhor fez esse acordo antes ou depois de ter conversado com a jornalista Patrícia?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, o acordo foi feito depois, tanto que, quando foi feito o acordo, ela entrou em contato brava comigo, falando que eu tinha sido comprado. Nessa ela entrou por ligação, se vocês puxarem nos números telefônicos que eu tinha na época, e falou extremamente brava, como um cara falou para mim agora há pouco.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Então, o senhor primeiro havia falado com a jornalista e depois conseguiu o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A jornalista, quando rolou o acordo, quando teve toda essa situação, a jornalista chegou reclamando de uma situação em que ela se apresentou de um jeito, questionou situações que não tinham nada a ver com o que ela tinha chegado a ter contato comigo...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Tudo isso antes do acordo, certo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Certo.

Em seguida ou antes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A primeira conversa antes de conseguir o acordo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi tudo em seguida, porque ela ligou para mim. Quando ela ligou... E ela ligou para mim e falou assim: "Sou jornalista da *Folha de S. Paulo* e estou querendo saber a respeito do seu livro e tudo mais". Quando ela chegou, falou o que ela estava querendo saber, que ela estava toda hora questionando sobre a Yacows, como era o funcionamento da Yacows e toda aquela situação, aí perdeu aquela coisa, aquela minha felicidade em que eu pensei assim: a pessoa está vindo atrás do meu trabalho.

(Soa a campanha.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – A pessoa se apresentou vindo atrás do meu trabalho e, na realidade, era outra coisa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Falando no seu trabalho, o senhor, no seu processo na Justiça do Trabalho, afirmou que começou a trabalhar em agosto, mas, aqui na nossa Comissão, o senhor está afirmando que começou a trabalhar por volta de abril. Em qual dos dois espaços o senhor está falando o correto, a verdade?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Essa questão de data, é como eu falei várias vezes aqui...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É não dá para dar uma precisão, claro. Mas, assim, de agosto até outubro é uma coisinha e de abril até outubro...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Daria para ter uma precisão exata do dia e da hora que eu pedi...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, não precisa de precisão. Não precisa.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu preciso só responder porque vai ter outras pessoas que vão perguntar a mesma coisa. Daria para ter uma precisão certa de dia, data e horário em que eu conheci Flávia e Lindolfo e que eu entrei na Yacows se eles tivessem trabalhado da maneira correta como empregadores, que não foi o que aconteceu.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas o senhor não lembra nem se foi no primeiro semestre ou no segundo? Não quero saber de hora, de data. Foi no primeiro semestre, mais no começo do ano, ou depois, no meio do ano?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não vou...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não lembra...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Exatamente, exatamente...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ... se passou o primeiro semestre empregado ou desempregado ou se passou o primeiro semestre todo desempregado e começou a trabalhar só em agosto?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – No primeiro semestre, eu estava sendo chamado para fazer a campanha política de um ou outro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Na Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não. No começo do ano – eu lembro que era janeiro ou fevereiro, alguma coisa assim –, eu fui chamado para fazer campanha política e fui apresentado ao assessor.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A campanha do Sr. Police Neto, que o senhor mencionou, foi nesse ano também de 2018 que o senhor a teria feito?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Fiz a campanha política dele, duas campanhas políticas dele, se não me engano.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Uma delas foi nesse mesmo ano em que o senhor trabalhou na Yacows?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Foi. Se eu não me engano, foi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas é que ele não foi candidato em 2018. O senhor lembra se era para ele mesmo? O senhor está falando que trabalhou para tais pessoas, que trabalhou para Lula, para o PT, mas o senhor está falando que trabalhou para uma pessoa que não foi candidato em 2018.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Você liga para ele e pergunta para ele quem é o Hans, o que o Hans fazia para ele.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, eu não tenho o contato dele. Eu só estou me baseando no que o senhor falou e nas informações públicas, no caso a de que ele não foi candidato em 2018, apesar de o senhor dizer que fez...

Presidente, eu peço... Eu acho que o depoente deveria responder o que ele sabe e não o que está sendo sugerido que ele fale.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sr. depoente, V. Sa. responde ou não. Isso fica a seu critério.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – O senhor quer responder a essa pergunta?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, eu posso responder à sua pergunta, assim, de uma maneira bem clássica.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Clássica?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou ficar lembrando datas de determinadas situações. Tem coisas que estou dizendo aqui até o presente momento, e, se você sair e perguntar, vão te afirmar o que estou falando. Agora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu só estou perguntando o que o senhor afirmou. Não vou sair perguntando.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, assim...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – A informação da não candidatura dele é pública.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, eu tenho outras preocupações muito mais sérias do que ficar lembrando datas, datas essas que pessoas não cumpriram da maneira correta. Eu não sou obrigado a lembrar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, mas, Sr. Hans, eu não estou perguntando data. Por exemplo, se o senhor trabalhou para a Yacows...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Vou concluir, Presidente. Só lhe peço mais um pouco de tempo. Acho que o senhor não colocou meu tempo igual ao dos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É que V. Exa. é suplente, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Hans, eu não estou pedindo data, mas, se o senhor diz que trabalhou numa época na Yacows e que, nessa mesma época, fez campanha para o Sr. Police, isso não bate, porque, na época em que o senhor diz que trabalhou na Yacows – não importa se em abril ou em agosto –, no ano de 2018, esse senhor não foi candidato. E aí fico um pouco em dúvida sobre até as outras pessoas que o senhor disse que foram clientes. Mas, enfim, se o senhor não lembra, sigamos.

Quanto a essa lista dos cem mil nomes, vocês usavam esses mesmos cem mil para todo mundo para quem vocês disparavam mensagens? Eu me explico: vocês queriam disparar para um candidato X, e ela ia para os cem mil? Aí a de outro candidato X de outro partido ia para esses outros cem mil? Ou vocês faziam assim: estes cem mil aqui... Não, desculpa! "Este candidato aqui vai para esse tanto, e esse outro candidato vai para outro perfil"?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu estou doido para responder à sua pergunta, mas só que tem um detalhe...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E eu estou doida para que o senhor responda.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O pior é que eu estou doido para responder mesmo. Mas só que, assim, se eu ponho em dúvida o que eu estou te dizendo, para que você quer me ouvir?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu quero entender por que o senhor deu uma informação da qual agora disse que já não se recorda. O senhor havia informado como se fosse uma informação precisa. E agora o senhor diz que não, que não era precisa. Então, a gente está aqui conversando para tentar entender quais as informações que o senhor está trazendo que são precisas. E aí eu volto a esta pergunta que eu fiz ao senhor: essa lista dos cem mil contatos era usada não importava para quem, para qual candidato? Eram os mesmos números? Era para esses mesmos números que eram enviadas? Ou cada candidato tinha um perfil, uma segmentação, uma parcela diferente desses cem mil números?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Apesar de eu estar atacado, doido para dar uma resposta bem confortável para a senhora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Fique à vontade.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – ... eu vou explicar para a senhora, como eu expliquei já em outro momento aqui: na lista de cem mil nomes, a cada CPF, você conseguia cadastrar quatro *chips*, cinco *chips*, e por aí vai. Então, com um único CPF, quantas campanhas você conseguiria fazer? Não sei se fui claro. Entendeu?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Acho que não. Isso significa o quê? Quando vocês queriam fazer uma campanha, por exemplo, para cinco candidatos diferentes, era para esses mesmos números que vocês enviavam todo o material de campanha?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vou dar um exemplo melhor ainda. Agora, se você não entender, eu paro aqui. Se eu pegar o seu CPF e cadastrar em cinco celulares e, com o seu CPF, eu colocar um celular nesta mesa, um celular naquela mesa e na outra mesa e se cada um tiver um *mailing* diferente, quantas campanhas vocês conseguem fazer? Joãozinho foi à feira, heim?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Vou, então, fazer de novo a pergunta. E, se o senhor não entender, eu não tenho nenhum problema em refazer. Não vou parar por isso. Uma mesma pessoa recebia a propaganda de vocês de candidatos diferentes? Não estou perguntando sobre CPFs, Sr. Hans. Estou perguntando sobre a lista de contatos para quem vocês enviavam. Entendeu?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, você falou uma coisa que tinha nexos mesmo, porque...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO – Agora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Hans, eu entendo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Sr. Hans, eu entendo perfeitamente que o senhor...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, tudo bem, Deputado!

Eu entendo perfeitamente que expostas...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu entendo perfeitamente que expostas tantas contradições...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, houve alguma ofensa a V. Exa.?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, eu entendo que ele queira desviar o assunto. Ele está até aproveitando o tempo para perguntar ao advogado o que deve falar agora. Eu entendo perfeitamente que diante de...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, eu gostaria que o senhor impusesse a sua autoridade para garantir o silêncio no plenário, para eu continuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Estou assegurando a sua palavra, nobre Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Mas eu entendo que o senhor queira desviar o assunto, já que tantas contradições estão sendo postas. Se o senhor não quer responder à pergunta que eu já fiz três ou quatro vezes, não tem problema. A gente segue para a seguinte. A gente se encaminha também para o final.

O senhor lembra o número do telefone que o senhor usava, esse que foi perdido?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, vou ser bem categórico. Agora vou ser mais categórico ainda.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu agradeço.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se você teima em falar que é duvidosa a minha palavra, a minha presença, então não perca seu tempo me perguntando. Me desculpa!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Não, de forma alguma, Sr. Hans, eu não estou perdendo tempo aqui.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Me desculpa!

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Eu estou tentando entender as informações que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, Deputada.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu me calo a partir daqui.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – ... em uma hora o senhor traz dizendo uma coisa e, em outra hora, diz outra coisa. É somente isso. Mas não há problema. Se o senhor não quiser mais responder às minhas perguntas, eu entendo. Eu entendo que há muitas informações que ficaram conflitantes e confusas. Se o senhor quiser parar de falar sobre elas, está tudo bem.

Presidente, nós seguimos com os próximos depoimentos. Agradeço o tempo disponibilizado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Obrigado, Deputada.

Com a palavra a Deputada Caroline de Toni, do PSC, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – É o PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Errou aqui a Secretaria. Por isso, estranhei o que está aqui. Pensei que V. Exa. tinha mudado de partido sem comunicar à Comissão.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Boa tarde, Presidente!

Boa tarde, Sr. Hans e Dr. Fernando!

Eu queria começar a minha fala, Presidente, colocando aqui um ofício que retornou da Polícia Federal no qual o Parlamentar que integra esta Comissão, o Deputado Frota... Quando ele esteve aqui depondo, trouxe uma série de documentos, *prints* públicos, na verdade, dizendo que estava sofrendo graves ameaças e pediu ao senhor para encaminhar, então, essas, entre aspas, "provas" para a Diretoria-Geral da Polícia Federal. Retornou, então, a resposta do Delegado da Polícia Federal, Sr. Ademir Dias Cardoso Júnior, acerca dessas supostas provas de ameaças a membros da CPI. O delegado-geral falou que desse anexo, de todas essas supostas provas, não se faz possível extrair uma narrativa consistente que aponte concretamente para ações que envolvam o cometimento de ato delitivo. Daí ele: "Trata-se, com efeito", anexo número tal, "de um arquivo que contém uma série de manifestações descontextualizadas emitidas em redes sociais. Desse modo, sugere-se o arquivamento do expediente".

Com isso, Presidente, fica claro aqui pelo ofício da Polícia Federal que, novamente, repetimos – e repetimos sessão após sessão, reunião após reunião – que não há milícia digital, que não há um assassinato coordenado de reputações e nem sequer indícios de crime, como disse a polícia. Ao que tudo indica, nós podemos, talvez, até verificar se não houve um verdadeiro abuso de autoridade no sentido de coibir as pessoas de livremente se manifestarem nas redes sociais...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, só um instantinho.

Eu queria convidar o Deputado Rui Falcão para assumir o meu lugar porque está havendo votação nominal. Só tenho dois minutos para não tomar falta.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo. Então, vou continuar aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ele, como é o nosso substituto-mor, sempre foi.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O que a gente não pode, Presidente, é aceitar que os políticos não possam ser criticados. Antigamente as pessoas iam votar e achavam que o seu dever estava cumprido. Hoje, com as redes sociais, a gente tem que prestar contas não só durante as eleições, mas também é uma espécie de cidadania que está sendo exercida permanentemente, pelo eleitorado, por meio das redes sociais.

Então, parabênizo a Polícia Federal por deixar que as pessoas continuem livremente tendo a sua liberdade de expressão nas redes sociais. Muito bem.

A reunião de hoje, Presidente, demonstra claramente por que a Oposição, por que o PT queria sigilo. E aqui foi revelado pelo Sr. Hans que as suspeitas... Até então as acusações de toda a oposição, que tem o maior número de membros aqui e tenta sempre fazer essa narrativa falaciosa de que teria havido disparos em massa na campanha do Presidente Bolsonaro, tentando fazer um terceiro turno, sendo o Sr. Hans uma dessas, entre aspas, "testemunhas-chave" dessa suposta acusação... E nós vimos aqui, por meio do seu depoimento, exatamente o contrário. É aquilo que a gente sempre afirmou: que quem fazia disparo em massa era o Partido dos Trabalhadores. E ele veio aqui testemunhar. Então, não era à toa que o PT queria sigilo.

Mas nós, sempre defensores da liberdade, estamos aqui novamente, conseguimos vencer primeiro essa votação para que fosse pública esta reunião, para que a imprensa possa cobrir – e tomara que seja honesta na descrição dos fatos –, demonstrando, mais uma vez, a falácia da oposição.

Começo aqui as minhas perguntas.

Na verdade, Sr. Hans, o senhor já respondeu a quase todas as minhas perguntas. Uma das minhas perguntas tinha a ver com quando o senhor começou a falar. O senhor falou que sofreu pressão de determinados partidos a certa altura da campanha, e o senhor falou, então, Partido dos Trabalhadores. O senhor confirma?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É. Pior que foi.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O senhor comentou também que, quando estava aqui até o filho do... o Eduardo Bolsonaro, em nenhum momento o senhor fez disparo com relação à campanha do candidato Bolsonaro. O senhor confirma essa informação?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Confirmo e até reitero. Até informo também a situação em que fiz o comentário, que era o comentário que eu fazia para todo o mundo. Quem me conhece vai poder dizer desse período que eu estava comentando, falando: nossa, a gente está fazendo campanha de fulano, beltrano e tal, mas o cara vai ganhar como? E ele estava, de uma maneira política, na televisão, que... As pesquisas diziam que ele tinha uma possibilidade muito grande de ganhar. E ficava aquele comentário: "mas como o cara vai ganhar se ele não está fazendo propaganda?". Pelo menos no período em que eu estava na empresa, não houve nenhuma propaganda nem dele nem do Dória. Entendeu? Então, o que ficava na nossa mente, até ficou, foi como ele conseguiu ganhar.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Se você não faz propaganda do seu peixe, como é que você vai vender o seu peixe?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Muito obrigada.

O senhor comentou aqui que tem muitos políticos desse Partido, do PT, para quem o senhor chegou a fazer, que lembra de ter disseminado esses disparos em massa. Quais foram esses políticos do Partido dos Trabalhadores? Mesmo que eles estejam na Comissão, gostaria que o senhor falasse.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu prefiro não citar nomes para não dar mais conflitos, porque...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tu podes não citar quem está aqui. Alguns políticos para quem você fez campanha? Rui Falcão, o senhor olhou para ele. E, tirando ele, quais outros políticos do Partido dos Trabalhadores de que o senhor se lembra?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Menina do céu! Era esse moço. Tinha... Qual era o nome daquele cara?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. Vamos continuar. Se o senhor lembrar depois, o senhor fala, porque o tempo está correndo.

Tenho aqui, Sr. Hans... Vou continuar. Se o senhor lembrar, o senhor fala novamente. Depois eu pergunto novamente.

Aqui tenho uma notícia da *Folha de S. Paulo*, datada de 26 de outubro de 2018, que fala da campanha do Haddad. Aqui fala que pessoas ligadas à campanha petista confirmam que a agência de *marketing* contratada por eles usou os serviços da Yacows, mas negaram que tenham qualquer lista de contatos que não fosse do próprio PT. O senhor comentou aqui sobre como se dava, o senhor fez até uma aula aqui sobre como se davam esses disparos. Qual a origem dessa lista que vocês utilizavam para fazer esses disparos?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Isso eu não vou saber responder porque, na realidade, independente das duas funções que eu exerci na empresa, eu não tinha acesso para saber de onde vinha. Então, a situação da caixa de *chips*, de onde que vinha esse... Falo *mailing*, mas era um outro nome que era usado lá. Eu não tenho essa informação de quem mandava e de como era preparado isso. Tinha curiosidade? Tinha curiosidade, mas não tinha acesso e nem conversação com...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, não sabe nem se era do Partido ou se não era do Partido? Mas, ao que tudo indica...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não sei te responder como era elaborada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sim, como era elaborada essa lista. O senhor não tem conhecimento. Era só isso que eu precisava saber.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Como eu apresentei ali, a elaboração disso daí...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Já vinha pronto para vocês ou não?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É uma elaboração muito grande, porque não envolve só o político, envolve outros setores de informática, de coisa, para chegar naquela situação. Então, até para o entendimento de quem trabalhava na época, é uma coisa, assim, que você fica até curioso para saber como funciona.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Tá. O senhor comentou no início que existe uma proximidade entre os donos da empresa e o Partido dos Trabalhadores. Poderia nos falar mais sobre esse relacionamento?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Olha, não só dos donos, viu?, porque a jornalista Patrícia... E quem me convidou, quem mandou o *e-mail*... Depois, quando eu estava baixando o *e-mail*, eu olhei bem assim, o que até agora eu não consegui entender e já levei uma chamada muito boa para que eu fique quieto e não seja grosso nem nada, até agora eu não consegui entender o que o Partido dos Trabalhadores está ganhando querendo queimar a minha imagem de maneira absurda e, ao mesmo tempo... A jornalista, se você consultar, ela é do PT, filiada ao PT, simpaticante do PT, sei lá de que situação ela é junta com o PT. Quem me chamou para vir para cá é do próprio PT. Eles só não esqueceram de um pequeno detalhe: que eu não ia perder o meu tempo pegando avião, porque eu tenho medo de avião – sou diabético e hipertenso, estou sem insulina, e o meu advogado está aqui comigo a todo momento: "Ah, vamos medir a glicemia, vamos comer alguma coisa" –, para chegar aqui e falar besteira ou, como eu escutei: "Ah, mas você falou alguma coisa".

Tem coisa que eu posso não lembrar, a data? Beleza, posso não lembrar. Tenho outras coisas para fazer, tenho outras coisas para preocupar...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Eu queria saber sobre a ligação entre os donos da empresa e o PT.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Mas se você parar para analisar, as três situações têm ligação ao PT.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Oi?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – As três situações: Lindolfo, Flávio e a jornalista. E quem está no meio? O trouxe aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Com relação ao conteúdo das mensagens, já que o senhor lembra que fez disparos para o Partido dos Trabalhadores e para políticos do Partido dos Trabalhadores, o senhor lembra do conteúdo dessas mensagens? Tinha mensagens que estavam denegrindo a imagem do oponente, que era o Bolsonaro?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não. Em momento algum; em momento algum, tipo, eu não estou falando nem para defender nem nada, porque eu não quero nem perder o meu tempo fazendo isso, porque, tipo, para mim tanto faz. O que acontece é o seguinte: não tinha mensagem denegrindo ninguém. Era propaganda, assim, no meu entendimento, propaganda saudável: santinho, número, mais nada. Isso estou falando do período em que eu fiquei na empresa. Fora o período em que eu fiquei na empresa, eu já não posso responder o que aconteceu.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor chegou a fazer disparos da campanha do Fernando Haddad?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, do Haddad, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Do candidato a Presidente, do Haddad, do PT?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Esse... A campanha do Haddad, em que ele estava se elegendo, era o Bolsonaro e o Haddad na época.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Quando eu fiz um comentário, de uma maneira lúdica para que todos entendessem, que o Estado de São Paulo, vamos supor, fosse essa mesa e a outra bancada fosse o Rio

de Janeiro, a parte do Haddad você conseguia mandar para todo o Território nacional, mas você não podia mandar com aqueles números internacionais.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Por quê?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Porque era uma campanha de Presidente. Então, você estava mandando para o...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu vou mandar uma campanha para você, e você está na Paraíba, com um número da China? Não tinha condições.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Sim.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Então, o pessoal reclamava: "Ou, vai mandar? Mas você manda com número nacional". Então, entra naquela parte em que eu estava dando um exemplo, então, era o único em que você conseguia atingir todo o Território nacional, ressalva em alguns lugares que não atendia.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Então, o senhor confirma que fez esses disparos para beneficiar o Presidente do PT para todo o Território nacional, digamos assim?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, sim.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – E os chips eram adquiridos de uma forma ilícita, no caso?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aí fica difícil de dizer. A maneira como era adquirida a questão dos *chips*, eu não vou saber responder, até como a menina...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Mas aqueles indícios lá de que... da data de nascimento, etc.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Sim, do CPF, isso é fato. Do CPF, isso é fato. Agora, do *chip*, a parte do *chip* eu não vou saber responder, porque eu não sei como que chegava, quem comprava, quem trazia, quem comercializava, quem fazia a ponte, então...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Eu tenho outra pergunta aqui: e as empresas Yacows, Deep Marketing e Kiplix funcionavam na época das eleições no mesmo endereço e possuíam os mesmos sócios.

O candidato Henrique Meirelles, do MDB, contratou a Deep Marketing por dois milhões...

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – ... e, de acordo com a imprensa, disparou mensagens em massa para um milhão de beneficiários do Bolsa Família.

O senhor chegou a ter conhecimento disso? Por que eu estou com uma notícia aqui...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desse cara eu lembro, sim, menina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Se o senhor pode relatar como é que foi.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Desse cara eu lembro, sim. E só ressaltando um detalhe, essas empresas que você citou, tem empresa que não era no mesmo endereço, viu? Tanto que eu tive uma situação de...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Qual das três era no mesmo endereço?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Malt Serviços não era no mesmo endereço, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, eu falei Yacows, Kiplix e Deep Marketing.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – A Yacows eu sabia onde era, porque eu trabalhava... As outras eu não sabia o endereço. Aqui eu procurei o endereço por causa de um depósito errado...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Não, eu não estou te questionando com relação ao endereço, porque isso aqui está na notícia. Eu só te questionei com relação à campanha do Sr. Henrique Meirelles, do MDB, que teria contratado uma dessas empresas para fazer esses disparos.

O senhor lembra de ter pego esse trabalho, de ter disparado, desse candidato?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Vixe, demais! Do Henrique Merelles, esse daí a gente não esquece, não é? Desse a gente vai esquecer de que jeito? É como você... Vai esquecer o meu nome, Hans River? Não tem como, cara. Esse cara... Porque a campanha dele, a campanha dele foi uma campanha que teve momento em que todas as mesas estavam fazendo a campanha dele. Se parava de fazer campanha de outras pessoas, de outros produtos para fazer a campanha do cara.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Digamos que ele era um dos clientes mais fortes?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – E tinha coisa de horário, tinha essa coisa de horário, porque, assim, dependendo da localidade ou dependendo da situação... "Ah, até umas 10h, até umas 9h, você manda tal campanha; se passar de tal horário, você já não manda mais." Então, tipo, tinha essa situação, entendeu?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Certo.

Consta da reportagem da *Folha de S. Paulo* que o senhor pediu que fosse retirada qualquer colaboração tua com o jornal...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu já vou concluir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, meu tempo acabou agora, Deputada, e a gente foi muito tolerante com a tua colega, e inclusive já tinha encerrado o tempo dela, então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu acabei de falar com a Mesa. Meu tempo estava marcado errado, não teve tolerância, não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Fiquem tranquilas que eu já estou encerrando.

O senhor comentou aqui a forma como o senhor foi enganado pela jornalista da *Folha de S. Paulo*, que tentou se aproximar com base num livro, que tentou fazer amizade com o senhor, etc., para, depois, burlando essa confiança, ir lá e te expor. E a sua vida, por conta disso, o senhor já falou aqui as dificuldades que o senhor está enfrentando.

O senhor já ajuizou alguma ação em relação a essa jornalista e à *Folha de S. Paulo* para alguma indenização?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É isso que a gente estava discutindo. Estava discutindo porque está saindo uma discussão de que tem o direito do jornalista, o direito de imprensa, mas no momento de a pessoa acabar com a vida da outra parte, tipo, não tem direito de imprensa, entendeu? Então, assim, está uma situação em que está sendo discutido até o que gente pode fazer, como vai ser dirigida essa situação, porque, quando eu menos espero, sou chamado ao Ministério Público, quando eu menos espero... Até pensei que fosse um tipo de gozação. E era um assunto sério que eu estou aqui hoje. Eu até faltei com o respeito com o cara que me mandou o *e-mail*. Eu falei: "Ah, você está mandando *e-mail* para mim do Senado?". Não é? Eu achei que você estava brincando. Então, está complicada essa situação. Entendeu?

E tem até um detalhe que a gente trouxe também e que é importante sinalizar: a conversa que tive com a Patrícia. Então, assim, sabe aquele velho ditado que diz que você dá corda para depois você puxar a corda e ver a pessoa... Eu ia falar um termo, mas eu vou preferir segurar esse termo, porque eu já estou levando muita comida de rabo aqui.

Eu não sei se eu posso levantar aqui.

Eu posso levantar aqui? Tem um microfone para mim? Porque eu vou explicar aquilo ali. *(Pausa.)*

Aqui, como vocês estão vendo, o contato que ela teve comigo... No primeiro contato que ela teve comigo, ela me ligou do nada falando que era jornalista, que queria saber a respeito do meu livro e tudo mais. No segundo contato, ela pegou e entrou em contato pelo WhatsApp. Aqui você vê ela mandando todas as informações. Entendeu? Então, eu fiquei até meio assim... Eu falei: como que a pessoa entra em contato comigo... A maneira como ela entrou em contato, depois que ela me conheceu, deu o livro dela, autografou o livro dela, vendeu o produto, vendeu a imagem, eu até questioneei, indaguei a ela, perguntei: "Engraçado, você, como jornalista, tem um conteúdo de processo trabalhista..." Mas não era um conhecimento como alguma outra pessoa pensa, assim: "Ah, mas ele é o Hans" ou, como alguém falou para mim que eu era um negro de favela, que você não tem aquele conhecimento. Mas era uma pessoa como se eu chegasse no meu advogado agora e falasse: "E aí? E o processo? Fala para mim." Pela maneira como ela falou, ela sabia do que estava falando. Eu cheguei até a suspeitar de alguém ou até do advogado que eu contratei na época para fazer a ação ter passado

a informação para ela, porque, se você estivesse presente e visse a maneira como ela falou a respeito, ela dominava mais do que eu o assunto. Entendeu?

Fora essa conversa, fora isso daqui, tem o *e-mail* que ela mandou para mim com o meu processo inteiro. Em momento algum ela falou: "Eu consegui o seu telefone de contato da seguinte forma". Ela falou que o meu telefone de contato... Se houver algum advogado aqui, que o advogado me confirme, porque eu acho que estou pensando besteira. Tem gente que fala que eu penso besteira ou fala que eu só falo coisas impróprias. No conteúdo do processo aparece o número de telefone e o endereço da pessoa?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – O senhor descobriu como ela conseguiu o seu número ou até hoje não descobriu ainda?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, é o que eu estou perguntando agora a quem é advogado aqui: aparece?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Presidente, a gente não vai conseguir, assim, concluir esta reunião. Eu estou esperando aqui há três horas pacientemente.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu só estou concluindo.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Aparece?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu tenho questões relevantes a perguntar para a testemunha e vou ficar prejudicado...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Eu já encerrei, Presidente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... em questões que eu julgo importantes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Você encerrou as telas. Está tudo bem.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Teria mais telas para mostrar. Teria mais telas para mostrar.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tem que responder o que é perguntado. Não vamos ficar também...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Tudo bem, mas você está falando isso porque não foi com você.

Como que a pessoa consegue o telefone da outra pessoa do nada e não explica para você?

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Isso é falta de ética, no mínimo, da parte da jornalista.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo a sua explanação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Não, eu já concluí, Presidente.

Agradeço ao Sr. Hans.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe Barros, do PSL, do Paraná.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Hans River do Rio Nascimento, senhor advogado, Deputados, Deputadas, Senadores, Senadoras, eu iria abordar outro assunto na tarde de hoje, Sr. Presidente, assunto esse que aconteceu na reunião desta Comissão na semana passada. Eu iria iniciar com esse assunto, mas vou deixá-lo para um segundo momento. Neste primeiro momento, vou fazer um grande apanhado do que nós discutimos na tarde de hoje, porque eu acho que o Sr. Hans River contribuiu muito para os trabalhos desta Comissão e todas as perguntas já foram feitas, inclusive, inúmeras perguntas foram repetidas, repetidas e repetidas, e o Sr. Hans River, com uma paciência de Jó, respondeu a todas.

Mas é importante a gente fazer aqui, Sr. Presidente, um retrospecto. É o seguinte: quem fez o requerimento convocando o Sr. Hans River foi o Deputado Rui, do PT, do Partido dos Trabalhadores, e o fez porque, segundo a narrativa petista, a empresa em que o Sr. Hans River trabalhava prestou serviços para a campanha do Presidente Jair Bolsonaro, serviços de disparo de mensagens através de WhatsApp.

Era essa a narrativa, Hans, que o Partido dos Trabalhadores estava, e está, a todo momento tentando emplacar aqui nesta CPMI. E, pelo depoimento do senhor, que esteve dentro da empresa, trabalhando, ficou comprovado o contrário.

É aquilo, Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, que eu já disse algumas vezes nesta Comissão, ou seja, que o Partido dos Trabalhadores é bom em uma frase: acuse-os do que você faz e xingue-os do que você é. Porque, quando o Sr. Hans River foi questionado sobre campanhas em que ele trabalhou, ele afirmou categoricamente que uma das campanhas em que ele trabalhou foi a do Deputado Rui.

Talvez seja por isso...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Eu quero direito de resposta.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Talvez seja por isso que o Partido dos Trabalhadores, na pessoa do Deputado Rui, queria que esta reunião fosse sigilosa. E digo isso porque, quando eu cheguei a esta CPMI, Relatora, Deputada Lídice da Mata, estava sendo discutido transformar esta audiência em uma audiência privada, sem a participação de imprensa, sem a participação de assessores, enfim.

Por que o Partido dos Trabalhadores não queria que esta audiência tivesse a transparência necessária, como todas as outras reuniões tiveram? Será que é porque descobriram, depois da convocação, que a empresa fez disparos em massa para o Partido dos Trabalhadores e que a empresa trabalhou, inclusive, para o próprio Deputado Rui, do Partido dos Trabalhadores?

Deputada Lídice da Mata, nossa Relatora, esta talvez tenha sido uma das reuniões mais importantes desta CPMI. Espero que todos esses fatos aqui narrados pelo Sr. Hans River estejam consubstanciados no relatório de V. Exa.

Aliás, repito aqui, Sr. Presidente, o apelo que fiz no início desta reunião. É fato: eu não estava aqui presente e não presenciei o questionamento que o Deputado Rui fez para o nosso depoente, o Sr. Hans River, não estava presente, mas o Sr. Hans River fez aqui, nos microfones desta Comissão, uma denúncia gravíssima de que um Deputado, o Deputado Rui, pelo que ele disse, praticou (*Trecho editado nos termos do art. 48, inciso XXXI e art.19, inciso I. do Regimento Interno.*) com ele.

Aqui a única pergunta que eu quero que o Sr. Hans River responda no final da minha fala é se trabalhou para algum outro Deputado ou Senador presente nesta CPMI, porque o nosso depoente, o Sr. Hans River, já disse que trabalhou para o PT, para o Deputado Rui. Então, a pergunta é: trabalhou para mais alguém deste Plenário?

Pode me responder no final e aí, Sr. Hans River, inclusive, quando for responder aos questionamentos, pode terminar o raciocínio de perguntas passadas, que V. Exa. estava tentando construir e, por inúmeras vezes, foi cortado; não deixaram o senhor terminar o seu raciocínio. E coincidentemente, todas as vezes em que o cortaram, foram políticos do Partido dos Trabalhadores, não deixavam o senhor terminar o raciocínio.

E algo me comoveu aqui, Senador Angelo Coronel: o Sr. Hans River disse que, depois da matéria irresponsável da Sra. Patrícia Campos Mello, ele não consegue mais emprego, não consegue sequer dinheiro para comprar insulina, uma vez que ele é diabético.

Na minha opinião, nós temos que convocar a jornalista Patrícia Campos Mello para estar aqui presente.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, convocar, convocar. Nós temos que convocá-la para estar aqui presente, porque é óbvio e certo que o jornalismo é essencial para a democracia e, justamente por ser essencial à democracia, o jornalista também tem as suas responsabilidades e seus deveres.

O que o Sr. Hans River narrou é, no mínimo, imoral da conduta da Sra. Patrícia Campos Mello.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Posso só inteirar? Tenho mais três mensagens para mostrar a respeito disso que ele está falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Pode ser no final? Pode ser no final? Só para eu...

Aí, Sr. Presidente, hoje o tiro saiu pela culatra. O Partido dos Trabalhadores, que trouxe o Sr. Hans River aqui achando que ia prejudicar o Presidente Jair Bolsonaro, foi o contrário, foi o contrário. E isso é necessário que a gente deixe registrado aqui. Aliás, se o pessoal do aquário que está filmando puder filmar o nosso Plenário... Nas outras reuniões, o pessoal do Partido dos Trabalhadores estava aqui lotando as galerias, tudo lotado; hoje só temos alguns, poucos, muito desanimados hoje, inclusive.

Agora, partindo para o assunto da semana passada, Sr. Presidente, esta CPI – e qualquer CPI ou CPMI – tem poder de investigação. Isso está na nossa Constituição Federal, no art. 58, §3º, já foi decidido inúmeras vezes pelo próprio STF, está no nosso Regimento, ou seja, CPMI e CPI têm poder de investigação. Isso é um fato. Assim, da mesma forma que, por exemplo, um delegado não pode abrir um inquérito sem justa causa, sem fato motivado, um Parlamentar também não pode usar esta CPMI para satisfação dos seus anseios particulares se não houver justa causa ou o fato não for motivado.

Mas o caso concreto – e eu fiz essas duas premissas, porque eu quero falar sobre esse caso concreto – é o seguinte: o Deputado Alexandre Frota protocolou na Polícia Federal e protocolou nesta Comissão este requerimento que está em minhas mãos, pedindo a quebra de sigilo de alguns perfis que se utilizam de pseudônimos no Twitter. Veja bem: a Polícia Federal, como bem ressaltado pela nossa amiga Deputada Caroline de Toni, respondeu ao Deputado Alexandre Frota dizendo que não havia qualquer indício de crimes, que aquilo que o Frota juntou na Polícia Federal, que foi o mesmo que ele juntou aqui, nesta Comissão, no máximo, era um apanhado de inúmeras críticas que um perfil ou perfis fazem na internet, o que estava longe de ser crime. O Deputado Alexandre Frota, mesmo com a negativa da Polícia Federal, protocolou nesta Comissão um requerimento que foi aprovado, que é este que juntei em minhas mãos, pedindo a mesma coisa que ele havia pedido para a Polícia Federal, ou seja, a quebra do sigilo desses perfis do Twitter que são pseudônimos.

Acontece, Sr. Presidente, que, no art. 19 do nosso Código Civil, está lá: "O pseudônimo adotado para atividades lícitas [como é o caso] goza da proteção que se dá ao nome". Nosso Código Civil, direitos da personalidade.

O STF, no caso do livro cujo autor usava o pseudônimo Eduardo Cunha, decidiu no Agravo Regimental na Reclamação 26.884, a Ministra Rosa Weber decidiu que, no nosso ordenamento jurídico, é possível utilizarmos pseudônimos, como foi inclusive em toda a história do Brasil, com inúmeros artistas usando pseudônimos.

Veja só: na própria jurisprudência do STF, a nossa Suprema Corte já decidiu que "as CPIs, no desempenho de seus poderes de investigação, estão sujeitas às mesmas normas e limitações que incidem sobre os magistrados, quando no exercício de igual prerrogativa". Ou seja, as normas que incidem sobre os magistrados também incidem para nós, Deputados e Senadores membros desta CPI. E também a jurisprudência do STF diz o seguinte: "CPI não tem poder jurídico de, mediante requisição, a operadoras de telefonia, de cópias de decisão nem de mandado judicial de interceptação telefônica, quebrar sigilo imposto a processo sujeito a segredo de justiça. Este é oponível à CPI, representando expressiva limitação aos seus poderes constitucionais", decisão do Mandado de Segurança 27.483, decidido pelo STF.

O Congresso Nacional aprovou, Sr. Presidente, ano passado, a Lei 13.869, de 2019, Lei de Abuso de Autoridade. Está aqui, foi aprovada. Votei contra, mas foi aprovada, é uma lei válida. O art. 2º da Lei de Abuso de Autoridade diz que ela é válida para os membros do Poder Legislativo.

Ora, a atuação do Deputado Alexandre Frota nesta Comissão nada mais é – e está marcada em toda sua presença nesta Comissão – do que um abuso de autoridade, porque se utiliza desta Comissão para impor seus anseios e suas vontades pessoais.

O art. 27 da Lei de Abuso de Autoridade diz o seguinte: "Requisitar instauração ou instaurar procedimento investigatório de infração penal ou administrativa, em desfavor de alguém...

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... à falta de qualquer indício da prática de crime, de ilícito funcional ou de infração administrativa". É um crime.

O Deputado Alexandre Frota, mesmo sabendo que esses perfis não cometeram crime algum, mesmo tendo a negativa da Polícia Federal, que disse que não cometeram crime algum, o Deputado Alexandre Frota utiliza-se dos poderes e das prerrogativas desta Comissão para insistir na quebra de sigilo desses perfis.

Art. 30 da Lei de Abuso de Autoridade: "Dar início ou proceder à persecução penal, civil ou administrativa sem justa causa fundamentada ou contra quem sabe inocente", ou seja, um outro dispositivo da Lei de Abuso de Autoridade que incide exatamente na conduta do Deputado Alexandre Frota nesta Comissão, que, inclusive, nas reuniões passadas, disse que o objetivo dele é esse mesmo, que não queria investigar *deep web*, que não queria investigar mais nada, que só queria perseguir quem o critica na internet, e, na prática, é esse o objetivo desta CPI. Infelizmente alguns Deputados e alguns Senadores utilizam esta CPI para, como o Deputado Alexandre Frota, perseguir quem os critica na internet.

Então, quero deixar aqui registrado que estamos finalizando uma representação perante o Procurador-Geral da República, solicitando que o Deputado Alexandre Frota seja enquadrado na Lei de Abuso de Autoridade pelas condutas que eu narrei agora há pouco, porque esta Comissão também tem responsabilidades. Como eu disse, nas próprias decisões do STF, aquilo que é válido para os magistrados também é válido para a gente. A gente não pode, como membro da Comissão, utilizar esta Comissão ao nosso bel-prazer, investigar quem a gente quer que seja investigado sem prova, sem justa causa, sem nada, que é o que o Deputado Alexandre Frota frequentemente tem feito.

Então, para finalizar, Sr. Hans River, obrigado pela participação. Parabéns pela coragem, parabéns pela honestidade, por ter se mantido fiel. Fica aqui a pergunta: se, além do Deputado Rui Falcão, o senhor já trabalhou para outros Parlamentares aqui deste Plenário. Que Deus o abençoe, lhe dê oportunidades, oportunidades que foram retiradas depois da matéria da Sra. Patrícia Campos Mello.

Comunico aqui, Sr. Presidente, que nós ingressaremos com essa representação contra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Agora, eu agradeço muito a atenção do senhor, mas eu prefiro não responder para não ter mais conflito, porque eu já tive bastante em algumas situações.

Agora, eu tenho mais dois ou três vídeos, três coisas para mostrar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas no momento nós vamos ouvir os Deputados e Senadores que estão aqui.

Se algum Deputado inscrito quiser ceder o tempo para o depoente, é outra coisa.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ele poderia deixar esse material aqui, Presidente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Fui mencionado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – ... deixar esse material na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O material vai ficar à disposição da Comissão e vamos investigar.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Sr. Presidente, mas o Deputado Carlos Jordy está após a minha inscrição, então ele vai ceder após a minha fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, vai ser o Deputado Carlos Jordy, Deputado Márcio Jerry e a Deputada Luizianne. Mas o Deputado Rui Falcão foi citado pelo Deputado Filipe Barros.

Com a palavra o Deputado Rui Falcão.

Depois, com a palavra o Deputado Carlos Jordy, o Deputado Márcio Jerry e, finalizando, a Deputada Luizianne Lins.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para explicação pessoal.) – Presidente, eu acho de extrema deslealdade o Deputado Filipe Barros, com quem eu acreditava que, apesar das divergências, poderíamos ter uma convivência civilizada, ecoar uma acusação que ele não ouviu. Ele não ouviu. Eu não chamei o depoente de favelado, não o discriminei, perguntei onde ele morava. Disse aqui depois: "Moro lá na Burguesia, na Leopoldina". Ainda falei: "Leopoldina do Rio ou de São Paulo?". "Não, Leopoldina de São Paulo". Eu falei: "Você conhece outros bairros?". "Conheço". Eu falei: "Conhece bairro da periferia, onde eu fiz campanha?". Ele falou: "Conheço. Fiz campanha para você. Eu imaginei que ele tivesse feito campanha para mim, votando.

Então, não fiz campanha com a Yacows. Então, essa é uma acusação mentirosa.

Não o acusei. Não cometi nada de racismo, Deputado Filipe Barros. Inclusive, o senhor não ouviu isso.

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas o senhor reproduz, reproduz e me incrimina. A mesma prática que o senhor está atribuindo ao Alexandre Frota, o senhor me atribui...

(Intervenção fora do microfone.)

Não, mas ele... Fazer uma afirmação... Ele não estava sendo indagado, não estava indagado...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está bom. Então, o senhor não está acreditando? Ele também falou que fez campanha para o Police Neto, que não foi candidato. Mentiu? Ou se esqueceu?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não. É irrelevante. Eu estou dizendo que não tem credibilidade.

Então, eu lamento que o senhor tenha tido esse comportamento aqui.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Mas é normal.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Lamento, lamento. E, a partir de agora, inclusive, mudarei a minha relação com o senhor. Passarei a dar bom-dia, boa-tarde por educação.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu nem isso dou.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Ainda bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O. k.

Concedo a palavra ao Deputado Carlos Jordy, do PSL, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sr. Hans River do Nascimento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos nos acalmar. Depois, cada um se abraça e dá as mãos.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, por favor, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Carlos Jordy, com a palavra.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Hans River, dou também as boas-vindas ao seu advogado, Fernando.

Bom, primeiramente, quero dizer que você terá todo o tempo para falar aqui durante a minha explanação, inclusive, vou deixar um espaço caso você queira mostrar mais provas e todas as suas explanações que vinham sendo feitas. E pode me chamar de "você". Não tenho essa formalidade de querer ser chamado de V. Exa. ou de senhor. O Senhor está no céu. Eu o chamarei também de você.

Mas, antes, eu gostaria de falar também a respeito de algo que já foi aqui falado pelo dois Parlamentares do PSL, tanto a Caroline de Toni como o Filipe Barros, a respeito desse fato novo que está sendo noticiado, do arquivamento da denúncia do Deputado Alexandre Frota com relação a essas ameaças, supostas ameaças que estariam sendo feitas contra membros desta CPMI e que estariam sendo feitas também contra ele. Ele pediu uma instauração de processo para quebra de sigilo e para serem investigados esses perfis. Naturalmente, se fosse uma pessoa comum, isso seria um crime de denúncia caluniosa. Denúncia caluniosa: um indivíduo instaura um processo criminal, um inquérito policial com base em notícias falsas, imputando falsamente um crime a uma pessoa. Mas, como somos agentes públicos e recentemente foi aprovada também essa legislação especial que trata do abuso de autoridade, nos enquadrados nesse caso.

O Deputado Alexandre Frota deu cabo a uma instauração de processo de quebra de sigilo de pessoas nas redes sociais simplesmente por essas pessoas o questionarem e por fazerem memes, o que, na verdade, foi o que deu cabo à instauração desta CPMI. Eu sempre digo que esta CPMI não tem o seu objeto sendo levado a sério, porque, se for *fake news*, realmente, o que temos trazido aqui, o que tem sido trazido aqui são simplesmente memes que fazem parte do jogo democrático; indivíduos, usando da sua prerrogativa de cobrar do político, eleitores cobrando, se organizando e querendo, muitas vezes, mostrar sua insatisfação, sua indignação, fazem memes.

E, se há algo que extrapola o campo legal, que se possa punir, como crimes contra a honra, difamação, calúnia, o que não é o caso que aconteceu aqui.

O Alexandre Frota, o Deputado Alexandre Frota, que tanto se gaba de dizer que esta nossa Comissão, que esta nossa CPMI é levada a sério, que não há ninguém brincando aqui, está fazendo um verdadeiro jogo, está fazendo brincadeira, usando do Poder Público, do aparato público, para conseguir fazer com que os seus anseios pessoais e partidários de revanche contra o Presidente Jair Bolsonaro sejam atendidos. Por isso, ele deve ser responsabilizado por essa legislação.

Vou entrar aqui em todas as questões de que você já havia falado. Eu me solidarizo com essas ofensas que foram feitas contra você. Ninguém merece ser chamado de "favelado" ou de qualquer adjetivo pejorativo contra sua honra, sobretudo quando vem em uma condição de testemunha. Tentam acuá-lo dessa forma. Isso já não me causa estranheza por parte deles, porque eles são... Você é útil. Você é negro? Você é útil quando você está de acordo com a ideologia deles.

A mesma coisa é a mulher. A Regina Duarte, que é uma mulher, foi ofendida por um militante do PT, como é o José de Abreu, que a chamou de fascista, dizendo que fascista se tratava no cuspe e que ter vagina não a transforma em ser humano. Diante disso, eles se calaram.

Por isso, você, para eles – não para nós –, é um inútil que não serve aos anseios deles. E tentam manchar a sua imagem, isso é óbvio. É um cidadão que é negro, pobre, que hoje não tem nem o que comer, que é doente – precisa de insulina – e não tem mais trabalho graças à jornalista Patrícia Campos Mello, diante desse jornalismo que nós estamos vendo crescer no Brasil e que tem muitos adeptos na esquerda, como o Glenn Greenwald, que gostam de se utilizar de meios espúrios para falar que é um jornalismo investigativo, que destroem vidas, utilizam da ilicitude, vão à margem da lei para atacar os seus adversários. E nem pensou nas consequências desastrosas que poderiam ocorrer na sua vida. Agora, ela é correspondente internacional da *Folha de S.Paulo*. Está lá, com certeza, comendo caviar e gozando dos melhores prazeres, enquanto você está aqui sendo convocado para uma CPMI como se fosse alguém culpado.

(Soa a campanha.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Na verdade, eles queriam extrair de você algo que pudesse incriminar o Presidente, e o tiro saiu pela culatra.

Inclusive, a Deputada Caroline de Toni perguntou aqui, questionou qual era a sua ligação, qual seria a ligação do PT com a Yacows. E você mesmo tinha dito que a Yacows tinha feito campanha para alguns dos petistas, inclusive um que está aqui, que é o Deputado Rui Falcão. E aí perguntou qual era a sua ligação, e você não soube informar. Eu lhe digo qual é a ligação do PT com a Yacows. Olhe aqui a reportagem da UOL: "PT usou sistema de WhatsApp. Uma das agências que prestam serviço à campanha de Fernando Haddad também confirma que usou sistema de Yacows de disparos de mensagens pelo WhatsApp, mas afirma que usou somente contatos do próprio PT".

Aí está aqui: "Procurada pela reportagem, a agência de comunicação digital Um Por Todos encaminhou nota onde afirma que foi contratada pela agência M Romano, relacionada na prestação de contas oficial da campanha petista no TSE como tendo recebido, ao todo, R\$4,814 milhões".

Acredito que, mais do que convocar essa jornalista, essa jornalista Patrícia Campos Mello – falo em convocar –, para que ela esteja aqui, de repente podemos até fazer uma acareação com o depoente para revelar, para trazer aqui esses fatos, para aí nós constataremos o que é verdade da parte dele ou da parte dela. Também podemos convocar os responsáveis por essas agências, a agência que contratou a Yacows, que é a agência de comunicação digital Um Por Todos e também, talvez, a agência M Romano, que foi a da prestação de contas, para que possamos averiguar se eles utilizaram o serviço da Yacows...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – ...somente para o contato do PT ou se isso foi feito dessa maneira, disparando para qualquer tipo de número, querendo nos acusar, querendo acusar o Governo, como se tivéssemos feito isso.

Quero só questionar, Presidente: por que eu tive cinco minutos e outros Deputados tiveram mais tempo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É titular e suplente.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Mas nunca houve essa regra. Agora, então, está havendo?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, não! Isso é feito desde o início desta CPMI.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Em outras ocasiões, eu não tive.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É desde o início.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É só para deixar, então, aqui... Acredito, então, que ele não poderá responder às minhas perguntas, mas já deixo aqui o meu pedido. Farei também esse pedido para que façamos um requerimento de convocação tanto da Patrícia, dessa jornalista, como das agências que são responsáveis por terem contratado a Yacows. E, talvez, possamos saber se existem mais Deputados do PT aqui que estiveram utilizando esses serviços.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao nobre e resistente Deputado do PCdoB do Maranhão, o Deputado Márcio Jerry.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Colegas Parlamentares, aqueles que nos assistem pela internet, Sr. Hans River, Sr. Fernando Barbosa Guarda, o seu advogado, primeiro faço duas considerações de ordem geral que considero importantes, porque aqui foram pronunciadas algumas frases que, se ficarem sem contraditório, parecem que são verdadeiras. Disse o Deputado Eduardo Bolsonaro, abro aspas: "Tem coisas que só os jornalistas sabem". Fecho aspas. Expressou isso num ar de estranheza. É óbvio! É do ofício do jornalismo buscar aquilo que está oculto e revelar para a sociedade. É triste que as pessoas se incomodem – alguns – que o jornalismo, que o bom jornalismo possa revelar para a sociedade todo e qualquer acontecimento que tem dimensão pública, noticiabilidade, interesse público. Portanto, é muito bom que os jornalistas saibam de muita coisa.

Lamento que o Sr. Adriano da Nóbrega, tristemente, que sabia muito coisa, não poderá revelar ao Brasil tudo aquilo que sabia. Isso é que é lamentável, não é o ofício do jornalismo, que sabe, revela e faz com que a democracia se fortaleça.

Segundo, eu sou jornalista. Foi um orgulho muito grande em minha vida ter sido professor de Jornalismo da Universidade Federal do Maranhão. Eu me solidarizo aqui integralmente com a jornalista Patrícia Campos Mello, que nada de errado cometeu do ponto de vista do ofício jornalístico.

O depoente faz aqui uma série de citações à jornalista, depreciando-a, tentando escamotear a questão essencial, tentando desviar a atenção, tentando agradar a plateia que o apoia aqui, os seus advogados de defesa, que aqui se perfilarão, que é

a Bancada do PSL, que veio aqui flagrantemente para defendê-lo. Quem não deve não teme! Deveria era pedir ao senhor que esclarecesse todos os fatos relativos ao caso investigado, sem querer criar uma cortina de fumaça sobre o caso.

Portanto, expresso minha solidariedade a Patrícia Campos Melo pelo trabalho que faz.

Sr. Hans River, o senhor citou, em dado momento, a família Lazzarini, como advogados que trabalharam para o senhor. Quem é a família Lazzarini, rapidamente, por favor?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Só dando continuidade pelo que o senhor já começou e começou mal...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Eu fiz uma pergunta para o senhor: "Quem é a família Lazzarini?".

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou responder.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Eu não quero comentário seu sobre os meus comentários.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu me nego a responder.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Pronto! Está omitindo a pergunta sobre quem é a família Lazzarini.

O senhor disse aqui, em certo momento, que o advogado que o acompanha faz um trabalho gracioso. Louvo a atitude dele pelas circunstâncias que o senhor aqui expôs.

O senhor é amigo do advogado Fernando há muito tempo, há meses, há anos, há décadas? São amigos de infância, de muito tempo?

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu fui tentar te responder, e você não deixou que eu respondesse. O senhor não deixou que eu respondesse.

Eu vou ser claro com o senhor porque, se o senhor está defendendo uma jornalista que me deixou na lama, eu não vou perder meu tempo dando resposta para o senhor. Então...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Quem lhe deixou na lama foi a ação em que o senhor entrou, foi a empresa para a qual o senhor trabalhou e a qual o senhor denunciou. O senhor denunciou uma empresa para a qual trabalhou, e não o jornalismo que revelou o trabalho que o senhor fez.

Há muita inconsistência nos seus depoimentos, e o senhor sabe que não pode mentir. O senhor entrou aqui como testemunha, e eu quero muito que o senhor não saia como criminoso. Há alguma coisa que o senhor falou ou omitiu aqui nesta tarde e que o senhor queira refazer, para que o senhor não seja incurso como cometendo um crime? O senhor tem o direito de fazer isso.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu acho que o senhor não escutou ou não entendeu. Eu não vou responder nenhuma pergunta do senhor. O senhor já começou mal. O senhor me desculpa, mas eu não vou nem perder meu tempo.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Cada ausência de resposta é a confirmação do que eu estou falando. O senhor está aqui, de maneira desrespeitosa, deixando de responder a questões essenciais. Eu não estou inventando aqui nenhuma pergunta para V. Sa., e V. Sa. se nega a respondê-las, porque certamente está sentindo, neste momento, o nível de incoerência das coisas que aqui falou. O seu depoimento está marcado – as atas vão revelar – por graves incoerências, e, talvez, quem sabe, não vão acusá-lo de mentiras ou omissões graves também.

Estou dando ao senhor a oportunidade, se quiser, de refazer alguma parte do seu depoimento aqui, nesta tarde. O senhor disse que não quer.

Por fim, Sr. Hans, o senhor, em mais de uma vez, disse que pediram ao senhor que não comentasse mais nada, que não fizesse referência às outras situações. Dois ou três Deputados e Senadores aqui pediram ao senhor que revelasse que outras situações são essas, e o senhor também não declinou nenhuma das situações que o senhor mesmo trouxe à baila aqui, durante esta sessão.

O senhor quer agora dizer quais são essas situações que foram pedidas ao senhor que não revelasse? *(Pausa.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Presidente...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Não, não.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – ... consignarei também mais uma pergunta para o silêncio comprometedor da testemunha.

O senhor falou aqui uma, duas, três vezes sobre o PT. Eu quero que o senhor apresente aqui uma, uma circunstância plausível, crível, em que as pessoas acreditem, do seu trabalho para o PT, porque tem que haver um contrato, tem que haver um contato, tem que haver um dia, tem que haver uma hora, tem que haver um escritório. Peço que nos convença, com clareza de informação, qual é a circunstância – eu só quero uma, eu não quero dez – do seu trabalho para o PT.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – Eu não vou dar resposta.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Porque não a tem.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Só para concluir, Deputado Rui...

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – É claro que eu não vou perder meu tempo dando resposta!

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Por fim, vê-se claramente – os telespectadores veem, os colegas Deputados e Senadores veem – que a nossa muito habilidosa testemunha foi tangenciando de um lado para o outro, foi falando uma coisa pela metade e outra acolá, jogou, combinado aqui com a Bancada do PSL, que já não está aqui mais...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – ... neste momento, claramente, ou seja, veio aqui para tentar desviar – e isto é muito grave – a atenção de algo que nós estamos querendo investigar a fundo.

O senhor não veio aqui como pessoa que cometeu um crime, mas como uma testemunha importante para desvelar um crime que o senhor reiterou aqui que foi cometido. Olhem a gravidade! Em grande parte do seu depoimento, o senhor reiterou que houve, de fato, uma ação criminosas. A sua palavra diz que houve crime. O senhor não pode, Sr. Hans, virar cúmplice desse crime. Não é justo que o senhor vire cúmplice desse crime. Desse modo, o senhor tem uma oportunidade muito importante e essencial para falar a verdade, para retocar uma ou outra coisa que o senhor disse aí e que o senhor sabe, aqui me olhando, que não foi verdadeira. Então, é muito importante que o senhor pense bastante nisso.

Concluindo no tempo que me foi concedido, eu só quero, por fim, Presidente, lamentar a oportunidade perdida.

O senhor a todos respondeu. Eu soube ouvir e, ao ouvir, pude apurar as suas contradições e as incompletudes das respostas que V. Sa. deu aos outros tantos que o inquiriram. Ao fazer isso, o senhor flagrantemente se incomodou e foi acometido desse silêncio que o acumplicia com as práticas criminosas que V. Sa. aqui mesmo relatou.

Obrigado, Presidente.

O SR. HANS RIVER DO RIO NASCIMENTO (Para depor.) – O senhor está incomodado porque o senhor também...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra Deputado Rui.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Sra. Relatora, eu queria pedir para que, no seu relatório, ficassem muito claras as inconsistências do depoimento do Sr. Hans River, particularmente a mentira de que fez campanha para Police Neto – falou duas vezes isso, mas Police Neto não foi candidato em 2018 – e a sua cumplicidade de dizer que havia práticas criminosas no local onde trabalhava, mas hoje procura acobertá-las e desviar o assunto. Então, é um depoimento que precisa ser tratado com muito cuidado no seu relatório, porque a testemunha, que podia trazer a verdade, na verdade, tergiversou, transformando-se em acusação contra um partido e uma pessoa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Luzianne Lins, última oradora inscrita, pelo tempo regimental, representante do PT, do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Hans River e seu advogado, Fernando Barbosa, eu gostaria de colocar algumas questões. De imediato, a gente vai entender essa... Primeiro, para você saber, Sr. Hans River, nenhum desses que estava aqui, que é solidário e que disse que V. Sa. é favelado ou coisa desse tipo tem essa sensibilidade na real, papo reto. Não existe isso. Na verdade, eles estão usando o seu depoimento para poder fazer um jogo, infelizmente o jogo da política que eles têm feito sistematicamente aqui.

Há racismo – quem disse que negro vale poucas arrobas ou nenhuma arroba foi o Presidente da República, Jair Bolsonaro –; homofobia, ou seja, ódio contra a população LGBT – quem disse que preferia um filho morto num acidente de trânsito a um filho gay foi o Presidente da República, Jair Bolsonaro; misoginia – ele chamou de mulher de vagabundo e, quando teve uma filha, disse que foi fruto de uma fraquejada –; xenofobia – ele expressa ódio aos próprios brasileiros que estão

indo para os Estados Unidos, ao dizer que eles vão para lá para cometer coisa errada. Quem disse que os índios estão perto de ser seres humanos também foi o Presidente da República. E há várias outras coisas.

Então, mentira, racismo, homofobia, conforme o Deputado que me antecedeu, *fake news*, misoginia, xenofobia, tudo isso não faz parte do jogo democrático. Não faz parte do jogo democrático a mentira.

Eu quero lhe dizer uma coisa: eu acho que V. Sa. foi vítima. Eu entendo perfeitamente. É uma pessoa jovem, que está a fim de ganhar uma grana, que é músico, e aparece uma oportunidade de ter um salário que pode ser duplicado a partir do momento que vende todas as suas horas de trabalho, a sua energia, dia e noite, noite e dia, inclusive com problema de saúde. Eu imagino que esteja morando no próprio local. É tipo: "Agora eu vou conseguir uma grana para fazer coisas que eu sonho ou o que eu quero." Então, eu entendo isso perfeitamente, mas eu acho que é preciso que a gente coloque os pingos nos is, para a gente entender qual é a prática delituosa, o que que é crime, quem faz parte do processo criminoso e o que não é crime, o que é um procedimento que pode ser feito e o que não pode ser feito.

É que há, neste momento do Brasil que a gente está vivendo, uma coisa que a gente chama de obscurantismo, que a gente chama de... Essa coisa de *fake news* é o seguinte: não interessa se é verdade, interessa o que eu penso. Eu dou para você o que você quer ouvir. A *fake news* tem um sentido nisso. Ela identifica você pelos algoritmos. Ela sabe o que você pensa, ela sabe a sua cor da pele, ela sabe se você é casado, se você é solteiro, se você é deprimido, se você é alegre. A partir daí, ela o localiza através de suas expressões nas redes sociais e manda para você o que você quer ouvir, o que o bota para baixo ou que o bota para cima, mas o que o torna vulnerável. É importante que a gente tenha esse conhecimento.

Então, eu acho o seguinte: por outro lado, imagino que, para você, apesar de tudo, não deve ter sido fácil essa pressão toda. Terminou o processo eleitoral, vendeu sua força de trabalho, estava lá dormindo, acordando, dando tudo o que podia, passando mal inclusive pelo problema de saúde que você tem. E eu queria fazer até uma observação, Sr. Hans River: o Governo Bolsonaro, diferentemente dos Governos do PT, de que tanto ficam aqui falando, tem tirado sistematicamente a insulina das farmácias populares, que era uma política em que o Governo do PT avançou bastante. Agora está faltando na farmácia popular insulina, que era uma coisa que todo mundo... Assim como o senhor, muitos brasileiros têm esse problema e precisavam disso. Isso aí é uma questão de vida ou morte, é uma coisa simples para o Governo resolver. É o que também estão fazendo agora com a população que precisa de remédios porque convive com o HIV.

Mas eu queria dizer assim: por isso mesmo, eu queria que o senhor entendesse que, por exemplo, o senhor não tinha o perfil para a campanha. Independentemente de qualquer coisa – e eu acredito no que você está dizendo –, o senhor não tinha o perfil para fazer a campanha homofóbica e racista do Presidente da República, Jair Bolsonaro. Eu acredito que o senhor não teria coragem de disparar, por exemplo... E aí eu acho que as empresas sabem muito bem com quem elas estão lidando, essa coisa toda. Eles sabiam que você não ia, por exemplo, sair disparando mensagem que chegasse a você contra a sua raça. Eu também acho que eles não iam fazer com pessoas que eram capazes... A sua forma de ter enfrentado a empresa, de ter ido para a Justiça trabalhista e de ter relatado o que aconteceu foi muito corajosa. Eles não querem gente insubordinada, eles não querem... Eles não vão chegar perto de pessoas insubordinadas, rebeldes, no sentido positivo, pessoas que falam as verdades. Eles não querem essas pessoas por perto. Essas pessoas estão cumprindo outra tarefa, a tarefa, por exemplo, de...

O disparo em si em massa não é o crime, ele não é o crime, tanto é que o Henrique Meirelles contratou... Inclusive, isso saiu na reportagem, porque ele contratou, segundo ele fala – também eu não posso dizer se é verdade ou não –, a partir do próprio WhatsApp que o partido tem. Hoje todo mundo faz isso. Uma loja pode dizer: "Entre! Seja amigo nosso no WhatsApp! Mande seu telefone". Ou, se você vai vender alguma coisa, as empresas dizem: "Coloque seu telefone aqui e seja amigo, parceiro!". Isso chega, você está dando voluntariamente. Então, se o PT – e eu também não posso dizer sim ou não, porque realmente é um fato que eu não sei – em algum momento contratou ou deixou de contratar, a questão é: isso foi feito do ponto de vista legal?

Essa questão das fazendas de celulares que V. Sa. coloca aqui estudei muito. Foram milhões de *chips*. Não foi 1,6 mil, 2 mil. Como V. Sa. falou, não dá nem para contar. Por quê? Na hora em que as empresas telefônicas – que, inclusive, vêm amanhã aqui – detectavam disparos várias vezes do mesmo número, o que elas faziam? Elas, como chamam, queimavam o celular. Aliás, desculpe, queimavam o *chip*. O *chip* queimava. Por isso, elas vêm do resto do mundo inteiro. Por quê? Porque são ilegais. Elas estão chegando.

Não sei V. Sa. sabe, mas eu vou lhe explicar aqui como o esquema funcionou. Eu acredito também que o senhor não tem essas informações, porque não eram informações para quem estava ajudando na ponta ou para quem estava trabalhando na ponta. Essa era uma informação que estava lá dentro.

A AM4, essa sim, é uma empresa de *marketing* político que contratou não só a Kiplix, a Yacows e a Deep Marketing; ela contratou outras empresas. Essas três empresas também faziam venda de cadastro das pessoas. Daí aparece tudo quanto

é coisa de gente que morreu, de idosos. Eles queriam chegar às bolhas e queriam entrar ali. São as bolhas de quem? O WhatsApp tem uma característica: no WhatsApp, há troca de mensagem privada. É difícil até a própria Justiça Eleitoral ver. Eu mesma tive a oportunidade de ver *chips* de Los Angeles, da Califórnia. Vi que chegavam, e as pessoas relatam nas matérias.

Eu vou fazer uma ressalva sobre a jornalista Patrícia Campos. Eu tenho a certeza de que o objetivo dela não foi destruir a sua vida. Eu me sensibilizo com a sua situação. Acredito que acabou que V. Sa. foi meio que o bode expiatório dessa confusão toda porque teve a coragem de denunciar a empresa. Seus colegas ficaram na retaguarda, não quiseram fazer esse tipo de coisa. Mas é assim que a gente sabe das coisas. Talvez ela tenha visto aí uma oportunidade, porque ela já vinha fazendo matérias. Não foi a primeira matéria que ela fez. Ela já vinha fazendo matérias, pelo que acompanhei na *Folha*. Eu não a conheço, embora a tenha convidado para vir aqui. Já faz tempo esse convite. Isso deve acontecer. Mas ela já vinha fazendo matéria sobre disparos em massa ilegais a partir de fazendas de celulares.

As próprias operadoras denunciaram as empresas. Na hora em que a gente convocou as operadoras aqui – elas vêm aqui amanhã, mas foram convocadas logo no começo desta CPMI –, elas denunciaram as empresas. Elas as denunciaram, porque elas são meios. É como se fossem meios de transmissão, mas quem viabiliza, quem organiza e quem faz são essas empresas, de forma lícita ou não.

Quando a gente está falando aqui de *fake news*, a gente está falando de mentiras que viram, como a gente fala muito aqui... Mentira ou boato existem desde que o mundo é mundo. Hitler ganhou vários pontos no fascismo. Goebbels, que foi ministro da comunicação dele, disse esta célebre frase: "Repita uma mentira mil vezes, que ela vai se tornar verdade". E é a realidade que a gente está vivendo, ao você simplesmente repetir várias vezes para o público certo, para fazer com que as pessoas não saibam mais o que pensar. Elas não sabem mais se é verdadeiro ou falso. Então, nós estamos falando... É tão esquisito ver os Deputados do PSL aqui, todos bonzinhos demais, meus Deus, com uma sensibilidade! É uma sensibilidade de quem só fala em tiro, soco e bomba. É sensibilidade de quem quer matar os índios, é a sensibilidade de quem... São racistas, são machistas, são misóginos, mas aqui são todos santos! Daqui a pouco, sairão todos voando daqui, batendo as asas, e ninguém mais vai ver!

Então, o que eu acho é que V. Sa., por exemplo, talvez, nem saiba também... Essa Bulk Services de que você falou aqui é uma plataforma. Quem é o dono dessa plataforma? As empresas Kiplix, Yacows e Deep Marketing são as donas dessa plataforma que a tal da AM4, que serviu à campanha do Bolsonaro, fez.

Então, de fato, eu acredito em várias coisas que V. Sa. disse. Em outras, acho que houve também interpretação sua. Por exemplo, vou voltar à jornalista. A jornalista está fazendo reportagem internacional não é para comer caviar, nem nada, não! Jornalista rala para caramba! É porque ela está ameaçada de morte desde a campanha. Ela está ameaçada de morte desde o processo da campanha, talvez antes mesmo de ela conhecer o senhor, porque ela já estava fazendo matéria. Ela foi ameaçada nesse processo. A própria *Folha* começou a resguardar não só ela; houve vários outros jornalistas da *Folha de S.Paulo*. A *Folha* foi uma das poucas que deu isso, e ela começou a ser ameaçada de morte.

Eu acho que foi sincera a aproximação, tanto é que, naquela conversa que V. Sa. mostrou com ela, eu não vi nada demais. Ela se apresenta, ela quer saber, porque ela estava fazendo matéria relativa a isso. E, talvez, V. Sa. acabou caindo nessa... Até na convocação do Deputado Rui... Eu não acredito que o Deputado Rui chamou o senhor aqui para poder fazer um depoimento clandestino. Não tem sentido isso! É que ele viu que você era testemunha viva de tudo que aconteceu! Uma coisa é certa, Sr. Presidente, nossa Relatora, Deputados, nosso Hans River e seu advogado: hoje, só não vê quem não quer, está comprovado que houve disparo em massa do ponto de vista ilegal. É legal quando eu tenho o meu cadastro de dados e posso remeter para isso, mas, no momento em que eu fico usando CPFs para disparar em massa para qualquer lado... E aí são grupos de sexos, como V. Exa. colocou, são grupos religiosos, especiais.

E digo mais: sabe por que o WhatsApp foi a grande arma? Porque, como eu costumo dizer, rede social é um meio, assim como a televisão é um meio. Se vai ser boa ou se vai ser ruim, depende de como você a está usando.

Mas eu vou dizer uma coisa que é muito chocante a gente ouvir aqui no Brasil: a eleição do Trump nos Estados Unidos foi movida pelo Facebook. Eles roubaram os dados. Trezentos mil usuários venderam seus dados. Até aí tudo bem. "Você vende seus dados?" "Eu vendo meus dados. Estão aqui." Mas o problema é que, de 300 mil, eles chegaram a 80 milhões de pessoas, porque eles foram roubar os dados dos amigos dos amigos, de gente com que tinham relação. Isso foi crime, e eles tentaram influenciar toda a sociedade americana através de *fake news* chegando àquelas pessoas.

No Reino Unido, na história do Brexit, também houve redes sociais envolvidas, como o Facebook.

(Soa a campanha.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vou querer meu tempo, Presidente, como o da Coroline de Toni.

Então, no caso específico... Eu nem estou fazendo pergunta, porque já foi bastante esclarecedor tudo o que eu ouvi aqui. Eu estou só colocando algumas questões que eu entendo que levaram a essa situação em que estamos aqui.

Lá também foi o Facebook, mas, nos países de Terceiro Mundo, o *modus operandi* dos que hoje se acham donos do mundo – hoje tudo é disputa mundial, global – é o WhatsApp. Sabem por que é o WhatsApp? Porque as pessoas podem viver sem pagar uma conta de telefone e, mesmo assim, ter acesso a ligar. Então, o WhatsApp oferece aquele serviço, mas não é de graça. No fundo, no fundo, ele quer seus dados, ele quer ser uma plataforma de influência. E você só tem influência na medida em que as pessoas usam. E, num país de Terceiro Mundo como o nosso, onde infelizmente a maioria da população é pobre, ela usa o WhatsApp porque precisa dele, porque, às vezes, não tem dinheiro para pagar a conta telefônica.

Então, isso tudo está sendo desvendado agora. E não tenha dúvidas de que aqui prestou um serviço importante. Existe disparo em massa ilegal? Existe. Não tem mais como... Foi mostrada foto, foi mostrado tudo. Isso é inconteste. É inconteste!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Agora, para onde a gente vai a partir daqui e no que o senhor pode ajudar a partir daqui é outra coisa, porque realmente a sua coragem eu admiro. Agora, não coloque a responsabilidade nas pessoas que não... Se houve disparo de fulano, de beltrano ou de sicrano, talvez foi o que você acompanhou. Você não pode dizer: "Na empresa, não teve enquanto eu estava lá". Não há como você saber, porque ninguém comete crime avisando para todo mundo, não. Talvez, você tenha tido acesso ao que era lícito, ao que o Henrique Meirelles, de fato, diz na matéria. E olha que eu não sou do partido dele, ao contrário. Mas ele diz que era o banco de dados do PSDB que ele usou, do MDB, o banco de dados do MDB. O fulano disse que é o banco... Se é verdade, eu não sei. Mas o que estou dizendo aqui? De repente, era muito fácil você chegar aqui e dizer: "De fato, o Deputado Rui Falcão... Eu vi lá um monte de *fake news* que foram distribuídas". V. Sa. não disse isso. V. Sa. falou de um instrumento...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Eu vou concluir, Sr. Presidente. Eu queria tanto ver essa pressa quando a Caroline ou outro estão falando!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Temos votação nominal.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas para o Rui...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero só interromper um segundo, Sr. Presidente, para dizer o seguinte: o Deputado Eduardo Bolsonaro acabou de usar a tribuna para dizer que aqui foi dito que uma jornalista tinha se insinuado para o depoente. Eu não... Obviamente, isso não faz parte da nossa investigação.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, sem dúvida!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Agora, na condição de mulher, acho que é algo que é grave. Embora isso não lhe impute nada, é algo grave, porque é uma mulher que não está presente. Eu nunca vi um depoimento de alguém que foi assediado por um homem, não é? Então, eu apenas quero registrar isso, porque esse depoimento aqui dá espaço para que se use e se vá atingindo a honra de uma mulher.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Deputada Lídice, só quero finalizar.

Sr. Presidente, agradeço de qualquer maneira a presença dele.

Acredito que não está sendo fácil a sua vinda aqui e todo o processo que você vem relatando etc. e tal, mas uma coisa eu quero dizer de forma muito clara: hoje, no Brasil, e só não vê quem não quer, a pauta da moral e dos bons costumes... Aqui há um bocado de carola, um bocado de gente cheia de problema, de hipocrisia, de conservadorismo. Todo mundo aqui briga para ver quem é mais conservador. O povo brasileiro não é assim. O povo brasileiro vive um dia atrás do outro. O povo brasileiro não tem essa carinha, essa coisa muito engraadinha, bonitinha, não! O povo brasileiro rala para caramba!

Eu quero dizer: eles estão usando essas pautas da moral e dos bons costumes, com a hipocrisia que lhes é peculiar, para poder desviar o Brasil com que eles estão acabando. A economia está... Hoje a economia é você ter um emprego por três meses e depois não ter mais. Está assim. A rotatividade está assim.

Eu desejo, sinceramente, que você use o seu talento de músico, que você se agarre a isso, porque é isso que vai tirar você... Você viu o que estão fazendo com a cultura também. Não está muito fácil também, não! O Bolsonaro também está lascando com a cultura! Então, não é fácil, não. Mas estou dizendo o seguinte: use o talento, neste momento, para

driblar o momento por que você está passando, para refletir profundamente sobre ele. Use-o, porque você tem isso, e ninguém tira isso de você.

Agora, você precisa saber que há uma história de que a Bíblia falava, do lobo em pele de cordeiro. Então, cuidado com esses, porque esses aí, certamente, não são seus aliados e nunca serão, nunca serão!

Então, Sr. Presidente, agradeço aqui a atenção e quero, só para terminar, insistir nisto: a pauta dos bons costumes, a pauta retrógrada, a pauta conservadora está servindo apenas para pegar setores dos evangélicos e utilizá-los. Digo de setores, porque muitos evangélicos estão entendendo a luta no Brasil por liberdade, por igualdade etc. e tal. Mas estão usando parte dos setores evangélicos para, inclusive, recolher assinatura para viabilizar um partido de um cara que fala todo dia em morte, em matar: "Eu mato, eu esfolo". Se for preto, então, nem se fala! "Atira!" Ele faz arminha etc. e tal. É, assim, uma coisa meio paradoxal.

Então, Sr. Presidente, há também a questão econômica, que é muito grave.

Então, essa moralzinha ridícula, burguesa, que está estabelecida aqui, está sendo um pano de fundo. Na verdade, é uma grande cortina de fumaça para a destruição que estão promovendo na Amazônia, no Brasil, nos direitos humanos e para a prática de tudo quanto é crime que a gente está vendo hoje, como se estivesse se naturalizando o crime contra o preto, o crime contra a mulher, o crime contra o *gay*.

Então, eu quero deixar isso claro, porque eu não vou deixar de estar sempre vendo além, porque essa coisa nossa deste bate-boca, esta coisa aqui passa, mas o que o Brasil está passando hoje vai ser muito difícil, vai ser muito profundo para a gente depois conseguir reverter.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 18ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que a aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos, convidando-os para a próxima reunião, a ser realizada amanhã, às 13 horas, para ouvir os seguintes depoentes: Angelo Coelho da Silva Neto, Diretor de Tecnologia da Informação e Segurança Cibernética da Oi; Leandro Guerra, Diretor de Relações Institucionais da TIM; Enilson Flávio Martinez Camolesi, Diretor de Relações Institucionais da Telefônica/Vivo; Fábio Andrade, Vice-Presidente de Relações Institucionais da Claro; Alexandre Castro, representante do Sinditelebrasil (Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal); e Gustavo Santana, Superintendente de Controle de Obrigações da Anatel.

Agradeço a presença de todos os Srs. Deputados...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, deixe só eu lembrar aqui uma...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... e Senadores, imprensa, assessores, público em geral.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Quero só lembrar, ao menos para ter isso em mente, sobre os trabalhos, que amanhã está convocada sessão do Congresso às 14h, Câmara e Senado. A gente chegou aqui e recebeu essa informação. É para lembrar isso. Às 13h, será a nossa audiência, e, às 14h, haverá a sessão do Congresso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas dá para conciliar.

Declaro encerrada a presente reunião.

Que Deus guie todos a seus lares!

(Iniciada às 13 horas e 25 minutos, a reunião é encerrada às 18 horas e 28 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR
REUNIÃO

04/12/2019 - 15ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental, invocando a proteção de Deus, nosso Criador, declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre o usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos, e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitava decorrente do Requerimento nº 240, de 2019 – CPMI Fake News, de autoria do Senador Rogério Carvalho, que convida a Deputada Joice Hasselmann para prestar depoimento a esta Comissão.

Concedo a palavra à nobre Parlamentar Deputada Joice Hasselmann para a sua exposição.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Só uma questão de ordem, Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputada.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Pela ordem.) – Eu gostaria de saber se a convidada, apesar de ter sido convidada e não intimada, poderia prometer dizer a verdade, nada mais que a verdade, como se intimada estivesse.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Começou a palhaçada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nobre Deputada, a Deputada é convidada. Se ela quiser jurar, não sou eu que irei obrigá-la, entendeu? Ela é convidada e convidada tem essa prerrogativa de jurar ou não.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – V. Exa. poderia questionar se ela poderia fazer o juramento?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, essa questão de ordem é baseada em qual artigo do Regimento?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, como houve duas questões de ordem, eu gostaria de saber se V. Exa. pretende fazer algum juramento ou não. Isso cabe a V. Exa. decidir.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ela veio aqui para contar história, desenho animado pra gente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Faço questão. Faço questão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – De fazer o juramento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de fazer o juramento:

Juro falar a verdade, somente a verdade e nada mais que a verdade.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Questão de ordem, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela ordem.) – A Deputada que interpelou a nossa convidada de hoje está por qual partido?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – É sério isso? Viramos criança agora?

Vamos voltar para o Jardim de Infância?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – PSL, qual é o partido?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada poderia responder por acaso?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu estou como Vice-Líder do PSL.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Isso não é questão de ordem, Sr. Presidente!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Eu acho que isso é notório, todo mundo sabe. E eu não precisaria estar dizendo isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. ainda está filiada ao PSL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu estou, mas não foi para mim a pergunta, não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas a pergunta não foi para a convidada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ah, já está respondido.

Então, com a palavra a Deputada Joice Hasselmann.

Agora eu gostaria que todos os senhores e as senhores mantivessem a calma, a tranquilidade. Nós estamos aqui no meio de Parlamentares novos, velhos, de primeiro mandato, de mais de talvez oito, nove mandatos. Estamos aí com a grande mídia televisionando esta reunião. O povo brasileiro está ansioso para ouvir também esta oitiva.

Então, eu espero que todos mantenham a calma, a tranquilidade porque o que queremos aqui é chegar às verdades, ao esclarecimento daquelas dúvidas que por um acaso os Srs. Parlamentares tenham a questionar depois à nobre Deputada Joice.

Então, com a palavra a Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todos os senhores.

Eu quero aqui deixar, antes de iniciar a minha apresentação, algumas informações e ponderações a todos.

Eu até cheguei um pouco atrasada. Meu telefone não parou de tocar até o último momento, com pessoas pedindo que eu não viesse, que eu não viesse trazer esta exposição, que isso poderia gerar algum desgaste, além do que já existe, para o Governo, ou mesmo para o próprio Presidente da República.

Então, eu vou deixar bem claro a todos os senhores que a minha missão aqui não é arranhar a imagem da instituição Presidência da República. Eu ajudei a eleger esse Presidente, como todos sabem – e isso é público e notório, basta um Google. E, aliás, não ajudei a eleger só esse Presidente; ajudei a eleger parte da Bancada do PSL que hoje está na Câmara dos Deputados.

Fiz vídeo, chamadas para vários – inclusive, para os três que estão aqui.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Para mim, não!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Fiz. Fiz, Filipe!

Não, não. Depois, eu fiz para você. Eu não fiz pessoalmente; fiz para você.

Então, senhores, o que eu vou mostrar aqui é fruto de uma investigação que eu comecei a fazer com muito mais intensidade depois que eu virei o alvo de ataques coordenados na internet.

Todos vocês vão entender, porque esses ataques são coordenados, que há, infelizmente, dinheiro público por trás disso, que a instituição Presidência da República, com a minha explanação, estará preservada por conta do nosso País, pelo que nós precisamos para o nosso País, mas que a organização criminosa – porque é criminosa – que se organiza na internet

precisa ser exposta. Crime não deixa de ser crime porque é virtual. Código Civil e Código Penal continuam valendo quando os crimes são na internet.

Então, nós não estamos aqui falando das tias do WhatsApp. Eu recebi várias montagenzinhas: "Joice está contra as tias do WhatsApp". Não, não estou contra as tias do WhatsApp. Eu acho que as tias do WhatsApp ajudaram muitos de nós também a fazer campanha. Eu estou contra uma organização criminosa, que funciona de maneira coordenada. Alguns fazem com dolo; outros fazem simplesmente pelo efeito manada. Todos vocês sabem o que é efeito manada e eu não preciso nem explicar.

Eu vou fazer aqui uma apresentação breve. Há muito mais coisa, mas é impossível, numa única reunião e numa apresentação de meia hora, 40 minutos, dar conta de tudo isso. E por isso eu imagino que a CPI esteja funcionando, para que possa investigar, já que a CPI tem poder de polícia. Que possa investigar, com o poder que tem de polícia, alguns dos fatos que vou mostrar aqui e, se necessário for, me coloco à disposição para voltar. Já deixo isso bastante claro, tá?

Então, como vocês estão vendo, nós estamos falando de crime.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Dá licença aí, amigo?

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Caluniar, difamar e injuriar são crimes previstos no Código Penal. Nós não estamos falando aqui de fofquinha de WhatsApp.

Como é que funciona, como é que se comporta o trânsito de informações? A partir de uma teia. Essa teia foi feita. Para qualquer um que entenda um pouquinho de tecnologia da informação, há *softwares* que leem essas teias, como elas funcionam nas redes sociais. E, depois, se alguém quiser alguma informação mais específica com o perito que acompanhou esse levantamento, ele está à disposição. Inclusive, os laudos apresentados estão assinados por perito renomado. Vocês terão acesso aos laudos.

Como é que funciona? Como é que se comporta esse trânsito de informação?

Volte um pouquinho. Volte um pouquinho, por favor, à anterior, ali.

Vamos pegar aqui o caso do Leonardo DiCaprio, que virou o alvo da vez esta semana. Foi, inclusive, agredido verbalmente, aí devolveu, a confusão que vocês viram na internet. A partir de uma informação e de um alvo da vez, há a disseminação dentro de uma bolha na internet.

Passe para o próximo, por favor.

Vocês estão vendo aqui alguns dos Parlamentares que retuíam, que repassam informações ou fazem tuítes. Aqui, prestem atenção, não necessariamente trata-se de *fake news*. Estou falando só do trânsito da informação, de como é que a bolha se desenha. Não estou acusando, ainda, nenhum desses de *fake news*, apesar de que alguns produziram, e bastante, *fake news*.

Então, nós temos ali o alvo da vez, o DiCaprio. Aí há os perfis oficiais ligados ao Presidente, ao filho do Presidente e aos perfis de alguns Parlamentares em alguns *sites*, como o Terça Livre, que tem o Allan dos Santos. Tem o Leandro, que é muito ativo nas redes sociais; tem o Olavo, que é muito ativo, e alguns desses políticos que estão ali nominados, como o Eduardo, o Jair, o Abraham, a Deputada Carla, o Deputado Daniel Silveira e esses influenciadores. E há, na sequência, os publicadores. Isso forma a teia para fazer a disseminação dentro de uma bolha. Há uma bolha criada e há, depois, o método de expansão para o mundo real. Essa é uma bolha. Estima-se, ali, que tenha, no total, envolvendo das tias do WhatsApp àqueles que fazem as *fake news*, que tenha no total, no máximo, 8 milhões de pessoas e muitos robôs. Só que dentro dessas 8 milhões de pessoas há um grupo bem menor que é o grupo que dissemina as informações para destruir reputações. E vocês vão entender como isso é combinado na sequência, aqui, da minha apresentação.

Pode passar, por favor. Não, volta um pouquinho.

Políticos são os aliados incondicionais do Presidente. Eu tuitei muita coisa e publiquei muita coisa do Presidente, mas nunca *fake news* nem nada disso. Vocês vão entender por que não fiz parte desse clã nem antes, nem durante, nem agora. Nem antes da campanha, nem durante, nem agora.

As instruções são passadas por um grupo. São vários deles, mas um eu vou abrir aqui para vocês. É um grupo do gabinete do ódio que tantos dizem que não existe, que não existe. Vocês vão ver *prints* das conversas desse grupo do gabinete do ódio. As instruções são passadas, principalmente, pelo Eduardo e por assessores ligados a eles. O Carlos também teve muita atividade, mas agora ele está um pouco mais, assim, com o freio de mão puxado. Mas as instruções são passadas basicamente por esse grupo ligado ao Deputado Eduardo Bolsonaro. Eles ativam a militância política. Então, passam para os perfis oficiais. A grande mídia acaba divulgando alguma coisa, por essa bolha que vocês estão vendo ali à esquerda.

Pode passar.

Os influenciadores, normalmente, os discípulos do Prof. Olavo de Carvalho. Digo a vocês que até me surpreendi com o Olavo porque Olavo é uma pessoa com a qual eu tinha um relacionamento muito bom. E sei que ele é desbocado, fala palavrão para caramba, mas eu me surpreendi com a guinada entre a teoria e a prática. Na prática, o Prof. Olavo – por quem, eu repito, eu tenho uma grande estima, de quem eu gosto muito – faz tudo diferente do que me ensinou na teoria.

Então, acabou que nós ficamos, nesse caso aí, um pouco afastados, tá?

Pode passar, por favor.

Os publicadores.

Os publicadores são pautados e influenciados por políticos, e os influenciadores participam desse movimento de manada. E muitos perfis, sim, são *fakes*, são perfis falsos para dificultar a responsabilização desses conteúdos, porque, de novo, é crime, está lá no Código Penal. Então, para que não haja a imputação de crime, ou o acionamento da Justiça, ou o pedido de indenização, muitos perfis são falsos.

Vocês estão vendo um corte ali entre o que é a bolha e o que é a vida real. Então, quem faz essa conexão são essas figuras todas liderados, nesse caso, pelos assessores e pelo próprio Deputado Eduardo Bolsonaro. E essa expansão para a vida real que nós chamamos é feita por robôs.

Vocês vão ver isso tecnicamente. Eu não estou aqui falando do que eu acho, porque seria leviano. Eu estou aqui falando tecnicamente. Vocês terão laudos, terão comprovação do que eu estou dizendo. Até por isso eu não estive aqui na semana passada porque tudo isso é muito demorado. A perícia é demorada, o acionamento de polícia é demorado, porque a polícia já está nesses casos. Inclusive, alguns pedidos de quebra de IP já foram encaminhados e determinados já pela Justiça. E, por óbvio, eu não vou dizer o nome dessas pessoas porque há gente que já jogou computador fora. Eu fiquei sabendo que há gente que furou *drive* de computador com furadeira, dessa de parede. Então, a destruição de provas é muito complicada. Por isso que alguns nomes, apesar de a gente já ter acionado na Justiça, permanecem em sigilo.

Agora, há uma coisa que quem destruiu provas de ataques não levou em consideração: mais de 90% de todos os dados estão protegidos na nuvem. Então, com um pedido da Justiça ou da CPI, é possível resgatar todos esses dados, todos, ou pelo menos 90%, o que nos dá aí uma boa amostragem do que acontece e como funciona.

Nesse caso do Leonardo DiCaprio aqui – eu estou nesse tema porque é o tema mais atual, mas funciona igualzinho para todo mundo, tá? –, houve 30 mil interações em 24 horas – 30 mil interações. Essas interações, de novo, são feitas por gente de verdade e por robôs. Há gente que até apareceu aí: "Não, olha, eu existo. Eu existo!". Sim, mas é uma pessoa por trás de robôs. E isso custa. Isso custa. Em média, para fazer um disparo – um disparo – por robôs, para fazer essa movimentação, um disparo, uma *hashtag*, gasta-se R\$20 mil. Vocês imaginem quantos disparos, quantas *hashtags*, quantas informações! Eu estou falando só do disparo do robô. Eu fiquei sabendo desse valor hoje. Achei impressionante. Vocês imaginem o que está por trás: a produção, o pensamento, enfim.

Pode passar.

Esse Botometer é uma metodologia desenvolvida por cientistas da Universidade de Indiana para identificar robôs. Então, eles têm uma série de características que foram listadas durante quatro anos e eles reuniram essas características: são mais de mil características que diferenciam gente de robô. É simples. Isso é científico. Isso aqui também não é um achismo. E está à disposição para quem quiser entrar em contato com a Universidade de Indiana para ter mais informações.

Então, basicamente, aqui são só algumas das informações para vocês entenderem. O perfil geralmente não tem muita personalização, não tem a foto, tem um avatar diferente, só para constar ali no perfil. No padrão social não há conteúdo original ou há pouco conteúdo original e os retuítes são o que movimentam – quando falam: "Todo mundo está falando na internet disso!", são os robôs que estão retuitando o tempo todo, retuitando o tempo todo, retuitando o tempo todo. Na atividade é o mesmo padrão e atua-se em conjunto – é sempre em conjunto.

Então, vocês vão entender, ao final aqui da minha apresentação, que se escolhe um alvo, o alvo é escolhido, combina-se o ataque – e há, inclusive, um calendário de quem ataca e quando – e, aí, quando esse alvo está escolhido, entram as pessoas de verdade e entram os robôs. É por isso que, em questões de minutos, cinco, dez minutos às vezes, a gente tem uma informação espalhada para o Brasil inteiro. Parece realmente que o Brasil inteiro está discutindo aquela informação. É uma sensação – isso também é *fake* – que é passada para que muitos fiquem atemorizados ou aterrorizados com o levante da internet.

Pode passar aqui. Próximo. (Pausa.)

Encrespou aí, travou?

Enquanto destrava, eu vou trazer uma outra informação. Uma coisa importante é que muitas dessas páginas e perfis que postam conteúdos nem sempre *fakes* – alguns são *fakes*, outros são difamatórios; alguns são completamente *fakes*. Vou mostrar dois para vocês aqui que são bem interessantes assim, absolutamente malucos. Muitos são de agressão. Eles postam em algumas páginas; aí, uma hora depois, por exemplo, deletam. Só que, depois que foi deletado, já está circulando nas redes e nos grupos de WhatsApp. Então, não tem mais como você segurar a informação nem como fazer uma errata.

Aqui há um aplicativo – de novo, quem quiser, por favor, é a Universidade de Indiana – que foi desenvolvido justamente para que a gente possa verificar se há robô ou não nas redes, como é que é, como é que não é, como é que funciona, como é que não funciona. E as minhas redes estão à disposição, tá? Eu nunca usei robôs. Então, as minhas redes estão absolutamente à disposição para quem quiser: redes, meus telefones, o que vocês quiserem está tudo à disposição.

Eu analisei dois perfis, por óbvio, os dois perfis mais importantes, o do Presidente da República e o do Eduardo Bolsonaro.

Ali é a análise que foi feita por esse *software*, e dos 5,4 milhões de seguidores, no caso do Presidente da República, 1,4 milhão são robôs. No caso do Eduardo, 468.775 são robôs. Também está tudo disponível para os senhores, com laudos e tudo o que os senhores quiserem.

Ou seja, nós temos quase dois milhões de robôs em apenas duas contas de Twitter. Eu não vou dizer para vocês... Eu quero crer que o Presidente não sabe disso. Eu quero crer. Agora, pelo que vocês vão ver nas conversas do grupo do gabinete do ódio, o Deputado Eduardo Bolsonaro está amplamente envolvido e é um dos líderes desse grupo que nós chamamos de milícia digital.

Pode ser que esse número seja um pouco maior de robôs, porque como eles pegam características, a gente usou como parâmetro aquilo que tem mais de 50% de característica de robô, para não ter risco de erro, para não cometer o erro da injustiça. Mas pode ser que aquele que tenha característica de 45%, 49%, 48% também seja robô. Mas a gente excluiu isso para termos uma margem realmente confiável para apresentar.

Pode passar.

A atuação. Eu já disse para vocês que cada atuação de robô custa em média, cada disparo, R\$20 mil, em média. Se a gente está falando desses robôs todos, quem paga por isso? De onde sai esse dinheiro? Talvez o principal foco desta Comissão Parlamentar seja seguir o rastro do dinheiro, porque é algo, realmente, que chama atenção. Eu fiquei surpresa com os valores e com os números apresentados.

Então, se o ataque é em grupo e se isso é feito em perfis de todos os cantos, de onde vem esse dinheiro? Nós não estamos falando aqui de trocados, nós estamos falando de milhões. Vamos lá.

Murilo Defanti. Esse é um tipo de perfil que claramente é usado por robô. Claro que amanhã pode aparecer o Murilo, a Murila, alguém dizendo: "Não! É meu o perfil". Mas é um robô, é uma pessoa por trás de um robô. É um robô que está operando, é um robô que está fazendo os disparos.

Para vocês terem uma ideia, eles trabalham com retuíte, basicamente retuíte. E robôs também seguem robôs, tá, gente? Só para vocês saberem. Então, aquela coisa de ter só um seguidor e por isso é robô, e o outro tem bastante seguidor e não é robô, não é bem assim. Geralmente... Claro, se a pessoa está seguindo zilhões de pessoas e tem um seguidor, é uma característica de ser robô. Mas robôs também seguem robôs.

Então, nesse caso por exemplo, não há nenhum conteúdo original e 88 mil retuítes em um ano. Oitenta e oito mil retuítes em um ano! Isso foi pego de forma aleatória. Aquela bolha que eu mostrei para vocês, aquele mapinha cheio de pontinhos que estará à disposição de vocês, quando, na internet, vocês clicam num pontinho daquele, vai aparecer qual é a página. Então, naquele mapa colorido onde eu destaquei só o caso do Leonardo DiCaprio e do Eduardo Bolsonaro, vocês podem clicar, podem correr ali o *mouse*, o cursor, e ele vai mostrar qual é a página, qual é a pessoa. Então, isso foi aleatório. Um que foi pego.

No caso daquela campanha do fora Gilmar Mendes, foram 1.123 *hashtags* desse perfil em um único dia. Então, é humanamente impossível. É impossível! É juntar lé com cré. É simples assim. E está lá. O Murilo Defanti está na rede do Deputado Eduardo Bolsonaro. Vocês pegam isso. Depois, quem tiver interesse nesse mapa digital, todos esses pontinhos verdinhos estão interconectados, interligados, com o disparo, nesse caso, que saiu do Eduardo Bolsonaro. E ali uma *hashtag* também contra o Davi Alcolumbre: #AlcolumbreMaquiavelico. E dali saem aqueles memes que ultrapassam e muito o que nós chamamos de uma zoação, fazer uma graça. Não. São ataques verdadeiros às reputações das pessoas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Deputada, eu não posso perder a oportunidade. Aqueles pontinhos ali são muito parecidos com o rabo de um pavão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Chegaremos no pavão. Chegaremos no pavão.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Chegaremos no pavão.

Agora, um dado interessante para vocês. O Botometer também fez uma análise no Twitter do Aliança. O Aliança pelo Brasil, que é o que se propõe a ser um partido. Não sei. É uma ideia que se propõe a ser um partido depois de coleta de assinatura, e que causou inclusive, no meio dessa confusão... Nasceu por uma dissidência do PSL, Partido que abrigou o Presidente da República quando outros não acreditavam na viabilidade do Presidente como um candidato que pudesse ganhar a eleição.

São 164 mil seguidores... Deve estar um pouco desatualizado, porque foi feito há uns três dias. Então, já deve ter aumentado os seguidores e também o número de robôs. Só para vocês não entrarem lá e verem um número diferente. Desses 164 mil, 26 mil são robôs. Então, é um número muito grande. E robôs conseguem fazer um barulho, por óbvio, muito maior do que gente, porque nós temos mais o que fazer, nós trabalhamos, e nós temos uma limitação humana e de tempo. Não é o caso dos robôs, que são programados só para isso.

Pode passar, por favor.

Uma coisa importante para que eu queria chamar atenção de vocês. Nós vimos ontem uma decisão do TSE para aceitar os certificados digitais, no caso de criação de novos partidos. As certificadoras digitais – e para isso, quem me alertou foram os peritos que me ajudaram a fazer esses levantamentos – são muitas vezes pequenas empresas privadas quase sem nenhuma fiscalização, ou sem nenhuma. Há lá numa salinha a certificadora digital. Se nós temos esse volume de robôs atuando nas redes sociais...

Qualquer um pode ser alvo, tá, gente? O alvo da vez fui eu, mas pode ser qualquer um, qualquer um. Não existe uma proteção. Pode ser de esquerda, de direita, do centro. Não interessa. Essa pancadaria, esse crime acontece com todos. Mas se há esse volume de robôs nas redes, o que não haverá com as certificadoras?

Então, é claro que o TSE... Eu vi ontem. Foi apertado, foi quatro a três. Nós sabemos que alguns dos Ministros têm intenções de irem para o Supremo, para o STJ. Eu não coloco ninguém aqui em suspeição. Mas acho que na regulamentação disso há de se ter muito cuidado, para que nós não tenhamos uma fraude. E isso eu não estou dizendo aqui porque o partido nasce por uma dissidência do meu partido, porque todo mundo sabe que eu sou contra a criação de novos partidos. Sempre fui. Basta dar um Google aí no meu nome que vocês verão. Eu sou a favor do enxugamento dos partidos, não de criação de mais partidos. Mas esse dado é bastante importante.

Traz mais água para mim, por favor, e um café.

O mecanismo. Como é que funciona o mecanismo da coisa. Vamos pegar de novo... Eu estou usando a rede do Eduardo porque é uma das redes que mais influenciam nesse processo. Há outras. Eu só peguei... Não dá para fazer tudo, não é? Eu peguei um pelo número de seguidores e tudo. Então, Eduardo determina o alvo. Perfis ligados ou de assessores, ou ligados a assessores parlamentares, de agora, do passado recente, gente que está nas assembleias. Tem assembleia, tá, gente? Assessores de Deputados estaduais espalhados no Brasil inteiro fazendo isso. Não é só Deputado Federal, não. E aqui na Câmara também há Deputados Federais que têm assessores ligados, indicados pelo grupo, pelo Eduardo, pelo Carlos, para ficarem o tempo todo trabalhando com essas *fakes* ou assassinato de reputações.

Aí tem uma coordenação de ataques. Eu vi que tentaram desdizer, até em tom de sarcasmo, a existência do gabinete do ódio. Eu confesso que achava que o nome era gabinete da maldade, porque era assim que alguns Ministros se referiram ao tal gabinete quando foram atacados. Eu me lembro de um Ministro que falou para mim: "Poxa vida, o que eu faço com o gabinete da maldade, Joice?" Mas é aquela coisa de conversa de palácio. Não era uma coisa assim: olha, está acontecendo isso, isso ou aquilo. Mas eu descobri que realmente é gabinete do ódio. Está ali. Secreto2 G.O. Eles escolhem quem será o alvo da vez. Nesse caso é um *print* para vocês. Foi o caso do Julian Lemos. Eles escolhem uma pessoa e essa pessoa é massacrada. Massacrada!

Esse grupo não é WhatsApp. Não é WhatsApp. Eles não conversam esse tipo de informação pelo WhatsApp. É um grupo fechado, que tem senha dentro do Instagram. Então, nós já pedimos a preservação do grupo porque, por óbvio, vão deletar. Mas os *prints* estão aí, e com os laudos, para que vocês saibam que é verdadeiro.

Aí nós temos alguns perfis falsos ali identificados. Falsos ou alguém que se esconde atrás de um perfil. O Ódio do Bem, o Isentões, o Left Dex. Enfim.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É Ódio do Bem. O Ódio do Bem orientou recentemente o ataque à Lava Jato – vocês verão a conversa – para proteger o Senador Flávio. Isso está num *print* ali para vocês.

Aí, olha lá: "Temos que pegar pesado com os traidores". E eu fico me perguntando o que são traidores? Traidores do quê? Pessoas que trabalharam dia e noite para ajudar a eleger um Presidente da República? Pessoas que trabalhavam muito antes de haver viabilidade de o atual Presidente ser um candidato que tivesse realmente musculatura para ganhar a eleição? Traidores por quê? Porque não entramos no jogo de atacar pessoas dessa forma? Porque não fazemos dessa forma? Ou por que discordamos minimamente de qualquer coisa que seja?

Ali. São os perfis, esses: Bolsofeios; Bolsolindas; Blosoneas; Carlos Opressor; Presidente Bolsonaro BR e Snapnaro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Existe o perfil.

E aí, para se ter uma ideia, o Bolsofeios é do assessor do Eduardo, o Dudu Guimarães. E aí a gente vai descobrir quem são eles com os pedidos judiciais.

Ali: viralizar; amanhã é o Julian; canalhas; sim, viralizar, e tal. Aí, crescimento artificial, por robôs também, dessas *hashtags*: #AlcolumbreMaquiavelico; A *hashtag* que foi feita contra mim: #DeixeDeSeguirAPepa, a *hashtag* #ForaGilmarMendes, e qualquer uma que vocês queiram.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O Snapnaro também é dele.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim. O Snapnaro. Sim, sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Snapnaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Snapnaro. É.

Pode passar, por favor.

Movimentos. Esse grupo coordenado na internet acaba pautando movimentos, e alguns movimentos fazem uma retroalimentação com esses grupos. O movimento conservador é o que está dentro da questão do gabinete da maldade, de espalhar *fakes* e dos crimes de improbidade que vocês verão, porque há uso de assessores que ganham dinheiro público para isso. É um dos que está mais envolvido. Aí tem Direita São Paulo, Avança Brasil...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Esse é o ex-Direita São Paulo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

Pode passar.

Como é a organização da milícia? Vamos lá.

Ali vocês estão vendo o gabinete do ódio, o Coringa, o Carlos e o Eduardo, que são os cabeças, os mentores. Ali alguns Parlamentares que, por óbvio, replicam informações. E, de novo, não necessariamente, nesse caso, informações *fakes*, mas muita coisa para destruir reputação; e coisas *fakes*. Não estou dizendo que tudo é *fake*. Tem coisa que é, tem coisa que não é. Tem gente que publica e depois foi pego no *fake*, foi pego na fakelândia. Aí apaga: "Não, não. Ó, descobri... Ah, desculpem aí!". Então, assim...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi sem querer, não é?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Foi sem querer.

Aí tem os assessores... Os publicadores, assessores de alguns desses Parlamentares, publicadores e movimentos, e os próprios Parlamentares, por óbvio, que repassam algumas informações.

Pode passar.

O gabinete do ódio. Já foi dito aqui, mas fica bem claro como é feita essa formatação do gabinete do ódio. De maneira – digamos assim – legal, comprovável imediatamente, praticamente meio milhão de reais de dinheiro público é destinado para perseguir desafetos. Essa é a função do gabinete do ódio: perseguir desafetos. E de novo, para quem quiser falar que não, não é bem assim, os *prints* das conversas do gabinete do ódio estão ali. E eu espero que alguém me pergunte, quando começarem as perguntas, como é que eu consegui esse *print*.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Já estão falando aqui que você vai ter que provar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aham. Aham.

Vamos lá: Filipe Martins, o Carlos... É, o Carlos ia muito ao Palácio, mas, depois que saiu muito na imprensa, ficou meio chata a coisa, e ele deixou de frequentar o Palácio com muita frequência.

E nós temos ali o Tercio, o Zé Matheus e o Mateus Diniz.

O Olavo, de novo, está ali. Isso me parte o coração, porque eu tenho um carinho pelo Olavo muito grande, mas essas pessoas todas foram alunas do Olavo. Então, ele ajuda a disseminar e ajuda, obviamente, a fazer a militância atacar pessoas.

De novo: os ataques que têm nome e sobrenome e cara – em que a pessoa se mostra –, aí a Justiça está aí, para reparar.

Eu já fiz *posts* muito agressivos, brigando com partido político, brigando com ministro, dizendo "não concordo"... Vocês sabem disso. Agora, estava lá minha carinha. Minha cara, há lá o meu nome, meu sobrenome, meu CPF, e, caso houvesse uma infração à lei, qualquer um poderia me acionar por isso. Mas nunca perdi.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não perdi não.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não: não perdi não. O do Lula eu ganhei.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, não: é verdade. Estou recorrendo. É verdade. Era uma homônima. Pode passar.

Aí, gente, dá uma olhada nisto: "Senador detona jornalista do Mato Grosso que chamou Joice de garota de programa". "Rodrigo indicado à Sudeco, mas áudio contra Joice deve miná-lo".

Eu estive recentemente no Mato Grosso, para receber o título de Cidadã Honorária de Cuiabá e do Mato Grosso de uma única vez. Foi superbacana.

Na minha infância, eu morei em Cuiabá. Cheguei com seis anos, tá, gente? E olha aí.

Na terça-feira após essa conversa, apareceu um maluco na internet, que eu não sei quem é – por óbvio, já está sendo processado –, usando imagens minhas de agora, com o meu carro, aqui em Brasília... Que é meu. Não é nem público, não é alugado não: é meu, é meu carro particular. Com o meu carro, aqui em Brasília, andando para cá, andando para lá, não sei o quê, não sei o quê, não sei o quê, aí, com aqueles efeitos de internet... E aí ele fala assim: "A Joice, eu sei que a Joice foi garota de programa, lá-lá...", aquela coisa toda.

Aí, eu comecei a rir, mandei para o meu marido... Falei: "Olha, amor; olha a nova deles". E, aí, eu recebo esse *print*.

Eu quero só aqui fazer justiça ao Senador Eduardo Gomes, porque eu conversei com ele, pela boa relação que tenho com ele, e ele me disse: "Usaram meu nome, Joice. Pode me levar de testemunha no processo". Porque eu estou processando esse vagabundo aí, que eu não sei nem quem é esse maluco. Eu sei que, na época em que eu era Líder, parece que ele queria um cargo e, por algum motivo, ele achava que eu estava atrapalhando – devia ter ficha suja ou coisa assim.

Então, aqui eles usam o nome do Eduardo Gomes... Ligaram do Palácio – do Palácio –, passou para o Eduardo – o Zero Dois, o Bolsonaro –, para ir na terça, com o dossiê da Joice. Graças ao Muvuca, virei *best friend* dos homens: Joice, Inimiga nº 1. As voltas que o mundo dá, não é?

Aí, o fulano manda uma foto com o Eduardo, e o Eduardo... Falei com ele e repito: ele disse: "Olha, eu não tenho nada com esse cara. Conheço ele, mas ele está usando meu nome. Vou de testemunha a seu favor, contra esse picareta".

Aí, ele se tornou Líder do Governo no Congresso. Melhorou muito para arrumar um cargo lá.

Isso foi uma conversa. O *print* também está à disposição dos senhores.

Na terça-feira, data marcada, aparece o tal vídeo, que, claro, já foi deletado. Porque o que que eles fazem? Atacam a reputação, não têm prova de absolutamente nada, destroem, e aí eles deletam! Somem com o vídeo! Desaparecem com isso.

Agora, vocês fiquem imaginando o tamanho do estrago que uma informação falsa como essa pode causar. Claro, talvez fosse uma coisa mais leve, e as pessoas até acreditassem. Uma coisinha assim, "ah, tá, sei lá...". Como é uma coisa muito pesada, as pessoas olham e falam assim: "Não... Tá na cara que é *fake*". Mas eu sou mãe, eu sou esposa, eu tenho família... A minha mãe mora lá no interior do Paraná, recebendo ameaça pelo computador...

Então, esse tipo de gente destrói vidas.

Há gente que não aguenta: há casos de suicídio, por conta desse tipo de gente – criminosa.

Pode passar.

Vamos lá.

Vamos à "central de boatos".

Os membros do gabinete do "grupo do ódio" acabaram de dizer no grupo, agora: "Fomos descobertos".

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

Foram. Foram descobertos. De fato, foram.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Poderia declinar qual o grupo, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Do gabinete do ódio. O grupo do... Aquele que eu botei o *print* ali.

Aqui... Pode colocar o áudio, por favor? Eu acho que vai ter que voltar e aumentar o ódio... Aumentar o volume do ódio, ali, do nosso...

(Procede-se à exibição do vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aqui, gente, esse...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, perdão: isso foi o quê? Foi um evento, foi um *stand-up*... O que que foi?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi um evento conservador, dito conversador, que foi feito em São Paulo, e...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ah, com dinheiro do PSL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Com dinheiro do PSL.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Entendi.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que isso tinha que estar bem publicizado.

Por que que eu mostrei esse vídeo para vocês?

Claro que esse meme do Guga Chacra é um meme bobo, é uma provocaçãozinha, mas o *modus operandi* é exatamente esse, e, aí, os níveis de agressão vão aumentando, a depender de quem são as vítimas do momento. E há até essas palavras de ordem, não é? "Sentiu, Galvão", "faz meme" e tal, aquela coisa.

O Julian Lemos, que foi fiel escudeiro do Presidente Bolsonaro no Nordeste, quando ninguém queria estender a mão para o Presidente, andou com ele pelo Nordeste, foi à minha casa, com o Presidente, para me convidarem para disputar uma eleição. Isso está gravado. Eu tenho isso gravado. Foi à minha casa, tomaram café na minha casa, o Presidente, ainda um candidato não muito viável, e hoje achincalhado – por nada. Eu acho que é porque ele discordou do Carlos por alguma coisa, e aí começou a confusão. Basta discordar. Achincalhado.

Isso aqui foi um ataque coordenado contra o Julian. Pelo mesmo grupo, tá? Gabinete do ódio, "ta-na-na-na-na-ná".... E, aí, qualquer pessoa que eventualmente discorde entra como inimigo da milícia. Então... Agora, por exemplo, Dayane Pimentel, atacada ali: "Professora, conte-nos o segredo mágico do seu marido, morador de Feira de Santana que, após a sua eleição, virou secretário (...) Vendeu a legenda do PSL em Salvador? Em Feira? Ou o ACM Neto sempre gostou de vocês? Essa é a sua nova política?"

Atacando a Profa. Dayane, que também, da Bahia, do Nordeste, fez campanha, como mulher – nós sabemos como não foi fácil quando começamos, como mulher, a fazer campanha. O quanto nós ouvíamos "não voto: nesse homem eu não voto"...

E a gente foi trabalhando, trabalhando, trabalhando, achincalhada pelo Eduardo Bolsonaro. Por quê? Por nada. Por nada! A resposta é: por nada. Por nada. Talvez a resposta ali, Deputada, fosse: "Porque meu marido tem competência. Pode dar uma olhada no que ele está fazendo, na administração dele. Olhe o currículo". Não é? "E tenho boas relações com a política, diferente de vocês, que têm destruído pontes no Congresso Nacional".

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E não fritava hambúrguer, não é?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. Mas imagine a Palmirinha – não é? –, tem que ser embaixadora do mundo, então.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ô, Deputada... O senhor me permite, Presidente? Só um minutinho. Só um minuto. Só um minuto...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está inscrito, vai falar...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, sim, eu só queria lembrar que o Julian... Todas as vezes que o Presidente foi à Paraíba, ficou hospedado na casa do Julian, e não foi uma vez só não: foram cinco vezes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continue, nobre Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ali há... Volte um pouquinho, por favor.

Ali foi quando eu dei uma declaração, dizendo publicamente o que eu já dizia para o Presidente.

As pessoas acham que pontos de tensão acontecem agora. Não: eu sempre tive uma relação franca com o Presidente, para dizer para ele quando ele estava errado, na minha avaliação. Eu tenho isso tudo... Até as reuniões, depois, eu mandava uma ata para ele: "Conforme a reunião, conversamos isso, isso e isso". Até para que ele pudesse ler e refletir.

Então, eu dizia muitas vezes a ele: Não faça dessa forma, Presidente. Não se deixam aliados pelo meio do caminho. Não traia seus aliados de primeira hora, porque o recado que se passa para o Congresso, onde nós – e eu liderava no Congresso – precisamos de aliados, é muito ruim.

Então, nós tivemos vários diálogos, e eu, por óbvio, por ser uma coisa privada, não vou mostrar, mas está à disposição. Não vou apresentar aqui.

Então, Julian, achincalhado da vez.

Poder ir.

Os ataques coordenados, aí, do nosso baralho.

Gabinete do ódio. De novo.

Vejam que interessante: eles têm uma tabela, para que, cada dia, um produza o meme ou a frase ou a *hashtag* para destruir alguma reputação. Então, eles vão escolhendo ali, ó: cada perfil com seu dia, para fazer esses ataques coordenados.

Olhem lá: "Quem é hoje? Vou postar daqui a pouco..."

Aí, lá, ó: "Posto o meu hoje"; "está diferente, mudou..."; "coloquei o novo também"; "putz, é mesmo..."; "é seu, Bolsofeios"...

Ali é um meme... Eles começaram esse trabalho muito com narrativa, assim, a construção de uma narrativa mentirosa, desse gabinete do ódio, mas eles vão construindo a narrativa.

Então, todo mundo sabe que eu fiz campanha para o Presidente e também ajudei o Doria em São Paulo. Por óbvio: era uma candidatura mais alinhada à direita, eu sou de direita, e havia uma candidatura mais aliada à esquerda. Uma questão ideológica. Ajudei o João Doria, em São Paulo – com a autorização do Presidente, tá? A autorização do Presidente. Isso está no meu celular: "Vai de cabeça. Vai de cabeça. Eu não vou me meter, porque vai que o outro ganha... Mas vai de cabeça". Tá?

Então, logo que a campanha passou, eles começaram a pegar fotos minhas, antigas... Por exemplo, essa foto aqui, em que eu estou com o João Doria, foi de uma entrevista que eu fiz com ele.

Eu entrevistei zilhões de pessoas, da esquerda, da direita, do centro, gente da política, gente da economia... Os meus programas na Veja, ou mesmo no meu canal do YouTube... Então...

E pegaram uma foto minha com o Presidente, recente, da campanha... Do segundo turno. Eu já tinha sido eleita ali, se eu não me engano, e eu o estava ajudando. Não lembro se foi primeiro ou segundo turno, mas era uma foto recente. E, aí, colocaram como um contraponto: "Como que esta Joice está do lado do Doria e contra o Bolsonaro?"

É uma loucura isso! É uma loucura! Pegam um imagem antiga, para tentar construir a narrativa de traidora. É uma tentativa de narrativa. Então, eles vão, eles vão, eles vão mais um pouquinho, até que passa da linha do que é minimamente respeitável, e, aí, eles vão diretamente para a agressão, para o crime mesmo, propriamente dito: o crime virtual.

Então, esse é o modelo, e aqui eles estão combinando, no gabinete do ódio, como é que vão me sacanear em todos os lugares.

E imaginem se as pessoas vão ter a informação do que acontece no meio da política... Elas não sabem! Elas recebem um negócio desses, no WhatsApp... Às vezes me encaminham: "Joice, isso é verdade?" Eu falo: Gente, pelo amor de Deus! Olha aí a foto. É antiga...

E por que eu ser amiga do João Doria significa trair o Bolsonaro? É uma estupidez, é uma idiotice isso. Mas é assim que eles trabalham. Desta forma.

Pode passar.

Esses perfis todos eu vou entregar para a CPI, todos esses perfis lá atrás, com o calendário, para que, por óbvio, a gente possa chegar aos responsáveis por cada perfil.

Ó, outro de novo, o Julian de novo. O Julian, coitado... Esse apanhou.

Ah, lá, ó: "Temos que pegar pesado com os traidores". Grupo do ódio. O Snapnaro falando.

Aí, o Bolsofeios: "Amanhã é o Julian. Tá na tabela".

Você também já foi alvo, viu, Frota?

Aí, o Snapnaro: "Canalha. Sim, viralizaram".

E ali há uma lista – vocês estão vendo? Aquela lista... Está ruim a imagem, mas de pertinho vocês conseguem ver.

Há uma lista de quem vai ser atacado e em que dia. Eu estou no nº 25 na lista de ataques. Então, ali tem de tudo: tem Parlamentar, tem político, Governador, Ministro, Rodrigo Maia, Davi Alcolumbre... O Rodrigo passou por uma campanha super pesada de difamação também, fazendo imagens pornográficas... É o *modus operandi*, como fizeram comigo.

Ali a orientação: "Apague as fotos em redes sociais com os traidores ou potenciais traidores". Isso é repassado para todo mundo, e o mutirão é feito.

Pode passar.

É bom lembrar que eles, depois de fazerem isso, distribuem para os multiplicadores pelo WhatsApp. Aí a coisa fica sem controle, sem controle nenhum.

Depois daquela orientação para me atacar, eles começaram a fazer essas montagens, e há coisas muito mais pesadas, gente, mas eu acho que todo mundo já viu... Colocando o meu rosto num corpo de prostituta em cenas de orgia, coisas que foram parar no telefone do meu filho, que foi o que me motivou a de fato entrar nessa investigação, porque não dá. Passou de todos os limites do bom senso. A liberdade de expressão tem um caminho, mas o que deveria ser uma linha tênue para separar a liberdade de expressão das agressões criminosas não é linha tênue mais, é um abismo, é um abismo! Então, as agressões acabam sendo... Enquadra-se esse grupo na liberdade de expressão, mas a gente sabe que não é liberdade de expressão.

E ali eles combinam, tenho os *prints* deles combinando...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Pela ordem.) – Deputada, permita-me perguntar: qual é a idade dos seus filhos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O que recebeu, 11; e a menina tem 19.

Ali eles combinam como fazer. "Peguem a Joice, montem um meme com ela o mais gorda possível. Escrache, bote roupa de prostituta e tal..." Então, eles combinam como fazer e disparam os memes.

Pode passar.

Olha lá: essa *hashtag* me ofendendo no dia em que eu deixei a Liderança... Fui comunicada pela internet, mas eu já sabia porque o Senador Eduardo Gomes, muito gentilmente, tinha conversado comigo... Ele foi o lorde nessa história e disse: "Olha, minha amiga, o que você acha?" Eu falei: "Vá com fé". Porque ele era alguém que me ajudava muito inclusive na Liderança do Governo no Senado e no Congresso, como um todo. Ele tinha me avisado.

Essa *hashtag* – numa tarde de sábado, em que a atividade é muito baixinha na internet – teve 30 mil interações... Se não me engano... A gente tem esse dado aí. Volte lá.

Vocês estão vendo lá o #deixedeseguirapeppa pelos Parlamentares, 32 mil interações, num sábado à tarde, nessa campanha que foi feita para tentar me esculhambar.

E aí há os de sempre, não é, gente? Vocês já vão ver a participação do Douglas Garcia e do Gil Diniz. Isso merece uma boa operação da Polícia. Vocês vão ver a participação deles.

Eles fazem esses ataques, e a coisa vai crescendo. Inclusive, eu levei o Deputado ao Conselho de Ética porque há limites. Se a gente não aplicar a legislação, isso aqui vai virar uma anarquia, uma terra sem lei.

Pode passar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Oi?

Volte lá.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Onde?

Ah! Não, não é 17 de outubro. É outubro de 2019, agora.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah! Mas nós temos o *print* dele. Se ele... É... Nós temos o *print* disso. Isso inclusive foi na rede social de uma Parlamentar.

Pode passar.

Vamos lá... De novo aqui. Como eles agem? Dudu Guimarães, assessor do Eduardo Bolsonaro, está na função de Secretário Parlamentar, organizando esses ataques, a narrativa para construir uma imagem de ligação. Ali coloca o Frota...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu estou bem, ali.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você está novinho, não é, Frota?

Volte, volte...

O Frota, eu e o João Doria, com pé de palhaço e tal...

Volte, por favor. Deixe aí. Não mexa. Não mexa aí.

A gente já vai ouvir um áudio ali.

Eu quero mostrar para vocês que começa assim, começa com essa narrativa e vai aumentando o tom, e vai aumentando o tom. O Bolsofeios é do Dudu, e há um áudio dele quando parte do grupo disse: "Olha, acho que a gente tem que conversar, compor, vocês precisam de votos e tal...". Aí ele orienta.

Conseguem colocar o áudio?

Também do gabinete do ódio.

Olha lá, olha as *fakes* ali.

Veja se consegue tocar o áudio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O áudio é importante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Consegue ou não consegue?

Então, enquanto acham o áudio, eu vou passando para vocês.

(Procede-se à execução de áudio.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Esse é só um exemplo, está?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Do Eduardo Guimarães.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É o Dudu Guimarães, que, dentro do Grupo do Ódio, vai passando as orientações, inclusive para que haja um afastamento dessas pessoas que tanto ajudaram e continuam ajudando o Brasil. Ele nomina ali Nicoletti, até com um jeito de desdém... São pessoas que têm votos, chegaram aqui democraticamente e ajudam o País, votando por aquilo que é bom para o País.

Aí começam, como eu falei para vocês, como vai aumentando a graduação.

Passe para a próxima.

Ali. "Joice é acusada de usar dinheiro público para financiar ataques aos filhos do Bolsonaro". Piada, não é?

Volte, volte, pode voltar. O Senador pediu, por favor.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, foi.

Senador Randolfe, Senador Randolfe.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Bolsofeios, Dudu Guimarães. Bolsofeios. É este aí, é ele.

Aí começa uma narrativa e acaba lá: "Joice é acusada de usar dinheiro público...". E olhem o tipo de perfil que posta. São coisas assim.. Tem lá um *site* Clickcozinha... O que tem a ver Clickcozinha com política? Mas eles usam para disseminar as informações falsas. Eles usam esses *sites* laranjas... Posso chamar isso de *site* laranja? Esse Jornal316... São esses perfis.

Aí veja lá que esse tal Tiago dos Santos já mudou a página dele para Aliança pelo Brasil, e alguns já estão usando até o símbolo. Então, eles estão todos interligados, não é?

Ao mesmo tempo em que se detonam aqueles que se consideram inimigos, ficam jogando para cima aqueles que consideram amigos. Então, quando aconteceu a questão do pedido de suspensão do Eduardo, eles... "Ah! Com que moral?" Você vai lá... Aquele moço lá é de um grupo de apoio também a esta tropa aí, e a documentação está à disposição de vocês. Esse grupo de apoio é do Sul. Para vocês verem que há coisas do Nordeste, do Sul, de São Paulo, é no Brasil inteiro, não é uma coisa pontual, é no Brasil inteiro. Então, aqui há *prints* de gente do Brasil inteiro, trabalhando interligadamente.

Algumas das pessoas que fazem parte da esculhambação. Olha lá... Estão vendo aquele perfil Pátria Amada? Ele já mudou o símbolo também para Aliança. Olha lá. E ali, de novo, os memes... Do Rodrigo, eu peguei até uns mais leves porque não quis escandalizar, gente. Há coisas... Vocês já viram. Enfim, até para não expor mais as pessoas.

Pode passar.

Todos aqueles que eventualmente discordaram de alguma coisa... Olha lá... Snapnaro, também de assessor. Essa montagem do Delegado Valdir... É sempre para tentar deixar a imagem cada vez mais pesada.

Pode passar.

O Pavão Misterioso. Isso aqui é um vídeo que ele postou – e, por óbvio, também está sendo acionado – de uma porca andando. "Deputada é flagrada deixando a Liderança do Governo.". Então, de novo, a intensidade... Começa com a Peppinha, não sei o quê, é de criancinha... Aí vai aumentando a intensidade. Daqui a pouco, é porca, xingam de todos os nomes... Vocês entendem? É uma crescente, é uma crescente. Vão acostumando e vão atacando.

O Pavão Misterioso tem vários perfis até porque, conforme vão tirando do ar ou conforme fazem alguma coisa mais pesada, eles usam outros perfis.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – V. Exa. pode explicar por que o nome do Luiz Philippe foi citado ali, por favor? Porque a senhora coloca ali sobre o Luiz Philippe, como se ele tivesse alguma coisa a ver com o nome Acorda Brasil.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah! Não, coincidentemente, o Luiz Philippe é o príncipe...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Porque Acorda Brasil é um nome que nunca é utilizado para nada, não é? Entendi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... e o príncipe está lá... Coincidentemente está no fundo do Pavão Misterioso também, Acorda Brasil. Eu só quis mostrar a coincidência.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muita coincidência.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É coincidência, é coincidência.

Vamos lá, gente.

Esse moço aí se mostrou porque ele foi citado. "Não! Sou eu, sou eu!" Esse moço é um assessor do Bolsonaro ligado a uma Deputada Estadual – o Leonardo Rodrigues – do Rio de Janeiro. Ela se define a Estadual do Bolsonaro e faz parte do grupo do Gabinete do Ódio.

Dinheiro público pago para essa gente fazer esse tipo de ataque. Está vendo lá? Eles pegam coisas assim... Pegam uma foto do Witzel conversando com o Doria e transformam isso num escândalo: "Maia é traidor da Pátria". Aí sobem a *hashtag*: #maiatraidordapatria.

Pode passar.

Aqui há alguns dos perfis também para vocês verem...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Só uma dúvida: aquele anterior...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Presidente, eu queria terminar a explanação, porque...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Ah! Quando é o Frota lhe perguntando, pode?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados e Sras. Deputadas, V. Exas. terão prazo, nas inscrições, para falarem.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Entendi, quando é alguma pergunta que possa ofender, ela não responde. Entendi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Uh! Deletaram o Grupo do Ódio! Mas o Instagram grava tudo na nuvem – só para avisar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Continue, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vou continuar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deletaram, mas não se preocupem porque o Instagram guarda tudo na nuvem, e a gente já fez os pedidos também... Fique bem...

Vamos lá.

Ali, gente, para vocês verem, o Nando Moura... O Nando é outro que ajudou muito, fez campanha, se expôs, não é candidato e nunca foi candidato a nada, nem gosta de nada ligado à política, mas foi esculhambado porque fez uma crítica ou outra e virou inimigo da Nação. Virou Judas... E aí eles todos, de novo, de maneira coordenada... O Kim Katagui... E assim vai. Pode passar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sempre os mesmos, sempre os mesmos.

O Ódio do Bem ali tuitando a perda de seguidores na campanha que eles fizeram...

O Rodrigo Maia... É o Ódio do Bem. Depois do Pixuleco, vem o Nhonholeco, que é uma maneira de achincalhar as pessoas...

"Vice-Presidente Hamilton Mourão recebe título de cidadania piauiense em Teresina". Ataques ao Mourão. O Mourão foi uma das pessoas que mais foi atacada dentro do Governo, vocês se lembram... O Santos Cruz foi; o Bebianno foi; o Mourão, como Vice-Presidente da República, foi. Então, tentaram de todas as formas denegrir a imagem do Vice-Presidente da República, que é um homem correto. Eu não conheço nada que o desabone, absolutamente nada.

Aqui também a perícia está sendo feita em cima desses *prints*, e o alvo da vez, orientado pelo Ódio do Bem aí, é a Lava Jato. E ali fica bem claro: "É importante que travem a Lava Jato neste momento. Outra coisa: o Deltan deve cair da Lava Jato. Certamente o Augusto Aras assumirá a PGR, como também o Mendonça assumirá o STF." Lá embaixo: "Tem como blindar o Flávio". Ele está falando do Toffoli, o *print* é longo, e vocês podem, depois, ler à vontade. "Lembrando que Moro não é um cara malvado, mas é um progressista louco por poder". Progressista é a maneira de eles chamarem alguém que eles consideram mais à esquerda, mas que não querem chamar de esquerda. Daí vira progressista. Então, alguns ataques também... Houve um processo de "fritura" do Sergio Moro.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aqui, o...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador, vamos deixar a Deputada concluir e depois V. Exas. terão tempo suficiente para fazerem as perguntas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá.

Aqui tem o levantamento dos ataques virtuais com o Mourão. Olha, olha... Vice-Presidente da República. Está aqui.

A mobilização e como ela acontece envolvendo alguns movimentos. Vamos no Movimento Conservador.

Pode soltar. *(Pausa.)*

Está um pouquinho lenta a internet, não é?

Vocês vejam que esse movimento é recente, foi criado oficialmente – pode trazer mais um café – em 15 de dezembro de 2018. Vocês vão entender quem são as pessoas que estão aí: Edson Salomão, Douglas Garcia e esse Jorge Luiz Saldanha, que são os fundadores do Movimento Conservador.

Se não conseguir o vídeo, passa para frente, depois a gente passa...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá, vocês viram a ata – não é? – ali da fundação do movimento. O Edson Salomão, Presidente; Douglas Garcia, Vice-Presidente; e o Jorge, 2º Vice-Presidente. Aí ele faz uma graça ali e tal, porque começou aquela coisa de falar muito em milícia virtual, faz um tuitzinho bobo...

Passa para frente.

E aí começa a coisa a ficar um pouco mais pesada. Essas imagens aí, uma boa parte faz parte desse grupo de ataques. Aí, passa lá: "Joice canalha paga militância virtual e acusa Bolsonaro de fazê-la!". Então, é um negócio maluco, é um negócio maluco! Tiram as coisas da cartola e vão passando para frente.

Aí, ali: "Atenção, milícia digital, operação Peppa Pig ativar; repito, Peppa Pig ativar!". E aí coloca lá: "A porca foi pro brejo". E aí eles começam as intensificar as ofensas.

Pode passar.

E as vítimas todas, sempre...

O Ted Martins também já está acionado, estou comunicando a ele. Ted você está acionado. E não adianta apagar as coisas, porque a gente já conseguiu a preservação.

Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pode passar.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí, eu coloquei só alguns exemplos para vocês. Está lá o Eduardo detonando o Bozzella. E aí começam os ataques. Faz um primeiro, aí vem todo mundo atacando, vem todo mundo atacando! Tentam transformar a vida da criatura num inferno.

O Felipe Moura Brasil, que é um dos poucos jornalistas que assumiu que estava do lado do Governo e aquela coisa toda... Eu já tive até algumas diferenças com o Felipe, trabalhei com ele, mas não dá para dizer que ele não ajudou o Governo; ele ajudou na campanha, e muito. Hoje está sendo escrachado, também fez um questionamento bobo lá. O Danilo Gentili, a mesma coisa. E os rostos ali... O Heitor Freire também é alvo terrível dessa milícia. Lá em cima pegaram uma imagem, é o Bolsonaro chutando um pixuleco, uma coisa assim, e colocaram ali a imagem da Peppa.

Enfim, vai passando.

Narrativa sendo construída. Olha lá o Rodrigo Maia. Sempre as fotos são as piores, não é? Porque também a imagem diz muita coisa.

Ali: "Joice se a linha PSOL e PSB contra os interesses dos militares". Que louco! E as pessoas não checam, elas vão passando para frente. Aí, eu tive que colocar um carimbo de *fake* lá.

Pode passar.

Gil Diniz, fiel escudeiro, foi assessor do clã, e hoje é Deputado Estadual. Quem é Gil Diniz? É o menino que está acusado de rachadinha, é o *modus operandi*. Já está acusado, já está denunciado por rachadinha. Esse moço do meio, de camisa azul.

Pode passar.

"Deputado do PSL montou central de dossiês e ataques apócrifos na Assembleia Legislativa [...]". Ali há alguns *prints*. Ele sabe que é crime o que está fazendo, porque há dinheiro público, é improbidade, não pode. Então, ele orienta: "Nada que identifique que saiu do nosso gabinete". Então, a gente não está falando de alguém que faz alguma coisa sem dolo. "Não, eu não sei". A pessoa pode ser ignorante. "Eu não sei, não sei que não pode fazer". Então, por ignorância, a pessoa faz. Mas isso? Isso mostra que não há ignorância. Ele sabe o que está fazendo.

E ali começa, está vendo? Aquela nota que foi o Eduardo que publicou, e aí todo mundo atacando, que foi no dia em que eu saí da Liderança.

"Bivar e Bozzella covardes!". Os ataques se intensificam.

Pode passar.

Por ano, quase R\$1,4 milhão de dinheiro público para essa turma atacar pessoas, dinheiro público! Está aí a remuneração, quem quiser, Portal da Transparência. Tudo que eu estou falando...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Todos do Direita São Paulo, atual conservador.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Todos!

Edson Salomão, remuneração, 24 mil. Está bem pago para fazer meme e atacar pessoas. Está no gabinete do Deputado Douglas Garcia. Olha lá, Edson Salomão coordenando um dos ataques. Ali, coordenando também ataques contra o Waldir, o Heitor, a Dayane, enfim.

Pode passar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E tudo assessor de gabinete.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Há mais gente. Vamos ver.

O Jorge Saldanha...

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Tradução simultânea, Alexandre Frota.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... também no do Douglas Garcia. O Douglas é uma célula importante nisso aí, e os dados mostram isso. Remuneração, R\$18.204. Olha lá o horário da postagem, 1h19 da tarde, 10h32 da manhã. Então, não dá para dizer: "Não, foi o horário aqui, em que estava em casa descansando". Não!

Pode passar.

Próximo, Alexandre da Silva, também no Movimento Conservador, também fez parte dos ataques. Olha de novo a construção da narrativa: pegam fotos, cliques assim. Eu fui cumprimentar o Davi, o Davi é meu amigo, todo mundo sabe. Pegam aquela foto para passar uma imagem sempre de denegrir a reputação. Quase R\$10 mil.

Pode passar para frente.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ó lá, André Petros, também Movimento Conservador, quase R\$10 mil.

Ali o Bivar e o Waldir sendo achincalhados, absolutamente achincalhados!

Aquela imagem que fizeram das hienas, vocês se lembram, havia até um STF no meio. E, aí, por conta de dar um estresse maior entre os Poderes, o Carlos se desculpou por ter postado o vídeo; o próprio Presidente passou esse vídeo para frente.

"Pronto. Em definitivo, ela mostrou quem sempre foi. Uma roliça canalha e infiltrada". De novo, foram construindo a narrativa, construindo a narrativa, construindo a narrativa... E está lá a fotinho dos moços.

Pode passar.

Mais um, olhem quanto dinheiro público há aí, hein? Movimento Conservador, Douglas Garcia. Mesma coisa, mesmo *modus operandi*, os mesmos ataques de sempre.

Pode passar.

Mais um, Dylan Dantas, R\$7.338. Dinheiro público para? Atacar! Vocês vejam que esse assessor postou de Sorocaba. É até interessante saber o que ele estava fazendo em Sorocaba. Ele é assessor do Douglas Garcia na capital paulista.

Ali, de novo, Doria, Frota, Joice... Daqui a pouco, chega mais gente, outros serão incluídos na lista.

Pode passar.

Mais um, Jhonatan Valencio. Olha lá o horário, 2h14; olha lá o horário, 16h09. Sempre os ataques. Essa foto é uma montagem do Waldir, por óbvio; fizeram uma montagem para arranhar a imagem, ridicularizar. Eles gostam muito de fazer isso.

Pode passar.

Mais uma, Lilian Goulart – pode passar –, gerencia o Movimento Conservador, tá, gente?

Pode passar.

Lucas Reis, mais um, quase R\$12 mil. Olha lá a postagem.

Oi?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Foi o gabinete inteiro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O gabinete inteiro.

Pode passar.

Incitação ao crime de terrorismo ali, explodindo ali o PSL.

Maicon Tropiano, remuneração, quase R\$7 mil, está ali, fazendo uma jogada com um daqueles perfis, Left Dex, são sempre os mesmos.

Pode passar.

Matheus Galdino, Movimento Conservador, quase R\$7 mil. A mesma imagem, essa imagem vocês devem ter visto na internet: "O PAO não para de crescer. PAO, Partido dos Amigos da Onça". E aí eles vão colocando. Inseriram o Felipe

Francischini ali; o Lobão, que nos ajudou muito na campanha, foi muito correto durante a campanha conosco, mas hoje também está sendo achincalhado.

Ali também ridicularizando o Rodrigo Maia nesse *modus operandi*.

Pode passar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, com o dinheiro público, né?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E dividindo por dois.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É.

Aí, eu quero voltar aqui nas consequências desse crime. Em duas postagens eu fui chamada de prostituta, drogada e débil – prostituta, drogada... Eu fico pensando assim, a criatividade dessa gente é grande. E vocês estão vendo que são sempre sitezinhos.

Esse Serei Deboche é um perfil, inclusive, que de vez em quando ataca gente ligada a nós, ao Presidente e tal... Então, eles pegam uma informação que foi criada por aliados e espalham isso para a oposição. Aí, ninguém segura mais, ou para quem nos ataca... A oposição que eu estou dizendo virtual; não estou falando de questão partidária tá, gente?

O Major Olimpo também ali foi bastante esculhambado.

Pode passar.

Aí, alguns dos ataques mais a reputações aí.

Pode passar.

Algumas consequências reais. Eu acho que é bom lembrar que *fake news* não é piadinha, liberdade de expressão, piadinha, aquela zuadinha; isso é uma coisa, *fake news* é outra coisa, é crime e tem consequência. "Mulher espancada após [...] [*fake news*] em rede social morre no Guarujá". "Polícia investiga grupos [...] suspeitos de incitar suicídio de jovens no Brasil". "Como as *fakes* [...] levaram um povoado a linchar e queimar dois homens inocentes". Então, a gente está falando de coisas que têm consequências.

Pode passar.

Hoje, o que esses grupos ligados a esses movimentos...

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Movimento Conservador atacando a imprensa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E é engraçado que o repórter da Jovem Pan sofreu a mesma coisa num movimento que foi feito da esquerda e que nós – e eu digo nós, porque eu estava ali do lado – tanto criticamos naquela época, dizendo: "Olha, respeito à liberdade de expressão! Os movimentos de esquerda não podem agredir pessoas!". Agora, os movimentos que se dizem de direita fazem exatamente a mesma coisa que criticavam.

Essas referências, "sapão", "isentão", eles criam para pegar a narrativa.

Pode colocar lá. Prestem atenção nesse vídeo.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Olha a camisa!

(Procede-se à exibição de vídeo.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É interessante notar que há um menor, uma criança ali junto com o grupo, e por óbvio a gente borrou a imagem da criança para proteger, o que aquelas figuras não fizeram.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É, está usando, está usando...

É interessante encaminhar um ofício ao STF, porque vejam, de novo, crítica é uma coisa. Talvez eu tenha sido uma das maiores críticas do Ministro Gilmar Mendes, muitas vezes fiz críticas. Agora, isso? Isso não é uma crítica; isso é uma clara ameaça, uma incitação ao crime e um crime propriamente dito.

Aqui, algumas das pessoas que entraram na lista de...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Isso extrapola todos os limites, Deputada, é lamentável. Esta CPI precisa rapidamente se movimentar em relação a esse assunto, isso é muito grave.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já estou quase concluindo, gente. Eu peço até desculpa aí por ser longo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, pode ficar aqui até amanhã, está bom.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas, como é técnico, eu quero mostrar para vocês.

E aqui algumas das pessoas que foram consideradas os principais da República, do Presidente e tal, e vão entrando na lista. A lista já está maior. Esta semana já entraram outras pessoas. O Olavo sempre botando uma pilha, o André Guedes está ali também na lista.

Pode passar.

E aqui... Está escrito ali mais de 100 páginas; são 174 páginas que foram autenticadas por um perito, estão assinadas por um dos maiores no Brasil sobre o assunto. Por que esse material foi encaminhado para a perícia? Justamente para não correr o risco de haver montagens que possam desvirtuar esse material e porque, obviamente, muita coisa já foi apagada. Não é que vai ser, muita coisa já foi apagada, mas está resguardado pela perícia técnica. Então, todo esse material também vai ser entregue para vocês com a confirmação de que cada um desses *prints* é verdadeiro, assinado por uma perícia técnica.

Pode passar.

E aí o que eu sugiro à CPI? Lamentavelmente, eu não sou membro, mas nós encaminhamos aqui ao Twitter as informações todas do Murilo Defanti e ao Facebook também de toda essa tropa. Também à empresa Twitter Brasil as informações desses dois perfis, o Left Dex e Ódio do Bem. Ao Twitter e ao Facebook para que apresentem informações de toda essa tropa aí usando dinheiro público para atacar pessoas.

Pode passar.

E aqui essa imagem, que é uma das que mais dói no meu coração, porque todos que estão aqui – direita, esquerda, centro – sabem o quanto eu trabalhei pela eleição do Presidente. Essa imagem aqui foi disseminada, acho, pela Deputada Bia Kicis. Quem olha o meu histórico e vê desde quando eu estou nas ruas lutando contra a corrupção, muito antes de Bolsonaro ou de qualquer pessoa, e olha isso aqui... Olha aqui a lista: Delegado Waldir, Joice, Filipe, Olimpio, Dayane, Heitor, Julian, Delegado Pablo, Júnior, Daniel, Marcelo Freitas, Coronel Tadeu. É sério? É sério isso que alguém acredita e dissemina uma coisa dessa?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Famoso fogo amigo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não. É muito mais do que isso, porque aqui, quando mostra a imagem do nosso Presidente da República com uma fachada, essa imagem aqui nos compara a um homem que tentou matar uma pessoa. Exatamente nos compara ao homem que tentou matar uma pessoa, que hoje é Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não fui eu que disseminei esta imagem, viu, Deputada Joice Hasselmann? Essa imagem com esses nomes eu não disseminei. Isso é *fake news*.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não. Eu falei talvez, Bia. Não... Mas eu tenho uma imagem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas nesse talvez...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho uma imagem sua com o meu nome e com uma imagem colocada, tá?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas é bem diferente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos seguir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, não, não! É bem diferente, e que já quero esclarecer, porque as pessoas estão assistindo e fica esse talvez, lançando a dúvida. Não fui eu.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada, para concluir.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Essa imagem você disseminou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Essa imagem com a facada do Bolsonaro você disseminou. Está no seu Twitter.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, você apagou, mas eu tenho o *print*.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não apaguei. Não é essa imagem. Posso concluir?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Publica e depois me culpa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A pior facada de todas...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que os Srs. Parlamentares aguardassem o final da exposição da nobre Deputada. V. Exas. terão tempo para questioná-la.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, eu quero só que vocês prestem atenção nessa imagem e nesta imagem.

Pode passar.

Isso foi o que nós fizemos para ajudar a eleger o Presidente. Isso foi o que nós fizemos em todo o Brasil. Eu não fiz campanha só em São Paulo; eu rodei esse Brasil fazendo campanha para um homem chamado Jair Messias Bolsonaro.

Eu não sei se o Presidente tem consciência do tamanho da loucura que este gabinete do ódio – e eu mostrei para vocês aqui – produz. Eu não sei. Eu quero crer que não. Agora, é preciso colocar um freio nisso, porque são pessoas – olhem lá – que foram para as ruas, são pessoas que defenderam essa bandeira. Nós prometemos ao Brasil um País decente, mais justo, um país liberal de verdade, conservador nos costumes. Então, há uma trajetória de pessoas que ajudaram, e hoje há toda uma construção de destruição de imagem. Para quê? Por quê?

Então, senhores, eu acho que nós, que nos elegemos com essa bandeira de realmente ajudar o Brasil, temos muito trabalho pela frente. Nós temos de entregar ao País o que nós prometemos, porque nós não entregamos. Me dói no coração quando eu vejo que confunde-se nacionalismo, militarismo com liberalismo. Confunde-se ser conservador com ser reacionário. São coisas diferentes. Liberal é liberal; nacionalista-militarista é outra coisa. Conservador é uma coisa, reacionário é outra coisa. Então, está tudo sendo misturado, e pessoas que têm lutado e que têm histórico de luta pelo Brasil, lamentavelmente, são achincalhadas.

Agora, vocês imaginem se eu não tivesse uma história. Vocês imaginem se eu não tivesse o tamanho das redes que eu tenho, se as pessoas não me conhecem pela minha história. Quantas pessoas já passaram por isso e não tiveram musculatura para reagir, para poderem pelo menos se defender em um espaço para dizerem: "Hei, está errado! Mentira!" Isso é mentira! Eu sempre ajudei, estou aqui do lado"? Então, isso é muito... É grave, mas é triste. É grave, mas é triste, é de causar tristeza ver essas pessoas todas que estão se passando... Estão tentando colar faixa de traidores nessas pessoas que são pessoas que pagaram essa campanha, o Presidente e os próprios filhos pela mão para ajudar, para trabalhar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – O Presidente sabe disso, porque foi ele que...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada. Concluindo, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Senhores, eu só quero agradecer a paciência de todos. As sugestões de requerimento estão aí...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu já pedi sete requerimentos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Imagino que seja algo que interessa a todos a aprovação desses requerimentos, até porque, como eu falei, houve algumas contestações. Eu acho que a verdade interessa a todos. Então, imagino que quem quer comprovar a verdade vote pela aprovação desses requerimentos, para que nós possamos botar um ponto final nessa questão do gabinete do ódio e do dinheiro público sendo usado para isso, e para que nós possamos de fato nos concentrar no que interessa, que é tocar o Brasil para frente.

Muito obrigada. *(Palmas.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos dar sequência à nossa reunião.

Convido agora para fazer uso da palavra, para seus questionamentos, a nobre Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada Joice, eu queria, em primeiro lugar, solicitar que a senhora confirme que põe à disposição da CPMI toda a documentação que aqui apresentou, além de outros documentos

que a senhora disse que detém no seu celular, *prints* outros. Que possa colocar, mesmo não tendo colocado publicamente aqui, à disposição da CPMI aquilo que considera que tem de ser sob sigilo. Sob sigilo ficará, como outro processo que temos aqui sob sigilo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu só peço, Deputada, a preservação de conversas privadas com o Presidente pelo respeito à instituição Presidência da República, a instituição. Mas todo documento que tenho e todo o resto que eu tiver será entregue de bom grado, porque foi feito um trabalho bastante minucioso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Toda conversa com o Presidente pode ser colocada sob sigilo, decisão desta CPMI. O Presidente desta Comissão assim determina.

A partir daqui, nós teremos que tomar algumas decisões, Sr. Presidente, que serão incorporadas na nossa documentação. Mas as declarações da Deputada foram realmente muito fortes e muito graves.

A senhora confirma aqui inclusive a existência do chamado gabinete do ódio, que já havia sido denunciado pela revista *Crusoé*, a que o Gen. Santos Cruz se referiu aqui como pessoas que trabalhavam com o Presidente da República, indicadas pelo Presidente da República e contratadas por ele. Ele não queria nominar, mas reconheceu aqui os mesmos nomes que a senhora apontou aqui. Mais do que isso, apenas disse que não queria afirmar nomenclatura sobre esse gabinete, etc. Mas a senhora confirmou aqui, portanto, a existência de um grupo de pessoas que, atuando no Gabinete da Presidência da República e recebendo recursos públicos, recebendo salários, têm a função específica de disseminar campanhas de ódio contra adversários e fazer *fake news*, jogar *fake news* na rede. A senhora confirma, portanto, aquilo que falou aqui agora?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu mostrei, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mostrou.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os *prints* ficam claros ali.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Exatamente.

Eu queria começar, portanto, apenas...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu só quero deixar claro, Deputada, que essas informações foram passadas a mim. Eu, por óbvio, vou preservar a fonte, mas são informações que... Nós estávamos até agora acompanhando o grupo do ódio; eu não faço parte desse grupo, não estive dentro desse grupo. Demorei para conseguir essas informações, porque é tudo muito sigiloso. Mas até aquelas pessoas que fazem parte entendem – algumas delas – que os limites foram todos estourados. Então, ajudaram nisso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É só para saber o nome da pessoa que acompanha a Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Nome da pessoa quê?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Da pessoa que acompanha a senhora.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Tony Chalita.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, nobre Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada, apenas para conceituar, porque isso faz parte do nosso relatório, o que para V. Exa. é *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – *Fake news* é uma notícia falsa. É uma notícia falsa manipulada propositalmente para denegrir uma reputação. Nesse caso é disso que estamos falando. É claro que se pode fazer e se faz *fake news* por vários motivos, mas nesse caso estamos falando de questões políticas.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, às vezes, pega-se um pontinho de verdade, distorce-se toda informação e cria-se uma narrativa para denegrir uma reputação, como fizeram naquele caso daquele *print*.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Para prejudicar e denegrir.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu e o Presidente, eu e o João Doria, tentando criar essa narrativa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu fiz aqui uma série de perguntas, Presidente, mas confesso que vou ter de abandonar diversas porque a própria Deputada revelou aqui muito do que nós queríamos lhe perguntar.

Mas eu queria lhe perguntar:

Durante seu período de Líder do Governo, V. Exa. participou de diversas reuniões, discutindo estratégias. Nessas reuniões foram definidas formas de atuação na rede, campanha digital, estratégia de disseminação de informação por meio de disparo em massa? Em alguma delas a senhora participou?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, desde o início da campanha, lá atrás, sempre houve dois núcleos separados. Todo mundo sabe, isso é público, já foi manchete de jornal, que eu não tenho lá uma relação muito boa com os filhos do Presidente justamente pela forma como se posicionam. Então, isso é público, isso não é uma coisa de agora. E, como isso é comandado também por eles, principalmente por eles, eu nunca participei disso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pelo Deputado Eduardo Bolsonaro e pelo Vereador Carlos Bolsonaro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eduardo, Carlos e assessores. Vai havendo uma ramificação, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputados Estaduais contratam assessores no Brasil inteiro, e isso vai se ramificando. E gente, obviamente. Nem todo mundo é pago.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Claro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem muita gente que é levada nessa onda.

Agora, na campanha, por exemplo, havia uma mídia... O PSL fazia a mídia normal, e tinha a mídia paralela, que sempre foi o Carlos que controlou, porque as senhas das redes sociais à época do candidato Bolsonaro sempre ficaram de posse do Carlos. E eu estive com o Carlos duas vezes na vida. Uma das vezes, eu levei a Viviane Senna para conhecer o Presidente; eu a havia indicado para ser Ministra da Educação. Então, foi uma das vezes em que eu vi o Carlos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu ia perguntar isso.

Nesse período, como foi sua relação com o Fabio Wajngarten, que é da Secom, e com o Carlos Bolsonaro?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Com o Carlos eu não tinha relação. Eu sempre soube que eles assim me olhavam... Tinha um certo ciúme ali, porque eu sempre tive um contato muito direto com o Presidente e tenho esse problema de dar o nome que as coisas têm. Então, eu não fico passando pano. Então, muitas vezes eu, sim, puxava a orelha na época da campanha, dizia: "Não faça assim. Está errado". Podia até não me ouvir, mas assim foi – e também na Liderança.

O Fabio Wajngarten eu conheci, se eu não me engano, no apartamento do Meyer Nigri, em São Paulo. Ele não tinha absolutamente nada ainda a ver... Era época de campanha, não tinha nada a ver com o Governo, mas era alguém que estava trabalhando pela campanha. Assim, pela relação que eu vi do Fabio Wajngarten antes de entrar no Governo, eu não sei de nada que o desabone. Parece-me que é uma pessoa correta.

Então, eu não tenho informações que desabonem o Fabio Wajngarten.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – De acordo com diversas matérias jornalísticas, no entanto, Fabio Wajngarten e Filipe Martins, assessor internacional do Presidente, têm uma importante capacidade de influência nas decisões do Governo, seja em ações de publicidade, seja em ações políticas. V. Exa. reconhece... Essas pessoas eventualmente são também influenciadas por Olavo de Carvalho? Têm alguma relação?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Fabio eu não sei se tem uma relação com Olavo. Só se foi agora, porque num passado recente ele até dizia "Ô, ele é doido, está falando bobagem". Então, só se foi a partir de agora. O Filipe, sim. O Filipe tem uma relação muito próxima com Olavo, foi aluno do Olavo, enfim, dizem que foi uma indicação também do Olavo. Disso também eu não sei. Não sei, porque, com essa área, eu nunca me envolvi muito. O meu negócio era despachar com Casa Civil, na época em que o Santos Cruz estava lá, com o Santos Cruz, com os ministros mais ativos. Essa coisa de ficar fazendo a maldade ali por debaixo do pano, eu não tinha nem tempo para isso. Então, ninguém nunca me propôs nada nesse sentido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas o Filipe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem muita ascendência, sim, sobre o Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tem muita ascendência nas decisões do Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem, tem. Nos discursos mais ideológicos, não é? Algumas vezes eu aconselhei até o Presidente: "Presidente, não puxe tanto para o lado ideológico em questões internacionais, pode dar problema para o Brasil". E essa turma ficava dizendo exatamente o oposto: "Não, tem... Não pode convidar embaixador para a posse que não seja de país aliado", aquela coisa toda que é ruim para o País. Então, eu era uma voz discordante ali no meio. O Filipe tem grande ascendência.

O Fabio Wajngarten, no início, não tinha. Mas tem estado muito próximo do Presidente agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

Eu ia lhe perguntar sobre a gangue virtual, mas a senhora já destrinchou tanto sobre ela que eu vou passar adiante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um pedaço, não é? A gente tem que investigar mais. Aí é só um pontinho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

Em relação aos linchamentos do Deputado Frota, do Gen. Santos Cruz, do Presidente Rodrigo Maia, de outros Parlamentares, há uma série de indícios de que essas ações são orquestradas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Qual foi a sua percepção sobre estes ataques?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Exatamente o que a senhora disse, Deputada: é orquestrado. E orquestrado de forma a viralizar o mais rápido possível, usando essas pessoas que produzem, têm um calendário de produção de ataques, e usando os robôs, numa repetição sem fim; e depois disso alguns apagam os *posts*, porque isso pode ser de alguma forma rastreado, mas aí já circula pelo WhatsApp, e aí é uma coisa incontrollável. Mas sempre é orquestrado, sempre tem uma palavra de ordem, sempre tem uma orientação. Eles combinam lá no grupo do ódio, não é? Como vocês viram: "Hoje é o Julian. Hoje é a Joice. Hoje é o Governador do Rio de Janeiro". Então, sempre tem alguém dando a ordem, e aí a coisa fica incontrollável.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A mídia reportou muito sobre os ataques ao Gen. Santos Cruz, que terminaram com a sua demissão, e também foi feita uma exploração de opinião de que haveria sido um grupo com intenção de querer verbas da Secom. A senhora acredita que há alguma ligação e que esses grupos, essas gangues virtuais também tinham essa intenção de obterem mais verbas?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Olha, eu seria leviana se eu falasse sobre a obtenção de mais ou menos verba. Havia uma reclamação... O Santos Cruz sempre seguiu muito o que ele considerava algo imoral ou eventualmente até ilegal, então ele sempre foi muito correto nisso. Eu acompanhei o desenrolar da atuação do Santos Cruz. E claro que essa turma que fica o dia inteiro fazendo isso não faz de graça. Essa turma que fica o dia inteiro fazendo isso, vocês viram, alguns recebem, e por óbvio que tem gente circulando ali, mais gente em torno do dinheiro público. Talvez o ideal fosse pedir todos os contratos de publicidade, mas não só os diretos. Quem as agências contratadas...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – As agências.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... subcontratam.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Porque talvez aí a gente siga o rastro do dinheiro, porque, na contratação direta, a gente não vai, por óbvio, ter essa informação, mas numa subcontratação... Eu acho que a gente consegue fazer isso pela CPI, e nós conseguiríamos aí ter a verdade sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a senhora falou que o custo de um disparo é em torno de R\$20 mil. Tem suspeita de quem banca essa despesa?

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – E quantas mil pessoas? Vinte mil para quantas mil?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para quantas mil, para...?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É porque é depende do número de robôs que você tem, mas é de 15 a 20 mil, a depender...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por robô?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por disparo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por disparo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por disparo. Então, uma *hashtag* paga 20 mil, aí tem o primeiro disparo, e depois vêm os retuítes, os robôs ficam retuitando o tempo todo para fazer...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para mil disparos, nós estamos falando na ordem de R\$20 milhões? A senhora suspeita de algum empresário que financia isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, mas veja... Não é... Um robô é capaz de disparar milhares de mensagens, um único robô é capaz...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. *Fora do microfone.*) – É uma *hashtag*.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É uma *hashtag*, mensagem...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E o custo desse robô é R\$20 mil? Aproximadamente isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O custo desse robô... É.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu quero novamente lhe perguntar: a senhora tem suspeita, já que a senhora conviveu muito tempo junto ao grupo do Presidente, de quem financia isso? Quem financiou no passado e quem financia no presente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, eu não sei quem financia, mas acho que nós temos que seguir o rastro do dinheiro para saber, até, realmente, quem são todas as pessoas envolvidas, quem são as pessoas inocentes ou que não têm dolo no meio do processo e quem são as que têm dolo. Nessa investigação e nessa peneirada, a gente vai encontrar muita gente que entrou de gaiato, não é? Foi repassando informação, nem sabia o que estava fazendo direito, mas a gente vai encontrar, como eu mostrei para vocês ali, os cérebros de um grupo. Veja que eu tive acesso a um grupo. Eles são organizados, esses grupos, por tamanhos de página, então: Grupo X, quem tem até 50 mil seguidores, aí eles se organizam num grupo. Grupo Y, de 50 a 100 mil. Grupo H, até mais de 1 milhão de seguidores. Então, eles se organizam dessa forma. Eu tive acesso a um grupo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora saberia dizer qual a relação da empresa AM4, maior fornecedora da campanha de Bolsonaro, na produção desse esquema?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Que eu saiba, não tinha, porque era... Eu acompanhei alguns estresses na campanha com esse grupo mais fechado ligado ao Carlos Bolsonaro, ao Vereador Carlos Bolsonaro, e ao Marcos... Eu não me lembro do sobrenome, se não me engano era o Marcos o representante da AM4, não vou me recordar do sobrenome dele. Então, eu não me metia muito, mas acompanhei alguns períodos de tensão porque um queria fazer de um jeito, outro queria fazer de outro. Não acredito que eles tenham feito de forma coordenada. O Marcos ficava mais com a campanha tradicional, via PSL, aquela coisa de fazer os vídeos, dar o ar de vitória. Dessa outra parte dos ataques, que eu saiba, o Marcos não participou.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O empresário Paulo Marinho afirmou publicamente que cedeu sua mansão no nobre bairro do Jardim Botânico, na Zona Sul do Rio, para ser um dos quartéis-gerais da campanha de Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É verdade. Eu estive lá uma vez. Também é público. Foi quando estive no segundo turno com o Governador João Doria, e o Presidente me autorizou a publicamente ajudá-lo na campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava eu, Paulo Guedes, Bebianno, nesse dia, João Doria, o Julian, o Paulo Marinho, e havia um estúdio onde o Presidente gravava na casa do Paulo Marinho, fazia os vídeos.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

Essa turma, essa gangue virtual, como V. Exa. denominou, eles participavam também lá na casa, eles tinham algum espaço de trabalho na casa ou atuavam fora da casa?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De novo, eu estive lá uma única vez. mas, à época da campanha, na produção de conteúdo, o Carlos era muito presente, até mais que o Eduardo, depois que o Eduardo acabou meio que assumindo essa liderança de espalhar informações, enfim. O Carlos era mais ativo, o Carlos acompanhava muito o Jair lá, mas isso eu sei de ouvir da boca do Paulo Marinho, da boca do Bebianno, que depois virou Ministro, enfim, não de ter visto o Carlos lá, porque eu estive uma única vez... E também a gente nunca teve essa relação de proximidade. A minha relação era com o Presidente.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sim.

A senhora, portanto, provavelmente não conseguiria identificar as pessoas que frequentavam a mansão, se estão hoje lotadas no Governo Bolsonaro, no gabinete do Governo, essas coisas, não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não consigo, mas eu acho que o Paulo Marinho consegue.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo. Ele também está...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Agora, por exemplo, o Tércio e o Matheus, é sabido que eles vieram da campanha. Se eu não me engano os dois são do Ceará. Eu sei que são do Nordeste.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São dois Matheus, é, mas o Tércio e o Matheus são do Ceará. Eles já faziam campanha, então eles saíram da campanha para assumir essa posição no Planalto, de assessor, sei lá... Além dessa questão do gabinete, eu não sei o que mais eles assessoram ali. Então, por óbvio que acompanharam o Presidente, porque estavam na campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora fez uma afirmação *en passant* de que o Vereador Carlos Bolsonaro despachava lá...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No Palácio.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... no gabinete do Presidente, no Palácio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Se referindo a quê, esse despacho? Ele tomava decisões sobre a comunicação, ia mais além disso? Não é uma coisa estranha alguém que não é contratado despachar no gabinete?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja: a ligação do Carlos com o Filipe e os três ali, os dois Matheus e o Tércio, é uma ligação que todo mundo sabia dentro do Palácio que existia, é uma coisa que não é uma novidade, todo mundo sabia que existia. Então, no começo sim, o Carlos esteve muito ali dentro do Palácio, conversando com o Filipe, despachando com o Filipe. Aquele menino Léo Índio também, várias vezes, chegou até um cantinho ali, onde ele ficava com o computador. Em uma das vezes, eu entrei na sala, e ele estava lá.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – Essa informação da Deputada é gravíssima. Significa que o filho do Presidente, sem ser funcionário, sendo Vereador no Estado do Rio de Janeiro, despachava no Palácio do Planalto. Essa não é uma informação para ser jogada ao vento. É informação gravíssima.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso é usurpação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para botar aqui as coisas em seus devidos lugares: o que eu estou dizendo é que o Carlos tinha uma ligação muito grande com o Filipe, uma ligação ideológica...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, mas ele é filho do Presidente. Então, eu não o vi despachar. O que eu estou dizendo é que todos ali sabem da ligação e da indicação. O próprio Filipe e os três meninos foram indicados pelo Carlos, se aproximaram através desses grupos de campanha na internet e tal. Agora... "Ah, o Carlos tinha um gabinete". Eu nunca vi. Eu vi, em um momento, na sala do Santini, o Léo Índio num canto despachando, e até comentou comigo: "Ah, eu estou sem sala", mas não sei se ele estava fazendo coisa particular, coisa sobre a Presidência...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, o Léo Índio estava aqui dentro agora há pouco.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E sumiu.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que agora é do Senado, acho que agora é assessor de um Senador.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Deputada, a senhora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quer dizer, não sei, não é? De repente até pode ter sido, mas eu não sei.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... afirmou aqui algo que nós, aqui na CPMI, já tínhamos tratado como organização criminosa, e a senhora usou essa mesma expressão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa milícia digital que atacou a senhora compõe uma organização criminosa, no sentido jurídico da palavra, composta por diversos núcleos. O núcleo político, formado principalmente por altos funcionários do próprio Governo, pelo que ficou aqui dito, pelo Deputado Eduardo Bolsonaro, pelo Carlos Bolsonaro, que são dois Parlamentares, filhos do Presidente da República, e pelo Filipe Martins, que participa desse núcleo político, decisório, que define quem vai atacar, quando vai atacar, aquele cronograma, calendário que a senhora colocou. Esses três participam?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, eles estão ativamente...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ligados.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... ligados aos grupos criados no Instagram para fazer essas orientações, não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E, como foi aqui demonstrado, tem um núcleo operacional, com assessores de segundo escalão, de Deputados Estaduais, Federais; um núcleo distribuidor também, que envolve também alguns *sites* normais, blogs etc.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E um núcleo econômico. Todos queremos identificar quem participa desse núcleo econômico.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Uma parte a gente já sabe – não é? –, que é dinheiro público que vem de Deputados para pagar assessores que trabalham, que são indicados para isso, especificamente para isso; os assessores entram para isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Inclusive aquele Deputado Douglas tem... A senhora nomeou ali...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O gabinete inteiro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... quase que o gabinete inteiro, mais de dez pessoas, o que significa que nós precisamos ter a presença desse Deputado aqui para que possa explicar essa sua posição.

O que a senhora recomendaria à CPMI a partir de agora como possibilidade para que nós pudéssemos vir a desmontar este círculo vicioso, criminoso, essa organização criminosa, e pudéssemos também chegar a essa questão que ainda está nebulosa, digamos assim, que é o núcleo financiador? O núcleo financiador. Porque nós agora devemos fazer o caminho do dinheiro para chegar até isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os requerimentos que eu sugeri vão nos ajudar a ter mais informações dessas pessoas que ativamente estavam dentro, estão dentro desse grupo todo. E certamente... Como eu disse para a senhora, eu iniciei um processo de investigação. Tem muito mais para se investigar. Não tem braço para tudo, mas nós descobrimos células no Rio Grande do Sul, no Nordeste, em várias regiões do Nordeste, além dessas de São Paulo, no Rio de Janeiro, aqui em Brasília. Então, tem muito para ser investigado. Acho que ouvir essas pessoas...

Acho importante também ouvir o ex-Ministro Bebianno, que acompanhou muito de perto o *modus operandi* que se desenrolava ali dentro desse núcleo de comunicação. Inclusive, ele me deu uma informação – e eu estou dizendo essa informação aqui para vocês porque ele falou claramente com testemunha e disse que confirmaria aqui à CPI – de que houve uma tentativa no início, que o Carlos tentou montar uma Abin paralela para que houvesse grampo de celular, dossiês feitos, e isso teria causado um atrito. E o nome foi este: uma Abin paralela. Isso teria causado um grande atrito entre eles. Aí é que a confusão ficou mais pesada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O que eu gostaria também...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Acho que o Carlos também é um nome importante.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Claro.

O que eu gostaria também é de ressaltar a importância desta informação: alguém de fora do Governo tenta formar uma equipe de informação sobre membros do Governo, sobre pessoas, sobre Deputados, enfim, uma Abin no Governo quer dizer isto: uma agência de informação sobre pessoas do País, algo absolutamente inconstitucional, ilegal e criminoso, um grampo, o que é também uma atividade criminosa. Era isso que eu queria destacar.

Os requerimentos que V. Exa. encaminhou... Nós devemos também definir junto com o Presidente, obviamente, qual o melhor momento de convocarmos esta CPMI para uma decisão administrativa para que nós possamos aprová-los, porque o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. No que diz respeito a Parlamentares, deve significar inclusive a denúncia desses Parlamentares à Comissão de Ética da Casa, porque o que foi dito aqui é algo de extrema gravidade.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para o autor do requerimento, Senador Rogério Carvalho, do PT, do Estado de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE. Para interpelar.) – Queria cumprimentar o Presidente, Senador Angelo Coronel; cumprimentar a nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata; cumprimentar a convidada, que aceitou estar aqui, a Deputada Joice Hasselmann.

Primeiro, eu quero parabenizá-la pelo trabalho que fez, que me lembra a época em que eu trabalhava em hospitais, quando a gente tomava um caso, um óbito para fazer o que a gente chama de fluxograma analisador do funcionamento do hospital e por que aquele óbito evitável aconteceu, caso sentinela, como a gente chama. E a senhora foi o próprio caso sentinela, ou seja, a senhora tomou a sua situação, as agressões que a senhora recebeu ao deixar a Liderança do Governo por discordâncias internas dentro do partido e a senhora fez tipo um fluxograma analisador de como funciona uma organização que existe para produzir notícias falsas, para denegrir imagens de pessoas e de instituições, para disseminar o ódio, para dividir a sociedade, uma organização fascista – na sua essência, uma organização fascista, uma organização que vai além de denegrir a imagem de alguém, de inventar uma narrativa sobre alguma instituição, uma organização que se propõe a dividir a sociedade e criar falsas diferenças, o que é a base da cultura e do trabalho de construção de uma ideologia fascista. Então, é muito grave. Nós estamos diante de uma situação gravíssima, porque o que a senhora apresentou, tomando como referência o seu caso, mostra uma organização criminosa com essas finalidades, primeiro ponto, o que é uma constatação.

Segundo ponto: várias perguntas que eu teria a fazer não faz sentido trazer porque V. Exa. foi se colocando no lugar, analisando, revelando nomes, e revelando o modo operacional com que essa organização criminosa, ou essa milícia digital, ou esses milicianos operaram ou operaram ao longo deste período, não especificamente no caso da senhora, mas em relação a qualquer um que passe no seu caminho.

Em terceiro lugar, fica claro que o excludente de ilicitude, que é um projeto defendido pelo Sergio Moro, que é defendido pelo Presidente Jair Bolsonaro, que é autorizar policiais a matar e, com isso, não serem punidos, a gente pode chamar de excludência da ilicitude. Em outras palavras, nós estamos vendo o que é um Governo que anda na ilicitude, ou seja, tudo tem a ver com ter autorização para matar. Então, se é o adversário, ele quer ter... E constrói um instrumento não para divergir, não para contra-argumentar, mas ele monta um instrumento para destruir, para aniquilar o seu opositor. Se é a juventude negra, pobre, da periferia, ele monta a polícia para matar. Se é em qualquer tema da ordem e do funcionamento do País, a ordem é eliminar, Sr. Presidente, e eliminar com *fake news*, com mentira, com comunicação dirigida. Tudo tem essa finalidade.

Eu queria aproveitar para perguntar à Deputada algumas questões complementares. A senhora falou do Meyer Nigri. A senhora sabe dizer se o Meyer tem alguma relação com o financiamento do período eleitoral ou financiamento, como pessoa física, dentro da lei, mas, neste caso aqui, se ele continuou financiando a atividade desses grupos? Essa é uma pergunta.

A segunda pergunta: a Sra. Taiza Krueder Brawn, de quem eu tive informações que reuniu um grupo, aquele grupo, talvez aquele grupo que a senhora apresentou ali naquela foto, essa senhora era a responsável pela captação de recursos para financiar essa milícia digital na pré-eleição e posterior? É uma pergunta. A Sra. Taiza Krueder Brawn.

A senhora poderia me dizer se a Carla Zambelli tem assessor que participa da distribuição ou que faz parte...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Sim, não importa. Pode estar aqui, pode estar onde estiver...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Sou eu.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Pois é, não tem problema.

Se tem assessor que trabalha para fazer divulgação de *fake news*.

Se o Deputado Filipe Barros tem assessor que trabalha para distribuir ou faz parte desse grupo.

Se a Deputada Carolina de Toni também tem pessoas no seu gabinete pagas com dinheiro público e que integram este grupo para distribuição de notícias falsas e material que denigre, que constrói narrativas equivocadas sobre as pessoas.

A senhora pode informar os nomes, se souber, dos assessores que trabalham no gabinete da Sra. Carla Zambelli?

A senhora pode me dizer se o príncipe, o autointitulado príncipe Luiz Philippe faz parte da rede de agressores virtuais que a senhora afirma existir?

Os demais, o Gil Diniz, a senhora já apresentou os nomes, o Douglas Mansur, a senhora já apresentou o nome...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Douglas Garcia.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Douglas Garcia... Aqui é Douglas Mansur, Douglas Mansur Garcia... Se faz parte dessa dessa... A senhora já afirmou.

Então, as minhas perguntas são no sentido de saber se o Rogério Chequer... Eu obtive informações, que é do Vem pra Rua, se não estou enganado...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, do Vem pra Rua.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – ... recebeu doação de US\$10 milhões para organizar esse movimento de organismos internacionais, se a senhora tem alguma informação a esse respeito.

Nessa reunião em que estava a Sra. Taiza Krueder Brawn, o Rogério Chequer estava, e mais umas 15 ou 20 pessoas, o Ba Assunção, que é um roteirista... Essas pessoas... Segundo informações, a Sra. Taiza Krueder Brawn disse que dinheiro não era problema e ofereceu 10 milhões entre o primeiro e o segundo turno para financiar esse tipo de atividade e as notícias falsas que seriam veiculadas nesse período. Eu queria saber se a senhora tem informações, se a senhora conhece essas pessoas e se a senhora tem alguma orientação a dar à CPI da Fake News em relação a essas questões. Porque eu imagino que o esquema... Apesar de o Santos Cruz aqui não ter tido a mesma disposição de revelar nomes, de apresentar... E ele poderia tê-lo feito, poderia ter dado uma contribuição maior para a democracia, porque isso aqui destrói qualquer democracia, isso daqui constrói uma divisão artificial na sociedade, isso aqui patrocina o fascismo, isso daqui dissemina o ódio, como eles mesmos se autointitulam, como disseminadores do ódio... Ele poderia ter dado uma contribuição muito maior e não deu. Portanto, a senhora veio, fez uma descrição...

Então, do ponto de vista do funcionamento e de pessoas que precisam ser indiciadas, Sra. Relatora, Sr. Presidente, porque aqui, diante do que foi dito, há materialidade para o indiciamento ou a solicitação de indiciamento de pelo menos duas dezenas de pessoas, Comissão de Ética e solicitação de indiciamento de mais de duas dezenas de pessoas de imediato, pelo que a senhora falou aqui... Agora, falta o que a nossa Relatora apresentou como questão que é: quem financia? Se é R\$20 mil para colocar uma *hashtag* no topo, e não deve ser menos, porque para você atingir o País inteiro, com a quantidade de robôs, com tudo isso... Então, imagine que eu recebo pelo menos três ou quatro por dia diferentes, e cada uma deve ter custado R\$20 mil para chegar aqui. Eu estou falando de temas distintos, não é o mesmo tema, são narrativas sobre determinado assunto que é distinto. Portanto, é um esquema milionário que está por trás para dividir a sociedade, para criar uma cultura do ódio, do fascismo, coisas de que a gente se protegeu e se libertou. Há quase 80 anos, a gente se libertou dessas iniciativas, e a gente ia muito bem. E agora a gente volta a resvalar nessa questão.

Por fim, como toda ausência produz uma interação usada, eu quero dizer a todos que, na reunião passada desta Comissão, eu disse que não tinha processo criminal, e não tenho. Tenho processos administrativos por improbidade, porque fui gestor ao longo de oito anos, mas nenhum por desvio de dinheiro, malversação de dinheiro ou por enriquecimento ilícito, natural

de quem é gestor público. Agora, eu queria dizer que uma *fake news* foi produzida aqui depois da minha declaração dizendo que eu era processado, aí caracterizando como pessoa processada por ação penal, quando eu não tenho nenhuma ação penal, nunca tive e não tenho, certo? Queria deixar isso claro para poder em todo o Brasil que está ouvindo não pairar a dúvida que é plantada de forma intencional, desrespeitosa, o que é a prática de quem construiu esse caminho de destruição da nossa democracia e do funcionamento das instituições democráticas, porque a agressão é contra pessoas, contra as instituições democráticas, contra a política. Portanto, se é contra a política, é contra a possibilidade da representação popular. Se é contra a representação popular, é porque o povo não precisa participar. Como foi dito por um dos que foi elencado aqui como chefe desse esquema, é mais importante uma pessoa do que uma instituição, do que um Estado. Portanto, há aqui apologia ao autoritarismo e à atividade individual, ao exercício do Poder como sendo algo divino.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (PT - SE) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eram essas as minhas questões.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra para a nobre Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Só para deixar bem claro, Senador, eu sou contra qualquer autoritarismo, seja de esquerda ou de direita. Eu, como disse no começo, permaneço 100% liberal, conservadora nos costumes, e sou de direita. Ser de direita é uma coisa; ser autoritário ao extremo é outra coisa. E quero só deixar bem claro que eu também sou a favor do excludente de ilicitude, com regras, obviamente, mas sou a favor, Senador.

Em relação ao Meyer, eu não tenho conhecimento se ele financiou alguma atividade. O que eu sei é que o Meyer fez alguns jantares em casa, recebeu o Presidente durante a campanha, mas nada que tenha publicidade ou que tenha a ver com financiamento.

Em relação a essa Taiza, eu acho que eu não a conheço. Eu não me lembro dela, mas ouvir falar alguma coisa que ela seria ligada a um hotel. Eu ouvi falar alguma coisa a esse respeito. Mas aí também fica... Eu não tenho nenhuma prova sobre isso. Eu ouvi falar. Dessa história que o senhor ouviu, eu também ouvi falar. Se eu não me engano, essa moça é ligada a um hotel. Mas eu estou dizendo tudo em hipótese, porque eu não me lembro, eu não tenho relacionamento com ela. Pode ser que eu a tenha visto em algum momento.

Em relação aos Parlamentares que o senhor citou, o Filipe, a Carol, o Príncipe, a Carla Zambelli, e aos nomes dos assessores, eu acho que a gente tem que esperar a quebra do IPs, a gente tem de chegar aos IPs. Aí a gente vai saber exatamente de onde isso saiu, quem está fazendo isso e a que horas isso foi feito. É o mais natural a se fazer. Que há uma coordenação, uma disseminação de material de ataque por esse grupo, isso é óbvio, é público. É só olhar, é público!

Inclusive, eu achei aqui o meme que foi feito pela Deputada Bia. Realmente, não há a facada; há a imagem do Adélio. Está lá a imagem do Adélio e a minha imagem, comparando-me a essa pessoa. Ele está aí, já foi passado aqui para vocês.

Então, eu acho que o caminho mais racional é a gente buscar a verdade através das quebras e chegar a esses IPs. Se a gente chega ao IP... É claro que, como eu disse para vocês, muita coisa foi deletada. Até saiu uma notícia agora, recentemente, de que o Carlos teria se desfeito de um computador. Não sei se isso é verdade ou se não é verdade, porque também a gente não pode acreditar em tudo que falam em tudo que é lado, não é? Mas que pessoas começaram a destruir provas é público e notório, tanto que eu preservei as páginas com o perito. Senão, o que ia acontecer? Eles iam dizer: "Não! É *fake news*. Isso aqui não aconteceu, não! Isso aqui não existe". Então está tudo preservadinho.

Sobre o Vem Pra Rua, é isso, eu conheço o Chequer, fui a alguns movimentos, a algumas manifestações que foram promovidas naquela época em que os movimentos estavam nas ruas. Aliás, fui a vários movimentos, mas desconheço essa doação, se houve ou se não houve, apesar de ter ouvido falar. Mas, se ouvi falar sem alguma prova, aí eu não posso afirmar.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu gostaria de usar da palavra por um minutinho, como eu fui citada aqui.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É pela ordem, Deputada?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Tem de se inscrever.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Pela ordem, tem de se inscrever.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu estou inscrita, mas vou ter que ir a uma reunião.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não! Está todo mundo inscrito.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Há uma ordem de inscrição, Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está todo mundo inscrito, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, quero falar sobre a citação que foi feita.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pela ordem, Presidente!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero fazer um esclarecimento.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos respeitar a inscrição!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela foi citada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos respeitar a inscrição!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu estou inscrita!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Srs. Deputados...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero falar sobre essa citação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a nobre Deputada foi citada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Esta é uma regra: quando a pessoa é citada, ela tem que ter o direito de resposta. Isso é normal.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para explicação pessoal.) – Obrigada, Presidente.

Com relação a esse *post* que a Deputada Joice citou, eu fico aqui pensando.

Considero que é uma questão de inteligência, Deputada, conseguir compreender o que é uma figura de linguagem, uma metáfora. Veja bem: o que eu usei...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor, assegure a minha palavra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, a sua palavra está assegurada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só não posso fechar a boca dos seus colegas. *(Risos.)*

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois não, mas retornar o meu tempo o senhor pode.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, a senhora não perdeu o tempo. Estou lhe concedendo um tempo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Então, o que eu postei foi uma capa de uma revista – não sei se foi a *Exame*, não sei qual foi – com uma declaração do Deputado Bozzella, amigo da Deputada Joice, que afirmou que o PSL estava pensando em lançar a Deputada Joice candidata à Presidência, para concorrer com o Presidente Bolsonaro em 2022. Foi uma declaração do Deputado Bozzella em uma revista oficial. Eu peguei a capa da revista onde aparecia a figura da Deputada Joice, botei o rosto do Adélio e falei: "E nós pensávamos que a maior facada que Bolsonaro receberia nas costas seria a do Adélio!" A maior facada seria a do Adélio.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Que comparação, hem?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – A comparação, para quem tem um mínimo de inteligência... Quando eu falo em facada, eu...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor, por gentileza... Se as pessoas que aqui estão presentes, algumas delas têm um pensamento linear e não conseguem compreender facada como traição...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, responda...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não compreendem traição como facada! O que eu quis dizer é bem claro. Qualquer pessoa com um mínimo de inteligência entende que facada significa traição, que facada nas costas é traição. Eu juntei a figura do Adélio, que deu uma facada horrorosa, num atentado... Em nenhum momento, eu me dirigi à Deputada Joice como homicida, como assassina. Ela fez esse tipo de mi-mi-mi e falou: "Ah, me comparou com um assassino!".

Não, Deputada Joice! Eu espero que a sua inteligência seja suficiente para entender que facada significa traição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E, se V. Exa. não está feliz de ser chamada de traíra, de traidora, espere para ver as redes sociais hoje...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Já usou o tempo, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não é V. Exa. que diz isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Estão agora...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, há uma ordem de inscrição.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço que conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – As redes sociais estão chamando...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Isso é ameaça de *fake news*.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... a Deputada Joice de traíra...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Está ameaçando...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... de traidora e...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada, V. Exa. pediu um minuto porque foi citada.

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pediu um minuto porque foi citada, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Mas eu não consigo ser ouvida!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu já lhe concedi quatro minutos, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero falar, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora pediu um minuto porque foi citada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu quero dizer o seguinte...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Peço para concluir, por favor.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, quero dizer que quem está escrevendo "traidora" nas redes agora não são robôs, são pessoas privadas, indivíduos. E, se a Deputada não gosta disso, paciência! Mas é o que o público acha dela!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para interpelar.) – Presidente, muito obrigado.

Cumprimento a Deputada Joice e a nossa Relatora Lídice.

Primeiro, quero lhe dar os parabéns pela construção e pela explanação da verdade, porque nós estamos aqui falando a verdade. E eu sou testemunha – sou sua testemunha – da maioria das coisas que ali você colocou.

Inclusive, eu trago, para deixar à disposição... Eu gostaria que o pessoal, os técnicos da CPMI viessem aqui buscar, por gentileza. Trago aqui documentos para corroborar tudo que a Deputada Joice falou. Está aqui! Por favor! O técnico está ali conversando... Por gentileza, amigo, tenho aqui um material para o senhor pegar.

Deputada Joice, eu vou relembrar aqui... Apesar de a senhora ter sido elegante e não querer relembrar, eu vou relembrar aqui: onde ficou todo aquele seu trabalho desde a campanha e pré-campanha? Eu a acompanhei, sou testemunha. Muitas vezes, eu estava lá ao seu lado. Onde ficou o seu trabalho?

Numa terça-feira, a senhora foi dispensada pelo Presidente Bolsonaro. A senhora era a Líder do Governo. E aí, na quarta-feira, a senhora amanheceu como? Eu anotei aqui. Desculpem-me as mulheres presentes, mas eu vou falar. A senhora amanheceu como amante, prostituta, traidora, vagabunda, mentirosa, pilantra – "aproveite o seu primeiro mandato, que será o último" –, gorda, porca, sem noção, pretensiosa, falsa, interesseira, oportunista, leviana. Mas antes não o era!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Antes? O senhor a chamou de vagabunda uma vez.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Antes, não o era.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – O senhor a chamou de vagabunda...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Antes, não o era!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – ... neste ano!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Por favor, eu estou com a palavra!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Ele mesmo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estou com a palavra aqui, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O nobre Deputado está com a palavra, Deputada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Estou com a palavra aqui, por gentileza.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está inscrita para falar no seu momento.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então, a senhora, da noite para o dia, se tornou esse personagem, por fazer o contraditório, por não aceitar participar desse processo infeliz por que muitos Deputados, aqui dentro, já passaram, inclusive eu.

Deputada, alguns Deputados da ala extremista, da base de Bolsonaro, vivem aparecendo nesta CPMI aqui para dizer que ela não deveria acontecer. Isso é estranho, é curioso, pois a investigação sobre manipulação dos debates nas redes é um tema mundial. Ontem mesmo, tivemos a presença de representantes das agências de checagem, mostrando a importância do tema. E, aqui, fortes pessoas ligadas diretamente ao Presidente estão trabalhando em cima da manipulação e do debate político. Aliás, a coisa é grave ao quadrado, pois, além da manipulação do debate, temos um excesso de perfis falsos e um grupo seletivo, sectário, atuando nessa manipulação. Sendo assim, há gente que diz que esta CPMI não deveria acontecer.

Então, é importante dizer algumas palavras sobre as cinco estratégias que podem ser observadas na manipulação do debate que vemos no Brasil. Acredito que, se ficarmos focados nessas cinco estratégias, conseguiremos entender como essas milícias virtuais atuam. Há perfis falsos organizados, como a senhora bem mostrou ali, comportamento sectário, linchamentos virtuais, mídia amadora, levantamento artificial de temas. Então, nós temos aí à conclusão de que isso realmente existe.

O Gen. Santos Cruz esteve aí sentado no seu lugar. Ele afirmou para todos aqui que quem contratou o Gabinete do Ódio, a pedido do Presidente Bolsonaro, foi exatamente ele. Isso passou pelas mãos dele. Ele contratou aqueles três elementos lá. Ficou bem claro isso aqui. Nós ouvimos da boca dele, não ouvimos da boca de ninguém!

Aqui ninguém traiu! Aqui nós estamos lutando e não aceitamos essa vagabundagem que estão fazendo! Essa é a verdade! É vagabundagem!

Então, quero perguntar para a senhora: sim ou não? Existe dentro do Governo Bolsonaro a milícia digital?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dentro do Governo? O Gabinete do Ódio existe.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, existe.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito obrigado.

Há alguém aqui, dentro desta sala, que a senhora suspeita que faça parte também desse grupo? Sim ou não? Não precisa dar nomes. Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Tem de dar nomes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não quero que ela dê nomes. É um problema... Eu não quero.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas tem de dar nomes.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, eu não quero!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos descobrir nos IPs.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem, muito bem!

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Eu quero saber quem é...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu quero saber se o Presidente usa o celular para a lista de transmissão dele? Eu quero saber isso. Sim ou não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem, muito bem!

A senhora sabe quem é Douglas Garcia e Edson Salomão? A senhora apresentou todos eles ali. Fazem parte do Direita São Paulo, que agora está fantasiado de Movimento Conservador, lançado naquele *stand-up comedy* do Eduardo Bolsonaro, pago pelo PSL por R\$800 mil, mais ou menos. A senhora conhece estas pessoas, Douglas Garcia e Edson Salomão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pessoalmente, não. Pode ser que eu os tenha encontrado em algum movimento de rua ou alguma coisa assim, mas não tenho nenhuma relação, não sei o telefone, nada. Eu conheço o Gil.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A senhora apresentou ali?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. O Gil, eu o conheço.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – E a senhora me fale uma coisa: o Movimento Direita São Paulo, a senhora já tinha ouvido falar nele?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – No Direita São Paulo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem. E no Movimento Conservador também?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, eu tenho recebido muitos questionamentos de pessoas que não entendem por que V. Exa. se afastou do Presidente. Além disso, perguntam também por que foi chamada de traidora em algumas matérias e também nas redes sociais. Há relatos seus dizendo que não traiu ninguém. Se V. Exa. não traiu, deve ter discordado do Presidente, em algum momento, em alguma coisa. Eu gostaria que, neste momento, a senhora falasse para a gente do que a senhora discordou.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aconteceu uma movimentação dentro do nosso Partido, o PSL, para que houvesse uma troca de Liderança. Todos vocês sabem que o Delegado Waldir era o Líder até há pouco tempo. E, à época em que o Delegado Waldir foi indicado pelo Eduardo Bolsonaro – porque foi o Eduardo que o indicou –, essa reunião aconteceu na presença do Presidente, eu fui contra e pedi eleição. E havia outras pessoas contra: eu me lembro de que o Filipe Barros era contra, o Girão foi contra... A gente se organizou porque queria eleição. Houve um processo de

convencimento: "É bom deixar o Waldir, porque ele tem mandato...". Eu recuei. Eu nem conhecia o Waldir pessoalmente. Eu recuei, e nós demos a palavra – e, veja, quem indicou foi o Eduardo – de que ele ficaria este ano como Líder e tal.

Como houve a movimentação do partido, e eu acompanhei ministros ligando, chamando Deputado lá – "Ó, tem uma lista aqui, ó! Você pode assinar. Se não quiser assinar, também não tem problema" –, eu falei com o Presidente: "Presidente, vai dividir o partido. Está errado. Vai dividir o partido". Falei com o Ramos também, o Gen. Ramos. Escrevi: "Isso vai dar uma caca enorme" – eu usei outra expressão. "Isso vai dar uma caca enorme...". Essas conversas estão meu celular. Justamente porque era óbvio e notório que ia dividir o único partido cem por cento aliado com o Presidente. A minha função como Líder é conseguir mais gente para a base, e não dividir a base. E a única base que tinha era o PSL, a única que votava cem por cento com o Presidente e continuava votando nas coisas que são boas para o Brasil, mas, de uma certa forma, esse grupo de Deputados ganhou uma liberdade de opinião maior em temas que nós acreditamos que são contra o Brasil, como aquela flexibilização na reforma da Previdência, que foi uma orientação do Palácio. Eu fui contra. Na CCJ, consegui segurar, depois não teve como – você acompanhou bastante, Deputado. Então, foi por isto, especificamente por isto: porque eu não assinei a lista do Eduardo.

Eu até tive uma conversa com o Presidente pelo WhatsApp e tal. Estava... Ele mandou um comentário numa lista de transmissão, eu não gostei, falei "pô, o que que é isso?" e tal. Ele falou: "Não, não fui eu". Eu falei: "Foi sim, porque eu estou aqui com o *print*" e tal. Aí eu disse para ele: "Isso vai dar problema. Você vai perder os seus maiores aliados. Você precisa segurar esses meninos. Segure esses meninos, porque você vai perder os seus maiores aliados". E aí aconteceu isso. Isso foi num dia; no outro dia, o Senador Eduardo Gomes me ligou. Na verdade, ligou para um amigo meu e falou: "Olha, a conversa com a Joice, eu achei até uma sacanagem o que fizeram, porque me chamaram aqui no Palácio e"...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Senadora, essa mensagem que o Presidente encaminhou era verdadeira ou era *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Era um texto, que eu não sei quem escreveu, mas um texto muito pesado, xingando vários Parlamentares. Era uma opinião, sei lá o quê, mas um texto muito agressivo mesmo e que, por óbvio, poderia causar um problema aqui dentro, não é? Um texto muito pesado. E por isso que eu chamei a atenção dele. Como eu sempre tive uma relação muito franca, eu ainda falei: "Presidente, conte comigo para o que for, agora não conte comigo para fazer aquilo que vai prejudicar o Brasil e nem para ficar alisando esses meninos". Isso eu digo desde a época da campanha. E aí, no outro dia, já se começou lá com a *hashtag* "traidora" e tal, criando essa narrativa.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Muito bem. Eu vou aproveitar este momento aqui – restam 2m40 – que os personagens estão dentro desta sala. Vou aproveitar o Deputado Abou Anni, que está do meu lado...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para concluir, Frota...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Pois não.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu nunca, nunca traí ninguém. Se se fizer um histórico de toda a minha atuação, do que eu fiz como Líder do Governo no Congresso, das vitórias que eu entreguei...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... para o Presidente, trabalhando e muito, às vezes convencendo até gente do meu partido, que "Ah...", a oposição votando conosco às vezes. Então, nunca houve isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu sou testemunha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se há alguém traído na história, esse alguém sou eu.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu sou testemunha.

Quero aproveitar os personagens aqui dentro: o Deputado Abou Anni, que se encontra aqui do meu lado, do PSL; a senhora também. Nós tivemos uma reunião – eu, a senhora, o Abou Anni, o Luciano Bivar, Presidente do PSL, e o Eduardo Bolsonaro –, para discutirmos a sua possível candidatura a Prefeita do Estado de São Paulo, da cidade de São Paulo.

Nessa ocasião, à mesa sentados eu, o Abou Anni, a senhora e o Eduardo Bolsonaro, ele me questionou algumas coisas, principalmente por eu ter falado que era hora de colocar fogo no parquinho. E aí ele menciona ali, naquele momento, e eu achei até que em tom de ameaça...

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – ... "Basta uma tuitada minha, e você será detonado no Twitter". Estávamos eu, o Abou Anni, a senhora e o Luciano Bivar. Ele falou ali na minha cara isso.

A senhora acredita que ele e o filho e o irmão, o Carlos Bolsonaro, realmente participam e comandam essa operação, como a senhora mostrou ali? A senhora afirma aqui?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pelo menos essa parte da operação sim. Isso é claro e notório.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Perfeito. Perfeito.

Presidente, quero agradecer. Muito obrigado.

Parabéns pela sua explanação. Não se sinta intimidada aqui dentro, continue com essa força. E muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Passo a palavra para a Deputada...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Presidente... Pela ordem, Sr. Presidente. É que eu fui citado – Deputado Bozzella – e queria um minuto só para esclarecer.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedida, Deputado. V. Exa. foi citado anteriormente à pergunta do Deputado Frota.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Só para a gente esclarecer como funciona o *modus operandi*... Eu queria até questionar, Deputada Joice, se, em algum momento, V. Exa. disse que seria candidata...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É para responder ou questionar, Presidente?

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – ... à Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – "Se em algum momento..." – desculpa...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Houve um pronunciamento oficial seu de que seria candidata à Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, claro que não.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Nenhum? Zero? Então, a senhora não é traidora, para deixar claro.

Houve uma manifestação minha...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Escuta, mas vamos supor que fosse verdade. E daí? A gente está numa democracia!

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Perfeito. Perfeito. E o...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tantas quantas pessoas eventualmente quiserem disputar a Presidência da República podem disputar. Isso não faz de alguém mais ou menos traidor ou não traidor. A eleição é em 2022. A gente fez uma eleição agora, para trocar de Presidente, e trocamos: está aí o Presidente. Vai haver uma eleição em 2022. E é democracia: é legítimo que, quem quiser... Ainda que eu não tenha, em nenhum momento, dito nada a esse respeito.

Acho que foi até o senhor, Deputado, que fez um comentário, por conta da minha votação em São Paulo.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Então não houve uma manifestação oficial por parte da Deputada nem do partido...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, pessoal.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – ... mas uma manifestação da minha parte, de que ela seria um nome. Então, a *fake news* está mais do que clara e ratificada pela Deputada, porque ela disseminou essa informação de forma equivocada, comparando a foto da Joice com a do Adélio. Então, isso induz as pessoas a entenderem que ela seja traidora, porque o Adélio deu a facada no Bolsonaro. Então, esse é o *modus operandi* que é preciso deixar claro, para que a gente possa tomar as devidas providências.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Olha, eu não uso *modus operandi* de ninguém não. Eu fiz o meu post...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Natália Bonavides, do Rio Grande do Norte.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... e não vou aceitar aqui ficar me colocando como *modus operandi* de ninguém, não.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ai... É difícil, não é, Senador?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, só um minuto. Eu trouxe aqui um bolo, porque a gente tem que comemorar um ano do caso do Queiroz. Está certo?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Natália... A Deputada Natália estava tão sisuda... Com o bolo, até abriu um sorriso!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Podemos restabelecer a ordem, para a gente começar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Natália.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Obrigada, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu vou aguardar o Plenário silenciar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores que estão no plenário, por favor. Há uma oradora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe o Frota só tirar a foto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... usando a palavra.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ele está tumultuando a sessão. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto: tirou a foto do bolo, filmaram, tudo bem.

Com a palavra a Deputada Natália.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Deputada Joice, esta Comissão agradece a sua disponibilidade de estar aqui colaborando com os trabalhos desta CPMI. Inclusive, a senhora traz investigações que mostram descobertas muito semelhantes às que esta CPMI vinha identificando. Eu queria registrar que esse depoimento está sendo de enorme importância para os trabalhos da Comissão, e a senhora vem aqui trazendo provas contundentes sobre essa organização criminosa que está em curso no Brasil.

A senhora fala aqui de quase 2 milhões de robôs operando esse esquema de manipulação operado pelo clã Bolsonaro e pelo gabinete do ódio. Aliás, gabinete do ódio que, segundo a senhora informa aqui, durante a Comissão, teve o grupo deletado. E eu já deixo registrado, Presidente, que nós vamos requerer a quebra do sigilo desse grupo, através do acesso ao seu histórico, e também o IP dos membros desse grupo que a Deputada mencionou.

E realmente a senhora traz o retrato do que está acontecendo hoje no Brasil, que é extremamente grave. Um Brasil em que opera uma organização criminosa, que, semana passada, a gente já delimitava aqui e que a Relatora, Deputada Lídice, muito bem definiu: organização criminosa no sentido jurídico, de ter inclusive núcleos organizados – um núcleo político, um núcleo operacional, um núcleo distribuidor e um núcleo econômico.

E a senhora foi chamada de alguns termos bastante pesados – alguns o Deputado Alexandre Frota já aqui mencionou –, e eu peço até licença e escusas, mas chamada de canalha, de cretina, de porca, de prostituta de esquina, de ordinária... Isso está acontecendo agora, inclusive. Nós estávamos verificando as redes sociais durante o acontecimento desta reunião, e isso se repete agora, novamente, contra a senhora. Não posso nem imaginar o que é ter um filho vendo esse tipo de coisa. E a nós, da CPMI, sempre pareceu, e a investigação da senhora também vem corroborar, que eram ataques orquestrados, não só para ofender, não só para difamar, mas também para espalhar notícias falsas.

E a senhora já vinha falando na imprensa sobre a participação dos Srs. Carlos e Eduardo Bolsonaro e, hoje, confirmou essa participação dos dois na milícia virtual, e eu queria que a senhora se aprofundasse um pouco nisso. A senhora fala que essa milícia envolve assessores formais desses Parlamentares, inclusive pagos com dinheiro público. A senhora chegou a mencionar um assessor chamado Dudu Guimarães, aqui da Câmara. Eu queria saber se identificou outros assessores aqui da Câmara, não de Assembleias Legislativas, que pudesse nominar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Há outros assessores em alguns gabinetes, mas é importante, para que a gente tenha essa informação sem nenhum risco de cometer uma injustiça, fazer a quebra desse IP. Por quê? Porque uma coisa é: o gabinete do ódio comenta, o outro diz "não, é o assessor do Flávio que está no Rio", "não, é o assessor do Eduardo", "é o assessor do Carlos", "ah, é a ex-namorada que tem um grupo"... Isso é uma coisa. Isso é dizer. O que eu estou falando é do que eu tenho prova. Então, vocês ouviram o áudio do assessor do Eduardo... É só olhar e pronto.

Agora, que eles comentam entre eles que há indicação de assessores para isso há, só que eu não posso afirmar, porque o que eles produzem de bobagem pode também, eventualmente, comprometer alguém que seja inocente. Aí, o problema é você... Mesmo que seja só um inocente, no meio de um monte de gente, fazendo isso, eu não posso cometer esse...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Perfeito.

E de assessores, digamos assim, informais, Deputada? A senhora tem conhecimento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Assessores informais...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Por exemplo: é público e notório que existe uma investigação contra o Senador Flávio Bolsonaro sobre um esquema de "rachadinhas", que confiscava o salário dos funcionários, e em que o próprio Queiroz, o braço direito da família Bolsonaro, afirma que...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... usava esse dinheiro para contratar assessores informais. Eu queria saber se a senhora tem conhecimento de se assessores informais, dessa forma, atuavam nessa milícia virtual – dessa forma como os assessores que o Queiroz selecionava para o Senador Flávio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja: eu não conheço. Eu não os conheço. Não sei. Então, é uma pergunta que tem que ser feita para o Queiroz mesmo, porque não é uma coisa que eu possa responder. Até acho...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Faz um ano – não é? – que nós estamos...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Até identificar quem é assessor ou não assessor... Eu não... Assim, quem acompanha o Deputado A, B ou C? O que está no Portal da Transparência a gente consegue, o que tem informação a gente consegue, mas tem há gente aí que...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Vereador Carlos Bolsonaro fez ou utilizou um desses perfis chamados Pavão Misterioso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Olha...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. *Fora do microfone.*) – É quem é o Pavão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É quem é o Pavão? Essa é a pergunta, não é? Quem é o Pavão?

A gente pediu a quebra também do sigilo. Assim, o que... Olhando o *modus operandi* da atuação do Pavão Misterioso, eu, seguindo o rastro – e eu sou jornalista de investigação. Então, seguindo o rastro –, parece-me que não é uma única pessoa. O Carlos fez uns tuítes me agredindo, logo que eu saí daqui, e eu caí na besteira de respondê-lo no mesmo nível. Tanto que depois eu apaguei, porque, assim... Não dá, não é? Não dá.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora sabe se ele seria um dos...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu, eu... Eu fiz uma provocação no Twitter.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... do Pavão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Falei assim: "Ah, pavão...". Mas, assim, pelo volume de informação que há ali e coisas que são sigilosas, documentos, há mais de uma pessoa, com certeza, operando o...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora acha que uma dessas pessoas – mais de uma pessoa – seria o Vereador Carlos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não posso achar. Achar é para amador, não é? A gente tem que seguir o IP e chegar a essa pessoa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Perfeito.

A senhora mencionou que, no contexto dessa investigação, alguém, pessoas teriam destruído computadores. A senhora sabe identificar quem?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Saiu uma notícia, acho que no final de semana, de que o Carlos teria destruído um computador.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora mencionou também pessoas que teriam destruído HD. A senhora sabe identificar?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quando a gente começou a fazer, eu comecei a fazer os levantamentos...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... claro que as informações circulam – não é? –, e nós vimos páginas sendo apagadas, muitas sendo apagadas. E, aí, uma das minhas fontes nesse processo todo disse: "Olha, eles estão destruindo HDs. Já estão destruindo, já estão colocando furadeira...". E por isso mesmo que a gente pediu...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a senhora tem capacidade de identificar quem estaria destruindo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, não posso... Não posso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

Eu queria, Presidente, que se retificasse meu tempo. Eu acho que foi contado de forma equivocada. Eu acho que ainda tenho um tempinho.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não deu todo o tempo não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Continuando, Deputada, a gente estava aqui falando a respeito dos núcleos dessa organização criminosa. A senhora mencionou os Srs. Tercio, José Matheus, Mateus Matos... A senhora chegou a conhecer pessoalmente os três?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não tive nenhum contato com eles. De vez em quando a gente se cruzava, ali pelo Palácio, mas vamos dizer que a patota deles é isolada ali. Eles trabalham fechados ali. Então, eu não tive nenhum contato próximo dos três.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nessa organização, qual seria o papel deles? Eles que estariam nessa função de orientação? Seriam parte do núcleo político que dá o comando, que orienta?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Segundo as conversas que foram pegadas ali no grupo do gabinete do ódio, além de orquestrar esses ataques, eles teriam a função ideológica, e isso é uma reclamação constante de alguns ministros, a função de sempre provocar o Presidente a reagir de maneira mais agressiva. Então, aquelas declarações mais duras, aquele quebra-queixo... E o próprio Ministro Ramos, algumas vezes, e os outros ministros que saíram reclamaram disto: "Olha, a gente precisa apaziguar, e os três ficam o tempo todo colocando mais lenha na fogueira e levando o Presidente a ficar mais agressivo, a, às vezes, atacar uma ou outra figura...". Então, o papel deles ali é isso, é esse.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Esse gabinete do ódio... A prioridade de atuação deles seria o Twitter, o Facebook ou o WhatsApp?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, a análise que eu fiz foi do Twitter. Por quê? Porque há *softwares* que conseguem identificar a atuação e os robôs. Dentro do gabinete do ódio, desse grupo específico, do *secret* ali, você vê que são 21 perfis de Instagram só nesse grupo, interligados, e esses perfis de Instagram distribuem para as páginas de Facebook. Então, todas as redes são usadas – o Twitter, com *hashtags* e tal... –, mas a produção desse conteúdo, de memes, é feita e distribuída do Instagram e passada para as páginas de Facebook.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E sobre o WhatsApp? A senhora...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Do WhatsApp, aí, aí é...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... tem conhecimento de quantos grupos, de quantos perfis, números?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De quantos não, mas são muitos grupos. Muitos, muitos, muitos, porque, veja, os telefones vão sendo incluídos, né? Cada dia aparecem zilhões de grupos. Então, são muitos grupos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Teria impulsionamento através de WhatsApp? A senhora sabe por onde começa? Vai do WhatsApp para as outras redes? Das outras redes para o WhatsApp?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não. Primeiro, pelo que a gente levantou aqui, primeiro cria-se nas redes e, depois, até posts que são apagados circulam pelos grupos de WhatsApp.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E qual o papel do Sr. Filipe Martins nessa organização que comanda ataques e dissemina notícias falsas? Porque a senhora já traçou um perfil sobre o Sr. Filipe Martins, mas que papel ele exercia nessa organização? De coordenação? Ele que dá comandos?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, quando eu estou falando de uma organização criminosa, eu não estou me referindo especificamente ao Filipe, ao Tercio, ao fulano... Eu estou mostrando o *modus operandi*, eu estou mostrando gente ganhando dinheiro público para atacar pessoas, tá? Então, só para a gente... Para não ficar...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas ele faz parte do gabinete do ódio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... para não ficar, para não ficar focado tudo em três pessoas. Não é isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas o Sr. Filipe faz parte?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim, o...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ele que coordena os três, os outros três?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Filipe é muito próximo do Carlos. E, segundo o pessoal mais próximo ainda, os ministros ali, é ele quem influencia. Tanto que o Santos Cruz, isso acabou... É público entre os ministros que o Santos Cruz, certa vez, teve uma discussão muito pesada com ele, numa reunião ministerial. Chamou de moleque, foi uma confusão danada, justamente por conta dessa incitação sempre, de atacar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... tentando atacar pessoas e...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então o gabinete do ódio efetivamente funciona dentro do Planalto?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eles estão lá, né?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Inclusive, a senhora até mencionou ministros que chamavam de outro nome, "gabinete da maldade"... Que ministros reconheciam a existência desse grupo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os que estão dentro do Palácio. Todos sabem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Os que estão dentro. Então é notória, no Palácio, a existência desse grupo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então o Presidente Jair Bolsonaro, por exemplo, também sabe da existência desse grupo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei se ele sabe dos detalhes, dessas combinações de grupos secretos...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O que que ele sabe?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de Instagram, sabe, essa coisa toda muito eficiente, no papel de denegrir.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Do que que ele saberia?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não... Eu imagino, por óbvio, que o Tercio e os dois Mateus que estão lá, o Presidente sabe que eles ficam produzindo material. Agora, o nível de organização disso eu não sei se o Presidente sabe.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora identificou alguém que orientou, ou determinou, ou sugeriu que o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, virasse alvo dessa organização criminosa?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, o gabinete do ódio, o tempo todo. O Davi também, o Davi Alcolumbre também...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Era a minha segunda pergunta: se identificou também a orientação...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... de ataques ao Presidente do Senado, Davi.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora identificou também orientações de ataques a Ministros do STF?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Alguns dos *prints* das conversas a que a senhora teve acesso e está protocolando na Comissão têm essas sugestões, essas menções aos Presidentes da Câmara, do Senado e a Ministro do STF?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tem nos levantamentos dos robôs.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E sobre o núcleo econômico, Deputada: quem financia? A senhora, aparentemente, nesse ponto, não teria tantas informações, mas quais informações a senhora tem? Além de muito dinheiro público, o que que mais financia essa organização?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei da onde vem o dinheiro, se os pagamentos de robôs são feitos individualmente por várias pessoas, por uma pessoa só, eu realmente não sei. Aí a importância para o País todo de que nós consigamos seguir o rastro, para entender se existe realmente um financiamento de uma pessoa com muito peso, mas eu não...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ou agência...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora falou de subir *hashtag* no Twitter. Era subido com patrocínio ou eram só robôs?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, são as duas coisas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – As duas coisas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Há robôs e há gente...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, o tempo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E, sobre esses robôs, quem é que faz? Quem financia esses robôs...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Parou...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não, eu não...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... quem são os desenvolvedores...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não consigo ouvir com todo mundo falando.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, garanta a minha fala, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Já estou concluindo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu já estou concluindo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Já estou concluindo. Tanta gente falou sem estar inscrito, e eu peço essa tolerância.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso aí.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Deputada, sobre os robôs, quem faz os robôs? Quem desenvolve? Quem são os contatos, os desenvolvedores desses robôs?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, eu não sei. Eu não sei. Mas, assim, o que se comenta nos grupos é que os robôs não são daqui. São robôs de fora do Brasil...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Estrangeiros.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... que são...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Quem administra hoje as redes do Presidente, o Twitter do Presidente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, tem que perguntar para ele, mas o Carlos já administrou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sei.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Hoje já não sei se administra. Lá atrás administrou, mas acho que deu...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora tem conhecimento sobre um vídeo falso...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluindo, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... que uma Deputada divulgou sobre as Farc?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, há 20 pessoas para falar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Tem conhecimento sobre a origem desse vídeo?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A origem não, mas eu vi que foi um vídeo *fake*, não pegou muito bem, aí o vídeo foi deletado. Mas eu não sei quem passou.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E para finalizar, Deputada, porque já, o Presidente já está...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Finalize, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... já está encerrando o meu tempo, o que foi que eles fizeram no verão passado?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, tempo de Líder.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Deputado Eduardo Bolsonaro havia tuitado uma imagem de uma cédula de R\$3 com o rosto da senhora, e a senhora, em relação a isso, tuitou e falou: "Não se esqueçam de que eu sei quem vocês são e o que vocês fizeram no verão passado". Quem são? E o que que eles fizeram no verão passado?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, o caráter...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – A senhora se refere a esse esquema criminoso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... o caráter, o caráter desses dois meninos...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É algo que já acontecia no passado?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... tanto do Carlos quanto do Eduardo, foi muitas vezes questionado por mim, isso não é novidade. E, quando eu percebi que pessoas próximas, pessoas leais, eram alvos de ataques, como o próprio Vice-Presidente da República, como ministros, as minhas orelhas começaram a ficar mais em pé. Porque, no princípio, ficava aquela coisa de *fake news* para cá, direita fala, esquerda fala... Eu falei: Isso é conversa fiada da esquerda, que está falando de *fake news*, *fake news*, *fake news*... Vamos seguir a campanha. Toquei a campanha.

Quando a coisa chegou, primeiro no Bebiano, aí no Santos Cruz e no Mourão, "alguma coisa está errada aí". E aí foi só puxando o novelo, e as informações estão aí.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É algo, então, desde o passado da campanha.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Agradeço a tolerância, Presidente.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Louisiane Lins, do Ceará.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Dê-me o tempo de Líder, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, tempo de Líder à Deputada Bia Kicis.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Pela Liderança.) – Pelo tempo de Líder do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sabendo V. Exa. que não poderá fazer perguntas à nossa convidada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não posso fazer pergunta por quê?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Porque é tempo de Líder. Vá ler o Regimento.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ah, é o tempo de Líder. O.k.

No tempo de Líder, porque eu também estou inscrita.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Marquem o tempo, por favor, nobres operadores.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, marcar o tempo de Líder.

Eu posso somar com o meu tempo, Presidente? No meu tempo, eu faço as perguntas que eu quiser. *(Fora do microfone.)*

O.k.

Pois bem...

O som está baixo.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Aumentem o microfone da Deputada.

Alô, mesa...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – A Deputada Joice fala em *fake news*, mas citou o caso de um homem que foi linchado, que isso deveria ser objeto de *fake news*. Aí era o caso de um crime. Mas esses dias a Deputada Joice também soltou um vídeo, publicou um vídeo do Pantanal, com jacarés, mostrando como fazendeiros do Pantanal maltratavam os jacarés. Essa postagem dela foi bastante repudiada por quem entende, por quem é do Pantanal, por quem trata da questão rural.

Então, eu quero dizer que, em primeiro lugar, nem tudo o que é postado e que não corresponde à verdade pode ser *fake news*. Às vezes, pode ser um engano da pessoa que recebeu uma notícia, postou, mas quando a pessoa...O que importa é o que é. Não está claro que é essa história de *fake news*, porque o que eu vi aqui, até agora, foi a Deputada Joice tratar esta CPI como se fosse a CPMI do não falem de mim, a CPMI do não façam memes, porque tudo o que ela falou, para mim, não tem nada de *fake news*.

Ela falou de injúria, possivelmente de alguma calúnia, de alguma injúria, e todos nós somos sujeitos a isso. É claro que, se crime for cometido, existe o fórum próprio para tratar disso, que a Justiça. Então, quando alguém fizer uma abordagem de calúnia, de injúria, e a Deputada Joice...Tudo o que ela mostrou que falaram dela, os memes, os desenhinhos, os *posts*...

Isso aqui está se tornando a CPMI do não façam memes, não falem de mim, não me chamem de traidora, mas a Deputada Joice não vai conseguir controlar as redes, porque as redes são utilizadas por pessoas. Não são robôs, não são assessores... Porque assessores...

(Manifestação da plateia.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senhores do Plenário, por favor. Há uma oradora na tribuna.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – É impressionante como aquelas pessoas que se dizem da direita, mas que vão se juntando à narrativa da esquerda, tentam censurar. Caem na mesma historinha de tentar calar. Porque o que nós estamos fazendo aqui e correndo o risco de censurar a internet, que é um palco livre, para que todos possam se expressar. Porque crime, até agora, eu não vi nenhum.

(Manifestação da plateia.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Por favor, Presidente. Não é possível! Não é possível!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sua palavra está mantida, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas eu quero silêncio, para poder falar, para que as pessoas possam me ouvir.

Então, é muito impressionante isso.

Então, o eu que tenho visto aqui é isso.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Aqui não há ninguém cometendo crime não. Aqui há uma Parlamentar no uso da sua palavra, sendo provocada...

(Tumulto no recinto.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu não posso fechar a boca de ninguém, nobre Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Mas V. Exa. pode botar ordem na Casa! V. Exa. pode botar ordem na Casa, isso sim!

Eu quero saber...

A Deputada Joice fez um documentário em que ela afirmava, nas redes, para quem quisesse ouvir, que, ao final do seu documentário, que ela filmou nos Estados Unidos, ela traria revelações bombásticas que acabariam ou abalariam o Governo – o Governo anterior, no caso. Ela iria fazer revelações terríveis, que iriam abalar... Então, era para que todos assistissem ao documentário, e essas revelações nunca vieram, assim como as revelações bombásticas que ela prometeu para hoje também não vieram. Então, interessante: parece-me que a Deputada pode ser, sim, uma propagadora de *fake news*.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E eu quero perguntar à Deputada...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Perguntar não, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... usando o meu tempo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não pode perguntar nada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O.k.. No tempo de Líder, aqui, eu vou concluir com uma indagação que não é feita à Deputada, mas é uma indagação feita ao universo, a todos que nos ouvem: se eu perguntasse à Deputada Joice Hasselmann quanto tempo falta para ela gritar "Lula livre", isso seria uma *fake news*, isso seria uma indagação. Ou isso seria o meu direito de liberdade de expressão? É isso que eu gostaria de perguntar ao universo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Luizianne Lins, do Ceará.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixa só eu fazer um comentário aqui.

Vocês percebem que é exatamente o *modus operandi* da narrativa, né? Quer dizer, você pega alguém que não concorda com um ponto específico, aí você já cola um selo: "É de esquerda! Está contra mim! Está contra o Governo!". É exatamente como a Deputada fala. Ela acaba de confessar, de ratificar o que eles fazem: criam uma narrativa que, inclusive nós, Deputados da direita, sempre criticamos. Quando na oposição, hoje, no pessoal mais radical do PT, a gente sempre criticou isso. Então, é exatamente isso. Quer dizer.... Veja: eu, Joice Hasselmann, que processei o Lula, que o Lula me processou! A gente brigou na Justiça, e todo mundo sabe – direita, esquerda, centro. Eu ganhei, graças a Deus!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eles estão copiando a esquerda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E, aí, vem com essa conversinha fiada.

Em relação ao meu documentário que foi citado pela Deputada, não precisou, porque o Pezão foi preso. E lá eu digo: "O Pezão foi preso". Era exatamente envolvendo o caso do Pezão.

Em relação ao vídeo do jacaré, eu faço questão aqui: não havia nenhum comentário, era só um vídeo que foi postado, e aí, estranhamente, um canal rural – eu até preciso pedir informações, para ver de onde está vindo o dinheiro – fez um editorial deste tamanho, enorme, ficou uns 15 minutos falando que eu desconhecia... Era um produtor que estava dirigindo um trator e filmando jacarés. Não fazia comentário. Quem fez comentário foram os seguidores.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só perguntar para o... (*Fora do microfone.*) ... Nabhan.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho as minhas suspeitas.

Aí, fez um editorial gigantesco sobre aquilo, com perguntas, assim, das mais imbecis, do tipo: "Onde estava a Deputada Joice Hasselmann quando houve seca no Mato Grosso?" Umas coisas, sabe? "Onde estava a Deputada Joice Hasselmann, eleita por São Paulo, quando houve queimadas no Mato Grosso?" Dá para ver que foi induzido. E, infelizmente, aqui eu vou ter falar isto porque, como foi na lista de transmissão para outra pessoa, eu me sinto livre para falar – as minhas conversas privadas com o Presidente eu prefiro reservar –: o Presidente passou, do celular dele, esse vídeo. Passou esse *link* do celular dele, e eu tenho o *print* disso.

Então, é um tipo de coisa muito ruim. A gente tem que cuidar do País, gente. Isso aí é brincadeira de mau gosto.

Mas a Deputada referenda exatamente aquilo que eu disse. Daqui a pouco, eles vão fazer isto mesmo, começar a criar memes dizendo "Lula livre", e, obviamente, eu vou processar todo mundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Luizianne Lins.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, demais membros desta CPMI, em especial à Deputada Joice Hasselmann: queria dizer que tenho divergências com V. Exa. na política – sou de esquerda –, sou

jornalista e tenho divergências também profissionais, mas quero me solidarizar com V. Exa., por ser mulher, por ser mãe, e, como V. Exa., também sou atrevida – imagine o que nós não sofremos e o que o machismo não faz para poder nos colocar numa situação de subordinação sempre. Acho que uma boa parte, inclusive, teve um cunho machista muito grave.

Mas quero dizer que tenho que admirar a coragem de V. Exa. de vir aqui dizer o que disse e com provas. V. Exa. não veio contar uma historinha. Se alguém está achando que isso que foi apresentado aqui não é algo muito grave, gravíssimo, de uma organização criminosa, aí realmente não sabe o que é democracia, não sabe o que é política.

Então, eu gostaria de fazer alguns questionamentos e já dizer que, pela minha experiência política – já fui Vereadora, Deputada Estadual, Prefeita de Fortaleza, Deputada Federal agora –, eu nunca vi algo parecido, até porque eu estudo esses fenômenos na internet e eles me apavoram, porque nós temos filhos. Eu tenho um filho, assim como V. Exa., que tem 19 anos, e a gente fica imaginando que mundo que a gente está construindo para eles e que exemplo nós estamos dando para eles. Porque é assim que a gente quer: nossos filhos vivendo num mundo muito melhor.

E eu acho que esta CPMI tem uma função fundamental de a gente desvendar essa organização criminosa, para que nunca mais ela faça o Brasil de refém ou as pessoas que aqui estão. E eu quero dizer até para os colegas aí bolsonaristas: isso se vira contra qualquer um; é só uma questão de tempo e é só uma questão de oportunidade. Por isso, é muito importante que as pessoas estejam conscientes disso.

Aí, eu gostaria de perguntar, Deputada Joice... Em primeiro lugar, se a senhora está disposta a ceder, porque, no histórico que V. Exa. apresenta, além dos números, eles também são eivados – porque nós também estamos entrando nessa investigação – de metadados. Esses metadados vão dizer quem participa dos grupos e quando os grupos foram criados, além de outras características que estarão certamente nas suas investigações. Eu gostaria de saber se a senhora vai ceder para esta CPMI esses metadados?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Eu preciso conversar com o meu advogado a respeito, até porque, no meu celular, por exemplo, há fontes que me passaram essas informações e que precisam ser preservadas. Eu sei o que eu estou aguentando: tem que ser muito forte para aguentar isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Imagino.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, assim, da covardia eu não sofro, não é? Mas, por óbvio, eu preciso preservar essas fontes, porque receber ameaça de morte, minha mãe receber ameaça de morte... Isso não é qualquer um que aguenta.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não tenho a menor dúvida. Inclusive, na vida pública eu já fui linchada várias vezes, talvez não com essa virulência, porque não existia ainda o fenômeno da internet. Porém, hoje a gente vive isso.

Gostaria de saber – primeiro quero me preservar, não é? – quais são os nomes que V. Exa. disse que são do meu Estado, o Estado do Ceará, até porque certamente serei vítima, no próximo ano ou nos anos seguintes ou em qualquer momento, como tenho sido vítima. Então, quem, desse gabinete do ódio, desse esquema criminoso, é do meu Estado, o Estado do Ceará?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Tercio e um dos Mateus.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.

Gostaria também de perguntar para V. Exa. o seguinte: a senhora disse que uma *hashtag* na rede pode custar até R\$20 mil.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não é *hashtag*, é o disparo do robô.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O.k.

Ou seja: como V. Exa. disse, isso custa muito caro.

Eu gostaria de perguntar: a senhora tem conhecimento de arrecadações promovidas pelo Sr. Luciano Hang, o dono da Havan, para impulsionamento de *fake news* ou de mensagens de ódio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ele arrecadando dinheiro? Não tenho.

Eu conheço o Luciano. Conheço muito. Todo mundo conhece. Ele tem um jeito bem *sui generis*. Eu me dou muito bem com ele.

Isso que V. Exa. está falando também é aquela coisa de "ah, ouvi falar, ouvi falar...", mas eu não tenho informação nenhuma em relação a isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E V. Exa. sabe se ele também é um disparador de *fake news* ou de mensagens de ódio pela suas próprias redes?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para mim ele nunca mandou – para mim. Porque ele me manda algumas mensagens, manda WhatsApp, mas para mim nunca mandou.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A senhora falou de um estúdio na casa de Paulo Marinho, durante as eleições. A senhora poderia falar um pouco mais sobre isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu estive uma vez só na casa do Paulo, antes da campanha, antes da eleição, que foi exatamente nessa coisa entre primeiro e segundo turno, e o que eu sei é o que o próprio Ministro Bebianno havia comentado: o Presidente, uma das vezes, estava gravando... Deixe-me lembrar a data que foi... Vou me recordar já a data. Mas o Presidente usava o estúdio de gravação e fazia alguns vídeos ali. O filho do Paulo Marinho é um menino artista. Ele entende de redes...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Como é o nome dele, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como é o nome do filho do Paulo? O André.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – É, André Marinho.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Inclusive, hoje ele está no Pânico.

Então, ele ajudou a criar algumas das peças para o Presidente, à época.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gostaria também de saber... A senhora disse que o Presidente falou para o Deputado Alexandre Frota, pessoalmente: "Encaminha algumas mensagens que são duras." Não necessariamente seriam *fake news*, mas que são duras.

A senhora já recebeu ou conhece alguém que recebeu mensagens eventualmente falsas que foram enviadas pelo próprio Presidente, ainda que ele tenha enviado por engano, sem saber que eram notícias falsas ou *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não vi... Na minha linha de transmissão, que eu recebi, eu não vi *fake news*. Eu vi, nessa lista, realmente ataques a pessoas, de maneira bastante dura. Tanto, que eu não repassava; mandava uma carinha, um "kkk", às vezes um puxãozinho de orelha: Olha, não faz isso, vai dar problema, tal... Mas, assim, os ataques... Isso sim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E o que que V. Exa. acha disso na pessoa de um Presidente da República que, se... Inclusive, já acho muito grave só o fato de ele não checar, porque o Presidente da República não é qualquer cidadão comum, que pode estar usando as suas redes de forma irresponsável. Mas o que que V. Exa. acha desse comportamento de você passar mensagens duras a, inclusive, aliados, como foi feito algumas vezes, imagino, pelo próprio Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No caso de uma das mensagens, algumas Deputadas foram chamadas de prostitutas.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Pelo próprio Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não sei quem fez o texto. Foi reencaminhado.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Por ele.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É. E, aí, eu o repreendi. Eu falei: "Não se faz isso. Não pode fazer uma coisa dessa. Você acha que esse negócio não vai vazar?" Houve uma repreensão, ali, em relação a isso. Por óbvio que eu não acho um comportamento adequado. Se achasse um comportamento adequado, eu permaneceria de orelhas baixas. Eu acho um comportamento inadequado, tanto que estou aqui. E sempre disse ao Presidente: Não é um comportamento adequado. E uma das vezes – isso está num áudio – eu disse: Pelo amor Deus, me ajuda a te ajudar! Me ajuda a te ajudar, porque, se você continuar agindo assim, eu não vou conseguir dar conta de aprovar nada no Congresso – era a época da previdência. Então, por óbvio que eu não acho adequado.

Agora, o Presidente também tem o jeitão dele, todo mundo sabe, mas a instituição Presidente da República tem que ser preservada pelo homem que ocupa a Presidência da República. Então, absolutamente inadequado o comportamento.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputada Joice, só por uma curiosidade: essas Deputadas chamadas de prostitutas eram da oposição ou eram apoiadoras do Bolsonaro?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Gente, deixem-na responder. Vocês não foram chamados de prostitutas ainda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A lista é grande. A lista é grande.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso até ceder para vocês depois o *print*, mas eu preciso... Porque não foi passado para mim.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas V. Exa. tomou conhecimento?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não... Imediatamente. Foi encaminhado para mim. Não veio na minha lista de transmissão. Então, eu me sinto à vontade, porque, uma vez que já foi passado para outras pessoas, eu posso entregar depois o *print* para a Comissão.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – V. Exa., depois, também, se quiser mais informações, nós também estamos tendo um processo de investigação, e nossa assessoria, na CPMI, fez uma leitura, uma análise de dados também sobre, particularmente, a situação em que V. Exa. deixa de apoiar o Governo e passa a ser tudo o que mostrou para nós, inclusive. É muito grave.

E o que eu acho mais grave, em especial, são mulheres, como nós, que promovem xingamentos, Deputadas aqui. Eu não vou citar nomes, só para não ter direito de resposta, mas estão aqui na sala e se comportaram com V. Exa. como nenhuma de nós, da oposição, faria.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso é verdade.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Porque se existe uma coisa que a gente aprendeu foi a respeitar a condição da mulher e lutar, acima de tudo, contra esse machismo, porque eu acho que, por trás desse discurso de ódio que o Presidente exala, chamando mulheres de prostitutas, as mulheres deveriam ter vergonha de defender um homem desse, um homem que, simplesmente, não tendo argumento, não tendo cultura, não tendo nenhum tipo de habilidade, de inteligência emocional, xinga as mulheres de prostituta. E elas vêm agora...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não estou falando com a senhora, porque a senhora não escuta ninguém, a senhora fala e vai embora.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – A senhora fala e vai embora. Então, não me dirija a palavra. Não me dirija a palavra.

E, por fim, eu gostaria de perguntar à Deputada Joice: Deputada Joice, V. Exa. é jornalista e, como colocou aqui, investigativa – coloca-se nessa posição profissional. Como jornalista investigativa, V. Exa. sabe que um esquema dessa magnitude que V. Exa. apresentou aqui não começou ontem. Eu gostaria de saber o que que V. Exa. acha sobre a participação desse esquema, dessa organização criminosa, no processo eleitoral de 2018, porque é exatamente um dos vieses...

Porque aqui nós vimos quase tudo o que nós estamos investigando: nós vimos *ciberbullying*, nós vimos crimes de ódio, e eu gostaria de saber o que que V. Exa. acha...

Porque eu acredito no que V. Exa. está dizendo, porque jurou e disse que iria falar a verdade, como eu também acredito no que o Deputado Alexandre Frota, que se colocou para vir também aqui, disse, que vocês não foram usuários dessa organização criminosa. E se elegeram. Talvez até muitos nem acreditassem nisso, e foram vitoriosos com milhares... Milhões de votos, no seu caso.

Eu gostaria de saber o que que a senhora teria para dizer. A senhora acredita que esse esquema... Qual foi o peso desse esquema criminoso, de organização criminosa, no processo eleitoral de 2018, que elegeu o Sr. Jair Messias Bolsonaro? É a minha última pergunta.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu não tenho como precisar isso. O que é preciso fazer, no meio desse processo – e aí eu acho que vale para todo mundo, para candidato A, B ou C –, para a coisa ser democrática, é uma análise de quantos robôs havia durante a campanha para "x" candidatos.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas qual é a sua opinião sobre isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu, Joice Hasselmann, nunca usei robô, não impulsionei... As minhas redes são orgânicas. Eu não uso esses artifícios do impulsionamento. Pode haver robô que me siga para monitorar?

Eventualmente, até pode. Agora, eu nunca usei robô. Ponto. Acho isso absolutamente uma trapaça. É uma trapaça. Agora, não dá para a gente dizer que um fulano fez e o outro não fez. Eu acho que tem que haver uma investigação, para a gente saber que peso teve esse...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Não, mas eu posso generalizar a pergunta. Eu quero saber o seguinte...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... volume de robôs na indução de pessoas. Então, acho que é esse o caminho. Ou, muitas vezes, no terrorismo...

(Soa a campainha.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu digo terrorismo digital: colocar medo em outras pessoas, aquela coisa toda.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Além do crime de falsidade ideológica, que é você usar robô por você, como se você estivesse representando alguém ou um cidadão brasileiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Estou satisfeita, Sr. Presidente.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra agora ao Deputado Marcio Jerry, do PCdoB, do Maranhão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-me só corrigir uma coisa aqui, Deputada: o Tercio é da Paraíba; o Mateus que é do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Vou estar de olho no Mateus, certamente.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria começar, Deputada Joice Hasselmann, cumprimentando a senhora. Não vou reiterar divergências que temos, que são naturais e já até manifestas em outros momentos, mas saudar sua coragem, porque a senhora traz aqui, hoje, um conjunto de informações muito importantes para o trabalho desta CPMI e para o Brasil.

Eu começo essas considerações com uma frase bíblica, que está lá em João e que o Presidente da República gosta de repetir, muito embora não faça jus a ela: "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará". E a senhora traz aqui, agora, para nós um conjunto de informações que mostra que o esquema Bolsonaro de poder é um esquema assentado na mentira. Portanto, todos os dias também o Presidente da República professa algo com que não tem menor relação.

Por segundo, a senhora disse que iria preservar a instituição Presidência da República. Por tudo que aqui exposto foi, a senhora não acha que o Presidente da República mostra-se indigno da instituição Presidência da República, porque é um conjunto muito grave de ocorrências?

Durante a sua exposição, a senhora nos traz, Deputada Joice Hasselmann... Eu acho que o momento é de se dar uma espécie de F5 até aqui, na Comissão, porque a senhora traz muitas informações bem concatenadas, com começo, meio e fim, que nos apresentam um roteiro de providências imediatas em várias áreas, algumas aqui, inclusive, já mencionadas, que vão até o indiciamento – investigações, indiciamentos, oitivas que precisam ser feitas aqui, para contrapor as informações que a senhora trouxe –, especialmente, de dois personagens centrais nessa teia de *fake news*, de mentiras, de utilização de dinheiro público para atacar adversários, que são os dois filhos aqui pronunciados, o Eduardo Bolsonaro, Deputado aqui nesta Casa, e o Carlos Bolsonaro, suspeito de muitas coisas, inclusive de ser talvez, quem sabe, esse famoso e criminoso Pavão Misterioso.

Esses fatos de tal forma vão sendo trazido, que a gente fica estupefato com a forma natural como vimos ali, no quadro de exposição, uma Deputada Federal se pronunciar num grupo e dizer: "Alô, milicianos". Ou seja: é a naturalização do crime. É a naturalização de uma atitude realmente bastante grave, como aqui foi manifestado.

A senhora mostrou também o quanto tem sido utilizado de dinheiro ilícito, porque não se sabe claramente quem é que financia isso tudo, muito embora já haja uma parte identificada como recursos públicos de mandatos parlamentares.

Então, o conjunto de situações que a senhora nos trouxe aqui, hoje, de fato nos faz tirar algumas conclusões importantes.

E a senhora fala com uma autoridade singularíssima, que é a autoridade de quem viveu as entranhas desse sistema de poder. A senhora estava na campanha, com um papel de muito protagonismo; a senhora estava no comando do Governo, como Líder do Governo no Congresso Nacional – portanto, numa posição também de muita liderança. A senhora, portanto,

traz ao nosso conhecimento esses fatos todos, que atestam que nós vivemos sob uma grave anormalidade, porque não é normal, não é correto, não é aceitável que se estruture a política, que se ganhe uma eleição presidencial e que se governe assentado em mentiras, sustentando mentiras, agredindo, com mentiras, adversários.

O que aqui se configura hoje são sinais muito graves, Deputado Ivan Valente, de estado de exceção, porque numa correlação muito forte com o núcleo de Governo da República.

A senhora disse, e a imprensa já tinha dito, que o Carlos Bolsonaro despacha do gabinete presidencial, em muitos momentos. Em muitos momentos, coadjuvado com o misterioso Léo Índio, seu amigo e principal...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, ele voltou. Está aqui dentro. A gente pode até perguntar algumas coisas para ele.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Pois não.

De outro modo também, o Deputado Eduardo Bolsonaro, que tem um papel de comando muito forte na governança da República.

Então vejam, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, povo brasileiro que nos assiste agora, que aqui são trazidas informações que colocam a imperativa necessidade de nós aprofundarmos muito, e no curso prazo, as investigações que aqui estão sendo feitas, Sr. Presidente, porque, olhando sob a ótica de um regime democrático na sua normalidade, o que se expõe aqui hoje traz um vício insanável na origem, no meio e agora de quem ocupa o Palácio do Planalto.

Não se pode dizer que o Sr. Bolsonaro, o Jair, não saiba das ações do outro Bolsonaro, o Eduardo, nem do outro Bolsonaro, o Carlos, nem do outro Bolsonaro, o Flávio, nem de seus outros irmãos, os Queiroz da vida, enfim, os amigos lá daquele condomínio.

Então, eu acho que a gente está aqui hoje diante de um fato de muita gravidade, que terá certamente muita repercussão no trabalho desta Comissão.

E eu queria, por fim, ouvir da senhora a caracterização disso que eu falei como a minha segunda menção: a senhora não acha que tudo o que está aqui narrado, com os nomes dados e os sobrenomes também, que não há nisso um envolvimento claro do Presidente da República, do Sr. Jair Messias Bolsonaro? A senhora não acha – e argumentando com o seu argumento – que ele se mostra, a partir disso tudo, indigno do exercício da Presidência da República?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Vamos lá, Deputado.

Há de se tomar muito cuidado, de novo, com a criação da narrativa. Eu jamais, os senhores sabem, levantaria, por exemplo, uma bandeira de esquerda, como a Deputada que aqui saiu agora há pouco, que acabou de mandar uma mensagem, e as redes já estão trabalhando nisso. Então, é interessante o pessoal dizendo: "Joice é aliada do PT". Eu sou muito mais à direita que o próprio Presidente, porque eu sou de uma direita liberal de verdade, não nacionalista estatista. É diferente! Então, só para deixar a coisa bem pontuada.

As nossas divergências ideológicas, Deputado, por óbvio, permanecem, e eu mantenho a minha posição, porque o foco é a verdade, o foco é o País. Vão tentar desviar o foco, e isso já está acontecendo nas redes.

Falar que o Presidente da República é indigno seria uma leviandade. Eu acho que o comportamento dele, em alguns momentos, é incorreto. Para eu dizer que o Presidente é indigno, teria que haver uma prova cabal de que ele sabe ou alimenta ou coisa nesse sentido. Então, o que eu estou mostrando são pessoas que têm relações: um é ex-assessor, o outro era assessor, o outro era da cozinha, o outro... Então, são pessoas que têm relações há muito tempo, relações próximas, relações de amizade, que viajam juntos, que viraram assessores e que fazem parte de uma milícia para atacar pessoas. E que têm um relacionamento próximo à família do Presidente. Então, eu não posso dizer isso. Por quê? Porque lutei, Deputado, justamente contra aquilo que eu considerava que assaltou o nosso País. Lutei contra a esquerda. Fui...Então, transformar isso tudo na figura do Presidente é leviano neste momento. Nós precisamos investigar. Investigar.

Eu quero crer que, com esses *prints* todos aí, do gabinete do ódio – posso até eu mesma mandar para o Presidente –, isso tenha um fim. Porque censura... Eles usam muito essa narrativa: "É censura, é censura!". Não, não é censura. Código Civil e Código Penal não deixam de existir porque o crime acontece nas redes, na internet. Só que se criou, de novo, essa narrativa. Esticou-se tanto a corda, que as pessoas foram ficando complacentes. "Está tudo bem". É um ataquezinho aqui, um outro ataquezinho ali... E foi-se esticando a corda. Hoje parece absolutamente normal, para um grupo de pessoas do País, você denegrir absolutamente alguém, atacar uma reputação e destruir reputações.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Mas veja, a gente está tratando aqui de milícias digitais...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... com tudo de danoso que elas realizam, com todas as ilegalidades que elas cometem.

O próprio filho do Presidente da República, o Sr. Carlos Bolsonaro, confessou, teve que fazê-lo, que usa a conta do pai, que é a conta do Presidente da República, que ocupa a Presidência da República, por óbvio, como a senhora gosta de repetir. Então, é por isso que eu fiz essa anotação, que a senhora não precisa afirmar, mas o que a senhora falou aqui permite a todos que nos assistem agora concluir que, de fato, esse caso mostra que o Presidente da República está indigno da instituição que a senhora quer preservar, que é a Presidência da República.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu sempre fui contra, Deputado, o Carlos Bolsonaro ter as senhas do Presidente e tuitar. Isso foi, inclusive... Algumas conversas mais tensas entre nós foram nesse sentido, porque eu sempre orientei a ele ter alguém profissional controlando isso, para que não houvesse desgastes, em especial entre as instituições.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Para terminar, Presidente e Senador Angelo, queria lembrar e sublinhar um fato que acho, aquele que é carregado, talvez, de mais gravidade institucional. Milícia é muito grave, tem que ser apurado. Nós temos que trazer, para explicar aqui, o Sr. Eduardo Bolsonaro. Ele deve ao País uma explicação. O Sr. Carlos Bolsonaro tem que vir aqui. Ele deve uma explicação ao País. Não podem ser preservados por serem filhos do Presidente da República. Ao contrário, devem vir até por essa condição que têm, como convocados

A senhora trouxe aqui uma informação, Deputada Lídice da Mata, que precisa reverberar para o Brasil. Como é que se admite que o filho do Presidente da República, Vereador lá no Rio de Janeiro, portanto, sem nenhuma função da República, no comando da República, tenha ousado ter o desplante, a arrogância, a estupidez autoritária de querer desenhar uma Abin paralela no coração do Governo, Deputado Rui Falcão? Isso é um absurdo, tem que ser apurado, tem que ser, primeiro, denunciado. Esta CPMI precisa ir a fundo nisso, porque esse é um dos fatos mais graves aqui trazido hoje: essa suspeita grave de que ele tentou montar...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sugiro que chamem o ex-Ministro Bebianno para dar detalhes sobre isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... e com o depoimento do ex-Ministro Bebianno, que vai também vir aqui.

Queria, Presidente, Relatora, agradecer o espaço, parabenizar uma vez mais a Deputada e manifestar essa minha reiterada perplexidade com o conjunto de ações criminosas realizadas nessa novela triste de milícias digitais. Também é importante, eu me lembrei agora, que fiquei assustado quando vi naquela tela ali a simulação do assassinato do membro do Supremo Tribunal Federal. Não se pode rir disso, isso não é pequeno, isso não meme. Isso tem um efeito simbólico demolidor, devastador, de incitação ao crime, ao crime físico e ao crime institucional. Foi mostrado ali. Confesso à senhora, aos senhores, que fui tomado até de perplexidade, de choque. Eu disse: a que ponto chegam!

Então, é preciso que a gente recupere a civilidade, as boas práticas das políticas, o respeito às instituições e que a gente diga não, veementemente, a quaisquer tipos de milícias, sejam aquelas lá que o Queiroz conhece bem, sejam essas que o Eduardo Bolsonaro e o Carlos Bolsonaro tão bem, infelizmente, manejam, coadjuvados por muita gente, inclusive por Parlamentares que estão aqui na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A nossa nobre convidada precisa de um intervalo para ir ao toalete.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dois minutos. Já volto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, vamos dar esse intervalo a ele. É o tempo que, se os senhores e as senhores desejarem também, aproveitem o embalo.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O próximo inscrito é o Deputado Rui Falcão. Depois, temos o Senador Humberto Costa; depois, o Deputado Paulo Ramos; o Deputado Carlos Zarattini.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Por enquanto, esses três aí.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, enquanto a Deputada vai ao banheiro... Eu vi uma caneca colocada ali. Não sei de quem é. Olhe ali: gabinete do ódio. É para intimidar a Deputada? Esse gabinete do ódio parece uma provocação. É sua, com o gabinete do ódio?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É a comprovação de que existe.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – De que existe, de que existe um gabinete do ódio?

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Convoquem-me, por favor; convoquem-me para que eu possa dar explicações!

(Tumulto no recinto.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Estou pedindo, convoquem-me!

(Intervenções fora do microfone.)

(Tumulto no recinto.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Brincar? Foi brincar na torcida do Fluminense.

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. quiser trocar pérolas, pode à vontade, a sessão está suspensa, até a nobre convidada retornar.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – O senso de proporções aqui é uma coisa impressionante, cara! É impressionante a falta de senso de proporções.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É verdade.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vocês se assustam com uma caneca, com uma declaração debochada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Presidente...

(Interrupção do som.)

(Suspensa às 17 horas e 10 minutos, a reunião é reaberta às 17 horas e 14 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Declaro reaberta a nossa reunião. Estamos aqui ouvindo a nossa convidada.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. *Fora do microfone.*) – Espere mais uns três minutinhos; há muita gente fora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu estou reabrindo a reunião. Daqui a pouco o povo chega.

Reabrindo aqui a nossa sessão, onde estamos ouvindo a nossa convidada, Deputada Joice Hasselmann.

Os próximos oradores inscritos: Deputado Rui Falcão, depois o Senador Humberto Costa e o Deputado Paulo Ramos. São os três próximos a fazerem perguntas à nossa nobre Deputada.

Pela ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Posso?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Enquanto ele volta, para adiantar. Com a palavra o Senador Humberto Costa, do Estado de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, Sra. Deputada, eu quero dizer, em primeiro lugar, que a vinda de V. Exa. hoje, aqui, além do aspecto positivo de ter sido por sua livre e espontânea vontade, V. Exa. trouxe informações, trouxe opiniões que, certamente, vão marcar, durante muito tempo, a história deste Congresso Nacional.

E eu começo já por uma coisa positiva. V. Exa. comentou a decisão de ontem do Tribunal Superior Eleitoral, que resolveu permitir, desde que haja uma regulamentação, a realização de assinaturas digitais para registrarem partidos. Chamo a atenção para a necessidade de que os demais partidos políticos, o mais urgentemente possível, possam impugnar essa decisão do TSE, porque, de fato, não há confiabilidade de que o processo de certificação digital vá ser feito sem qualquer tipo de distorção.

Segundo, as informações que V. Exa. traz dão muitas luzes aqui, para a CPMI. A primeira delas, muito importante, é de que há aqui – possivelmente, se forem verdadeiras todas as questões que forem levantadas, não somente aqui, no Congresso Nacional, mas, em assembleias legislativas, talvez até em câmaras de vereadores – o processo muito claro da corrupção dos mandatos parlamentares. Entre as destinações, entre as responsabilidades constitucionais que o Parlamentar tem, estão lá apresentar projetos, aprovar leis, fiscalizar o Poder Executivo, mas, em nenhum momento, existe a previsão de que o Parlamentar possa contratar pessoas cujo objetivo principal seja realizar crimes, atacando pessoas, destruindo reputações,

e isso é muito relevante; significa que este Congresso, pelo menos na parte que lhe cabe, precisa apurar com profundidade a atuação desses Parlamentares, os vínculos que eles têm com essas pessoas. É uma espécie de rachadinha digital. Não é aquela rachadinha em que o Parlamentar fica com o dinheiro do funcionário, mas é uma rachadinha, porque o dinheiro do funcionário está sendo utilizado para uma atividade ilegal, criminosa, para atender o interesse de um projeto político com o qual o Parlamentar se identifica.

A outra coisa relevante é que nós estamos diante de um grande problema. Veja, ou o Presidente da República sabe da existência dessa rede e apoia a existência dessa rede e o que ela faz, ou o Presidente da República não tem conhecimento da existência dessa rede, e aí quem tem que ser responsabilizado são os órgãos de inteligência que trabalham lá, na Presidência da República, que, ou são incompetentes a ponto de não saber que existe isso, ou não dizem ao Presidente da República que isso existe. Em qualquer das duas condições, é uma situação muito grave para o País: o Presidente ser inocente, ao ponto de não saber, ou o Presidente saber e respaldar esse tipo de ação.

Aliás, houve algumas demissões quando o Deputado Frota aqui falou de pessoas que estavam lá, no Palácio, que participavam disso – houve algumas demissões. E ele falou – outras pessoas reforçaram – sobre esse tal gabinete do ódio, e não houve demissão. Quer dizer, com toda a certeza o Presidente da República soube que se suspeita, pelo menos, da existência do gabinete do ódio, e não teve sequer a preocupação de mandar esse trio para casa, nem de demitir também o Sr. Filipe Martins.

E por que isso é mais grave ainda, Presidente? Porque o Deputado Frota e a Deputada Joice Hasselmann deixaram muito claro que, por trás de ataques que foram feitos ao Congresso Nacional, Câmara e Senado, ao Supremo Tribunal Federal, ao Vice-Presidente da República, estão essas pessoas. Ora, veja, qual a leitura que se pode ter desse tipo de coisa? Pessoas que geraram no Brasil crises institucionais da maior gravidade – da maior gravidade! O Supremo Tribunal Federal se viu obrigado a abrir um inquérito, um processo, que foi inclusive questionado se poderia ser aberto ou não. Este Senado e a Câmara dos Deputados foram vítimas de ataques violentíssimos, inclusive em atos público, que aconteceram por aí. E o Vice-Presidente da República, a segunda maior autoridade do País, foi envolvido numa intriga contra o Presidente da República.

Então, vejam, isso não é pouca coisa – não é pouca coisa. Esse gabinete do ódio, juntamente com o filósofo astrólogo da Virgínia, é dito, são responsáveis por crises institucionais da maior gravidade, que poderiam ter levado a Brasil a uma encruzilhada político-institucional da maior gravidade. Então, isso eu acho que é coisa extremamente relevante.

Eu queria fazer só quatro perguntas, bem rapidamente, e V. Exa. pode responder com tranquilidade. A primeira é que V. Exa. citou aqui vários assessores de Parlamentares. Esses assessores, em si, formam uma célula? Não vou chamar de organização criminosa, mas dessa organização, aqui, no Parlamento, existe uma célula dessa organização funcionando e disseminando, talvez até produzindo essas notícias falsas? Primeira pergunta.

Segunda pergunta: o Gen. Santos Cruz esteve aqui, foi de uma lealdade enorme – não sei a quem, mas foi. Ao Presidente da República, com toda a certeza, mas ele evitou falar qualquer coisa que envolvesse aquilo que ele testemunhou lá, na Presidência da República. Mas houve alguns momentos em que a gente sentia que ele quase se traía. Uma dessas situações foi quando ele foi exaustivamente perguntado sobre o Sr. Filipe Martins. Outra foi quando ele disse aqui que montaram uma intriga contra ele. Trouxe inclusive aqui os *prints* de WhatsApp falsos que foram levados ao Presidente da República. E, quando a gente perguntava: "Quem levou? Quem levou?", vinha na ponta da língua, e ele se controlava e não falava. Eu pergunto a V. Exa. se sabe que envolvimento teve esse Sr. Filipe Martins no processo de fritura e de saída do Gen. Santos Cruz e se V. Exa. sabe quem foi essa pessoa que não somente produziu, mas depois ainda levou para o Presidente da República o *print*, para dizer que era uma conversa que envolvia o general.

A minha terceira questão é: o Ministro da Educação, o Sr. Weintraub, é parte dessa estrutura que funciona da maneira como V. Exa. descreveu?

Por último, se V. Exa. pode emitir uma opinião de por que acha que o Vereador Carlos Bolsonaro resolveu apagar todas as suas redes, sair de todas as redes sociais? A senhora tem algum palpite sobre o que possa ter acontecido que o tenha levado a essa decisão.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Bom, Senador, em relação à primeira pergunta, se assessores foram uma célula, por óbvio que sim, tanto em alguns Estados e aqui dentro também tem. Até elenquei alguns Parlamentares e os assessores que disseminam, espalham as informações, criam e atacam. Agora, a gravidade e o nível disso tem que se ver caso a caso. Há alguns que mantêm algum princípio dentro da legalidade, mas outros não. Então, sim, há.

Santos Cruz. O que... Assim, o Santos Cruz, muitas vezes, reclamou, por óbvio, da influência ideológica do Filipe Martins em cima do Presidente. Então, os discursos mais pesados, aquela coisa de não convidar alguns Presidentes para a posse, de alguns países que têm governos aí que... Há um combate entre o Governo brasileiro, pelo menos ideológico. Então, há algumas orientações que o Presidente, segundo essa confusão com o Santos Cruz, seguia, e o Santos Cruz não concordava, como eu não concordava. Só que nós fazíamos o papel de bombeiro: "Presidente, freia, para, pensa, não responde!". E eles fazem o papel de incendiários. E o Santos Cruz nunca concordou com isso, tanto que, nessa reunião, os Ministros todos estão de prova, houve um bate-boca, e ele chegou a chamar o Felipe publicamente de moleque, enfim... E o Santos Cruz, quando está zangado, você imagina, um herói de guerra, um homem respeitado, um general, ele realmente saiu do momento centrado dele.

Poucos dias depois, o Santos Cruz foi demitido usando uma *fake news*. Então, olha que doido: teoricamente, alguém fotografou o Whatsapp dele, que estaria aberto, entregou esse *print* para os meninos e para o Presidente, e a confusão se deu. Não era verdadeiro, até porque – vamos aqui pela lógica –, fosse aquilo verdade, bastava o Gabinete de Segurança Institucional fazer uma perícia daquilo. Pronto. Faz uma perícia – ia dizer se é verdade ou mentira, mas foi usado como subterfúgio para que o Santos Cruz fosse colocado para fora do Governo. E claro que esse atrito com o Filipe e também as constantes conversas que o Santos Cruz tinha, assim como eu, com o Presidente, para que os filhos ficassem mais afastados do Governo, para que ele governasse, e não governasse com um puxadinho de casa dentro do Palácio, isso foi gerando alguns atritos ali, isso é notório.

Quando houve, por exemplo, a demissão do Ministro Bebianno – isso também é público, está na imprensa –, eu entrei em campo, justamente pelo recado que estava sendo passado. O Bebianno era um aliado de primeira hora. Largou tudo para ficar do lado do Presidente, viajou o Brasil inteiro com ele, fazia de tudo, de campanha a segurança. De repente, também por um atrito ali com os meninos, ele começou a ser frito, começou o processo de fritura. Sempre a construção de narrativa: primeiro, desgasta-se a imagem da pessoa, e aí frita. Essa é a lógica.

Eu estive com o Presidente, com o Ministro Onix e com o Santos Cruz. O Santos Cruz tinha chegado, estava há pouco tempo ali. E disse para o Presidente: "Presidente, o recado é muito ruim. Não se pode fazer isso de novo com um aliado de primeira hora. A gente está construindo uma base, o recado para o Congresso é muito ruim. Há de se ter lealdade, ainda mais nesse processo de fritura. Chame o Bebianno, converse. Se você não o quer aqui, ele pode estar em outro lugar".

Então, eu tentei, e nós fomos até o Palácio da Alvorada, tivemos essa conversa com o Presidente, o Onix estava ali, e eu disse a eles: "É um problema esse tratamento, porque vocês estão transformando vários aliados em inimigos gratuitamente". Isso é uma loucura do ponto de vista até institucional, para que a gente tenha um pouco de tranquilidade para tocar o País. Mas aí, deu no que deu: fui voto vencido. Até o Presidente, acordado, falou: "Olha, de fato, você tem razão...". Mas, enquanto eu peguei o voo de Brasília para São Paulo, ele foi demitido pela TV. Acho que foi o SBT o primeiro que deu, ou a Record. Acho que foi o SBT. Foi demitido pela TV. E à tarde ele já estava readmitido.

Então, esses desgastes todos o Santos Cruz acompanhou, e ele sempre foi contra, assim como eu e um grupo muito pequeno do Palácio. O Floriano, Gen. Floriano, também era contra esse excesso de raiva, esse excesso de ódio e de ataques. Por conta disso, quem venceu a queda de braço ali entre a ponderação, tocar a agenda econômica do País, que é a primeira coisa que estava na nossa mão – vamos gerar emprego, vamos tocar agenda econômica –, e as provocações e os tuítes para desestabilizar a harmonia entre os poderes, foi o grupo do ódio, que saiu vencedor.

Próxima.

Weintraub, parte da estrutura. O Weintraub tuíta muita coisa, é provocador, é o jeito dele, vocês sabem bem, mas eu não tenho conhecimento de que ele faça parte do gabinete do ódio.

Por que o Carlos resolveu apagar as redes sociais? Para mim, me parece claro que há algum problema que ele não quer que seja descoberto, por óbvio. Ninguém apaga uma rede social com milhões de seguidores do dia para a noite, em perfeito juízo. Então, por que apagar? Para tentar o quê? Esconder o quê? Então, de fato, eu fiquei absolutamente surpresa com essa decisão do Carlos de apagar as suas redes sociais. É algo que é o óbvio, que está claro que alguma coisa ali poderia eventualmente constrangê-lo minimamente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Isso é uma coisa muito íntima. O Léo Índio podia responder.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu prefiro não entrar na seara da intimidade.

Acho que eu respondi tudo. Não é, Senador?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, concedo a palavra agora ao nosso Deputado de São Paulo Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Relatora, Deputada Joice Hasselmann, obrigado pelo comparecimento. Eu queria antes, Presidente, fazer dois requerimentos verbais, e transformarei por escrito depois. O primeiro é que a gente comunique ao Presidente da República o teor de pelo menos parte do depoimento da Deputada Joice Hasselmann, dando a ele o princípio da presunção... Dando a ele o benefício da dúvida.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como eu estou fazendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ela coloca que quer preservá-lo, que acha que ele não sabia, embora eu ache que é muito difícil ele não saber. Demos-lhe o conhecimento do que a Deputada relatou aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para que tome uma atitude. Não é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pedindo a ele providências para desmontar esse gabinete do ódio, que é o núcleo de uma organização criminosa, como foi dito por ela e pelo Gen. Santos Cruz, e como foi reiterado em entrevista ao UOL pelo Gen. Maynard Santa Rosa, que diz o seguinte: "O Presidente se cercou de um grupo de garotos que tem entre 25 e 32 anos, que fazem uma espécie de cordão magnético em torno dele e filtram o acesso". Quem são os garotos que filtram o acesso? É o Filipe Martins. E é essa turminha que controla as redes sociais. Há outros. Eles não alegam nada. Simplesmente protegem, e não chega à agenda do Presidente.

Então, faço este requerimento aqui formal, para comunicar ao Presidente da República oficialmente, pela CPI, de que ele está cercado por esse pessoal e que ele precisa tomar uma providência, sob o risco de prevaricar no cargo. Segundo requerimento, Presidente, é que a Deputada Joice Hasselmann disponibilize para a CPMI não tudo que ela já disponibilizou, mas o restante que ela diz ter sob sigilo, para que a CPMI possa acompanhar, inclusive, esses requerimentos dela, para identificação de IPs, que seja... Em terceiro, que ela possa prestar depoimento ao senhor e à Deputada Lídice, sob segredo de justiça, sobre os fatos que ela conhece, sobre pessoas que ela conhece, e não quer mencionar, invocando o sigilo das fontes, para que a CPI possa avançar, na linha do que ela também quer, porque foi citado aqui o provérbio de João: "Conhecereis a verdade, e ela vos libertará", e eu acho que a Deputada Joice Hasselmann está fazendo um ato de liberdade, de, ao conhecer a verdade, que ela não conhecia até então, ela aqui se libertar, com esse depoimento.

Mas eu queria, depois desses requerimentos, fazer algumas perguntas. Quais foram as pessoas que pediram para que a senhora não viesse aqui testemunhar? Algumas pelo menos, uma ou duas.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu coloco, com essa resposta, Ministros numa situação muito constrangedora, e veja que o alvo sou eu, amanhã pode ser um Ministro. Então...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ah, foram Ministros que pediram, então?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, eu tive... Me procuraram alguns Ministros, quatro, e cada um com um argumento diferente. Alguns dizendo: "Olha, acho melhor você não ir, você tem o hábito...".

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não foi tão ameaçador, não?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu recebi ameaças por *e-mail*.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não dos Ministros?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já registrei... E por WhatsApp, e já registrei na polícia.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas esses que pediram, os Ministros...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não, não, de maneira nenhuma. O tom ameaçador foi na época, com alguns Parlamentares, da troca de Liderança.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Os Ministros foram só de dissuasão?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também um Vice-Líder me procurou e um Líder aqui procurou um amigo nosso em comum, pedindo para que, eventualmente, eu não viesse. Agora, uma coisa que para mim é muito clara, Deputado Rui Falcão, é que a verdade tem um som diferente. Então, eu vim aqui para falar a verdade, e disse isso às pessoas que me procuraram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou aqui para perseguir absolutamente ninguém. Eu estou aqui para que nós possamos fazer algo absolutamente decente, legal e moral.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Já entendi.

O que que a senhora quis dizer com arranhar a imagem do Bolsonaro, que a senhora não queria arranhar a imagem do Bolsonaro? É porque certas revelações da senhora poderiam arranhar a imagem do Presidente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Óbvio que, quando você vê que há um filho Deputado, o outro Vereador, que já causaram muita confusão política no Brasil, e eu não preciso aqui elencar, pode ser por ordem alfabética muitas delas, e a gente vê que, de fato, há comprovação de que eles estão por trás, pelo menos, de parte desse grupo, estimulando, por óbvio que acaba, mesmo que indiretamente, mesmo que o Presidente não saiba, batendo na porta do Presidente. Então, a minha preocupação é preservar a instituição Presidência da República, mas os fatos estão aí: o Gil Diniz, por exemplo. O Gil Diniz era assessor dos Bolsonaro, foi o candidato a Deputado Estadual da família. A pessoa que contrata um dos perfis, eu já vou me lembrar deles, no Rio de Janeiro, é a Deputada Estadual do Presidente. Então, essas pessoas...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso já arranha a imagem naturalmente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Naturalmente, não é?

Alana, Alana! Deputada Alana.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Veja, a senhora disse que cumpriu um papel de moderação quando era Líder do Governo. Diziam até...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A duras penas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora usou uma expressão aqui: "A fulana era da cozinha". Eu não vou usar essa expressão em relação à senhora, para não reforçar o machismo, mas vou usar outra expressão: que a senhora tinha uma espécie de chave do gabinete do Presidente. Entrava e saía, como Líder do Governo. Pela ascendência, pelo prestígio, pelas relações anteriores, entrava e saía. Pois bem, cumprindo esse papel moderador, de por exemplo não deixar de convidar presidentes, o Gen. Santos Cruz também cumpria esse papel.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Gen. Santa Rosa também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Também. O Bebianno também.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Bebianno também. Não parece que, diante de pessoas que exerciam, mesmo pela direita, com suas convicções, um papel moderador, a organização criminosa está levando vantagem? Porque um a um, vocês foram ou exonerados – como disse o Gen. Santos Cruz, demitidos de forma não ética. A senhora também, sendo leal, como disse a senhora aqui, não se deixam aliados pelo meio do caminho. Parece que esse núcleo, essa organização criminosa, está levando vantagem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Está levando vantagem dentro da bolha. Eu mostrei para vocês claramente...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não, mas nas atitudes de Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, mas dentro da bolha e dentro do coração do Governo. Veja que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas as atitudes concretas se materializam.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O conselho que a senhora deu não foi ouvido. Ele não chamou o Presidente...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, muitas vezes ele ouviu. Durante oito meses eu consegui, ali, manter um pouco de tranquilidade em alguns temas, apagar incêndios com o Presidente da Câmara e do Senado – vocês acompanharam – com algumas bancadas. Mas é óbvio que o desgaste de dizer: "Não faça, não faça", isso acaba acontecendo.

Quando aconteceu a demissão do Santos Cruz, eu conversava muito com o Presidente pelo Whatsapp. Mesmo com reuniões pessoais, eu mandava o resumo da reunião, justamente para ele não ser envenenado por esse grupo do ódio, então para ele ler, refletir, ler de novo, para ter uma prova do que a gente conversou para ele. E eu disse a ele: "Como é que você faz isso com o Santos Cruz?". Ele ficou zangado e falou: "Eu não preciso da tua autorização para demitir ninguém". Eu falei: "É verdade, não precisa, mas eu preciso me preparar para o rojão". Então, eu fui tentando ponderar durante esse

tempo que eu estava lá, mas, de fato, na queda de braço, quem incendeia é mais ouvido, tem mais espaço nos ouvidos ali do coração do Palácio do que quem quer apaziguar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora usou uma expressão: havia um puxadinho dentro do Palácio. O que é esse puxadinho dentro do Palácio?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Os filhos do Presidente! Os filhos do Presidente!

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, a senhora tinha dito que eles despachavam lá dentro do Palácio. Então é esse puxadinho?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, eu não disse que eles despacharam. Eu disse que encontrei o Carlos muitas vezes.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, a senhora disse depois...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vi o Léo Índio num gabinete...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Tem a gravação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Léo Índio no gabinete e ali...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora retificou, mas tem a gravação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E ali dentro do Palácio se comentava isso, que o Carlos tinha uma ascendência muito grande, que estava tomando algumas decisões de Governo, e isso é meio que o comentário geral ali dentro. O Eduardo me parecia, lá atrás, que não tinha tanto essa ascendência, em especial na época da campanha, em que a ascendência era maior do Carlos, mas ele acabou ganhando uma ascendência maior depois que o Presidente quis colocá-lo como Embaixador dos Estados Unidos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas o que é o puxadinho, afinal?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São os filhos do Presidente interferindo nas decisões do Presidente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dentro das decisões do Palácio.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De alguma forma, muitas vezes até, na minha avaliação, levando o Presidente a cometer erros. É claro que...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Dê um exemplo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... quando você se põe no papel de pai, você entende. Pai é pai. Agora, no papel de Presidente, aí não. Então, essas provocações, esse turbinar o Presidente, que já é uma pessoa...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Turbinada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É... Não, ele já é uma pessoa explosiva. Então, você colocar mais desgaste nisso é o que eu chamei de puxadinho.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu queria também, Deputada, que a senhora disponibilizasse esse *print* em que o Presidente chama as Deputadas de prostitutas. Eu queria que a senhora disponibilizasse isso para a CPMI. Está bom? Pode ser?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Sim, tem que se disponibilizar, claro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pode ser, pode ser, sim, desde que, obviamente, a fonte seja protegida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Claro, sem dúvida.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A outra coisa é: a senhora disse também que...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Pela ordem.) – Só um minuto, pela ordem. É só para avisar aos Deputados que está havendo outra votação. Quem quiser ir lá e votar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Vou acabar aqui e vou correr lá para não perder.

A senhora disse também que na campanha havia um núcleo de informação com o ex-Ministro Bebianno e que tinha uma mídia paralela. Quem era essa mídia paralela?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A mídia oficial que eu disse é a oficial mesmo. Era o pessoal da agência, se eu não me engano, AM4 – se eu não me engano. Eu conhecia o Marcos e ele fazia o trabalho normal de campanha, o trabalho natural de campanha.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas a senhora chama de paralelo isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, o paralelo que eu disse era o que os meninos e os assessores faziam...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Na campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... em paralelo. É. Espalhando os memes e os ataques. Isso não era via PSL, ou via AM4, pelo menos não que eu saiba, mas havia essa separação.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E eles trabalhavam voluntariamente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eles quem?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Esses meninos que faziam a campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Porque, se tem algum custo, isso precisa ser declarado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei. Eu acho que deve ter algum custo de agência declarado na prestação de contas do Presidente. Eu imagino que sim. Eu imagino que sim.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Defina melhor para a gente o que era essa Abin paralela que o Vereador Carlos Bolsonaro queria criar, ou criou. Eu não consegui entender bem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Nem eu consegui entender bem, mas a informação exata que eu recebi e sobre o que o ex-Ministro Bebianno se colocou à disposição para vir aqui falar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, a senhora recebeu a informação do Bebianno?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – De outros tantos, mas, segundo as informações, o Bebianno saberia, o Heleno saberia, e o Bebianno atuou...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O Gen. Heleno sabia disso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi a informação que foi passada, que o Carlos atuou e o Bebianno à época impediu na criação dessa Abin paralela. E aí eu perguntei: "Para quê? Grampos, dossiês...". E até a informação que me foi passada é que a indicação do atual comandante da Abin é do Carlos. Então, essa é uma informação que foi-me passada e eu acho que é natural que as pessoas envolvidas – não sou eu que ouvi alguém me dizer, mas que ouviu e viu a informação de fato – sejam convidadas a prestar esclarecimentos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Se eu ouvi bem, a senhora disse que o Carlos passou a comandar a Abin?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, eu disse que a indicação é dele. Foi isso que eu disse, que a indicação do comandante da Abin...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É do Carlos Bolsonaro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Seria do Carlos Bolsonaro. É a informação que eu ouvi desses envolvidos.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente e Relatora, eu peço que se envie um requerimento de informações ao Gen. Heleno para que ele confirme ou não que teria conhecimento de que o Carlos Bolsonaro queria criar uma Abin paralela e, ao mesmo tempo, se ele informe que o Presidente da Abin é uma indicação do Carlos Bolsonaro. Solicito que a gente envie um requerimento de informações ao Ministro, dentro das normas da lei, com prazo para responder e tudo mais.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por uma questão de justiça, Deputado, o Gen. Heleno era uma das pessoas que tentavam sempre apaziguar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Está durando ainda.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, ele está muito mais, eu acho que ele desistiu, assim, porque ele tentava muito, naquele jeito dele de amizade: "Não, está falando bobagem". Ele tentava muito apaziguar. Agora ele está mais quieto, mas ele era um dos que tinham juízo ali dentro, entre esse gabinete que fica estimulando e o resto que tentava segurar.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora disse que esteve na casa ou no apartamento do Meyer Nigri alguma vez...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu conheço o Meyer, conheci na época da campanha. Eu estive mais de uma vez, duas ou três vezes.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por acaso a senhora sabe se além do Meyer Nigri e do Luciano Hang, se o Eli Horn também participou, ajudou a campanha do Bolsonaro? E o Otávio Facuri também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Dr. Eli Horn eu conheci depois que conheci o Meyer. Que eu saiba, é um dos maiores filantropos do País. Eu sei que ele, na comunidade judaica, queria a eleição do Presidente Bolsonaro, mas é um homem muito correto, um filantropo de primeira hora que inclusive já deixou em contrato que os seus bens sejam doados para caridade pós-morte. Então, é um homem muito correto. A gente tem que tomar cuidado porque, acho que, eventualmente, se o Dr. Eli tivesse colocado qualquer coisa ou pago qualquer coisa, ele não saberia o que estava fazendo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele podia contribuir legalmente para a campanha.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Dr. Eli é um bom judeu, é um grande homem.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E o Otávio Facuri.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Otávio Facuri conheço também, conheço de muito antes da campanha, na época em que a gente saiu pelas ruas, o Fora Dilma. Vocês lembram que nós rodamos o Brasil inteiro. É um bolsonarista convicto, como eu também era, e espero muito em breve voltar a ser.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Era, era?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Convicta não, eu sou brasileira convicta e quero que o Presidente entregue aquilo que ele prometeu na campanha, é isso que eu quero.

Um bolsonarista convicto. Que eu saiba, ele ajudou, sim, na campanha de muita gente, mas que eu saiba também foi de forma legal. É um empresário bem-sucedido, não teria por que fazer qualquer tipo de malandragem, entendeu? É isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Por último, a senhora participou, foi ativista de dezenas de manifestações...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Centenas.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... centenas, com toda liberdade de expressão que aquele período lhe assegurou. A senhora acha que, se eventualmente a população resolver se manifestar, por exemplo, contra a alta do preço da carne, contra a reforma da previdência, que a população mereceria ser reprimida por um novo AI-5 ou pela GLO com excludente de ilicitude, a sua opinião?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputado, eu já disse e vou repetir: eu sou a favor do excludente de ilicitude para que a polícia possa trabalhar sem ser – não estou dizendo que sou a favor de matança, não é isso –, eu sou a favor que, entre polícia e bandido, nós fiquemos do lado da polícia. Esse é um ponto.

Qual a outra pergunta, Deputado? Desculpa.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Se a senhora acha que seria necessário um AI-5?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um AI-5. Eu fui claramente crítica dessa frase do Eduardo Bolsonaro. Não é a primeira vez, de um jeito ou de outro, a mesma coisa é dita. Então, fui claramente contra, fui nas minhas redes sociais contra, fui alvo da tropa também por conta disso, até porque...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A senhora é de direita, mas é democrática, é isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Brasil precisa de mais democracia, não de menos democracia, não é? Mais democracia, não menos. Absolutamente, para mim, é um repúdio a essa frase.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Obrigado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Deputada...

Presidente, como Relatora, eu posso intervir a qualquer hora. Peço ao Deputado Paulo que não se preocupe, vai ser uma coisa rapidíssima.

Pela fala dos diversos especialistas, já temos clareza de que é possível também as plataformas darem uma contribuição grande a essa discussão, para resolverem, para identificarem, para abrirem IPs. Agora, ninguém falou aqui, a senhora não falou aqui sobre o Telegram.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – O Telegram?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – A senhora participa de algum grupo, tem acesso a alguma prática no Telegram desse tipo de *fake news*?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu usei bastante Telegram na época da campanha, porque é uma ferramenta em que a gente consegue mandar vídeos de qualquer tamanho, o que o WhatsApp não permite. Mas o meu Telegram foi "hackeado" junto com o do Moro, do Paulo Guedes. Naquela época, eu fiz um boletim de ocorrência, mandei o caso para o Ministério da Justiça também e deixei de usar o Telegram. Mas, que eu saiba, eles usam dois programas para se comunicar: o Instagram, esse grupo do Instagram, e outro programa que se chama Signal, que é um programa em que você conversa e escolhe em quanto tempo a mensagem vai ser apagada. Por exemplo, todas as mensagens se autoapagam em 30 segundos, em dois dias, em um dia. Enfim, o dono da conta escolhe. Esse programa também é usado para comunicação, porque é um programa, segundo os integrantes do gabinete do ódio, é um programa mais seguro para conversar.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E ele não fica nem na nuvem?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Tecnologia russa, nossa Relatora.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não sei se fica na nuvem, eu acho que não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, na ausência do Deputado Zarattini.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Meu caro Presidente, minha querida Relatora, meu Senador Angelo Coronel – Angelo Coronel já tem autoridade maior –, minha querida Deputada Lídice da Mata, Relatora, vou me referir a V. Exa. ao final da minha manifestação.

Mas eu quero primeiro alertar a Deputada Joice de que ela não precisa se preocupar em afirmar que não migrará para o campo político oposto àquele que ocupa hoje. A história está cheia de migrações. Carlos Lacerda chegou a ser comunista e virou um grande quadro da direita. O nosso Presidente Fernando Henrique Cardoso disse: "Rasguem tudo o que eu escrevi". Se nós pegarmos o golpe de 1964, nós temos várias figuras que participaram do golpe, iniciaram contribuindo para a ditadura e depois se distanciaram. Quem é que não se lembra da figura do Menestrel das Alagoas? Então, não precisa se preocupar, não. Não diga dessa água...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – É porque é *fake news*. *Fake news* estão rolando soltas na internet, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não diga dessa água não beberei, porque V. Exa. é muito jovem e pode ser que o futuro reserve, possa reservar-lhe algumas transformações. O próprio Olavo de Carvalho é uma ave migratória. Então, não precisa se preocupar em se manifestar com tanta convicção, com tanta firmeza, porque o futuro ninguém pode adivinhar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Cem por cento de direita, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas eu quero... Quando a Deputada Luizianne Lins teve a participação dela com as indagações, V. Exa. tratou do ataque às mulheres. Mas V. Exa. conhece, tem a prova de outros ataques e não apenas em relação às mulheres, ataques perpetrados pelo Presidente da República?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Bom, eu pedi aqui já desculpas antecipadas para que eu não revele as conversas privativas minhas com o Presidente da República.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não! Eu não estou dizendo isso.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – No caso dessa lista de transmissão...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou dizendo da utilização da rede. Não estou falando de conversas. Aliás, quero até elogiar. Se alguém chegar aqui para explicitar conversas reservadas, perderá completamente o respeito, na minha avaliação. Quando eu digo a utilização da rede...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Em relação a esse texto específico, isso foi passado por uma lista de transmissão e aí a pessoa, uma das pessoas que recebeu fez o *print* e me mandou. Como outras pessoas receberam também, isso circulou e eu me senti à vontade para falar em relação a esse.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas V. Exa conhece outros ataques?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se eu conheço o quê?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Outras mensagens do Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas ataques agressivos, não só ofensas, ameaças?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não! Ameaças, não. Pelo menos eu não recebi nada. Ameaça, não. Nunca houve o Presidente eventualmente me passando alguma coisa que fosse ameaçadora aos outros. Até porque eu tinha sempre o hábito de eventualmente dizer: "Não faça. Controle a onda aí. Puxe o freio de mão. Vá mais devagar". Então, ele já sabia o meu posicionamento, que é mais moderado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Existe uma indagação que permanece no ar sobre o custo, o financiamento. De onde vêm os recursos? Não estou tratando da contratação de servidor, de cargo, não. Eu estou dizendo de recursos para bancar essa rede toda. Então, ficou uma dúvida aqui e não há ainda uma clareza...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não há.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... da origem do recurso.

Nós sabemos que o Ministro Paulo Guedes é um homem ligado ao mundo das finanças. Alguma vez V. Exa. tomou conhecimento de o Ministro Paulo Guedes estar mobilizando recursos para financiar a campanha ou financiar esse departamento, essa rede?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, Deputado, não. E duvido muito que o Paulo Guedes o faria. O Paulo é uma figura que tem os seus posicionamentos, inclusive, dentro do Palácio, por vezes duros. Quando, por exemplo, houve a tentativa de flexibilizar, e foi flexibilizada, a reforma da previdência, o Paulo foi contra, e o Governo a favor. Então, nunca, nunca o Paulo Guedes... Eu acho que nem Twitter ele deve ter. Nunca vi o Paulo Guedes fazer nenhuma menção em relação a isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – V. Exa. já foi ouvida por algum órgão de investigação, mesmo que sigilosamente?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sobre isso?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sobre essas *fakes*, sobre esses crimes.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Fiz algumas denúncias, tanto à Polícia Federal quanto à Polícia Civil. E em relação a essas....

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Vocês fizeram denúncias verbais ou por escrito?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por escrito, por conta das ameaças.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – V. Exa. poderia encaminhar cópia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Claro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então, Presidente, para encaminhar cópia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Inclusive uma dessas ameaças veio por WhatsApp.

Então, assim, o negócio é tão maluco que a pessoa às vezes nem tenta se esconder, porque pelo WhatsApp é possível rastrear, de alguma forma.

Então isso já está registrado, tanto aqui na Depol quanto na Polícia Civil e na Polícia Federal.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se puder trazer cópia, seria relevante.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sem problemas.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Deixa eu fazer agora uma observação, antes de fazer a pergunta.

Não só o Deputado Alexandre Frota, como também o General Santos Cruz, como agora V. Exa., mesmo com qualquer preocupação em relação a inconfiabilidades ou qualquer ato que pudesse de alguma forma comprometer conversas reservadas ou qualquer coisa mais reservada que tenha sido objeto da convivência com o Presidente da República, não há nenhuma dúvida de que os três depoimentos, mesmo o do General Santos Cruz, que em vários momentos ele próprio reconheceu as contratações feitas diretamente pelo Presidente da República, quem está trabalhando no gabinete da Presidência da República... Então, não há dúvidas quanto a isso.

A grande questão, meu querido presidente: há aqueles que lutaram contra a ditadura – a Deputada Lídice da Mata está aqui sendo Relatora desta CPI –, há aqueles que conviveram com as vítimas da ditadura, há aqueles que sabem o que foi a ditadura. E é preciso que assumamos a compreensão de que o Presidente da República, embora tenha chegado à Presidência pela via democrática, ele não tem compromisso com o Estado democrático de direito. Nós estamos diante de uma política pública: a institucionalização e a utilização desses mecanismos para ameaçar, para constranger, para humilhar. Que não haja nenhuma dúvida quanto a isso.

E isso está acontecendo, aconteceu e muitos não se aperceberam.

Para dar uma chance à paz, o entorno do Presidente silenciou. Silenciou! Eu não vou dizer, não vou tratar de omissão. Silenciou, mas progressivamente foi compreendendo que o Presidente da República está organizando uma rede; não é uma Agência Brasileira de Informação, é algo semelhante ao Serviço Nacional de Informações, ao SNI. Ele está estruturando isso. E aí eu não sei se o que resta ainda, no entorno do Presidente da República, se capacitou a compreender o que está acontecendo.

E eu quero citar o Gen. Heleno, porque é o Gabinete de Segurança Institucional. O Gabinete de Segurança Institucional tem o dever, ou tinha o dever, de saber o que acontecia no Palácio do Planalto, no Gabinete da Presidência da República. O Presidente da República não está sendo enganado; ele está chefiando essa estrutura. E a cada dia, com os depoimentos que vão sendo prestados aqui, vai ficando confirmado: o Presidente da República proclama apoio a ditadura. Quando o filho ou o Ministro Paulo Guedes falam em AI-5, eles têm compromisso com a ditadura, e não com o Estado democrático de direito, e nós temos que tomar cuidado.

Por isso que o depoimento de V. Exa. hoje aqui, como foi o depoimento do Deputado Alexandre Frota e do Gen. Santa Cruz, são depoimentos que nos advertem, que afirmam a nossa convicção. O Estado democrático de direito está correndo risco, e não sabemos, na estrutura militar, nas Forças Armadas, se está havendo já a estruturação de um movimento, porque um Presidente da República não aceitaria, do próprio Palácio do Planalto, do seu gabinete, numa estrutura ali montada, ameaças a Parlamentares, a Ministros do Supremo Tribunal Federal.

Então, meu querido Presidente, a importância desta CPI é que esta CPI coloca luz nos riscos que a democracia está correndo no nosso País.

Então, quando o Presidente, cinicamente, nega e diz que tem compromisso com o Estado democrático de direito, ele está mentindo. Vamos ver se as forças verdadeiramente democráticas vão estar em condições de resistir e de impedir. Espero que, progressivamente, o Presidente Jair Bolsonaro fique isolado, porque os que compreenderam se afastaram ou foram afastados, mas há aqueles que ainda lá estão, e nós não podemos admitir nem aceitar que as Forças Armadas, que ficaram tão comprometidas ao longo do período pós-64 com tudo o que aconteceu e que foi patrocinado nos porões da ditadura, agora, em que o Estado democrático de direito já caminhava com alguma sustentação, que as nossas Forças Armadas se acupliem a tudo isso que está acontecendo.

Então, eu queria saber se V. Exa. tem essa percepção; qual é a percepção de V. Exa. em relação ao Estado democrático de direito e àqueles que ainda estão em torno do Presidente da República e que ainda não se aperceberam do que está acontecendo?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, depois eu quero o tempo de Líder. Depois eu quero o tempo de Líder, após a fala da Deputada.

(Soa a campanha.) A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Bom, por óbvio que esses flertes com o autoritarismo me preocupam. Preocupam qualquer um que defenda mais democracia. Nós fomos eleitos – eu repito – como uma direita liberal na economia e conservadora nos costumes; não uma direita nacionalista/militarista e reacionária. São coisas absolutamente diferentes. Então, esses flertes com o autoritarismo preocupam qualquer pessoa que queiram mais democracia e uma democracia mais madura.

Agora, o que eu espero, Deputado, é que haja correção de rota; que o Presidente corrija essa rota; que realmente cuide do País como nós prometemos cuidar. E não que eventualmente flexibilize por conta da influência de alguém que está querendo cada vez deixá-lo mais irritado, às vezes até mais inconsequente no que diz. Então, eu espero uma correção de rota. Eu espero que o Governo seja tocado pelo Presidente, não pelos filhos do Presidente. Eles não foram eleitos para isso; foram eleitos para outra coisa. Então, esse flerte com o autoritarismo é algo que preocupa não só a mim. Reservadamente, dentro do Palácio, alguns Ministros, vira e mexe, comentam, mas aí a gente vai lá, acalma um pouquinho: "Hoje ele está mais nervoso, menos nervoso", e trabalhando para tentar ajustar a rota. Acho que é possível ajustar a rota. Quero que este País dê certo. Acho que todos nós queremos. Ninguém aqui quer que o País pare, ninguém aqui quer que o desemprego continue, ninguém aqui quer...

Eu me lembro, Deputado, que quando o Presidente foi à minha casa, lá no Piauí – eu sou casada com um nordestino – nós sentamos no sofá – e isso eu também tenho tranquilidade em falar, porque está gravado – e eu comecei a falar para ele sobre a importância das privatizações, porque é claro que a cabeça nacionalista, mais estatista... Ele tinha muita restrição: "Não, não pode, Petrobras, Eletrobras", aquela coisa. Eu fui conversando, falando: "Olha, o Brasil precisa, de fato, de uma onda liberal, a gente tem que enxugar esse Estado." E aí a gente foi trabalhando. O Paulo Guedes é muito responsável por isso, por trabalhar a cabeça do Presidente para um liberalismo econômico.

Então, o que eu espero é que dê certo. O que eu espero é que se corrija a rota. O que eu espero é que o nosso Presidente assuma de fato o poder que tem no sentido de ser um representante maior da Nação, que não se apequene por coisas, para tentar fazer, como eu já disse, o *lobby* para eleger filho líder ou para botar o filho na embaixada. Não. O papel do Presidente é cuidar do nosso País e eu ainda acredito que é possível.

Deus nos ajude.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Amém!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Filipe Barros.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – A lista é o Filipe agora, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Então eu prefiro falar após ele, como Líder. Está bom?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Obrigado.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR. Para interpelar.) – Nobre Presidente Senador Angelo Coronel, demais Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras, a CPI tem se transformado, na minha visão, em um tribunal leninista, que pode ser resumido numa única frase: "Xingue-os do que você é e acuse-os do que você faz". E digo isso com propriedade, porque a vida profissional de Joice Cristina Hasselmann foi marcada por *fake news* e plágio. E o que eu direi agora são fatos: "Livro de Joice Hasselmann é alvo de processo". Depois, a imprensa divulgou conversas de WhatsApp que comprovam que o livro *Delatores* foi plágio; foi uma outra pessoa que escreveu. Inclusive, uma informação constante nesse livro é falsa, é *fake*, e foi objeto de processo, o qual a Deputada Joice perdeu. Está aqui a notícia: "Joice Hasselmann é condenada a pagar danos morais por causa de livro da Lava Jato", porque escreveu sem apresentar provas e a pessoa que a processou disse que era mentira.

"Conselho de Ética" – segundo a notícia dos jornalistas – "comprova plágio praticado pela jornalista Joice Hasselmann". Foram 65 reportagens escritas por 42 profissionais diferentes – números, inclusive, lá da *Gazeta do Povo*, jornal da minha terra, do Paraná, terra da Joice Hasselmann também.

E aí, recentemente, quando Joice Hasselmann esteve no programa Roda Viva, Joice disse um *fake news* ao vivo no programa, porque disse que havia sido inocentada no processo, o que não é verdade. Eu estou aqui com a sentença, e o que aconteceu naquele processo em específico foi uma anulação do processo administrativo pelo sindicato, pedido pela própria Joice Hasselmann, ou seja o processo administrativo foi anulado por um erro formal, e não um erro material, tanto é que entrei no Projudi, sistema dos processos, e aqui estou com o andamento do processo, que segue e que, ao que me parece – já fica inclusive a pergunta para a Joice Hasselmann –, no dia 08/09/2019, foi julgada procedente a ação, então foi condenada em primeiro grau por plágio.

Outra notícia: "Joice Hasselmann terá que indenizar *Veja* por uso indevido da marca". Saiu da *Veja*, daí criou o "*Veja Joice*", ou algo assim, notícia inclusive deste ano – recente, novembro de 2019.

Então, Sr. Presidente, o que nós vimos e estamos vendo nesta tarde e início de noite, na data de hoje, nada mais é do que uma repetição da própria história profissional de Joice Cristina Hasselmann.

Então, uma próxima pergunta que tenho para ela é se o Power Point aqui apresentado é de autoria de V. Exa. mesma ou também foi plagiado, como as notícias que a senhora costuma divulgar no seu blogue, à época que estava no Paraná.

Mas também, Sr. Presidente, é importante a gente dizer aqui, como disse no começo, que a vida profissional de Joice Cristina Hasselmann foi marcada por *fake news* e por plágio. Eu comentei alguns plágios. Agora vamos para as *fake news*.

Joice Hasselmann disse nesta tarde que @snapnaro pertence a assessor de Eduardo Bolsonaro – mentira. Disse que não conhecia o Tércio – mentira, almoçou com o Tércio e com o Presidente Jair Bolsonaro quando era Líder do Governo. Tércio é do Ceará – foi desmentido, foi corrigido pela própria Joice Cristina Hasselmann. Mostrou na sua apresentação um perfil *fake* do Olavo. Assim como o Deputado Frota, colocou aqui na sua apresentação o Olavo Opressor, dando como se fosse aquela frase do Prof. Olavo. Não é o perfil do Prof. Olavo. O perfil do Prof. Olavo é verificado. Então, assim como Frota, Joice também, nesta Comissão, comete *fake news*, divulga *fake news*.

E daí há umas outras tantas informações divulgadas por Joice Cristina Hasselmann, e ela não apresenta fonte. Aí fica muito fácil: "Olha fiquei sabendo da informação, Jordy", "Me disseram", "Olha, me contaram". Cadê a fonte? Cadê a fonte? Cadê as informações, a perícia que a senhora diz que fez? Não falou o nome do perito, não falou nada. Disse, na sua apresentação: "Eduardo Bolsonaro determina o alvo". Cadê? Cadê as conversas de Eduardo Bolsonaro determinando o alvo a ser atacado. Cadê o perfil dos assessores comprovando tudo isso?

Então, falar, Presidente, é fácil, até papagaio fala.

Agora, a da vez é a questão da Abin: "Ah, quer criar uma Abin paralela". Quem conviveu com Joice Cristina Hasselmann como eu sabe que Joice Cristina Hasselmann tem o hábito de gravar conversas. Isso é fato público e notório. Grava tudo. Para quê? Com qual objetivo? Para depois produzir dossiês.

Aliás, um integrante do intitulado PSL "raiz", me disse que, ao que parece, foi V. Exa. que divulgou o áudio em que o Presidente falava com o Deputado Heitor Freire. V. Exa. estava com o gravador naquele momento e divulgou para a imprensa. Um integrante do grupo de vocês, do grupo interno dentro do PSL.

Então, se há alguém aqui que produz dossiês, que faz gravações é V. Exa., é a senhora.

Mas eu disse também que esta Comissão, Relatora Lídice da Mata e convidada Joice Cristina Hasselmann, havia se transformado numa lavagem de roupa suja. Então, veja: além de ter se transformado num tribunal leninista, xinga o que você é e acusa o que você faz, também é uma lavagem de roupa suja, porque o Santos Cruz foi demitido e veio aqui prestar depoimento, não falou nada; o Frota queria ser Ministro da Cultura, depois queria emplacar seus cargos na Secretaria Especial da Cultura, também não foi – Ancine etc.; a Joice, que era Líder do Governo, não é mais Líder do Governo. Agora, certamente vão trazer o Bebianno, tenho certeza de que vão trazer o Bebianno aqui.

Então, veja: todas as pessoas que foram demitidas, que foram exoneradas, que perderam os seus cargos estão vindo aqui e estão construindo a narrativa de que o Presidente é um descontrolado e que esse grupo que foi exonerado, que foi demitido, sim, é o salvador da Pátria. É essa a narrativa que está tentando ser construída.

Não à toa, no começo do ano, a Deputada Joice Hasselmann disse, numa entrevista, que ela se considerava mais filha que os próprios filhos em relação ao Presidente Bolsonaro, o que comprova aqui, Presidente, Senador Angelo Coronel, aquilo que eu já disse nesta Comissão. Sabe o que está acontecendo? É o seguinte: inúmeras pessoas, Deputado Rui Falcão, querem disputar as eleições do ano que vem, as eleições municipais, só que essas pessoas que decepçionaram, traíram o seu eleitor não estão aguentando a pressão advinda das redes sociais, a cobrança do eleitor e agora vêm com esse papo furado de milícias digitais, de organização criminosa, de tudo isso que a gente está vendo. Chegam aqui, bostejam inúmeras informações, sem comprovar absolutamente nada. É o que está acontecendo nesta tarde, neste início de noite.

Joice Cristina Hasselmann queria ser candidata a Prefeita apoiada por Bolsonaro, não será apoiada pelo Bolsonaro. Foi tirada da Liderança do Governo, está magoada com o Presidente Bolsonaro. Está sendo cobrada pelo seu eleitor em São Paulo. E, assim como Joice Cristina Hasselmann, outros tantos: uma fala que ia dar o abraço imaginário em quem divulgou o áudio do Presidente Bolsonaro para o Deputado Heitor Freire e não aguenta a pressão, não aguenta a cobrança do eleitor, porque a internet, Srs. Deputados, traz esta consequência para a gente: a internet coloca a população aqui para dentro todos os dias.

E, aí, falou-se em dinheiro público. Então, saiu a matéria aqui na *Folha de S.Paulo*: "Deputada Joice usa recurso público de gabinete da Câmara em guerra digital". Está aqui a matéria da *Folha de S.Paulo*.

E a pergunta: Joice Cristina Hasselmann, você usou esses contratos para solicitar que criassem robôs, perfis falsos e/ou disseminação de *fake news* através desses contratos? E você ficaria surpresa com a exposição de áudios seus fazendo esse tipo de solicitação a publicitários, especialistas em redes e/ou pessoas que prestavam consultoria na área?

Duas perguntas, quero saber a resposta.

Joice Cristina Hasselmann, você conhece Roberto Bertoldo? Porque recentemente, antes do racha interno do PSL, a senhora me convidou para um jantar numa casa e disse que a casa era do seu irmão. Eu fui à casa do seu suposto irmão e depois fiquei sabendo que essa casa, Senador Angelo Coronel, uma mansão muito bonita – não sei quantos milhões que vale aquela mansão –, pertence ao Sr. Roberto Bertoldo, ex-Conselheiro da Itaipu, que foi acusado de fazer tráfico de influência dentro do Judiciário, comprando e vendendo sentença. Então, queria saber se essa informação que eu fiquei sabendo procede, Joice Cristina Hasselmann, e qual a sua relação com o Sr. Roberto Bertoldo.

Próxima pergunta: você chegou a marcar reuniões com o Denatran ou outras entidades do Governo Federal para falar sobre um capacete, e, com esse capacete, a moto só liga depois que o motorista estiver com o capacete? Você chegou a marcar esse tipo de reunião com entidades aqui do Governo Federal?

Ponto cinco: o que você fez, Joice Cristina Hasselmann, na madrugada de 16 para 17 de outubro? E digo que foi fato público, noticiado pela mídia, que a senhora estaria passando em apartamentos funcionais nessa madrugada pedindo para as pessoas retirarem a assinatura da lista do Eduardo Bolsonaro para a Liderança e para colocar a assinatura no nome do Delegado Waldir na Liderança do PSL. Isso mesmo depois de o Delegado Waldir chamar o Presidente de vagabundo. Então, eu queria saber se essa informação é verídica ou não e se a senhora também ficaria surpresa caso aparecessem imagens da senhora de madrugada em apartamentos funcionais pedindo Deputados tirarem as suas assinaturas.

Por último, foi dito muito aqui sobre xingamento, sobre uma suposta conversa do Presidente Bolsonaro chamando não sei quem de prostituta, etc. Eu queria saber sobre este áudio aqui:

(Procede-se à execução de áudio:

Eu não sei se eu vou querer ser candidata para essa putaria toda. Não sei!

Se o Datena também for candidato ao Senado, aí eu não saio, porque... Mas aí eu estímulo o Major Olimpio a sair, porque daí ele perde o mandato, sai da vida pública e para de encher o saco.

Acho que se o Datena sair, eu saio a Deputada ou no Senado... Eu estou meio de saco cheio, sabe, desse bando de filho da puta.

É muita sujeira.)

Quem eram os filhos da puta a quem V. Exa. se referia?

E era esse o seu desejo em relação ao Major Olimpio?

(Soa a campanha.)

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Finalizo aqui dizendo que a Sra. Joice Cristina Hasselmann...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Não está difícil de saber quem são.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Finalizo aqui dizendo que a senhora produzia manchetes bem mais interessantes quando se limitava a apenas plagiar jornalistas.

Obrigado.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN (Para expor.) – Bom, concluído o *show*, o showzinho... É divertido, não é? Porque a gente sabe exatamente quem é quem e quem faz o quê, não é?

Então, vamos lá.

Eu vou por partes.

Xingue-os do que você é e acuse-os do que você é ou do que você faz. É exatamente o que esses senhores, integrantes dessa milícia digital, fazem. Exatamente. Ponto. Então, usar isso para tentar imputar a mim qualquer coisa semelhante ao que eles fazem, me desculpa, é uma narrativa no mínimo babaca.

Fake news e plágio. O Deputado que me antecedeu deveria ter um pouco de cuidado e ler as notícias na íntegra em relação ao processo que foi movido por um sindicato filiado à CUT, que todos, todos, todos sabem tenho uma histórica briga com esse sindicato; uma briga com esse sindicato desde que eu, como acadêmica de jornalismo, assumi a direção da CBN em Ponta Grossa.

Na região – eu não sei se em Brasília é assim –, os ditos estagiários não podem receber, o sindicato proibia, poderiam trabalhar de graça. Eu já era diretora da Rádio, entrei com um processo, e a nossa briga é histórica – histórica.

Depois que eu saí de Curitiba, fui a São Paulo; depois que eu criei a TV Veja, que estava bombando na eleição, de repente eu estava em Brasília fazendo até uma rodada de entrevistas com Ministros tanto do Governo quanto do Supremo, Senadores, eu gravava várias em uma semana, e me aparece a notícia: "Jornalistas processam Joice por plágio". Eu dei risada!

A moça da *Gazeta*, inclusive advogada, me ligou, me falou: "Joice, é aquele pessoal que não gosta de você e tal. Como é que fica? E como é que não fica?"

Está bom, vamos para a briga.

Primeiro, fiquei muito zangada, por óbvio, porque era óbvio e claro que aquilo era uma tentativa de retaliação para pegar uma caroninha num sucesso que eu estava fazendo claramente na internet, nas redes e tal. Briga ideológica. Ponto.

O processo foi anulado por um erro formal? É verdade, foi anulado por um erro formal. Ponto. Eu sequer sabia dessa história antes da notícia explodir.

Em relação ao livro, o meu livro *Delatores* – quem quiser está à disposição – é um livro que foi escrito por mim, com decupagens que foram feitas inclusive de muitos vídeos meus. Os dois foram assim, porque eu fui contando a história, cobrindo movimentos, como jornalista, em vários vídeos que eu fiz e, por óbvio, eu tenho mais o que fazer do que decupar os meus próprios vídeos.

Um desses malucos aí que foi chamado de delator, que se apresentou até para a equipe da própria editora como delator, pediu para mudar o nome para colaborador. E isso foi feito. Só que foi feito depois que o *release* já tinha saído e, por conta disso, por conta de delator, colaborador, que ele está incomodando. É um cidadão que está querendo arrancar dinheiro.

Em relação ao Veja Joice. É verdade, eu tenho essa briga com a *Veja* desde que eu saí por uma questão muito simples. Eu criei a TV Veja, eu saí da TV Veja, veja é uma palavra... Podia ser Olha Joice? Daí podia. E eu coloquei o nome para que a minha audiência viesse comigo. A audiência deles fica lá, e a minha audiência veio para cá. A gente está brigando na Justiça, e vamos brigar na Justiça – acabou – até o final. Eu nunca usei a marca da *Veja*!

Em relação ao Sr. Roberto Bertoldo.... Realmente, eu disse... Assim, o Deputado foi um pouco desleal no que disse, mas vamos lá. Eu fiz realmente um churrasco com a Bancada do PSL e, quando me foi perguntado onde, eu disse: "Na casa de um irmão meu, um irmão meu". Oh, meu irmão! Mas tudo bem. Eu sei que, assim, Deus só limitou a inteligência. Então, a gente precisa ter isto assim de maneira muito clara: a burrice realmente é ilimitada.

Em relação ao Denatran ou entidade do Governo para capacete, é verdade. Aliás, por conta de *lobbies* e pressões é que uma solução, que é excepcional para o Brasil, excepcional para desafogar a saúde pública, para salvar vidas, não foi implantada. E essa solução, essa solução é uma solução que estava para ser implantada desde a época do Governo do Michel Temer, que é uma coisa muito simples: o capacete transformado em cinto de segurança; a moto só liga com o capacete.

Eu não sei qual é exatamente o problema. Inclusive eu, à época, comentei com a Deputada Bia Kicis e falei: "Olha, Bia, tem um trabalho excepcional que eu descobri, até porque o meu marido é neurocirurgião, e ele tem a maior pesquisa sobre trauma de crânio por acidente de moto". Justamente porque, além de hospital privado, ele atende em hospital público e, por conta disso, por ter esses dados, esses dados foram cedidos. São dados públicos, que foram cedidos para que nós pudéssemos mostrar para a população qual era o tamanho do rombo. Porque enquanto o bonitão que anda sem capacete e tem 30 anos de idade, ele vai para a UTI, fica 30 dias na UTI, a velhinha que chega com aneurisma morre, a criança que chega com problema de insuficiência cardíaca morre. E aí nós apresentamos isso, eu achei excepcional. Deveria até ser um projeto de lei isso porque salva vidas – salva vidas. O problema é que, por óbvio, há corporações que atrapalham o processo com interesses próprios.

O que mais? Ah, sobre o Tércio, se o Tércio almoçou ou não almoçou comigo. Eu não sabia a cara que o Tércio tinha, se ele estava nesse almoço, não sabia a cara que o Tércio tinha.

Esse almoço foi um almoço em que, eu me lembro muito bem... Quando o Deputado Presidente da Câmara Rodrigo Maia e o nosso Ministro Sérgio Moro – que, aliás, é um dos pilares desse Governo, esse Governo é Moro e Guedes, um dos pilares de sustentação –, houve uma rusga pública, vocês se lembram, por conta do pacote anticrime, e lá vai eu atuar como bombeira.

Eu marquei um café da manhã entre eles, entre o Moro e o Rodrigo Maia, e aí se decidiu criar o grupo de trabalho para que andasse o pacote anticrime aqui na Câmara dos Deputados. E o Presidente me ligou no meu celular e falou assim: "Bom, quer almoçar aqui, Joice?" Eu falei: "Tá, estou indo". Fui lá e almocei. Imagino que, como citou aí o Deputado, o tal do Tércio devia estar lá. Eu nunca conversei com ele. Quem eu me lembro de que estava na mesa era eu, o Presidente da República, se eu não me engano, Nabhan Garcia, o Flávio Bolsonaro chegou depois, mas também sentou ali, e aquele

pessoal que fica ali no gabinete de segurança, que sempre está por ali. Ah, e também estava o Célio; se eu não me engano, o Célio que cuida da agenda do Presidente, essas coisas.

Sobre a questão de divulgar áudio ou gravação do Presidente, o que o Deputado de maneira inconsequente e irresponsável faz é muito grave. Primeiro, porque ele acusa um colega, o Heitor, de ter gravado o Presidente. Isso é gravíssimo!

Essa é uma acusação... O senhor fique quieto agora que eu estou falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Eu acusei você, não acusei o Heitor.

Acusei você.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, não, fique quieto que eu estou falando.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Acusei você!

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Então, ele fala que o Heitor Freire gravou e que eu divulguei.

O SR. FILIPE BARROS (PSL - PR) – Não, você gravou e você divulgou porque você anda com um gravador.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Olha, Deputado, realmente, a sua estupidez é marcante.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Precisa provar, não é?

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – É marcante. É marcante.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu achei que era CPI de *Fake News*, não dos esquizofrênicos.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, não, não, eu vou acionar, esquece.

O Deputado...

E em relação a esse áudio que ele mostrou, qualquer bípede, que tenha pelo menos dois neurônios e não tenha penas, sabe do que se trata. Qualquer bípede que tenha pelo menos dois neurônios e tenha acompanhado a política sabe, provavelmente, que eu devo ter passado esse áudio em conversas para a minha ex-amiga Carla Zambelli, nós conversamos muito, e esse, certamente, esse áudio, foi passado de maneira... Eu estou aqui de maneira ética cuidando das conversas privadas com o Presidente e à época em que essa senhora queria ser candidata, pensava em ir para outro partido, já estava negociada com o Podemos, e eu insisti bastante, inclusive, para que viesse para o PSL para fazer a filiação, tenho, obviamente, tudo para comprovar e, certamente, foi isso que aconteceu.

Houve uma briga pública entre mim e o Major Olímpio. Todos sabem! A briga foi pública – foi pública. Ele brigando comigo, e eu brigando com ele, porque o Presidente da República me convidou para ser candidata ao Senado! Esse foi o convite e escolheu o meu suplente. Ele escolheu o meu suplente, caro Filipe Barros. Ele me ligou e disse: "Pode ser o Marcos Pontes, Joice?" Eu falei: "Você que manda, capitão". Está tudo certo. E ele me disse: "O Olímpio se lançou candidato, mas não vai vingar. Eu acho que ele está ganhando o nome, depois sai para Deputado e garante o mandato".

E saímos nós dois pré-candidatos ao Senado, e aí deu-se a confusão. Deu-se a confusão e, inclusive, houve um pedido de... O Olímpio, à época, pediu a expulsão do partido alegando infidelidade partidária porque um dia, num evento em que eu fiz, fui palestrar para haver arrecadação da campanha para a Carla Zambelli, o Doria passou por lá. Eu fiz alguns eventos para ajudar na campanha, o Doria passou por lá, deu uma passadinha e eu brinqueei: "Esse aqui é meu candidato, meu Governador e coisa assim". É engraçado, né? Então, a briga é pública. Eu e o Major Olímpio ficamos por meses com essa rusga, e hoje está tudo muito bem, porque somos adultos, somos maduros.

E uma briga, caro Filipe Barros, político-eleitoral é uma briga que passa. As nossas divergências, meu caro, não eram ideológicas. As nossas divergências não eram de valores ou princípios. O que havia era uma disputa de espaço. Quando eu vi que o Olímpio realmente estava reagindo nas pesquisas... E o Presidente tirou o pé, não se meteu até aquele momento, houve aquele silenciamento. Ele me liga – isso acho que um ou dois dias antes do prazo legal para fazer a transferência do título – e diz: "Pô, Joice, vamos parar com essa briga", aquele jeitão do Presidente. Ele ainda brincou comigo: "Não se bate em homem com a mão aberta". E eu disse a ele mais de uma vez, mas naquela ocasião: "Presidente, comigo bateu, levou. Eu não tenho medo de marmanjo de botina". Claro, os ânimos estavam muito exaltados ali.

O Olímpio saiu candidato, e o Presidente disse para mim: "Quer ser Governadora?" Um grupo do interior de São Paulo fez um evento e falou: "Ah, vai ser a nossa Governadora..." Isso aí deu uma confusão danada. Eu falei: "Presidente, agora, a "x" meses da eleição? Sem dinheiro, sem tempo de TV, sozinha?" Aí ele falou: "Não, se é para ir para o sacrifício, então venha Deputada". E aí, a contragosto à época, eu saí candidata a Deputada.

Já vou concluir, Presidente. Só para que a gente restaure um pouco da sanidade mental.

Muito bem. Saí candidata, o resultado vocês sabem. Esse áudio, por óbvio, se refere àquela confusão danada em que a gente só não estava se chamando de santa, uma conversa privada com alguém muito mau-caráter que está divulgando essa conversa privada. Por óbvio, eu estava me referindo àqueles que tentavam me expulsar do partido, depois de ser convidada pelo Presidente da República. Simples assim.

Em relação a gravar, caro Filipe, eu sei que há muitos Deputados que têm esse hábito de gravar pessoas. Esse não é o meu hábito. De pessoas que me deram entrevistas ou pessoas que eu investiguei enquanto jornalista, por óbvio, há gravações a respeito, agora, eu não seria canalha de gravar os meus colegas, muito menos de envolver um colega, como você está dizendo, o Heitor Freire, numa safadeza dessas. O Deputado Heitor Freire, que duvideodó – duvideodó – que tenha sido eventualmente ele ou qualquer um daquele grupo que tenha feito essa malandragem. Duvido! Que eu saiba, e isso foi confirmado por vários Parlamentares, o grupo de vocês ligou do Palácio, do celular, para passar ao Presidente fazendo *lobby* para o Eduardo Bolsonaro ser líder. E isso o grupo de vocês comenta abertamente, claro e transparente. Então, meu caro, se é para fazer uma acusação pela lógica, a lógica me diz que quem ligou gravou, com toda certeza.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, eu fui citado e gostaria do direito de resposta e, na sequência, o meu tempo de Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Certo, Deputado, mas eu queria anunciar aqui os próximos Parlamentares inscritos, para se prepararem: Deputado Carlos Jordy, Deputado Márcio Labre, Deputado Carla Zambelli e o Deputado Túlio Gadelha são os próximos quatro inscritos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deputado Alexandre Frota, deixa só eu mostrar um pequeno exemplo do que está acontecendo agora nas redes sociais?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – O.k., a gente já viu aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para vocês entenderem como é que funcionam os robôs e a máquina de tuítes e retuítes. Eles subiram dois tuítes me atacando e, em questão de três minutos, olha o que acontece. Agora, agora. Está à disposição também da CPI. Põe de novo, só para que não haja dúvidas. Agora, em três minutos, o meu nome Joice estava como o primeiro do Twitter. Aí eles criaram a *hashtag*, subiram de volta a *hashtag* #DeixeDeSeguirAPepa e *hashtag* #JoiceTraidora, que é a narrativa que eles estão tentando construir na milícia. E aqui o monitoramento pega. Olha só que maravilha!

Só falta mais uma coisa em relação ao perito que assina os laudos. Ele se chama Onias Tavares Aguiar, perito do Estado de São Paulo por 26 anos. Foi perito criminal da Polícia Civil de São Paulo, homem extremamente ilibado. Então, de novo, para quem quiser a informação correta, caro Deputado: Onias Tavares Aguiar. Mas os laudos estarão assinados, Deputado, então, vocês terão acesso às informações todas. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Alexandre Frota.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) (Para explicação pessoal.) – Primeiro, eu fui citado pelo Deputado sem partido, mentiroso, totalmente mentiroso. E vai ouvir agora, senhor, que é o seguinte: eu jamais pedi ao Bolsonaro para ser Ministro da Cultura e gostaria que ele provasse isso, e ele não vai conseguir provar. Quem me chamou para ajudar a montar aquela secretaria foi o próprio Bolsonaro, que não gostava desse inosso, sem sal, Osmar Terra, que está aí, que estrangulou a cultura. Foi colocado lá pelo Sr. Onyx Lorenzoni, por um acordo dele com o Temer, era a fatia do MDB. E como o Sr. Filipe Barros mentiu aqui, eu vou mostrar a gravação, que já foi publicada inclusive nas redes sociais, mostrando o próprio Bolsonaro me pedindo auxílio para montar a secretaria. Então, vamos ouvir, já que ele gosta de gravação:

(Procede-se à execução de áudio:

Pode ter certeza de que ficar como está não vai. Agora, você está ajudando bastante nessa questão. Joga pesado com o Osmar Terra, esses dois nomes aí, para ver se ele se manca em alguma coisa. Eu acho que ele não quer problema nessa área, até porque a área dele é completamente diferente, é outra. Agora, qualquer nome que você indicar para mim para lá a gente assina embaixo. Está o.k.?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está vendo aí, Filipe Barros.

Bom, fora isso, quando eu falei de Ancine com o Bolsonaro, acreditem, o Presidente Bolsonaro me disse que não sabia o que era Ancine. A cultura dele, a cultura dele... Não sabia o que era Ancine. Eu expliquei para ele o que era Ancine. Talvez ele achasse que a Ancine estivesse passando só os meus filmes. *(Risos.)*

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliás, ele é fã. Então, é o seguinte: eu estou desmentindo o senhor com essa cara de pau, com essa cara lavada que o senhor tem. Estou desmentindo o senhor aqui para todo o Brasil para o senhor saber que o senhor veio aqui mentir, seu mentiroso! O senhor é um mentiroso! Está aqui provado, e eu já tinha provado isso. E não acabou não.

Agora eu vou falar o meu tempo de Líder.

Pois é, se prepara.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Calma rapaz!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu quero mostrar aqui e provar aqui... Quero mostrar aqui e provar aqui... Meu tempo de líder, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado, assegurado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Vamos lá. Quero mostrar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tanto ao senhor como a qualquer outro Líder.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Pela Liderança.) – Quero mostrar aqui como essas milícias agiam. Muito bem, em fevereiro, Ministro da Educação defende universidade só para elite intelectual" – a milícia apoiou.

"Damares diz que holandeses indicam masturbação de bebês a partir dos sete anos" – a milícia incentivou.

"Michelle Bolsonaro vira alvo de investigação por receber cheque de Queiroz" – eles tentaram desmentir.

Aí a gente vai para fevereiro. Em fevereiro:

"Sem diploma, Damares já se apresentou como mestre em educação e Direito" – eles apoiaram, tentaram transformar isso em verdade.

"Após postar vídeo com pornografia, Bolsonaro pergunta o que é *golden shower*" – eles aplaudiram.

Em março:

"Bolsonaro elogia o ditador paraguaio Alfredo Stroessner em público" – eles apoiaram.

"MEC envia carta às escolas pedindo que crianças sejam filmadas durante a execução do Hino Nacional" – eles apoiaram em massa, isso é apoio em massa.

"Ministro do turismo criou candidatos laranjas para desviar recursos" – eles tentaram desmontar.

Aí nós vamos passar para abril. Vamos para abril.

"Presidente Jair Bolsonaro censura campanha do Banco do Brasil focado na adversidade" – isso porque ele disse que ia governar para todos, sem viés ideológico; eles aprovaram.

Dia 14: "Após dizer que é possível perdoar o holocausto, Bolsonaro tenta se retratar" – todos também tentaram se retratar.

Abril: "Não houve ditadura", disse Bolsonaro sobre o golpe de 64" – eles apoiaram.

Junho: Bolsonaro sobre estudantes que protestam: são uns idiotas [...], são uns imbecis" – eles apoiaram.

Dia 5: "Bolsonaro quer o fim da multa a quem transportar criança sem cadeirinha" – a milícia apoiou em massa.

Em julho:

"Bebiano sai da toca e acusa Bolsonaro de terceirizar laranjal". Eles: "Vamos queimá-lo". Em massa.

Dia 26: "Militar da Aeronáutica, que levava cocaína em avião da FAB, é preso pela polícia da Espanha" – eles entraram para defender o militar, a cocaína e o avião.

Agosto. Vamos lá.

"Governo brasileiro se prepara para negar aquecimento global" – disse que não existia e todos eles disseram também que não existia.

Dia 27: "Questão ambiental só importa aos veganos que comem só vegetais". – eles apoiaram.

"Passar fome no Brasil é uma grande mentira", disse o Presidente Bolsonaro – eles apoiaram.

"Daqueles governadores de 'paraíba', o pior é do Maranhão", disse Bolsonaro – eles apoiaram.

Setembro:

"Fazer cocô dia sim, dia não vai melhorar o meio ambiente" – eles apoiaram.

(*Soa a campanha.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – "Bolsonaro disse que poderia nomear Eduardo Ministro [esta foi a piada do ano] – se ele não fosse eleito embaixador". O Eduardo está melhor do que o Whindersson Nunes. Ele virou um comediante sensacional. O *stand up* dele deve estar valendo uma fortuna.

Aí tem outubro, tem novembro, aí vem a questão de quem jogou o óleo no mar, Leonardo DiCaprio queimou a Amazônia e mais tudo isso que vocês já viram aí. Então, é assim... E aqui está provado isso. Isso aqui não é loucura. Isso aqui está documentado. Nós temos aí a documentação de todos os ataques. Então, é uma mentira quando vem um Deputado com a cara lavada que nem mais neste momento tem partido, porque não sabe qual é o partido...

Inclusive, ainda, uma senhora agora chamada... Coloca aqui. Uma senhora acabou de fazer uma publicação aqui agredindo a Joice. Aí, a gente vai no perfil da Sra. Leila Cordeiro Justin e vê que ela é uma senhora dona de casa, que tem uma vida pacata, mas, quando a gente clica em cima, cai naquele...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Como é o nome? Lambança... Como é o nome do partido?

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aliança o quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Lambança pelo Brasil.

Então, eu queria deixar isso muito claro que aqui é para falar a verdade. Fale a verdade, Filipe! Fale a verdade! Você sabe que eu nunca, nunca pedi ao Bolsonaro para ser Ministro. Nunca pedi ao Bolsonaro para ser Ministro da Cultura. Está certo? Então, quando você quiser falar, fale a verdade! Está certo?

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

Passo a palavra ao próximo Deputado inscrito, Deputado Carlos Jordy, do PSL, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Carlos Jordy.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Jordy. Desculpe-me.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Deputados, Relatora, Deputada Joice.

Deputada, é com grande pesar que venho aqui hoje para falar a respeito de toda essa situação que V. Exa. traz sobre *fake news*, gabinete de ódio. V. Exa. sabe muito bem que eu tinha uma grande admiração por V. Exa. Contudo, no momento em que nós vemos que o Governo está sendo atacado, em que tantas mentiras estão sendo propagadas, e V. Exa., com alguns Deputados do PSL, com o Frota, com Deputados de oposição se unindo – aquele ditado "ninguém solta a mão de ninguém" –, contra o Governo, não dá para deixar isso passar batido. E já que o Frota falou que é *fake news* o que meu amigo Filipe Barros disse, eu queria saber se isso aqui também é *fake news*: "Rachel Sheherazade processa Alexandre Frota por ter sido comparada a prostituta pelo Deputado". Está no Diário do Centro do Mundo.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Quer que eu responda agora?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não, depois V. Exa...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Eu respondo.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Não, vai ter direito de resposta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está bem.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Está no Diário do Centro do Mundo. Pode ser que seja *fake news*. Aí a gente convoca aqui. A gente convoca, porque, inclusive, eu já sofri *fake news* por parte do Diário do Centro do Mundo. Mas estou olhando o que está aqui na imprensa. É *fake news*? Então, depois ele prova isso.

Foi dito aqui por um Senador, se não me engano o Rogério Carvalho, que o que está sendo arquitetado aqui pelo Governo, por esses milicianos, é uma organização fascista. Aí foi citado ali todo o PowerPoint da Joice.

Engraçado que... Aí ele disse aquela coisa do linchamento virtual, perfis *fake*, mas engraçado é que o que está sendo até meio criticado pelos Parlamentares de oposição, falando que o que há dentro do Planalto é uma milícia virtual que caça seus opositores, caça aqueles que não concordam com sua opinião política, é o que era feito pelo PT em outros Governos. Aqui a *Folha de S.Paulo*, 2011: "PT treina 'patrulha virtual' para atuar em redes sociais". "Militantes usarão rede para rebater reportagens 'negativas' contra o partido". "Sigla vai editar 'manual do tuiteiro petista' para ensinar filiados a fazer propaganda e espalhar mensagens na internet".

Aqui fala até de guerrilha virtual. O PT fazia isso e pagava com recursos públicos. Engraçado que houve até o mensalinho do Twitter. E naquela época não houve aqui esse teatro de CPMI de Fake News em que só querem atacar o Governo, e, lamentavelmente, pessoas que fizeram parte agora se juntam à oposição.

A Deputada Lídice da Mata disse que o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. Não só ela, mas também outros Parlamentares disseram que o que foi dito aqui hoje é de extrema gravidade. Realmente, é de extrema gravidade. É de extrema gravidade se não houver provas para o que foi dito. Lamentavelmente, a Deputada não veio como convocada, mas como convidada, porque tudo que ela trouxe aqui hoje, muitas coisas, na verdade, não remetem a *fake news*. Mas essa questão da Abin e do Carlos Bolsonaro são questões que devem ser investigadas, e, caso não tenham lastro, não tenha provas, isso deve ter o seu destino legal, um destino judicial, até porque a Deputada aqui não está como Deputada, mas como convidada da CPMI.

E é curioso como todo ataque agora é apontado como de robô, né? A gente está numa CPI de Fake News, só que a gente não vê aqui nada com relação a *fake news*. Uma ou outra que é levantada aqui, mas o cerne principal são ataques virtuais, ataques virtuais que ocorrem tanto da oposição quanto daqueles que são adeptos do Governo. É o tempo inteiro falando de ataques virtuais. E, obviamente, existem ataques virtuais que devem ser coibidos, reprimidos, porque aí já partem para a calúnia, para a difamação, para a injúria, para crimes contra a honra, e isso deve ser responsabilizado penalmente – por isso há esses tipos legais no Código Penal –, mas também há aqueles que nada mais são do que a liberdade de expressão, a liberdade de associação de pessoas que se mobilizam numa democracia em que a internet acabou democratizando efetivamente a política e cobram dos agentes públicos, dos agentes políticos, fazendo críticas, fazendo memes.

E qual o problema de fazer memes? Ou nós vamos, agora, partir para o campo da esquerda, o campo do Lula, e querer regulamentar as redes sociais? O meme... Todos já passamos por isso, somos figuras públicas e estamos submetidos a isso. Não vejo problema algum. É óbvio que os excessos com relação a questões de ofensas criminais, questões de calúnia, difamação, aí, sim, devem ser responsabilizados judicialmente.

Mas é curioso que todo mundo agora virou robô. Tem tuíte da Deputada que bate 17 mil curtidas. Por exemplo, tem um aqui: "A esquerda raivosa e os bonecos de ventríloquos estão em polvorosa por causa da decisão do Governo Jair Bolsonaro de autorizar as comemorações devidas ao março de 1964. Podem berrar, o choro é livre, e, graças aos militares, o Brasil também é". Dezesete mil e cem curtidas! Quantos robôs, né? Quantos robôs! Se vocês olharem agora as redes sociais, o tuíte dela dá 700, 800 curtidas. Será que os robôs, então, trocaram de lado? Será que não são pessoas que gostavam da posição política da Deputada, por ela ser alguém que levantava a bandeira do Governo Bolsonaro, alguém que levantava a bandeira Bolsonaro, e agora, por ter trocado de lado, agora perdeu seus seguidores, perdeu a quantidade de curtidas?

E aí também... Bom, eu também, recentemente, fui atacado. Já que todos falam aqui dos ataques nas redes sociais e que são grupos organizados que começam a fazer disparos em massa e começam a atacar... Eu, recentemente, fui atacado. Passo o tempo inteiro com relação a isso. Passei mais de 40 libertários me atacando no meu tuíte. A única coisa que eu fiz foi bloqueá-los, bloquear. Resolveu o problema. Só que, hoje, como a Deputada quer atacar o Governo, quer arrumar uma justificativa por ter pulado do barco, pulado de lado, agora tem que judicializar, tem que vir fazer essa participação na CPMI, que é uma demonstração de traição ao Governo. Os ataques que ultrapassam as legalidades, sim, devem ser coibidos na lei. Devem ser coibidos na lei. Sou solidário quando V. Exa. recebe algum ataque como alguns que foram demonstrados ali, que não são *fake news*, mas são ataques, ataques contra a honra, ataques que começam a atacar sua honra, e, obviamente, como uma mulher, uma mãe, tem realmente algo que não poderia ser atingido, porque seus filhos estão vendo isso e sofrem da mesma forma.

E, da mesma forma, eu me solidarizo por conta de um apelido que tenho certeza de que V. Exa. não gosta que é Pepa Pig. Eu tenho certeza de que V. Exa. não sabe quem colocou esse apelido em V. Exa. Quem colocou foi um blogue chamado Jacaré de Tanga. E a senhora sabe de quem é esse blogue? É de alguém que está aqui conosco e hoje é seu amigo solidário, fala tanto que está do seu lado e a parabeniza pela sua atuação. Foi essa pessoa que hoje é seu aliado e lhe colocou esse apelido.

Falaram também do dinheiro público, o dinheiro público que é utilizado para financiar a milícia digital e atacar os aliados, aqueles que são contrários aos aliados do Presidente. Falaram que parece que existem cargos que são utilizados exclusivamente para fazer ataques, como se houvesse alguém a que você paga lá um subsídio mensal, cujo único trabalho é fazer ataques e *fake news* na internet, esquecendo-se de que esses que são os nossos cargos comissionados também têm uma vida. Eles têm uma vida, eles têm perfis e eles têm todo o direito de fazer perfis também de memes. Isso não é nenhum crime ou, a partir de agora, todos aqueles que forem assessores de Deputados não podem ter mais redes sociais?

Mas, já que foram para esse lado do dinheiro público, o Frota recentemente fez um ataque num tuíte, numa enquete, em que ele questionava se o Adélio, na tentativa de assassinato do Presidente Jair Bolsonaro – naquela época, Deputado e candidato à Presidência –, tinha sido incompetente ou distraído. Bom, isso é dinheiro público para fazer ataques à honra do Presidente da República, incitando apologia ao crime.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ataque?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Aí pode? Nesse caso pode?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Ataque?

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É ataque, fazendo apologia ao crime. E aí? Deve ser muito tranquilo...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – É uma enquete.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Pois é, uma enquete. V. Exa. tem toda razão, V. Exa. sempre tem a razão em tudo que faz, faz ataques...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu não vou responder a V. Exa., não. Depois faz o seu direito de resposta, mas eu não falo com pessoas que mudam de lado como mudam de camisa não.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está bom.

(Interrupção do som.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Essa enquete fazia essa associação, querendo comparar o Adélio como se fosse uma pessoa que cometeu um erro ao não matar o Presidente da República. E mais: se quer falar de dinheiro público, a Deputada não respondeu à pergunta sobre a *Folha de S.Paulo*, que diz que a "Deputada Joice usa recurso público de gabinete da Câmara em guerra digital. Ex-líder gasta verba parlamentar com empresa que gerencia redes com ataques a adversários", Fábio Zanini. Se for *fake news*, vamos convocá-lo, então.

Para concluir, Deputada, eu digo que eu realmente fico muito triste em estar aqui, porque tinha uma admiração muito grande por V. Exa., sempre deixei isso muito claro. Não a conhecia pessoalmente antes da eleição. Muitas pessoas até me questionavam, eu via muitas pessoas criticando V. Exa. – alguns até que hoje aqui são solidários e que dão as mãos para V. Exa. como se fossem seus maiores aliados a criticavam, falavam do seu ego, falavam da sua soberba –, e eu nunca critiquei, sempre disse que tinha uma dívida de gratidão, porque, diferentemente de V. Exa., eu sou uma pessoa que leva sempre lealdade e gratidão dentro do meu coração.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Em nome de Jesus.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu fui e sou muito grato por você ter pedido votos para mim como Deputada Federal, não sem me conhecer, no Rio de Janeiro, mas V. Exa. está sendo muito ingrata com o Governo, muito ingrata com o Presidente Jair Bolsonaro, e eu tenho certeza de que o futuro mostrará quem é quem, as urnas vão lhe mostrar quem é quem.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Eu tenho certeza de que a sua eleição pode não estar comprometida, porque tem milhares, milhões de seguidores, mas, quanto ao seu prestígio do lado daqueles que estão do lado de Jair Bolsonaro, que pensam pela fidelidade, pela lealdade, não pensarão boas questões a seu respeito. E pode ter certeza de que a política perdoa até a traição, mas não perdoa o traidor.

Eu queria muito poder não estar aqui falando contigo. Eu relutei demais para um dia vir falar com V. Exa. – sempre disse isso –, mas a traição que V. Exa. e outros Deputados estão fazendo com o Jair Bolsonaro, com o Governo é imperdoável. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, tenho direito de resposta, fui citado três vezes.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Se V. Exa. foi citado, o direito será concedido, como a qualquer um que for citado aqui neste Plenário.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. Para explicação pessoal.) – Muito obrigado.

Presidente, depois de assistir aqui ao Deputado que me antecedeu, inclusive com final melancólico, emocionante – parecia até que estava no Fala Que Eu te Escuto –, primeiro, o caso da Rachel Sheherazade foi arquivado, para que ele possa saber, não houve condenação. Então, que fique claro aqui para ele.

Mas, já que ele gosta de falar de processos, no dia 15 de abril: "Humorista obtém vitória judicial contra Carlos Jordy", o humorista Felipe Neto, porque ele havia dito que o Felipe Neto estava ensinando os jovens a entrar na *deep web*. É verdade ou não é? O senhor foi condenado e foi obrigado a tirar o Twitter do ar. Então, o senhor pode rir agora, mas, se há alguém condenado aqui, é o senhor, que, aliás, na homenagem que nós fizemos ao Flamengo, que é o meu time de coração e o seu também, fez uma revelação bombástica de que o senhor, quando me conheceu, sentou no meu colo. Eu fiquei impressionado, porque eu não sabia, eu não sabia que eu já tinha ido aí. Desculpe-me.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, direito de resposta.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Aí eles falam que eu fiz uma enquete em que eu não emiti nenhuma opinião. Eu apenas fiz uma enquete com uma ferramenta do Twitter, que me dá esse direito de fazer uma enquete, e simplesmente não emiti nenhuma opinião sobre o atentado do Presidente Bolsonaro. Mas eles falam no AI-5, eles falam em fechar o STF, eles falam no jipe com cabo. Não sou eu que falo. Estou vendo aí o trio calafrio falando tanto: "Olha só, cometeu crime". Olha bem. Quem falou em AI-5? Quem falou em fechar o STF? Um atentado à democracia, tanto é que nós, eu e o Deputado Molon, somos autores para mudar o dia 13 de dezembro para ser o dia da democracia.

E, para terminar, já que falam tanto, eles vão buscar tantas coisas na internet, minha vida é um livro aberto – todo mundo sabe o que eu fiz, o que eu não fiz –, então, para mim, não há problema nenhum.

Londrina, terra de quem? MP apura suposta compra de votos do Vereador eleito. Como a gente vê, não é só... Nós temos que saber que vento que venta lá venta cá. Parece até que são os paladinos da pureza, parece que são todos puros, que nunca cometeram absolutamente nada.

Então, são ataques levianos, que chegam aqui para querer tentar desconstruir, porque o assunto aqui é a CPMI da Fake News. Acho que nós somos, Deputada Joice, maiores de idade e não precisamos de conselho de ninguém para dizer se a gente está seguindo certo ou errado, é um problema nosso. A vida é feita de escolhas, cada um escolhe o que quer e qual o caminho a seguir. Isso tem que ficar muito claro para todos aqui dentro.

E o quanto falarem a meu respeito, eu tenho munção aqui, eu não tenho problema nenhum.

(Soa a campanha.)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Posso ficar até sábado, domingo, não tenho problema nenhum, mas as coisas têm que ser faladas na realidade.

Muito obrigado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Já que ele está falando que sentei no colo dele no jogo, na verdade, eu entrei com ele no Maracanã. Em 1992, eu tinha dez anos, mas beleza.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, o senhor é quem falou lá. Está gravado lá.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Como é que eu vou sentar no colo dele se ele admitiu que teve que fazer uma prótese para implantar um pênis?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Está gravado lá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, vamos respeitar o povo brasileiro, que está nos assistindo aí. Pelo amor de Deus!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas esse foi mais...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Tem que respeitar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Presidente, o problema é que eles ficam excitados com essas coisas a meu respeito.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pela ordem, Presidente, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que os Srs. Parlamentares...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... não baixassem o nível.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas não está baixando o nível, é porque está se falando aqui... Só um minuto, Deputado Paulo. É porque está se falando aqui, e isso é mais uma *fake news*. Mas não há problema nenhum, a gente está no jogo para jogar, vamos em frente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não vamos permitir esse desvio de foco.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu falei aqui, Deputado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É quebra de decoro, não é? Eu acho que a gente tem que...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas tem que falar a verdade.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Fica uma provocação...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. tem razão, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – ... recíproca, e nós não podemos perder a perspectiva da seriedade de uma CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com certeza.

Com a palavra o nobre Deputado Márcio Labre, do...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aliás, não, desculpa, Deputada. A Deputada Joice ainda vai responder ao Deputado Carlos Jordy.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Vamos lá.

De fato, Deputado Carlos Jordy, eu pedi voto para o senhor no Rio de Janeiro, como eu pedi voto para tanta gente. Quantos são os Deputados hoje do PSL que me pediam vídeo: "Posta nas suas redes, me ajuda", e eu ajudava. E eu disse no seu caso, inclusive na véspera da eleição, que, se eu votasse no Rio, teria votado no senhor. Lamentavelmente eu me arrependo, não pela sua característica de atuação como Parlamentar ou por qualquer conduta ética e moral que possa ser reprovada, mas porque o senhor sabe exatamente o que está falando, o senhor sabe exatamente o que está acontecendo e o senhor vem aqui e desvirtua todo o discurso, fala em lealdade.

Desculpe-me, caro Deputado, mas nós temos lealdade é com o País. Pessoas que fazem o que é correto merecem o nosso apoio. Pessoas que fazem o que é errado merecem que nós assumamos a responsabilidade porque estamos aqui para ajudar a conduzir o País.

Lealdade incondicional no erro, caro Deputado? Isso é de uma estupidez acachapante. Será mesmo que todo mundo com que o Deputado disse que está magoado, que saiu do Governo... Será que todo mundo está errado? Será que todas essas pessoas que ajudaram a fazer campanha e foram leais... Será que todo mundo está errado? Parem para pensar, é um atrás do outro.

E aí, com a maior cara de que não está entendendo nada, eu tenho que ouvir um discurso desse, mas o senhor sabe o que está acontecendo, o senhor falou de *fake news*, o senhor foi condenado. O Twitter apagou a sua publicação, um negócio pesado – um negócio pesado.

Então, essa falta de responsabilidade que está sendo levantada como bandeira chamada de lealdade, mas é uma pseudolealdade, é uma irresponsabilidade com o País. Ninguém aqui pode defender crime – ninguém, ninguém.

O Deputado também falou sobre os assessores. "Ah, mas os assessores têm suas redes sociais, têm que ter as redes sociais." Nós temos aí – Deputado, acho que é bom o senhor anotar – os atos de improbidade administrativa, art. 9º e art. 10. A lei é longa, não vou lê-la toda, mas diz que "utilizar, em obra ou serviço particular, veículos, máquinas, equipamentos ou material de qualquer natureza, de propriedade ou à disposição de qualquer das entidades mencionadas no art. 1º desta lei, bem como o trabalho de servidores públicos, empregados ou terceiros contratados por essas entidades" é improbidade.

Apenas para que fique muito claro, porque, senão, fica parecendo uma conversa de maluco. A gente fala uma coisa e fica reverberando um outro discurso como se a gente não estivesse mostrando o que está acontecendo. Pelo amor de Deus, em relação a provas, peguem o que está aqui, investiguem, não tem problema nenhum.

Eu sempre fui leal às minhas bandeiras. Quem conhece a minha história sabe que eu sempre fui leal às minhas bandeiras. Agora, eu não posso passar a mão na cabeça de quem tem distorcido a lei sob esse manto de pseudolealdade. Isso é uma fraude, pelo amor de Deus. Pelo amor de Deus, cadê a responsabilidade com o País?

Não venham me dizer: "Ah, não se pode mais fazer meme". Quando se compara um Parlamentar ou uma lista de Parlamentares a um assassino, o Adélio, quando se compara a essa criatura, isso é um meme, isso é uma expressão? Não, isso é crime. Isso é crime. É de uma irresponsabilidade acachapante.

Aí o Deputado Jordy diz: "Olha, é uma organização que foi citada aqui, mas o PT fazia da mesma forma". E nós criticávamos. Nós criticávamos ou não? Quantas vezes nós não fomos para as redes sociais criticar exatamente essa atuação? Aí porque o nosso vizinho está fazendo é bonito? "Ah, não, com esse aqui não pode." Mas com o nosso vizinho pode? É isso?

Exatamente, o próprio Deputado se responde. Exatamente, nós mostrávamos que havia ataques coordenados e criticávamos isso. Mensalinho no Twitter. Por que não houve uma CPI antes? Olha, Deputado, eu não era Deputada. Mas eu acho que deveria ter havido. Aí é um problema da oposição no passado que não investigou e da própria situação.

Abin, a informação sobre a tentativa de uma Abin paralela. Acho também que tem que investigar isso de forma absolutamente séria e chamar essas pessoas que eu já nomeiei aqui.

Outra pergunta, todo mundo virou robô? Não, claro que não. Eu mostrei aqui o percentual com um programa confiável. Mostrei aqui o percentual. O robô vai onde a tropa direciona, simples assim. E essa narrativa constante de dizer: traição, traição com o Governo, traição com o Governo, traição com o Governo. Eu desafio qualquer um, qualquer um a me dizer qual foi a traição com o Governo. Por que eu não assinei a listinha, que vocês estavam pressionando, usando ministros e fazendo o Presidente da República se apequenar para fazer *lobby* para o filho? O Presidente da República é a entidade máxima deste País, é um homem que tem que saber o tamanho que tem. E isso é traição? Quem viajou o Brasil inteiro na caravana da Presidência fui eu. Quem aconselhava muitas vezes o próprio Presidente... Eu dizia: "Presidente, fica quieto, por favor, porque está dando problema. A gente está querendo R\$1 trilhão do Guedes, e aí o Senhor faz uma *live* e diz que R\$600 bilhões está bom. Não fala. Ajuda". Fui eu. Quem segurou as ondas aqui fui eu. Quem conseguiu aprovar, com um acordo republicano, decente, com a situação e a oposição, o PLN de R\$248 bilhões fui eu, por unanimidade, Deputado. Por quê? Ah, houve o toma lá, dá cá? Não. Houve a garantia de liberação para dinheiro para o Minha Casa, Minha Vida, para atender as pessoas mais pobres. Houve a garantia de liberação de custeio para a educação.

E aí vem um moleque e fala para mim: "Isso é traição". Isso é traição? Eu já o desafiei na tribuna e o desafio de novo. Se houver uma única pessoa, desses que estavam aqui na frente e que agora viraram tietes, mas nem todo mundo estava nessa mesma onda, se houver um ministro que tenha trabalhado por este Governo metade do que eu trabalhei, eu renuncio ao meu mandato. Durante a previdência, foram 20 horas ininterruptas de trabalho todos os dias, todo santo dia, com o reconhecimento, inclusive, desses que hoje me atacam.

Então, caros, não há como colar no povo brasileiro que pensa essa narrativa de traição. Parem para pensar: todo mundo? Todos esses Parlamentares realmente traíram o Governo do dia para a noite, todos esses ministros? Pelo amor de Deus, não é preciso ser muito inteligente! Uma criança de sete anos entende o que está acontecendo. E eu via o constrangimento do Deputado. Ele não conseguia olhar no meu olho, constrangido, porque ele está cumprindo uma missão, um serviço. Eu via o constrangimento do Deputado Felipe. Ele não conseguia olhar no meu olho. Eu disse aqui para ele baixinho, sussurrei, falei: "Você está mentindo". E ele baixou os olhos.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Cabeça baixa, os dois.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Gente, isso é vergonhoso, isso é vergonhoso!

Não se pode acadelar um Parlamentar, desculpem-me pela expressão forte. Não se pode fazer uma coisa dessas. Não interessa que governo seja. E eu só estou falando de Governo agora, porque eles citaram Governo. Vocês são testemunhas

de que o tempo todo eu estava mostrando o que acontece nas redes, o tempo todo. Quem falou em Governo e em traição foram esses dois Parlamentares que aqui estavam. É o óbvio o que está acontecendo.

Sobre a *Folha de S.Paulo*, o que o Deputado perguntou. É *fake news*? É. Está aqui: conversa com o Fábio Zanini, da *Folha*. Eu posso disponibilizar também para a CPMI, só para matar a curiosidade dos colegas. Ele foi atrás de uma assessora que é contratada PJ, via PJ, que ganha R\$2,5 mil, para filtrar as demandas que chegam. Ou alguém acha que eu consigo filtrar as demandas que chegam não só de São Paulo, mas também de todo o Brasil? Agenda... "Ah, muito obrigada". A equipe da Joice Hasselmann responde, manda coraçãozinho. É muito diferente de chamar pessoas de prostitutas, de porcas, de traidoras, de assassinas, ou não? Todos os Parlamentares aqui que têm redes sociais têm assessor para cuidar das redes sociais, não de massacres orquestrados. Isso é crime.

Então, mais uma citação aqui: a esquerda raivosa. Ele falou das curtidas no tuíte. Eu fiz esse tuíte. Eu sempre dou a cara para bater. É verdade. Porque houve uma briga ideológica quando se aventou que houvesse uma espécie de comemoração, de lembrar o regime de 1964. E eu fiz esse tuíte. E acho realmente que naquele momento os militares tinham que intervir, porque ou você tinha o que se chama de ditadura de um lado ou de outro. Qual foi o problema na minha visão? Isso é público. Está nos meus vídeos. O tempo que ficaram. Era uma intervenção. Era para chegar, limpar a bagunça, segurar um golpe de qualquer lado e depois promover eleições democráticas. E pronto! Nunca escondi isso. Agora, isso não significa que eu estou defendendo o AI-5, como uns idiotas aí que agora – desculpem a expressão –, idiotas mesmo que se intitulam agora 100% Governo, parará, tentam... A própria Deputada aqui fez uma montagem pegou meu tuíte, Joice falou: "Que legal! Vamos lembrar o dia do regime, o março de 1964, que iniciou o regime". Aí coloca eu falando do AI-5. O que tem uma coisa a ver com a outra? O fato de eu apoiar a rememoração da história não significa, num momento como esse, que é totalmente diferente, em que o Brasil precisa de mais democracia, apoiar o AI-5. Isso é estupidez. Nem a pessoa com mais mal caratismo realmente acredita nisso. Então, entendam de novo, trata-se de narrativa.

Acho que que eu respondi tudo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao nobre Deputado Márcio Labre, do PSL do Rio de Janeiro.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Gente, só um pouquinho. Está havendo a votação da urgência do pacote anticrime. Eu gostaria de votar. Se for possível suspender por cinco minutos, eu vou e volto. Vamos lá. É o tempo de ir e voltar.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Vamos lá votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fica suspensa a reunião pelo prazo de dez minutos.

Srs. Parlamentares que desejarem votar, nós vamos suspender a sessão por dez minutos.

(Suspensa às 19 horas e 22 minutos, a reunião é reaberta às 19 horas e 34 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Reaberta a presente reunião.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Sr. Presidente, eu fui citado nominalmente enquanto estava indo votar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado. Eu já disse a V. Exas. que concederei a todos que forem citados, mesmo não estando no Regimento, que só permite a duas pessoas que forem citadas responderem, mas esta Presidência está sendo muito condescendente, já que o debate está muito rico.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – É verdade, é verdade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas já que V. Exa. foi citado, será o primeiro a fazer uso da palavra, antes do Deputado Labre, do Rio de Janeiro.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só porque ele foi citado. Ele tem um minuto porque foi citado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ. Para explicação pessoal.) – Eu tive que sair por conta da votação nominal. Tenho as minhas responsabilidades como Deputado. Corri e voltei.

Mas, nesse meio-tempo, fiquei sabendo que a Deputada disse que eu estava acadelado e que eu não estava olhando no olho dela. Isso é uma grande mentira. Isso é uma grande mentira.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Bom, todos aqui me informaram isso. Todas... As redes sociais informaram isso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então o senhor está mal-informado mais uma vez, porque eu disse que Parlamentares não podem se acadelar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Jordy, se ela está falando que não falou, eu acredito que...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, está aí.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Bom, disseram que eu estava acadelado...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos confiar na palavra de uma Parlamentar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O senhor está mal-informado.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Então, todos estão mentindo e, como sempre, ela está correta. Eu não tenho problema algum de olhar no seu olho.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja, veja o áudio. Veja o áudio!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – A Deputada...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Veja o áudio!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tudo bem.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Para não falar besteira mais do que já falou.

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Tudo bem. A senhora só fala besteira!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por favor! Pelo amor de Deus!

O SR. CARLOS JORDY (PSL - RJ) – Além de trair o Governo, fala muita besteira. Não tenho problema nenhum em olhar no seu olho, não tenho problema em olhar em olho de traidores. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Márcio Labre, PSL, Rio de Janeiro.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Sr. Presidente, Sr. Presidente! Sr. Presidente, só, como Líder aqui, eu queria passar uma...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Questão de ordem, Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Pela ordem.) – ... informação aqui, chegou agora pelo *O Globo*, o posicionamento do Presidente da República sobre esta sessão aqui, dizendo:

Tem um idiota prestando depoimento a esta hora lá", diz Bolsonaro sobre a CPI das Fake News.

Sem citar o nome da deputada Joice Hasselmann, o presidente negou que exista "o gabinete do ódio" [no Palácio do Planalto] para coordenar ataques em redes sociais.

Enquanto a deputada [...] prestava esclarecimentos [...], o presidente [...], durante uma visita à feira popular em Brasília, disse [...] [isso:] [...] havia "um idiota prestando depoimento a esta hora [...]", sem citar nominalmente a parlamentar.

O presidente disse não temer nenhuma reação no Congresso com o inquérito que apura a existência do "gabinete do ódio", supostamente formado por assessores do Palácio do Planalto e ligados à família Bolsonaro, que seriam encarregados de coordenar ataques virtuais e disseminação de notícias falsas nas redes sociais.

[Ele disse:] "Chance zero. O gabinete do ódio inventaram, e alguns idiotas acreditaram. Outros idiotas vão até prestar depoimento, como tem um [...] [agora] prestando [...] a esta hora lá [...]] O presidente ficou cerca de 30 minutos no local.

Pronto.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só uma referência, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – O padrão do Presidente, essas palavras do Presidente em público, sempre quando há qualquer tensionamento, são muito pesadas. Mesmo com tamanha grosseria, deslealdade e falta de gratidão com quem sempre trabalhou com ele, e continua trabalhando no que for bom para o Brasil, eu ainda dou o benefício da dúvida, porque, se o Presidente não sabe da existência, nós estamos fazendo realmente um trabalho excepcional de informá-lo que existe, com as provas, para que se tome alguma providência em relação a isso.

E, para que todos saibam, eu estou acompanhando, mesmo aqui, o que está acontecendo nas redes, a atuação dos robôs, então nada fica em oculto. A gente consegue fazer o rastreamento, as pessoas que já apagaram perfis, isso também já está na nuvem, até porque nós sabíamos os perfis antes, então, só essa ponderação.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Labre.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Agora vai, hein?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Agora vai! Eu sei que V. Exa. está ansioso para fazer uso da palavra.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, eu estou calmo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está calmo? Então...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Eu estou plácido. Tendo o senhor como comandante, o senhor faz lembrar o meu avô, o senhor é gente boa demais, pela calma e pela tranquilidade.

Bom, boa noite a todos. Vou abrir aqui essa... Quanto tempo que eu tenho, doutor?

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Labre, só queria que V. Exa. fizesse uma retificação: o senhor me acha com idade de ser seu avô? Não é possível! *(Risos.)*

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Não, mas o senhor me lembra muito o meu avô. Lembra muito. O jeito do senhor lembra.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, se é a lembrança, está desculpado.

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – É porque lembra mesmo. Não é pela idade, não. É pelo jeito.

O meu avô já foi embora já, está tudo certo.

Se o senhor quiser ocupar o lugar dele, está tudo bem também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu espero demorar muito ainda, ouviu, Deputado?

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ. Para interpelar.) – Não, não, o senhor vai longe ainda.

Então, é o seguinte: eu vou abrir aqui essa conversa de hoje, aproveitando esse tempo que eu tenho. Depois, todo mundo vai entender o porquê. Eu vou abrir, falando de um assunto que aparentemente não tem nada a ver, mas, depois, vai tudo se encaixar.

Existe um transtorno que atinge mais ou menos três em cada dez pessoas no mundo, que é diagnosticado como transtorno narcisista. Isso atinge mais ou menos 30% da população mundial. Basicamente, as características desse transtorno são: pessoas cuja motivação existencial é se cercarem de serem servidas por outras pessoas. Elas não vivem pela motivação coletiva, elas não vivem pela motivação de comunidade. Elas vivem para atender aos seus projetos pessoais, existenciais e, para isso, elas desenvolvem algumas habilidades, que são a capacidade de sedução, a capacidade de manipulação, e isso faz com que elas consigam ter em torno delas uma série de pessoas e aí elas conseguem conduzi-las.

Geralmente, são líderes, são manipuladores, são narcisistas, mas o que é importante dizer aqui é o seguinte: essa capacidade, esse transtorno faz com que as pessoas tenham uma motivação, sempre, no final de tudo, de benefício próprio, pessoal.

Portanto, eu vi uma declaração – depois, eu vou encaixar isso no final –, eu vi uma declaração da depoente se defendendo, dizendo que ela trabalha bastante e, mais uma vez, eu percebo que isso se repete frequentemente aqui, ela se defende do que não está sendo atacada e ataca o que não está sendo defendido.

Nunca ninguém, de todas as pessoas que eu conheço, ninguém nunca negou que a depoente, de fato, é uma pessoa muito dedicada, trabalha bastante, sempre foi, até, de certo modo, tem uma grande competência naquilo que faz, entretanto, a motivação não é exatamente, não é exatamente o bem do Presidente, o bem do Governo. É, no final das contas, uma

projeção pessoal e política, o que não chega a ser um crime, mas também desmonta essa ideia de que "eu estou preocupado com o País", "eu estou preocupado com que as coisas deem certo". Não, "eu estou preocupado com que o meu projeto dê certo".

Sobre um amigo, não o que me antecedeu, mas o que fez várias intervenções, eu não vou citar o nome para não dar o direito de resposta, que tentou, de alguma forma aí, mencionar o Presidente da República por não saber o que é a Ancine, eu gostaria de lembrar ao amigo que, obviamente, na estrutura do Estado é muito difícil que você tenha um gestor público que conheça todos os órgãos, isso é normal; Parlamentares que conheçam todas as leis, conheçam todas as legislações, dominem o Regimento Interno; é normal e é natural que as pessoas não saibam.

Então, por exemplo, esse amigo, quando esteve aqui na reforma da previdência, por várias vezes, me chamou no canto e falou: "Meu amigo, o que é BPC?". E era uma pessoa que estava coordenando o trabalho de combate na reforma da previdência e não sabia o que era BPC.

Então, beleza, isso é normal. Não saber não é crime.

Então, isso é só para ficar registrado.

Agora, em relação ao que eu vi na apresentação da depoente, da convidada, eu gostaria de deixar agora algumas perguntas para serem respondidas.

A primeira: no finalzinho do ano passado, pouco antes da eleição, a senhora fez uma declaração pública em suas redes sociais de que uma grande revista teria recebido R\$600 milhões para arrebentar com Jair Bolsonaro na campanha, para, enfim, assassinar a reputação dele. A senhora fez essa declaração textualmente nos seus vídeos nas suas redes e disse que, inclusive, isso seria revelado posteriormente.

Esse assunto morreu, nunca mais foi tratado, não tivemos nenhuma evidência de que esse assunto teve prosseguimento. Então, eu gostaria de saber da senhora – a primeira pergunta – se, de fato, aconteceu isso, se isso se transformou em um inquérito policial, se sim ou não, se ele se transformou, se a senhora poderia nos informar se esse inquérito, qual é o *status* desse inquérito no momento.

Segunda questão: a senhora também, dois dias antes da eleição, fez uma peça, fez uma chamada jornalística bombástica, praticamente aterrorizando a população brasileira e os eleitores – inclusive isso resvalou nas minhas redes, eu tive que fazer uma contenção –, dizendo que havia um *hacker* que ia contar tudo e que já tinha garantido que as eleições seriam fraudadas. E aquilo foi: "Bomba! Bomba! Bomba! Eu conheço o *hacker*. Esse *hacker* vai mostrar que ele vai fraudar as eleições, e eu vou mostrar para vocês quem é o *hacker*".

E a única coisa que aquilo produziu foram *likes* e ampliação dos seus seguidores, porque, no final das contas, as eleições passaram, esse *hacker* não foi apresentado, e nós não sabemos até hoje o número desse inquérito, para que lado isso foi parar.

Então, são duas situações que a gente pode chamar, poderíamos chamar hoje, já que nós não temos um resultado disso, podemos chamar de *fake news*, porque nada se comprovou – nada se comprovou. Então, sim, podemos já dizer que a senhora já praticou duas *fake news*.

Quando a senhora começou a sua apresentação, a senhora tratou de mostrar alguns gráficos. O primeiro foi uma grande, foi uma simulação do globo terrestre, uma série de pontos, aqueles gráficos de uma bolha, como uma tentativa de tentar enriquecer o argumento, como se aquilo fosse uma comprovação cabal de que existe uma estrutura montada para atacar pessoas. Aquilo ali é um mapeamento de rede. Vários *softwares* e *apps* na internet demonstram aquilo. Aquilo são *softwares* de rastreamento e que mostram estatísticas de forma gráfica.

Então, assim, eu posso dizer para todos vocês aqui como alguém que sabe razoavelmente do que está falando que aquilo não quer dizer nada. Aquilo não quer dizer nada. É só encheção de linguiça.

Uma outra pergunta: como a senhora e as pessoas, que afirmam aqui, insistentemente, que existem robôs – e eu estou procurando esses tais desses robôs –, por que vocês conseguem afirmar que existem robôs, e as empresas, o Twitter, o Facebook, o YouTube, seja lá quem for, todas essas empresas, que têm algoritmos ultracomplexos, que têm gerentes, que têm coordenadores, têm administradores de todo o sistema de TI deles, de fluxo de informação de dados, Ph.D., os caras do mais alto nível de inteligência, os caras com QI acima de 130, que controlam essas redes, eles, que são eles, não conseguem conter esses robôs, não conseguem identificá-los? Mas, aqui, os peritos que vocês apresentam conseguem, assim, por achismo, por analogia, por ligação de dados subjetivos, montar uma ideia de que existem robôs.

Então, eu gostaria de saber baseado em que, tecnicamente e materialmente, vocês conseguem enxergar robôs e, se vocês que não são de dentro da estrutura da administração dessas redes sociais conseguem enxergar, por que as redes sociais e

os seus administradores não conseguem enxergá-los e derrubá-los imediatamente? Por que os algoritmos não conseguem fazer isso, mas vocês aqui, nós da política conseguimos?

Então, para mim, essas afirmações de que nós temos um monte de robôs não passam de ilações, porque, na verdade, a gente desconfia de que algumas rotinas – rotinas – são feitas por programadores. Mas aí você dizer que existe uma estrutura de robôs montada... Até agora não vi uma evidência aqui, técnica, que diga assim: "É assim, a linha de instrução é essa, o programa é descarregado desse jeito, ele entra com esse fluxo". Se botar um técnico aqui, provando isso, a gente pode reavaliar.

A pergunta que eu faço também para a depoente, que eu gostaria que a senhora anotasse e respondesse depois, e aí vale o juramento: a senhora nunca, em toda a sua vida, nas redes sociais, nunca usou uma ferramenta – é uma pergunta –, nenhuma ferramenta de impulsionamento, nenhuma ferramenta de alavancagem, nenhuma ferramenta – porque está disponível no mercado, legalmente, existem várias –, a senhora nunca usou nada disso? Tudo que a senhora tem hoje de seguidores foi 100% orgânico? A senhora pode afirmar e provar isso se nós precisarmos levantar essa informação?

Então, anota essa pergunta. Eu quero que a senhora responda, é uma pergunta binária, é sim ou não: é 100% orgânico? Beleza?

Como a senhora pode provar, depoente, que um disparo de robô custa R\$20 mil? Como eu posso ter certeza de que a senhora está me falando a verdade? Que materialidade a senhora tem? A senhora tem fontes? A senhora perguntou? A senhora gravou alguma transação? A senhora acompanhou alguma transação financeira? A senhora viu alguém recebendo um boleto? A senhora viu uma transferência sendo feita? A senhora transacionou alguma coisa que prove que alguém paga R\$20 mil e recebe um disparo de robôs?

Então, se isso não conseguir ter materialidade aqui para ser demonstrado, também é só ilação.

Então, fica aí a pergunta para ver se a senhora consegue demonstrar isso.

Mais uma pergunta que eu acho importante: baseado em que, com que dados técnicos – técnicos –, linha de instrução, precisa estar demonstrado – demonstrado –, se consegue comprovar que existem 1,4 milhão de robôs na rede do Aliança, na rede do Presidente Jair Bolsonaro? Dizer que existem 1,4 milhão porque o perito da Universidade de Cambridge estudou, isso não quer dizer nada. Eu quero uma prova cabal, material, de que existem 1,4 milhão de robôs. Então, gostaria de saber qual é a prova. Estudo de achismo não vale.

A senhora critica, dona depoente, as certificadoras digitais, mas isso passou a ser uma preocupação para a senhora a partir do momento em que o Aliança conseguiu obter a possibilidade de fazer coletas de assinaturas biométricas.

Então, agora, as certificadoras digitais passaram a ser suspeitas, mas ontem elas não eram. Eu gostaria de saber por que agora elas são, uma vez que elas têm fé pública, todos os critérios que são exigidos para que uma certificadora digital possa operar são cumpridos, então, estão dentro da lei, e aí, mesmo sem saber como vai ser a maneira de coletar, a senhora já se antecipou em dizer que as certificadoras são suspeitas.

Então, eu quero perguntar à senhora: isso é uma tentativa de enfraquecer a campanha que será feita para a criação do novo partido? Sim ou não?

Mais uma pergunta: com base em qual evidência técnica a senhora afirma que o Aliança já tem 40 mil robôs?

Mais uma pergunta: a senhora declarou aqui que a página Ódio do bem é um perfil falso e a página Isentões é um perfil falso. Eu não reconheço como perfil falso. É um perfil de sátira, é um perfil que pode até ser que cometa calúnia e difamação como vários outros que a senhora demonstrou aqui.

Todos os que cometem calúnia e difamação, já há amparo jurídico para ser resolvido. É bom que eu abra parêntese de novo, Presidente, sabe por quê? Porque isto é uma CPI para apurar notícia falsa, não é CPI para apurar calúnia, injúria e difamação. Dessa CPI não se precisa. E o que eu ouvi da demonstração da depoente foi demonstração legítima, em muitos casos, porque é inadmissível atacar a pessoa dela, a questão pessoal. Inadmissível. Por mais que eu tenha todos os problemas com ela, jamais eu reproduziria um apelido de animal como aquele que foi utilizado para ela.

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – Agora, o que a senhora demonstrou aqui foi apenas calúnia, difamação e injúria. Eu não vi nada, nada de *fake news*.

Então, o Ódio do Bem e Isentões são páginas de sátiras, que eventualmente podem cometer crimes e têm que pagar pelos crimes.

Mais uma coisa para finalizar. A senhora, em muitos momentos, aplicando-se o que falei lá no início sobre a questão do transtorno narcisista, ele se revela nesses momentos. Uma característica fundamental é a pessoa que sempre, sempre,

sempre, em 100% dos casos, conjuga o verbo na primeira pessoa do singular: eu fiz, eu resolvi, eu falei, eu chamei. E várias vezes, nesse caso da saída do Governo, e também quando disse que praticamente foi ela que deu a eleição para o Jair, porque ela chegou e apoiou.

Eu queria apenas dizer o seguinte: infelizmente é um caso do transtorno que eu falei, e acho que a solução é muito difícil – vou encerrar em 30 segundinhos –, é uma solução difícil. Gostaria, porque ela tem competência, mas, infelizmente, a conduta a levou a essa condição. Hoje ela está aqui como convidada, mas de fato a maior parte dos problemas que a depoente, que essa senhora está passando é por conta do seu comportamento, não é por conta de perseguição. As pessoas perceberam isso, o eleitorado percebeu, e nunca é tarde para mudar quando se quer.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu queria aproveitar, nobre Deputada, antes de V. Exa. responder ao Deputado Labre: V. Exa. fez um juramento no início da sua oitiva, o que não havia necessidade, porque a senhora aqui está como convidada. A partir do momento em que a senhora fez um juramento – eu não estou dizendo que a senhora vai mentir –, aconselho que só fale a verdade, para evitar que haja um processo por quebra de decoro parlamentar por faltar à verdade.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Não precisa, Presidente. Eu estou imbuída em falar a verdade. Só uma informação aqui para que vocês saibam: a *hashtag* que foi criada enquanto eu estava aqui na CPI, #JoiceTraidora, os robôs estão disparando de 0 a 600 tuítes por minuto. Então, a cada minuto, eles disparam 600 tuítes, a cada minuto, e retuítam. Então, o levantamento está sendo feito também.

Vamos lá. É interessante que a gente tem até terapia, diagnóstico de terapeuta aqui na CPI. Achei interessante. Eu não vou responder a essa bobagem toda de transtorno de sei lá das quantas. Vamos aos fatos.

Em relação à informação dita, à primeira pergunta: "no final do ano passado, uma grande revista ganhou 600 milhões". Primeiro, não foi uma grande revista, eu disse que foi um grupo de comunicação. Houve uma reunião... Eu falo tim-tim por tim-tim nos vídeos que eu fiz que houve uma reunião em São Paulo com um grupo de pessoas, gente ligada a partidos políticos, e que houve essa proposta para que esse grupo de comunicação ficasse na linha de ataque. O valor seria esse; e o pagamento, um pouco em espécie, e o restante, como é muito dinheiro, em bitcoin, que é também mais complicado de rastrear. Por óbvio, eu deixei muito claro e me coloquei à disposição de qualquer um que quisesse eventualmente tomar o meu depoimento. Aventou-se um monte de coisa, que foi revista A, B ou C. E o negócio, por óbvio também, foi desfeito, porque correu como rastilho de pólvora. Eu, como responsável pela notícia e por uma informação tão grave quanto esta, não podia ficar calada. Ponto.

Segunda pergunta: "Dias antes da eleição, a senhora disse que tinha um *hacker*, que conhece o *hacker*, e o *hacker* não foi apresentado". O Deputado tinha que fazer a lição de casa um pouquinho melhor, porque o *hacker* foi apresentado no outro dia. E o senhor pode ver o vídeo. O vídeo está aí, claro, obviamente, sob a condição de sigilo. E mais do que dizer que poderia haver uma mudança de rotina nos servidores no caso das urnas... Todo mundo se lembra de que a gente estava num período de muito ebulição. "Alteração de rotina", ele disse, "eu sei quem faz, eu sei onde está". Eu cheguei a falar sobre isso com o Presidente da República, à época. Até ele falou: "Ah, mas a gente está aqui em primeiro lugar. Será que se você divulgar essa a informação não vai ter problema, não vão questionar a minha eleição?". Eu falei: "É uma informação muito grave. Então, eu tenho que divulgar". E eu divulguei e entrevistei esse *hacker*. Inclusive, à época, no dia da eleição, alguns técnicos... Segundo me informaram o próprio Deputado Celso Russomanno e pessoas do Palácio, alguns técnicos em TI acompanharam toda a operação dentro do TSE para garantir a lisura das eleições. Então, pode perguntar ao Deputado Celso Russomanno, que tem peritos que trabalham com ele nessa área também.

"Como o Twitter e outras empresas não conseguem identificar?" Qualquer um de vocês que converse com qualquer perito da área digital ou qualquer *hacker* ou qualquer um que entenda disso aqui sabe que existem robôs, por óbvio. O papel do Twitter e de outras plataformas não é necessariamente ficar investigando isso. Se fosse uma coisa feita por amadores, nós não teríamos tantos robôs nas redes sociais. É óbvio que isso é feito...

O SR. MÁRCIO LABRE (PSL - RJ) – O algoritmo trabalha automaticamente. É só botar no algoritmo que ele trabalha automaticamente e derruba...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por favor, Deputado.

É óbvio que isso é feito de maneira muito profissional, e não de maneira amadora. E creio eu que um dos papeis desta Comissão é justamente chegar à verdade. É para isso que estamos aqui.

"Ferramentas de impulsionamento, já usou?" As minhas redes... Eu sou da época do Orkut ainda. Eu tinha Orkut, tinha o blogue. Aí veio o Facebook, eu fiz o Facebook. Na época da campanha, foram feitos alguns poucos impulsionamentos

declarados à Justiça Eleitoral. E, depois que eu tinha mais de um milhão e tanto de seguidores já no Facebook, nós testamos algumas vezes fazer – três ou quatro vezes, eu não vou me recordar de quantas vezes – o impulsionamento, mas não dá resultado para mim, porque o meu seguidor é orgânico. Então, é uma idiotice gastar dinheiro com isso. É simples assim, é matemático. "Quantas vezes foram feitas?" Sei lá, meia dúzia, três, quatro, não sei, mas nunca foi um hábito, porque eu já tinha um número grande de seguidores. Eu acredito que o impulsionamento possa ser feito só no Facebook, eu não sei se pode ser feito em outras ferramentas, mas especificamente no Facebook... Veja, eu tenho mais de um milhão de seguidores no Youtube, aí tem o Facebook, aí tem o Instagram e tem o Twitter. Então, é isso, Deputado. Mas eu também coloco à disposição. Se quiser vasculhar as minhas redes... Inclusive para a CPI, está à absoluta disposição.

"Como saber que a transação custa R\$20 mil?" Pura e simplesmente porque esses técnicos, esses peritos, combatem exatamente isso. Eles sabem das informações. É gente que foi da polícia, que faz esse tipo de perícia técnica. Esse não é um número que se tira do além.

"Por que a certificadora é suspeita?" Eu não disse que é, eu disse que é um risco; que, pelo volume de robôs que nós estamos monitorando, nós temos que ter um compromisso claro com o processo democrático, para que nós possamos... Crie-se partido A, B, ou C, pouco me importa, mas que seja dentro das regras legais. Existe lei eleitoral, ela tem que ser cumprida. E o TSE deu uma autorização, mas não regulamentou. Então eu acredito, Deputado, que o senhor também não gostaria que houvesse qualquer tipo de fraude na criação de qualquer partido, seja o que o senhor vai migrar, seja de outra ideologia. Nós queremos que a coisa seja feita com luzes sobre ela. Não vejo problema em que se monitore isso de maneira absolutamente legal.

Aí o Deputado disse: "ela disse que ela deu a eleição para o Jair". Eu não disse isso, Deputado. O que eu disse é que eu trabalhei, e muito. O senhor falou até que eu falo que trabalho muito. Eu trabalho muito mesmo. É um problema. Eu preciso até aprender a trabalhar menos. Eu nunca disse que eu dei a eleição ao Jair. O que eu já disse algumas vezes – isso é fato – é que, quando eu entrei na campanha dele como mulher, nós tínhamos levantamentos, caros Deputados e Senadores, de qual era a visão que as mulheres tinham em relação ao Presidente, e a visão era muito pesada. Chegou ao ponto de, em algumas regiões do Nordeste, a rejeição ser de 78%. Essas são informações de monitoramentos que a própria campanha fazia. Então, eu tentei concentrar muito a campanha com mulheres. Fiz campanha em tudo que é canto. Vocês vão ver viagem minha... Depois que aconteceu aquela fatalidade do maluco lá, do Adélio, eu viajei com o Mourão, a gente tocou a campanha no Paraná, porque eu nasci no Paraná. Então, eu nunca disse que eu dei a eleição ao Presidente. Isso é uma falácia. Quem deu a eleição ao Presidente foi o povo brasileiro, e todos nós, mais ou menos – alguns mais, outros menos – ajudamos nesse processo. Alguns foram mais ajudados, outros ajudaram mais. Eu concorri em um Estado em que eu disputei o voto com o filho do Presidente da República, Deputado Márcio Labre. E eu fiz campanha ininterruptamente para o Presidente, isso é público. Isso está claro e notório. Por óbvio, o Presidente conta com o meu respeito – eu sei – e eu conto com o respeito dele, apesar dessas rusgas. Eu me engajei de corpo e alma. Eu posso lhe passar vídeos em Minas, no Nordeste, no Sul do País, em São Paulo. O que eu estou dizendo não são ilações; são fatos, simples fatos. Então, é isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente... Só uma pequena questão de ordem, Sr. Presidente. Pequena.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ivan Valente, pelo PSOL.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que eu respondi tudo, Deputado. Se houver mais alguma dúvida, eu posso responder depois pessoalmente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sabendo V. Exa. que não pode fazer nenhuma pergunta à nossa convidada.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Pela Liderança.) – Articularei o discurso de forma que a Deputada Joice faça uma boa interpretação da minha fala. Obrigado.

Deputada Lídice da Mata, Relatora; Deputada Joice, eu, como Líder de bancada... Estão lá votando inclusive o pacote anticrime, e eu tenho que ir para lá, mas eu fiz questão de vir aqui ver, fiz questão de ficar um tempo razoável aqui hoje. O que eu vi foi um circo de horrores. Eu convivi 20 anos aqui como Deputado com o Jair Bolsonaro. Ele foi Deputado 28 anos, não é nenhum neófito. E digo mais: V. Exa., num dos seus pronunciamentos, colocou que ele era "um fofó". Eu quero discordar de V. Exa.: ele é um troglodita. E ele é um troglodita por várias razões, é só ver as declarações dele e pegar a listagem que o Deputado Frota, que também apoiou a campanha, listou ali das questões. Então, ele apoia tortura, ditadura, AI-5, é homofóbico, é racista, é machista, e ele é explícito mesmo. Ninguém pode negar isso, porque são frases textuais.

Então, eu queria dizer a V. Exa.: V. Exa. se colocou como uma democrata de qualquer forma – de direita, mas democrata.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Isto aqui não é democrático: apoiar o AI-5. E queria até depois... Se V. Exa. comentasse eu acharia ótimo. Apoiar tortura é democrático? Não é. Então, eu acho que é melhor rever esses conceitos, porque ele agrediu as mulheres e V. Exa. também. V. Exa. foi duramente agredida, e nisso eu me solidarizo, porque eu faço política em cima de ideias e há mais de 45 anos, não só como Parlamentar – em cima de ideias. O que está havendo neste País é a era da mentira. Por isso que esta CPI se chama CPI da Fake News.

Então, queria dizer o seguinte: esse depoimento que V. Exa. deu foi um dos mais importantes. Sim, é grave, é gravíssimo o que foi colocado aqui. Isso eu não vou desqualificar, não; vou qualificar o seu depoimento. Independentemente dos seus motivos, eu vou qualificar, ele é qualificado. E a Deputada Lídice vai usar, como Relatora, a peritagem. Tudo que foi colocado são questões graves, porque, na verdade, não é só o Presidente: o Carlos Bolsonaro, o Flávio Bolsonaro são líderes de uma rede especializada em campanhas de difamação de notícias falsas usando aplicativos. Isso é muito grave. Sabe quem é o chefe deles todos? Jair Bolsonaro. Não há como separar.

E aí eu quero falar do tal Gabinete do Ódio. Eu tenho pouco tempo aqui. Deputada Joice, eu mandei dois requerimentos de informação que eu vou agregar ao relatório aqui da CPI, perguntando quem é o Gabinete do Ódio – não usei esse termo –, quem são estas pessoas: Filipe Martins, José Matheus Sales Gomes, Tércio Arnaud e o outro Mateus? A resposta deles é um *show* de hipocrisia e cinismo. E, em vez de falar logo que eles são milicianos digitais mesmo, vão falar que eles são servidores que ocupam cargos de assessor chefe, adjunto da Assessoria Especial da Presidência da República. O dia inteiro...

(Soa a campanha.)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... tuitando aí, fazendo toda essa questão.

Então, eu acho que esse documento aqui, o requerimento de informações, quando é enviado para a Câmara, assinado pela Presidência da República, que vem do Gabinete da Presidência, ele tem que ter um caráter... Não se pode mentir, sob pena de crime de responsabilidade, Deputada Lídice. Segundo o requerimento, eu fiz sete perguntas, e o último perguntava exatamente isto: quem são as pessoas que administram as redes sociais pessoais do Presidente da República para a divulgação da sua comunicação oficial? Olhe a resposta, Deputada Joice: "o Senhor Presidente da República, é ele mesmo que administra suas redes pessoais e pessoalmente seleciona os conteúdos a serem postados", ou seja, o Presidente não faz, não governa, só fica fazendo *fake news* o dia todo. A equipe, o gabinete da maldade ou do ódio, o que for, isso aqui é uma mentira, que o Presidente mesmo... Até porque o Carlos Bolsonaro tem a senha. Está certo? Então, essa resposta, Deputada Lídice, é uma grande mentira.

Eu vou deixar esses dois requerimentos para a CPI para que elas sejam usadas como comprovação de mentiras, porque, em todos os artigos do Regimento Interno da Câmara e da Constituição, mentir ou deixar de responder em um mês os requerimentos é crime de responsabilidade. Então, eu peço que, Deputada Joice, neste momento... Esse depoimento e o depoimento do Deputado Frota também são depoimentos que foram feitos de forma que a gente aproveite o máximo, sem desqualificar, independentemente das intenções de V. Exa., independentemente do que aconteceu com V. Exa. V. Exa. foi vítima de agressões porque a agressão é generalizada, a mentira é generalizada.

Eu termino com isto: na verdade, as *fake news* começaram antes da eleição – antes da eleição.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – As *fake news* são de antes. Então, essa eleição foi fraudada por Jair Bolsonaro, que só aceitaria o resultado se tivesse o voto impresso, mas, como ele ganhou, ele esqueceu o voto impresso.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela Liderança do PT, o Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, eu acho que os trabalhos estão se estendendo em demasia e provavelmente daqui a pouco o chamamento lá na Câmara vai nos tirar aqui do seguimento, mas acho que o que já foi dito é suficiente, embora tenham dito, tentado colocar até um Lula Livre...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Era só o que me faltava.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... na boca da nossa Deputada, o que evidentemente é uma provocação, porque todos sabemos as convicções dela. É uma tentativa de desqualificação. E, na verdade, a Deputada, sem ser obrigada a isso,

porque era uma convidada, fez um juramento de dizer a verdade; mais que isso, veio aqui depor após ter recebido, como ela disse, muitas ameaças pela internet. E quatro ministros – declarado por ela –, se não a ameaçaram, procuraram...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não ameaçaram.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... que não a ameaçaram, procuraram dissuadi-la de vir aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aconselharam.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Pouco importa. Foi uma tentativa de que a senhora não viesse ou, se viesse, não falasse nada. Como, aliás, deve ter acontecido com o Gen. Santos Cruz, que, por lealdade às Forças Armadas, disse algumas coisas que... Nós, na verdade, as dissemos, e ele confirmou.

Pois bem, são revelações gravíssimas. Eu quero ressaltar isso, porque nós entramos aqui numa fase em que um xinga o outro, um fala do outro... Bom, eu não vou entrar no mérito, porque houve, como se diz na linguagem popular, muita baixaria, cenas hilárias também, que servem para desqualificar a seriedade desta CPMI e a gravidade dos fatos que foram aqui relatados. Não são poucos: a tentativa de criação de uma Abin paralela e a indicação do diretor-chefe da Abin pelo filho do Presidente da República Carlos Bolsonaro; a existência de um puxadinho dentro do Palácio do Planalto – na verdade, são os filhos do Presidente e um grupo que, segundo o Gen. Santos Rosa, cerca o Presidente e impede até que as pessoas tenham acesso a ele –; e mais, denúncia de robôs, denúncia de utilização de dinheiro público em vários gabinetes, não porque as pessoas estão lá como assessoras de imprensa, que podem ter suas redes, mas durante o horário de expediente estão propagando notícias falsas e derrubando reputações. Então, essa gravidade em nenhum momento pode ser minimizada aqui. E nós vamos ter que indiciar pessoas. Já há razões para isso.

E a tentativa final de desqualificar o depoimento foi quando o Presidente da República, supostamente, numa informação, chama a depoente de idiota, que é uma maneira também de desqualificá-la, logo aquela que trabalhou tanto pela eleição dele.

Eu queria ressaltar isso aqui. Vou ter que me retirar para ir lá votar e participar da discussão sobre o projeto anticrime, mas não queria que o depoimento da Deputada fosse aqui esvaziado, desmerecido, independentemente das razões dela. Houve aqui uma tentativa de dizer que ela mentiu, que ela é vaidosa, que ela tem um transtorno de narcisismo e tal. Isso pouco importa, não é isso que está em discussão na CPMI. Vamos aos fatos, vamos à denúncia que ela fez, que está documentada, tem perícia, e nós vamos investigar mais fundo, inclusive com as propostas que fizemos aqui de que ela possa ter um depoimento sob sigilo prestado ao senhor e à Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputado.

Passo a palavra agora à Deputada Carla Zambelli, do PSL, do Estado de São Paulo.

Antes, porém, informo os três próximos oradores inscritos: Deputado Túlio Gadelha, Senador Randolfe Rodrigues e Deputado Marco Feliciano.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de saber se eu posso falar pela Liderança do Governo, abrindo mão da minha última fala.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode ser.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Pode ser?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Posso falar agora? V. Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pode.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados e Senadores, Relatora, Joice, confesso que não estou nada confortável de estar aqui neste momento. Eu assisti a boa parte da transmissão do seu depoimento aqui pela internet e precisei vir aqui só pontuar algumas coisas que eu ouvi.

Antes de falar o que de fato eu preciso falar aqui, eu só queria dizer que, assim como você narrou aqui vários fatos ilícitos, me ficou a questão: por que você não falou isso antes? Talvez a resposta seja porque você foi aqui convidada; se não tivesse sido convidada, não teria falado – mas só ficou isso aqui na minha cabeça.

E segundo ponto, Sr. Presidente: eu queria pontuar aqui sobre a nossa Relatora, Deputada Lídice, a quem eu peço atenção neste momento, para que V. Exa. possa continuar sendo aqui a Relatora desse caso, a senhora tem que se mostrar menos parcial. Pela televisão, eu estava assistindo, e a senhora afirmou que aqui há uma quadrilha, que aqui há uma

organização criminosa para disseminação de *fake news*, envolvendo, inclusive, Deputados Federais. Isso torna a senhora alguém suspeita para estar aqui à frente da relatoria, porque, quando a senhora afirma que há uma organização criminosa, claramente antecipa o seu relatório, antecipando o seu julgamento, mostrando a sua parcialidade. E qualquer Deputado sabe que uma CPI tem poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e que estamos aqui processando um inquérito. Logo, temos que ter os cuidados no devido processo legal, afinal, como processar um inquérito, uma investigação se a Relatora já sabe de antemão o resultado final da mesma? Ou será que todos nós é que somos bobos, estamos fingindo aqui que estamos investigando algo, mas na realidade tudo isso aqui se trata de um jogo de cartas marcadas, uma encenação, para dar a aparência de legitimidade a uma câmara de gás montada para aniquilar o Presidente Bolsonaro e todos aqueles que são seus aliados? A CPI de Fake News não foi feita para investigar a direita, e sim todo tipo de *fake news*, seja ele de qual for, mas não parece que esse é o direcionamento da investigação atualmente.

A Deputada Joice falou aqui de *fake news* que supostamente os apoiadores do Presidente Jair Bolsonaro espalharam. Ela disse que... chamou até de organização criminosa.

Joice, até dois meses atrás, para você organização criminosa era o PT. Se eu pudesse fazer uma pergunta – o que eu não posso agora, porque estou falando como Líder –, eu perguntaria se você ainda acha que o PT é uma organização criminosa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não mudo minhas posições, caro Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Ótimo. Não, mas eu não posso fazer perguntas, e você não pode nem responder, não é?

Pois bem. Mas, neste momento, aqui na CPI, a senhora se alia à quadrilha que simplesmente tenta de qualquer maneira derrubar o nosso Presidente. Ver você aqui fazer uma dobradinha com Rui Falcão, que não está mais presente, que foi Presidente do PT, fiel escudeiro do condenado Lula – aliás, ao que parece, você pode até ter esquecido que fez um culto ecumênico no seu gabinete exorcizando de lá aquele pessoal do PT que ocupava o cargo.

Afinal de contas, por tudo o que disse até aqui, me parece que você seja uma *expert* em *fake news*. Aliás, eu gostaria de lembrar aqui do *site* Intercept, que denunciou você como sendo uma das maiores propagadoras de *fake news* na última eleição. Se você não fosse do Governo, eu acho que você não estaria aí como convidada; estaria aí como convocada, e pelo pessoal do outro lado com que agora você faz coro. É muito triste ver isso.

Eu fico, de fato, intrigado, porque declarou algum tempo atrás, Joice, que você queria ser o Bolsonaro de saias. Então, estar aliada aqui neste momento ao que você chamou de quadrilha e esquecer de como denunciou que o PT era o maior disseminador de *fake news* das eleições no ano passado, isso me deixa, como eu disse, constrangido.

Como eu disse algum tempo atrás, para terminar, o PT é ao mesmo tempo o pai e a mãe de todas as *fake news* no nosso País. Quando era oposição, montou um esquema de produção de dossiês falsos para destruir os aniversários e, quando foi Governo, aprimorou o esquema...

(*Soa a campanha.*)

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... criminoso usando do aparato policial do Estado e das gordas verbas publicitárias aí da Secom. As milícias digitais são verdadeiras, inclusive eu já requeri aqui à Secom todos os pagamentos de verbas publicitárias para a milícia digital petista e, assim que eu receber os documentos, eu vou requerer a juntada de todos os documentos nos autos que formam este inquérito aqui.

Finalizo aqui, Sr. Presidente, lembrando o que eu disse esses dias, e retorno a dizer, até porque fui ameaçado aqui por um Senador do PT, e sempre tentam me desqualificar aqui. Eu finalizo dizendo a minha frase que já virou uma alcunha pela internet: o PT não tem moral para investigar ninguém, principalmente aqui nesta CPI. O PT aqui nesta CPI é como aquele batedor de carteiras que, após furtar um desavisado, sai gritando "pega ladrão".

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não. Eu preciso...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu não fiz...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, ele fez várias ilações. Por favor, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como V. Exa. citou a nossa convidada, ela terá o direito de resposta.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O senhor fique vontade.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Eu quero responder também.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como também a nossa Relatora foi citada. As duas terão o direito de resposta.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para explicação pessoal.) – Exatamente, senão fica um samba do crioulo doido isso aqui.

Vamos lá.

Quanto à tentativa, Deputado Marco Feliciano – Deputado que eu levei para ser Vice-Líder do Governo no Congresso...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Por isso eu disse do meu constrangimento em estar aqui.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... que eu levei, e trabalhamos juntos para aprovação de várias matérias –, essa tentativa de me misturar com o PT, ela é natimorta.

Eu sei que o senhor é muito inteligente, nós somos amigos. Eu sei que o senhor está cumprindo o seu papel, o senhor está cumprindo o seu papel. Tudo bem, é do jogo democrático. Agora, jamais qualquer criatura em sã consciência me misturaria com o PT. Não teve jornalista que mais bateu no PT e denunciou o PT e saiu pelas ruas... colocando o meu pescoço, inclusive, a prêmio no meu emprego, no meu trabalho, porque eu sai pedindo o *impeachment* da Dilma com os movimentos democráticos da época.

Então, é assim... É até esquisito: "Ah, você está fazendo uma dobradinha com o Rui Falcão?". Por que? Porque ele está na CPI e falou alguma coisa? Porque ele fez um posicionamento ou porque eu estou aqui mostrando, por "a" mais "b", com informações técnicas, que existe realmente uma rede, uma milícia? E eu não atribui isso em nenhum momento ao Presidente da República. Qualquer um que falar isso está sendo canalha, mentiroso, desonesto, desleal. Durante toda a minha fala, toda a minha fala, eu disse aqui: acredito que o Presidente não sabe do peso, de como as coisas realmente funcionam.

Por que eu não falei antes? Porque eu, caro Deputado Marco Feliciano, achava que era uma lenda urbana: "Isso é *fake news* do PT esse negócio, tá doido?". Achei que era só briga ideológica: um falando mal do outro; o outro, falando mal do um. Porque era muito burburinho para pouca coisa. Chegamos a pensar, à época da campanha, que os próprios partidos de oposição faziam *fakes* contra si mesmos e espalhavam para culpar a gente. Sei lá!

As minhas orelhas ficaram em pé quando começaram a fritar o Bebianno e o Vice-Presidente da República Mourão. E aí, na sequência...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Mas nesse momento você já era Governo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sim, já era Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – E por que você não denunciou isso?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Porque eu não tinha provas, meu caro. Falei com o Presidente mais de uma vez. Pergunte ao Presidente da República quem esteve com ele no Alvorada, conversando para que isso não se tornasse uma perseguição de aliados. Eu estive lá, eu falei com o Presidente, orientando para ele: "Calma, fique tranquilo". Eu não era nem Líder nessa época ainda, ainda não era Líder, depois que eu me transformei em Líder, fui nomeada Líder.

Então, "ah, por que não falou isso antes?". Porque essas informações não podem ser ditas de forma leviana, no achismo. Se você pegar e olhar no achismo, você vai dizer "não, está na cara que isso aqui é combinado", mas isso é achismo. Então, eu precisava...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Você só foi estudar...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe eu só concluir.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Só para o meu raciocínio aqui: você só foi estudar isso depois que você foi demitida do cargo?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não; deixe-me responder. Deixe-me responder. É porque essa é também uma narrativa interessante.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Responda, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É uma narrativa interessante. Eles ficam tentando plantar: "Tem mágoa, tem mágoa, tem mágoa...".

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, Excelência, eu não estou perguntando...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Meu caro... Não, não, deixe-me responder, Feliciano. Gente, uma coisa óbvia, uma coisa clara...

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-os pararem de bater boca, e aí eu respondo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos lá. É óbvio, porque, quando você imagina que é uma lenda urbana, por que eu me dedicaria a investigar o que eu considerava uma lenda urbana?

Quando eu vi e eu falei com o Vice-Presidente da República, prestei a minha solidariedade a ele, ele sendo atacado por um dos filhos, da maneira mais suja. Inclusive, o senhor sabe disto, quando o senhor atacou o Vice-Presidente num tuíte, eu entrei no nosso grupo de Liderança e disse: "Isso não pode acontecer. Não pode acontecer!". E você disse: "Não, estou exercendo meu direito de liberdade", blá-blá-blá-blá-blá. O nosso grupo está aí para comprovar isso. Eu saí em defesa do Vice-Presidente. Por quê? Porque ele também é uma instituição. E aí eu cheguei a cogitar com...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Só não defendeu o Santos Cruz.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Defendi. Defendi!

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, no grupo não, publicamente. Publicamente!

(Tumulto no recinto.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu defendi publicamente, claramente. Não, deixe-me só concluir.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, deixe-me só concluir aqui, porque senão fica esse nhem-nhem-nhem, entendeu?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Por quê? Porque quando eu virei alvo... E, me desculpe Deputado, se você está no meio de uma guerra, e todos voltam as armas para você, o que é que você faz? Você tem que saber pelo menos de onde vem o tiro. Você tem que saber quem está atacando. E foi exatamente o que eu fiz.

Eu cheguei a conversar com o Presidente sobre o tuíte que o senhor fez contra o Mourão e, depois, contra o Santos Cruz também, porque achei inadequado e disse ao senhor isto: achei inadequado, para um Vice-Líder do Governo, atacar o Vice-Presidente da República. E disse ao Presidente: é preciso chamar o Feliciano e conversar com ele. O Presidente deu de ombros em relação a isso. Não sei se foi algo combinado entre vocês ou não. Tudo bem. Ele manda. Tudo bem.

Agora, que fique muito claro que os meus posicionamentos têm uma sequência lógica, uma sequência lógica. "Por que você foi investigar?" Porque eu virei alvo, por óbvio. Por óbvio, tentando destruir a reputação de quem criou, a duras penas, uma reputação, trabalhando, defendendo o que acha correto, acreditem ou não nas minhas teses da direita. Claro que a esquerda vai criticar, outro vai... Tudo bem. É do jogo democrático também, senão não é democracia, é ditadura, não é?

Essa conversa de "isto é uma câmara de gás para aniquilar o Presidente da República", o senhor pode até aplicar isso a algumas pessoas, não a mim. Durante esse tempo todo, eu estou aqui blindando e dando o benefício da dúvida. O que eu estou falando tem prova, tem prova, está aqui, tá?

"A senhora se alia à quadrilha do PT?" Eu já respondi.

Quanto ao Intercept, eu acho engraçado, porque todos nós, governistas, sentamos a borduna no Intercept por não ser um site de confiança. Agora vem o senhor, governista, e pega o site, o perfil que é de alguém que ataca o Governo, ataca o Moro e diz que o site me atribui qualquer coisa em relação a fake news. Então, só para ficar claro, não é?

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Para concluir, Deputada.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, já concluí, é isso mesmo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Se começar um debate paralelo aqui, nós não vamos terminar a reunião hoje.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí não dá, aí não dá!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu não apoiei Intercept. Eu disse que o seu nome...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não; o senhor usou a informação.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Deixe-me terminar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O senhor usou a informação.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – O seu nome estava no Intercept. E eu disse: se você não estivesse agora nesta posição contra o Governo, você não estaria aqui...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou contra o Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... sendo convidada. Você estaria...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não estou contra o Governo.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Deixe-me terminar, Joice.

Você estaria aqui sendo convocada pela turma a que agora você se une para falar as verdades ou as mentiras...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu não me...

Olha, de novo, Presidente, isso é a tentativa da narrativa... Me desculpe, é uma malandragem.

De novo, eu não estou me unindo a ninguém. Eu não estou me unindo a ninguém de esquerda, eu estou aqui falando a verdade sob juramento porque eu quis, Marco Feliciano.

E o Intercept, que foi o *site* que atacou o Moro, que fez uma série de acusações sobre o Moro, contra o Presidente e contra tantos e que sempre foi visto por nós como um *site* absolutamente suspeito, pelas informações, agora é usado como fonte para tentar me imputar esse tipo de...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone.*) – Eu não disse nada ao contrário, Joice. Eu não disse, não acusei...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Carla Zambelli, do PSL, São Paulo.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, por favor. Não, Presidente.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aliás, Deputada, antes, porém... Porque a nossa Relatora foi citada pelo Deputado, então ela tem o seu direito também de resposta.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Não apenas como direito de resposta, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aqui eu já disse que a Presidência é literalmente imparcial.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Presidente, uma questão de ordem depois da Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas não apenas como direito de resposta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Relatora e, depois, o Senador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... pelo Regimento, a relatoria pode interferir a qualquer tempo...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Interferir, sim, mas a senhora não pode tomar posição e a senhora não pode fazer juízo de valor.

(Tumulto no recinto.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor não está me deixando falar, isso é que é um absurdo!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Não, a senhora não pode, a senhora é Relatora.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, deixa-a responder.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – A senhora é Relatora, está antecipando o seu voto.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deixa ela responder, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Ao final vai ter tumulto?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Isso não é tumulto.

V. Exa. sabe, V. Exa. é regimentalista.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu não estou entendendo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu gostaria que a palavra fosse mantida aqui para...

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu deixei apenas um conselho...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não, não, não.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Eu não estou entendendo a posição de V. Exa.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – A senhora está entendendo muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com a Deputada Lídice da Mata.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu disse a V. Exa...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não, Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu disse a V. Exa. que a título de...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não, não, não!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A palavra está com ela, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... conselho que V. Exa. não tomasse posição...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, Presidente! Não pode fazer isso!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... fosse menos parcial.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, não pode fazer isso.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É claro que eu posso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não pode não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente, dê a palavra para a Carla Zambelli.

Não, não, está vindo para tumultuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, eu não me coloco na posição...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... de bater boca com ninguém aqui.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone.*) – Não é bater boca.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor não me deixou falar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Continua não me deixando falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora Lídice da Mata.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, só para terminar, então.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Está interrompendo a Relatora, Presidente. Não pode!

(Tumulto no recinto.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não vai deixar não. Não pode isso não, Deputado.

Não, Presidente.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – V. Exa. vai receber o vídeo degravado com as falas da nossa Relatora...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não pode isso, não!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... dizendo que há uma organização criminosa e que existem Deputados...

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, não pode não, Presidente!

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – ... que estão misturados com isso.

Ela, na posição...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Ele veio aqui para isso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Acabou, Presidente. Acabou!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não tiro a sua razão, mas V. Exa. já falou isso.

Já falou.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Acabou, Presidente, acabou.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Deputada Lídice da Mata, a Relatora.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. *Fora do microfone.*) – Deixe-a falar. V. Exa. é muito chato! (*Fora do microfone.*)

Toda hora está interrompendo a Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sr. Presidente, eu tenho...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Fale, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... o dever de fazer o relatório de uma investigação, de um inquérito que está aqui instalado. A CPMI é um inquérito.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone.*) – Sim, senhora, questionamento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra a Relatora!

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Realmente, eu não posso falar, me desculpe. O senhor está interrompendo. Não entendo o porquê dessa postura, sempre lhe respeito. Já é a segunda vez que V. Exa., ao se pronunciar, acusa a relatoria. Na reunião passada fez a mesma coisa, acusando a relatoria de parcialidade.

O Gen. Santos Cruz, em depoimento nesta Comissão e em diversas manifestações públicas, usou a expressão "milícia digital" – milícia. A milícia é algo não legalizado, não legal, neste País. Só alguns dão a função de legalidade. Ilegal.

A Deputada Joice usou a expressão "ganguê virtual". A Deputada Joice, mais do que isso, deu um depoimento tratando de uma organização criminosa, usou essa expressão aqui ao apresentar, inclusive, o seu PowerPoint.

Eu lhe perguntei diretamente sobre a existência de uma organização criminosa, ao que ela respondeu que sim, e detalhei o que isso, do ponto de vista jurídico, representava.

"Há um núcleo político?" Respondeu que sim. "Formado por políticos? Quem coordena esse núcleo político de elaboração de ideias políticas?" Ela disse: Eduardo Bolsonaro, Carlos Bolsonaro, Filipe Martins. Foram palavras ditas aqui, e eu posso... Basta pedir a degravação do que foi dito aqui durante o dia de hoje.

Portanto, como Relatora, eu repito o que foi dito aqui, mas, mais do que isso, senhores, como Relatora eu posso ter uma linha de investigação, sim, que possa indicar, num sentido de que há uma formação de organização criminosa e perguntar a quem eu quiser sobre isso aqui, porque é uma investigação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O que não está no Regimento...

Não está bom, não. Eu tenho o direito de falar quanto tempo desejar...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Relatora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... pelo Regimento Interno da Casa.

E respeito V. Exa. aqui, tratando de briguinhas internas do seu partido. Não me pronuncio sobre isso. Não acho que serve à investigação, mas, se vocês querem usar o tempo de vocês para fazerem isso, é um problema de cada Deputado. Não me cabe censurar ninguém.

No entanto, o Regimento Interno desta Casa, naquilo em que ele alcança a investigação, é usado o Código Penal, o Código Penal, criminal. Aliás, eu já utilizei isso aqui quando V. Exas. tentaram me impedir de perguntar sobre a vida dos depoentes, porque o Código criminal determina que assim possa ser feito.

Portanto, diferentemente do que está sendo dito, eu posso, sim, desenvolver uma linha de raciocínio desta investigação que leve a afirmar determinadas questões que percebo com os depoimentos dos demais.

Portanto, eu quero absolutamente rechaçar esse tipo de fala que tenta desqualificar a relatoria, o que já fez e já tentou fazer com todos os depoentes que aqui falaram...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Vamos suspender por cinco minutos, Presidente?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como tenta fazer agora com a depoente.

A depoente está sendo desqualificada pela tentativa de se estigmatizarem as razões de seu depoimento.

A mim não cabe julgar a razão de quem está aqui falando.

(Intervenções fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – As razões, não, mas a sistematização do que é dito, cabe.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Deputada Lídice... Pela ordem, vamos suspender por cinco minutos?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Como está havendo sessão, votação nominal na Câmara, eu vou suspender a sessão por cinco minutos, e retornaremos logo após a briga de vocês.

E a palavra fica mantida com a Senadora Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... que isso aqui é tribunal de exceção e câmara de gás, num desrespeito total ao que já aconteceu nas câmaras de gás no mundo, com os judeus.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas são muito próximos disso.

(Suspensa às 20 horas e 34 minutos, a reunião é reaberta às 20 horas e 46 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A reunião está reaberta.

Pela ordem, tem a palavra o Senador Jean Paul, do Rio Grande do Norte.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu queria apenas colocar... Há algum tempo, quero fazer esta fala, pessoal. Eu preciso fazê-la hoje, Deputado Feliciano. Eu até conversei consigo agora. Eu preciso repudiar e deplorar essas menções ao Partido dos Trabalhadores como quadrilha. Isso já faz tempo! Parece até que a turma se acostumou, não é? Até nós mesmos, às vezes, já estamos encaixando esse tipo de golpe.

Mas eu queria apenas lembrar que nós somos mais de dois milhões de filiados. Dois milhões de filiados ao Partido dos Trabalhadores são ofendidos cada vez que alguém diz isso. Então, eu, de fato, enquanto ouvir isso ao vivo, transmitido em TV, independentemente do assunto que estiver em voga, vou pedir questão de ordem para lembrar... Eu, por exemplo,

filiei-me em 2013. Comparar grupos como esses que a gente está investigando, tanto de um lado quanto de outro, e envolver ou generalizar e chamar todo mundo de um partido de quadrilha eu não admito, não vou deixar que aconteça isso na minha frente.

Então, se alguém acha que o Partido dos Trabalhadores é quadrilha como um todo, que processe o Partido dos Trabalhadores como um todo, como quadrilha.

Aqueles que cometeram mau passo, erros ou crimes estão sendo processados ou poderão ser processados e investigados. Os que não são, não é possível que eles sejam colocados no mesmo grupo. O Partido dos Trabalhadores é um partido honrado, o partido tem vários Deputados nesta Casa. Os Senadores, nós seis, temos atuado inclusive numa oposição ao Governo muito responsável e construtiva.

Eu mesmo estou acabando de relatar um projeto das ferrovias que vai destravar os investimentos em ferrovia no País, para o Governo de Bolsonaro, mas não para o Governo de Bolsonaro, para o Estado brasileiro contar com instrumentais novos para investimento nesse setor. Então, não posso me deixar chamar de quadrilha indiretamente.

Digo isso com todo o respeito, Pastor, Deputado. Inclusive, é um Pastor, um homem de Deus, da conciliação. Eu lhe peço, por favor, que cesse com esse tipo de colocação genérica. Acuse quem tiver que acusar diretamente, sem a prerrogativa parlamentar de fazer isso. Mas não acuse diretamente o Partido dos Trabalhadores, porque está me acusando também. Mal nos conhecemos, e isso gera um relacionamento que se inicia mal. O.k.?

Obrigado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu fui citado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – De novo?

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sim, mas agora é dentro do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É só pedir desculpa, para que V. Exa. respeite os membros do partido de que ele faz parte.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – É claro!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa., como homem de Deus, eu tenho certeza, vai acatar a solicitação do Senador Jean Paul.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Se for para penitência, por favor, dê o direito!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vamos manter a harmonia.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Sr. Presidente, eu não sou homem de briga, sou homem de paz. Eu quero apenas dizer ao nobre Senador que suas palavras entram no meu coração e que eu vou ponderar e pensar. E explico o porquê. Em 2013, eu fui alvo do seu Partido, e apanharam minha filha, as duas, as três, a minha esposa e eu. E do microfone da Câmara...

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Talvez de pessoas, não do partido.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Eu posso falar?

O Partido dos Trabalhadores, todos em conluio, dentro da Câmara dos Deputados – vocês têm uma reunião diária –, iam para o microfone e faziam de tudo para me desmoralizar. Então, ficou aqui um ranço. De repente, um pedido de perdão... Como cristão, liberarei o perdão a quem quer que seja.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pronto! Está perdoado, Deputado.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP) – Enquanto isso, como Deputado, nós vamos para o embate político.

O SR. JEAN PAUL PRATES (PT - RN) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Carla Zambelli, do PSL de São Paulo, está com a palavra.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu gostaria de corrigir uma questão que foi colocada no início da reunião. Nesta minha fala, quero separar bem... Peço a atenção da Relatora Lídice da Mata, porque a gente precisa separar bem o que é crime do que pode ser colocado aqui como uma possível *fake news* – isso pode gerar um processo – e também do que é sentimento, ataque político, embate político. A gente tem de separar as coisas.

Começando com essa correção do início da reunião, a Deputada Joice Hasselmann falou que ela ajudou os Deputados de São Paulo a serem eleitos. Sete Deputados não entraram. Nós, em São Paulo, conseguimos eleger 17 Deputados no PSL, mas sete ficaram de fora. Eles ficaram de fora porque não conseguiram os 30 mil votos necessários, o que seria o mínimo para se atingir a cadeira. Então, nós tínhamos voto suficiente para eleger 17 Deputados, mas sete não entraram porque não tiveram o mínimo.

Então, quando ela diz que os votos dela serviram para eleger os Deputados, na verdade, os 700 mil votos que sobraram da cadeira dela se perderam, com os 2,1 milhões de votos que se perderam nessas sete cadeiras vezes 300 mil votos. Isso é matemática, ou seja, deve-se corrigir isso.

As pessoas perguntam assim: por que os sete Deputados não entraram? Por que eles não tiveram 30 mil votos? Até foi solicitado, nas redes sociais, que eu falasse sobre isso aqui, porque houve uma construção de *fake news* durante a campanha, feita pela Deputada Joice Hasselmann, em que ela tentou acabar com as candidaturas de várias pessoas. Eu tenho aqui vídeos para provar. Eu posso até passar os vídeos depois, durante a minha fala, em que ela se dizia a única pessoa chancelada pelo Presidente Bolsonaro. E há o áudio do Presidente Bolsonaro dizendo que ele apoiava todos os Deputados de São Paulo.

Então, fica a minha pergunta: por que ela se dizia a única chancelada? Isso é uma *fake news*, já que o Presidente falou em seguida, em áudios, e mandou-os para ela várias vezes, dizendo que havia outros Deputados chancelados. Por que ela insistia em se dizer a única chancelada?

Ela tentou acabar com a minha candidatura, pessoalmente falando, com um dossiê que ela enviou para o Presidente Bolsonaro e para as pessoas que o cercavam, dizendo... Aí eu estou dizendo isso não porque é *fake news* e nós estamos numa CPMI, mas porque nós temos de separar o que é guerra política do que é crime. Então, aquilo ali, talvez, não tenha sido um crime porque não foi público. A senhora entende, Relatora?

No dossiê, ela dizia que eu era prostituta, abortista e traficante de drogas. O termo "prostituta" foi, inclusive, referendado pelo Bebianno. Então, quando ele vier aqui à CPMI, se ele vier eventualmente, ele vai poder dizer, porque eu conversei com ele pessoalmente sobre o incômodo que isso gerou durante a campanha, em que a Deputada Joice Hasselmann afirmou que eu teria sido prostituta e que eu usava drogas. Havia até um delegado da Polícia Federal ao lado, e eu pedi que ele fizesse busca e apreensão nos meus endereços conhecidos.

Essa questão de ela dizer que eu era abortista e que eu tinha abortado uma criança etc., isso não ficou só no dossiê privado que ela mandou para o Presidente. Ela também tornou isso público. Aí eu queria que os senhores tomassem atenção para o seguinte: quando a gente fala de embate político, de ódio, dessa questão de um ofender o outro... Até concordo com o Senador petista que disse que toda generalização é ruim, porque você não tem como dizer que todos são criminosos em determinado grupo. Sempre há aquela pessoa que é ruim, sempre há as pessoas que são boas, independentemente do local. Mas ela publicou isso nas redes sociais; isso está público.

"É oportunista. Foi eleita com os meus votos." Eu acabei de dizer que não, porque os 700 mil votos dela que sobraram foram perdidos nessas sete cadeiras que foram perdidas. "É incapaz de fazer uma cadeira na Câmara." "Arma contra o Presidente." Por que ela dizia que eu estava armando contra o Presidente? Porque, na época da MP 870, a Joice Hasselmann fez uma tratativa com os partidos de centro para recriar dois Ministérios – já havia até os nomes dos Ministros – e também para tirar o Coaf do Moro e para tirar os poderes dos auditores fiscais, porque eles não poderiam então reportar indícios de crimes não tributados. À época, eu fiz um questionamento público à Deputada, perguntando por que, como Líder do Governo, ela estava traindo tudo que o Governo defendia até então. Aí ela disse que eu era abortista: "Infelizmente, sou culpada pela filiação dessa abortista quando ninguém a queria". Na verdade, quem assinou minha filiação foi o Major Olímpio. Ele pode confirmar isso quando vier aqui. E realmente ninguém me queria, porque ela tinha mandado um dossiê para o Presidente dizendo que eu era abortista, prostituta e drogada. Na época da campanha, inclusive, eu fiz um teste toxicológico – imaginem uma Deputada ter de fazer teste toxicológico! – para provar que eu não era drogada. Consegui provar isso para as pessoas envolvidas.

Depois, em 20 de outubro, recentemente, ela disse: "Essa mulher é um lixo humano, abortista, cruel, golpista, um monstro". Na época em que eu critiquei a questão da MP 870, ela disse que eu era burra e não sabia fazer contas, quando, na verdade, é ela que não sabe fazer contas, porque ela continua falando e ainda hoje repetiu que foi com os votos dela que eu fui eleita. Na verdade, quem me ajudou foi o Eduardo Bolsonaro, porque eu obtive 76 mil votos, e a diferença disso veio dos votos que sobraram do Deputado Eduardo Bolsonaro.

Em outro tuíte... Você vê que isto aqui, sim, é um gabinete do ódio, ao disparar essa quantidade de coisas! Aí me chamou de serpente: "A cobra ficou com ciúmes da homenagem". Na verdade, a homenagem foi um boneco... Ela combinou com

alguns seguidores de fazer um boneco para ela mesma, dizendo que eu estava com inveja. Na verdade, não era inveja. Eu olhava para ela numa foto aqui, pensando: em que momento essa mulher será desmascarada e todo mundo vai perceber que ela não é amiga do Governo, não é amiga do Bolsonaro e nunca o foi?

Mas, graças a Deus, as coisas vêm à tona. A verdade vem à tona. Então, se o Bebianno vier aqui, ele vai poder comprovar que houve, sim, um dossiê em que a Deputada dizia que eu era prostituta, drogada e abortista e que, inclusive, o Presidente ficou sem falar comigo durante um bom tempo, até que eu pude provar a minha inocência. Aí a história fala por si só.

Ela também falou do Deputado ator pornô. Ela falava o tempo todo: "Eu sou a única chancelada. Não votem em ator pornô! Não votem em abortista! Eu sou a única pessoa chancelada". E isso prejudicou sete pessoas. Eu consegui entrar porque fiz 76 mil votos, mas várias pessoas não conseguiram.

Só fechando essa questão, quando se fala sobre responsabilidade com o País, ela faltou com a responsabilidade com o País quando queria criar dois Ministérios a mais. E, na reunião com o Presidente Bolsonaro, ela falou: "Mas tem que ser assim, porque, se não for assim, eles não vão aprovar a MP 870". E, no final das contas, a MP 870 foi aprovada sem a criação dos dois Ministérios.

Em relação também a acabar com a campanha, aí é uma pergunta que eu faço à Deputada Joice Hasselmann. No primeiro dia de campanha, eu anunciei uma dobradinha com a Deputada Estadual Janaina Paschoal. Essa dobradinha seria uma dobradinha única: eu com ela, ela comigo. Eu não dobraria com mais nenhuma Deputada Estadual, e ela não dobraria com mais nenhuma Deputada Federal. A gente já tinha tirado fotos juntas etc., era uma combinação. No primeiro dia de campanha, a Deputada Joice Hasselmann publicou uma foto, dizendo que a dobradinha de São Paulo era de Joice Hasselmann e Janaina Paschoal.

A pergunta que eu faço é: a Deputada Joice Hasselmann combinou essa dobradinha com a Janaina Paschoal, ou foi publicada essa dobradinha sem nenhuma combinação e nenhum acordo prévio? Isso era uma *fake news* da época. Agora, não era uma *fake news* que fosse um crime. Não foi nenhum crime. A gente tem de separar o que é crime, o que é passível de...

Quando ela me chama de abortista, ela está me acusando de um crime. Eu fico até emocionada porque eu acabei de perder um bebê. Eu estava grávida há duas semanas e perdi um bebê. Eu tenho um filho de 11 anos. Meu filho mora comigo, e eu sou uma excelente mãe. Tento ter outro filho e acabei de perder um bebê. E sou acusada de ser abortista. Então, quando há uma imputação de um crime, mudam de figura as coisas. Ela falou aqui sobre a questão de assessores não poderem ter rede social. Mas, dentro da assessoria dela, há uma pessoa que inclusive eu prezo muito, uma pessoa muito guerreira, mas que é assessora dela e que publicou e publica, nas redes sociais, durante o horário comercial, ataques à esquerda. Isso acontece! E não acho que seja um crime, porque também no PT há gente, na Liderança, que sobe a *hashtag* #EleNão, sobe *hashtag* contra o Governo. Isso acontece, isso é natural, é do jogo político! As pessoas que trabalham como assessores... A assessora dela está publicando #SomosTodosAugustoNunes, no dia em que o Augusto Nunes brigou com o Glenn Greenwald.

Então, isso está errado? A Deputada Joice Hasselmann está cometendo crime de improbidade porque uma funcionária dela está publicando e criando *hashtags* ou ajudando nas *hashtags* contra a esquerda? Isso não tem nada a ver, isso é guerra política, isso não é crime.

Agora, vamos separar o que é crime. Por exemplo, ela diz que escutou pessoas falando que queriam criar uma Abin paralela. A pessoa fala: "Ah, eu sou contra autoritarismo". Ela disse isso hoje. Se ela é contra autoritarismo, por que, quando ela era Líder do Governo e escutou isso, ela não denunciou que queriam criar uma Abin paralela? Por que só denuncia depois que sai do Governo? Então, é muito fácil: eu só denuncio depois que eu já saí e abandonei o barco. Mas, enquanto eu estou no barco, isso não é crime, não é errado? E como ela prova isso agora? Afirma coisas aqui, dizendo: "Eu escutei, eu falei...". Como é que prova?

Aí eu vou para a questão técnica. Quando a gente fala de robôs... A Joice Hasselmann até colocou ali que eu escrevi "alô, milicianos". A gente foi chamado de miliciano, de miliciano e de robô. Então, as pessoas até foram com plaquinhas para a rua: "Não sou robô, não sou miliciano". E há gente até que fez brincadeira com o gabinete do ódio: "Os milicianos do Jair Bolsonaro". Só que ela perdeu, então, 720 mil robôs?

Pode haver perfis *fake*? É lógico que eles existem!

Aí eu venho para a questão técnica e tenho como provar e posso deixar isso inclusive... Posso acostar isso nos autos da CPMI. Peço, inclusive, que isso seja acostado, porque ela publicou hoje aqui que 1,4 milhão de perfis na rede do Presidente Bolsonaro são *fakes*. E aí, para quem estiver escutando, para o telespectador que tiver escutando, eu peço muita atenção neste momento. Joice Hasselmann afirmou hoje que 38% dos perfis do Presidente Bolsonaro eram *fakes*, através de uma auditoria que ela fez. Só que eu convido os senhores, inclusive quem está ouvindo e as Sras. e Srs. Deputados e Senadores,

a entrarem no twitteraudit.com. Esse é um *site* dentro do Twitter que o próprio Twitter oferece como ferramenta para auditar perfis *fakes*. E hoje eu puxei os perfis *fakes* que existem do Presidente Bolsonaro. Realmente, ele tem perfis *fakes*, só que não são da ordem de 38%, como afirmou a Joice, mas da ordem de 4%.

Também aproveitei para puxar os do Presidente Lula, para saber se todo mundo tem perfil *fake* ou não: 9%. E da Deputada Joice Hasselmann, quando eu puxei... Estou com os *prints* aqui, com as provas, e quero acostar essas provas para a senhora poder analisar. Há quatro anos, ela tinha 22% de perfis *fakes*.

(Soa a campainha.)

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – E, hoje, na data de hoje, na rede social dela, 8% dos perfis dos seguidores são *fakes*. Pela ferramenta oficial do Twitter, 8% dos perfis que seguem Joice Hasselmann hoje são *fakes*. E 4% dos perfis que seguem o Presidente são *fakes*.

Isso acontece com todo mundo, porque há perfis *fakes* na esquerda e na direita. Acabei de provar com os números do Lula. E convido os senhores para entrarem em twitteraudit.com. E eu os tenho também! Aproveitei para puxar os meus também. Eu também tenho perfis *fakes* me seguindo. Eu não tenho culpa disso!

Então, existe uma hipocrisia. Essa hipocrisia, Presidente, a gente deve deixar de lado, porque aqui nós somos Deputados... Eu sou chamada de Ronald, Ronald McDonald, por causa do cabelo vermelho. Então, a esquerda me chama de Ronald nas redes. Eu acho isso bonitinho, legal.

O SR. PR. MARCO FELICIANO (PODEMOS - SP. *Fora do microfone.*) – É fofo!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – É fofo, é engraçado.

A ela chamam Peppa, que é um desenho animado. É lógico que, quando ultrapassa o limite do razoável, aí é preciso investigar pessoa por pessoa que atingiu a... Assim como eu a estou processando na esfera cível, para ela provar que eu sou abortista, para ela, enfim, provar as acusações de imputação de crime que ela fez contra mim publicamente, eu acho que ela tem que entrar contra todos os perfis que a atingiram e cometeram crimes, cometeram delitos. Isso deve ser apurado.

Agora, guerra ideológica, chamar de Peppa, de Ronald... Ela perdeu 720 mil seguidores. Não eram robôs. E *fake* por *fake*, ela tem 8% de perfis *fakes* a seguindo, que é o dobro da porcentagem que segue o Presidente Bolsonaro.

Aí eu gostaria de pedir que ela respondesse essas questões que eu fiz, poucas questões, mas, principalmente, a questão da Janaina Paschoal, porque isso eu sei que é mentira. E vai ser muito interessante...

Finalizando a minha fala, é muito interessante ver o PT, o PCdoB e o PSOL parabenizando a Deputada Joice Hasselmann hoje. E é por isso que ela está sendo chamada de traidora, não porque nós estamos eventualmente imputando alguma crítica a ela.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Joice...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, só quero informar que está em votação nominal novamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Nominal...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – E precisaremos nos ausentar.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – É nominal. Pedi para...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas qual é?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Vamos ter que ir, não é?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá tempo de a Deputada responder à colega?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que dá. Eu acho que dá.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Dá tempo!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. *Para expor.*) – Então, vamos lá!

Eu nunca vi um *show* de cinismo nesse nível da Deputada Carla Zambelli! Eu nunca vi nada parecido com isso! Não há uma informação aqui que seja 100% verdadeira, todas ou são mentiras ou são manipuladas. E eu vou pegar ponto a ponto. Aliás, eu tenho que pedir perdão realmente ao povo de São Paulo por ter ajudado a eleger essa senhora.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – É matemática mesmo!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você não conhece a lei. Você é burra, Carla. Desculpa! É isso. Coeficiente eleitoral é calculado pela cadeira...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso é ofensa pessoal!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Sras. e Srs. Deputados...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Isso é ofensa pessoal, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... vamos manter a tranquilidade.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Você não tem o mínimo de nível, Joice Hasselmann.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Somam-se os votos da legenda. Divide-se pelos mais votados da lista. Então, basta ver a lei eleitoral e pronto!

Quanto às acusações... Eu vou começar pela que eu imputo mais grave, porque a Parlamentar, na sequência de mentiras, fala das minhas redes usando o Twitter Audit, que é claro que já foi pego. Inclusive, ela montou uma *fake news* no Twitter dela. Por quê? Esse *app* não é oficial do Twitter, não analisa as ações dos perfis, não analisa a interação, não diz se é robô, não tem referência de autenticidade, não tem parâmetro de verificação. E o robô interage.

Inclusive, esse aplicativo analisa a consistência da rede. E, quando ela está consistente, há um "joinha": "plim". E o "joinha" ela apagou da *fake* que ela está colocando. Então, isso é muito fácil, não é? O "botômetro" tem critério. Acabou! Há outra tentativa de mistura – e aí eu não sei se é por uma questão realmente intelectual ou de caráter –, ao misturar robô e perfil *fake*. Robô é uma coisa, perfil *fake* é outra coisa. Não há como haver qualquer critério, como impedir que um perfil *fake* me siga. Por quê? A gente nem sabe, porque qualquer um chega lá, a não ser que você bloqueie aquele perfil. Descobre que é *fake* e bloqueia aquele perfil. A pessoa pode seguir. Robô é outra coisa.

Esse levantamento, de novo, está à disposição de todos aqui.

Em relação ao dossiê que a Deputada afirma que eu entreguei ao Presidente da República, essa é a mentira mais deslavada que eu já vi na minha vida!

Você mente, Carla Zambelli!

Já que entrou um pouquinho na seara pessoal... Eu vou tentar não ir muito, porque é feio. Eu quero tentar resguardar um pouco de sanidade aqui, com essas declarações. Quem me perguntou, textualmente, olhando no meu olho, na sala do Presidente, depois de eleito, se você tinha sido prostituta na Espanha foi o Presidente. Ele me perguntou. Pergunte a ele o que eu disse. Ele me perguntou!

Se o ex-Ministro Bebianno disse isso, que é um dossiê, desculpe-me, mas o ex-Ministro não fala a verdade, e não sei o porquê e com que intuito.

Em relação a você ficar magoada por eu ter feito um vídeo em que... De fato, eu perdi a paciência por outras questões e disse que havia dois Deputados chancelados pelo Bolsonaro, eu e o Eduardo, e ainda fiz uma brincadeira: "Eduardo, o nº 1; Joice, a nº 1". Isso aconteceu principalmente pelas insatisfações do Presidente.

Como a Deputada deve lembrar – e, se não lembrar, pode convocar a Janaina ou pedir explicações à Janaina –, numa viagem que fizemos ao interior do Estado, pelo interior de São Paulo, estávamos em um caminhão. E ela mentiu, nas redes dela, dizendo que eu mandei expulsá-la do caminhão. Estávamos em cima de um caminhão...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Você olhou na minha cara e mandou eu descer, Joice. Fale a verdade!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É claro, o Presidente mandou! O Presidente mandou. Então, escuta! Escuta!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O Presidente mandou? Você é louca!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pergunte ao Presidente! Pergunte à Janaina, que ouviu, ou à irmã da Janaina, que estava lá em cima. Estávamos, em cima do caminhão, eu, o Presidente Jair Messias Bolsonaro, Janaina Paschoal, a irmã da Janaina Paschoal e Nabhan Garcia. O Presidente me chamou, fez uma cara feia e falou: "Só Joice e Janaina aqui!". Eu falei: "Presidente...". O Nabhan tentou botar panos quentes na coisa, porque tem uma relação muito próxima com a Parlamentar. E eu falei para a Janaina: "E aí, Janaina?". Ela falou: "Se minha irmã descer, eu desço". Esta foi a frase que ela usou: "Se minha irmã...". A irmã dela estava lá, e ela ficou com medo, obviamente, que houvesse algum tipo de agressão ou qualquer coisa assim.

Foi o Presidente que pediu para que a Deputada Carla descesse. O Nabhan botou panos quentes, e ela ficou. Nesse mesmo dia, houve um jantar pela região ali; não foi em Araçatuba, acho que foi em Rio Preto. Houve um jantar. Isso está gravado. Eu posso mostrar para vocês. E o Presidente começa a falar quem são os candidatos dele. Ele dá nomes: "Nós temos para o Senado o Major Olímpio; nós temos para a Câmara o Eduardo Bolsonaro; nós temos para a Câmara a Joice Hasselmann".

A Deputada Carla Zambelli ficava atrás – isso está gravado – e ficava sussurrando: "E Carla Zambelli! E Carla Zambelli!". O Presidente olhou – isso está gravado –, fez uma cara muito ruim, tirou o microfone: "Cadê a Joice?". Eu estava conversando com o ex-Ministro Bebianno e com mais algumas pessoas, saí correndo e cheguei lá correndo.

Então, havia um desconforto muito grande à época.

Quando eu disse que eu filiei a Deputada Carla Zambelli, não é que eu peguei e assinei a ficha de filiação. Ela estava de malas prontas para o Podemos; e eu, para ser candidata ao Senado. E eu disse a ela: "Pense na sua campanha".

Por circunstâncias que são alheias à minha vontade, porque eu queria ser candidata ao Senado àquela época... E creio que teríamos sido eleitos eu e o Olímpio. Por circunstâncias outras, eu acabei indo para Deputada Federal, e a Deputada Carla Zambelli começou a orquestrar um ataque nas redes. A própria mãe dela mandou para mim mensagens, a Dona Rita – eu tenho as mensagens aqui –, para dizer que... "Por que você está fazendo comigo?" E eu falei: "Venha, que nós vamos elegê-la! Ou, se você se sentir mais confortável em grudar na Janaina, você pode sair candidata a Estadual". Ela me respondeu: "Minhas pautas são nacionais". Essa foi a resposta. Era uma conversa de amigas! Era uma amiga que dormia na minha casa! Quando ela estava em depressão, eu ligava, para tirá-la da depressão. Eu paguei as contas, muitas vezes, em restaurantes. Ela comeu na minha casa!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Conta em restaurante?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Sua e do Alex, seu ex-namorado, que lhe deu conselhos para que você segurasse a onda nos seus impulsos, para que uma conservadora que se diz conservadora realmente pudesse ser respeitada como conservadora. E você sabe exatamente do que eu estou falando. Então...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Você é louca. Você é psicopata.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho vários vídeos, se vocês quiserem, com a gente na minha casa, num churrasco, com a gente dançando, nós duas, dançando, brincando, dançando!

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Queremos ver os vídeos.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Quando eu fui obrigada a sair candidata a Deputada, houve essa... Isso é público. Acho que está até no Instagram. Houve essa guinada, Presidente, de ataques, porque ela ficou insegura em não ser eleita. Ficou insegura em não ser eleita. O fato é esse.

Em relação...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Prove esse ataque!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Em relação a ser traficante de drogas, eu nunca disse isso. Isso é mentira. A Deputada, como vocês bem sabem, eu imagino – pelo menos nós, dos movimentos –, foi casada, morou com Marcelo Reis, e o Marcelo Reis já confessou publicamente que tinha problemas com algum tipo de droga. Nunca eu falei nada sobre isso com ninguém. Isso é mentira.

Em relação a ser abortista, de fato eu escrevi isso no Twitter. Escrevi com a segurança de que uma pessoa que a maioria de vocês conhecem, a Sara Winter, que morou na casa dela – ela me contou –, que ficou com ela um tempo...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ficou no seu apartamento, sim!

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – Um dia...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Você me contou. E me contou algumas barbaridades.

A Sara Winter fez um vídeo em que conta a história, a narrativa do aborto que a Carla Zambelli...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP) – A Sara Winter está sendo processada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu estou dizendo o que... Tudo bem! Prove na Justiça. Talvez, o Marcelo possa falar alguma coisa em relação a isso.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Continue!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Aí, é o seguinte... Só para retomar aqui, Deputado Alexandre Frota, a Sara Winter fez um vídeo em que ela conta, em que ela narra como era a parceria das duas no Femen. A Carla fez parte do Femen, que é um grupo que a gente sabe que é de extrema esquerda.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Nunca fiz parte do Femen! Pare de mentir!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ela, na Paulista – a Sara ainda postou isso –, com aquele colarzinho de flor que o pessoal do Femen usa...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu nunca fiz parte do Femen!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Estava lá. Estava lá!

E, segundo o que a Sara Winter conta... Não é uma coisa que foi tirada da cartola! Ela contou publicamente, gravou um vídeo e, depois, foi processada, ficou com medo. Mas as informações estão todas registradas na rede. Elas estão lá. A Sara Winter conta essa história. E, segundo a Sara Winter, houve uma manifestação, num domingo, em que a Deputada teria colocado dizeres fofos na barriga, e, na segunda, o aborto já estava marcado. Isso foi ela que falou. Não fui eu que falei. Não fui eu que falei. Está à disposição, na internet, de quem quiser.

Em relação à MP 870, é a mentira mais deslavada que eu já vi, e a Deputada Carla Zambelli sabe disso. Isso não é engano, é mau-caratismo mesmo!

Quanto a essa MP 870 e à recriação de dois ministérios, isso foi decidido numa reunião de que eu não participei, em que estava o Presidente da República, o Rodrigo Maia, o Davi Alcolumbre e o Líder Fernando Bezerra. E quem quiser pergunte ao Líder Fernando Bezerra e aos Presidentes da Câmara e do Senado!

O Presidente, segundo o que me relataram – eu não estava nessa reunião –, teria sugerido, para acalmar os ânimos – havia uma insatisfação grande com o Ministro Canuto –, recriar o Ministério das Cidades. Segundo o que me disseram Davi Alcolumbre, Rodrigo Maia e o próprio Fernando Bezerra, essa foi uma sugestão do Presidente.

E retirar o Coaf do Moro, à época, também foi uma sugestão... O Líder subiu, depois, à tribuna e até disse: "Olha, eu tive que dizer que fui que inventei esse negócio, mas também era uma sugestão do Presidente, que nos orientou que, para não perder a MP toda, teríamos que abrir mão do Coaf". Era uma questão de lógica, de raciocínio.

Nunca houve qualquer reunião comigo para recriação de ministérios. É mentira! É uma mentira das mais absurdas!

Em relação à Janaina e a mim, se qualquer um de vocês tiver o cuidado de entrar nas minhas redes da época da campanha, vocês vão ver a Janaina viajando comigo. A gente fez uma viagem para o interior, para Suzano. A gente fez...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Responda à pergunta, Janaina!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Dá licença? Dá licença?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Responda à pergunta!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então, a Deputada Janaina, que estava comigo lá, nas minhas redes – estava nas minhas redes –, estava comigo em Suzano.

Depois disso, a própria Deputada Janaina foi ao meu estúdio. Foi ao meu estúdio! E fez uma *live*, porque eu estava dizendo quais eram as pessoas que eu estava apoiando, aquela coisa toda, e a Janaina até esteve lá. Foi lá, pegou o carro, chegou lá, foi com a irmã, deu entrevista. A entrevista está na internet!

Então, qual é a lógica de você ter alguém que você está ajudando e que, obviamente, tinha uma imagem sensacional, que foi ao meu estúdio... Como eu poderia gravar uma entrevista e não divulgar? É uma coisa surreal! É surreal!

A Janaina, muitas vezes, que é uma mulher muito séria, muito correta – e nós agora vemos que ela falou muita coisa séria, muita verdade –, sempre dizia: "Joice...". Quando começou essa rusga por conta da candidatura, ela dizia: "Joice, perdoa! Ela é criança. Ela não sabe o que está fazendo. Ela é infantil. Perdoa!". E eu, depois de anos de amizade, disse francamente, com todas as letras: "Não, ela não é infantil. Ela é mentirosa, ela é manipuladora, é psicopata". Eu disse isso à Janaina e estou repetindo aqui claramente, porque todas as coisas que eu falo – e eu estou sob juramento – eu posso comprovar.

Se a Janaina jurou ser só sua dobrada, então ela não poderia estar no meu estúdio, fazendo gravação comigo. Eu não a amarrei, eu não a coagi, eu não botei uma arma na cabeça dela. Nós temos uma relação de respeito e mantemos essa relação de respeito.

Estou terminando, Presidente.

"Por que a Líder não denunciou a Abin paralela?" Porque eu não sabia! Essa informação eu consegui há dez dias, há dez dias! Como é que eu iria denunciar uma coisa que eu não sabia? Por óbvio, por óbvio...

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Você disse que escutou ele falando, Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Presidente pode convocar a pessoa que diz que, inclusive, confirma, porque quem me disse foi o ex-Ministro Bebianno. Foi o ex-Ministro Bebianno.

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Vou votar na nominal, Presidente.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – A senhora vai embora?

A SRA. CARLA ZAMBELLI (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Vou votar na nominal.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Deputada? Concluiu?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Só para concluir, Presidente, em relação a essa coisa de seguidores que mandaram fazer um boneco, isso é uma piada, não é? Isso é uma piada de mau gosto, que combina perfeitamente com a Deputada.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Frota, eu fiquei preocupado aqui, porque a Deputada Carla falava aqui "Presidente", e aí olhavam para mim! Eu digo: meu Deus, eu sou Presidente da CPMI!

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A votação foi cancelada! Ela saiu porque quis! A votação foi cancelada!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não sou o Presidente da República. Pelo menos não o sou ainda, não é? Eu fiquei preocupado. Confesso a vocês.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A votação foi cancelada, só para vocês saberem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, tem a palavra o Deputado Frota.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu quero pedir desculpas a todos aqueles que tiveram que ouvir esse relato odioso, porque eu jamais entraria nessa seara se não tivesse sido alvo de uma série de mentiras e dissimulações. Eu jamais faria isso. Jamais faria isso!

Eu, de fato, perdi a paciência no Twitter, porque uma conservadora que faz campanha contra o aborto, como nós sempre fizemos, e que tem essa história por trás fica dissimulando e enganando pessoas e me atacando com mentiras! Eu perdi a paciência e realmente falei isso.

Já ouvi, como ela era muito próxima a mim, muitas histórias que nós fomos puxando e descobrimos que era mentira.

Em relação à assessora que ela diz que, em horário de trabalho, posta coisas *fakes* ou ataques, eu a desafio a provar que há um centavo de dinheiro público no bolso de qualquer assessor, que esteja sendo pago para atacar quem quer que seja. Quando eu quero ir para a briga, eu vou para a briga. Eu coloco meu rosto. Não há um único centavo. A minha equipe é extremamente enxuta. Estão aqui. E ponto final!

Resumindo, Presidente, foi uma sequência de mentiras, dignas de uma psicopata.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, a senhora pode continuar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu imaginava, Deputado Frota, que, só no Nordeste, havia essas guerras.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Não, não!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas já vi que, em São Paulo, é pior ainda! (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Deputada, a senhora pode...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Depois de V. Exa., pela ordem, vai entrar o Senador Randolfe Rodrigues, que eu tenho certeza de que também deve estar aí abismado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Para interpelar.*) – Perfeito!

É muito rápido: a senhora pode continuar falando.

Nós estamos aqui. A comunidade espírita também está aqui na frente, como a senhora vê. (*Risos.*)

Já partiram, foram todos embora. Falaram, falaram e foram embora, mas nós vamos ficar aqui até o fim.

Agora é o Senador Randolfe, com muito prazer. Estou ansioso para ouvir a fala do Senador.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Senador Randolfe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Senhores, apenas para comprovar, está aqui a foto da Deputada Carla Zambelli com a camiseta do Femen, com a tiara do Femen, grávida, um dia antes de, segundo o que foi denunciado pela Sara, fazer o aborto, com os dizeres, na barriga, "quero nascer em casa". Isso foi uma manifestação na Avenida Paulista.

E, de novo, eu jamais traria isso à tona se não houvesse a série de mentiras...

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foram várias.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... de maneira descarada!

Então, eu preciso, minimamente, informar parte... Não vou entrar em outros detalhes que ela sabe – até por isso, ela saiu. Não vou entrar em outros detalhes, porque a população brasileira merece mais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Em nome da paz, tem a palavra o Senador Randolfe. *(Risos.)*

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP. Para interpelar.) – Não serei tão brilhante, tão importante e tão necessário para esta CPMI quanto o Deputado Alexandre Frota, Presidente.

Eu queria cumprimentar a Deputada Joice. Eu considero que é um dos mais contundentes depoimentos nesta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É importante e rico o fluxograma que V. Exa. traz aqui do funcionamento das redes do ódio.

Eu acho que o importante é... Nesta CPMI, a gente se apegava somente, Presidente, ao nome dela: "Fake News". A questão não é só *fake news*, as mentiras que são espalhadas.

V. Exa. fez uma separação brilhante aqui sobre o que é *fake* seguidor de qualquer um de nós, seja em qualquer uma das redes sociais, e o que é robô que manipula resultados, que organiza ataques. E V. Exa. aqui, inclusive, declina números, diz quais são e dá nomes. Eu acho que essa é a importante contribuição que V. Exa. traz. Mas tão importante quanto isso é esta CPMI descobrir – e acho que V. Exa. trouxe uma contribuição importante para cá – as origens da linguagem de ódio e de ataque às instituições e à ordem democrática que está em curso no Brasil. Isso é o mais importante. Isso tem estado em curso, e nós sabemos as origens, de onde está em curso. E me parece que a ausência, como disse o Deputado Alexandre, de vários aqui me dá um sentimento de que a carapuça serviu, de que a carapuça está servindo.

Então, minha caríssima Joice, eu queria... Além disso, obviamente, eu sou, repetidas vezes, vítima e objeto desses ataques. Aliás, depois, vi que um dos eslaides apresentados por V. Exa...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi contra o senhor.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Eu estou ali como vítima.

Da mesma forma, e não somente por isso, qualquer um que foi vítima disso tem o dever de dar a mão, em solidariedade ao outro. E assim eu fiz quando V. Exa., covardemente, foi atacada.

Acho que boa parte das perguntas aqui foi feita. Neste final de depoimento seu, do longo e importante depoimento seu, vou tentar ver se algum dos temas não foi abordado.

Em vários momentos aqui, tivemos perguntas sobre a participação do Presidente da República. Eu quero diretamente perguntar em relação ao Presidente da República: ele tem conhecimento da existência desse gabinete do ódio, de como ele funciona? Ele contrata ou contratou o funcionamento desse gabinete do ódio? Ele acredita nas chamadas *fake news*?

Eu falo isso, se ele acredita em *fake news*, porque notícias dão conta de que o Gen. Santos Cruz, um dos generais mais condecorados do Exército Brasileiro, foi exonerado do posto que ocupava na Presidência da República a partir de uma *fake news* que teria chegado ao Presidente da República.

Nesse sentido, ao perguntar a V. Exa., eu trago aqui uma entrevista, de hoje, do Gen. Santa Rosa, no UOL, em que ele diz o seguinte... Pergunta o repórter: "O senhor não teve acesso direto ao Presidente Bolsonaro?". Diz o Gen. Santa Rosa: "No início, sim. Depois, foi ficando mais difícil, porque o Presidente se cercou de um grupo de garotos, que têm entre 25 e 32 anos, que fazem uma espécie de 'cordão magnético' em torno e filtram o acesso. Então, começou a ficar difícil. Mas,

como o Ministro Jorge é do círculo próximo ao Presidente, imaginamos que seria facilitado o nosso trabalho, porque, por meio dele, faríamos a interlocução, o que não aconteceu".

Mais adiante, ele retrata que o Filipe Martins é um desses garotos.

Aí eu pergunto a V. Exa... Talvez, nós pudéssemos dividir em dois grupos de publicadores, alguns que estão na lógica governamental. Eu faço a mesma pergunta que foi feita ao Gen. Santa Rosa para V. Exa.: quem são esses, abro aspas, "garotos", fecho aspas, declinados por ele? V. Exa. tem conhecimento do papel deles nesse dito gabinete do ódio? Poderíamos classificar o funcionamento dessa rede de *fake news*, de ódio e de tudo mais em dois grupos, publicadores e financiadores? Nesse grupo de publicadores, da parte não governamental, estariam o Sr. Allan dos Santos, do blogue Terça Livre, e os Srs. Paulo Eneas e Otávio Facolri, do Crítica Nacional?

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP. *Fora do microfone.*) – Facuri.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – É Facuri. Obrigado, Alexandre.

Ali estão também o Sr. Flavio Morgenstern, do Senso Incomum, e o Sr. Bernardo Küster? Esses são alguns dos publicadores do gabinete do ódio e das mentiras?

Na lista de financiadores, eu pergunto se se encontra o Sr. Luciano Hang, o Sr. Vitor Savates Meta, a Sra. Letícia Catelani, nome já dito algumas vezes nesta CPMI, e o Sr. João Bernardo Barbosa. Eu pergunto se V. Exa. tem informações a respeito destes.

Já foi perguntado aqui... Desculpe-me! Para facilitar para V. Exa., eu estou resolvendo fazer logo todas as perguntas. Inteligente como V. Exa. é, saberá captar todas aí, para respondê-las.

Foi dito aqui, no decorrer de seu depoimento, da criação da tal Abin paralela. Se já foi perguntado, desculpe-me! Mas qual a participação do Sr. Carlos Bolsonaro na indicação do atual diretor da Abin e no funcionamento dessa Abin paralela?

Ainda sobre essa Abin paralela, a senhora tem algum conhecimento da utilização da ferramenta Pegasus, uma ferramenta israelense? Alguns dão conta de que somente a Polícia Federal a tem no Brasil. A senhora tem conhecimento ou teve alguma informação sobre a utilização dela por parte desses gabinetes?

A senhora declinou aqui que são mais de 2,8 milhões de robôs.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – São 1,8 milhão só no Twitter, nesses dois tuítes. Essa ferramenta só analisa Twitter. Então, não dá para analisar o Instagram nem o Facebook com essa ferramenta.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Então, é 1,8 robô.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Milhões!

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – São 1,8 milhão de robôs. Perdão!

O Presidente da República está lançando um novo partido. Ontem, o Tribunal Superior Eleitoral, em uma decisão, aceitou, admitiu a assinatura eletrônica para o funcionamento desse partido. Eu considero uma incoerência atroz do Tribunal Superior Eleitoral.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Foi rápido.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Rapidíssimo, numa incoerência atroz, Deputado Alexandre!

O meu partido, a Rede Sustentabilidade, buscou e reivindicou a assinatura eletrônica na eleição em 2013, antes das eleições de 2014. O Tribunal Superior Eleitoral não concedeu esse direito à Rede Sustentabilidade. E, em virtude, em decorrência disso, num primeiro momento, a candidata do meu partido na época, Marina Silva, teve que se filiar ao Partido Socialista Brasileiro para ser inicialmente candidata a Vice-Presidente de Eduardo Campos e, só depois, em virtude da tragédia que acometeu Eduardo Campos, foi candidata a Presidente.

Enfim, o meu partido deixou de existir por uma decisão do Tribunal Superior Eleitoral em 2014, tendo atrasado o seu registro em dois anos, com todos os prejuízos que vieram até por conta disso, inclusive o de não alcançar a cláusula de barreira na eleição última. E um partido político, rapidamente, em prazo recorde, reivindicado pelo Presidente da República, já obtém a autorização do Tribunal Superior Eleitoral!

E eu lhe pergunto porque isso diz respeito à democracia brasileira e ao nosso sistema político partidário: a senhora acredita que é possível a utilização dessas ferramentas que tem para termos assinaturas falsas para a obtenção do registro desse partido político, já que o Tribunal Superior Eleitoral assim o autorizou?

Eu lhe pergunto ainda o seguinte. Há 45 dias, há depoimentos, fotos e registros da senhora junto com o Sr. Allan dos Santos e, há poucos dias, ele tem hostilizado a senhora nas redes sociais. O que a senhora poderia declinar em relação a este senhor, que é importante para essas nossas investigações?

E, por fim, Deputada Joice, para concluir: em um dos eslaides expostos por V. Exa. aqui, o grupo chamado Ódio do Bem, que é um dos grupos disseminadores das correntes, tem um diálogo que eu vou reproduzir aqui, que diz o seguinte.

Rejeitaram hoje o plea bargain do pacote do Moro, ou seja, tiraram a delação premiada. É um bom sinal em meio à guerra do STF. É importante que travem a Lava Jato neste momento.

Outra coisa, Deltan deve cair da Lava Jato e certamente o Augusto Aras assumirá a PGR, como também o Mendonça assumirá o Supremo Tribunal Federal.

[Mais adiante diz, num diálogo longo que não vou reproduzir todo, mas o que interessa, mais adiante diz:] O Guedes vai tocar o Presidente do Coaf. Assim, se Toffoli perder a liminar, tem como blindar o Flávio da perseguição esdrúxula por parte do Ministério Público Federal e do Coaf.

O Gabinete do Ódio, esse grupo Ódio do Bem, as redes do ódio, aí disseminadas, conspiraram, conspiram contra a Operação Lava Jato quando ela ameaça atingir os seus interesses?

São essas as perguntas, Sr. Presidente e Deputada Joice.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu vou começar de trás para frente aqui porque são muitas perguntas.

Em relação ao grupo Ódio do Bem – eu até entreguei esses *prints* também aqui para a CPI –, claro que há alguém, porque há produção de conteúdo, há um ser humano por trás desse perfil que quer se esconder com esse nome Ódio do Bem; é alguém que ataca pessoas e há combinações de ataques, como vocês viram, inclusive nos *prints*, nas conversas ali de WhatsApp.

O Deltan foi chamado, pelo grupo e pelo que a gente pode caracterizar de milícia, de esquerdista. O que acontece? Para qualquer um, como a gente teve uma polarização muito grande na eleição, qualquer um que seja contra uma vírgula que seja, Senador, eles tentam pregar imediatamente a pecha de esquerda.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Opa, é para votar? Há nominal?

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – É?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Gente, gente, eu queria também comunicar aos senhores que nós estamos no final...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, então, eu volto, eu volto, eu volto...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai se encerrar a sessão.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu tenho que votar; pacote anticrime, não posso deixar de votar. Desculpe, mas eu venho, eu venho.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ah, é um destaque?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. ainda vai fazer uso da palavra, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, então, tudo bem, tudo bem, tudo bem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Porque não estava, ainda vai fazer uso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tudo bem, tudo bem. Não, já votei no mérito, já votei no mérito.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Já votei no mérito, já votei no mérito.

Então, Senador, por óbvio...

Gente, eu queria só um pouquinho de silêncio aqui, porque, senão... É complicado o ti-ti-ti.

Esses grupos combinam ataques e fritaram... Tentaram fritar o Deltan de todo jeito nas redes sociais, que é um homem ilibado e que nós ovacionamos – nós, eu digo, o nosso grupo de direita, nós ovacionamos o Deltan. De repente, porque a investigação passa por quem o grupo A, B ou C não quer que passe, o Deltan vira inimigo número. Tentaram também – vocês se lembram, foi matéria de jornais aí – iniciar uma fritura até em relação ao Juiz Sergio Moro, o nosso Ministro Sergio Moro, que tem uma popularidade gigantesca, e essa popularidade manteve o freio desses ataques.

Em relação ao novo partido – eu já tinha até abordado esse tema, Senador –, eu acho que, com o volume que nós estamos vendo de robôs e como as certificadoras não têm exatamente uma fiscalização eficiente, eu temo que, eventualmente – não para a criação desse partido, não vamos nominar se é o Aliança, se não é o Aliança, porque é questão de qualquer partido –, possa haver algum tipo de fraude, e isso é muito ruim para a democracia brasileira. Eu particularmente sou a favor da redução de partidos, e não de aumentar o número de partidos, todo mundo sabe disso. Então, é uma coisa que realmente me preocupa e também é de se questionar essa posição tão rápida do TSE num momento como este.

Em relação aos financiadores e publicadores – o senhor citou alguns aí; Allan dos Santos, Paulo Enéas, Otávio, Bernardo. O Allan dos Santos, que realmente está me atacando aqui ou ali – eles até seguraram um pouco para me atacar –, o Allan tem uma maneira de apoiar o Governo, apoia cegamente qualquer coisa para a qual o Governo diga amém. Eu o conheço, de o Allan ficar no meu apartamento em São Paulo hospedado; eu o conheço bem, eu o conheço, conheço a esposa, conheço os filhos, gosto do Allan. Pessoalmente, ele é uma pessoa muito doce, é gostoso conversar com ele. O que a gente vê na internet não corresponde à convivência com ele. Vi que eles demoraram um pouco para começar a me atacar, porque todo mundo também sabe que eu tive uma boa relação com o Olavo de Carvalho, ainda que não concorde com algumas coisas, mas cada um no seu quadrado. Então, ele realmente influencia e republica.

Há algumas informações que, aí, é preciso que a gente cheque se há um acompanhamento do Presidente com esses blogueiros. O Allan já disse aqui que não há dinheiro público dentro do *site* dele, mas é uma questão de se investigar, porque são várias pessoas que estão ali dentro do *site*. Mas quero deixar claro que é uma pessoa que... Até dói o meu coração, porque é um amigo e, para mim, nunca ninguém passou *fake news* dele, ou, por exemplo, ele passar para eu passar para frente. Isso nunca aconteceu. Paulo Enéas. Que eu saiba, é o colunista do Crítica Nacional. O Crítica Nacional é um *site* muito alinhado também ao Presidente, às bandeiras de direita, e eu espero que continue sendo.

E o Otávio Facuri, que o senhor citou: conheço também o Otávio de antes da campanha, da época dos movimentos de rua, e o que eu sei do Otávio é que é um homem do mercado financeiro que tem uma postura firme em relação à esquerda, mas não há... Eu não tenho informação que o desabone. Eu sei que ele ajudou a campanha de muita gente, ajudou muita gente, de várias maneiras, mas fez isso de maneira legal, pelo que me consta.

Em relação ao Bernardo: eu não sei, mas você vê que o *modus operandi* é o mesmo e os grupos de influenciadores são os mesmos.

Em relação aos financiadores: sobre nenhuma dessas pessoas aqui eu tenho informação; eu estaria sendo leviana se dissesse que algum botou dinheiro para contratar robô.

Conheço bem o Luciano Hang.

Conheço o Vitor Meta.

Conheço a Letícia Catelani.

João Bernardo: eu acho que eu não o conheço; pode ser que eu tenha visto, mas não era da minha relação.

E aí, Senador, eu acho que a questão é seguir mesmo o rastro do dinheiro para a gente ter essas informações.

Está quase terminando, mas é que ele fez um monte de perguntas.

Em relação à consciência do Presidente do Gabinete do Ódio: acho, quero crer, que ele não tinha, mas, com essas informações todas, agora tem. Então, é preciso que se tome uma decisão.

Se ele acredita em *fake news*: as *fake news* têm um peso grande ali, as coisas de internet, *hashtags*; eles são muito pautados por isso e reagem de acordo com o movimento das redes. Então, às vezes, é criado um movimento e, às vezes, quando a rede está indo com um embalo, para não desgastar nas redes, a tropa muda o curso do posicionamento para não perder seguidores ou perder aliados nas redes sociais.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Nereu Crispim, já que o Deputado Gadêlha estava ausente no momento oportuno.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, estou aqui; Presidente, já estou aqui!

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí, V. Exa. agora passa...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Como V. Exa. determinar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... a ser a voz do Deputado Nereu. *(Risos.)*

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS. Para interpelar.) – Boa noite, Senador Angelo!

Cumprimento também a Mesa.

Venho aqui, nesta CPI de *fake news*, na realidade até para fazer um desabafo. Deixo bem claro sempre que eu nunca fui político ou ocupei cargo público algum, e tenho verdadeira vergonha do que acontece aqui no Congresso Nacional, porque, lá no Rio Grande do Sul... Vou rapidamente comentar o que acontece lá comigo e depois eu vou fazer uma pergunta para a convidada.

Eu, desde que eu fui eleito, eu sofro o efeito de *fake news*. E gostaria aqui, primeiramente, porque há várias pessoas assistindo e falam em *fake news*... Eu queria dar o conceito aqui de *fake news* rapidamente, me permita.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Pois não.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – *Fake news* são notícias falsas publicadas por veículos de comunicação como se fossem informações reais. Esse tipo de texto em sua maior parte é feito e divulgado com o objetivo de legitimar um ponto de vista ou prejudicar uma pessoa ou grupo, geralmente figuras públicas. As *fake news* têm um grande poder viral, isto é, espalham-se rapidamente as informações falsas, apelam para o emocional do leitor, espectador, fazendo com que essas pessoas consumam sem confirmar a verdade de seu conteúdo.

Quero também aqui dizer o conceito de organização criminosa. Possuía os seguintes requisitos: associação de três ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, mediante a prática de crimes cuja pena máxima seja igual ou superior a quatro anos.

Eu venho tipificar esses dois casos aqui porque eu tenho... E vou citar os nomes, até porque eu já entrei com 70 ações de dano moral, calúnia e difamação no Rio Grande do Sul. Existe uma parte desses *sites* aí que a convidada colocou ali na tela... São mais de 40, e há uma pessoa identificada já que coordena mais de 30. Em algumas delas há 300 mil pessoas, 200 mil pessoas aglutinadas nesses grupos, que chegam a fazer 500 a 600 mil compartilhamentos de qualquer notícia falsa – há o nome e o telefone da pessoa.

Eu, desde que fui eleito, sofro calúnia e difamação. A minha esposa é chamada de prostituta, eu sou chamado de corno, todos os dias, por pessoas de dentro do meu partido. O Deputado Sanderson tem assessores dentro do gabinete dele – há nomes e valores que são pagos –: Tenente Coronel Zucco, Deputado Estadual, veio do Exército, e não devia fazer esse tipo de coisa; Coordenador da Bancada Gaúcha, Coronel Andreuzza, também, e, inclusive, assediou a minha mulher através do WhatsApp para tentar me difamar. De todas essas coisas eu tenho provas. Há vários depoimentos de pessoas na Justiça já citando o nome desses Deputados, os seus organizadores, uma verdadeira organização criminosa, com intenção de difamar Deputados, difamar os seus mandatos. E esses *sites* que existem lá atualmente têm simplesmente como objetivo desmoralizar as instituições brasileiras: STF, Senado e Câmara de Deputados. Tenho tudo "printado", faço questão de entregar a esta CPI.

Mais ainda: tive o meu sigilo bancário quebrado por gente de dentro do partido, criminalmente; tive dois telefones roubados do meu gabinete, que foram entregues à Polícia Federal por um delegado da ativa sem-vergonha que faz ativismo político contra mim. Tenho tudo isso, e já foi denunciado à Polícia Federal. E é gasto o dinheiro público para investigar essas porcarias, essas baixarias.

Eu costumo falar pouco no Plenário, mas eu não posso mais aceitar esse tipo de coisa, em que, às vezes, o Presidente Bolsonaro... É que eu gravei um vídeo dentro da casa dele, antes do segundo turno, em que ele falava que eu iria ser Deputado, eleito, iria ser companheiro dele, colega dele aqui em Brasília. E eu vim para cá ouvir essa baixaria, como dessa mentirosa dessa Deputada Bia Kicis, que estava aqui, que nos orientou numa votação do "fundão". E a gente dela e mais pessoas foram nos denegrir com *fake news* outro dia nas redes sociais, e continua até hoje. Eu gostaria que ela estivesse aqui para ouvir isso, porque ela é uma mentirosa; ela trocou no meio da sessão, em que a Deputada Dayane Pimentel aqui foi esbrachada na internet, como outros colegas nossos... E ontem armaram uma outra cama de gato numa votação... Ela acabou de fazer uma *fake* hoje, está aqui.

(Soa a campanha.)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Eu gostaria que ela estivesse aqui vendo isso. Denegriu a imagem de pessoas que têm família.

A minha filha hoje é tratada por psicólogo, tem 21 anos, deixou a faculdade; o meu filho teve que mudar de cidade por causa dessa quadrilha que existe lá no Rio Grande do Sul, que me difama até hoje. Isso aí é impossível, tem que acabar. Eu não estou para o mandato, é a primeira vez que eu me elejo, eu era simplesmente uma pessoa que era um empresário, um sofredor, eu tinha um CNPJ. E entrei para a política porque eu tive dois caminhões roubados, eu fui assaltado duas vezes em saidinha de banco, tenho seis pinos e uma haste na perna porque eu fui atropelado por vagabundos e resolvi tentar mudar o Brasil, com essa história de "muda Brasil, muda de verdade".

Só que o Presidente Bolsonaro ouve as pessoas erradas. Há pessoas aqui que deram a vida, deram seu tempo para essa eleição. Eu sou contra, tanto a esquerda quanto a direita extrema, fazer esse tipo de coisa. E hoje, inclusive, existe uma campanha, e eu acho que isso aí, inclusive, tinha que ter visto para ver onde é que se podem enquadrar essas pessoas. Eles só pregam AI-5 e intervenção. O povo não quer ouvir isso; o povo está preocupado é com a prestação do banco que está atrasada, e estão tirando o carro dele, como tantas outras pautas pelas quais as pessoas estão esperando na rua para acontecer alguma coisa. Nós não precisamos desse tipo de coisa.

Então, essa Deputada, que estava aqui, que fala que é um palco livre a internet... Eu quero ver o palco livre quando eu mostrar para ela o que a médica e a psicóloga falam da minha filha, como é tratada a minha filha agora; como o meu filho é tratado; como os filhos da minha esposa também são tratados, meus enteados, sob ameaça toda semana em grupos de WhatsApp. Foi criado um grupo de WhatsApp chamado Patriotas e Paraquedistas. Eu tenho todas as atas notariais disso, em que existe um grupo de pessoas, assessores desses Deputados que passam o dia gastando dinheiro público, acusando e difamando mandatos de Deputados; eles estão aí hoje. E eu entrei na Justiça, tenho todas essas confirmações, tenho declarações de pessoas que resolveram sair desses grupos e estão dispostas, sim, a vir dar depoimentos.

Eu tive meus telefones "hackeados". Houve gente do Exército, da ativa, que está lá dentro dos gabinetes deles e depois foram para... Saíram já do Exército, mas, inclusive, andavam dentro de reuniões do PSL. E havia mulher fazendo investigação, querendo saber quem é que estava lá dentro, se passando por esposa de pessoa que era filiada ao partido.

Eu não me elegi nem fui para a política para fazer esse tipo de coisa ou ouvir esse tipo de coisa. E eu digo: eu tirei foto antes de me eleger com a Joice; tirei com o Alexandre Frota; tirei com o Major Olimpio; tirei com o Delegado Francischini; tirei, inclusive, com o Presidente Bolsonaro – me elegi na onda do Presidente Bolsonaro, não era político, não era conhecido, entendeu? Mas é inadmissível que as pessoas venham para cá... Todos me perguntam lá, os eleitores – eu era um cidadão comum – me perguntam: "Como é que funciona lá?" Aquilo lá é uma baixaria! Há gente boa aqui dentro do Congresso, que está a fim de fazer alguma coisa pelo Brasil; há em todos os partidos, há na esquerda, há na direita. Conheço pessoas do PT, do PSDB, do PSB, de todos os outros partidos. Só que o extremismo está tomando conta, está tomando conta de uma maneira que as pessoas têm um ódio plantado hoje pelas ruas que parece que está dividindo o povo de novo, como estavam tentando dividir antes. Eu não estou acusando aqui partido nenhum, mas só que tem que se acabar com isso, criar legislação que penalize esses criminosos.

No meu caso lá, por exemplo: há gente condenada, eu continuo entrando com criminal, mas imaginem só quantos dias eu tenho que justificar que eu não venho aqui à Câmara para ir às audiências... Amanhã há 14 audiências; a cada 15 minutos há uma lá, exatamente chamando essas pessoas, e demoram a ser punidas. E a velocidade do dano...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputado.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A velocidade do dano que eles causam para as famílias e para as pessoas... Demora muito para ser restituída!

Então, eu quero entregar, se senhor me permitir, nesta CPI, toda essa documentação. Que essas pessoas sejam chamadas. Eu não tenho medo de tomar posição. Eu já denunciei no Delegado-Geral da Polícia Federal, porque há servidores públicos, como esse delegado lá no Rio Grande do Sul, Luciano Ledur – vou dar o nome... Ele pegou os telefones e entregou na Polícia Federal, e me acusou de um monte de crime através de um ex-funcionário do meu gabinete, e outras coisas mais, como invasão de privacidade, os meus e-mails, os meus telefones e tantas coisas mais.

E eu, inclusive, tenho passado algumas coisas para a convidada aqui relacionadas a várias páginas que existem na internet, e páginas criminosas que estão aí para difamar tanto as pessoas da direita e da esquerda como as de centro. E eu não estou aqui por mandato, eu não tenho medo de falar isso, não tenho medo de tomar essa posição. O que vocês precisarem, eu trago aqui as informações.

E a Deputada Bia Kicis tinha que vir aqui ouvir esse tipo de coisa, porque, no dia da votação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A senhora está aí?

A senhora orientou...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Não, primeiro, e depois mudou orientação. E hoje, até hoje, está aqui: neste momento eu estou sendo escrachado aqui, a favor do "fundão". A senhora tinha que ter habilidade de chamar o Deputado um dia, e nós não estarmos pagando a conta até hoje, porque a senhora é uma mentirosa, e está aqui postando porcarias na internet, com fotos que um outro sem-vergonha ali tirou, me acusando, dizendo que eu sou uma vergonha, que eu sou um traidor do Presidente Bolsonaro. Eu não tenho nenhum patrimônio político, para a senhora me chamar disso. A senhora tenha vergonha e compostura! A senhora, que era do Ministério Público, não sei de onde era, tinha que pensar nisso. A senhora tem um filho que mora no exterior; os meus moram no Brasil e estão acompanhando tudo, estão passando vergonha, estão sendo tratados por psicólogos. Então, o seu está no exterior, não precisa acompanhar tudo isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu combinei aqui com a nossa convidada... Eu vou botar os que...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... estão inscritos para falar...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Presidente, deixe eu fazer uma pergunta para ela rapidamente.

Como é que foi a reação dos seus filhos, convidada, em relação a esse monte de baixaria que é publicado na internet quando encontram os amigos e têm que comentar esse tipo de baixaria, como comentam com meus filhos no Rio Grande do Sul?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Presidente, o senhor quer que eu responda ou respondo depois em bloco?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, só uma pergunta...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O Presidente me solicitou para responder...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pode responder depois em bloco.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Depois em bloco.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, uma questão de ordem, uma pergunta...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu vou lhe conceder a palavra, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para questão de ordem.) – Não, eu só quero saber o seguinte. Estou inscrita; se estiver próximo, eu aguardo para falar de uma vez.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, está próximo, estamos já praticamente no final da nossa sessão. Vamos ouvir agora a Deputada...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Presidente, no dia de hoje, está rodando um vídeo na internet, uma foto minha, uma imagem, dizendo que eu estou pedindo *impeachment* do Presidente, porque simplesmente eu me neguei a fazer parte, saí do Governo no Rio Grande do Sul na sexta-feira. E eles, reacionários, essa turma lá do Rio Grande do Sul, estão publicando uma montagem, como já publicaram uma montagem nesses tempos, um áudio, dizendo que eu estava agredindo a minha esposa. Isso é para ver o nível baixo que essa gente tem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k. Vamos ouvir a Deputada...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Presidente, eu solicitei inversão com o Senador Randolfe; eu acho que a minha vez passou em três Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, na verdade é o seguinte, Deputado. Eu tinha feito uma resposta a uma questão de ordem nas sessões anteriores no sentido de que, mesmo o Deputado ou o Senador se inscrevendo e saindo, se alguém estiver na frente, não vai ficar esperando o Deputado chegar...

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... porque aí é um sacrifício para quem está sentado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Mas agora é o Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Há uma solicitação formal na sua Mesa, Presidente. Gostaria apenas de conferir se isso... É inversão.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não, V. Exa. vai falar, com certeza.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (REDE - AP) – Mas, Presidente, me permita, sem querer atropelar V. Exa.: se justifica a saída do Deputado, porque foi em decorrência da nominal lá na Câmara.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu sei, eu sei, vários saíram. Fique tranquilo que ele vai falar.

Vai falar agora a Professora Dayane; depois, o Deputado Gadêlha; temos o Deputado Rogério Correia; o Deputado Bozzella; e a Bia Kicis.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Aproveito já para...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai, vai, vai. Ele vai, vai, com certeza.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputada Dayane Pimentel...

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... baiana de Feira de Santana.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – Isso!

Aproveito para cumprimentar toda a Mesa; cumprimentar V. Exa.; a Relatora Lídice; Joice Hasselmann, minha amiga, minha correligionária.

Joice, quando eu aceitei o convite do Presidente Bolsonaro para integrar o seu grupo e fazer não a campanha para ele, porque na época ele sequer imaginaria que um dia teria uma legenda, só para começar...

Muitas pessoas nos acusam de surfar numa onda que nós mesmas e mesmos, já que também estamos com muitos homens, produzimos. Bolsonaro tinha ali uma expectativa de 2%, talvez, quando ele gostou de um discurso que eu fiz na internet com meu filho de cinco meses no colo e o defendendo, em um Estado onde as pessoas – e está aqui o Presidente da CPMI e a nossa nobre Relatora, que podem confirmar isso – são extremamente esquerdistas, onde há 75% de aprovação a um Governador que é de esquerda – me dói falar isso, mas é o dado.

Eu me levantei porque eu buscava, e busco ainda, para o meu filho um mundo conservador, um mundo onde a liberdade de expressão exista, mas a libertinagem seja podada. Que mal há nisso? Nenhum.

Eu sou uma mulher de direita que escolheu a direita depois de ter passado pela esquerda. E em um pronunciamento meu com meu filho de cinco meses no colo, que hoje tem quatro anos de idade, exaltando o então Deputado Bolsonaro, ele me convidou. Afinal, eu era uma mulher, uma nordestina, professora diplomada, pós-graduada, falando bem das suas posições políticas. É que as posições políticas do nosso Presidente são as mesmas posições políticas que eu defendo e que não são dele, são de um país, de um país que quis mudança.

Então, é importante salientar que difícil não é abandonar o barco agora, com a sua aprovação, como é o caso de Bolsonaro. Difícil é segurar na mão dele, com menos de 2%, e dizer que a gente ia construir um Brasil juntos. Mas, no meio da carruagem, a gente vê que as nossas posições não são ouvidas.

Isso é ser traidora? Então eu vou ser traidora. O que eu não vou trair é a minha Nação, as minhas pautas anticorrupção, minhas pautas de direita, minhas pautas de desaparelhamento de um Estado extremamente esquerdista, porque foi isso que eu prometi.

Não aceitei a lista deliberada pelo Presidente, imposta dentro do nosso Partido, porque eu tinha dado a minha palavra, e eu a cumpro, porque não a dou à toa. Eu penso antes de dá-la. Uma palavra que eu dei, inclusive, para o seu próprio filho, Eduardo Bolsonaro, que me pediu que apoiasse a liderança de Delegado Waldir. Por isso eu me tornei traidora?

Ficha limpa, mãe de família, bem casada, casada há anos, uma filha excelente, uma pessoa do bem. Quem me conhece, da Bahia, sabe: eu sou ficha limpa. Meu envolvimento é com gente decente, com a educação, com as pautas em que eu acredito.

Do que essa *fake news* hoje está me acusando, Joice? De ser solidária a você, mulher guerreira? Eu compro essa briga, porque eu também tenho filho pequeno dentro de casa, e ele pode achar que a mãe dele é qualquer coisa, menos frouxa. Eu não criei meu filho até agora – comecei, quando ele tinha cinco meses, a falar em Bolsonaro – para agora dizer para ele que o mesmo que eu exaltei dizendo que me deu o direito de exercer minhas prerrogativas iria agora me calar. Não vai. Não vai nem quando eu criticá-lo e não vai quando eu quiser elogiá-lo, porque continuarei defendendo as pautas governistas que forem positivas para a sociedade.

Não haverá *fake news* para me calar, e olha que eu sofro muitas! Mas quem não deve não teme, Relatora Lídice.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – Me abordaram outro dia no aeroporto para me chamar de quê? De ter opinião própria? Porque de corrupta não podem e nunca poderão me chamar. Sou uma pessoa consciente das coisas que eu faço. Não aprendi a andar segurando a mão do meu pai e da minha mãe, que muito lutaram, porque são pobres, para me criar, para chegar aqui, soltar essas mãos e fazer o que há de errado. Repito: acusem-me de que quiserem, mas não podem me chamar de corrupta, porque isso eu não sou. Jamais irei trair a minha Pátria, porque eu não estou aqui por um projeto de poder familiar nem pessoal. Eu estou aqui porque acredito num projeto de Brasil. Caso não, não deixaria meu filho todas as semanas, porque eu não tenho uma falta e sou considerada a melhor congressista do Estado da Bahia pelo *ranking* dos políticos. Deixo meu filho em casa todos os dias, todas as semanas, e venho para cá lutar pelo que eu acredito.

Dói não poder dormir com seu filho de quatro anos todos os dias. Dói saber que precisa a avó estar fazendo a tarefa de casa, principalmente porque sou professora e sei o que é uma construção pedagógica. Dói chegar em casa triste, cheia de problemas que eu não causei – pelo contrário, são problemas que eu tento solucionar –, sem poder explicar a meu filho.

Outro dia fui buscá-lo na escola, numa oportunidade que quase nunca tenho, e um grupo de pais veio para me indagar que história era essa. Aproveitei para fazer uma palestra e saí aplaudida da escola de meu filho. Porque não há nada, Joice, não há *fake news*, Joice, que manche uma história ilibada, e a minha e a sua eu sei que são.

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Presidente, deixe só eu fazer um comentário, porque não tenho como não reagir a esse depoimento da Deputada Dayane Pimentel.

Eu tenho acompanhado o quanto essa mulher foi alvo de massacres nas redes também, alguns, como eu mostrei aqui, coordenados. Eu conheço a história dela e sei que ela está, desde o princípio, lutando pelo Brasil, desde os 2%, 3%, lá atrás. Eu sei o quanto dói para todos nós ficar longe da família, longe dos filhos. Eu sei da história da Dayane Pimentel, alinhada com as pautas que nós prometemos ao Brasil – nós prometemos ao Brasil! Essas são pautas da maioria da Nação que foi às urnas. E nós temos que ser leais e fieis a esses eleitores, a essas pautas.

Então, é emocionante, porque eu também tenho filho pequeno, eu sei o que é ter meu filho ameaçado de morte, eu sei o que é ter que esconder o meu filho, eu sei o que é a minha filha não usar o sobrenome na universidade, usar no jaleco o outro sobrenome – ela faz Medicina.

Meu filho de 11 anos – já respondendo ao Deputado Nereu – foi que me motivou a ir para a tribuna, como vocês acompanharam aí, há alguns dias, e contar uma parte dessa história. Porque enquanto eu estava vindo com discurso pronto já, um discurso mais político, mostrando o que estava acontecendo, chega mais uma mensagem do meu filho me perguntando por que eu estava passando por isso – "você que ajudou tanto o tio Bolsonaro?", ele falou. Eu disse: não é o tio Bolsonaro, não é o tio Bolsonaro! Mas eu sei o quanto dói.

Eu sei o que sente a minha mãe. A minha mãe chora. Minha mãe é uma senhora idosa que trabalha num negócio pequenininho, uma padaria que eu ajudei a montar, onde minha família toda trabalha. Minha mãe é uma mulher reta. Minha mãe é uma guerreira. Eu contei até uma parte da história, vocês viram, o quanto foi difícil para a minha mãe criar os filhos. Chegamos a passar fome.

Sabe o que fizeram, Senador? Fizeram *fake news* e espalharam em todos os lugares quando eu disse: olha, eu vim de uma região de uma favela rural. Estava me referindo à minha casa. Disseram que eu chamei a minha cidade, o meu Município, de favela. Para quê? Para colocarem aquelas pessoas para atacar minha mãe! Eu não estou em Ponta Grossa, cidade que eu respeito; eu nasci lá, a minha filha nasceu lá, a minha mais velha é de lá. Meu Deus do céu! Então, são coisas absurdas.

Eu entendo a indignação. E, olha, Dayane, eu vou dizer para você: você é uma guerreira! Eu tenho orgulho de estar lutando pelo Brasil a seu lado.

Deputado Nereu, muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio Gadêlha, pernambucano.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Senador. Eu também estava inscrito e me ausentei. Deputado Felício Laterça.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA. *Fora do microfone.*) – Está na relação, Deputado.

O SR. ALEXANDRE FROTA (PSDB - SP) – Só para falar: se vocês acham que aqui está quente, saibam que lá na Alesp saiu uma pancadaria de soco! (*Risos.*)

O pau comeu lá violentamente. Aqui está sessão da tarde. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Túlio.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE. Para interperlar.) – Bem, Presidente, estamos aqui já há mais de oito horas ouvindo todos esses depoimentos, muitos deles até bastante emocionados. Bem, eu só acho que isto não deve fazer bem para a nossa saúde mental, oito horas aqui neste espaço ouvindo também muita lavagem de roupa suja.

Parabenizo a depoente pela exposição. Dali, de muita coisa teremos proveito aqui nesta Comissão das *fake news*, mas boa parte do tempo que utilizamos aqui foi para escutar as questões internas do PSL, e isso nada nos acrescenta.

Mas, Deputada, depois do seu depoimento – peço desculpas até pelo cansaço, são oito horas aqui –, nós já fizemos e protocolamos um requerimento, e o submetemos a esta CPMI, visando obter a quebra do sigilo de comunicação telegráfica da empresa mantenedora do Instagram para que tenhamos acesso ao conteúdo das mensagens trocadas num grupo intitulado Gabinete do Ódio, ou seja, nós queremos resgatar todo o histórico de mensagens desse grupo. Por isso pedimos que esse requerimento seja apreciado por esta Comissão, porque, sem dúvida, terá elementos materiais. Esse histórico de mensagens são elementos materiais que nos servirão de prova para, inclusive, a Relatora construir um relatório mais firme.

Deputada Joice, V. Exa. estar aqui é um gesto de coragem e é um gesto muito importante para todos nós. Coragem porque V. Exa. revelou esse sistema opressor que dissemina *fake news*, que estimula a divisão das pessoas pelo ódio, que utiliza robôs e pessoas que administram perfis falsos. Muitas dessas pessoas, inclusive, recebem recursos públicos para fazer isso, seja no gabinete de Parlamentares, seja com verba de assessoria parlamentar, seja com recurso de fundo partidário, seja com cargos no Governo. E olha que, como bem foi colocado aqui, muitas das publicações feitas em horário de expediente, que incitam ódio, nos dão a entender que aquelas pessoas ocupam aqueles espaços justamente para fazer isso. Isso é crime de improbidade.

Mas V. Exa. também está aqui hoje denunciando toda essa prática nefasta porque as milícias digitais apontaram o alvo para V. Exa.. E isso é importante ser dito, porque a verdade é que esses canhões de ódio e intolerância é que motivaram V. Exa. a estar aqui depondo.

A prática nefasta e obscura à qual me refiro não coloca V. Exa. do outro lado. E eu lamento profundamente, Deputada Joice, porque as imagens de pornografia com o seu rosto, como V. Exa. falou aqui, que foram disseminadas e circularam na internet, elas só reafirmam algo que vem acontecendo há alguns meses, desde a pré-campanha do atual Presidente Bolsonaro. Eu digo isso porque nós deixamos chegar até esse ponto. E V. Exa. fez parte dessa estrutura que disseminou *fake news* todo esse tempo. V. Exa. sabia como funcionava esse mecanismo de disseminação, de produção de conteúdo falso. E olhe que coisa: por que V. Exa. não anunciou isso antes?

Na pré-campanha do Presidente Bolsonaro, no início de 2018, muitas pessoas foram atacadas. Olhe que coisa: o depoimento do Deputado Nereu, que conheci agora há pouco, que me antecedeu... O Deputado foi atropelado, utiliza hastes e pinos nas pernas por conta dessa fatalidade que não foi fatalidade, foi um crime, como ele bem colocou, motivado pelo ódio. Porque o discurso de ódio, Presidente, Deputada Joice, o discurso de ódio toca aqueles corações que estão contaminados com o ódio, e isso é muito grave, porque toda essa cúpula governista trabalhou na disseminação desse material.

Para concluir: a prática de difamação e calúnia já se tornou regra no ambiente digital. E preciso dizer que V. Exa. tem grande participação em tudo isso, porque fez parte dessa rede, porque todo esse tempo fez parte desse sistema perverso que hoje critica.

Essa é a minha contribuição.

Obrigado.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP. Para expor.) – Eu vou responder.

Eu até entendo, porque o Deputado Túlio não acompanhou toda a minha apresentação, que o Deputado esteja...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada, acompanhei oito horas de apresentação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Então o senhor não entendeu.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Entendi tudo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se o senhor acompanhou, o senhor não entendeu, não compreendeu, e eu vou tentar ser um pouco mais didática para explicar, tá?

"A senhora está denunciando", o senhor disse, "porque as milícias apontaram o alvo para a senhora". Respondendo a um outro Parlamentar, cujo nome não me recordo, isso me foi perguntado duas ou três vezes... Ah, Marco Feliciano, lembrei! Respondendo ao Marco Feliciano, eu disse textualmente: eu achava que essa histeria em torno das *fake news* era só discurso de oposição.

Nesse nível. Nunca dei bola para isso. Por óbvio que, se eu sou jogada aos leões, o mínimo que eu tenho que fazer é puxar o fio para ver de onde vêm. E as minhas indignações, porém sem provas – eu não sou leviana –, começaram à época da fritura do Mourão e do Bebianno. Agora, eu não tinha provas. Algumas das provas foram apresentadas.

Quando o senhor diz: "A prática não coloca a senhora do outro lado", de estar aqui... De fato, eu não estou do outro lado, Deputado. Eu sou assumidamente de direita, eu sou liberal conservadora, eu não estou do outro lado...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não é esse lado, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – E eu nunca, ao contrário...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É o lado da ética.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É o lado da disseminação do ódio...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... e o lado da ética.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Deixe-me concluir, Deputado, eu estou na minha vez de falar.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas está falando de forma errada, porque...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Ao contrário do que o senhor disse, porque isso é mentira, eu nunca participei desse esquema, do Gabinete do Ódio ou do grupo de WhatsApp para orquestrar. E eu já coloquei os meus telefones à disposição! Para proteger fontes em sigilo? Não tem problema.

Então, eu quero só restabelecer a verdade, porque, se eventualmente eu tivesse participado disso, eu jamais colocaria os meus telefones à disposição. Aliás, um deles, um dos meus telefones é ainda da época da pré-campanha. Está à disposição. Nunca fiz parte desse grupo.

Então, há de se ter muita responsabilidade, porque o fato de eu ser muito firme com algumas coisas e combativa não pode ser misturado com *fake news*. Eu não uso robôs ou perfis *fakes*. Eu tenho o meu rostinho. Quando eu quero criticar alguém, eu vou, critico. Quando eu quero criticar um projeto, eu critico. Isso faz parte da democracia, Deputado. Criticar coisas, dentro da política, com que V. Exa. não concorde faz parte da democracia. Denegrir é outra coisa. O que eu trouxe aqui está dentro do Código Penal. E eu citei, inclusive, os artigos, não é?

Então, se o senhor prestou atenção, foi isso que eu disse. Logo, suas perguntas ficam meio sem sentido nesse miolo todo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada – ainda está no meu tempo, Presidente –, quando me refiro a estar desse lado, eu não estou falando aqui de esquerda ou direita, porque existem diversos olhares para a leitura, para a política hoje aqui no nosso País. E essa polarização, infelizmente, deixa o debate mais raso e menor.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu concordo.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – O que eu estou afirmando quando falo que não a coloca desse lado... É porque existem dois lados: o lado da ética e o lado da covardia e da disseminação de mentiras, de *fake news*. Assim como V. Exa. tem publicado, e temos aí um leque de publicações de inverdades feitas em sua rede durante o período eleitoral e até depois dele, não a coloca desse lado. O que eu estou falando é que V. Exa. vem aqui depor, e muito por estar blindada por esse campo, pelo campo que sempre a criticou, o campo da esquerda, e isso vem sendo feito de forma errada, porque

V. Exa. participou desses esquemas que elegeram o Presidente. Se existiram robôs, eu não acredito que V. Exa. só ficou sabendo disso agora, depois que foi afastada da liderança do seu partido.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Mas aí é um problema do senhor, não é meu. Eu estou falando a verdade, e eu tenho peritos. Se o senhor acredita ou não é um problema do senhor, não é um problema meu.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Independente, independente disso...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – A questão de o senhor acreditar ou não não faz a menor diferença quando se apresentam as provas.

E quando o senhor insiste em inverdades no período eleitoral... Existe uma coisa, caro Deputado, chamada lei eleitoral, que é muito rígida em período eleitoral. Qualquer tipo de disseminação de *fakes* em quaisquer redes... Isso é punido pela lei eleitoral. Então, se houve disseminação de *fakes* nas minhas redes, o senhor que apresente, o senhor que apresente. Porque, de novo, ficam tentando fazer o jogo da narrativa. Eu estou aqui falando a mais absoluta verdade, colocando as informações e disponibilizando, inclusive, se necessário for, algumas informações do meu telefone celular.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então me fale aqui, já que V. Exa. não difunde *fake news*, como bem colocou, me fale um pouco sobre o processo do Nassif, da filha do Nassif.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – O processo da filha do Nassif foi um meme que foi feito num protesto contra o Moro...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Por quem? Por quem foi feito?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... contra o Moro por uma das pessoas que trabalham comigo, mas não no gabinete.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Olha... Certo.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Tá? Essa moça, um homônimo, a assessora...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas foi publicado, Deputada?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi publicado e depois apagado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ah, então V. Exa. difundiu.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu posso... Eu posso concluir?

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Não, porque eu estou aqui justamente interrogando.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, não... É que, assim, Deputado, se o senhor não deixa eu concluir, aí fica complicado...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu só a estou interrogando, Deputada, é meu papel também.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, você não está me interrogando. Eu sou convidada; não sou interrogada. O senhor está me questionando.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – É meu papel também perguntar.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Pergunte, mas deixe eu concluir a resposta.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Então foi publicado por V. Exa.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Foi publicado. Não foi publicado por mim esse meme específico...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Pelas redes de V. Exa..

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... foi publicado no Instagram, se não me engano. Eu, depois que vi que era um homônimo, inclusive me retratei. E conversei com a assessora, que claramente disse: "Fui eu mesma, pronto, acabou, está tudo certo". Não tenho absolutamente nada a ver com a questão de assessoria parlamentar. É uma pessoa que me acompanha desde lá da época da *Veja*, cuidando, me ajudando a cuidar das minhas redes pessoais. E, por óbvio, ninguém é infalível. Eu estou falando de uma coisa sem dolo. Eu jamais difundiria uma informação que não fosse verdadeira de forma dolosa. Jamais faria isso. Eu...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Mas fez.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Eu acho que o Deputado tem um problema de compreensão. De novo: a minha assessora fez. Imediatamente, quando houve a informação... Se eu não me engano, foi o próprio Nassif que conversou com uma pessoa que me conhece e disse: "Olha, é um homônimo". Eu liguei e disse: que porcaria é essa que você fez? "Ah..." Deletamos e imediatamente fizemos uma retratação.

(*Soa a campanha.*)

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Isso significa um erro sem dolo, Deputado.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Hum, hum.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se não houver a compreensão da diferença entre uma milícia, um ataque, um crime com um erro doloso e um erro que não é doloso, que é culposo, aí a gente realmente... O debate fica bobo, não é? Porque são coisas absolutamente diferentes.

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Certo, Deputada.

Só para concluir...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Se os *fakes*, se os *fakes* quiserem...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Ninguém, ninguém, Presidente...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... fazer retratação também, quiserem fazer como eu fiz...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – ... as pessoas, todos os depoentes, Presidente, que estiveram aqui nesta Comissão, e é importante falar isso, nunca disseram que disseminaram *fake news* com intenção. Isso é muito claro. Está aí o Allan Santos, do canal Terça Livre. Disseram que foi sem querer, que foi a equipe...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Como é que alguém monta uma, uma...

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Deputada, eu estou tentando concluir.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – ... um meme como prostituta e isso não é com intenção? Por favor!

O SR. TÚLIO GADÊLHA (PDT - PE) – Eu estou tentando concluir.

O que eu estou querendo dizer, Presidente, é que a gente precisa investigar isso a fundo, porque informação disseminada de forma irresponsável, que desinforma as pessoas, causa o que aconteceu com o Deputado Nereu: dissemina ódio, toca o coração daquelas pessoas que guardam ódio no coração. E isso nós não podemos tolerar aqui dentro. Ou seja, é preciso combater esse sistema descobrindo a fonte, mas também compreendendo os canais que disseminam essas informações que desinformam as pessoas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Rogério Correia, do PT de Minas Gerais.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente.

Eu não faço parte da CPI, mas acho uma comissão parlamentar mista de inquérito fundamental.

E o depoimento da Deputada Joice Hasselmann é um depoimento bombástico e muito importante, porque muito esclarecedor e com muitos dados.

A Deputada disse também que tem as provas, que está deixando, para que a própria Comissão Parlamentar possa averiguar. Mas veja bem: um filho do Presidente fala em Abin paralela. Isso é gravíssimo. Imagina: substituir o Estado alguém, para perseguir os outros, seus adversários, podem ser de esquerda ou de direita, pelo visto, agora, através de uma Abin paralela. Quase dois milhões de robôs só do Presidente e do filho Eduardo. Imaginem: dois milhões de robôs, R\$500 mil por ano. E os filhos do Bolsonaro são cabeças desse processo de diversos sites, de robôs e de mídias virtuais, de milícias virtuais. Isso é o mínimo que eu escutei, e não escutei durante todo o processo. Isso é evidentemente gravíssimo, muito sério e coloca esta CPMI num outro patamar de informação.

Segundo, eu fiquei impressionado, Deputada, quando V. Exa. mostrou a velocidade de algo que aconteceu agora: em três minutos, o mapa ficou vermelho de insinuações contra V. Exa., dizendo que V. Exa. era traidora, com outras palavras de baixo calão...

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Exatamente.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... que V. Exa. não merece nem que sejam repetidas aqui. Em três minutos, envermelhou o mapa. Também, com 2 milhões de robôs! Ou seja, eles continuam ativos, porque, acontecendo isso naquele momento, é porque eles continuam ativos, ou seja, continuam cometendo crime.

Eu chamo a atenção para isso, porque isso é muito grave. O Deputado falou da família dele. Eu certa vez, fazendo campanha, quase fui atropelado por um carro que se arremeteu com ódio contra mim e contra uma Deputada que fazia campanha comigo e foi eleita em Minas Gerais também. Ele gritava contra mim como um louco: "Comunista", daí para baixo. Num ódio que era algo que eu nunca tinha visto em anos e anos em que fui Parlamentar. Nunca tinha visto um clima de ódio como esse.

É importante dizer isso, porque nós precisamos combater. Veja bem, e aí eu faço algumas indagações a V. Exa.: primeiro, parabeno pela coragem. Não importa a posição de V. Exa. – e nós temos posições antagônicas, quase completamente, do ponto de vista político-ideológico –, mas tenho que enaltecer a coragem de V. Exa. vir aqui e dizer a verdade, seja lá em que momento for, porque realmente um ataque desse, seja contra direita, seja contra esquerda, é inadmissível, porque isso não é forma de fazer política. Isso, sim, dissemina o ódio na sociedade e a intolerância.

Veja bem, eu peguei aqui alguns pontos que eu queria saber se V. Exa. sabe se foram usados – ou se há como saber – pelo tal gabinete do ódio. Por exemplo, mamadeiras eróticas, que depois não foram distribuídas, em creches pelo PT – todo mundo se lembra das mamadeiras eróticas, para não dizer outro nome, que eram distribuídas em creches, depois foi desmentido. Avião do filho do Lula custou 50 milhões e também havia o avião... Eu tenho aqui as imagens.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Desculpa, Deputado. É que eles me chamaram a atenção e eu perdi a segunda pergunta. Pode repetir, por favor?

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – É a seguinte: eu dizia da disseminação do ódio, se, por algum acaso, V. Exa. pode nos ajudar a saber se outras mensagens – não apenas as que V. Exa. colocou, e já nos prestou um grande serviço ao demonstrar o que é esse gabinete do ódio...

(Soa a campanha.)

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) – ... mas eu termino – que foram feitas durante a campanha e que colocaram o ódio contra outras pessoas ou contra a esquerda, nesse caso que eu vou citar aqui, e que foram feitas também através de *fake news* e disseminadas por milhões, provavelmente com esses dois milhões de robôs. Como nós podemos chegar a isso também? A essa checagem?

Uma forma poderia ser, como o Deputado Túlio Gadêlha diz e eu acho correto, saber o que esse gabinete do ódio andou disseminando, mas eu me lembro aqui das mamadeiras eróticas, que foi uma farsa, todo mundo sabe disso; ou do avião do filho do Lula, que custou R\$50 milhões; ou da Presidenta Dilma de pernas abertas – lembro dessa cena tão horrorosa quanto as que foram feitas com V. Exa. –, com coisas de gasolina, como se estivesse entrando na vagina de uma Presidente da República, isso foi disseminado aos montes também por robôs; ou das fazendas falsas do filho do Lula; ou do *kit gay* em escolas.

Eu não estou fazendo isso para colocar nenhuma questão relativa a uma disputa aqui entre esquerda e direita, mas mostrando que este tipo de ação não pode continuar no Brasil. *Fake news* e robôs têm que terminar, porque senão nós não temos mais debate político, nós não vamos discutir conteúdo, se é preciso privatizar, qual é o papel do tamanho do Estado, que é o que nos separa, e nos separa no debate, e esse debate tem que ser feito, a sociedade precisa fazê-lo em alto nível, mas ele é substituído, infelizmente, por memes horrorosos contra V. Exa. agora, mas, no passado, contra, por exemplo, a Presidenta Dilma.

Então, eu queria parabenizá-la, mas queria também que nós pudéssemos ir a fundo nesse tipo de coisas que existiram no passado também, se desde lá, é a pergunta que eu faço, esse gabinete do ódio ou essas pessoas já estavam por trás da disseminação também de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Deputada Joice me informou que vai à toalete. Isso é uma coisa realmente insubstituível.

Eu quero anunciar que após... Nós vamos ouvir agora o Deputado Júnior Bozzella, do PSL, de São Paulo, depois o Deputado Felício Laterça e, encerrando, a Deputada Bia Kicis, também do PSL, para encerrarmos esta reunião que já vai para nove horas de trabalho.

Inclusive, eu deixei a Deputada Bia Kicis por último, porque foi citada algumas vezes pelo Deputado Nereu. Eu acho que ela deve ter alguma resposta para dar ou não, não sei, vai ficar por sua conta.

Com a palavra o Deputado Júnior Bozzella, PSL, de São Paulo.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, nobre Deputada Joice Hasselmann, fiz questão de permanecer nesta Casa, apesar do avançado da hora, justamente para dar a minha cota de contribuição e parabenizar a Deputada Joice Hasselmann pelo valoroso trabalho prestado à sociedade brasileira na tarde de hoje, já noite.

Eu gostaria de me ater aos fatos da *fake news* e não errar aqui na minha reflexão no que diz respeito a brigas entre partidos, direita e esquerda, até porque, como a gente já tem acompanhado, Sr. Presidente, *fake news* hoje é considerada uma questão de saúde pública.

A gente viu a Deputada Joice Hasselmann apresentar, nos seus eslaides, o caso da menina do Guarujá, em 2014, que foi espancada e morta por causa de uma *fake news*: "Mulher espancada após boatos em rede social morre em Guarujá, São Paulo." Ela foi agredida após ser acusada de praticar magia negra com crianças.

Então, depois dessa *fake news*, depois dessa postagem, o próprio advogado do caso disse que a maior responsável pelo assassinato dessa senhora, dessa moça – só peço um pouco de silêncio, Sr. Presidente, por favor –, foi justamente a rede social, foi o *site*, o Facebook. Enfim, tentando quebrar o IP para mostrar o quanto que, há 4 ou há 5 anos, nós já éramos reféns desse assassinato digital. Fomos sequestrados pela milícia digital.

Eu ouvi aqui alguns Deputados se pronunciando. Eu não quero cometer nenhum equívoco e, como disse um Deputado, "boostear". Vou tentar evitar citar o nome de alguns colegas. Uma vez viraram para mim e falaram assim: "Bozella, lá na Câmara é um teatro, mas eu nunca imaginei que fosse um circo, repleto de palhaços, imbuídos de mau-caratismo."

A partir do momento em que a Deputada Joice Hasselmann vem a esta Comissão para contribuir com a sociedade brasileira, eu vejo aqui algumas pessoas tentando inflamar e construir uma narrativa, uma falsa narrativa, para acuar a Deputada, na tentativa de contar uma mentira cem vezes para virar uma verdade.

Eu acho isso muito grave, Sr. Presidente, porque eu posso aqui dizer também que, na época das *fake news*, disseminadas quando alguns Deputados do PSL foram à China, eu vi a Deputada Carla Zambelli, o Deputado Bibó Nunes, o Deputado Daniel Silveira sendo vítimas de *fake news* desse próprio eslaide que a Deputada aqui tentou expor para todos nós, Deputados. E, a partir do momento em que se tornaram subservientes a esse mundo, a esse contexto, eles passaram a não mais ser atacados.

Então, eu até compreendo, às vezes, o posicionamento.

Até falei para o Marco Feliciano, e gostaria que ele estivesse aqui, que, quando ele sai da sala e abraça a Joice – eu testemunhei: "Joice, a gente é amigo, mas ali você sabe como é que é" –, eu não concordo com isso. Eu não sou obrigado a aceitar isso na posição de Parlamentar, porque eu represento alguns mil votos – eu tive quase 80 mil votos – e tenho responsabilidade para com essas pessoas que me escolheram.

(*Soa a campanha.*)

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – E eu falei: "Deputado, eu posso dizer também que eu ouvi dizer, que um passarinho me contou, que V. Exa. usou do expediente de ser amigo do filho do Presidente para fazer pressão na 2ª Vice–Presidência da Casa para pagar o seu tratamento dentário de R\$150 mil com o dinheiro do povo. Um passarinho me contou isso; não sou eu que estou falando.

Então, tudo isso são narrativas, são fatos que se criam que podem agora, pela atmosfera, se alguém estiver ouvindo, disseminar nas redes sociais: "Olha, o Deputado Marco Feliciano usou dessa prerrogativa e desse expediente", mas ninguém sabe se é verdade ou se é mentira.

Eu vi lá. Abraçar faz parte do jogo político, mas nós temos que ter aqui responsabilidade com a sociedade brasileira e com o povo, porque o que a Deputada Joice nos trouxe são atos de flagrante crime de improbidade administrativa, em que assessores parlamentares lotados em gabinetes de Deputados Federais e estaduais estão usando dessa prerrogativa, desse expediente, de perfis falsos, *fakes*, para disseminar o ódio e a mentira, como aqui já foi colocado diversas vezes.

Chama a minha atenção a atitude de alguns Deputados que vêm aqui a esta sessão minimizar os memes. Nós não podemos aceitar isso, Presidente, na atual conjuntura.

Eu queria ver a cara de algum Deputado que aqui estava se se falasse assim... E ter que se explicar lá para o filho, em casa, como a Deputada Joice teve que se explicar. Eu não estou aqui defendendo a Deputada Joice. Eu não tenho procuração para ser advogado da Deputada Joice. Eu tenho uma obrigação com a sociedade: eu tenho que prestar esclarecimentos sobre o que está acontecendo hoje no Brasil, que é uma questão de saúde pública. Os jovens hoje não leem jornal; eles se informam pela internet. E eles não conseguem mais diferenciar o que é *fake news* do que é verdade. Há um estudo que mostra que 50% dos jovens são informados pelas redes sociais e não sabem diferenciar o que é *fake news* do que é verdade.

Então, se você pegar esse Deputado que aqui estava e começar a proliferar memes: "Deputado abortista; Deputado nepotista; Deputado alcoólatra, viciado em cocaína; Deputado princesa; Deputada bruxa", como fizeram com a Carmem Lúcia no STF... Então, não dá para a gente achar que tudo pode e nada acontece e você usar desses expedientes, dessas improbidades administrativas com dinheiro do povo para disseminar e fomentar e potencializar ainda mais esses graves memes, que para eles não têm gravidade nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputado.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Então, Presidente, para finalizar, eu gostaria muito que... Não sou membro desta Comissão, mas fiz questão de estar aqui hoje. Eu nem sabia que fui vítima de tantos memes na internet. Eu não tenho tempo para acompanhá-los, porque eu tenho tempo para trabalhar. E não coloco funcionário de gabinete para ficar proliferando o ódio.

Então, quanto ao que o Deputado Túlio falou, eu concordo que quanto mais você incita o ódio mais você percebe aquele grupo de movimentos conservadores com metralhadoras no carro – acho que são de *paintball*, não me interessa; eu acho que até já foram presos, segundo me informaram –, incitando ódio na sociedade e colocando a vida de pessoas do bem em risco.

Portanto, Deputado Federal, assessor de Deputado Federal e Deputado Estadual não pode cometer esse crime. Eu espero que muitos desses atores irresponsáveis possam sair de camburão aqui desta CPI.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Felício Laterça, PSL, Rio de Janeiro.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Marquem o tempo do Deputado, por favor, operadores do painel.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Angelo Coronel, parabéns pela condução dos trabalhos, antes de mais nada.

Eu vou iniciar a minha fala apresentando uma obra atualíssima, está até aqui no vídeo. E eu vou presentear com esta obra não só o Sr. Presidente, como a colaboradora, a Deputada Joice Hasselmann, e a nossa Relatora. Esta obra é algo atualíssimo: *Combate às Fake News*. E é uma coleção com a visão do delegado de polícia, então, foi gestada lá no Sindicato dos Delegados de Polícia Federal por um colega, que é o Dr. Clayton, um dos organizadores.

Eu fiz questão de estar aqui hoje não só para falar um pouquinho sobre *fake news*, mas para falar que nós estamos trazendo os remédios também e que vamos presentear os senhores que estão à Mesa com o conhecimento jurídico. Eu vou ler um trechinho da apresentação e dizer como fica:

Este décimo livro da coleção doutrina e prática a visão do delegado de polícia aborda questões atinentes a um dos grandes problemas da atualidade, as chamadas fake news e seu impacto na sociedade moderna e no mundo jurídico, com a visão de profissionais que trabalham com tema, quer sejam policiais, juízes, advogados ou pesquisadores.

Eu, na verdade, vou acrescentar aqui: vou botar uma vírgula e vou botar "ou Parlamentares". Então, vocês aqui também estão trabalhando.

Há uma pequena contribuição minha. São vários artigos, e eu também tenho um capítulo, em contribuição com o amigo, colega Delegado de Polícia Federal, Dr. Lorenzo Martins Pompílio da Hora, que é "*Fake news* – um dano social".

Tudo que nós vimos e falamos aqui é muito grave. Esta CPMI, acredito, vai entrar para a história do Brasil. Esta CPMI tem muito a contribuir.

Colega Deputada Joice Hasselmann, um belíssimo trabalho. Eu estive aqui mais cedo, participei da sua apresentação. E nós todos assistimos – eu acho que o Brasil assistiu, porque foi televisionado, está sendo ainda gravado – à gravidade de fazer *fake news* e como isso... O Deputado Bozzella falou aqui da questão de 50% hoje do conhecimento – eu acho que é mais do que isso, Deputado, é mais do que isso. E as pessoas ainda têm o péssimo hábito de não conferir nada. Receberam: "Ah, que bonitinho". E aí aquela dimensão atinge o mundo; em fração de segundos, vai para outro lado do mundo.

E aí eu vou fazer menção aqui a algo de que eu participei. Eu estava na viagem à China em janeiro deste ano. Fui carinhosamente apelidado como da bancada da China. Um senhor senil lá dos Estados Unidos, que eu sinceramente não conhecia e que não quero conhecer pessoalmente, fez uma matéria dizendo que nós fomos para a China, que o que estávamos pensando... Que estávamos deslumbrados. Ele soltou isso, dizendo que nós íamos conhecer uma empresa para trazer tecnologia para espionar não só os chineses que estavam no Brasil como os brasileiros, algo de botar no aeroporto,

um negócio completamente fora de contexto. E isso tomou uma repercussão... Os robôs também entraram em ação. As pessoas, até pessoas do nosso partido, pessoas de direita, caíram de pau: "comunista" e por aí foi. Foi citado aqui pelo Deputado Bozzella. Estavam lá a Deputada Carla Zambelli, o Deputado Daniel Silveira... Todos eles sofreram muito com essa questão. Aliás, eu gostaria que a Deputada estivesse aqui, mas depois eu vou pegar a gravação e vou colocar...

(*Soa a campanha.*)

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – ... para ela ouvir, porque eu fui um dos que lhe oferecerem um ombro amigo, que a acalentaram. Eu disse para ela suportar aquilo, porque isso não era verdade. Ela sabia do propósito da viagem, que foi de uma grandeza imensa, que foi uma experiência incrível. Depois, o Senador Flávio Bolsonaro foi lá, e ninguém falou; o Presidente foi lá, e ninguém fez comentário. Aliás, o nosso Presidente – eu continuo defendendo as suas pautas positivas e vou continuar assim, porque esta é a nossa linha: também sou conservador nos costumes e liberal na economia, frize-se – foi lá inclusive e visitou a empresa Huawei, em que nós tivemos.

Então, Deputada Joice, de fato, a senhora está trazendo uma grande contribuição.

Eu vou encerrar, eu sei que o senhor vai passar a palavra, vou terminar fazendo a entrega desse belíssimo exemplar, com a nossa contribuição aqui também.

Parabéns pela condução dos trabalhos, parabéns a todos pelo belíssimo trabalho que estão desempenhando.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, agradeço, antecipadamente, o livro. Vou ler e, enquanto não ler todo, vai ser o de cabeceira.

Vou passar agora a palavra à última oradora inscrita, a Deputada Bia Kicis, inclusive porque ela foi citada, repito, algumas vezes pelo Deputado Nereu, Deputado Nereu Crispim, e esta Comissão, esta Presidência já tomou por prática dar sempre às pessoas o direito ao contraditório.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Eu vou deixar o meu direito de resposta para o final da fala, porque prefiro começar tratando desta CPMI, do seu objetivo, do que eu estou vendo aqui.

Primeiramente, eu queria dizer que a Deputada, vamos falar aqui em *fake news*, a Deputada Joice postou nas suas redes que eu havia feito caixa dois na minha campanha, mas eu sei que ela sabe que isso não é verdade, que eu não fiz caixa dois. E ela se baseou numa denúncia de uma pessoa sem nenhuma qualificação, que foi ao ao Ministério Público, fez uma carta dizendo que era estranho, primeiro, dizendo que era meu amigo, que ele não tinha bandido de estimação... Só que essa pessoa nunca foi minha amiga. Foi um candidato, quer dizer, ele queria ser candidato, mas não conseguiu a legenda, porque é uma pessoa que responde a processo por Maria da Penha, uma pessoa complicada, sem nenhuma qualificação. E resolveu, como algumas pessoas resolveram, me atacar, dizer que eu gastei muito em gasolina, que eu tinha um local que eu usava, um apart-hotel, um apartamento do Octavio Fakhoury, que ali era o meu gabinete de campanha, o meu comitê. Só que tudo isso está declarado nas minhas contas eleitorais, foram aprovadas, e a Deputada Joice sabe disso, porque nós tínhamos um relacionamento, nós conversávamos, e ela também usou um imóvel do Octavio Fakhoury em São Paulo. E eu tinha um contrato de comodato. Então minhas contas foram aprovadas, mas sem nenhum apego...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Alugado, o meu. Alugado.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O meu foi emprestado. Comodato.

Não faz a menor diferença, Deputada, o que interessa...

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Não, só para deixar claro para a Nação.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – O que interessa para fins eleitorais, Deputada, é que foi devidamente comunicado, fez parte da prestação de contas e foi aprovado. Então filigranas, dizer se é alugado, isso não interessa. O que interessa é que eu fui acusada por V. Exa. de ter feito caixa dois e V. Exa. tinha plena noção de que isso não era verdade.

Bom, outra coisa: a Deputada Joice me colocou num painel que ela fez ali, umas cartinhas, um jogo de baralho, sei lá, de cartas, e me colocou como número dois ou três de Deputados que disseminam *fake news*, Parlamentares. Ela sabe que eu não faço isso. Ela sabe que eu não dissemino *fake news*, conhece o meu caráter, pode não gostar, entortar a boca agora, mas reconhece, sabe que eu não dissemino *fake news*, e que uma vez que eu postei um vídeo que recebi, achei que fosse verdadeiro, da história, sobre alguma coisa da Colômbia, das Farcs, tão logo me escreveram: "Bia, pode ser que esse vídeo... Parece que não é...", eu imediatamente retirei. Assim como aconteceu com a assessora dela, o meu assessor também postou. E tão logo eu soube, retirei. E ela disse aqui que isso não é fazer *fake news*, que não há dolo. Foi exatamente o que aconteceu comigo.

Eu não fico postando *fake news*, eu não fico tentando lacrar na internet, isso não é o meu estilo. As únicas vezes em que eu me dirigi à Deputada Joice na internet foi quando ela postou mentiras a respeito do Presidente Bolsonaro, dizendo que ele havia oferecido cargos para quem votasse na lista do Eduardo, porque ele queria fazer o filhinho dele Líder, sendo que eu participei desse processo. Eu liguei para o Eduardo: "Eduardo, nós precisamos mudar o Waldir porque ele está chamando o Presidente de vagabundo e está orientando contra o Governo na votação. Eu não aceito mais nem um dia o Waldir na Liderança por conta disso". E ela disse o seguinte: "Nós tínhamos um acordo no início do ano, eu tenho palavra, então vou ficar até o fim". Eu também tenho palavra, mas, diante da gravidade dos fatos, eu não aceitei mais o Waldir e pedi ao Eduardo, porque ele era o único que o nosso grupo aceitava para ter as 27 assinaturas...

(*Soa a campanha.*)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – E pedimos ao Presidente. Fomos falar com ele, dizer: "Presidente, precisa ser o Eduardo". Ele não queria. Ele falou: "Vai dar confusão, é meu filho, vão bater, vão falar". Eu falei: mas tem que ser ele, porque ele é o único que os 27 aceitam. Então, ele não ofereceu cargo. Ligou para alguns que ele considerava pessoas leais a ele: "Olha, assina a lista", porque realmente o Waldir não dava. E aí aconteceu tudo aquilo que todo mundo já sabe, não preciso repetir.

Eu me dirigi, pelas redes, fiz comentários nos *posts* da Joice, dizendo que ela estava mentindo pontualmente. Nunca te chamei de Peppa Pig ou de mentirosa. Eu falo pontualmente, Joice, não fico adjetivando, eu não faço *fake news*. Eu falei: "Você mentiu!". Joice mentiu. Nesse caso, o que aconteceu foi isso, isso e aquilo. E mentiu quando disse que eu fiz caixa dois também. E quando ficou dizendo que eu ficava indicando milhares de pessoas e eu botei as pessoas que eu indiquei para o Governo.

Bom, outra coisa: agora eu queria falar com relação à viagem da China, que foi um episódio... O que aconteceu foi o seguinte: eu também fui convidada, mas tive o cuidado de ligar para o Presidente e ver o que ele achava disso, e ele disse que não ficava muito... Que não achava interessante que Deputados do PSL comessem a sua carreira – nem ainda empossados estávamos – indo à China. Foi a opinião dele. Eu respeitei e não fui. Nunca bati em um colega que foi à China, embora pessoalmente eu achasse que não era nosso papel ir à China. Isso não é *fake news*, isso é um desagrado, o povo não gostou e falou mal.

Então, é isto: esta CPMI está se tornando local de as pessoas colocarem suas mágoas, suas dores: "Ah, não gosto, porque bateram em mim". Bateram. Nós somos pessoas públicas, nós vamos apanhar muitas vezes nessa vida. Quando os nossos eleitores discordarem do que fazemos, eles vão bater. E calar, procurar calar sob o argumento de que é *fake news*, isso é um caminho errado, Joice Hasselmann. Esse caminho foi tomado na Rússia, que agora tomou total controle das redes. E também pela Angela Merkel, você sabe disso, que fez um acordo com o Facebook para calar qualquer pessoa que falasse mal da sua política de migração.

Então, é para isso que nós estamos caminhando. E eu fico muito preocupada com esta CPMI das Fake News, que também está totalmente direcionada para um terceiro turno, querendo acusar o Presidente de ter usado robôs. Você está se prestando a esse papel, Joice Hasselmann! Você não está fazendo revelações bombásticas, você está-se prestando a esse papel de dar munição àquelas pessoas que querem, sim, retirar o Presidente Bolsonaro, com base em *fake news*, com base em mentiras que essas pessoas estão produzindo. Porque, como já foi dito mais cedo aqui, a esquerda e o PT são os mestres de *fake news*, dos dossiês falsos. Você sabe disso. Você pode fazer o seu risinho torto, entortar a cara para lá e para cá, mas você sabe disso, Joice, e eu sei que você sabe, porque nós convivemos juntas muitas vezes. Então, não adianta querer tampar o sol com a peneira.

Agora, falando... É um perigo o que está acontecendo aqui. Eu fico preocupada com esta CPMI, sim, porque sei os rumos que ela pode tomar. Sei que não existe muito apreço à verdade por muitas pessoas que vão ficar repetindo uma historinha, assim como repetem "golpe, golpe, golpe". Vão ficar repetindo, vão ficar repetindo...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Sr. Presidente, o tempo. Está sem marcar o tempo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... que houve *fake news* e que há gabinete do ódio. Inclusive, ficam usando este nome "gabinete do ódio", cumprindo essa narrativa...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... criada por pessoas que você sabe muito bem que não têm apreço nenhum à verdade. Para concluir, eu quero me reportar aqui à fala do Deputado Nereu, que começa falando... Eu não ouvi o início, mas ele me chamou de mentirosa, e eu não sei por que ele me chamou de mentirosa.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O que ele falou no início ele repetiu na sua chegada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu cheguei, e ele estava me chamando de mentirosa. Aí ele falou que eu postei e que eu mudei uma orientação.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não, não sou mentirosa. Estou aqui, como diz a Deputada Joice, mostrando a minha carinha. Eu também não me escondo através de anonimato.

Então, quero dizer o seguinte: uma vez eu mudei uma orientação, e ele ficou mordido, porque eu mudei a orientação. A orientação não estava realmente agradando, e, nos últimos minutos, todos os Deputados do PSL que estavam no Plenário – estavam ali mais de 20 – votaram contra a orientação do partido, e eu mudei a orientação. Ele não estava mais lá e foi prejudicado. Os colegas vieram falar comigo, como a Deputada Dayane, e eu gravei um vídeo explicando para as pessoas que não era culpa dela. Gravei para um Deputado do Rio Grande do Sul e para todos que me pediram. Agora, ele aguenta as consequências. Se o eleitorado dele não gostou e está batendo nele, ele aguenta as consequências.

E outro fato: talvez se ele tivesse vindo agora com o Presidente Bolsonaro, se estivesse no grupo daqueles que vieram com o Presidente Bolsonaro e que não aceitaram o Waldir chamar o Presidente de vagabundo, talvez o eleitorado dele já tivesse esquecido e até perdoado.

Agora, eu estou sofrendo as minhas consequências dos meus atos. Estou sendo perseguida pelo partido, punida num processo absurdo – um processo absurdo –, sendo suspensa...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Presidente, se tivessem gravado todos os Deputados...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... sendo suspensa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Bom, eu não sei. Eu garanto que não.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, eu nunca...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, eu nunca chamei. Posso falar de cara limpa...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, por favor. Presidente, por favor, ponha ordem.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, calma. Vamos manter a palavra da Deputada...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Ponha ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... que está encerrando a fala dela.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu posso falar de cara limpíssima que nunca chamei o Presidente de vagabundo. Eu quero dizer o seguinte...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Isso é hipocrisia, Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Nunca chamei. Não sou hipócrita.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vários não têm nome.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, a palavra está com a Deputada Bia.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vários...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. pode falar.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – O povo está assistindo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Bom, vários... Meu nome é Beatriz, Deputada Bia Kicis. Meu nome não é "vários". Então, eu nunca chamei o Presidente de vagabundo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada. Encerrou.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Então, eu quero dizer o seguinte: eu também estou pagando pelas minhas escolhas. Estou sendo punida, estou sendo suspensa num processo absurdo, inclusive por colegas que eu sempre tratei com muita decência. Tratei com decência, sempre olhei nos olhos, e essas pessoas... Eu postei uma foto – a foto que ele citou –, que é uma foto...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu vi a Carla Zambelli chorar...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... no partido, uma foto no partido...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não sou a Carla Zambelli. Eu sou a Bia Kicis.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para concluir, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Para concluir, a foto que o Deputado Nereu citou...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... a foto que o Deputado...

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP. *Fora do microfone.*) – Eu vi. Ninguém me contou.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado, estou tentando falar.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu nunca interrompo.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Estou aqui ouvindo.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mantenho a palavra à Deputada para ela encerrar, Deputado Bozella.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Deputado, eu não me chamo Carla Zambelli. Eu me chamo Bia Kicis. Estou falando só de mim aqui. Estou falando que o Deputado Nereu citou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Para encerrar, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... que eu postei uma foto e disse que eu sou mentirosa por isso, que eu sou isso, sou aquilo. Quero dizer o seguinte: eu postei uma foto que eu recebi das pessoas que estavam lá e que julgaram à unanimidade pela nossa suspensão, pessoas que eu considerava amigas e eu não entendo por que queriam me punir...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Conclua, Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – ... foi essa foto que eu postei. Isso não é *fake news*. Eu não pratico *fake news*. E sinto muito, acho que as pessoas aqui infelizmente estão pegando um caminho do qual elas ainda, quem sabe um dia, possam se arrepender.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k., Deputada.

Deputada, antes de passar ali para o Deputado Nereu, que foi citado, eu queria explicar a V. Exa. que esta CPMI foi aprovada via requerimento do Partido Democratas, que é o maior partido hoje que apoia o Presidente. Então, se esta CPI, como a senhora está falando, é para tirar o Presidente, então está nascendo do seio, do berço dos apoiadores do Presidente.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Pois é, mas o autor da CPMI até retirou o nome dele, porque ele disse que foi totalmente desvirtuada quando ele viu a forma como ela foi composta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A senhora votou a favor da CPI?

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Eu não, eu me recusei a assinar porque no início eu já via onde isso ia chegar. Me recusei a assinar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está certo.

Então, Deputado Nereu.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS. Para explicação pessoal.) – Respondendo à Deputada Bia Kicis, quando ela fala de escolha de lado, eu escolhi o lado do Brasil, de um discurso do Presidente Bolsonaro que unia este País, principalmente um Presidente que era rejeitado pelas mulheres. A nobre Deputada, há uns dias, publicou, parabenizando Augusto Nunes por bater em Greenwald, aquele senhor aí da internet que está no caso Moro. Inclusive, ela bota aqui. Em vídeo é possível ver a Deputada ao lado de Augusto Nunes, onde ela afirma que ele representa o povo brasileiro por agredir alguém. Então, essa é a política das mulheres, que ela quer para as mulheres brasileiras: agressão e ódio.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vou ter que falar de novo, Presidente.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – Tá? Não, está aqui, está no Twitter da senhora. A senhora não... Ah, então, a senhora é uma mentirosa mesmo.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Vou ter que falar de novo. Vou ter que falar de novo.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – A senhora é mentirosa. A senhora prega uma coisa e faz outra.

E, quanto à questão de lado, eu quero dizer para a senhora que eu continuo votando as pautas do Presidente Bolsonaro porque quem me elegeu foi ele. Eu não minto. E a senhora tinha que ter vergonha na cara porque está aqui, ó, a partir desse momento está aqui, ó: uma das páginas citadas ali está aqui a senhora publicando, agora, neste momento, está aqui. Vou mostrar aqui: "Bia Kicis enquadra Joice: quanto tempo falta para ela gritar 'Lula Livre'?". Está aqui numa das páginas daquela ali, na página da milícia criminoso...

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Saiu no jornal. É verdade.

O SR. NEREU CRISPIM (PSL - RS) – ... de que a senhora faz parte. Está resolvido o seu problema.

O meu lado é o Brasil e o Presidente Bolsonaro, o da senhora é agressão, agressão inclusive para as mulheres.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Presidente, eu quero falar.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Está encerrada a oitiva da nobre Deputada.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF) – Não. Presidente... Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada a sua participação, Deputada. Deputada, eu dei réplica e dei tréplica. Então, vamos passar aqui até o dia de amanhã só réplica e tréplica, Deputada. Não dá, não é? A senhora teve o direito.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Ele me citou novamente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Não dá, Deputado. A senhora teve o direito, como eu dei muitas vezes à senhora.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – ... novamente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Mas daí a senhora vai citar ele, e ele vai citar a senhora, e vai terminar que dia? Vai terminar quando, Deputada? A senhora sabe que eu sou bem condescendente. Eu não sou ditador aqui, na Presidência. A senhora já se defendeu.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Só porque eu sou uma mulher?

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Presidente, só fazendo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Laterça.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ. Pela ordem.) – Deputada Bia Kicis, a senhora fez um grupo Bancada a Cargos? Deputada Bia Kicis, a senhora por acaso fez um grupo de WhatsApp chamado Bancada a Cargos DF? É Bancada de Cargos. A senhora falou que o Presidente agiu, que conseguiu... O Eduardo Bolsonaro era unanimidade; e não era, não. Eu sei como foi conseguida a liderança do Eduardo, tá?

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Exatamente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Não foi assim. Então, foi, inclusive, destituindo cargos de pessoas que tinham a confiança do Presidente. Foram todos exonerados. Foram todos exonerados.

A SRA. BIA KICIS (PSL - DF. *Fora do microfone.*) – Isso não é verdade.

A SRA. PROFESSORA DAYANE PIMENTEL (PSL - BA) – É verdade sim, Bia. O assessor foi, sim, exonerado.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – Então, amanhã eu trago o *Diário Oficial* para a senhora. Vamos jogar a verdade aqui. Eu sou nova política. Por favor. Por favor.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. FELÍCIO LATERÇA (PSL - RJ) – O meu partido verdadeiramente é o Brasil.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Encerrada aqui a nossa sessão do dia de hoje.

A Deputada Joice vai fazer as suas considerações finais.

Em tempo, agradeço o convite e a sua vinda, essas nove horas aqui. Sei que está exausta. Já chorou bem, está vermelhinha, mas eu sei que ainda tem mais um minuto para concluir a sua participação.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um minuto não, não é, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um minuto e meio, Deputada.

A SRA. JOICE HASSELMANN (PSL - SP) – Um minuto e meio.

Bom, gente, eu vou tentar responder os três posicionamentos em uma única resposta.

O Bozzella fala da questão dos memes.

O Deputado Rogério Correia pergunta sobre *fakes*, se o Gabinete do Ódio fazia isso antes da campanha. Eu não sei. Eu não sei se havia alguma coisa exatamente como os *prints* que eu mostrei aqui. E para quem está falando, a Deputada aí que me antecedeu: "Ah isso não existe, não existe". Gente, é simples: tem o *print* e isso está resguardado por um perito. Pronto. Então, é simplesmente investigar. Não se trata de: "Ah, eu acho isso, eu acho aquilo". Está ali. Estão ali os ataques orquestrados, o assessor do Deputado Eduardo Bolsonaro fazendo a orientação dos ataques, chamando vários Deputados, que ajudaram, e muito, de vagabundos e coisas assim. Então, eu não estou falando de um achismo, eu mostrei. Pronto. Qualquer um que tenha um mínimo de paciência para olhar vai entender que eu estou mostrando o que eu achei. Se isso aconteceu antes, eu não posso dizer porque eu estaria sendo leviana. Eu não posso dizer.

Em relação ao que o Bozzella e a Deputada Beatriz Kicis falaram sobre memes, o que é uma zoação e o que é realmente uma atitude criminoso, é importante fazer uma divisão entre o que se chama de meme. Porque parece uma coisa bobinha: "Ah é um meme, farmeme, #farmeme. Meme é uma coisa bobinha". Bobinha até que ponto? Um meme de ridicularização – o Bozzella citou o caso da Ministra Cármen Lúcia – tem uma gravidade; em alguns casos, isso está dentro da liberdade de expressão e em outros ultrapassa um pouquinho, pode ser injúria, calúnia. Algo que é montado e inventado com uma informação falsa transformada no inofensivo meme é uma outra coisa. São dois caminhos totalmente diferentes. Colocar tudo no mesmo balaio de gato é uma das coisas bem do cretinismo. Colocar tudo no mesmo balaio de gato, isso não existe. Falar que é um meme em que bota um assassino, o homem que tentou matar o Presidente da República, com a minha foto ao lado e dizer: "É isso aí, não tem nada a ver, não; isso aí foi só uma expressão". Desculpa. Desculpa. Qualquer um que tenha um mínimo de inteligência sabe que não é isso. São coisas totalmente diferentes. Fazer montagens com rosto de pessoas, eu tenho aqui.

E aí tem um *link* que depois vou passar para vocês, acho que esse eu não consegui colocar ali, por exemplo, explode: "Rodrigo Maia comandou um mega-assalto e foi denunciado". Está aqui compartilhado pelo grupo, esse grupo que o Nereu citou. Isso aqui é um meme? Isso aqui está dentro da liberdade de expressão? "Rodrigo Maia", está aqui, "na cadeia já! O mega-assalto de Maia deu ruim." Então, há de se ter uma diferenciação das coisas.

E aí a narrativa – eu já tinha avisado, Deputados – seria essa. Como eu estou me posicionando contra esse *modus operandi*: "Não, a Joice está aliada com a esquerda!". Com todo o respeito, Deputado Rogério Correia, não estou e nem nunca estarei, e o senhor sabe disso. Nossas posições são muito antagônicas. E, como eu disse já no começo, sou, e sempre disse isso, eu sou mais liberal que o próprio Presidente. Isso é público. Está em tudo que é jornal. É só procurar.

Em relação ao que a Deputada Bia falou – "a Joice postou *fake news*" –, isso aí foi matéria de jornal, e o Ministério Público é que está investigando, não sei se arquivou ou não arquivou. Foi uma matéria de jornal. Houve ataques pessoais a mim, mesmo depois de uma relação... Eu entendo, está cumprindo o papel, tudo bem, mas houve ataques. E aí, por óbvio, eu respondi com isso, como respondi até, na época, ao Silas Malafaia, que também entrou nessa. Eu só coloquei *links* de investigação por lavagem de dinheiro. Não foi nada, eu só coloquei os *links*. Só. É uma matéria de jornal.

Em relação a falar que é mentira, que eu pedi vários cargos, não é. Não é. Durante muito tempo, eu tive alguns pré-atritos ali com a Bia porque ela queria a lista dos cargos de segundo e terceiro escalão para ficar com alguns dos cargos. E essa lista só foi passada depois que eu tive autorização do Ministro Onyx, por quê? Porque foi feito um acordo de que os cargos – e eu não estou falando de ocupação imoral, ilegal, nada disso –, de que esses cargos de segundo e terceiro escalão seriam conversados, as indicações, com o líder das bancadas regionais, que aí conversariam com a bancada. E não havia Líder no DF ainda. Depois o Izalci acabou se tornando o coordenador da bancada. E eu estava relutando por isso. Até a Deputada Celina e a Deputada Flávia citaram que disseram "não" aos cargos. Na Liderança, a Bia me pediu cargos, e eu disse "não". Ela me pediu na Liderança do Governo no Congresso, e eu disse claramente, com jeito: "Não vou dar cargos. Esses cargos são da assessoria técnica, são cargos do Senado, não vou dar cargos". Eu não tinha um único cargo na Liderança do PSL. Eu não tinha um único cargo no Governo. E se os senhores quiserem confirmar, falem com o Deputado Herculano Passos, coordenador da bancada de São Paulo, porque quando veio a lista dos Deputados com os cargos e me perguntaram: "O que você vai querer, Joice?", eu peguei a lista da mão do Deputado, fiz um X em cima da minha foto e falei: "Eu não quero nada". Fui chamada de otária por alguns. Eu falei: "Não quero nada, não quero um cargo". Eu estou aqui para exercer o meu mandato. Vou fazer com decência e não vou fazer parte disso, pronto e acabou. Quem quiser, tudo bem, é legítimo. Estou concluindo já, Presidente, é que foi muita coisa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. *Fora do microfone.*) – Não precisa responder a tudo.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Não, mas eu quero. Eu quero, Presidente. Eu já fiquei aqui nove horas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. JOICE CRISTINA HASSELMANN – Em relação a dizer que não houve uma tentativa de achaque de Deputados para fazer o Eduardo Bolsonaro Líder, gente, desculpa, isso é uma clara mentira. Deputados tiveram seus cargos exonerados. A Deputada Soraya Manato foi chamada pelo Ministro Luiz Eduardo Ramos. E ele disse: "Se você não votar na lista, nós vamos exonerar seus cargos". E ela ainda respondeu: "Que cargos? Eu tenho só um" – ela falou. Isso aconteceu, sim!

Eu já disse aqui e reitero que acho que aquela conversa que o Presidente teve com o celular de algum Parlamentar – disse a Deputada Carla, na imprensa, que foi com o celular dela –, eu imagino que ela tenha gravado, eventualmente. Eu não sei. Quem gravaria? Quem gravaria? E ali fica muito claro: na Liderança tem cargo para isso, cargo para aquilo.

De novo, eu não estou dizendo que isso é correto ou incorreto. Eu estou dizendo um fato que aconteceu. Eu estou relatando aqui para vocês, e eu tenho testemunhas, e eu tenho provas.

Entrar em um caminho sem volta é lutar contra o Brasil. Eu jamais faria isso. Eu sigo firme com os meus propósitos. Sigo firme. Sei exatamente... E a Bia sabe também. Ela sabe. Ela está cumprindo o papel dela, mas ela sabe também. A gente sabe exatamente isso. Em relação à bancada da China, tudo que aconteceu também, como é que foram orquestrados os ataques. O próprio Eduardo fez *posts* à época também. Eu fiquei meio em cima do muro e falei: "Ah, gente, se resolvam com quem foi para a China", porque eu fiquei naquele negócio, bate aqui, bate nos colegas. Eu fiquei meio em cima do muro naquele momento.

Então, esse é o resumo da ópera e essa é a mais pura verdade.

Eu avisei. Avisei ao Ministro Ramos. Eu tenho nossas conversas. Até acabou que ele mesmo vazou uma conversa para O Antagonista, não sei por quê. Eu tenho essas conversas com o Ministro Ramos dizendo: "Não vai dar certo. Isso que vocês estão fazendo vai dividir o único partido que vota 100% com o Presidente". Se o Presidente falar: "Isso aqui amarelo é azul", o pessoal vota, inclusive nos desgastando, como foi o caso de desidratar a previdência.

O Felício sabe que eu briguei com todos os delegados. Não foi, Felício? Fomos para a briga com o Felício. Estava o Felício, estava o Nicoletti. O pau quebrou, porque eu falei: "Eu não vou desidratar a previdência". Mexemos os integrantes

da CCJ na época, mas veio uma ordem do Palácio para isso. Nós assumimos o desgaste. O quanto eu não apanhei do povo brasileiro por pedir que o tiozinho de 65 anos, com a enxada, trabalhasse até os 65? Mas quem está lá, o delegado que vai aposentar já com 55, dez anos a menos, tem uma transição ainda maior: 52 e 53. Mas nós assumimos o desgaste. Tudo bem, vamos lá, vamos assumir o desgaste. Eu fiquei três dias sem dormir, porque a consciência pesou, aí como pesou.

Então, claro, a gente assume alguns desgastes, assumimos esse desgaste, e eu sabia, como todos nós sabíamos, que essa manobra que foi feita infelizmente para atender o Eduardo, ou o grupo de lá, ou o grupo de cá – chamem como quiser –, não ia dar certo, tanto que não deu.

É isso, senhores.

Muito obrigada.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Sra. Deputada, Sr. Presidente, só para concluir, eu queria encaminhar e pedir para V. Exa. que pudesse solicitar a esta CPI a quebra dos IPs dos computadores, enfim, dos Deputados e dos seus funcionários que estão usando perfis *fakes*. Não é o fato de o Deputado ou o assessor estar lá na sua vida normal, no seu dia a dia, disseminando, mas de *fakes* que eles operam para instigar o ódio e a violência e esses memes, que para eles não têm problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado, formalize.

O SR. JÚNIOR BOZZELLA (PSL - SP) – Eu vou formalizar. O.k.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Coloco em votação a Ata da 14ª Reunião, solicitando a dispensa de sua leitura.

Os Srs. Parlamentares que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

A ata está aprovada.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos.

Antes, porém, queria registrar a presença do Deputado Felipe Francischini, grande Presidente da CCJ da Câmara dos Deputados.

Agradeço a presença de todos e convidamos para a próxima reunião, a realizar-se-á no dia 10/12, às 13h. Em breve, publicaremos a pauta.

Agradeço também à Deputada Joice, que recebeu esse convite e veio aqui muito gentilmente; à Relatora, Lídice da Mata; aos Parlamentares que ficaram até este instante; aos assessores; à imprensa; à minha esposa, Eleusa, também presente. E agradeço a audiência do povo brasileiro, que eu sei que, nesta tarde noite, foi uma das grandes audiências do Congresso Nacional. Então, o povo brasileiro está aí firme e forte, ouvindo, esperando até ouvir mais, mas eu acho que teremos muito tempo, até o encerramento desta CPI, para esclarecer e sair daqui com legislações duras para proteger a sociedade brasileira, proteger as instituições, porque é importante.

E que tenhamos eleições cada dia mais limpas no Brasil.

Uma boa-noite e sigam com Deus, que é o nosso guia.

(Iniciada às 13 horas e 42 minutos, a reunião é encerrada às 23 horas e 7 minutos.)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO

10/12/2019 - 16ª - Comissão Parlamentar Mista de Inquérito - Fake News

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Havendo número regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a 16ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento do Congresso Nacional nº 11, de 2019, para investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público, a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições de 2018, a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores bem como sobre agentes públicos e o aliciamento e a orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

A presente reunião destina-se à oitiva decorrente do Requerimento nº 218, de 2019, CPI da Fake News, de autoria da Deputada Natália Bonavides, do Rio Grande do Norte, em que convoca o Sr. Paulo Marinho a prestar depoimento a esta Comissão.

Portanto, solicito à Secretaria da Mesa que conduza o depoente para tomar seu espaço aqui à nossa esquerda. *(Pausa.)*

Antes de passar a palavra para o nosso depoente, queria registrar a presença do ex-Ministro do atual Governo Gustavo Bebianno, que inclusive há até um requerimento para a sua convocação. Acredito que venha fazer estágio nesta tarde de hoje.

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Marinho, para as suas considerações iniciais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Pela ordem.) – Pela ordem, Presidente, só lembrando a prestação de juramento do convocado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – É facultativo, porque o requerimento de V. Exa. não disse como testemunha ou como investigado, então é omissivo. Aí, fica a critério do depoente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – A Deputada Joice voluntariamente fez.

O SR. PAULO MARINHO – Sim, mas eu não tenho nenhuma dúvida, posso fazê-lo, não há problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Aí cabe ao nosso depoente.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Então, faça.

O SR. PAULO MARINHO – Enfim, em que termos? É dizer que eu juro, me comprometo a falar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sob as penas da lei.

O SR. PAULO MARINHO – Eu me comprometo a falar a verdade, sob as penas da lei. Faço isso com muito prazer.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Inclusive, gostaria até de falar para os nossos colegas Parlamentares desta Comissão que, nos próximos requerimentos, coloquem, para evitar que haja questão de ordem nesse sentido.

Então, concedo a palavra ao Sr. Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Presidente, muito obrigado; Deputada Lídice, muito obrigado.

Agradeço à Deputada Natália – desculpe, Natália. Agradeço a V. Exa. pela convocação para fazer parte desta CPMI para prestar este depoimento sob juramento de dizer a verdade e acho que essa é, para mim, uma boa oportunidade para esclarecer muitas coisas que foram ditas na imprensa e que não correspondem à verdade. Por isso, então, renovo os meus agradecimentos por esta convocação.

É isso que eu tenho a dizer por enquanto.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Dificil aqui. Acendeu?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Acendeu.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quero somente cumprimentar V. Exa., cumprimentar a nossa Relatora, Lídice da Mata, o Dr. Paulo Marinho e somente fazer um pequeno registro que acredito que seja importante, já que o depoente está sob juramento: não só falar a verdade, omitir a verdade também representa uma invasão daquilo que prevê a respeito de comissão parlamentar de inquérito. Se houver necessidade de o advogado esclarecer o Dr. Paulo Marinho, para que a gente possa caminhar aqui, tenho certeza de que a colaboração vai ser excepcional.

O SR. PAULO MARINHO – Posso usar a palavra?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO MARINHO – Eu queria agradecer a palavra do Deputado Paulo Ramos, que é um Deputado velho combatente no Rio de Janeiro pelas boas causas e, enfim, fico muito feliz por poder contar com sua presença aqui nesta Comissão e tranquilizá-lo com relação à questão da verdade, não só de dizer, como deixar de omitir qualquer fato que possa ajudar, enfim, esta Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Neste momento, vamos iniciar a primeira fase das perguntas e passo a palavra para a Deputada Relatora, Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Boa tarde a todos os Srs. Parlamentares, ao Sr. Paulo Roberto Franco Marinho, acompanhado de seu advogado.

Nossa CPMI, Presidente, trata especialmente da prática de *fake news* e como ela pode ter sido praticada nas diversas campanhas. O nome do Sr. Paulo Marinho surgiu, pelo que li do requerimento, em função de algumas entrevistas dele. Então, eu vou me utilizar dessas referências para fazer as suas perguntas.

Em entrevista para a Jornalista Andréia Sadi, na GloboNews, V. Sa. admitiu haver um QG de comunicação da campanha eleitoral de Jair Bolsonaro, onde foram enviadas mensagens de *fake news* para grupos de WhatsApp na sua casa. Nesse contexto, pergunta-se: como o senhor se aproximou da família Bolsonaro? Eles o procuraram devido às suas relações políticas ou foi de outra maneira? Ou foi o senhor que os procurou? Que serviços o senhor prestou durante esse período que justificaram sua posição posterior em relação à campanha de Jair Bolsonaro?

Antes, porém, eu queria perguntar como o senhor prefere.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pergunta, e o senhor...

O SR. PAULO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Eu prefiro cada pergunta...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Cada pergunta. Pronto, assim o faremos.

Ao mesmo tempo, Sr. Presidente, peço que a Secretaria forneça algumas folhas de papel para que, eventualmente, se o depoente sentir necessidade de anotar, se for como eu, que tenho que anotar tudo o que fala...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Secretaria está providenciando.

Então, eu passo a palavra para responder a essa primeira pergunta...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Como o senhor se aproxima da família Bolsonaro? Eles o procuraram devido às suas relações políticas ou o inverso?

O SR. PAULO MARINHO – Eu me aproximo da família Bolsonaro em novembro de 2017, quando fui procurado pelo meu amigo de longa data que está aqui presente, o advogado Dr. Gustavo Bebianno. O Dr. Gustavo Bebianno era na

ocasião o coordenador-geral da campanha do Presidente Bolsonaro, me procurou, perguntando se eu poderia colaborar com a campanha já que ele era o coordenador. O Dr. Gustavo Bebianno é uma pessoa com quem eu mantenho relação de amizade há quatro décadas. Eu o conheci, ainda estagiário, no escritório de advocacia do Dr. Sergio Bermudes, e foi através dele que eu ingressei como apoiador e como simpatizante na campanha do então Capitão Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Que serviços o senhor prestou durante esse período que justificaram sua posição posterior em relação à campanha de Jair Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Excelência, para lhe dizer a verdade, no primeiro momento do contato com o Capitão Bolsonaro, o que eu prestei de serviços que tiveram, na opinião talvez dele, algum valor foi de análises políticas do quadro que se desenhava no final de 2017 para a campanha presidencial. Naquela ocasião, o Capitão Bolsonaro tinha um núcleo duro que cabia numa Kombi, e metade da Kombi ficava vazia. E era motivo de piada a candidatura do Capitão Bolsonaro. E, de fato, eu acreditei que, dado o cenário político naquela ocasião, havia uma chance de que o Capitão Bolsonaro pudesse ser o interlocutor de uma parcela importante da população que estava insatisfeita com a situação política naquele momento. E resolvi, enfim, ajudar na campanha.

E foi por esse motivo que eu, enfim, entrei na campanha do Capitão Bolsonaro. Foi, num primeiro momento, por uma questão de acreditar que ele poderia, de fato, enfim, ser uma pessoa que poderia transformar aquele quadro, aquele cenário que se desenhava ali com as candidaturas que estavam postas ali em novembro de 2017. É isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Obrigada.

Sendo assim, a partir dessa relação, que função o senhor desenvolveu na campanha, apenas de emprestar a casa?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu fui, primeiro, um apoiador, um simpatizante da campanha, justamente no momento em que não existiam muitas pessoas dispostas a acreditar naquele projeto político. Num segundo momento, eu fui o anfitrião da campanha do Capitão Bolsonaro na minha residência por conta de que, como era uma campanha pobre, não havia nem espaço para que pudesse ter um estúdio de gravação dos programas de televisão, da questão das redes sociais, do PSL. E eu fui anfitrião desse momento, cedendo dois cômodos da minha casa, de um anexo da minha casa, que foram utilizados para, enfim, servirem de base de comunicação da campanha Bolsonaro. Mas isso ocorreu durante os últimos seis meses da campanha, digamos assim, no início, um pouco antes da campanha e até o final da campanha. É basicamente isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O.k.

O senhor, então, emprestou uma parte da sua casa – apenas, retomando – para que fossem realizadas essas atividades de comunicação, praticamente de estúdio de comunicação para a TV e para as redes sociais.

A casa é do senhor ou foi alugada? É sua.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu resido nessa casa há muitos anos, enfim, há pouco mais de cinco anos. É uma casa que eu aluguei no Jardim Botânico, onde eu moro com a minha família, e essa casa tem um anexo, e esse anexo fica distante da casa principal. E até eu aceitei fazer essa generosidade, digamos assim, com a campanha em função de que aquele espaço da casa não iria conflitar com o meu dia a dia com a minha família. Então, enfim, é isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Pelo que eu li e vi nas entrevistas que o senhor deu, o senhor desmontou uma academia de ginástica, não é isso...

O SR. PAULO MARINHO – É, inclusive fiquei um pouco...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... para que lá se preparassem as ilhas de edição, para que fossem lá instaladas?

O SR. PAULO MARINHO – Fiquei, inclusive, um pouco fora de forma nesse período, porque não pude fazer os exercícios que normalmente fazia lá na minha academia, mas, enfim, naquela ocasião, era por uma boa causa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Mas o senhor, portanto, como um apoiador...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele ressalta o que o senhor disse: que, naquele momento, era uma boa causa, não necessariamente agora?

O SR. PAULO MARINHO – Essa é uma pergunta?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu digo que era uma boa causa, porque, naquela ocasião, era uma campanha eleitoral; agora é um governo, enfim, é um governo que governa o Brasil, com erros e acertos, como todo governo tem. Mas, para mim, para a minha relação, para a minha questão de natureza pessoal, naquele momento era uma boa causa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo. Diante dessa situação, como apoiador, cedendo parte de sua propriedade, o senhor atua apenas como um apoiador que empresta um imóvel ou o senhor atua como coordenador político, operacional, de comunicação? Qual era o seu papel?

O SR. PAULO MARINHO – O meu papel, Deputada, era exclusivamente de anfitrião da campanha, e, por óbvio, eu convivi, como era na minha casa, e tive, aliás, o privilégio de viver essa experiência de ter uma campanha presidencial vitoriosa dentro da minha residência. Obviamente, a meu filho, que está aqui presente neste momento, até disse na ocasião: "Meu filho, você tem 24 anos de idade e está vivendo uma experiência única", um rapaz, com 24 anos, assistir a uma campanha presidencial dentro da sua casa e que, depois, foi uma campanha vitoriosa e uma campanha, enfim, completamente fora dos padrões da política de até então. Não é?

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Então, essa atividade que funcionava, da campanha, o QG de comunicação que funcionava num anexo de sua casa... O senhor tinha ideia de como era o dia a dia de trabalho, do que acontecia nesse local?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu tinha os meus afazeres pessoais de trabalho, enfim, de vida. Eu não ficava o tempo inteiro na minha residência. As pessoas que lá trabalhavam faziam trabalho de comunicação, e eu não ficava ali o dia inteiro. Enfim, vez por outra, encontrava, na minha casa, com as pessoas que lá trabalhavam e conversávamos sobre a campanha, aquele momento da campanha, do futuro da campanha, mas que nada que eu possa me atribuir algum tipo de atuação profissional na campanha. Eu era simplesmente um apoiador.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Na entrevista em que o senhor revelou esse QG e a sua função como um apoiador da campanha e com essa contribuição, o senhor chega a dizer que era lá – se expressa desta maneira – que eram feitas as mensagens, eram distribuídas as imagens e mensagens da campanha. Se não me engano. Há uma pergunta que a jornalista lhe faz, perguntando se o senhor tinha conhecimento de que algumas daquelas mensagens poderiam ser mensagens falsas, ou desinformação, ou *fake news*, como popularmente é chamado. O senhor, então, sabia? O senhor acho que chega a dizer que, quando era uma coisa engraçada, os senhores passavam adiante. Em que medida isso acontecia, de que forma o senhor chegou a conhecer esse processo de organização dessas mensagens?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu vou lhe pedir a permissão de, antes de responder essa pergunta, fazer um pouquinho um histórico de como eu me coloco nesse mundo digital, porque eu acho que isso é importante para a compreensão do que nós estamos falando aqui.

Eu sou uma pessoa que você poderia classificar como analógica: eu não tenho Twitter, eu não tenho Facebook, e no único Instagram que eu tenho eu sigo os meus quatro filhos, porque, hoje em dia, é mais fácil saber da vida dos filhos através do Instagram do que no próprio convívio. Então, eu me considero uma pessoa absolutamente analógica. Então, eu não sou do mundo digital. Portanto, eu não tenho nenhum conhecimento.

Eu gostaria, inclusive, de fazer um reparo, que essa expressão que a senhora, que V. Exa. usou há pouco, de que a minha casa era o QG, essa expressão foi cunhada pela imprensa, que transformou a minha residência num QG, mas, enfim, existiam outros lugares em que se fazia a campanha também, enfim, porque tinha candidatos a Deputados, tinha candidatos a Deputados Estaduais do Rio de Janeiro, a Senadores. Quer dizer, o que transcorria na minha residência era exclusivamente a gestão da área de comunicação que envolvia a rede social do PSL e os programas de rádio e televisão.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa expressão "QG" para mim não tem grande importância; ela atuou como uma produtora, como um comitê eleitoral, se o senhor preferir essas expressões. O Quartel General é porque, justamente, as campanhas todas têm um pouco essa característica, não é?

O SR. PAULO MARINHO – Eu compreendo, eu apenas fiz esse reparo para não...

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E, em se tratando de uma campanha de um militar, o capitão, então, QG pega mais fortemente.

O SR. PAULO MARINHO – É mais apropriado. Tem razão. *(Risos.)*

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – É mais apropriado.

Então, o senhor não sabe dizer se havia alguma orientação oficial ou extraoficial de como se deveria proceder mediante o recebimento de mensagens com conteúdo potencialmente falso? Se as mensagens recebidas, que vocês disseram que

passavam adiante, que o senhor chega a dizer, elas algumas vezes foram checadas para ver se eram verdadeiras ou apenas eram retransmitidas, porque podiam prejudicar o adversário, como é que o senhor viu isso?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu vou esclarecer. Eu acho que eu fui convocado pela Deputada Natália, por V. Exa., apenas por uma questão de uma entrevista que eu dei à jornalista Andréia Sadi. Essa é a minha leitura, por conta de que, num dado momento da entrevista, eu menciono, quando ela me pergunta sobre *fake news*, que aquilo a gente recebia e repassava. O que eu quis dizer ali – e agora é a verdadeira oportunidade de um poder esclarecer isso de forma definitiva – é que, primeiro, dada a circunstância de que eu não sou uma pessoa do mundo digital, para mim, essa coisa da *fake news*, do meme, isso está na mesma vala. O que eu disse a ela é o seguinte: chegavam, durante a campanha, aqueles memes do capitão com óculos escuros, com aquela coisa da arminha e tal; quando essas coisas tinham graça, tanto de um lado quando do outro, eu repassava, eu, pessoalmente, para a minha rede de WhatsApp, que contém 15 pessoas, é o número de pessoas que eu tenho na minha rede de WhatsApp, de pessoas com quem eu falo com frequência. Então, não tem nenhuma consequência aquilo que eu falei. Agora, óbvio, eu usei, talvez, o momento errado, a expressão errada. Aliás, desculpa, quando eu assisti à entrevista, na mesma hora, eu me dei conta e disse: "Olha, isso aí vai me dar problema, alguém vai entender que isso tem uma conotação que não tem, que não é a verdadeira". Então, além do prazer de estar aqui, neste momento, eu acho que essa é a oportunidade de eu poder esclarecer isso definitivamente, porque vários veículos de imprensa repetiram isso à exaustão, me atribuindo coisas que jamais aconteceram na minha residência. É isso.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa pergunta eu faço a todos os que vêm aqui; portanto, o senhor fique tranquilo. Apenas para o senhor: o que é *fake news*? O senhor já ouviu falar? O que é uma *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – *Fake news*, para mim, é você criar uma mensagem na internet, mentirosa, desconstruindo, agredindo alguém, e repassar isso, e que essa coisa fique viralizada. Eu acho que isso é um atentado, enfim, à idoneidade das pessoas. Para mim, *fake news* é isso. Ou, então, você... *Fake news*, por exemplo, um artista famoso, atribuir que o artista faleceu de uma hora para a outra. Muita gente acredita, já aconteceu isso várias vezes. Eu entendo, como *fake news*, isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pela ordem, Deputado Rui Falcão.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela ordem.) – É praxe aqui que os depoentes, sobretudo aqueles que são convocados, não utilizem o telefone celular durante o inquérito. Ele já está acompanhado do advogado, que é um direito. Eu acho que é praxe não utilizar o telefone celular.

Obrigado.

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, como eu não tinha essa informação, agradeço a sua lembrança, e não o utilizarei mais. Queria apenas constar que o Deputado que me acompanha, além de Deputado, Dr. Marlan Marinho, é membro do diretório estadual do PSDB, que eu presido hoje, no Rio de Janeiro. E ele hoje está aqui na condição de meu colega também do PSDB. É só para esclarecer que...

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Antes, porém, Deputado Rui, é importante que fique claro que não é nenhum impeditivo o depoente estar com o seu celular ao seu lado. Se no Regimento V. Exa. tiver algo contrário, eu dou minha mão à palmatória.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele já cedeu.

O SR. PAULO MARINHO – Não, já cedi, não tem problema nenhum. Com o maior prazer, não tem problema nenhum.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Retorno a palavra à Deputada Lídice da Mata.

O SR. PAULO MARINHO – Aliás, eu vou pedir, se o senhor me permitir, deixar o meu celular com o meu filho André. Por favor, André, dá uma monitorada aí de vez em quando.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ainda sobre as atividades, como todos nós aqui fazemos campanha, conhecemos os ritmos de campanha, o senhor tendo um comitê eleitoral da comunicação tão próximo do senhor, certamente teria a oportunidade, mesmo com muito trabalho, de sempre passar por ele acompanhando uma campanha que, como o senhor disse, terminou sendo vitoriosa, portanto em crescimento. O senhor ouviu, nesse período, alguma orientação das equipes de comunicação, já que o senhor não estava na coordenação disso, para que não retransmissem notícias falsas, que checassem essas notícias? Qual foi a orientação que o senhor recebeu sobre isso?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não recebi nenhuma orientação, porque, como eu não tinha nenhuma participação ativa na campanha, enfim, não recebi nenhuma orientação. Eu responderia V. Exa. dizendo isso: eu não recebi orientação, porque eu não fazia parte do núcleo de comunicação. Eu não sou um *expert* nesse assunto. Como eu lhe falei há pouco, eu sou um sujeito completamente analógico, eu seria a última pessoa a colaborar com essa campanha que foi tão pautada pelas redes sociais.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor disse que o senhor tinha apenas 15 pessoas para quem repassava. Eu só quero dar um esclarecimento, que o fato de ter 15 ou 150 não faz diferença, porque essas 15 podem ser pessoas com influência tal e direcionamento que elas podem fazer o mesmo trabalho de distribuição de uma mensagem falta que 150 ou 250 pessoas. Apenas para esclarecer o que senhor falou, obviamente, sem contestação à sua informação. É apenas para esclarecer.

O SR. PAULO MARINHO – Obrigado, Deputada. Muito obrigado. Só para esclarecer também, Deputada, quando eu mencionei essas 15 pessoas, só para ficar também registrado aqui, eram pessoas da minha absoluta intimidade, meus quatro filhos, minha mulher, dois amigos. Não eram pessoas que tinham essa capacidade de transformar as informações, viralizar a informação.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece o Sr. Marcos Aurélio Carvalho?

O SR. PAULO MARINHO – Conheço.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Tem alguma aproximação maior?

O SR. PAULO MARINHO – Tenho. Meu amigo.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele também participou da campanha, claro.

O SR. PAULO MARINHO – Ele foi o coordenador da área de comunicação dentro da minha residência.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Ele pertence, portanto, à empresa AM4.

O SR. PAULO MARINHO – Ele é dono da empresa AM4, junto com outros dois sócios. Essa empresa existe há 20 anos. Ele fundou essa empresa com 17 anos de idade. Hoje ele deve ter 34.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece, portanto, o Sr. Magno Carvalho também?

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu conheço menos. É o irmão dele. Mas esse eu estive uma vez com ele. Quem eu conheço de fato é o Marcos Carvalho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor conhece também o Sr. Alexandre José Martins?

O SR. PAULO MARINHO – É um outro sócio dele, se eu não me engano, mas também não tenho relação com ele, não. Estive uma vez com ele.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Todos os três – o senhor sabe, e todos acompanham, sabem também – compõem o quadro societário da agência de publicidade AM4.

O SR. PAULO MARINHO – Exatamente. O Magno é irmão do Marcos e o Alexandre é um amigo de 20 anos deles. Eles formaram essa empresa, como eu lhe falei, em Barra Mansa, no interior do Rio de Janeiro, 20 anos atrás.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor mantinha antes relação com essa empresa ou passou a manter a partir da campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu conheci o Marcos Carvalho na campanha e passei a ter por ele uma admiração imensa pelo trabalho que ele empreendeu. Eu acho que foi, talvez, o principal responsável pela eleição do Capitão Bolsonaro. O trabalho que ele fez nas redes sociais foi primoroso e eu fiquei tão impressionado com isso que eu cada dia ficava mais convivendo com ele, primeiro pela idade dele, que eu gosto de conviver com gente jovem, sobretudo com o conhecimento dele. Ele é uma pessoa extremamente dotada nessa área. Como é uma área que eu não conheço, como eu lhe falei, porque eu sou um analógico, eu sou um curioso para poder conhecer essas novas tecnologias. E ele é absolutamente um homem diferenciado.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Imagino. Então, o senhor não foi quem levou essa empresa AM4 para a campanha. O senhor, mesmo tendo conhecido ele antes, apenas manteve contato durante a campanha eleitoral?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha eleitoral.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – E assim, mantendo esse contato, o senhor decidiu ceder a casa a essa empresa?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu cedi a casa à campanha.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – À campanha, diretamente?

O SR. PAULO MARINHO – Isso. Como a campanha tinha ele como principal articulador da área de comunicação, ele foi para dentro da minha casa com a equipe dele.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Essa cessão foi uma doação à campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não. Nós tivemos o cuidado de fazer um contrato de aluguel para que tudo isso ficasse muito bem documentado. Isso está na prestação de contas do partido.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor pode informar os valores desse aluguel?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, se eu não me engano – se eu não me engano, eu não vou afirmar com absoluta segurança porque já faz mais de um ano, mas tem contrato de aluguel que está lá na prestação de conta dos tribunais – foi um valor de R\$8 mil. Mas, de novo, faço a ressalva de que não tenho certeza se foi esse o valor.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – O senhor fez a devida declaração dos valores de sua contribuição, ou seja, do aluguel que recebeu, conforme exige a legislação eleitoral?

O SR. PAULO MARINHO – Excelência, essa residência está alugada em nome da minha esposa e foi ela que celebrou esse contrato com a campanha. Então, eu não tenho essa informação para lhe dar agora.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Está certo. O senhor, depois da campanha, continua mantendo relação com a referida empresa?

O SR. PAULO MARINHO – Mantenho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Relação profissional ou apenas relação de amizade?

O SR. PAULO MARINHO – Eu tenho relação profissional e pessoal com o Sr. Marcos Carvalho.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Certo.

O senhor disse que custou R\$8 mil o aluguel e que foi declarado na prestação de contas.

Sr. Presidente, da minha parte, o que me interessava perguntar ao depoente era justamente isso, e essa situação da casa, que eu creio que precisa, certamente, ficar legalmente esclarecida. Espero que tenha toda a possibilidade de confirmar esses valores e este contrato de aluguel.

Era só.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Natália Bonavides, autora do requerimento, do PT do Rio Grande do Norte.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN. Para interpelar.) – Obrigada, Presidente.

Boa tarde a todo mundo que nos acompanha, nossa Relatora também. Boa tarde, e obrigada pela presença, Sr. Paulo.

Eu queria me reportar a algo que o senhor mencionou há pouco, ainda sobre a utilização da casa pela campanha do então candidato Bolsonaro. O senhor mencionou que a casa foi usada por meses de campanha, vários meses de campanha. Eu fiquei... Cheguei até a usar a expressão "seis". Foi desde quando, Sr. Paulo?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Deputada, eu vou lhe dar essa informação, mas vou ressaltar que eu não tenho nesse momento a precisão de datas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, pode ser uma estimativa, não há problema.

O SR. PAULO MARINHO – Então? Eu acho que a estimativa começa 15 dias antes da campanha de televisão, a campanha oficial, e termina exatamente três dias após o último, o segundo turno.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É que o senhor havia falado pelo menos seis meses de campanha. Esse período a que o senhor se refere chega...

O SR. PAULO MARINHO (*Fora do microfone.*) – Últimos seis meses.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor havia falado sobre seis meses de campanha.

O SR. PAULO MARINHO – E esse período que eu estou falando se refere a quantos meses?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ah, de agosto a outubro, aproximadamente.

O SR. PAULO MARINHO – Não, teve o segundo turno, não é?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – Então?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que é em outubro.

O SR. PAULO MARINHO – É, então é isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mas a campanha começa em agosto. Então, antes de agosto, havia atividade de campanha na casa, é isso?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não havia atividade de campanha na casa. Atividade de campanha começa na campanha. Na pré-campanha, eu me reunia com o coordenador da campanha na minha residência, mas eram reuniões pessoais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, o senhor está corrigindo a informação anterior de que por pelo menos seis meses de campanha...

O SR. PAULO MARINHO – É, eu estou corrigindo. Estou corrigindo.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Só aqui é que ele percebeu que...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O senhor corrige aquela, e não essa última?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu corrijo aquela. Quer dizer, na realidade...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor retira que funcionou a campanha lá por seis meses?

O SR. PAULO MARINHO – É, eu digo o seguinte: uma atividade de campanha mesmo, com pessoas trabalhando, começa dez dias antes do primeiro turno, de o horário eleitoral começar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Isso.

O SR. PAULO MARINHO – E termina após o segundo turno.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – É isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor disse que não atuava especificamente na comunicação da campanha, que ajudou mais na parte da estrutura que foi colocada à disposição dessa comunicação. O senhor também mencionou que não estava lá toda hora. Mas o senhor pode nos descrever um pouco, nos momentos em que o senhor estava, qual era o dia a dia de trabalho na casa?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu não sei lhe descrever com precisão o dia a dia da casa. Existiam pessoas, no primeiro turno, num grupo muito reduzido, porque a campanha no primeiro turno tinha apenas oito segundos de televisão, e no segundo turno passou a ter 35 minutos. Então, eram duas pessoas antes, durante o primeiro turno, e, após o segundo turno, aproximadamente umas 15.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor lembra o nome dessas pessoas?

O SR. PAULO MARINHO – Não. Assim, nome e sobrenome não lembro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nem das duas do primeiro turno, por exemplo?

O SR. PAULO MARINHO – Não lembro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que iam a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Que iam a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Que iam a minha casa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não lembra o nome?

O SR. PAULO MARINHO – Não, lembro... Um ou outro eu lembro. Mas, enfim, há um rapaz que tem o mesmo sobrenome que eu, Mário. Ele era um dos coordenadores da área de comunicação. Mas, enfim, esses nomes, com nome e sobrenome, eu não tenho, até porque eu não tinha convivência muito íntima nem passada nem durante o período da campanha.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O senhor já informou a nós que eram produzidos vídeos lá. Além de vídeos o que mais era produzido na área de comunicação de que o senhor tenha tido conhecimento? Esses memes a que o senhor se referiu há pouco, eles eram produzidos lá?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, não. Não havia nada que fosse produzido lá que não fossem trabalhos de campanha eleitoral. Ou seja...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, mas memes, às vezes, foram.

O SR. PAULO MARINHO – Meme não era para ser utilizado... Eu estou falando...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Nem todo meme é uma coisa ruim, Sr. Paulo.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não estou dizendo que seja ruim, é até engraçado. Não é ruim, não. É até bom, diverte as pessoas.

O que eu estou dizendo é o seguinte: na ocasião, o que era feito lá era um trabalho de comunicação nas redes sociais do PSL e a produção de rádio e televisão do primeiro turno eram oito segundos e, no segundo turno, eram 35 minutos.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Pois bem, então. Então, nas redes sociais... Também havia produção de material para as redes sociais? Não eram só vídeos de televisão?

O SR. PAULO MARINHO – Claro. Inclusive, veiculavam nas redes sociais vídeos que eram feitos para a televisão que eram reproduzidos nas redes sociais.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor sabe informar quais eram essas redes sociais, cujo material produzido se deu na sua casa, WhatsApp?

O SR. PAULO MARINHO – Não, é PSL; nas redes sociais do PSL.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo. WhatsApp? Material para WhatsApp?

O SR. PAULO MARINHO – Não, isso eu não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Para YouTube?

O SR. PAULO MARINHO – Isso não sei, não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não sabe?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Para Instagram, Twitter?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei, não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O senhor, como já a nossa Relatora tocou no assunto, o senhor chegou a dar algumas declarações. Em uma delas, dizendo que quando alguma coisa tinha um interesse eleitoral, alguma crítica, alguma graça, algum humor, mandavam *fake news*. Porque, enfim: "Como chegava a gente saía". O senhor mencionou época que isso era enviado para 200 ou 300 pessoas. Hoje o senhor está mencionando que isso seria enviado para 15 pessoas.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Se por acaso a CPMI quebrasse o sigilo telemático do senhor, iria encontrar essa média de envio desse tipo de material...

O SR. PAULO MARINHO – Iria.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... desse tipo de material, de *fake news* para 15 pessoas.

O SR. PAULO MARINHO – Iria, iria. E já lhe adianto que, se quiser quebrar esse sigilo, pode quebrar. Não tem problema nenhum.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

Então, o senhor... No caso, da informação anteriormente também dada em entrevista de que eram 200, 300 pessoas, o senhor volta atrás?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. O que eu disse na ocasião não foi isso, não. Eu vou lhe recordar o que eu falei, está na entrevista, inclusive. O que eu disse é o seguinte: antigamente, antes da eleição, havia a possibilidade de você pegar uma determinada mensagem e reenviá-la para 200, 300 pessoas. Depois, o WhatsApp limitou aquilo em 20 pessoas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo.

O SR. PAULO MARINHO – Foi isso o que eu quis dizer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, isso se fazia lá na casa, esse envio para 200, 300 pessoas, na época em que era possível?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha, já havia essa limitação de 20 pessoas. Quando eu disse na entrevista que eram 200, 300, depois, um amigo meu me corrigiu, dizendo: "Olha, o que você disse na entrevista não é fato, porque já durante a campanha eleitoral – e foi por causa da própria campanha – o WhatsApp limitou em 20 pessoas o reenvio de mensagens".

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Além do senhor, o senhor sabe quem mais na casa repassava essas, para usar a expressão do senhor, essas *fake news* engraçadas?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não eram *fake news* engraçadas, porque, de novo, o que eu disse é o seguinte: o que eu repassava eram memes, coisas engraçadas, aquela coisa de... O que eu chamo de *fake news*, e eu já descrevi isso há pouco, é aquela coisa de produzir uma desconstrução da idoneidade de uma determinada pessoa e tentar viralizar. Isso para mim é *fake news*.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendo. Mas há informações, por exemplo, de que o senhor teria repassado, do próprio celular, ao menos três *fake news*, falando de *fake news* no sentido técnico do termo, e não como memes engraçadas. Por exemplo, a famigerada *fake news* da mamadeira de piroca, a famigerada *fake news* do kit gay e a famigerada *fake news* de uma senhora que foi agredida por ser eleitora de Bolsonaro. Há informações de que o senhor repassou mensagens com esses conteúdos do seu próprio celular. O senhor acha que elas são engraçadas?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não acho que elas são engraçadas e quero corrigir-lhe: eu não repassei absolutamente nada. A senhora está com a informação errada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor não repassou essa informações?

O SR. PAULO MARINHO – V. Exa. está com a informação errada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo. Então, o senhor, sob juramento, confirma que não repassou.

O SR. PAULO MARINHO (Pela Liderança.) – Sob juramento absoluto.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – Essa coisa que a senhora mencionou há pouco, de piroca, nem sei do que se trata.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Então, não participou das eleições do ano passado.

Continuando, Sr. Paulo, qual era a estrutura que ficava na casa, computadores, câmeras, estúdio?

O SR. PAULO MARINHO – Era uma ou eram duas câmeras de gravação de vídeo e duas ou três mesas de edição. Era isso.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E quem foram os empresários que colaboraram para montar esse estrutura?

O SR. PAULO MARINHO – Empresários? Não, isso tudo foi pago pela própria campanha. Imagino que sim. Eu não tenho conhecimento. Eu não era da contabilidade da campanha. Eu era apenas, como já falei, anfitrião da campanha, cedendo a minha casa.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor aqui mencionou que houve uma regularidade na cessão da casa, porque ela constou na prestação da contas do Partido. Isso é verdade, não é? Teria constado na do Partido, porque não constou na da campanha. Nós termos observado, na verdade, a cada dia, a cada semana, que a famosa campanha barata do candidato Bolsonaro se desmonta. A gente descobre, a cada dia, coisas que foram utilizadas estritamente para a campanha – como o senhor, desde o seu momento introdutório aqui na CPMI, afirma que a casa foi –, mas que não constaram na prestação de campanha, foram, enfim, maquiadas na prestação do Partido. O senhor tem conhecimento de outros casos em que isso aconteceu, além desse imóvel do senhor?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho conhecimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Entendi.

O nome da senhora sua esposa, se me permite?

O SR. PAULO MARINHO – Adriana Marinho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Somente pela menção que o senhor fez ao contrato.

O SR. PAULO MARINHO – Adriana Marinho.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor sabe como foi pago? Qual foi a origem do recurso que pagou pelo imóvel, pelo aluguel do imóvel?

O SR. PAULO MARINHO – Dinheiro do fundo partidário.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Do fundo partidário.

O SR. PAULO MARINHO – Eu imagino que sim. Não sei.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Ah, o senhor não sabe.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não sei. Essa informação não estava ali. Eu não era da contabilidade.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O Sr. Queiroz chegou a frequentar a casa?

O SR. PAULO MARINHO – O Sr. Queiroz não frequentou a casa. Ele esteve na minha residência.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Chegou a visitar a casa? Corrijo-me.

O SR. PAULO MARINHO – É. Ele esteve na minha residência durante duas ou três vezes acompanhando o Senador Flávio Bolsonaro. Ele, na ocasião, servia o Senador Flávio Bolsonaro como motorista e, eventualmente, segurança. Não sei qual era o trabalho que fazia. Nas vezes em que o Senador Flávio Bolsonaro foi à minha residência, ele estava acompanhado do Queiroz.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor tire-me uma curiosidade. Em uma das entrevistas o senhor mencionou que ele fazia papel de dublê. Poderia explicar?

O SR. PAULO MARINHO – Como assim?

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Dublê de Flávio.

O SR. PAULO MARINHO – Não entendi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não entendi a sua pergunta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Em uma entrevista o senhor mencionou que o Sr. Queiroz acompanhava Flávio e, por vezes, fazia o papel de dublê.

O SR. PAULO MARINHO – Com dublê o que eu quis dizer foi isso: ele era motorista e segurança.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor acha ou tem alguma informação sobre se os valores da rachadinha que o Queiroz diz ter promovido confiscando parte dos salários dos servidores do agora Senador Flávio Queiroz, se isso teria...

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – É difícil, é difícil...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, fugiu do objeto, Sr. Presidente.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu não terminei a pergunta, Deputado.

(Intervenção fora do microfone.)

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Presidente, por favor...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Tem, é claro que tem.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Imponha a sua autoridade.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Fugiu ao objeto, Sr. Presidente, e outra...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... deixa ela concluir a pergunta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – ... a colega já está falando há 15 minutos. Qual é o tempo que o senhor está colocando? Ou é tempo livre? Não, aquele tempo...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ainda falta...

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Entrou agora o tempo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 15 minutos para pergunta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não tem tempo, é livre?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São 15 minutos.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Se for livre, me diga que eu vou passar a tarde toda fazendo pergunta.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Se o Presidente puder esclarecer para o Deputado que eu sou a proponente do requerimento e que, portanto, aquele tempo que aparece é o tempo que está correndo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Ela é autora do requerimento de convocação.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Acho que tem que repor o tempo, inclusive.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Exato.

Posso continuar, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputada.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Paulo, como eu dizia, o senhor tem conhecimento se valores advindos desse esquema de rachadinha entre o Sr. Queiroz e o hoje Senador Flávio Bolsonaro se advinha daí o dinheiro, valor, enfim, para financiar alguma das áreas de comunicação da campanha do então candidato Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu não tenho nenhum conhecimento dessa questão, mas queria aproveitar agora para, enfim, lhe dar a minha opinião pessoal sobre esse episódio.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Eu posso concluir as perguntas? Porque a sua opinião pessoal acho que o Presidente pode lhe ceder mais tempo, como o meu tempo é restrito e limitado...

O SR. PAULO MARINHO – Não, claro.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – ... mas imagino que o Presidente vá ter essa flexibilidade.

O SR. PAULO MARINHO – Mas V. Exa. não me deixou responder a pergunta.

Só para registrar...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não, eu quero a pergunta, quero que responda.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho esse conhecimento.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Não tem, certo, obrigada.

Continuando as perguntas. Qual era o papel do Vereador Carlos Bolsonaro na comunicação da campanha, segundo o conhecimento que o senhor tem?

O SR. PAULO MARINHO – Durante todo o período da campanha, o Vereador Carlos Bolsonaro foi à minha residência por duas vezes e lá ficou por meia hora. Um dia acompanhando o pai na entrevista do Jornal Nacional. Como a minha residência fica ao lado da TV Globo, a gente resolveu fazer uma reunião antes do Jornal Nacional na minha residência e o Vereador Carlos Bolsonaro estava presente nesse dia. E, depois, no segundo dia, ele esteve presente na minha residência, eu não me recordo qual foi o evento, mas eu estive com ele duas únicas vezes.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o Vereador Carlos participava da comunicação? Nesse momento em que ele esteve, deu alguma orientação para quem trabalhava lá?

O SR. PAULO MARINHO – O Deputado...

O Vereador Flávio...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Carlos. Vereador Carlos.

O SR. PAULO MARINHO – O Vereador Carlos Bolsonaro não teve nenhuma participação, nenhuma, zero, no trabalho de comunicação da campanha, zero! Ele...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Na sua casa ou da campanha como um todo?

O SR. PAULO MARINHO – Não, isso que eu vou esclarecer.

Na minha residência, mal esteve lá por duas vezes e ficou por meia hora.

O que eu estou dizendo é o seguinte, se houve alguma participação do Vereador na campanha foi na gestão das redes sociais do pai, das quais ele detinha as senhas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o senhor José Matheus? Ele frequentava a casa?

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu não sei nem quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Mateus Diniz.

O SR. PAULO MARINHO – Esse eu não sei quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Tercio Arnaud?

O SR. PAULO MARINHO – Tercio frequentava.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Frequentava? Então, ele era parte dessa equipe de comunicação?

O SR. PAULO MARINHO – Não. O Tercio...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Qual era o papel dele?

O SR. PAULO MARINHO – De novo, o Tercio era uma pessoa que acompanhava ora o Capitão Bolsonaro, ora acompanhava o Flávio Bolsonaro, e ele ficava basicamente, o que eu sabia na época, não estou atestando não...

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Claro, só o que você sabe.

O SR. PAULO MARINHO – ... mas eu imagino que ele ficava na casa do Capitão Bolsonaro ou na casa do Vereador Carlos Bolsonaro, cuja casa é vizinha a do Capitão, então, eles ficavam na Barra e raramente eu via essas pessoas.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E o Sr. Filipe Martins?

O SR. PAULO MARINHO – Não sei quem é, quer dizer, sei quem é, mas nunca vi.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O senhor não conhece o Sr. Filipe Martins?

O SR. PAULO MARINHO – Pessoalmente nunca vi, não sei quem é.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Certo.

O SR. PAULO MARINHO – Aliás, assisti a uma entrevista dele no programa Pânico na semana passada, que ele deu, e eu só assisti essa entrevista, porque o meu filho André participa da bancada do Pânico.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Finalizando, já que o tempo está finalizando, só mais duas coisas. Na entrevista o senhor falou de Carlos Bolsonaro e disse que ele que se relacionava com o que o senhor chamava de "os apoiadores de Bolsonaro nas redes". O senhor sabe identificar essa rede de apoiadores, os principais perfis?

O SR. PAULO MARINHO – Não.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – E a última pergunta, Sr. Paulo, nossa equipe não está encontrando a prestação de contas do aluguel da casa que o senhor disse que aconteceu. Já sabia que não estava na prestação da campanha, mas não estamos encontrando nem mesmo na do partido. O senhor poderia enviar a esta CPMI?

O SR. PAULO MARINHO – Com certeza.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – O recibo, ou o contrato...

O SR. PAULO MARINHO – Eu vou fazer o seguinte. Eu vou pedir isso ao partido. Está na prestação de contas. Se a sua equipe não encontrou, eu vou tentar encontrar e lhe encaminhar.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Agradeço muito Sr. Paulo.

O SR. PAULO MARINHO – Com o maior prazer.

A SRA. NATÁLIA BONAVIDES (PT - RN) – Sr. Presidente, agradeço o tempo concedido.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, do PT, de Pernambuco.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Sras. Deputadas, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ilustre depoente, na verdade, a minha percepção é de que nós vamos ter pouco substrato desse depoimento a julgar pelas informações que foram passadas até o presente momento. Mas mesmo assim eu quero fazer algumas perguntas ao Dr. Paulo Marinho. O senhor é proprietário de quantas empresas?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Eu tenho duas empresas, uma empresa de consultoria minha e uma outra empresa que acabei de constituir.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Essas empresas aqui, Carmo Consultoria Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – É de minha propriedade. É uma delas.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – JP Consultoria Empresarial Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa empresa eu acho até que já dei baixa nela, se não me engano.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Lock Consultoria Empresarial Eireli.

O SR. PAULO MARINHO – Essa empresa existe, mas está parada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Hara Empreendimentos e Participações Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa é uma empresa que eu tinha em sociedade com o Sr. Ricardo Amaral e que já foi desfeita a sociedade há um tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Porto do Rio Empreendimentos e Participações Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa eu nem me recordo. Eu não sei qual é, mas enfim...

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – PFM Consultoria Ltda.

O SR. PAULO MARINHO – Essa foi dada baixa na junta comercial já faz tempo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Então ativas V. Sa. reconhece duas.

O SR. PAULO MARINHO – Duas, isso.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Bom, neste momento de crise econômica, como estão as suas empresas?

O SR. PAULO MARINHO – Na realidade, Senador, essas empresas são empresas de consultoria. A minha vida profissional eu fiz toda na iniciativa privada. Eu fui durante muitos anos Diretor Executivo do maior grupo industrial de construção naval no Rio de Janeiro. Fui, inclusive, Presidente do Sindicato Nacional da Construção Naval. E depois eu vim, durante 17 anos ocupei essa função. Depois eu fui vice-Presidente do *Jornal do Brasil*, depois fui Vice-Presidente da *Gazeta Mercantil*, morei aqui em Brasília durante três anos. E eu hoje tenho 67 anos e estou numa fase um pouco já de me aposentar e meus filhos é que estão praticamente tocando as coisas que eu, enfim, tinha.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k. As duas empresas estão em funcionamento. E que tipo de serviço elas prestam hoje?

O SR. PAULO MARINHO – Serviços de consultoria comercial.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Alguma delas é prestadora de serviço ou faz consultoria para algum órgão federal?

O SR. PAULO MARINHO – Senador, além de eu nunca ter trabalhado em nenhuma função pública, eu também nunca fiz nenhum negócio com nenhum Governo, nem municipal, nem estadual, nem federal. Todo o meu trabalho foi feito exclusivamente na iniciativa privada.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Nem com nenhum órgão do Governo do Estado de São Paulo?

O SR. PAULO MARINHO – Nem com nenhum órgão do Governo do Estado de São Paulo.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E do Rio de Janeiro?

O SR. PAULO MARINHO – Também não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Também não? Nenhum?

O SR. PAULO MARINHO – Também não.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Ainda que não seja a título contratual, V. Sa. recebe algum tipo de remuneração do Governo do Estado de São Paulo, do Governo do Estado do Rio de Janeiro, tipo participação em conselhos de empresas públicas?

O SR. PAULO MARINHO – Como eu já lhe falei anteriormente – e vou reafirmar novamente –, eu nunca tive, não tenho e não terei nenhuma participação em nenhuma empresa pública.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Nós tivemos aqui, na semana passada, a Deputada Joice Hasselmann e, dias antes, tivemos o Deputado Alexandre Frota, que aqui trouxeram várias informações relevantes. Dentre elas, a informação do que já é notório, já é do conhecimento público, pelo menos é a hipótese do que teria acontecido durante a campanha, da existência de uma espécie de núcleo econômico, que era composto por vários empresários e empresas, que havia agência ou terceiros que financiariam a distribuição dos conteúdos de notícias falsas ou conteúdo ofensivo, visando destruir reputações. Essas agências ou terceiros manteriam sites e blogues, inclusive por meio da monetização.

V. Sa., em algum momento, ouviu dizer da existência desse núcleo econômico ou tem informação de alguma empresa que tenha pago disparos de mensagens pelas redes sociais ou de alguma maneira tenham financiando de modo indireto a campanha presidencial do Sr. Jair Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Senador, eu não tenho conhecimento.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Eu queria, só para reafirmar aqui, o senhor não conhece Filipe Martins, não conhece Tercio Tomaz...

O SR. PAULO MARINHO – Não, Tercio eu conheço, sim, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Conhece?

O SR. PAULO MARINHO – Conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – José Matheus Sales o senhor não conhece?

O SR. PAULO MARINHO – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – E Mateus Matos Diniz também?

O SR. PAULO MARINHO – Não conheço.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – Não conhece.

Conhece o Sr. Olavo de Carvalho?

O SR. PAULO MARINHO – Não, senhor.

O SR. HUMBERTO COSTA (PT - PE) – O.k.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Paulo Ramos, do PDT, do Rio de Janeiro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – Estou aqui tendo a alegria de receber a sempre Deputada Raquel Cândido, Constituinte, que foi comigo e com a Deputada Lídice da Mata. E eu acabei me distraindo aqui, neste finalzinho, por um justo motivo.

Mas a pergunta que vou fazer, e algumas já foram feitas, é se o senhor chegou a colaborar, mobilizando recursos financeiros para ajudar na campanha do Presidente da República.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Tem alguma informação sobre a mobilização de recursos, se alguém mobilizou, alguém do relacionamento mais próximo da campanha? Como é que a campanha mobilizava recursos?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não tem?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor chegou a conviver com o atual Ministro Paulo Guedes?

O SR. PAULO MARINHO – Eu estive algumas vezes com o Ministro Paulo Guedes, na minha residência, e outras vezes na residência do Capitão Bolsonaro.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sabe dizer se o atual Ministro Paulo Guedes, pelo relacionamento que tinha, mobilizou recursos para a campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Não tenho essa informação.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – A Deputada Joice Hasselmann esteve aqui e disse que, para sustentar essa rede de *fakes*, era preciso a mobilização de recursos financeiros expressivos. O senhor tem ciência disso?

O SR. PAULO MARINHO – Não senhor, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não tem ciência.

Uma pergunta que é uma curiosidade: o senhor está fazendo questão de chamar o Presidente da República de Capitão, e não de Deputado. Qual a razão dessa...?

O SR. PAULO MARINHO – Não, porque...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, de Presidente, não... Do tempo da campanha, do tempo da campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Ah, sim, porque eu me habituei, durante o período da campanha, e foi tão somente no período da campanha que eu tive convívio com o Presidente Bolsonaro, e lá ele preferia ser chamado de Capitão a de Deputado. Então, eu passei, por uma deferência a ele, a chamá-lo de Capitão e fiquei com esse hábito. Só por esse motivo. Mas, se o senhor preferir, eu o posso chamá-lo de Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – De repente, eu não sei se foi feita essa pergunta, porque eu tive que sair, correndo, para registrar a minha presença em outra Comissão, que dependia de quórum, para realizar a atividade, o senhor se transformou num desafeto do Presidente da República. Qual foi a razão disso?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não sou desafeto do Presidente da República, absolutamente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu, enfim, simplesmente, eu, durante a campanha, tive um relacionamento, enfim, de apoiador. Após a campanha, o Presidente foi Governar o Brasil e eu fui cuidar da minha vida. Eu nunca fiz parte do núcleo duro da campanha, eu não fazia parte do grupo da intimidade do Presidente e, portanto, quando o Presidente foi cuidar da vida dele, eu fui cuidar da minha. Não existe nenhum desafeto do Presidente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Quem integrava esse núcleo duro? Porque essa expressão...

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Esse núcleo duro quem era desse núcleo duro?

O SR. PAULO MARINHO – Basicamente, que eu me recordo, era Paulo Guedes, o Deputado Julian Lemos e o coordenador da campanha que está aqui presente, o advogado Gustavo Bebianno.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – O senhor passou, experimentou alguma desilusão, depois da eleição, com o Presidente da República?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. Desilusão, não. Eu nunca tive ilusão, portanto, não tive nenhuma desilusão.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Mas não acreditou no projeto?

O SR. PAULO MARINHO – Claro que acreditei no projeto. O projeto é um projeto político sério. Está aí o Paulo Guedes, que está aí, trabalhando para o Brasil, está tentando encontrar um caminho. Agora, eu não tive, eu não tinha ilusão e, portanto, não tive desilusão. É isso que eu estou respondendo a sua pergunta.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não, é porque o senhor figurou como primeiro suplente do Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – É, eu sou o primeiro suplente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Então. Ser o primeiro suplente alimentou alguma esperança de assumir o mandato?

O SR. PAULO MARINHO – Não, não. Aliás, quando eu fui convidado, aliás, é até bom esclarecer isso, eu fui convidado pelo Senador Flávio Bolsonaro para compor a chapa junto com ele, acredito que ele tenha feito isso um pouco por inspiração do pai, porque eu tinha pouco relacionamento com o Senador Flávio Bolsonaro, e o pai achava que, pela minha história de vida, pela minha experiência, pela minha idade, eu poderia ser um bom conselheiro para ele e me indicou. Não havia muita gente também para fazer parte daquele grupo político e ele achou que eu poderia dar uma contribuição como conselheiro do filho. E o filho me telefonou, às vésperas da convenção, me perguntando se eu aceitaria o cargo de primeiro suplente da chapa dele. E eu, na ocasião, fiquei muito honrado com o convite e disse a ele que aceitava.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É claro que o senhor foi convidado, obviamente, pelo seu prestígio pessoal.

O SR. PAULO MARINHO – Sem dúvida. Não tenho a menor dúvida disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Para interpelar.) – E obviamente que a sua presença na campanha, cedendo parte da sua residência, isso naturalmente tinha algum alcance político. O senhor deixou de receber qualquer retribuição que tenha sido alimentada durante a campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Retribuição?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É, retribuição.

O SR. PAULO MARINHO – Não. Eu não... Desculpa, eu, durante a campanha, convivi com o Capitão e, a partir daí, eu nunca alimentei... E aí eu volto a insistir: como eu nunca trabalhei em Governo, nunca fiz parte de conselho de empresa de Governo, nunca vendi para Governo, nunca comprei de Governo, eu não tinha nenhum interesse em fazer parte do futuro Governo Bolsonaro e, portanto, eu não alimentava ali nenhuma expectativa de poder, entendeu?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Nem uma manifestação de afeto?

O SR. PAULO MARINHO – Uma manifestação de afeto é perigosa, porque, quando o Presidente Bolsonaro faz qualquer manifestação de afeto, você se torna alvo do ódio dos filhos dele. Então, eu preferi que ele não fizesse nenhuma manifestação de afeto para mim; e, aliás, não fez.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Agora só uma curiosidade. O senhor disse que teve a atuação no setor empresarial da indústria naval?

O SR. PAULO MARINHO – Foi, durante 17 anos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – A indústria naval foi mobilizada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, com isenção fiscal, para construção, inclusive, de muitos navios. Lamentavelmente, isso foi perdido. Então, o senhor disse que nunca prestou serviço para...

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, mas desculpa; eu sou da época que não tinha incentivo.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Antes...

O SR. PAULO MARINHO – É, é. Quando eu trabalhei na indústria naval, nós sofriamos muito, porque a nossa concorrência era com os grandes construtores navais do mundo; nós não tínhamos nenhum incentivo. Não havia aquela proteção do conteúdo nacional, não.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando isso como um dado positivo.

O SR. PAULO MARINHO – Aquilo veio para depois.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando como dado positivo: lamentavelmente não houve.

O SR. PAULO MARINHO – Hein?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu estou citando isso como algo positivo para a indústria naval brasileira.

O SR. PAULO MARINHO – Sem dúvida.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Não estou citando como tendo sido algo negativo.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não, mas eu queria também esclarecer que, durante o período em que eu trabalhei na construção naval, o nosso grupo industrial na época atravessou momentos muito difíceis, porque nós concorriamos com empresas altamente capitalizadas do exterior – da Coreia, do Japão, da Espanha, da China –, onde a mão de obra, enfim... Você sabe que a indústria naval tem uma intensa mão de obra. Então, quando a gente concorre com países cuja mão de obra é mais barata, a gente sofre isso. Depois que o Governo Lula assumiu, ele criou para a indústria naval o conteúdo nacional de proteção à indústria, que eu acho que foi uma medida extremamente positiva para a indústria. E acho que foi uma pena, inclusive, o atual Governo ter diminuído essa proteção.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Também concordo plenamente com isso.

Só reitero... Durante a campanha, porque já está... Vou usar a expressão... Já existe a comprovação de que a campanha se utilizou maciçamente de *fake*, até para alcançar reputações.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não sei...

Sr. Presidente, eu não estou entendendo: tem alguém assumindo...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Alguém está assumindo... Não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – A Presidência não tem o poder ainda de chegar e colocar um tampão na boca de ninguém que está no Plenário.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É que o interventor... Seria bom que o interventor...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – E também aqui na Presidência não tem nenhum botão para cortar o som, infelizmente.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Seria bom que o interventor se identificasse, porque o interventor está ali agoniado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Bom, vou identificar: Delegado Éder Mauro. Está identificado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Que é o próximo orador inscrito.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Sr. Presidente, é delegado ou é Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – É capitão. Serve capitão?

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – Eu não estou entendendo.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Prossiga, Deputado.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É porque as pessoas não se conformam, ficam... Já está comprovado isso aí. Depoimentos prestados aqui, já há documentos comprovando. Seria bom que os membros da Comissão se inteirassem daquilo que a Comissão já amealhou como provas documentais.

A pergunta que eu estou fazendo é se o depoente, à época, teve ciência de disparos de notícias falsas para influir negativamente na reputação de outras pessoas para conquistar votos para outros candidatos, não apenas para Presidente da República, para os candidatos do PSL. É isto que eu estou perguntando: se tinha ciência de que existia um núcleo integrando a campanha que disparava notícias falsas para angariar simpatias ou promover antipatias em relação a outras candidaturas e de que esse núcleo, depois, se instalou no Palácio do Planalto, no gabinete do Presidente da República; se o senhor tem ciência disso.

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado, eu não tenho ciência disso.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ) – É isso, Presidente. Então, quero agradecer. Espero que os incontidos tenham a oportunidade agora de fazer as respectivas perguntas, não fiquem sofrendo com a pergunta alheia.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Com a palavra o Deputado Delegado Éder Mauro, do PSD, do Pará.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor está desperdiçando três minutos que lhe competem ainda, Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Próximos oradores inscritos são a Deputada Caroline de Toni e o Deputado Rui Falcão.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA. Para interpelar.) – Posso começar, Sr. Presidente?

Sr. Presidente, obrigado.

Primeiro, seja bem-vindo, Sr. Paulo Marinho a esta Comissão.

O SR. PAULO MARINHO – Obrigado, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Eu fico assim estarecido, tirando as exceções, com as perguntas que são feitas por uma grande maioria de Parlamentares aqui, que tinham que ter, pelo menos, conhecimento, ou se preparar, pelo menos, para vir aqui fazer perguntas que tivessem alguma coisa a ver com o que está sendo tratado aqui, porque sai cada pergunta... Sai do objeto de *fake news* para o Tribunal Superior Eleitoral, para a prestação de contas eleitoral, varia lá para o caso Marielle, e por aí vai. E, para ironizar, de certa forma, não vá se espantar com as minhas perguntas.

Já que a sua casa foi tão bem tratada aqui nesta CPI, eu lhe pergunto: o Haddad teve acesso à sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – O candidato?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Isso, só diga sim e não.

O Haddad montou um núcleo duro na sua casa, ou o PT, para disparar *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor alugou a sua casa para o PT, ou para o Haddad, ou para alguém da esquerda para fazer campanha e disparar *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Frequentou a sua casa, por acaso, o Sr. Sérgio Sombra, que foi acusado de encomendar a morte do Prefeito Celso Daniel, de Santo André?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Sr. Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Não foi? O senhor tem certeza?

O SR. PAULO MARINHO – Absoluta.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Muito bem.

O Sr. Ronan Maria Pinto, que foi preso recentemente, envolvido na Lava Jato, e também empresário ligado àquele esquema de ônibus que, certamente, levaria o ex-Presidente a ser levado como um dos principais envolvidos na morte de Celso Daniel, ele frequentou a sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Não, Sr. Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – O senhor está sentindo, assim, que as perguntas têm alguma coisa a ver com *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que não têm nada a ver com *fake news*.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pois é, mas é o que estão perguntando aqui, direto, do senhor. Só são perguntas sem nexo, que nada têm a ver com *fake news*, que estão sendo tratadas aqui. E completamente direcionadas a um único núcleo duro, e muito duro, que é o Sr. Presidente e Capitão Bolsonaro, é isso que está sendo tratado aqui. Então, não se espante de estar ouvindo esse tipo de perguntas, que de certa forma são direcionadas para tentar, de alguma maneira, levar a relatoria, levar a Comissão a uma única direção que, parece-me, a cada dia que eu participo dessas reuniões aqui, ficam mais claras, muito mais claras.

Eu lhe pergunto: em relação a *fake news*, o Sr. Capitão Bolsonaro, à época candidato à Presidência da República, já que o senhor participou da campanha, o senhor tomou conhecimento de ataques *fake* sobre a pessoa dele naquela ocasião?

O SR. PAULO MARINHO – Não, senhor.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Mas o senhor tomou conhecimento de muitos ataques que fizeram ao Presidente e que não eram verdades, como, por exemplo: "Bolsonaro não gostava de negros; Bolsonaro não gosta de mulher, Bolsonaro é homofóbico", o senhor ouviu muito isso na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Ouvi, Deputado.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Era verdade, o senhor que conviveu com o Capitão, Bolsonaro não gostava de mulher, Bolsonaro não gostava de negro, ele era homofóbico?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, ele não era homofóbico, ele não era racista e, enfim, qual foi a outra questão que o senhor colocou?

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Que não gostava de mulher.

O SR. PAULO MARINHO – Não, que não gostava de mulher não; que eu tenha lembrança disso, não. Ele gostava, de vez em quando, de fazer umas piadas meio *gays*, e tal, mas não sei se isso é homofóbico. Uma coisa divertida, né.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Pois é, agora o senhor já imaginou, se nós formos levar em consideração de que *fake news* é fazer piada, para o País, para o País completamente.

Mas o que é importante e que tem a ver com *fake news* é saber – e eu não vejo aqui o outro lado fazer nenhuma pergunta nesse sentido – se o Presidente, então Capitão e candidato à Presidência da República, recebia ataques de *fake news* como esses tipos que eu lhe passei agora.

O SR. PAULO MARINHO – Recebia; recebia.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Muito bem. Mas eu não vejo ninguém da esquerda perguntar absolutamente nada disso, parece que a coisa é altamente direcionada só para um lado. É como dizem no meu Estado: é um papagaio penso, que no Rio chamam de pipa. Parece que colocaram a porra de um pano e só vão para um lado essas perguntas de vocês, rapaz. E o que é pior, muitas das vezes perguntas que não têm nada a ver com *fake news*, o que é mais triste de a gente estar ouvindo aqui.

Então, Sr. Presidente, como nós temos ainda muito tempo, e eu vejo aí que o tempo é longo para as perguntas, e eu vejo aqui que o Sr. Paulo Marinho participou grandemente da campanha do Presidente Bolsonaro, e que ele, na intimidade que tinha, de relacionamento, chamava-o de Capitão, eu vou fazer uma pergunta que é clara e objetiva: o senhor fez ou tomou conhecimento de um ataque vindo do Presidente ou de pessoas que faziam parte da campanha do Presidente aos adversários políticos para denegrir a imagem que não fossem fatos verdadeiros, fossem *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu não tenho esse conhecimento.

O SR. DELEGADO ÉDER MAURO (PSD - PA) – Claro e objetivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Passo a palavra ao Deputado Márcio Jerry, do PCdoB do Maranhão.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA. Para interpelar.) – Presidente, boa tarde; boa tarde à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata, ao Presidente Angelo Coronel, a todos os que nos acompanham, ao depoente, Sr. Paulo Marinho, aos colegas Deputados e Senadores aqui presentes.

É absolutamente inevitável que ao início eu faça aqui duas considerações mais gerais, antes de agradecer aqui ao meu colega Deputado delegado, colega da Bancada do Pará, que não quer que se fale em coisas genéricas, ele quer perguntas bem precisas, as farei, delegado. Fique tranquilo.

Mas, de início, duas questões bem emblemáticas, Deputada Lídice, desse momento que vivemos. Está aqui o Sr. Paulo Marinho. Foi do QG de campanha do ex-Capitão afastado por deslealdade e indisciplina do Exército Brasileiro, por desonrar a farda do glorioso Exército Brasileiro. Está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno, a expressão mais aguda do descabimento político que é esse edifício liderado por Jair Bolsonaro. Esse QG montou esse tipo de política. Esse QG montou esta situação, em que V. Sas. aqui estão, menos de um ano depois, e todos... O senhor até citou o nome de um outro Deputado, Julian Lemos, também em desacordo hoje com o Presidente da República.

E V. Sa. inclusive, num dado momento, cita que a condição de gostar ou de ter afeto pelo Presidente da República é a mesma condição de ter o ódio dos filhos do Presidente da República. Já, já voltarei aí a essa questão, a esse tema.

Na semana passada, Sr. Paulo Marinho, a Deputada Joice Hasselmann, ex-Líder do Governo no Congresso Nacional, apresentou ao Brasil, através desta Comissão, ali naquela tela, uma exposição detalhada de uma organização criminosa, de uma milícia digital. Ora, V. Sa. afirma que hospedou o QG da campanha e nesse QG funcionava, sobretudo, comunicação.

A Deputada Joice Hasselmann trouxe aqui todo um organograma de como se estruturou essa organização criminosa de milícia digital. Por um princípio elementar de lógica formal, eu afirmo e o senhor comenta. O seu QG, o QG que o senhor hospedou na sua casa, é o QG em que se gestou essa milícia digital?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, senhor.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – O que o senhor tem assim de mais convincente para atestar que não? O senhor tem segurança absoluta disso? Pelas pessoas que frequentavam...

O SR. PAULO MARINHO – Absoluta.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – E sobre a exposição da Deputada Joice Hasselmann acerca da milícia digital, qual é a sua apreciação dessa tão grave denúncia, já que vindo das entranhas do próprio sistema de poder de Bolsonaro? Qual a sua apreciação sobre essa afirmação da Deputada Joice Hasselmann?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, a Deputada Joice é uma atuante contumaz das redes sociais. Ela é uma grande operadora. Ela inclusive conseguiu muitos votos pelo trabalho que fez na campanha nas redes sociais. Portanto, ela conhece esse assunto de uma forma profunda. Eu não conheço, como já falei aqui várias vezes. Então, eu não sei avaliar a opinião dela em relação à minha.

O que eu posso assegurar é o seguinte. No âmbito do setor de comunicação que atuou dentro da minha residência, não havia em nenhum momento nada que pudesse sugerir algum tipo de atuação de *fake news* ou de qualquer outro tipo de medida dessa forma, entendeu?

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Tá. Com todo o respeito a V. Sa., é um pouco difícil compreender, acreditar, crer que quem está no QG de uma operação tão sofisticada como essa que foi montada, estando no coração dessa operação, não tenha mais informações sobre ela.

O senhor de fato não tem mais informações sobre *fake news*? Qual a segurança que o senhor tem de que da sua residência não foi montado um esquema para disparar *fake news* ao País?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, eu falei anteriormente. Esse grupo...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Só que o senhor falou muito evasivamente, por isso eu estou voltando...

O SR. PAULO MARINHO – Não, mas eu falei o que eu sei. Eu não posso falar do que eu não sei. Eu estou lhe respondendo com toda a sinceridade, sob juramento, daquilo que eu sei. Agora, aquilo que eu não sei, eu não posso falar nem quero falar porque seria uma leviandade da minha parte.

O que eu posso lhe assegurar novamente é dizer o seguinte. Na minha residência, atuava um grupo, um núcleo de pessoas que cuidavam da comunicação. Essa comunicação era restrita à administração das redes sociais do PSL e dos programas de rádio e televisão do programa eleitoral. Ponto.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Muito bem. Então, na sua casa não tinha, o senhor afirma.

Mas o senhor acha, ou qual é a avaliação que o senhor tem sobre fora da sua casa. A campanha operou ou não operou com esquemas de *fake news*?

E acrescento uma questão concreta. Está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno. Bastou ele se afastar do Governo e ele próprio foi vítima de ataques cibernéticos. Isso não é a prova concreta de que o que há agora era algo que já havia naquele tempo em que o senhor era membro desse comando de campanha, desse quartel-general, desse núcleo?

O SR. PAULO MARINHO – Espera aí, Deputado. Eu, comandante desse núcleo, não. Pelo amor de Deus. O que eu era, de novo, anfitrião de uma casa da qual eu cedi dois cômodos para que ali se instalasse um grupo de comunicação sério, gente da mais alta qualificação e que eu repito aqui: foram as verdadeiras pessoas responsáveis pelo trabalho de comunicação que elegeu o Capitão Bolsonaro.

Todo o resto que operava fora dali, primeiro, eu não tenho conhecimento. Aliás, tenho pela mídia e imagino, pelo tanto que falam, que deve existir. O que o senhor menciona em relação ao ex-Ministro Gustavo Bolsonaro, que está aqui...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Gustavo Bebianno.

O SR. PAULO MARINHO – Desculpa.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu acho que assim agora o senhor o ofende, chamando de...

O SR. PAULO MARINHO – Desculpa, desculpa. Uma falha horrível, mas enfim, do nosso Gustavo Bebianno aqui é o seguinte. Ele está aqui como um amigo meu, meu irmão, que está aqui prestando um carinho para mim. Então, é isso, não tem...

Agora, acho que, em relação a ele, o que foi feito depois da saída dele foi cruel. Eu não concordo em absolutamente nada, mas isso é a característica desse grupo dos bolsomínions. Isso existe. Todo mundo sabe disso. É isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Pela avaliação que o senhor tem, pelo nível de conhecimento privilegiado que o senhor tem, o senhor é uma pessoa que tem décadas já de convívio com núcleos importantes de poder no Brasil, no mundo empresarial, no mundo privado, no mundo de governo também, no *business inclusive*. Enfim, o senhor tem uma longa trajetória de muita relação com esses núcleos de poder formal ou informal do País.

Portanto, o senhor é um homem possuidor de uma inegável experiência. Sabe analisar o mundo, sabe olhar em sua volta. Olhando em sua volta, qual é o papel que o senhor acha que tem nesse jogo de milícias virtuais, que não poupa nem os amigos de ontem, quanto mais os adversários, essas milícias virtuais, que inventam *fake news* as mais absurdas possíveis. Qual é o papel que, na sua avaliação, tem aí o filho do Presidente Jair Bolsonaro, o Sr. Carlos Bolsonaro?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Eu acho que esses grupos de direita radical existem e eles atuam preferencialmente na internet. Isso todo mundo sabe. Enfim, desculpa. Não há...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Eu perguntei especificamente sobre Carlos Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – E eu vou chegar lá, mas eu estou respondendo a sua pergunta de uma forma mais completa, para lhe dizer o seguinte. Obviamente que tem esses grupos de direita. Aliás, esses grupos de direita entendem que ou você está a favor do Presidente Bolsonaro ou você está contra o Brasil. Para eles, não há nenhuma outra alternativa. E, portanto, são pessoas que são chamadas de radicais. Eu acho que é um pequeno grupo, que se beneficia da sua falta do que fazer e atua na internet. Porque, para atuar na internet, você precisa gastar tempo.

Eu, por exemplo, não atuo porque inclusive nem tenho tempo para isso. Você ficar... Quatrocentas pessoas na internet toda hora querendo saber o que está acontecendo. Deve gastar um tempo imenso. Então, é o seguinte. Eu acho que é um bando de desocupados, que ficam ali colocando as suas frustrações pessoais para xingar os outros na internet.

Eu, vira e mexe, sou taxado de traidor, do que o senhor imaginar, enfim. Mas, como eu não faço parte do mundo digital, essas coisas não me alcançam porque eu não leio. Eu não perco meu tempo lendo essas coisas.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Muito bem. Carlos Bolsonaro.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não respondi sobre o Sr. Carlos Bolsonaro. Carlos Bolsonaro, pelo pouquíssimo que eu conheço o Vereador Carlos Bolsonaro, eu acho que precisaria ressuscitar o Dr. Freud lá em Viena, trazê-lo para cá, fazer um trabalho intensivo com o Vereador Carlos Bolsonaro para entender a psiquê dele. Eu acho que é uma pessoa perturbada. É isso.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Ou seja, o Brasil infelizmente, portanto, entrou numa imensa tragédia. Entregou o Governo, a Presidência da República para gente que precisa ir a Viena se tratar com Freud, que entre nós não mais está. Portanto, o atestado da gravidade da situação política que nós estamos vivendo.

O SR. PAULO MARINHO – Só um reparo, Deputado. Eu não sou psicanalista nem psicólogo. Isso é uma opinião, assim, pessoal, pelo que eu vejo e leio, enfim. E ele está sempre na mídia aí e sempre de uma maneira, enfim, fazendo um estardalhaço, então...

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Já estamos encaminhando para o final, Sr. Paulo Marinho. Eu queria só uma pontuação importante. Esta CPMI não é uma CPMI contra A, B, C, ou D. Ela é para apurar um fenômeno contemporâneo que está arranhando as democracias no mundo inteiro, que é esse fenômeno de *fake news*.

Isso ocorre aqui, como ocorre alhures. Isso aconteceu nos Estados Unidos, aconteceu na Europa, aconteceu fortemente aqui no País. E está assim muito eloquentemente demonstrado que as ocorrências de *fake news* em nosso País na última eleição alteraram profundamente o curso normal do processo democrático brasileiro.

Por fim, então, eu queria assim, com a sua experiência toda a que eu já aqui referi, que o senhor comentasse sobre este ponto. Sobre o dano que é, o que significa – e essa pergunta tem lógica com a seguinte –, o dano que representa para a democracia brasileira essa ocorrência tão frequente e, assim, até agora sem nenhuma punição de *fake news*. Qual a sua apreciação sobre isso?

Por que eu faço ao senhor essa pergunta, que parece tão ingênua? É porque o senhor estava no centro de um projeto político que se estruturou muito fortemente na disseminação de *fake news*.

O SR. PAULO MARINHO – A minha opinião sobre essa questão de *fake news*, eu acho que isso é um mal. É um mal que está presente, como o senhor falou, no mundo inteiro. As pessoas denigrem, é *bullying* com adolescentes, é o diabo. Isso aí é uma coisa que deve ser, enfim, banida, deve ser combatida energeticamente para que isso não volte a acontecer ou pelo menos aconteça cada vez menos.

Eu acho isso um malefício para a sociedade brasileira, mas é um fenômeno mundial. Essas coisas acontecem. Há adolescentes que cometem suicídio por causa de *bullying* na internet, que são questões muito mais dramáticas e graves do que o que nós estamos falando aqui.

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – Obrigado, Sr. Paulo Marinho.

Presidente, em mais uma oitiva aqui, na Comissão, o que se acentua a cada uma delas – e olhe que estou na minha segunda como membro desta Comissão – é a corroboração, a confirmação factual, prática, mesmo quando não se afirma algo novo, mas, no conceito, no conjunto da obra, Deputado Rui Falcão, há a confirmação do grau de envolvimento dessas milícias digitais. O *bunker*, o quartel-general, o papel nocivo aqui reconhecido deste Sr. Carlos Bolsonaro e de outros...

(Soa a campanha.)

O SR. MÁRCIO JERRY (PCdoB - MA) – ... tantos, os disparos contra os aliados de anteontem, essa guerra insana contra os adversários, tudo isso gera realmente um ambiente que atesta, de maneira peremptória, a esta Comissão Mista que é preciso que ela faça alguma coisa para pôr fim a esse tipo de prática, porque ela ajudou, entre outras coisas, a colocar no comando da República isso que o senhor, com uma palavra aqui, com outra acolá, classificou de maneira muito negativa que é esse sistema de poder sob o comando do ex-Capitão, que foi defenestrado do Exército Brasileiro, hoje Presidente da República, que tem uma mania muito grande de desconsiderar a importância institucional do que é a Presidência da República. Portanto, é mais um depoimento que se soma a outros tantos que mostram que é preciso termos uma ação muito forte e imediata para pôr fim a essa onda de ataques à democracia através de *fake news*.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à Deputada Caroline de Toni, do PSL, de Santa Catarina.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Presidente, eu gostaria só do tempo de Liderança, primeiro, antes de falar. É só para fazer um desagravo a todos os Deputados que foram citados na reunião anterior. Então, eu só gostaria que, antes de computar este tempo, o pessoal ajustasse para o tempo de Liderança do PSL.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não, Deputada. Pode falar, Deputada, eu concedo a prorrogação para V. Exa.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Pela Liderança.) – Presidente, eu gostaria só de começar fazendo um desagravo a todos os Deputados que foram citados pela Deputada Joice Hasselmann na última reunião, porque ela classificou a mim e mais seis, salvo engano, outros Deputados como Deputados que fariam parte de uma milícia digital. Eu queria aqui fazer um desagravo a todos os Deputados, porque, primeiro, o que a gente vem demonstrando, desde o início desta CPMI, é que essa não só é uma narrativa criada pela oposição, pela esquerda que não aceita a vitória de Jair Messias Bolsonaro, mas também é uma narrativa que vem até de entidades internacionais que querem criar uma opinião pública global. Essas entidades vêm financiando certos checadores independentes mundo afora e estão tentando adentrar com esse discurso de democratização das redes, mas, em verdade, querem cercear a liberdade de expressão do povo, que agora viu nessa nova plataforma de redes sociais uma janela realmente democrática e um ambiente realmente de liberdade de expressão plena. Como todos aqueles que têm sede pelo poder não só no âmbito das nações, mas também internacionalmente, eles vêm criando essa narrativa, e essa narrativa adentrou no Brasil e agora está aqui. Estamos em plena CPMI que tem objetivo checar *fake news* ou também colocar em xeque a própria eleição do Presidente Bolsonaro, que foi maciçamente eleito pelo povo brasileiro.

Inclusive, como já salientamos também, pela primeira vez desde a Nova República, não foi o estamento burocrático dos partidos de centro-esquerda que impôs os candidatos a Presidente, mas o próprio povo por meio da liberdade nas redes é que pôde levantar do baixo clero do Congresso Nacional um Deputado com quem sentiu identidade e pôde alçá-lo, então, à Presidência da República. Foram 57 milhões de brasileiros que elegeram o nosso Presidente.

Infelizmente, muitas pessoas que embarcaram nessa onda, agora, por motivos "n"... E a gente não vai adentrar aqui em questões pessoais, até porque somos todos humanos, e desentendimentos podem acontecer e inimizades podem ser criadas ao longo de uma caminhada. Infelizmente, a Deputada Joice acabou entrando nessa narrativa, taxou a mim e taxou outros Deputados, inclusive que fazem parte desta Comissão, como milicianos. Como falamos aqui, todas as provas que foram trazidas são *prints* públicos que nada evidenciam.

Inclusive, uma das narrativas que foram trazidas pela referida Deputada foi que ela tentou apresentar um panorama dos seguidores do Twitter do Presidente Jair Bolsonaro e do Deputado Eduardo Bolsonaro. Segundo ela, seriam dados científicos advindos de um programa desenvolvido pela Universidade de Indiana. Em tese, esses dados que ela trouxe teriam sido guiados por um perito. O nome desse programa é Botometer. Na verdade, o que ele traz... Quando a gente vai averiguar o que seria esse programa, ele é um programa que, diariamente, tende a aprender padrões e comportamentos e, com base nisso, dá uma probabilidade de a conta ser ou não robô. É apenas isto: uma probabilidade. E por que ele não diz peremptoriamente se a conta é ou não robô? Ora, justamente porque isso só é possível sendo auditada individualmente cada conta. Então, este programa Botometer esclarece ainda que, como seus parâmetros são constantemente atualizados, a probabilidade que é exibida de uma conta ser robô ou não pode, inclusive, sofrer alterações.

Inclusive, eu queria aqui desagravar a pessoa que foi acusada de ser um perfil...

(Soa a campainha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... robô, e aqui eu queria demonstrar isso, que é o Twitter do tal de Murilo Defanti. Essa pessoa foi exposta aqui como se fosse um perfil robô. E, logo na sequência, essa pessoa, que, inclusive, eu não conheço, foi lá no Twitter dele e publicou a própria identidade: Murilo Defanti Gomes Silva. Ou seja, a própria pessoa que, em tese, seria um robô veio e demonstrou ser uma pessoa, desmentindo, então, esse dado que foi trazido pela Deputada na reunião passada. Mais uma vez, estamos comprovando que isso nada mais é que narrativa e que não é verdade. Inclusive, o exemplo que ela trouxe é inverídico.

Ainda ela falou que cada *hashtag* subida artificialmente custaria em torno de R\$20 mil. Ora, os robôs são algoritmos programados. Qualquer estudante de programação, se souber programar um algoritmo, pode criar quantos perfis de robôs ele quiser e o quanto o tempo livre dele permitir. Então, mesmo na hipótese da existência de robôs – e a gente não nega que existam robôs –, essa atividade não é necessariamente remunerada. Agora, nada foi trazido de prova ou evidência de que haveria essa remuneração, de como ela se daria. Nada foi trazido de provas concretas disso e quanto mais de que haveria dinheiro público envolvido. A gente sabe que, na oposição, sim. Em governos passados, a Secom foi instrumentalizada

muitas vezes para financiar blogueiros famosos. E por que a gente não investiga esse tipo de situação? Por que só o Governo Bolsonaro com base em narrativas sem evidências, sem provas?

Outra coisa interessante que eu queria até comentar, que não sei se é do conhecimento do público aqui – até o Deputado Filipe Barros, que está aqui ao lado, comentou –, foi que a Deputada Joice teria dado um jantar na casa de um amigo irmão, que ela disse que era irmão, depois ela falou aqui que era amigo irmão, que é um tal de Roberto Bertoldo. Para quem não sabe, Roberto Bertoldo, basta buscar aqui nas notícias pelo nome dele, teria grampeado o Juiz Federal Sergio Moro em 2003, 2004, inclusive teria sido preventivamente preso em 2015, por conta do grampo ilegal que fez ao Ministro Moro. Ora, também é muito estranho que a Deputada dê festas na casa de alguém, ainda mais sendo biógrafa do hoje Ministro Sergio Moro, uma das personalidades mais respeitadas do Brasil.

Ademais, outra coisa para que eu gostaria de chamar a atenção, só para a gente tentar manter um pouco da isenção desta Comissão, que já passou, extrapolou todo o limite, mas, por fim, no meu tempo de Liderança...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – V. Exa. está no tempo de pergunta. Eu já emendei, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... eu gostaria só de salientar o seguinte: a gente quer tentar manter a isenção, inclusive para fins do parecer final da Relatora, mas a Relatora, no dia 5 de dezembro, participou de um evento chamado Redes Cordiais. Neste evento quem estava era um dos convocados pela própria Relatora, o chamado Carlos Afonso, que a gente tanto fala aqui, que é um dos criadores dessa narrativa. O Carlos Afonso, hoje conhecido como Luciano Ayan, estava no mesmo evento com a Relatora. Até gostaria de perguntar à Relatora que mantivesse a isenção. Eu tenho aqui as fotos depois do evento. Ela mesmo o convocou dizendo que ele teria feito *fake news* com relação a Vereadora do PSOL e agora participa de eventos sobre *fake news* com um convocado. Então, para a gente tentar manter no relatório final a necessária imparcialidade eu gostaria também de ressaltar isso.

Muito bem. Agora eu gostaria que começasse o meu tempo de perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Começou há quatro minutos, Deputada.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC. Para interpelar.) – Muito bem.

Quero salientar aqui que muitas vezes esta Comissão, desde o início nós anunciamos que ela tem objeto indeterminado, que ela nem deveria existir porque não cumpriu os requisitos regimentais. Tentamos fazer ação judicial inclusive, mas, como ela já tomou uma proporção indevida, cabe aqui esclarecer ao povo brasileiro que tem acompanhado esta CPMI sobre uma verdadeira... Que vem naquela narrativa que eu trouxe no início da minha fala, no intuito de que o povo brasileiro, em várias consultas que já foram feitas, demonstra ser conservador. Só que, no entanto, como eu falei antes, infelizmente, os partidos que têm prevalecido são de centro-esquerda.

O próprio PSDB passou a campanha inteira dizendo que o radicalismo não ia vencer as eleições, PSDB esse que tem uma linha considerada por nós, que somos de direita, não extrema-direita, mas direita genuína, que até então estava sendo calada pelo Governo anterior, quando a gente tinha uma verdadeira hegemonia em escolas, universidades, em toda a narrativa pública, de não poder passar uma visão de direita conservadora... E agora nós estamos tendo essa oportunidade. E o Bolsonaro, o Olavo de Carvalho, filósofo, meu professor inclusive há mais de dez anos, quebrou essa hegemonia de pensamento esquerdista vigente no Brasil. E hoje a gente está podendo falar livremente, e já estão querendo nos calar novamente.

Então, o próprio PSDB, de que estamos falando, passou dizendo que o radicalismo não ia vencer as eleições. Inclusive a grande parte da filosofia do PSDB é muitas vezes pró-droga, pró-ideologia de gênero, muitas vezes pró-aborto também. A gente identifica como mais alinhado à esquerda. Inclusive falaram que, quando começasse a propaganda na TV, o Bolsonaro iria decair. Agora, após uma campanha malsucedida, abraça uma narrativa de que Bolsonaro é uma onda passageira, um ponto fora da curva de uma polarização histórica entre eles e o PT. Já começam dizendo inclusive que o PT está ajudando o Bolsonaro porque dá eco à polarização com o Bolsonaro, o que mantém o País dividido. Eles conseguem ser... Verdade, pois o PT não quer o PSDB no jogo, pois julga acertadamente que o PSDB teria o apoio do eleitorado do Bolsonaro em um segundo turno contra eles, podendo vencer mais facilmente.

Ademais, o PSDB já começa a dizer também que o povo brasileiro não é assim e que esses dois partidos não representam a maioria pacífica e moderada da população. É uma tese que tem tudo para ser falsa, ainda mais considerando a definição deles do que seja moderado, como eu falei anteriormente de grande parte da filosofia do PSDB.

Então, junto do PSDB, que estou tomando como exemplo aqui só desta minha fala, tem a maior parte dos partidos de centro, que consideram que a onda Bolsonaro, que a gente chama que nada mais é do que um levante da direita brasileira que foi calada até então, até o advento da livre manifestação do pensamento por meio das redes, o pessoal acha que isso é uma

onda passageira, mas eu, como conservadora, liberal conservadora, acredito que, por ser grande parte do povo brasileiro liberal conservador também, é interessante que a gente comece a respeitar a maciça maioria da população brasileira, que elegeu o Presidente Bolsonaro.

Considerando isso, agora eu vou me reportar, dar boa-tarde ao Sr. Paulo Marinho. Eu acho que a maioria das questões que o pessoal já levantou, a maior parte já meio que satisfaz grande parte do que eu tinha para perguntar, que o senhor já explicou anteriormente, mas eu gostaria só de comentar com o senhor sobre uma entrevista que o senhor deu para o UOL, na qual... O senhor é suplente do Senador Flávio, correto?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Correto.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Aqui o senhor explica por quais motivos o senhor saiu do PSL. O senhor falou: "Me filiei ao PSL exclusivamente para poder disputar a eleição do Senado junto com o Flávio. E quando o Governador Doria depois da eleição me chamou para reconstruir o partido, eu só poderia fazer isso filiado ao PSDB. Não houve qualquer problema. Foi uma decisão política minha. Minha decisão foi o reencontro com meu projeto original". Confere essa resposta?

O SR. PAULO MARINHO – Confere.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Certo.

Então, o senhor saiu e hoje está filiado ao PSDB?

O SR. PAULO MARINHO – Eu sou Presidente do PSDB no Rio de Janeiro.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – No Rio de Janeiro. O.k.

Então, recentemente se filiou ao PSDB e é dirigente partidário no Rio de Janeiro, com a missão de organizar a legenda para o projeto... É uma missão também de reorganizar o PSDB para um futuro projeto presidencial do Governo Doria? Eu gostaria de perguntar ao Sr. Paulo Marinho.

O SR. PAULO MARINHO – Pois não.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O senhor considera que agora o senhor está alinhado, Sr. Paulo Marinho, o senhor considera que agora, ao migrar para o PSDB e ser dirigente partidário, o senhor estaria mais vinculado a um projeto que teria mais a ver com o projeto Doria do que com o projeto Bolsonaro, no atual momento?

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, na realidade, eu vou dar um passo atrás. Em 2016, quando se ensaiou a candidatura do então Prefeito João Doria à Presidência da República, eu tentei criar um apoio no Rio de Janeiro para que o então Prefeito João Doria pudesse se viabilizar internamente no PSDB para concorrer às eleições de 2018. E durante todo esse período de 2016 fizemos vários eventos no Rio de Janeiro em apoio à candidatura, à pré-candidatura do então Prefeito João Doria à Presidência da República.

No final de 2017, meio de 2017, o próprio Prefeito verificou que as condições internas do partido não iriam caminhar na direção da candidatura e decidiu disputar a eleição para o Governo de São Paulo. Nesse momento, pouco depois, eu fui procurado novamente – eu já relatei isso aqui – pelo meu amigo Gustavo Bebianno, me convidando para que ajudasse na candidatura do Capitão Bolsonaro. E aí tudo começou.

Quando terminou a eleição do Presidente Bolsonaro, ele já eleito, eu, como não tinha nenhuma identidade com o grupo político do... Eu estou falando aí do ponto de vista partidário, certo? Não é uma questão... A eleição presidencial foi uma outra coisa. Ali era quem estava a favor do PT e quem estava a favor de haver uma mudança no comando do País depois de tantos anos em que o PT governou. Enfim, eu achei que aquilo era o melhor caminho para o Brasil. E aí fui convidado, em janeiro ou em fevereiro deste ano, pelo Governador João Doria, para que eu ingressasse formalmente no PSDB e assumisse a presidência do partido no Rio de Janeiro, que é uma unidade do PSDB que tem muito pouca representação, a ponto de não ter elegido um único Deputado Federal. Talvez seja o único Estado do Brasil – deve haver outros –, dos grandes Estados do Brasil que não trouxe para a Câmara dos Deputados nenhum Deputado Federal eleito pelo PSDB. Então, o PSDB do Rio de Janeiro é uma legenda que sofre por ausência total de pessoas com valores político– eleitorais para comandar o partido. E ele me fez esse convite, e eu achei que esse convite era, enfim, o momento de eu retornar ao meu projeto originário, de apoiar o PSDB, o novo PSDB, como o Governador costuma chamar.

Obviamente, primeiro, o grande objetivo nosso é disputar as eleições para a prefeitura no ano que vem. O PSDB vai ter candidato e provavelmente vai eleger o próximo Prefeito do Rio de Janeiro. Nós vamos ganhar musculatura. Nós vamos subir para o andar de cima da política do Estado do Rio de Janeiro. O Rio de Janeiro precisa, com a máxima urgência, de uma salvação. A cidade do Rio de Janeiro não vai resistir a mais quatro anos de gestão como a de hoje. Então, eu

estou nessa missão de reorganizar o partido e, por óbvio, essa organização e esse trabalho eleitoral do ano que vem vão propiciar, criar uma plataforma eleitoral para que, em 2022, vindo o Governador João Doria candidato à Presidência da República – o que seria, aliás, um processo natural –, eu tenha o Rio de Janeiro em condições de poder ajudar o próximo candidato do PSDB de forma como nunca aconteceu, porque de fato o Rio de Janeiro carece de valores dentro do PSDB. E eu estou fazendo esse esforço imenso, esse mutirão para trazer pessoas de fora da política para dentro do PSDB.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

O senhor tem consciência de que a Sra. Rebecca Félix, coordenadora de conteúdo de mídias sociais do PSL na campanha, que trabalhou na casa atribuída ao senhor, declarou em testemunho ao TSE que não presenciou...

(Soa a campanha.)

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – ... o envio de *fake news* a partir da sua casa?

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tive acesso ao depoimento dela.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Tem uma notícia, notícias correndo sobre isso também.

O SR. PAULO MARINHO – Eu não tive acesso ao depoimento dela, não conheço...

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Mas o senhor a conheceu na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Eu conheci, estive com ela umas duas vezes.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – Ela declarou que não teria qualquer *fake news* partido da sua casa durante a campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Mas isso eu também já declarei hoje aqui.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k. Não, só para confirmar.

Inclusive o senhor não considera que ela seria a pessoa mais correta para declarar se houve ou não, já que ela é coordenadora de mídia, não seria mais interessante direcionar essas perguntas, mais que ao senhor, à própria Rebecca, que coordenou as mídias do PSL na campanha?

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que sim, porque afinal de contas eu não tive nenhuma ingerência nessa área, então provavelmente ela teria muito mais autoridade para responder, e a resposta dela já foi dada nesse depoimento.

A SRA. CAROLINE DE TONI (PSL - SC) – O.k.

Era isso, Presidente. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Deputado Rui Falcão, do PT, de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Para interpelar.) – Srs. Deputados, Deputadas, Senadores, Sr. Paulo Marinho, obrigado pelo comparecimento. O senhor tem tido uma postura aqui compreensível, porque é possível que o senhor não soubesse da maior parte das coisas que nós perguntamos, mas eu devo esclarecer que não há nenhuma intenção nossa de comprometerlo com qualquer coisa. O senhor não está aqui como réu. O que nós queríamos era que o senhor colaborasse, na medida do possível, com algo que a Deputada Joice Hasselmann reconheceu aqui, que o senhor nos ajudasse a desbaratar o que ela chama de organização criminosa, ou bando, como ela também se referiu, dizendo que há uma organização cujo núcleo está hoje dentro do Palácio do Planalto. Deu nomes às pessoas, e algumas dessas pessoas – o senhor citou o nome de uma delas – já trabalhavam na campanha do Capitão Bolsonaro.

Está evidente também que o senhor, como também eu acho que o ex-Ministro Gustavo Bebianno, estão na lista daqueles que foram expelidos do projeto de governo que o senhor disse que acreditava ser uma boa causa. Cito aqui: a Deputada Joice dizia que ela cumpria um papel de moderação junto ao Presidente, talvez por causa desse grupo de bolsomínions ou talvez desses dois filhos, de quem, como o senhor disse, por qualquer declaração de afeto, a pessoa pode se transformar em alvos deles. E um a um foi caindo como uma espécie de dominó: o General...

O SR. PAULO MARINHO – Santos Cruz.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... Santos Cruz, que cumpriu um papel moderador e foi demitido depois de mensagens falsas, entregues ao Presidente por um assessor que ele chamou de canalha, mas que não quis declinar o nome. Supomos que seja alguém ali do núcleo palaciano.

Depois o Gen. Santos Rosa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... Santa Rosa – Santos Cruz e Santa Rosa –, que disse que havia um grupo de meninos, de 29 a 32 anos – certamente não é o André, que não está lá –, que ficavam cercando o Presidente e produzindo essas notícias falsas.

Enfim, e a própria Deputada, que também sucumbiu e nos ajudou muito aqui fazendo revelações comprovadas.

Então, eu disse a ela o seguinte: Deputada, infelizmente, parece que a organização criminosa está levando vantagem – aliás, esqueci de citar o Ministro Bebianno, que foi dos primeiros – e mostra também uma deslealdade extrema com aqueles que ajudaram o Capitão. Diz o senhor aqui que era um pequeno núcleo, cabia numa Kombi e tal, que o ajudou a se eleger.

Então, a gente quer a colaboração dos senhores para desbaratar essa organização criminosa. Não se trata aqui de depor o Presidente da República, como os partidários dele imaginam. Nós queremos realmente reduzir o impacto dessa produção de desinformação, que não se dá só no plano político-eleitoral, dá-se no plano de estímulo ao suicídio, da cultura de ódio, de dizer que vacina faz mal. É uma desinformação em vários níveis que esta CPI aqui está procurando apurar. Inclusive, estava convidado aqui o Dr. Drauzio Varella, que denunciou muito essas campanhas contra a vacinação. Enfim, ela tem um escopo amplo.

Não fomos nós que propusemos esta CPMI, quem propôs a CPMI foi um Deputado do DEM.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Que depois pediu para sair dizendo que a CPI estava manipulada. Mas consta que na verdade ele pediu para sair porque não conseguiu ser Relator, como aliás deveria ter sido. É praxe que o proponente seja Presidente ou Relator. O fato é que ele – como diz no interior de São Paulo – se desacorçoou e foi embora. Mas a CPMI tem aqui seguido seu trabalho.

O PSL tem a sua representação, fala; e fala de todos os assuntos também. A Deputada aqui perguntou até da filiação partidária. Isso é natural. Não tem nada que determine que a gente tenha uma pauta fixa, para perguntar só aquilo que alguém imagina que se pergunte.

Mas o senhor, mesmo com todo cuidado nas suas declarações, reafirmando até sua filiação partidária, porque o PSDB é sempre muito cauteloso nas suas afirmações, deu alguns... Assim como o Gen. Santos Cruz... O Gen. Santos Cruz foi extremamente leal, provavelmente por apelo da corporação. E a Deputada Joice disse que recebeu apelo de quatro ministros para que não viesse depor. Recebeu inclusive muitas ameaças na rede. Mas além das ameaças, que podem ser sem identificação, quatro ministros, Sr. Paulo Marinho! Havia um temor do que ela pudesse falar aqui, pelo nível de participação que ela teve na campanha.

Então, já apuramos aqui como o senhor está falando a verdade. A sua esposa, que aliás consta o nome Adriana... Não consta Adriana Marinho. Qual era o nome de solteira dela? Adriana...

O SR. PAULO MARINHO – Bourguignon.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Isso. Ela tem lá a prestação de contas. Já verificamos. O senhor não tinha certeza e tal, nós fomos verificar, porque se não fosse isso, pelo menos nesse caso – não significa em outros – estaria configurada a existência de caixa dois. Embora a gente ache que tem caixa dois no disparo de mensagens e nós vamos, como sugeriu aqui a Deputada Joice Hasselmann, rastrear o dinheiro. Nós estamos rastreando, nós vamos ter meios técnicos para chegar ao dinheiro. Seguramente, é um dos objetivos desta CPMI.

Mas o senhor disse aqui coisas assim: que o Paulo Guedes está tentando encontrar um caminho. Depois de um ano, já era para conhecer o caminho. O caminho que ele está trilhando é muito ruim para o País. Está desmontando tudo o que foi construído aqui, inclusive a política de conteúdo nacional, que o senhor, com razão, elogiou. E o senhor teria sido convidado para ser suplente do Senador Flávio Bolsonaro, que foi pouco mencionado aqui, pela sua experiência, pelo seu traquejo, pelo seu passado e tal; pela sua idade, o senhor poderia ser um bom conselheiro. O senhor chegou a dar algum conselho para ele ou não?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Deputado, infelizmente eu, logo após a campanha...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, não, durante a campanha.

O SR. PAULO MARINHO – Ah, durante a campanha, não.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – Durante a campanha, ele...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E depois?

O SR. PAULO MARINHO – Ele estava envolvido na campanha dele de Senador, ele estava na rua, e eu estava praticamente na minha residência, cuidando dos meus...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor deu algum conselho depois que mencionaram a história da rachadinha e tal? O senhor aconselhou como? O que ele deveria fazer e tal?

O SR. PAULO MARINHO – Uma vez ele me procurou, e eu dei a ele o conselho de que ele deveria procurar...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Um advogado.

O SR. PAULO MARINHO – Não, um advogado não. Que ele deveria procurar se apresentar na mídia, enfrentar a mídia. Eu acho que ele...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas não ouviu o seu conselho, não é? Ele se escondeu.

O SR. PAULO MARINHO – Não, não sei se ouviu, mas enfim... Aliás, eu queria até aproveitar esse episódio para dizer o seguinte: eu, pessoalmente, acredito na inocência do Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, a gente deve sempre ter o princípio da presunção da inocência, não é?

O SR. PAULO MARINHO – Enfim, então...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Ele deve valer para todos.

O SR. PAULO MARINHO – Mas eu estou lhe falando isso aqui com toda a sinceridade, eu não estou querendo aqui fazer nenhum jogo de cena, não. Eu acredito de fato na inocência dele. Acho que ele foi traído, em algum momento, na confiança do seu assessor, mas enfim, voltando à questão, é o seguinte: eu não tenho nenhum contato com o Senador Flávio Bolsonaro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não?

O SR. PAULO MARINHO – ... desde a eleição, então... Logo depois, estive com ele uma única vez, e, desde então, eu não tenho tido mais contato com ele.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Quem o senhor considera como grupo dos bolsomínions, quem são?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, o senhor...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor mencionou aqui.

O SR. PAULO MARINHO – Não, eu vou lhe dizer, eu vou lhe dizer. Como eu não frequento muito a internet, mas esses grupos...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É, mas o senhor utiliza um termo que é muito usado aí na internet...

O SR. PAULO MARINHO – Qual é?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – O senhor falou várias vezes de viralização, e tal.

O SR. PAULO MARINHO – É, não, porque a gente acaba aprendendo um pouquinho. Eu tenho quatro filhos em casa que operam isso diariamente. Então, eu sou uma pessoa curiosa, eu pergunto e tal, quero sempre me atualizar. Mas, enfim, no caso do... Qual era a pergunta mesmo?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Grupo dos bolsomínions, quem são?

O SR. PAULO MARINHO – Os grupos dos bolsomínions são esses grupos de direita que você... que vive... por vezes me atacam pessoalmente, porque me acham traidor, e aí... Bolsomínions são esses grupos de direita radicais que operam na internet... O que eu chamo de bolsomínions são esses, e que, na ampla maioria, são um bando de desocupados. É isso.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Aqui, sem entrar em nenhum tipo de acusação, o senhor falou dos seus filhos, tem o André Marinho. Consta que, numa entrevista dele no canal do MBL, ele admitiu ter produzido mensagens de áudio com a voz do então candidato, o Capitão Jair Bolsonaro, que foram disparadas via WhatsApp durante o período da campanha. Consta que o André atuava como se fosse o próprio candidato. O senhor confirma essa informação?

O SR. PAULO MARINHO – Deputado, o André Marinho, que está aqui ao meu lado...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Não, mas é o senhor que...

O SR. PAULO MARINHO – Eu vou dizer, eu vou lhe responder com toda clareza.

O André Marinho é um verdadeiro talento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, está até escrito aqui. O senhor tem um talentoso filho...

O SR. PAULO MARINHO – Mas ele é tão talentoso que após a campanha o grupo Jovem Pan fez um convite a ele para que ele se tornasse membro...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas...

O SR. PAULO MARINHO – Deixe eu lhe explicar. Membro da bancada...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É que o meu tempo está correndo.

O SR. PAULO MARINHO – Mas eu ouvi... Membro da bancada do programa Pânico, onde...

Outro dia eu saí para almoçar com ele em São Paulo num restaurante. Dezenas de pessoas vinham fazer *self* com ele. Está aqui, estou dizendo ao senhor, a V. Exa. que ele é um talento...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – ... como imitador. Ele imita o Capitão Bolsonaro à perfeição.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas também nessa imitação ele teria gravado um áudio dirigido a garimpeiros de Serra Pelada, que, segundo ele, seria um reduto petista.

Ele chegou a forçar a voz se dizendo até abatido, porque foi depois da facada que o Presidente sofreu, o atentado, em que ele diria o seguinte: "Estamos aqui agradecendo as orações e para dizer que conto com vocês aí para o que der e vier. Vocês sabem que terão em mim um defensor implacável de agora em diante, está o.k.? Valeu pessoal!".

Isso aqui é propaganda eleitoral, propaganda eleitoral... Ele recebeu, inclusive, mensagens de garimpeiros chorando... "Eu devo ter virado uns 50 mil votos, eu não sei se isso é crime eleitoral ou não, mas eu estava correndo esse risco". Essas entrevistas estão todas disponíveis no YouTube.

Ninguém quer aqui incriminar o André, mas eu quero saber se isso ocorreu?

O SR. PAULO MARINHO – O que o senhor chama de... Como é que o senhor definiu essa menção dele?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Propaganda eleitoral.

O SR. PAULO MARINHO – O que o senhor diz... O que o senhor chama de propaganda eleitoral eu chamo de uma brincadeira. Isso foi uma brincadeira que alguém...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim, mas o senhor admite que existiu?

O SR. PAULO MARINHO – Mas deixe eu lhe explicar no contexto, porque parece que nós estamos falando aqui de uma coisa relevante.

O André Marinho, essa figura maravilhosa, um filho espetacular, só me deu alegria e prazer...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – De todos os nossos filhos, a gente gosta muito e não tive o interesse de...

O SR. PAULO MARINHO – Mas tem filhos de que a gente gosta e que dão problema. Há outros de que a gente gosta e só dão prazer. Este é do tipo que só me dá alegria.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – No caso dos filhos do Capitão, o senhor acha que eles estão no segundo campo?

O SR. PAULO MARINHO – Não, esses... Eu eduquei melhor os meus filhos do que o Capitão, os dele. Mas, enfim...

(Soa a campanha.)

O SR. PAULO MARINHO – ... voltando à questão, o que o senhor chama de propaganda eleitoral eu chamo de uma brincadeira que foi feita...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Esses áudios...

O SR. PAULO MARINHO – Espera aí...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Foram na sua residência essas brincadeiras?

O SR. PAULO MARINHO – Foi, na minha... Aliás, vários apoiadores do então Capitão Bolsonaro pediam ao André para fazer... "Faz uma mensagem para a minha mulher de apoio, de gracinha, diz para ela que eu sou lindo, diz que é o Capitão que está falando".

Aí ele fazia essas imitações em uma coisa absolutamente ingênua, infantil...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Sim.

O SR. PAULO MARINHO – ... e de grande talento, enorme talento.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – E o senhor acha que piada *gay*, por exemplo, não é homofobia?

O SR. PAULO MARINHO – Não, piada *gay* eu acho de mau gosto.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Mas é homofóbico.

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que é homofóbico, mas se você faz uma piada *gay* entre você e o seu amigo... Homofóbico é quando você está...

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – É o que Capitão, no caso, ele espalha isso.

O SR. PAULO MARINHO – Vira e mexe ele fazia aquela coisa, e os que estavam ali em torno achavam a maior graça. Eu não achava graça nenhuma, mas enfim...

Mas enfim, é isso. Cada um com a sua circunstância.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Bom, eu vou...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concluiu, Deputado?

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu vou encerrar porque realmente o Sr. Paulo Marinho talvez tivesse mais o que dizer, mas eu compreendo que, se alguém de outra parte é desleal, não necessariamente o troco vem na mesma dimensão, apesar de grupos de bolsomínions, de extrema-direita, o qualificarem como traidor. Ele não quer sofrer esse estigma.

O SR. PAULO MARINHO – Desculpe-me, Deputado, só fazendo um comentário. Enfim, eu não tenho nenhum problema de trazer nenhuma verdade. Estou sob juramento. Tudo o que eu disse é verdade.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. *Fora do microfone.*) – Acho que o senhor não sabia muita coisa.

O SR. PAULO MARINHO – O que eu sei, declarei aqui nesta CPI.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho, do PT de Sergipe.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco/PT - SE. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sra. Relatora, Deputada Lídice da Mata, senhoras e senhores, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, queria chamar a atenção para um *site* chamado politicos.org.br. Na apresentação do General Santos Cruz ele mostrou qual é o esquema; apesar de não ter tido a disposição de falar o que realmente poderia falar e sabe, mostrou aqui como se produz e qual é o método de trabalho adotado no gabinete do ódio.

Na semana seguinte, a Deputada Joice Hasselmann falou como se define o gabinete do ódio, como trabalha o gabinete do ódio, como é a distribuição de tarefas do gabinete do ódio e quais são as tarefas. Não são só *fake news*, o linchamento político é também uma das ações e uma das atividades do gabinete do ódio.

Chamou-me a atenção, no momento em que o País vive, com 13,5 milhões de pessoas na miséria, em que o Brasil caiu uma posição no IDH, no *ranking* global de desenvolvimento, em que o Brasil disputa com o Catar a maior concentração de riqueza do mundo, no momento em que o Brasil vive a concentração da riqueza, o aumento da inflação, promessas que foram feitas e que não se materializaram, como a reforma trabalhista significar mais empregos, como a reforma da previdência significar estabilidade econômica e mais empregos, como a venda das nossas estatais significar mais empregos, com a relação de subserviência com os Estados Unidos e vantagens comerciais... A gente está vendo que nada disso tem surtido efeito e que o País mergulha numa paralisia econômica, no aumento da miséria, na concentração de riquezas.

Estou falando tudo isso para mostrar que o *site* politicos.org divulgou uma pesquisa – vejam o nome: "pesquisa" – que ranqueia os melhores Parlamentares, mas não o faz, com a vênica necessária, estabelecendo, explicitando o critério. Poderiam dizer: "Nós somos um *site* de ultraneoliberais, de direita, que acredita..." E aí elencar no que acredita e dizer que

é uma avaliação para avaliar aqueles que são ultraneoliberais e, quanto mais ultraneoliberais, excludentes e concentradores de riqueza, mais pontuam nessa pesquisa.

Mas, aí, faz uma pesquisa disfarçada, debaixo de um manto, dizendo que é uma instituição que tem zelo pela boa política, zelo pela informação, faz uma pesquisa e divulga um *ranking* no qual coloca o Deputado João Daniel, um exemplo, do meu Estado, que é um excelente Deputado do meu ponto de vista, ou do ponto de vista que ficou em ascensão de outros pontos de vista, de outras avaliações, como o pior Deputado do Brasil. Mas por quê? Porque o Deputado João Daniel é do MST, porque o Deputado João Daniel votou contra a reforma trabalhista, porque o Deputado João Daniel votou contra a reforma da previdência, porque o Deputado João Daniel... Ou seja, por ele ter uma posição política determinada, foi enquadrado como o pior Deputado. Mas eles deveriam explicitar...

E o que é pior: eu tive acesso a essa pesquisa por uma eleitora no interior do meu Estado que olhou lá e viu que, além disso, eles negligenciam a formação. Eles colocaram que eu não tinha nem graduação, então eu não pontuava porque eu não tinha graduação. Eu sou mestre, sou doutor, mas disseram que eu não tinha nem graduação.

Então, eu estou trazendo o caso deste *site*, políticos.org, porque, no conselho deste *site*, estão algumas pessoas que são suspeitas ou de receberem dinheiro, como o Rogerio Chequer, ou de financiarem ações da milícia digital, como a Sra. Taiza Krueder.

Então, Sr. Presidente, a minha fala aqui é no sentido de reforçar... Eu vou passar para a Presidência da Comissão os dados que eu levantei e que fiz questão de registrar, porque eu colhi o dado hoje e amanhã já não é o mesmo dado, porque eles mudam. Vou fazer questão de encaminhar para V. Exa. para que a gente possa, numa reunião administrativa, quando houver, solicitar a presença da Sra. Taiza Krueder, do Sr. Rogerio Chequer e de outros que eu vou elencar através de requerimentos, porque me parece que essas pessoas são aquelas – eu suspeito; eu não estou afirmando, mas eu suspeito – pessoas que receberam dinheiro para fazer ação da milícia digital para colocar em operação o gabinete do ódio ou que financiaram e continuam financiando o gabinete do ódio.

Então, eu fico por aqui, Sr. Presidente, e fica aqui registrado este *site*, políticos.org, que tem no seu conselho editorial pessoas cuja suspeição já foi aqui levantada, suspeição como quem executa, e quem executa porque recebeu dinheiro, são suspeitas de terem recebido dinheiro para executar as ações do gabinete do ódio e de arrecadar para financiar o gabinete do ódio, como já foi aqui apresentado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra à última oradora inscrita, Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Boa tarde...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Um momentinho, Deputada, que o nosso convidado vai fazer uso do toalete. *(Pausa.)*

Dando sequência, concedo a palavra à Deputada Luizianne Lins, do PT do Ceará.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE. Para interpelar.) – Boa tarde a todas! Boa tarde, Presidente, Sra. Relatora, Sr. Paulo Marinho, que está presente, Deputados e Deputadas, Senadores e Senadoras.

Eu queria perguntar aqui ao Sr. Paulo Marinho, que claramente, embora não tenha um vínculo direto, é próximo... Se é suplente do Sr. Flávio Bolsonaro e se sua casa foi sublocada para a campanha do Sr. Jair Bolsonaro, certamente há uma relação política clara. Eu gostaria de saber se o senhor conhece ou se já ouviu falar de um empresário americano chamado Robert Mercer?

O SR. PAULO MARINHO (Para depor.) – Não, Deputada.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E do Steve Bannon, o senhor nunca ouviu falar?

O SR. PAULO MARINHO – Não, do Steve Bannon pelos jornais, mas, enfim...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O senhor nunca esteve com ele?

O SR. PAULO MARINHO – Não, nunca.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – E, do Robert Mercer, nunca ouviu falar?

O SR. PAULO MARINHO – Nunca ouvi falar.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Bom, o fato é que... O senhor também falou que o Vereador Carlos Bolsonaro precisava de tratamento psiquiátrico. O senhor poderia dizer por quê?

O SR. PAULO MARINHO – Porque eu acho que ele é doido.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Certo. E o que exatamente leva o senhor a crer nisso?

O SR. PAULO MARINHO – Como é?

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – O que leva o senhor a crer que ele é doido?

O SR. PAULO MARINHO – A coleção de frases que ele tem dito nos últimos meses.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Coleção de frases?

O SR. PAULO MARINHO – É, de posturas, frases, enfim, essas coisas de internet que ele posta toda hora.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Inclusive podendo ser *fake news*?

O SR. PAULO MARINHO – Isso eu não sei, Deputada. Estou dizendo o seguinte: ele precisa de um tratamento, ele é doido. Fora isso...

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Bom, eu queria fazer alguns colocações tendo em vista que o senhor se coloca como totalmente fora desse processo que levou o Presidente atual ao poder. Mas eu acho que, embora também tenha um filho talentoso, bom comediante etc., é importante que a gente diga aqui nesta CPMI que nós estamos diante de algo muito sério, porque nós temos aqui um linchamento de pessoas, um verdadeiro – expressão que foi usada aqui várias vezes – linchamento virtual, do qual várias pessoas foram vítimas, sentiram isso na sua vida.

Não é raro um Deputado ou uma Deputada ou um Senador ou uma Senadora vir aqui falar do que já passou, inclusive Deputados do PSL, partido ao qual o senhor já foi filiado. É muito impressionante como as pessoas ficam se sentindo impotentes diante disso. Isso é muito grave, isso não foi montado agora. Então, as pessoas podem até vir aqui tergiversar, dizer que o que a Joice disse foi loucura, mas nada vai passar impune a um analista de dados. É simples, é simples você detectar os robôs nas redes.

O senhor tem filhos, não sei se o senhor já tem netos, mas estou extremamente preocupada com este mundo que está sendo deixado para eles: é o mundo da mentira, da falsidade; o mundo onde as coisas sérias estão sendo tratadas como brincadeira; mundo onde a gente não sabe mais o que é verdade e o que é mentira, porque a capacidade de se propagar e de se construírem informações falsas é muito grande. Isso tem levado pessoas, primeiro, a um grau de ansiedade alto. Essa juventude nunca sofreu tanto com um processo de ansiedade, algo que as redes sociais têm provocado, inclusive porque, como não têm maturidade e inteligência emocional suficientes ainda, porque estão na sua fase de formação, essas pessoas ficam impactadas com o que passam e com o que sofrem.

Então, nós estamos perdendo aqui a oportunidade de desvendar um esquema muito maldoso, agressivo, grosseiro, não com político A, B, C ou D, mas com o mundo, com a vida, no caso específico, com o nosso Brasil. É tão sério isso que hoje saiu uma pesquisa, feita pelo Senado e pela Câmara, que ouviu milhares de entrevistados, segundo a qual 79% dos brasileiros admitem receber notícias por WhatsApp – é quase 80% da população, são 136 milhões de usuários no Brasil! É a plataforma mais popular, sem dúvida, já passando em muito o Facebook. Onde é que vai parar isso? Porque, assim, cada uma das ditas democracias no mundo estão sendo abaladas por uma rede social. Se a gente entender que a história dos BRICS e, posteriormente, a eleição do Trump foram feitas via Facebook...

Nós vimos, aqui no Brasil, o WhatsApp tomar... Inclusive porque a população pobre às vezes usa o WhatsApp para ligar, porque não tem dinheiro para poder pagar uma conta de telefone. Por isso mesmo se torna tão popular, a partir também da necessidade das pessoas e, o que é mais grave, elas estão sendo desinformadas e estão se achando muito informadas. Quando a verdade chega, elas agora acham que é *fake news*, e isso é muito grave para a democracia. Isso não é uma brincadeira e, se for, é uma de muito mau gosto, porque isso vitimou o Ministro Bebianno, Alexandre Frota, Joice, e vai vitimar qualquer um, mesmo que venha aqui dizer que não tem nada a ver com isso. Isso é cruel, porque, quando os robôs... A gente tem o mínimo de...

Pode até haver uma perversidade enrustida no humano, mas o robô não tem nem isso, robô não tem nem a capacidade de saber se está sendo perverso ou não, e eles estão sendo usados para disparar contra pessoas, contra dignidades, contra pessoas, muitas vezes, que têm honra. E esse linchamento virtual tem que acabar. É uma pena que o senhor não possa ajudar nisso, porque o senhor foi parte integrante... O senhor sabe que isso aí pode acabar com a democracia no Brasil e no mundo. É sério, é muito sério.

E principalmente a juventude – eu não sei qual é a idade de seus filhos –, que nasceu só com a internet, não teve um parâmetro de avaliação de qualquer coisa fora da conectividade, que está sendo extremamente prejudicial, extremamente malévola e extremamente cruel com essa juventude.

Eu fico pensando aqui – o senhor fala dos valores que o senhor imagina de alguém para presidir o partido ou para governar o Rio de Janeiro – que, se o senhor imaginava isso com a atual política que está sendo desenvolvida hoje, o senhor se enganou profundamente, porque esses valores que o senhor reclama no Rio de Janeiro, com os quais eu até posso concordar, certamente não vão ser encontrados nessa quadrilha organizada. E não se organizou agora: esse processo de organização criminosa de que se fala hoje, e quem fala são as próprias pessoas do Governo, que são massacradas também quando começam a divergir de milícia digital, gabinete de ódio...

Aí vem aqui uma Deputada, que não fica para ouvir, dizer que isso aí é uma coisa que está sendo imaginada, que está sendo inventada. É grave! É mais grave ainda quando alguém diz que é discípula de Olavo de Carvalho, gente! O que ele tem para dizer além do terraplanismo mais insosso, mais inóspito, mais degenerado e mais mesquinho? Uma série de insanidades que está fazendo o Brasil voltar a andar para trás! A quem falava aqui dos governos do PT, do Governo do Presidente Lula: pelo menos nós tínhamos um povo que tinha a cabeça erguida, tinha mais dignidade, o Brasil era mais respeitado lá fora, inclusive perante a comunidade empresarial, da qual o senhor faz parte. Agora, quando a gente anda fora do Brasil, tem vergonha de ter um Presidente que diz tanta bobagem, vergonha de ouvir dizer que a Terra é plana e que os valores são os que a gente acredita e não os que a gente comprova ou que a ciência pode dizer. Está tudo muito ruim!

E se estivéssemos em plena vitalidade econômica... Nem isso! Nem com as maldades do Sr. Paulo Guedes com os trabalhadores brasileiros, que vão sentir na pele o que é não ter mais previdência, conseguiram tirar o País do buraco em que está, porque o País, além do problema econômico muito grave, está passando por uma crise moral muito séria, muito séria, uma crise moral que não começou, como querem dizer, no governo PT. Dizem que o PT fez isso, fez aquilo outro, fez esquerdismo de A, B, C ou D. A pergunta não é essa, a pergunta é: que Brasil que nós tínhamos e que Brasil que nós temos hoje? Um Brasil que acaba com a Amazônia, que aumenta em 30% a destruição da maior floresta do Planeta? Um Brasil que assassina índio diariamente, os líderes indígenas? Que nega o povo originário? Que volta de novo a fazer barbaridades?

O que a gente ouve agora é a política como ódio, a política está sendo pensada e realizada com ódio e, com ódio, nunca se vai construir nada. O primeiro passo para você não construir nada é começando com ódio. O ódio só serve para destruir.

Eu estou me lembrando de um jovem que foi quem denunciou à imprensa internacional o que a Cambridge Analytica tinha feito. Ele disse esse sistema que ele estava ajudando a construir – por isso ele estava fazendo a denúncia, ele não queria mais fazer parte disso, um jovem de 26 anos – tem por método destruir tudo o que está posto, porque, para ele começar a reconstruir em cima das suas bases, das suas crenças, em cima daquilo que o sistema quer fazer com que as pessoas pensem, ele precisa destruir o que está posto, e o que a gente vê é uma verdadeira destruição da civilização brasileira, agora, neste momento.

São três: o 01, o 02, o 03. Como o senhor mesmo falou, imagino que o senhor deva ter criado os seus filhos melhor do que o Presidente criou, porque a gente vê cada uma das pessoas que configuram o bolsonarismo... Ou seja, a gente pensou que elegeu um, mas o Brasil elegeu quatro, cada um puxando para um lado, cada um dizendo a bobagem da vez, e todo mundo achando isso a coisa mais normal do mundo.

Há uma coisa que é importante dizer aqui. Dizem que a Deputada Joice trouxe, na reunião passada... Isso aí não foi só uma coisa que ela está fazendo, qualquer analista de dados detecta isso. Quem está negando aqui vai se dar mal, porque isso aí não é uma coisa que vai sumir na nuvem não. As empresas, todas elas, vão ser chamadas aqui. As principais redes sociais vão ser chamadas aqui. As operadoras de telefonia, que já denunciaram outras empresas que dispararam em massa, vão ser chamadas, já estão convocadas para cá, ou seja, eu imagino que a gente vai começar... A gente já está elaborando o quebra-cabeça, esse quebra-cabeça que é você ter um centro de pensamento.

Não vou dizer que é um centro físico não. Ilude-se quem acha que partiu de um canto só. Ninguém é bobo de fazer isso. Isso aí, na verdade, faz parte de um comando geral, quem é o da vez, quem é que vai ser defenestrado, ser humano, homem, mulher, basta não estar dentro da cartilha do Presidente e dos seus filhos.

Isso tudo é muito grave, e eu fico muito triste de o senhor não poder ajudar com nenhuma informação, porque é um mundo que a gente precisa reverter imediatamente e que está ceifando vidas, está tirando esperança de muitos jovens. Ninguém sabe como vai ser daqui para a frente.

Eu lamento as informações não contribuírem de forma objetiva para o que a gente está perseguindo, mas eu quero que o senhor pense sobre aquilo com que o senhor pode no futuro contribuir, porque eu acho que, como cidadão brasileiro, o senhor, como nós, quer um Brasil melhor economicamente, mas também com valores humanitários. Aqui está cheio de

gente dizendo que é conservadora: "Ah, eu sou conservador. Ah, o Brasil é conservador. Ah, não sei o quê". Eu tenho dito: esse conservadorismo não faz parte do povo brasileiro, o povo brasileiro não tem conservadorismo hipócrita, esse conservadorismo vagabundo, esse conservadorismo que não diz nada a ninguém, que só fala em ódio. Para mim, isso não é conservadorismo, isso é maldade. Isso tem outro nome, isso é ignorância, só não é conservadorismo, porque eu nunca vi... Até comentei outro dia aqui: "Nunca vi conservadores aqui tão para frente como muitos que estão aqui". A gente só encontra histórias pitorescas aqui sobre os conservadores deste Congresso, é impressionante! Parece, assim, que se abriu a gaiola. É muito impressionante, e eu não estou falando de animais não, porque eu respeito profundamente os bichos, os animais. A gaiola que aberta foi de outra ordem, foram as trevas que emergiram para a esfera pública, e a gente não está sabendo nem lidar, nem entender direito como chegaram.

E outra coisa: chegaram de uma forma tão intempestiva que vão embora de forma intempestiva, porque os diálogos aqui, as relações, os xingamentos mútuos de pessoas do mesmo partido que chegaram aqui são uma destruição completa de tudo em que se possa acreditar, e não é esse...

Eu tenho um filho também, eu tenho um filho de 19 anos. Não é esse o Brasil que eu quero para os meus filhos, para os meus netos, não é esse o Brasil que eu quero para os brasileiros e para as brasileiras. Eu quero um Brasil num outro patamar e, certamente, não é esse Presidente da República, com esse tipo de comportamento, com essa coisa rasa de pensamento e de sentimento, que vai fazer com que o Brasil seja um país melhor.

Então, eu gostaria de deixar as minhas considerações aqui e dizer que, se o senhor tiver alguma coisa depois a acrescentar... O senhor reflita, porque o senhor pode ajudar a gente a destruir uma milícia digital – já foi provado que é uma milícia digital – da qual o senhor no futuro pode até ser vítima se o senhor, por acaso, discordar da linha política de pensamento do Presidente da República e dos seus filhos.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PAULO MARINHO – Deputada, eu... Presidente, o senhor me permite responder a Deputada?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Pois não.

O SR. PAULO MARINHO – No futuro eu vir a ser vítima? Não, eu já sou vítima, eu já fui vítima. Aliás, aqui, neste Plenário hoje, está a maior vítima dessas patrulhas digitais, está aqui o ex-Ministro Gustavo Bebianno, que, durante a campanha eleitoral... Por duas vezes, o Capitão Bolsonaro chegou para mim, de mano, pessoalmente, apontou para o Gustavo Bebianno e disse para mim: "Eu só cheguei até aqui por causa dessa pessoa ali". Eu nunca conheci, em toda a minha vida, ninguém tão desambicioso quanto Gustavo Bebianno: nunca pediu para ser ministro, não queria nada. Ele ajudou porque acreditava naquele projeto. Ele foi atirado pela nuca; sofreu barbaridades, sofre até hoje, sem merecer absolutamente nenhuma das críticas, nenhuma das ofensas.

Então, com tudo o que a senhora está falando, Deputada, eu concordo, mas, infelizmente, eu não poderia dar nenhum depoimento aqui que não fosse a verdade. Eu não conheço os fatos que suscitaram a criação desta CPI, eu não participei dessa coisa.

Então, a minha preocupação... Eu tenho quatro filhos, um neto por vir. Então, eu tenho a mesma preocupação da senhora, de V. Exa., em relação ao futuro do Brasil. E, como lhe disse há pouco, já fui vítima e continuo sendo vítima. A única coisa, diferença em relação a mim: como eu não faço parte do mundo digital – felizmente eu sou analógico –, eu não fico na internet nem tenho tempo de ficar olhando pessoas que eu não conheço falando mal de mim. Eu não tenho essa curiosidade. Então, eu sofro menos por isso.

A SRA. LUIZIANNE LINS (PT - CE) – Mas o senhor sabe da possibilidade de serem, inclusive, robôs?

O SR. PAULO MARINHO – Eu acho que isso... Já me falaram que isso existe, até isso existe. Eu não sei se eu sou atacado por robôs ou se tem ali uma pessoa que não gosta de mim, que não me conhece e que me ofende, mas, enfim, o fato é o seguinte: isso é um mal que precisa ser energeticamente tratado para nós acabarmos com isso, darmos um limite nessa coisa. Isso causa mal a adolescentes, a pessoas de bem. Enfim, eu concordo com muitas das coisas que a senhora acabou de falar aí, no seu discurso.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Presidente, como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra ao último orador inscrito, na condição de Líder do PSOL, Deputado Ivan Valente, do Rio de Janeiro.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – De São Paulo!

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – São Paulo?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – São Paulo, há muito tempo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Presidente, eu também quero depois usar o tempo de Líder.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu já morei no Rio de Janeiro.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Foi?

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Mas foi na clandestinidade, enfrentando a ditadura.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu imaginava que V. Exa., por ser carioca...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – ... ia interpelar menos aqui o nosso convidado.

Com a palavra o Deputado Ivan.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Obrigado, Presidente.

Sr. Presidente. Sra. Relatora Deputada Lídice, Sr. Paulo Marinho, eu tenho pouco tempo e, formalmente, nem posso lhe fazer perguntas porque eu não sou membro, mas eu queria fazer um comentário, dois ou três comentários, e depois fazer um pedido ao Presidente.

Em primeiro lugar, acho que V. Exa. foi muito sucinto, pelo que eu ouvi aqui: classificou o Carlos Bolsonaro como doido. Não é fácil porque isso aí é uma... É falar que a pessoa está fora da casinha, está fora, uma pessoa que tem uma influência tão grande dentro do Governo e sobre o Presidente. Então, V. Exa. poderia depois comentar se o Presidente, que ouve tanto um doido, também é doido. É uma pergunta que cabe.

O senhor falou muito em filho talentoso, e os dois filhos mais ativos – há um Senador de quem o senhor é suplente também – são pessoas muito ativas na produção de *fake news*, eles é que são os principais responsáveis pela montagem das mentiras em série e comandam um espetáculo de que eu vou falar daqui a pouco, que está dentro dos gabinetes, dentro do Gabinete da Presidência da República. Eles comandam uma tropa, inclusive, de mentiras. Então, o senhor poderia também comentar se o Eduardo Bolsonaro, aquele que era para ser Embaixador, mas não foi, também é talentoso. E talentoso para quê? O senhor conheceu ele, certamente.

Em terceiro lugar, eu queria perguntar ao senhor o seguinte. Ao empresário, ao empresário quer fez parte do núcleo duro dos empresários que apoiaram o Presidente, eu queria colocar o seguinte. O senhor – certamente estava presente, porque foi na sua casa a festa da vitória – acha que as *fake news* do movimento que levou o Bolsonaro ao poder e agora continuam atacando, mentindo, provocando ódio e intolerância na sociedade, inclusive sobre os membros que foram do Governo, amigos do Governo, etc, não se produziram antes, durante a campanha? Será que foi só depois da campanha?

V. Sa. poderia me informar quais são os empresários que também frequentavam a sua casa? O o senhor tem conhecimento de empresários que impulsionaram as redes sociais ilegalmente? E o senhor conhece o Sr. Luciano Hang pessoalmente... Então, se V. Exa. pudesse tocar nessas questões, agradeceria bastante. Que outros empresários participaram? O Sr. Luciano Hang é seu conhecido? Há impulsionadores?

O Sr. Tercio Arnaud Tomaz: o senhor o conhece, não é? Já me colocaram aqui, no balanço, que o senhor o conhece. E parece que o senhor não conhece o Sr. Filipe Martins, José Matheus Sales e outro Mateus. Mas o Sr. Tercio Arnaud, segundo requerimento de informações que nós mandamos à Presidência, responde como assessor especial da Presidência da República. Esse trio aqui, ou quarteto, parada dura, é acusado, inclusive pela Deputada Joice...

(*Soa a campanha.*)

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – ... e pelo Deputado Alexandre Frota, que vieram pessoalmente aqui dizer que ali está a central de *fake news*...

Eu quero finalizar, Presidente, colocando o seguinte. Eu conversei com a Deputada Lídice da Mata, eu dei entrada naquele dia mesmo em que recebi esse requerimento de informações vindo do gabinete da Presidência... Eles me forneceram que o Sr. Filipe Garcia Martins está de posse do computador registrado no seguinte patrimônio: 197.680 – eles responderam isso –; o Sr. José Matheus Sales Gomes, 197.588; e o Sr. Tercio Arnaud Tomaz: o número do patrimônio da posse que ele tem, do computador, é 197.656. Eles também usam um celular, que é adaptado ou adequado a emitir notícias etc.

O que eu pediria é o seguinte. Eu entrei com um requerimento para busca e apreensão desses aparelhos, baseado no depoimento da Deputada Joice Hasselmann aqui nesta Casa, que tem informação segura de que eles estão apagando as

informações, Presidente. Eles estão apagando as informações. Só que nos informam que é possível resgatar todas as informações pelos meios tecnológicos, de tecnologia de informação, existentes.

Então, eu pediria que V. Exa., também a pedido da Relatora e dos demais Deputados que quiserem assinar, colocasse em votação na próxima reunião da CPI esse requerimento de busca e apreensão, dentro do Palácio do Planalto, desses patrimônios aqui e dos celulares também que são de uso dessas pessoas que trabalham no chamado gabinete do ódio, dentro da sala ao lado da do Presidente da República do Brasil. Então, eu pediria que V. Exa. pudesse botar em votação na próxima reunião.

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Ivan, infelizmente tenho que comunicar a V. Exa. que, como o senhor não é membro da CPMI, não pode fazer requerimento. V. Exa. poderia utilizar-se de outro colega para fazer esse pedido.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu peço à Relatora e aos Deputados que quiserem assinar, que estão aqui presentes, a Deputada Luizianne, o Deputado Rui Falcão...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – O.k.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – Eu assino simbolicamente como Líder do PSOL.

O SR. PRESIDENTE (Arolde de Oliveira. PSD - RJ) – Se derem entrada aqui...

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – E o Deputado David Miranda, que é desta Comissão, também, porque ele não estava presente, estava com um problema de saúde quando eu entrei com o requerimento. Então...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Então, pelo tempo de Líder aqui, o Deputado Rui Falcão, do Estado de São Paulo.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP. Pela Liderança.) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Informando que é o último orador inscrito, porque acho que começou a Ordem do Dia.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – ... primeiro, na linha dos requerimentos, acho que era bom o senhor saber, a título de informação: a Deputada Joice disse que o Carlos Bolsonaro tentou montar uma Abin paralela para investigar e grampear pessoas; deu a entender também que ele despacha no Palácio, o que é crime de usurpação de função, porque ele não é funcionário público, tampouco da Presidência. Ela acha que, talvez, o Presidente não saiba desses fatos.

Então, nós pedimos que todo o relato dela seja comunicado ao Presidente da República para que ele se manifeste. Pedimos também ao Gen. Heleno, que é o chefe do GSI, que informe se ele tem conhecimento dessa tentativa de uma Abin paralela e se é verdade que o presidente da Abin teria sido indicado pelo Carlos Bolsonaro também – foi outra afirmação dela. Esse gabinete do ódio a que o Deputado Ivan Valente faz menção também teve sua existência confirmada pela Deputada Joice Hasselmann e várias reportagens na mídia falam desse chamado gabinete do ódio também.

Para concluir, Sr. Presidente, duas coisas.

Uma é uma pergunta à Presidência. Nós pedimos ao Supremo Tribunal Federal acesso ao inquérito que corre lá sob a Presidência do Ministro Alexandre de Moraes. Parece que a resposta é que eles não podem dar acesso a esse inquérito porque há diligências em andamento que são sigilosas. Então, eu pediria que a gente reiterasse aquele pedido – para concluir – das diligências, para que a gente pudesse ter acesso, porque elas são fundamentais para os trabalhos desta CPMI.

Por fim, eu noto aqui a ausência hoje do Deputado Marcos Feliciano. É uma presença constante aqui e, inclusive, tem por hábito se inscrever no final para me provocar. Não é do meu estilo, o senhor sabe disso, sou uma pessoa muito ponderada, mas eu não admito ser chamado de ladrão. Então eu disse a ele que ladrão é ele, que ele é um desqualificado, e não adianta vir me pedir desculpas no privado depois. Eu esperava que ele estivesse aqui hoje, mas, pelo que eu vi na mídia, parece que ele está encontrando algumas dificuldades. Não pude confirmar, então falo aqui com ressalvas que li nos jornais que ele teria sido expulso do Podemos, o partido a que ele era filiado, sob acusação de ter feito um tratamento dentário de R\$157 mil.

É direito dos Parlamentares receberem de volta tratamento médico ou dentário, mas eu indaguei para o meu dentista o que seria um tratamento de R\$157 mil. Os senhores riem, mas é dinheiro público isso aí. Ele falou: "Olha, nem que tivesse importado todos os dentes da Alemanha", que é considerada o *top* dos implantes, "e feito com o Fábio Bibancos, esses dentistas aí que nem são chamados de dentistas, não chegaria a esse valor". Essa é uma acusação que precisa ser

comprovada, mas é uma acusação de lavagem de dinheiro, e há uma que eu reputo da pior espécie, que é assédio sexual, mais de um assédio sexual. Isso o teria levado a ser expulso do Podemos. Como ele não está aqui, só menciono como notícia da imprensa, mas que ele venha aqui à CPI para novamente chamar os Deputados do PT de ladrões, sem provas, para que a gente possa questionar se essas notícias são verazes ou não.

(*Soa a campanha.*)

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Deputado Rui, usando o mesmo *modus operandi* de outra reunião, gostaria que V. Exa. fizesse essas críticas com a presença do Deputado, porque na ausência não fica bem a pessoa acusar um colega.

O SR. RUI FALCÃO (PT - SP) – Eu vou repetir: é que ele falou de mim na minha ausência.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP) – O empresário Marinho vai se pronunciar?

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Vai.

Então, encerrando os trabalhos dos nossos Parlamentares que fizeram perguntas, passo a palavra, para suas considerações finais, ao nosso convidado – e depois à nossa Relatora –, o Sr. Paulo Marinho.

(*Interrupção do som.*)

O SR. PAULO MARINHO (Para expor.) – ... à Deputada pela convocação, porque essa convocação me propiciou a oportunidade de esclarecer algumas coisas que eram importantes para mim e que pairavam ainda como dúvidas. Então, enfim, quero agradecer à Deputada Lídice pela forma cordial com que me recebeu aqui, ao Presidente Senador Angelo também, enfim, agradecer a todos os que estiveram presentes aqui hoje.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Concedo a palavra, para suas considerações, à nossa Relatora, Deputada Lídice da Mata.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, vou direto ao assunto para não tomar mais o nosso tempo, já que começou a sessão.

Eu geralmente sistematizo algumas das coisas que a gente discute nas reuniões. Hoje, a primeira delas, para a qual eu quero chamar a atenção, é a tentativa permanente de um grupo de Deputados – que eu não posso caracterizar de que partido são, porque já não são do PSL, são da base do Governo do Presidente – de tentar desqualificar esta CPMI de duas formas. Uma é insistindo na criação de um *slogan* de que se trata de uma CPI para censurar as redes sociais – esse foi o primeiro movimento. Estou evitando a palavra "narrativa", que se tornou uma moda sociológica na política brasileira desse momento, tão repetida aqui pela Deputada desse grupamento.

Nesta reunião de hoje, eu quero registrar algumas coisas. Quando a gente pergunta nem sempre está numa pergunta direta sobre *fake news*, mas num contexto político que leva à caracterização da existência do fato e do objeto da nossa investigação, que é também o financiamento, a distribuição, e as perguntas por mim conduzidas vieram nessa direção. Essas pessoas estão insistindo em dois tipos de estratégias.

Uma, volto a dizer, é tentar dizer que a CPMI não visa à investigação de *fake news*. Tanto visa que esses Deputados, desde o início, têm se colocado de forma permanente contra a existência desta CPMI, certamente porque não querem que nós possamos descobrir, ou dar o caminho, de como isso acontece no Brasil. Talvez uma parte dessas pessoas, ou gente muito próxima a elas, possa estar envolvida nisso.

A segunda é a tentativa de criar um clima, Deputado Rui, de agressão entre os Deputados que estão nesta Comissão, com acusações bombásticas e xingamentos que tiram a audiência das pessoas sobre esta Comissão. É um comportamento realmente de gangue, de milícia, como aqui já foi registrado por outras pessoas. Eu não tenho esse comportamento, não é da minha formação. Eu já sou um pouco mais antiga na política, mais experiente, e não me fiz na política xingando ninguém – tenho mais de 30 anos de vida pública –, xingando, atacando, acabando com reputações. Não é isso.

Agora fui surpreendida por uma foto e um questionamento por eu ter participado de uma reunião na semana passada, da qual participaram diversos Parlamentares, jornalistas, influenciadores de mídias e *youtubers*, que tem o nome de Redes Cordiais e que busca exatamente debater o ambiente nefasto das redes sociais, que tanto tem trazido prejuízos à democracia em nosso País e à vida na sociedade. E, mesmo tendo sido divulgados os principais influenciadores que estavam colocados, não me neguei a ir, principalmente porque também não costumo deixar de ir a um lugar porque vou encontrar alguém de quem eu não goste. E quero dizer que foi uma experiência muito positiva.

Esse senhor a que a moça se referiu, e que eu nunca tinha visto antes, apresentou-se publicamente lá, o Luciano Ayan, e se disse arrependido de ter participado de ações na rede consideradas agressivas às pessoas e se autodeclarou, como hoje, uma pessoa que se afasta do movimento de extrema-direita para virar uma pessoa do centro.

Pouco me importa qual é o posição ideológica dele. Não tenho nenhuma relação com isso. Tenho relação, sim, com a obrigação que sinto, também como parte desta CPMI, de criar um novo ambiente na política brasileira e nas redes sociais, que são parte hoje dessa política, de civilidade, de respeito e de cordialidade entre as pessoas que vivem e devem viver aqui representadas, tendo o voto do povo brasileiro, para, em respeito a esse povo, defender da melhor maneira possível as suas convicções.

Nesta sessão de hoje, por exemplo, eu creio que duas coisas foram registradas e são importantes.

Primeiro: a afirmação aqui – e não tem nada de mais – de que o Sr. Queiroz esteve nesta Casa mais de uma vez e que ele era um acompanhante permanente do Senador Flávio Bolsonaro. É uma questão paralela à discussão da CPMI, mas que se transformou num episódio de investigação na política brasileira, que é importante e foi aqui reafirmada hoje.

A outra questão que foi esclarecida devidamente foi qual a relação da casa do Sr. Paulo Marinho com a campanha. Ele próprio diz que fez questão de fazer um contrato – na minha opinião, um contrato muito generoso, porque eu fui candidata a Governadora em 2014 e me lembro dos preços de uma casa onde se organizava a comunicação de toda a área; inclusive, em geral, as pessoas almoçavam na própria casa. Eu gostaria de ter tido um preço tão simplório, tão pequeno...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – No Rio é mais barato, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... em relação a uma candidatura. Mas entendi como um gesto de V. Sa. de contribuição à campanha, fazendo colaboração à campanha. É claro que não era um mercado.

O SR. PAULO MARINHO – É claro, mas só um esclarecimento: esse aluguel não foi pela casa, o aluguel foi por dois cômodos da casa.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – Sim, entendi, entendi, mas ainda assim... Geralmente o espaço às vezes é até uma garagem de uma casa que se aluga para se colocar toda essa parafernália que caracteriza a comunicação. Mas entendi que o senhor fez por um preço módico em função de ser um apoiador e que está na prestação de contas do Presidente, ou na prestação de contas do partido. Já foi confirmado isso.

Eu também queria dar o meu apoio ao requerimento apresentado pelo Deputado Ivan Valente. Embora ele não seja sobre o número dos IPs, seja sobre o número dos aparelhos, e nem sempre as *fake news* são fabricadas em aparelhos institucionais, ainda assim acho que é uma boa medida que nós podemos tomar em relação a isso.

Finalmente, Presidente, quero dizer que, para o bom funcionamento desta Comissão, a minha expectativa... Nós temos amanhã a última reunião. E creio que nós avançamos muito aqui ouvindo especialistas, ouvindo pessoas da área jurídica, pessoas da área de tecnologia da informação, e agora começamos a ouvir pessoas na área da política. Isso tem incomodado muita gente, porque, apesar de toda a roupa suja lavada aqui no final daquela reunião, o depoimento da Deputada Joice Hasselmann contribuiu, sem dúvida nenhuma, para o trabalho de investigação desta CPMI. Mas quero dizer que nós já aprovamos, com expectativa para logo no início de fevereiro, o convite para podermos ouvir aqui o Dr. Drauzio Varella.

Aliás, a Rede Globo está anunciando que amanhã fará uma grande matéria sobre as notícias falsas, a desinformação, como atinge a área da saúde. É extremamente importante para acender na cidadania, na sociedade brasileira, digamos assim, a luz vermelha, a atenção sobre a necessidade de combater esse tipo de prática.

Além disso, eu queria também dizer, Sr. Presidente, que, naquela naquela reunião da semana passada, a Deputada Joice apresentou um vídeo no qual saem três pessoas, três homens armados, apresentando armas, com uma simulação de um sequestro do Ministro Gilmar Mendes, que era um boneco, e logo após, um atentado à sua vida. Obviamente isso não é uma caracterização de *fake news*, isso é uma caracterização de um vídeo que busca ameaçar, criar temor nas pessoas ou especialmente naquela autoridade. Eu quero dizer a V. Exa. que acho que nós devemos ter a iniciativa de apresentar esse vídeo, que foi entregue à CPMI, ao relator do processo que investiga esse tipo de ataque no Supremo Tribunal, o Ministro...

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Moraes.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) – ... Ministro Alexandre de Moraes, e também ao Ministro Gilmar Mendes, porque acho que este vídeo é, sim, merecedor de uma investigação. Quem são essas pessoas? Por que elas estão armadas? Onde obtiveram aquelas armas? Por que fazem um vídeo ameaçando a vida de um membro do Supremo Tribunal no Brasil?

Na minha opinião, nós não podemos, volto a dizer, normalizar essas ações que parecem ser brincadeiras, mas não são brincadeiras nem de mau gosto: elas visam efetivamente criar um clima de caos, um clima de país sem lei, um clima em

que se pode tudo, principalmente na agressão, na atemorização, na ameaça a qualquer pessoa, a qualquer autoridade, a qualquer pessoa destituída de autoridade formal, mas também a qualquer pessoa que tenha mandato ou que tenha uma autoridade efetiva, como os membros do Supremo Tribunal Federal. Portanto, eu creio que esta CPI está cumprindo a sua função.

Também quero registrar que, há quatro reuniões, há sempre um Deputado escalado para tentar desacreditar a relatoria desta CPMI. Não se preocupem que eu não tenho o menor abalo com esse tipo de manifestação. Portanto, prosseguimos na luta.

O SR. PRESIDENTE (Angelo Coronel. PSD - BA) – Eu agradeço a presença do nosso convidado Paulo Marinho. Foi um depoimento de grande valia. Teve coragem de fazer o seu juramento, porque não havia nem essa necessidade. Mas ele teve essa delicadeza, mostrou coragem.

Agradeço a seu advogado Marlan Marinho, aqui presente, que praticamente não precisou atuar hoje em nada importante; agradeço a seus filhos André e Daniel; ao Cristiano; ao ex-Ministro Gustavo Bebianno, presente; à imprensa também, que se fez presente; aos assessores.

Nada mais havendo a tratar, agradeço a presença de todos convidando-os para a próxima reunião, a se realizar amanhã, às 13 horas, para ouvirmos os seguintes convidados: Leonel Azevedo de Aguiar, Diretor do Departamento de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC); Requerimento 22 convocando o Sr. Diogo Rais Rodrigues Moreira, Doutor em Direito Constitucional da PUC São Paulo; Requerimento 46 convidando Rafael de Almeida Evangelista, representante da Labjor, da Universidade de Campinas, Unicamp. Os requerimentos são de autoria da Deputada Lídice da Mata.

Declaro encerrada a presente reunião.

Vamos com Deus, e que ele nos conceda discernimento e sabedoria para protegermos as famílias brasileiras deste monstro chamado *fake news*.

Boa tarde a todos.

(Iniciada às 14 horas e 30 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 22 minutos.)



COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento, nº 11, de 2019 – Congresso Nacional)

PLANO DE TRABALHO CPMI DA FAKE NEWS

Presidente: Senador Angelo Coronel (PSD/BA)

Relator: Deputada Lídice da Mata (PSB/BA)

Setembro de 2019

Plano de Trabalho da CPMI criada pelo Requerimento nº 11, de 2019 - CN

Por meio do Requerimento nº 11, de 2019, o Congresso Nacional criou a presente Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) para, no prazo de 180 dias, investigar “os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”.

Composta de 32 titulares, sendo 16 deputados federais e 16 senadores, e igual número de suplentes, esta CPMI foi instalada no dia 04 de setembro de 2019, ocasião em que foi eleito Presidente o Senador Angelo Coronel (PSD/BA). O presidente designou como relatora a Deputada Lídice da Mata (PSB/BA), autora deste Plano de Trabalho.

1. INTRODUÇÃO

Numa Democracia estabelecida, constitui missão e pressuposto insofismável da Teoria Geral do Estado o acompanhamento, a fiscalização e a vigilância por parte do Poder Legislativo das atividades executadas e decisões implementadas pelo Poder Executivo, enquanto ordenador da consecução e materialização das políticas públicas.

Sob esta égide é inquestionável, igualmente, que qualquer manifestação nesta direção executiva de Estado seja pautada pelo interesse público e desprovida de qualquer sinal de desmando, negligência, desonestidade e desídia.

Na esfera Legislativa, dois aparatos são essenciais ao acompanhamento fiscalizatório: as Comissões Parlamentares de Inquérito - CPIs, em caráter decisório e operacional *interna corporis* congressional, secundado por normas do Código de Processo Penal, e os Tribunais de Contas, como órgãos auxiliares nacionais ou regionais.

Num e noutro procedimento, complementares e colaborativos, a apuração de denúncias que envolvam o Estado na administração da *Res Publica* e no julgamento do processo executório das despesas orçamentárias e financeiras não se confunde com o princípio da independência e harmonia entre os poderes, num sistema de *check and balances*, freios e contrapesos essenciais para a defesa da liberdade individual (Platão, Aristoteles, Montesquieu, Revolução Gloriosa Inglesa, Locke e Federalistas e Declaração dos Direitos de 1789), que evitem a preponderância de uma esfera sobre

outra, e, em instância primaz do Poder constituído sobre a povo enquanto Nação estabelecida.

Montesquieu orienta que, para impedir que o homem, que conta com o poder, abuse desse poder, é mister erigir limites a esse poder, porque ele haverá de ir 'até onde encontrar limites'. Como, então, pôr limites ao poder, que, sendo poder, é força? **A solução é suscitar outro poder que, opondo-se àquele, o detenha.** 'Para que não se possa abusar do poder, afirma o antigo Presidente do Parlamento de Bordéus, **é preciso que, por disposição das coisas, o poder detenha o poder**'¹. (grifo nosso)

Duguit², publicista francês afirma, na leitura das *Commissions d'enquête parlementaire*, que uma CPI pode realizar todos os atos que levem ao esclarecimento do modo como funcionam os serviços públicos.

No Brasil, inquéritos parlamentares aparecem pela primeira vez expressos apenas na Constituição de 1934 (art. 36) e restritos à Câmara, embora já existentes desde o Império, mas sem atingir agentes ou atos do Executivo. Desaparece na "polaca" do ano de 1937 e ressurgue, para as duas casas do Legislativo, na Constituição de 1946³, frente à criação dos partidos políticos.

A Constituição de 1988 manteve as mesmas linhas da Carta de 1946, quais sejam:

- a) Apuração de fato determinado;
- b) Funcionamento por prazo certo;
- c) Poderes de investigação análogos ao de juiz;
- d) Constituídas a requerimento de um terço dos membros da Casa; e
- e) Deverão explicitar suas conclusões, num documento final⁴.

Senão, vejamos, *verbis* (art. 58, § 3º, CF):

"Art. 58

.....

§ 3º As comissões parlamentares de inquérito, que terão **poderes de investigação próprios das autoridades judiciais**, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela

¹ MONTESQUIEU, *O espírito das leis*, op. cit., Liv XI, Cap. VI *apud* FERREIRA FILHO, MG, *Do processo Legislativo*. Saraiva, 2002, p. 109.

² DUGUIT, Léon. *Traité de Droit Constitutionnel*, vol. IV, *Le Organisation politique de la France*, E. de Boccard, Successeur, 1924, pp. 390 e 391.

³ Art. 53. A Câmara dos Deputados e o senado Federal criarão Comissões de Inquérito sobre fatos determinados sempre que o requerer um terço de seus membros.

⁴ FERREIRA FILHO, MG. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2005, pp. 160 e 161.

Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de **um terço de seus membros**, para a apuração de **fato determinado** e por **prazo certo**, sendo suas **conclusões**, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.” (grifo nosso)

Neste contexto, nos termos do referidos no art. 58, § 3º, da Constituição Federal, apoiado pelo art. 21 do Regimento Comum do Congresso Nacional (Resolução nº 1, de 1970-CN e alterações), foi constituída, por proposição do Exmo. Sr. Deputado Alexandre Leite e outros, Comissão Mista Parlamentar de Inquérito - CPMI cujo fato determinado tem como fulcro e objeto “investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”.

Para direção e materialização dos feitos desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, designada adiante simplesmente de CPMI de *Fake News*, foram eleitos o Exmo. Sr. Senador Ângelo Coronel para presidi-la e a mim, Deputada Lídice da Mata, na condição de Relatora, para prover a discussão e apresentar as conclusões decorrente dos debates, na forma do referido artigo, atribuição constitucional delegada à qual apresento o Plano de Trabalho em comento.

1. Do fato determinado (objeto da CPMI):

O Requerimento nº 11, de 2019, que propôs a instalação da CPMI, deixou espelhado e delimitado, concretamente, o fato determinado exigido pelo dispositivo constitucional, qual seja: “investigar ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de *cyberbullying* sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio”.

Sobre este assunto, conquanto indagado sobre o escopo do Requerimento e sua magnitude material, diversa ou ampla, é cristalina a leitura do Supremo Tribunal

Federal, na forma do relatório apresentado ao Mandado de Segurança (MS 36.560/DF), impetrado contra decisão do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, Senador Davi Alcolumbre, que deferiu, em favor do rigor da Lei, a instalação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito denominada CPMI de *Fake News*.

Alega o autor do MS, deputado Filipe Barros, que o conteúdo do Requerimento parlamentar não apresenta um núcleo objetivo de investigação em torno do qual fatos e comportamentos possam a ele ser vinculados, mesmo que múltiplos e inicialmente indeterminados, padecendo, pois, de vícios jurídicos insanáveis.

Em resposta ao MS 36.560/DF, o Ministro-Relator, Ricardo Lewandowski, afirma que “a interpretação literal do art. 58, § 3º, da Carta Política **não corrobora a tese da limitação da investigação a um único fato determinado, nem tampouco a objetos distintos**, individualizados e delimitados temporalmente, que compartilhem correlação mínima no âmbito da investigação parlamentar”.

Aduz que “o pressuposto fundamental do ‘fato determinado’ não se reduz apenas a uma única ação ou atividade, antes, pelo contrário, deflui daí possibilidades fáticas múltiplas, desde que, repise-se, revestidas de especificidades na delimitação do objeto.”

Reputa, analisando o mérito aventado pelo MS, que “a decisão proferida pelo Presidente do Congresso Nacional atende rigorosamente a todas exigências da Carta Constitucional, especialmente os fatos determinados e individualizados na investigação, *in verbis*:

‘[...] investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar o resultado das eleições de 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e de suicídio. ’”

Concluiu, pois, pelo deferimento da constituição da Comissão investigante, conquanto fato determinado apresentado no Requerimento de instalação: **“suficientemente fundamentado e com substrato em fatos determinados e individualizados, atendendo, por corolário lógico, as exigências do texto constitucional.”** (grifo nosso)

Ainda segundo a decisão do Ministro Lewandowski, os princípios constitucionais inscritos para abertura do Inquérito 4.781-DF (Portaria GP nº 69/2019), destinado a investigar, na ambiência dos membros da Suprema Corte, crimes idênticos aos relacionados, *lato senso*, no Requerimento do Congresso Nacional para instalação da CPMI ora tratada. Senão, vejamos:

- a) notícias fraudulentas (*fake news*);
- b) falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de *animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi*;
- c) vazamento de informações e documentos sigilosos; e
- d) verificação da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a perigo de lesão a ao Poder legitimado e ao Estado de Direito.

Sobre o INQ 4.781/DF sublinha o relator, Ministro Alexandre de Moraes, palavras do Ministro Celso de Mello sobre o crime central enfrentado pela CPMI e pelo INQ, prática atualmente contumaz e não combatida, que desfigura a dignidade da pessoa humana, ceifa sua privacidade e destrói a honra de cidadãos e autoridades em apenas alguns segundos: “Ninguém tem o direito de atassalhar a honra alheia, nem de proferir doestos ou de vilipendiar o patrimônio moral de quem quer que seja!”

Sobre este a Associação Nacional dos Procurados da República - ANPR impetrou o Mandado de Segurança Coletivo nº 36.422/DF, com pedido de liminar, e o Habeas Corpus nº 170.285/DF, ambos contra o INQ, alegando, no caso do item em relato, a ausência de delimitação e objeto amplo.

A Advocacia-Geral da União - AGU, como representante judicial e extrajudicial da União (Poderes Executivo, Legislativo e Judiciários Federais), ao responder à solicitação de oitiva do Relator destes pedidos, Ministro Edson Fachin, quando tratou da amplitude do fato determinado, corroborou, numa leitura sem hipótese constitucional outra, com o prolatado pelo Relator quando do questionamento em relação à instalação da CPMI, Ricardo Lewandowski: “Cumpre ainda destacar que **a amplitude dos fatos investigados não significa que sejam indeterminados.**” (grifo nosso)

Neste contexto, vencida a questão da instalação da Comissão, no que toca à explicitação e amplitude do fato apresentado, inquestionavelmente referendado pelo Supremo, convém à CPMI encontrar caminhos investigatórios exigíveis pela sociedade visando a protegê-la, individualmente, assim como o Estado de Direito, atacado e deslegitimado, cada dia mais fácil e sorrateiramente, por mídias digitais travestidas (*cybercrime, cyberbulling, etc.*) e escamoteadas em sobras tragicamente danosas à alma e natureza humana.

2. DO OBJETO DA CPMI

Nos termos do art. 58, § 3º, da Constituição Federal, “as comissões parlamentares de inquérito, que terão poderes de investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos nos regimentos das respectivas Casas, serão criadas pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, em conjunto ou separadamente, mediante requerimento de um terço de seus membros, para a apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao Ministério Público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores”.

Por sua vez, a Lei nº 1.579, de 1952, é o diploma legal infraconstitucional que trata das comissões parlamentares de inquérito. Na forma desse dispositivo as CPIs poderão, “no exercício de suas atribuições, determinar as diligências que reputarem necessárias, e requerer a convocação de Ministros de Estado, tomar o depoimento de quaisquer autoridades federais, estaduais ou municipais, ouvir os indiciados, inquirir testemunhas sob compromisso, requisitar de repartições públicas e autárquicas informações e documentos, e transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença”.

Para realizar o mandamento constitucional e legal, e em sintonia com o Requerimento nº 11, de 2019, este plano de trabalho estrutura o objeto desta CPMI em três eixos, a saber:

Eixo 1: Fake News, democracia e Eleições;

Eixo 2: *Cyberbullying* e os ataques à dignidade humana;

Eixo 3: Proteção de Dados Pessoais.

3. ROTEIRO DE TRABALHO E ESTRATÉGIAS DE INVESTIGAÇÃO

O tema que motivou a instalação desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito é de extremo interesse público e complexidade. Devido à abrangência que o requerimento de criação desta CPMI adotou para tratar do assunto, apresentamos, inicialmente, uma proposta ampla de trabalho, para propor nas próximas sessões um detalhamento dos subtemas e respectivos cronogramas e medidas adotadas.

Desde a volta da população às ruas, por ocasião das manifestações de junho de 2013, quando o aumento das tarifas de ônibus fez irromper uma onda de protestos por todo o Brasil, podemos assistir à transformação das redes sociais em um

reconhecido espaço de expressão da democracia, uma vez terem estas assumido um protagonismo como instrumento de mobilização e de difusão de informações. No entanto, como reflexo do que acontecia nas ruas, as redes foram inundadas por velhas estratégias políticas de difamação e de manipulação de debates públicos, razão pela qual têm se tornado um verdadeiro campo de batalha.

Campanhas de ódio, assédios, exposição da intimidade alheia e até tentativa de homicídio usando a Internet como meio de aproximação são riscos enfrentados com frequência cada vez maior pelos usuários. A Internet e as redes sociais criaram um espaço infinito para a livre circulação de ideias e opiniões, fato que culminou na instalação de verdadeiros tribunais instantâneos que elevam ou enterram as reputações tanto de agentes públicos quanto de cidadãos comuns, sem a menor piedade e responsabilização.

3.1. Eixo 1: Fake News, democracia e Eleições

Fato amplamente divulgado recentemente pela imprensa brasileira dá conta de um inquérito aberto no âmbito do Supremo Tribunal Federal (STF), determinado pelo Presidente, Ministro Dias Toffoli, no sentido de investigar notícias falsas, compartilhadas via redes sociais, que atacam a Corte e os seus respectivos membros.

De acordo com o despacho do Ministro, além de divulgação de *fake news* contra os magistrados do STF, o inquérito apurará vazamentos que tem o Supremo como alvo. *"O objeto deste inquérito é a investigação de notícias fraudulentas (fake news), falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e demais infrações revestidas de animus caluniandi, diffamandi ou injuriandi, que atingem a honorabilidade e a segurança do Supremo Tribunal Federal, de seus membros; bem como de seus familiares, quando houver relação com a dignidade dos Ministros, inclusive o vazamento de informações e documentos sigilosos, com o intuito de atribuir e/ou insinuar a prática de atos ilícitos por membros da Suprema Corte"*, informa um trecho do documento.

O portal G1, em 19 de março, veiculou fala do Ministro Alexandre de Moraes, relator do inquérito no STF, a respeito das investigações sobre os ataques cibernéticos:

"(...)

O ministro Alexandre de Moraes falou com jornalistas na chegada para a sessão da Primeira Turma. Ele se referia a críticas de procuradores ao

inquérito aberto pelo presidente do STF, Dias Toffoli.

"No Direito, a gente fala que é o Jus esperneandi', o direito de espernear. Pode espernear à vontade, pode criticar à vontade. Quem interpreta o regimento do Supremo é o Supremo. O presidente abriu, o regimento autoriza, o regimento foi recepcionado com força de lei e nós vamos prosseguir. Principalmente para a questão dessa rede de robôs, de WhatsApp, Twitter. Essa rede que alguém paga, alguém financia, por algum motivo. Aqui, na verdade, é a desestabilização de uma instituição republicana. O que vem se pretendendo é desestabilizar o Supremo Tribunal Federal, ou seja, o Poder Judiciário. Não existe democracia sem independência do Poder Judiciário. Isso vai ser investigado a fundo", afirmou o ministro Alexandre de Moraes. Alexandre de Moraes disse que o Supremo não pode tolerar ameaças e que elas devem ser apuradas para evitar atitudes extremas. "Não são essas acusações covardes por trás de um computador, de um WhatsApp, que acabam virando crime, mas são, isso é comprovado, tanto pela ciência médica quanto pela criminal, são essas acusações, esse volume, que acabam incentivando pessoas perturbadas a eventualmente falar: 'então é, é isso mesmo, ah, e aí é uma facada, é um tiro'", disse o ministro.

Ele disse também que as críticas contra o Supremo extrapolam a liberdade de expressão: "Não se pode permitir em um país democrático como Brasil, em que as instituições funcionam livremente há 30 anos, que, porque você não gosta de uma decisão, você prega o fechamento da instituição republicana, você prega a morte de

*ministros, morte de familiares. Isso extrapolou, como bem disse o ministro Celso de Mello, o nosso decano, isso extrapolo a liberdade de expressão. A liberdade de expressão não comporta quebra da normalidade democrática e discurso de ódio.
(...)."*

Analisando os grandes exemplos de *fake news* já noticiados, é possível perceber, em todas essas situações, um alto grau de compartilhamentos e de disseminação da desinformação por parte dos usuários, fatos que representam ameaça letal para as instituições republicanas.

O desenvolvimento desse ambiente fértil e hostil para a disseminação de opiniões viabilizou, ainda, a automatização de ferramentas de publicação, resultando no surgimento e na propagação de robôs - contas controladas por softwares que se fazem passar por seres humanos, os quais já dominam parte das redes sociais e participam ativamente das discussões em momentos políticos de grande repercussão.

Nas discussões políticas, os robôs têm sido usados por todo o espectro partidário não apenas para conquistar seguidores, mas também para conduzir ataques a opositores e forjar discussões artificiais. Manipulam debates, criam e disseminam notícias falsas - as chamadas *Fake News* -, e influenciam a opinião pública por meio da postagem e replicação de mensagens em larga escala.

A presença de perfis automatizados, ou robôs, representam um risco à lisura do debate público e do processo eleitoral. Em matéria publicada em dezembro de 2017 no sítio eletrônico da pela BBC Brasil, resta demonstrado que a estratégia de manipulação eleitoral e da opinião pública nas redes sociais. Segue trecho da matéria:

"(...) A reportagem identificou também um caso recente, ativo até novembro de 2017, de suposto uso da estratégia para beneficiar uma deputada federal do Rio.

A reportagem entrevistou quatro pessoas que dizem ser ex-funcionários da empresa, reuniu vasto material com o histórico da atividade online de mais de 100 supostos fakes e identificou 13 políticos que teriam se beneficiado da atividade.

Não há evidências de que os políticos soubessem que perfis falsos estavam sendo usados.

Com ajuda de especialistas, a BBC Brasil identificou como os perfis se interligavam e seus padrões típicos de comportamento. Seriam o que pesquisadores começam a identificar agora como ciborgues, uma evolução dos já conhecidos robôs ou bots, uma mistura entre pessoas reais e "máquinas" com rastros de atividade mais difíceis de serem detectados por computador devido ao comportamento mais parecido com o de humanos. Parte desses perfis já vinha sendo pesquisado pelo Laboratório de Estudos sobre Imagem e Cibercultura (Labic) da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenado pelo pesquisador Fábio Malini.

"Os ciborgues ou personas geram cortinas de fumaça, orientando discussões para determinados temas, atacando adversários políticos e criando rumores, com clima de 'já ganhou' ou 'já perdeu' afirma ele. Exploram o chamado "comportamento de manada".

"Ou vencíamos pelo volume, já que a nossa quantidade de posts era muito maior do que o público em geral conseguia contra argumentar, ou conseguíamos estimular pessoas reais, militâncias, a comprarem nossa briga. Criávamos uma noção de maioria", diz um dos ex-funcionários entrevistados. (...)"

Diversos grupos de interesse podem estar fazendo uso desse tipo de recurso de disseminação de informações. Na verdade, lato sensu, há robôs até operando do exterior. Isso inclusive enseja a reflexão de manipulação não só interna, mas também para além dos campos políticos nacionais, sugerindo a hipótese da possibilidade de até mesmo outros atores, estranhos ao quadro nacional, operarem nas redes esses mecanismos.

Os episódios indicam uma ação acertada, típica de organizações criminosas, cujo propósito é se valer das mídias sociais e da Internet para atacar e desmoralizar as instituições republicanas.

Portanto, tal eixo terá como foco a verificação e investigação acerca da existência de esquemas de financiamento e divulgação em massa nas redes sociais, com o intuito de lesar ou expor a democracia e o Estado de Direito, bem como investigar as ações, típicas de organizações criminosas, cujo propósito é se valer da internet para atacar e desmoralizar o processo eleitoral brasileiro e as instituições republicanas.

3.2. Eixo 2: Cyberbullying e os ataques à dignidade humana;

Ainda, há um sem-número de ataques cibernéticos com conteúdo de intimidação, ofensas, hostilizações e crimes contra a honra cometidos em ambiente digital. São eles denominados *Cyberbullying*, sendo o termo, em inglês, formado da junção da palavra *cyber*, que significa comunicação virtual por meio de mídias digitais, com o termo *bullying*, que é o ato de intimidar ou humilhar uma pessoa.

O crescimento da ação coordenada de robôs e da prática de *cyberbullying* representa, portanto, uma ameaça real para o debate público, representando riscos à democracia ao manipular o processo de formação de consensos na esfera pública, bem como a causa de sofrimento de boa parte da sociedade, com consequentes danos muitas vezes irreversíveis à vida pessoal e social do indivíduo.

Além do potencial danoso dessa prática para a disputa política e para o debate democrático, o *cyberbullying* representa risco real à camada mais vulnerável da sociedade (crianças, adolescentes, mulheres, negros, homossexuais, etc.) que faz uso das redes sociais. Isso porque, quando os envolvidos são jovens e crianças, as agressões podem trazer consequências irreversíveis para seu desenvolvimento e, em casos extremos, levar ao suicídio.

Em reportagem veiculada no dia 5 de maio de 2014, o site G1 relata o caso da mulher que foi morta após boatos em uma rede social, em São Paulo. Segundo a matéria, a dona de casa Fabiane Maria de Jesus, de 33 anos, morreu dois dias após ter sido espancada por dezenas de moradores de Guarujá, no litoral de São Paulo.

Segundo a família, ela foi agredida a partir de um boato gerado por uma página em uma rede social que afirmava que a dona de casa sequestrava crianças para utilizá-las em rituais de magia negra.

O porteiro Jáilson Alves das Neves, marido de Fabiane, afirmou, em entrevista ao G1, antes de saber da morte da mulher, que a esposa era inocente.

De acordo com ele, a página se confundiu ao colocar uma foto de Fabiane em seu perfil e isso motivou as agressões. "Começou com um boato na internet. Eles colocaram uma foto de uma pessoa parecida e todo mundo achou que era ela. Quando ela voltou para o bairro, a cercaram e começaram as agressões", explica. De acordo com familiares de Fabiane, após as agressões, ela sofreu traumatismo craniano e foi internada em estado crítico no Hospital Santo Amaro, também em Guarujá.

Nesse aspecto, cumpre destacar que o problema não reside, apenas, na divulgação de algumas notícias de veracidade duvidosa, mas também na forma como estas são propagadas nas redes sociais. Como apontado acima, fica clara a existência, atualmente, de usuários que, além de criar conteúdos distorcidos da realidade - seja para uma determinada pessoa obter vantagem, seja para tirar a credibilidade de certa figura, são verdadeiros incitadores ao cometimento de crimes de ódio.

Existe, ainda, na Internet, um outro espaço, protegido pelo anonimato, cuja rastreabilidade é praticamente impossível, que tem servido de palco para o aliciamento de jovens e até mesmo para prática de crimes de ódio: a *deep web*. Em comunidades escondidas na *deep web* (área não rastreável da Internet), há incitação de violência e de crimes contra minorias, além do incentivo a mortes em massa e suicídio.

Portanto, tal eixo terá como foco investigar a presença de perfis automatizados e de ataques cibernéticos que atentem contra a honra das pessoas e dos diversos segmentos sociais (crianças, adolescentes, mulheres, negros, homossexuais, etc.), bem como falsas comunicações de crimes, denúncias caluniosas, ameaças e infrações revestidas de *animus caluniandi*, *diffamandi* ou *injuriandi*, que atingem a honorabilidade de cidadãos e autoridades.

3.3. Eixo 3: Proteção de Dados Pessoais.

Analisando os grandes exemplos de *fake news* já noticiados, é possível perceber, em todas essas situações, um alto grau de compartilhamentos e de disseminação da desinformação, fatos que representam ameaça letal para a dignidades das pessoas e das instituições republicanas.

Acrescido a isso conforme as diversas outras publicações nos principais sites de jornalismo do País, é possível perceber que há falhas na proteção de dados dos

cidadãos e usuários. No dia 13 de maio do corrente ano, o aplicativo de mensagem instantânea WhatsApp detectou uma vulnerabilidade em seu sistema que permitiu que hackers instalassem de maneira remota um tipo de *spyware* (software espião), para ter acesso a dados do aparelho, em alguns telefones.

Tal fato foi confirmado pelo Facebook, empresa proprietária do Whatsapp, que em comunicado oficial à imprensa⁵, pediu para os usuários baixarem a última versão do aplicativo e atualizarem o sistema operacional de seus telefones, para eliminar o defeito que permitiu ter acesso a contatos, mensagens e fotos.

Como consequência desta falha, *hackers* puderam realizar ligações através do WhatsApp para o telefone cujos dados queriam acessar e, mesmo que o destinatário não respondesse à chamada, um programa de *spyware* era instalado nos dispositivos.

O *spyware* é um software espião de computador, que tem o objetivo de observar e roubar informações pessoais do usuário que utiliza a máquina em que o programa está instalado, retransmitindo-as para uma fonte externa na internet, sem o conhecimento ou consentimento do usuário.

Segundo o professor da FGV Arthur Igreja⁶, do ponto de vista técnico, o WhatsApp teve sua pior falha de segurança. O especialista em tecnologia afirma que o WhatsApp tinha como uma de suas prioridades a segurança e a privacidade das mensagens trocadas entre os usuários. Porém, foi usado para expor todos os demais aplicativos instalados no aparelho, sendo que o vírus inserido pelos *hackers* permitia espionar a totalidade do uso do celular. Isso criou uma vulnerabilidade para aplicativos de bancos, e-mails e para outros serviços usados pelo consumidor no smartphone.⁷

Já de acordo com a agência Bloomberg, em 13.08.2019, a empresa Facebook pagou funcionários terceirizados para transcrever arquivos de áudio dos usuários do aplicativo Messenger. A agência afirmou que recebeu a informação de pessoas que foram contratadas para realizar o serviço, mas que precisavam permanecer anônimas para não perder os empregos.

A rede social, por sua vez, confirmou ao G1 que estava transcrevendo o áudio dos usuários e disse que abandonou a prática, assim como as empresas Apple e o Google, interromperam a revisão humana de áudios.⁸

⁵ <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/05/14/whatsapp-detecta-vulnerabilidade-que-permite-o-acesso-de-hackers-a-celulares.ghtml>.

⁶ Arthur Igreja é empresário, investidor anjo e professor da FGV. Experiência profissional e acadêmica em mais de 25 países. Certificado em Negociação pela Harvard University (EUA) e Cambridge University (Inglaterra). Atualmente cursa o Doctorate in Business Administration na Universidade ESC de Rennes na França. Mestre pela Georgetown University (EUA), ESADE (Espanha) e FGV/EBAPE.

⁷ Entrevista disponibilizada pelo Portal R7. Disponível em < <https://noticias.r7.com/tecnologia-e-ciencia/whatsapp-teve-sua-pior-falha-de-seguranca-diz-professor-da-fgv-14052019>> Acesso em 22 ago. 2019.

De acordo com a matéria da Bloomberg, as pessoas contratadas para fazer a transcrição dos áudios não recebiam informações sobre a origem das gravações, nem sobre como foram feitas. Apesar de alguns dos trechos terem conteúdo vulgar, os funcionários não sabem para qual finalidade o Facebook usava as transcrições.

Em matéria veiculada no jornal O Globo⁸, ficou evidenciado que a plataforma não revelava aos usuários que terceiros poderiam ouvi-los, o que levou alguns trabalhadores terceirizados a considerar a tarefa antiética.

Portanto, tal eixo tem como foco investigar os esquemas de distribuição de dados pessoas em esquemas de disseminação de Fake News, assim como apurar as fontes de disparos de mensagens, empresas e financiadores da produção, disseminação e distribuição das Fake News.

4. REUNIÕES E AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

O tema abordado nesta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito possui alto nível de complexidade e interesse público. Dessa forma, se buscará reunir múltiplas visões sobre o assunto, incluindo especialistas, acadêmicos, membros do governo, autoridades públicas, servidores públicos, juristas, representantes de organizações da sociedade civil organizada, representantes de empresas digitais, e outros que se mostrem necessários.

Para tanto, as atividades poderão ser realizadas das seguintes formas:

- a. Audiências públicas com especialistas e autoridades;
- b. Estudos e pareceres técnicos;
- c. Missões externas;
- d. Sessões de debates;
- e. Reuniões técnicas e administrativas;
- f. Interação com a sociedade utilizando-se de ferramentas de consulta pública.

5. TEMÁTICAS INICIAIS

- a) Conceituação e delimitação das Fake News e seus impactos na sociedade;

⁸ <https://g1.globo.com/economia/tecnologia/noticia/2019/08/13/facebook-usou-humanos-para-transcrever-audios-de-usuarios-diz-agencia.ghtml>

⁹ <https://oglobo.globo.com/economia/facebook-pagou-terceirizados-para-ouvir-transcrever-audios-de-usuarios-do-messenger-23874683>

- b) *Cyberbullying* e Aliciamento e Orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio;
- c) Marcos legais que regem o controle das Fake News;
- d) Consequências econômicas e sociais da produção e disseminação das Fake News que atentam contra a democracia no mundo;
- e) Consequências e da produção e disseminação das Fake News nos processos eleitorais;
- f) Falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade do Congresso Nacional;
- g) Falsas comunicações de crime, denúncias, ameaças e demais infrações que atingem a honorabilidade dos membros do Poder Judiciário;
- h) O papel das empresas digitais e o fenômeno das Fake News;
- i) A proteção de dados no contexto das Fake News;
- j) Esquemas de financiamento, produção e disseminação de Fake News com o intuito de lesar os processos eleitorais, inclusive o de 2018.

Com a determinação dos fatos busca-se otimizar os trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, tornando-a um espaço de efetiva realização da função fiscalizadora do Congresso Nacional.

6. SUBRELATORIAS

- a) *Cyberbullying* e os crimes de ódio;
- b) Proteção de Dados no contexto das Fake News;
- c) Aliciamento de crianças, adolescentes e vulneráveis por meio de fake news

Assim, fica evidente o papel dessa Casa no sentido de investigar essa série de atos criminosos, cometidos ou propiciados em meio virtual, com foco no aprimoramento do arcabouço legal das relações cibernéticas, indicando providências que visem a coibir atentados contra a vida e a dignidade da população brasileira, bem como a respeitar a Democracia e as suas instituições.

7. CRONOGRAMA INICIAL

DATA	ETAPA
17/09	Apresentação do Plano de Trabalho e Requerimentos
24/09	Conceituar o fenômeno das Fake News na sociedade
01/10	<i>Cyberbullying</i> , as Fake News e os crimes de ódio e suicídio
08/10	Conceitos jurídicos e marcos legais sobre as Fake News
15/10	Os impactos das Fake News na política, na economia e na sociedade: a experiência da Europa e dos Estados Unidos
22/10	Os impactos das Fake News na política, na economia e na sociedade: a experiência da América Latina
29/10	As Fake News e seus impactos no STF e demais órgãos do Poder Judiciário
05/11	As Fake News e seus impactos no Congresso Nacional
12/11	Fake News e processo eleitoral brasileiro
19/11	Fake News e processo eleitoral brasileiro

8. CONCLUSÃO

As atividades previstas neste plano de trabalho visam conferir efetividade à investigação parlamentar, com respeito aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, mas sempre em busca do esclarecimento dos fatos que resultaram nesta CPMI.

Busca-se uma CPMI técnica, que seja capaz de apurar responsabilidades e, mais que isso, de apresentar sugestões concretas para o aperfeiçoamento da legislação e das políticas públicas. Com isso, realizaremos uma das funções mais importante do Congresso Nacional, que é a fiscalizadora.

Sala das Reuniões, em de setembro de 2019.


Deputada Lidice da Mata
(PSB/BA)

Instruções de Impressão

Imprimir em impressora jato de tinta (ink jet) ou laser em qualidade normal. (Não use modo econômico).
 Utilize folha A4 (210 x 297 mm) ou Carta (216 x 279 mm) - Corte na linha indicada
 Caso não apareça os Códigos de Barra no fim do boleto, clique em F5 do seu teclado.

Caso uma janela de impressão não tenha sido ativada, [clique aqui para imprimir](#)

Recibo do pagador

**| 001-9 |****00190.00009 02941.663003 00222.445173 5 82400000021471**

Beneficiário Supremo Tribunal Federal		Agência/Cód. Beneficiário 4200-5 / 00333203-9	Espécie R\$	Qtde.	Nosso número 29416630000222445-1
Endereço Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, 70175-900					
Número do documento 1062746	CPF/CNPJ 00.531.640/0001-28	Vencimento 29/04/2020	Valor documento 214,71		
(-) Desconto / Abatimento *****	(-) Outras deduções *****	(+) Mora / Multa *****	(+) Outros acréscimos *****	(=) Valor cobrado 214,71	
Pagador Eduardo Nates Bolsonaro CPF: 10655365770 SQN 302 Bloco C, Apartamento 204 Asa Norte / Brasília / DF - 70723030					

Instruções**Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança****Recolhimento de custas: Feitos de Competência Originária****Mandado de Segurança****Código de controle para reimpressão: 1062746****Após o vencimento, esta GRU é automaticamente cancelada.****Emita uma nova no site do STF - www.stf.jus.br.****A GRU foi emitida com base nos dados informados pelo usuário e nos valores constantes da vigente tabela de custas.****É de responsabilidade do usuário o eventual pagamento a menor do valor da guia.**

Autenticação mecânica

Corte na linha pontilhada

**| 001-9 |****00190.00009 02941.663003 00222.445173 5 82400000021471**

Local de pagamento PAGÁVEL EM QUALQUER AGÊNCIA BANCÁRIA, ATÉ O VENCIMENTO.				Vencimento 29/04/2020	
Beneficiário Supremo Tribunal Federal			CPF/CNPJ 00.531.640/0001-28	Agência/Código beneficiário 4200-5 / 00333203-9	
Endereço Praça dos Três Poderes, Brasília - DF, 70175-900					
Data do documento 30/03/2020	Nº documento 1062746	Espécie doc. RC	Aceite N	Data process. 30/03/2020	Nosso número 29416630000222445-1
Uso do banco	Carteira 17	Espécie R\$	Quantidade	Valor Doc.	(=) Valor documento 214,71
Instruções Governo Federal - Guia de Recolhimento da União - GRU Cobrança Recolhimento de custas: Feitos de Competência Originária Mandado de Segurança Código de controle para reimpressão: 1062746 Após o vencimento, esta GRU é automaticamente cancelada. Emita uma nova no site do STF - www.stf.jus.br. A GRU foi emitida com base nos dados informados pelo usuário e nos valores constantes da vigente tabela de custas. É de responsabilidade do usuário o eventual pagamento a menor do valor da guia.					(-) Desconto / Abatimentos *****
					(-) Outras deduções *****
					(+) Mora / Multa *****
					(+) Outros acréscimos *****
					(=) Valor cobrado 214,71
Nome do Pagador/CPF/CNPJ/Endereço Eduardo Nates Bolsonaro CPF: 10655365770 SQN 302 Bloco C, Apartamento 204 Asa Norte / Brasília / DF - 70723030					

Pagador

Autenticação mecânica - **Ficha de Compensação**



30
horas

Comprovante de pagamento de boleto

Dados da conta debitada

Agência/conta: 0646/02328-3		CNPJ: 15.416.875/0001-46	Empresa: KUFA SOCIEDADE I ADVOCACIA
Pagador final: Agência/Conta: 0646/0002328-3 Nome: KUFA SOCIEDADE I ADVOCACIA		CPF/CNPJ: 15.416.875/0001-46	
		00190 00009 02941 663003 00222 445173 5 82400000021471	
Beneficiário: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL Razão Social: SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL		CPF/CNPJ do beneficiário: 00.531.640/0001-28	Data de vencimento: 29/04/2020
		Valor do documento (R\$): 214,71	
		(-) Desconto (R\$): 0,00	
		(+) Juros/Mora/Multa (R\$): 0,00	
Pagador: Eduardo Nantes Bolsonaro		CPF/CNPJ do pagador: 106.553.657-70	(=) Valor do pagamento (R\$): 214,71
Sacador / Avalista:		CPF/CNPJ do sacador:	Data de pagamento: 02/04/2020
Autenticação mecânica: 3EBC43DCAB2E1D8A02CC12151A12802E99818CB9			Pagamento realizado em espécie: Não

Operação efetuada em 02/04/2020 às 15:59:55h via CELULAR, CTRL 26012.



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

AVISO

É de responsabilidade do advogado ou procurador o correto preenchimento dos requisitos formais previstos no art. 9º, incisos I a IV, da Resolução 427/2010 do STF, sob pena de rejeição preliminar, bem como a consequente impossibilidade de distribuição do feito.

O acompanhamento do processamento inicial pode ser realizado pelo painel de petições do Pet v.3 e pelo acompanhamento processual do sítio oficial.

Protocolo	00905505420201000000
Petição	23348/2020
Classe Processual Sugerida	MS - MANDADO DE SEGURANÇA
Marcações e Preferências	Medida Liminar

Relação de Peças	1 - Petição inicial Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 3 - Documentos de Identificação Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 4 - Documentos de Identificação Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 5 - Documentos comprobatórios Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 6 - Documentos comprobatórios Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 7 - Documentos comprobatórios Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 8 - Documentos comprobatórios Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 9 - Documentos comprobatórios Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 10 - Ato coator Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 11 - Ato coator Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 12 - Prova do direito líquido e certo Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA 13 - Custas Assinado por: KARINA DE PAULA KUFA
Polo Ativo	EDUARDO NANTES BOLSONARO (CPF: 106.553.657-70) Representante(s): KARINA DE PAULA KUFA (OAB: 245404/SP)
Polo Passivo	SENADO FEDERAL (CNPJ: 00.530.279/0001-15)
Data/Hora do Envio	19/04/2020 às 13:33:03
Enviado por	KARINA DE PAULA KUFA (CPF: 219.500.028-70)



Supremo Tribunal Federal

TERMO DE RECEBIMENTO E AUTUAÇÃO

e-MS 37082

IMPTE.(S):	EDUARDO NANTES BOLSONARO
ADV.(A/S):	KARINA DE PAULA KUFA
IMPDO.(A/S):	PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPMI FAKE NEWS
ADV.(A/S):	SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
Procedência:	DISTRITO FEDERAL
Órgão de Origem:	SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
Nº Único ou Nº de Origem:	00905505420201000000
Data de autuação:	20/04/2020 às 15:57:19
Outros Dados:	Folhas: Não informado. Volumes: Não informado. Apensos: Não informado.
Assunto:	DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO Comissão Parlamentar de Inquérito - CPI Criação / Instalação / Prosseguimento / Encerramento
Custas:	Preparado.

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO

Certifico, para os devidos fins, que estes autos foram distribuídos ao Senhor MIN. GILMAR MENDES, com a adoção dos seguintes parâmetros:

Característica da distribuição:	Comum

DATA DE DISTRIBUIÇÃO: 20/04/2020 - 17:08:00

Brasília, 20 de abril de 2020

Coordenadoria de Processamento Inicial

(documento eletrônico)



**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR MINISTRO DO
SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL GILMAR MENDES**

MS nº 37082

ALEXANDRE FROTA DE ANDRADE, brasileiro, casado, deputado federal em exercício de mandato, portador da Cédula Identidade R.G. nº 35.160.000-0, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 751.992.707-53, Título de Eleitor nº 0029 1470 0302, domiciliado à Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados Federais, Anexo IV gabinete 216, vem respeitosamente a presença de V.Excia, expor e requerer o que segue:

Na qualidade de Deputado Federal e membro efetivo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que apura a divulgação de notícias falsas – Fake News, serve-se do presente a fim de informar o que for necessário para o esclarecimento na ação supracitada.

Apesar de não ter sido chamado a lide para esclarecimentos a respeito da Comissão acima, e de não ser parte processual, vê-se na obrigação como



cidadão e parlamentar, de informar detalhadamente os trabalhos que são e precisam ser concluídos.

Através do requerimento aprovado por ambas as Casas Legislativas, RQN 11/2019 cuja a ementa descreve suas atividades:

Ementa:

Criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta de 15 (quinze) Senadores e 15 (quinze) deputados, e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar os ataques cibernéticos que atentam contra a democracia e o debate público; a utilização de perfis falsos para influenciar os resultados das eleições 2018; a prática de cyberbullying sobre os usuários mais vulneráveis da rede de computadores, bem como sobre agentes públicos; e o aliciamento e orientação de crianças para o cometimento de crimes de ódio e suicídio.

Iniciou suas atividades em 04 de setembro de 2019 com o prazo inicial de 120 dias, que se encerraria em 13 de abril de 2020, sob a presidência do Senador Ângelo Coronel e a relatoria a cargo da Deputada Federal Lídice da Mata, entretanto, para que a Comissão chegue a conclusões efetivas sobre o tema, este prazo foi prorrogado por requerimento aprovado para 24 de setembro de 2020.



Esta CPMI vem cumprindo todas as normas estabelecidas, na Constituição Federal, na Lei e nos Regimentos Internos das Casas Legislativas, portanto nada há falar em ilegalidade dos trabalhos.

Esta prorrogação foi devidamente requerida e aprovada por 209 deputados e 34 senadores, sendo que o regimento das casas legislativas exige assinaturas de 171 deputados e 29 senadores, portanto um número superior ao necessário, sendo certo que o prazo regimental para oposição a esta medida foi respeitado sem que houvesse a manifestação de qualquer parlamentar.

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em referência recebeu requerimentos diversos que foram votados, aprovados ou não, porém há ainda um número expressivo de interrogatórios e documentos a serem analisados, depoimentos a serem prestados, requerimentos a serem votados, para que o relatório final seja emitido de forma coerente e que reflita a realidade das situações apuradas.

Informa ainda a quebra de sigilo telemático de diversas contas em que não aparecem o verdadeiro nome de seus reais autores, foi autorizada por votações de requerimentos realizados por membros desta Comissão.

Todos os requerimentos de quebra de sigilo são devidamente colocados em debates e votações pelos membros titulares desta comissão, em sessões conduzidas brilhantemente pelo seu Presidente Senador Ângelo Coronel.

Salientamos que, coincidentemente, uma destas contas em que disparavam diversas notícias falsas e agressões verbais aos cidadãos brasileiros e autoridades constituídas, inclusive contra o STF e seus



Ministros, foi localizada no gabinete do impetrante deste Mandado de Segurança, deputado federal Eduardo Bolsonaro, e que o nome de um dos funcionários de seu gabinete parlamentar veio a luz, que utilizava o computador de patrimônio da Câmara Federal para disparos de notícias falsas.

Portanto, o impetrante busca um interesse e defesa pessoal frente ao interesse da sociedade representada por seus deputados e senadores, não há qualquer perseguição política frente ao deputado Eduardo Bolsonaro, muito menos um interesse pessoal de quem quer que seja de denegrir sua reputação, mas os fatos devem ser apurados, para concluir exatamente o que deve ser rechaçado no país, pessoas fazem ataques a reputações pessoais e ameaças sem que se conheçam seus autores.

Informa ainda que o deputado impetrante, não é membro efetivo da comissão o que confirma o relato do parágrafo anterior, ao buscar a tutela jurisdicional para por fim aos trabalhos, na realidade está buscando uma defesa pessoal de sua postura, o que em momento nenhum foi colocada à prova.

Esta comissão não foi criada com o intuito de cometer injustiças ou limitações às liberdades constitucionalmente garantidas, muito ao contrário, busca o cumprimento da constituição no que tange a proibição do anonimato.

Estas contas anônimas ameaçam e destroem reputações dos eminentes ministros desta Suprema Corte, deputados e senadores, governadores de estado, enfim ameaçam o Estado Democrático de Direito.

Informamos ainda que a respeitosa comissão está em vias de descobrir um dos financiadores de um esquema de disparos em massa para a destruição



de reputações e isso será de valor sem igual ao país, pois o esquema criminoso que existe, em tese, e que está sendo apurado, será desmantelado.

Devem ter suas autorias conhecidas, para que quem se sinta ofendido ou ameaçado possa responder às acusações feitas e garantir seu direito de reparação de dano, se houver.

O artigo 5º inciso IV garante a liberdade de expressão, mas veda claramente o anonimato, óbvia está a intenção do Constituinte que pretendeu garantir a liberdade de expressão com a responsabilidade do autor do pensamento.

A inteligência do constituinte, inequivocamente, deriva da percepção de que endossar o relato anônimo tem potencial de impossibilitar eventual utilização da resposta proporcional ao agravo, quaisquer pleitos judiciais por danos materiais e morais que venham a atingir a imagem (art. 5º, V) ou mesmo ações penais envolvendo, por exemplo, crimes contra a honra ou crime de denúncia caluniosa, porquanto somente por meio do conhecimento da autoria da mensagem torna-se viável proceder a uma circunstancial e legítima responsabilização do remetente.

Por todo o exposto não há falar em inconstitucionalidade ou qualquer violação a lei pátria nesta comissão e sim a apuração cuidadosa de eventuais ilegalidades que possam ser cometidas, este é o objetivo.

A interrupção dos trabalhos desta Comissão resultará em prejuízos ao país e colocará em risco todo o excelente e democrático trabalho que vem sendo realizado. Acarretará, sobremaneira, a impossibilidade de um relatório completo pela nobre deputada Lídice da Mata.

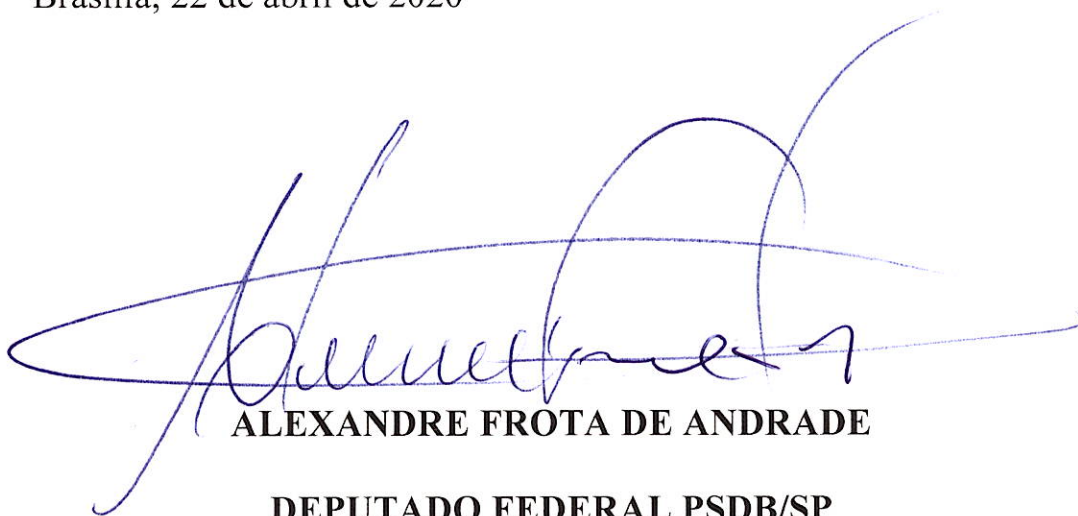


CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Alexandre Frota – PSDB/SP

O Estado Democrático de Direito e a Constituição Federal serão feridos de morte caso a Comissão não consiga concluir seus trabalhos.

Requer sejam apreciadas as informações acima com o intuito de defesa da sociedade brasileira e da democracia, dos direitos e garantias das instituições democráticas.

Brasília, 22 de abril de 2020



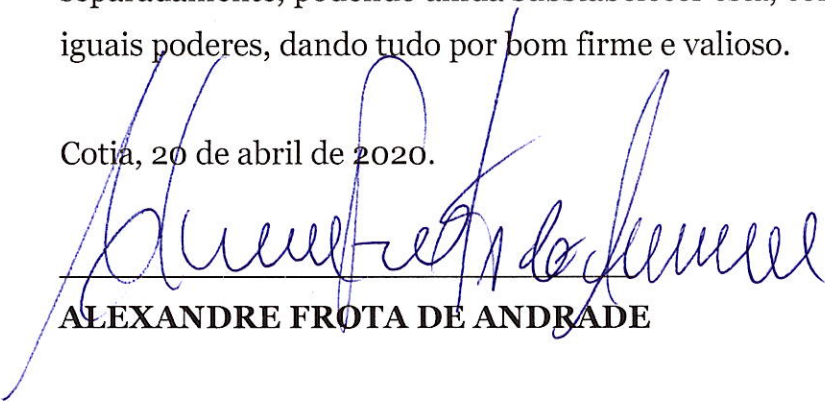
ALEXANDRE FROTA DE ANDRADE
DEPUTADO FEDERAL PSDB/SP

PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

OUTORGANTE: ALEXANDRE FROTA DE ANDRADE, brasileiro, casado, deputado federal, cédula de identidade RG: 35.160.000-0, inscrito no CPF: 751.992.707-53, com endereço profissional Praça dos Três Poderes, Câmara dos Deputados Federais, Anexo IV, gabinete 216, Brasília/DF, CEP: 70160-900.

OUTORGADO: Dr. MARCEL MACHADO MUSCAT, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, sob o nº 286.232, com escritório profissional situado na Rua das Ameixeiras, 401, sala 4, Jd. Petrópolis, Cotia/SP, CEP 06719-052, a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula *ad-judicia*, em qualquer Juízo, Instância ou Tribunal, podendo propor contra quem de direito as ações competentes e defendê-lo nas contrárias, seguindo uma e outras, até final decisão, usando os recursos legais e acompanhando, conferindo-lhe, ainda, os poderes especiais para confessar, desistir, transigir, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, receber em nome próprio mandado de levantamento, requerer gratuidade de justiça, agindo em conjunto ou separadamente, podendo ainda substabelecer esta, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom firme e valioso.

Cotia, 20 de abril de 2020.



ALEXANDRE FROTA DE ANDRADE



Poder Judiciário
Supremo Tribunal Federal

Recibo de Petição Eletrônica

Petição	24358/2020
Processo	MS 37082
Tipo de pedido	Juntada de documentos
Relação de Peças	1 - Petição de juntada de documentos Assinado por: MARCEL MACHADO MUSCAT 2 - Procuração e substabelecimentos Assinado por: MARCEL MACHADO MUSCAT
Data/Hora do Envio	22/04/2020 às 17:44:36
Enviado por	MARCEL MACHADO MUSCAT (CPF: 322.000.888-76)

**MEDIDA CAUTELAR EM MANDADO DE SEGURANÇA 37.082 DISTRITO
FEDERAL**

RELATOR	: MIN. GILMAR MENDES
IMPTE.(S)	: EDUARDO NANTES BOLSONARO
ADV.(A/S)	: KARINA DE PAULA KUFA
IMPDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DO SENADO FEDERAL - CPMI FAKE NEWS
ADV.(A/S)	: SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS

DESPACHO: Notifique-se a autoridade coatora para apresentar informações e dê-se ciência à Advocacia-Geral da União.

Publique-se.

Brasília, 22 de abril de 2020.

Ministro **GILMAR MENDES**

Relator

Documento assinado digitalmente